

Frevo abafo. S.m. Ritmo em que predominam os instrumentos metálicos, sobretudo pistões e trombones; frevo-de-encontro. [Pl.: frevos-abafo e frevos-abafo]

Frevo baiano. S.m. Sofisticação do genuíno frevo pernambucano com a troca dos metais das fanfarras pelas guitarras estridentes dos trios elétricos.

Frevo-de-rua. S.m. Frevo puramente instrumental, composto de uma introdução e a frase musical chamada resposta, que antecede a segunda parte, que nem sempre é uma repetição da primeira. Embora tenha se tornado música de salão, foi feito inicialmente para ser executado a céu aberto. [Pl.: frevos-de-rua].

Frevo-de-salão. S.m. Misto do frevo-abafo, frevo-coqueiro e frevo-ventania executado nos salões, explora pouco os metais da orquestra com predominância das palhetas. [Pl.: frevos-de-salão].

Frevo-rasgado. S.m. Ritmo prolongado, que tem origem na fanfarra, utilizado para dirigir as manobras de frevo: “Se Duarte Coelho soubesse/ Do carnaval de Olinda/ Pedia ao Criador/ para voltar ao

Aparecida Negri Isquerdo
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra
Organizadoras

AS CIÊNCIAS DO LÉXICO

LEXICOLOGIA
LEXICOGRAFIA
TERMINOLOGIA

VOLUME VI

2ª EDIÇÃO

Nesta obra, artigos de

Adriana Zavaglia
Ana Cristina Jaeger Hintze
André Valente
Aparecida Negri Isquerdo
Celina Márcia de Souza Abbade
Claudia Zavaglia
Clotilde de Almeida Azevedo
Murakawa
Eduardo Batista da Silva
Elizabete Aparecida Marques
Emmanuel Cartier
Enilde Faulstich
Giselle Olivia Mantovani Dal
Corno
Graça Rio-Torto
Ieda Maria Alves
Juliane de Araújo Gonzaga
Karylleila dos Santos Andrade
Lêda Corrêa
Lídia Barros
Luz Estella Quintero Orozco
Manoel Messias Alves da Silva
Márcia Maria Duarte dos Santos
Márcia Sipavicius Seide
Maria Aparecida Barbosa
Maria Cândida Trindade Costa
de Seabra
Maria José Bocorny Finatto
Maria Vicentina de Paula do
Amaral Dick
Mariângela Araujo
Maurizio Babini
Mercedes Suárez de la Torre
Odair Luiz Nadin
Rosario Álvarez
Rui Abel Pereira
Sabrina Pereira de Abreu
Stefan J. Schierholz

Frevo. [Forma matatética de *fervo*, deverbai regressivo de *ferver*.] S. m. Música, genuinamente pernambucana, essencialmente rítmica, de rua e salão, executada em conjunto, de coreografia individual cuja música é sem letra, de andamento rápido, sincopado e compasso binário, dividido em duas partes: a primeira com a introdução, na qual o compositor procura salientar o máximo a faixa melódica das colcheias, semicolcheias, síncope e dos deslocamentos dos tempos fracos e fortes; a segunda que apresenta menos movimentação e até certos compassos de aparente descanso.

Frevo abafo. S.m. Ritmo em que predominam os instrumentos metálicos, sobretudo pistões e trombones; frevo-de-encontro. [Pl.: frevos-abafo e frevos-abafo]

Frevo baiano. S.m. Sofisticação do genuíno frevo pernambucano com a troca dos metais das fanfarras pelas guitarras estridentes dos trios elétricos.

Frevo-de-rua. S.m. Frevo puramente instrumental, composto de uma introdução e a frase musical chamada resposta, que antecede a segunda parte, que nem sempre é uma repetição da primeira. Embora tenha se tornado música de salão, foi feito inicialmente para ser executado a céu aberto. [Pl.: frevos-de-rua].

Frevo-de-salão. S.m. Misto do frevo-abafo, frevo-coqueiro e frevo-ventania executado nos salões, explora pouco os metais da orquestra co predominação das palhetas. [Pl.: frevos-de-salão].

Frevo-rasgado. S.m. Ritmo prolongado, que tem origem na fanfarra, utilizado para dirigir as manobras de frevo: “Se Duarte Coelho soubesse/Do carnaval de Olinda/Pedia ao Criador/para voltar ao Alto da Sé/E dançar um frevo-rasgado/Na cidade que ele fundou” (João Santiago). [Pl.: frevos-rasgados e frevos-rasgado].

Frevo-ventania. S.m. Caracterizado pela introdução, em sua pauta, de semicolcheias, que lhe dão um compasso rápido. [Pl.: frevos-ventanias e frevos-ventania].

Frevo abafo. S.m. Ritmo em que predominam os instrumentos metálicos, sobretudo o pistão e trombones; frevo-de-encontro. [Pl.: frevos - abafos e frevos-abafo]

Frevo baiano. S.m. Sofisticação do genuíno frevo pernambucano com a troca dos metais das fanfarras pelas guitarras e stridentes dos trios elétricos.

Frevo-de-rua. S.m. Frevo puramente instrumental, composto de uma introdução e a frase musical chamada resposta, que antecede a segunda parte, que nem sempre é uma repetição da primeira. Embora tenha se tornado música de salão, foi feito inicialmente para ser executado à céu aberto. [Pl.: frevos-de-rua].

Frevo-de-salão. S.m. Misto do frevo-abafo, frevo-coqueiro e frevo-ventania executado nos salões, explora pouco os metais da orquestra com predominância das palhetas. [Pl.: frevos-de-salão].

Frevo-rasgado. S.m. Ritmo prolongado, que tem origem na fanfarra, utilizado para dirigir as manobras do frevo: “Se Duarte Coelho soubesse/ Do carnaval de Olinda/ Pedia ao Criador/ para voltar ao

Aparecida Negri Isquerdo
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra
Organizadoras

AS CIÊNCIAS DO LÉXICO

LEXICOLOGIA
LEXICOGRAFIA
TERMINOLOGIA

VOLUME VI

2ª EDIÇÃO



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitora
Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Vice-Reitor
Albert Schiaveto de Souza

Obra aprovada pelo
CONSELHO EDITORIAL DA UFMS
Resolução nº 334 -COED/AGECOM/UFMS,
de 5 de fevereiro de 2026.

CONSELHO EDITORIAL
Rose Mara Pinheiro (presidente)
Adriane Angélica Farias Santos Lopes de Queiroz
Alleisa Ferreira Riquelme
Andrés Batista Cheung
Cid Naudi Silva Campos
Elizabeth Aparecida Marques
Fabio Oliveira Roque
Maria Lígia Rodrigues Macedo
Ronaldo José Moraca
William Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

As ciências do léxico [recurso eletrônico] : volume VI : lexicologia, lexicografia, terminologia / Aparecida Negri Isquierdo, Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, organizadoras. – 2. ed. – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2026.
623 p. : il.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufms.br>
Textos em português e espanhol.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7613-839-6

1. Lexicologia. 2. Lexicografia. I. Isquierdo, Aparecida Negri. II. Seabra, Maria Cândida Trindade Costa de.

CDD (23) 413.028

Bibliotecária responsável: Tânia Regina de Brito – CRB 1/ 2.395

Aparecida Negri Isquendo
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra
Organizadoras

AS CIÊNCIAS DO LÉXICO

LEXICOLOGIA
LEXICOGRAFIA
TERMINOLOGIA

VOLUME VI

2ª EDIÇÃO

Campo Grande
2026



Copyright © das organizadoras
Aparecida Negri Isquardo
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
Secretaria da Editora UFMS

Revisão

A revisão linguística e ortográfica é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Verbetes Ilustrativos

CARVALHO, Nelly; MOTA, Sophia Karlla; BARRETO, José Ricardo Paes. *Dicionário do Frevo*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. p. 57-59.

As informações contidas nos textos deste livro são de responsabilidade dos respectivos autores e não expressam a opinião das organizadoras.

Direitos exclusivos para esta edição



Secretaria da Editora UFMS
Av. Costa e Silva, s/nº | Bairro Universitário
Campo Grande - MS, 79070-900
Fone: (67) 3345-7205
e-mail: sedit.agemcom@ufms.br

Editora associada à



1ª edição: 2012

ISBN: 978-85-7613-839-6
Versão digital: janeiro de 2026.

Apoio



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Obra contemplada no Edital AGECON Nº 06/2024 - Seleção de propostas para apoio a publicação de e-books de Divulgação e Popularização da Ciência pela Editora UFMS - PUBLICA UFMS - 2024.



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais. br.creativecommons.org

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO	10
-------------------------------------	----

APRESENTAÇÃO.....	14
-------------------	----

PARTE I

LEXICOLOGIA

Heterossemia e mudança semântica:

da locatividade à reciprocidade

Graça Rio-Torto	22
-----------------------	----

Apuntes para a historia do léxico galego e português.

Os nomes dos recipientes para beber

Rosario Álvarez	42
-----------------------	----

Caracterização de unidades sintagmáticas no

discurso publicitário

Aderlande Pereira Ferraz.....	69
-------------------------------	----

Por uma descrição esquemática do léxico:

o caso de “mediante”

Adriana Zavaglia	86
------------------------	----

A polissemia da conjunção “como” em correspondências

oficiais dos séculos XVIII, XIX e XX no estado do Paraná

Ana Cristina Jaeger Hintze.....	100
---------------------------------	-----

Neologia semântica, palavra-valise e intertextualidade no discurso midiático	
André Crim Valente	118
Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais	
Aparecida Negri Isquerdo.....	134
Lexicologia social: a lexemática e a teoria dos campos lexicais	
Celina Márcia de Souza Abbade	164
Para além do “condutor de tropas”: aspectos culturais revelados pela análise léxico-semântica do vocábulo “tropeiro”	
Giselle Olivia Mantovani Dal Corno	189
A expressão da intensidade e suas relações sinonímicas em formações neológicas derivadas	
Ieda Maria Alves.....	210
A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino	
Karylleila dos Santos Andrade	
Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick	224
Migração lexical em textos de divulgação científica	
Márcia Sipavicius Seide	241
Projeto porpopular, frequência de verbos em português e no jornal popular brasileiro	
Maria José Bocony Finatto.....	262

**Toponímia de Minas Gerais em registros
cartográficos históricos**

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Márcia Maria Duarte dos Santos 284

PARTE II

LEXICOGRAFIA

Dicionários semânticos do LDI:

**modelo teórico, ferramenta de gestão computacional,
ferramenta de exploração**

Emmanuel Cartier 302

Diacronia dos sufixos *-izar* e *-ificar* em Português

Rui Abel Pereira 328

Um significado só é pouco:

**dicionário de formas homônimas do português
contemporâneo do Brasil**

Claudia Zavaglia* 351

**A competência linguística do lexicógrafo na construção de
dicionários: o caso de Antonio de Moraes Silva**

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa 365

Expressões idiomáticas do espanhol e do português

**formadas por lexias que designam partes do corpo humano:
um estudo cognitivo a partir de dados lexicográficos**

Elizabete Aparecida Marques 386

Dicionário eletrônico onomasiológico ↔ semasiológico do português brasileiro/espanhol rioplatense para o mercosul	
Lêda Corrêa	408

PARTE III

TERMINOLOGIA

Lexicografia de especialidade e terminografia	
Stefan J. Schierholz	427

Esquemas de progresión temática en textos especializados	
Mercedes Suárez de la Torre	
Luz Estella Quintero Orozco.....	457

A terminologia acadêmica nos textos científicos em língua inglesa: uma abordagem baseada em <i>corpus</i>	
Eduardo Batista da Silva	
Maurizio Babini.....	478

Diferenças entre “termo profundo” e “termo de superfície” e mecanismos da variação nas linguagens de especialidade	
Enilde Faulstich	494

Terminologia de contratos de trabalho: perfil linguístico e processos de criação terminogênica	
Lidia Almeida Barros	
Juliane de Araújo Gonzaga.....	512

A variação terminológica em <i>corpora</i> comparáveis na terminologia da nanociência/nanotecnologia	
Manoel Messias Alves da Silva	528

Terminologia, crianças e professores: as ciências naturais no ensino fundamental I	
Mariângela de Araújo	549
Fraseologia e linguagens: a fraseologia na literatura e no discurso publicitário	
Maria Aparecida Barbosa	563
Das ciências do léxico ao léxico <i>nas</i> ciências: uma proposta de dicionário português-espanhol de economia monetária	
Odair Luiz Nadin.....	573
Sobre a presença de elementos eruditos na formação de termos: entre a derivação e a composição	
Sabrina Pereira de Abreu.....	594

APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO

É com muita satisfação que disponibilizamos a todos os interessados esta segunda edição do Volume VI da coletânea *As Ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*, um volume cujo sucesso decorre, principalmente, por disseminar diferentes pontos de vista e diversas abordagens teóricas acerca dos estudos lexicais, desenvolvidos por pesquisadores que atuam em programas de pós-graduação no Brasil e no exterior. Trata-se do único volume da coleção com tiragem esgotada, o que pode ser creditado à diversidade de enfoques com que temas relacionados ao nível lexical da língua foram abordados – o volume reúne 30 capítulos produzidos por pesquisadores de universidades das cinco regiões brasileiras e de seis universidades estrangeiras, uma da América do Sul (Colômbia) e quatro europeias (Alemanha, Espanha, França e Portugal).

Distinguimos ainda a importância dessa coletânea para o fortalecimento do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (GTLEX) da ANPOLL (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística) que, desde 1998, vem conduzindo, por meio de seus textos, reflexões importantes sobre as múltiplas faces do léxico, destinando, a especialistas, alunos de

pós-graduação, docentes e demais interessados, um material rico e, sobretudo, original acerca das várias vertentes dos estudos lexicais.

Essa iniciativa materializa o esforço para fortalecer, cada vez mais, um projeto de divulgação científica, que é característica de instituições universitárias consolidadas. Nesse particular, destacamos o papel da Editora UFMS, parceira com que contamos em todos os onze volumes da coletânea que vieram a lume entre 1998 e 2025, garantido assim a periodicidade da coleção. Publicar é um meio eficaz e de reconhecida credibilidade nos meios acadêmicos e científicos. Assim posto, faz-se determinante reunir esforços para concretizar esse intento.

Sucedidos treze anos da publicação da primeira edição do Volume VI (2012), esta nova edição que se apresenta em formato digital, com certeza, alcançará um público ainda mais amplo e diversificado, disseminando conhecimentos e despertando interesses acerca do estudo da *palavra*.

Esta edição, salvo correções pontuais solicitadas por dois dos autores de capítulos da Parte III da obra¹, não apresenta nenhuma modificação essencial no texto da primeira. Segundo a política da Editora UFMS, as novas edições, mesmo no formato digital, mantêm o projeto editorial original, com apenas os ajustes necessários para adequar-se ao novo formato e às normas vigentes da ABNT. Nesse sentido, esta segunda edição do vol. VI da obra *As Ciências do Léxico* manteve a estrutura original que distribui os artigos em três partes que, de forma ampla, agrupam as diferentes perspectivas dos estudos sobre o nível lexical das línguas naturais.

¹ *Mariângela de Araújo* – texto “Terminologia, crianças e professores: as ciências naturais no Ensino Fundamental” – e *Sabrina Pereira de Abreu* – texto “Sobre a presença de elementos eruditos na formação de termos: entre a derivação e a composição”.

A Parte I, *Lexicologia*, conta com quatorze textos, de professores de universidades brasileiras, portuguesa e galega que abordam temáticas relacionadas à Lexicologia, à Neologia e à Onomástica/Toponímia, produzidos por doze pesquisadores brasileiros e por dois europeus (Espanha e Portugal). Na Parte II, *Lexicografia*, são apresentados seis artigos, sendo quatro de autoria de estudiosos brasileiros e dois de pesquisadores estrangeiros – um da França e um de Portugal. Os textos desse bloco focalizam questões pontuais sobre Lexicografia, como a produção de dicionários digitais; estudos diacrônicos tendo como fonte dicionários de língua materna; a competência linguística do lexicógrafo na produção de dicionários; o tratamento lexicográfico da homonímia e de estudo de expressões idiomáticas no espanhol e no português, além de abordagens sobre um dicionário eletrônico onomasiológico/semasiológico do português e do espanhol rioplatense. Por fim, a Parte III, *Terminologia*, reúne dez textos, oito de autoria de pesquisadores brasileiros, um da Europa/Alemanha e um em coautoria de duas pesquisadoras da América do Sul/Colômbia.

A contribuição não só de pesquisadores brasileiros como também de convidados oriundos de universidades e centros de pesquisa estrangeiros tem ampliado e democratizado o espaço do diálogo, das ideias e da divulgação científica na esfera das pesquisas sobre a palavra em suas diferentes dimensões.

A publicação da segunda edição desta obra, a par do exposto, evoca também um misto de saudades – três membros do GTLEX que participaram da primeira edição deste livro já estão vivendo no plano espiritual: *Maria Aparecida Barbosa*, *Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick* e *Ana Cristina Jaeger Hintze* – e de gratidão pelo legado por elas deixado e que continua sendo disseminado por meio desta segunda edição do vol. VI da coleção.

Certamente, quando se comemoram 26 anos do primeiro volume impresso da *Coletânea*, esta segunda edição do volume VI, em formato digital, terá muito a contribuir com o atual cenário acadêmico, com as disciplinas que enfocam o léxico e, especialmente, com a divulgação e apreciação de pesquisas realizadas por membros do GTLEX. Por fim, registramos os nossos agradecimentos à Editora UFMS por viabilizar, por meio do Edital Nº 6/2024, esta publicação e com isso contribuir para a disseminação de produtos de pesquisa que enriquecem os estudos lexicais nas suas diferentes vertentes.

Aparecida Negri Isquerdo
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra
Organizadoras

APRESENTAÇÃO

Como concretização de uma das políticas de disseminação da produção do Grupo de Trabalho (GT) de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Letras e Linguística), este volume da coleção *As Ciências do Léxico* traz contribuições para o estudo do léxico, nas suas diferentes dimensões, à medida que disponibiliza, aos interessados em estudos nessa área, mais uma amostra da demanda da produção dos pesquisadores brasileiros cadastrados no GT, vinculados a programas de pós-graduação da área de Linguística das diferentes regiões brasileiras. O léxico visto a partir de diferentes olhares teóricos e de distintas abordagens metodológicas é, pois, uma das tônicas deste volume.

Decorridos catorze anos da primeira publicação do livro *As Ciências do Léxico* (1998), julgamos oportuno abrir aqui um espaço para o resgate da memória da coleção, com destaque para algumas características que têm permeado o percurso histórico da obra e que contribuem para a configuração da sua identidade enquanto livro de divulgação científica, traços esses reiterados neste sexto volume que agora vem a lume: *a fidelidade à concepção original da obra; a periodicidade da publicação; o acolhimento à pluralidade teórico-metodológica; a contemporaneidade do conhecimento veiculado e a diversidade de temáticas abordadas.*

Idealizada pela eminente linguista brasileira e um dos maiores expoentes nos estudos lexicais sobre o português do Brasil, Maria Tereza Camargo Biderman, a primeira edição do livro *As Ciências do Léxico* tinha como objetivo tornar público resultados de investigações acerca do léxico, realizadas pelos pesquisadores cadastrados no GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, no biênio 1996-1998, à época sob a sua coordenação. Com o propósito de traduzir o mais fidedignamente possível o conteúdo da proposta, a divisão estrutural do GT foi transposta para a arquitetura do livro, de maneira a abrigar trabalhos em consonância com as três subáreas das chamadas “ciências do léxico”. A escassez de obras específicas na área foi outro fator motivador para a concretização da publicação. A plena aceitação do livro no meio acadêmico, como também a sua seleção no âmbito do “Programa Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores” do COMPED-INEP/MEC,¹ 2001, que garantiu a publicação de uma segunda edição revisada, foram as molas propulsoras que estimularam a continuidade do projeto de disseminação da produção do GT por meio de livros do mesmo formato. Essa seleção garantiu o financiamento de uma tiragem de 3.000 exemplares na segunda edição da obra, dos quais 2.000 foram distribuídos pelo MEC para as bibliotecas públicas brasileiras. O mérito dessa conquista recai, sobretudo, na oportunidade de divulgação de resultados de pesquisas sobre o léxico para uma demanda de leitores que dificilmente tem acesso ao tipo de conhecimento veiculado pela obra, o que inclui docentes que atuam no âmbito da educação básica e do ensino médio.

Considerando esse panorama, os membros do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, em 2002, decidiram eleger a obra como publicação oficial do grupo com edições

¹ COMPED (Comitê dos Produtores da Informação Educacional); INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais); MEC (Ministério da Educação e Cultura).

bianuais, proposta acatada pela Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) que, por sua vez, a incluiu no seu catálogo de coleções, prerrogativa essa que tem aprofundado a publicação dos volumes subsequentes da coletânea. Há que ser pontuado ainda o fato de a proposta editorial do livro ter sido mantida em termos de arte e de estrutura, tendo apenas como traço diferenciador entre os diferentes volumes a alternância da cor da capa e dos verbetes registrados no detalhe (faixa vertical) que compõe o *layout* da capa. A aprovação da publicação em caráter de coleção incluiu também a deliberação de o livro passar a acolher, a partir do segundo volume, contribuições de pesquisadores estrangeiros. Essa iniciativa, se de um lado tem como finalidade propiciar aos leitores brasileiros o contato com resultados de estudos em desenvolvimento em centros de referência do exterior em pesquisas no âmbito dos estudos lexicais, por outro, favorece a divulgação do conhecimento produzido no Brasil, nessa área, para além das fronteiras internacionais.

Já no que diz respeito à segunda característica da coletânea, aqui destacada, a *periodicidade da publicação*, é preciso também computar o acolhimento da obra pela academia, o que lhe configura o *status* de referência para os pesquisadores na área. Parcerias celebradas entre a Editora da UFMS e outras instituições de ensino superior do Brasil têm sido responsáveis pela continuidade da publicação: o volume II (2004) contou com o aporte financeiro do Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); o volume III (2007) resultou de uma coedição entre a Editora da UFMS e a Associação Editorial Humanitas, estratégia essa repetida no volume IV (2010), cuja publicação foi concretizada graças à coedição entre duas editoras: a da UFMS e da UFRGS; o volume V (2010) foi de responsabilidade apenas da Editora da UFMS, enquanto este sexto volume está sendo beneficiado pela parceria celebrada

com o Laboratório de Edição da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Por estar sob a chancela de uma editora universitária, a continuidade da publicação tem estado sujeita às vicissitudes advindas dessa condição, tendo sido muitos os desafios transpostos graças ao empenho dos organizadores, dentre eles, os coordenadores do GT.

Como fruto da produção dos pesquisadores da área do léxico que atuam nos programas de pós-graduação que contam com linhas de pesquisa relacionadas aos estudos lexicais, uma consequência natural é a obra abrigar várias vertentes teóricas dos estudos lexicais produzidos no Brasil e amostras do que tem sido produzido em universidades estrangeiras. Dessa feita, o *acolhimento à pluralidade teórico-metodológica*, uma das políticas do GT, reflete-se no conteúdo dos diferentes volumes da coletânea que, por sua vez, aquilatam contribuições de pesquisadores com diferentes graus de experiência, já que o grupo agrega membros em estágios diversos da carreira acadêmica. Esse particular aponta para a *contemporaneidade do conhecimento veiculado* pela obra, outro traço aqui em realce, no que tange às características da coletânea *As Ciências do Léxico*, à medida que o produto disseminado resulta de pesquisas acadêmicas contemporâneas sedimentadas no âmbito de grupos de pesquisa consolidados.

A dinâmica da produção do conhecimento em nível de pós-graduação gera o novo, o inusitado dos produtos das investigações desenvolvidas nas diferentes regiões brasileiras, seja por pesquisadores sêniores, seja por jovens pesquisadores que disseminam o produto das suas pesquisas acadêmicas. Um exame dos sumários dos cinco volumes já publicados evidencia essa dialética entre o consolidado e o novo em termos de pesquisas lexicais no Brasil e dá mostras da *diversidade de temáticas abordadas*, ancoradas em teorias distintas de abordagem e das diferentes facetas dos estudos relacionados ao léxico:

cinquenta trabalhos na área de Lexicologia, distribuídos entre estudos sobre neologia lexical, a palavra do ponto de vista contrastivo, o léxico toponímico e léxico regional, a relação entre lexicologia e gramática, os processos de formação de palavras; *quarenta* artigos vinculados à Lexicografia, que representam contribuições relacionadas ao estudo de dicionários monolíngues e bilíngues, de metalexicografia, de paralexicografia, de lexicografia histórica, de dicionários onomásticos, além de questões associadas à lexicografia pedagógica. Por fim, foram publicados nos últimos catorze anos *cinquenta e um* trabalhos de Terminologia, contemplando discussões a respeito da nominalização de terminologias técnico-científicas, do estatuto das unidades terminológicas, da questão dos dicionários especializados, além de estudos sobre fraseologia, dentre outros.

Em síntese, a coleção *As Ciências do Léxico*, para além do já mencionado, reflete o fortalecimento do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, ao mesmo tempo em que reforça o papel político desse grupo no sentido de traçar diretrizes, definir prioridades e com isso contribuir para a definição de políticas públicas voltadas para os estudos acerca do léxico em suas diversas perspectivas e singularidades. A primeira edição do livro que deu origem à coletânea é considerada pela comunidade acadêmica como um “marco histórico” em termos de disseminação dos estudos lexicais no Brasil, daí a continuidade da coleção configurar-se como um *compromisso* que se materializa em diferentes instâncias: a do GT, a da Editora da UFMS e a dos organizadores. O objetivo traçado pela sua idealizadora – disseminar a produção na área também como uma forma de despertar novos estudos e consolidar grupos emergentes de pesquisa na área do léxico – tem sido o norte perseguido pelos responsáveis pela publicação, compromisso esse que continua a se concretizar com a disponibilização para a comunidade científica deste novo volume da coleção que abriga trinta artigos.

Assim, sendo fiel à sua filosofia, este volume reúne trabalhos produzidos pelos membros efetivos do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, apresentados e discutidos no *XXV ENANPOLL – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Letras e Linguística* –, realizado em 2010, na Universidade Federal de Minas Gerais, e no *VIII Encontro Intermediário do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL*, ocorrido em 2011, também na UFMG, além de dar guarida a trabalhos de renomados pesquisadores de universidades europeias – Portugal (Universidade de Coimbra), Espanha (Universidade de Santiago de Compostela), França (Université Paris XIII) e Alemanha (Institut für Germanistik der Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg) – e de uma universidade latino-americana – Colômbia (Universidad Autónoma de Manizales).

A parte I – Lexicologia – reúne catorze trabalhos que tratam de resultados de pesquisas em diferentes abordagens: mudança semântica, lexicologia social, lexicologia descritiva, lexicologia diacrônica, léxico regional, léxico toponímico, neologismo, variação e frequência lexical.

A parte II – Lexicografia – abrange seis artigos voltados para o universo dos dicionários. Enfocam-se sincronias e diacronias com textos que tratam de dicionários semânticos, dicionário de formas homônimas, sufixos, competência linguística, expressões idiomáticas, dicionário eletrônico.

A parte III – Terminologia – está voltada para estudos específicos relacionados a temas que abordam linguagens especializadas. Essa seção conta com dez estudos que enfocam descrições, *corpora*, variação, criação, propostas, comparações em linguagens especializadas.

Agradecemos a colaboração dos pesquisadores/autores que prestigiaram a obra com seus artigos e, também, à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e ao Laboratório de Edição da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo empenho com vistas à publicação deste livro.

Aparecida Negri Isquendo
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra
Organizadoras

Alto da Sé/ E dançar um frevo-rasgado/ Na cidade que ele fundou” (João Santiago). [Pl.: frevos-rasgados e frevos-rasgado].

Frevo-ventania. S.m. Caracterizado pela introdução, em sua pauta, de semicolcheias, que lhe dão um compasso rápido. [Pl.: frevos-ventanias e frevos-ventania].

Frevo abafo. S.m. Ritmo em que predominam os instrumentos metálicos, sobretudo pistões e trombones; frevo-de-encontro. [Pl.: frevos-abafos e frevos-abafo]

Frevo baiano. S.m. Sofisticação do genuíno frevo pernambucano com a troca dos metais das fanfarras pelas guitarras estridentes dos trios elétricos.

Frevo-de-rua. S.m. Frevo puramente instrumental, composto de uma introdução e a frase musical chamada resposta, que antecede a segunda parte, que nem sempre é uma repetição da primeira. Embora tenha se tornado música de salão, foi feito inicialmente para ser executado a céu aberto. [Pl.: frevos-de-rua].

Frevo-de-salão. S.m. Misto do frevo-abafo, frevo-coqueiro e frevo-ventania executado nos

PARTE I LEXICOLOGIA

HETEROSSEMIA E MUDANÇA SEMÂNTICA: DA LOCATIVIDADE À RECIPROCIDADE

*Graça Rio-Torto**

INTRODUÇÃO

A presença, num dado momento histórico, de diferentes valores semânticos numa unidade do léxico pode ser de vida a diversos fatores e traduzir diferentes tipos de correlação entre os sentidos dessa mesma unidade. Os diferentes valores de sub-, analisados em Rio-Torto (1993) – o locativo (*subcave*), o taxonómico (*subchefe*), o hponímico (*subespécie*) e o avaliativo (*subliteratura*) –, ilustram essa diversidade de valores que coexistem na presente sincronia do português. Exemplos como esse constituem um desafio para a descrição da língua, na medida em que a sua explicação pode ter uma origem num processo de deriva semântica fruto de uma diferente correlação entre os sentidos do afixo (Rio-Torto, 2008).

Procuramos aqui refletir sobre a coexistência de dois valores essenciais do prefixo *inter-*, no português atual, por forma a averiguar, através do seu comportamento, em que medida tal dualidade

* Universidade de Coimbra, Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, e CELGA, Coimbra, Portugal, gracart@gmail.com.

A reflexão aqui produzida beneficia-se do diálogo mantido com Susana Nunes ao longo da elaboração da sua Dissertação de Doutoramento sobre prefixação. A esta colega e amiga expresso o meu reconhecimento.

semântica representa uma situação de heterossemia e/ou de mudança semântica, muito comum no sector afixal.

Na fase contemporânea da língua, *inter-* apresenta grande produtividade, por certo devida à sua pluricategorialidade, uma vez que se combina com bases nominais (*intercidades*, *intercomunicador*), bases verbais (*interagir*) e bases adjetivais, como *interalveolar*, *interético*.¹ À parte a inexistência de restrições categoriais, esse prefixo não modifica a estrutura argumental do verbo ou do evento denotado, mas a relação semântica entre alguns dos participantes envolvidos, codificando uma relação de reciprocidade e de bidirecionalidade. Por isso ele é inserido na classe dos prefixos externos ou léxicos (Martín García, 1998). Acresce que esse prefixo se combina (i) quer com o predicador nuclear dum SN (*interajuda* ministerial, *interdependência* bancária), (ii) quer com alguns dos itens lexicais que codificam os argumentos daquele, como certos adjetivos relacionais (*dependência/ajuda interbancária* *interministerial*), mas nesses casos a leitura locativa está bloqueada, sendo apenas possível a argumental (*dependência/ajuda* recíproca entre bancos/ministérios). Essa sua versatilidade, traduzida na possibilidade de ativar diversos valores, ainda que com restrições semânticas que analisaremos adiante, contribui certamente também para a sua produtividade.²

¹ No presente texto respeita-se o “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)”, publicado em Diário da República nº 193, série I. A, p. 4370-4388 (com alterações aprovadas pela Retificação nº 19/91, de 7 de novembro), o qual, na sua BASE XVI, determina que “só se emprega o hífen nos seguintes casos: [...] 1 d) Nas formações com os prefixos *hiper-*, *inter-* e *super-*, quando combinados com elementos iniciados por *r*: *hiper-requintado*, *inter-resistente*, *super-revista*”, ainda que, algo contraditoriamente, em 2 a) se permita o não uso do hífen “Nas formações em que o prefixo [...] termina em vogal e o segundo elemento começa por *r* ou *s* [...]: *antirreligioso*, *antisemita*, *contrarregra*, *contrassenha*, *cosseno*, *extrarregular*, *infrassom*, *minissaia* [...]”.

² Os exemplos arrolados são extraídos de bases de dados em linha, nomeadamente o subcorpus do CETEMPúblico (<http://www.linguateca.pt/ACDC/>) da <www.linguateca.pt>, o <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/>>, e em pesquisas diretas

1. BASES VERBAIS E DEVERBAIS

Nesta secção analisa-se o comportamento de *inter-* quando acoplado a bases verbais (*intercomunicar*, *inter-relacionar*) e a deverbais, sejam nomes (*intercomunicador*, *inter-relacionamento*, *intercombinação*) ou adjetivos participiais, como *interconectado*, *interdependente*, *interligado*.

As bases verbais com que *inter-* é compatível, como *comunicar*, *ligar* ou *relacionar*, envolvem pelo menos dois actantes, um externo e outro interno, que estabelecem entre si uma relação unidirecional, como se verifica (cf. 1, 3, 5) em *comunicar* ‘x comunica com y’, ‘x comunica algo a y’, em *relacionar* ‘x relaciona (z) com y’, em *ligar* ‘x liga z a y’. Ora, a adjunção do prefixo desencadeia uma alteração na estrutura e na relação semântico-conceptual entre os argumentos do verbo, que passa a ser não unidirecional, mas bidirecional; o papel do prefixo consiste, pois, em codificar uma relação de **reciprocidade**, que é simétrica quando a relação entre os actantes é bidirecional (2, 4, 6).

As bases verbais prefixadas por *inter-* são predominantemente télicas e **diádicas** ou **triádicas**, em que o argumento externo tem tipicamente capacidade agentiva e o argumento interno funciona tipicamente como objeto efetuado/tema ou afetado/paciente pelo evento denotado pelo verbo.

(1) Comunicar:

- a. o João *comunica* com a Maria por telefone;
- b. o João *comunica* algo à Maria;
- c. este troço *comunica* com aquele por uma ponte.

feitas online no Google, mencionadas ao longo do texto. A consulta foi realizada em 07 jan. 2012.

(2) Intercomunicar:

- a. o João e a Maria *intercomunicam* (por telefone);
- b. o João (*inter*)*comunica* com a Maria por telefone.

(3) Relacionar:

- a. o desemprego *relaciona*-se diretamente com a pobreza;
- b. “A pormenorização construtiva apresentada *relaciona*-se com a Regulamentação Térmica Austríaca” <http://www.tisem.pt/www/ftp/Documentos%20KLH/02Building%20Elements%20Catalogue.pdf>.

(4) Inter-relacionar:

- a. a pobreza *inter-relaciona*-se diretamente com o desemprego, a pobreza e o desemprego *inter-relacionam*-se diretamente;
- b. “Este enquadramento teórico do uso das Energias Renováveis [...] ajuda a compreender a existente cooperação inter-acional para o desenvolvimento das Energias Renováveis na China e *inter-relaciona* os crescentes esforços de cooperação neste sector com a integração da China nos Regimes Ambientais Internacionais”.

<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/3404/1/2009001113.pdf>.

(5) Ligar:

- a. a ponte *liga* Lisboa a Almada.

(6) Interligar:

- a. a ponte *interliga* Lisboa e Almada;

b. “Através das Efs 153, 116 e 485 o Porto de São Francisco do Sul *interliga-se* com o sistema ferroviário de todo o país”. http://www.cidasc.sc.gov.br/html/servico_armazenagem/servico_armazenagem.htm;

c. “A primeira parte caracteriza-se por existirem muitas pequenas histórias que se *interligam* com as aventuras do cavaleiro” <http://citador.weblog.com.pt/arquivo/007436.html>;

d. “[...] aquilo que chamamos de língua materna e aquilo que chamamos de língua estrangeira se relacionam de maneira complexa e paradoxal, assim como se (*inter*)*ligam* às questões identitárias e culturais de forma complexa e paradoxal” (Cury, 2008, p. 129);

e. “A intervenção nos serviços de consultoria e assistência técnica implica sempre uma abordagem global e integrada da empresa, onde se interligam o apoio técnico e a captação de incentivos financeiros [...]” (Programa de Incentivos à Modernização da Economia) <http://www.pamesa.pt/formacao/produtos.php>.

Repare-se que num texto académico, publicado em revista universitária (6 d), é possível observar a alternância entre o mesmo verbo, quando portador de *inter-* e quando não portador (“se (*inter*)*ligam* às questões identitárias”), com idêntico valor funcional, o que confirma que, respeitada a natureza bimembre do argumento, em alguns casos ambas a formulações podem funcionar como equivalentes.

A reciprocidade estabelecida nos verbos prefixados é explicitada mediante (i) um argumento bimembre (“*inter-relacionar* a universidade e o mundo empresarial”); (ii) um argumento no plural (“promover o diálogo de todas as instituições que se *inter-relacionam*”) ou (iii) uma relação entre os argumentos externo e interno codificada pela preposição com (“o problema da violência infantil poderá igualmente

inter-relacionar-se com o progressivo afastamento das crianças da realidade da morte”) (Nunes, 2011, p. 194).

A presença do prefixo não provoca alterações na estrutura argumental da base verbal, que apresenta o mesmo número de argumentos que a base prefixada. Assim se verifica também com os nomes postverbiais *ajuda* e *interajuda* (7, 8). A diferença reside no facto de o preenchimento semântico do argumento de *interajuda* implicar uma dualidade de entidades, que ativam uma relação de articulação e de bidirecionalidade entre si:

(7) a *ajuda* de A a B surpreendeu-os;

(8) a *interajuda* de A e de B/a *interajuda* entre A e B surpreendeu-os.

O funcionamento de *inter-* é idêntico quando este se combina com **nomes e adjetivos verbais**. As bases *comunicação* e *dependência* implicam uma relação unidirecional entre dois actantes (x comunica com y; x depende de y); a adjunção de *inter-* (*intercomunicação*, *interdependência*) permite codificar uma relação de bidirecionalidade entre os actantes do evento verbal.

Nos nomes verbais prefixados por *inter-* torna-se impositiva a explicitação dos termos envolvidos na relação, sob pena de agramaticalidade (9):

(9) “*A *interdependência* entre a captura de sardinha é o nó górdio das perspetivas do setor a nível nacional”.

Já nos nomes verbais correlatos não prefixados (*dependência*), essa explicitação se pode dispensar. Em (10) não se verbaliza em relação a quem os exportadores portugueses são dependentes.

(10) “O governo vai lançar linhas de crédito destinadas a incentivar a diversificação dos mercados, diminuindo a **dependência** dos exportadores portugueses” (Nunes, 2011, p. 198-199).

Inter- combina-se com nomes conversos ou postverbaís (Rodrigues, 2001), como *interajuda*, *interabraço*, *interajuste*, *interapoio*, *interataque*, *interderrete*, *interpertença*; quando denotam eventividade, a acoplagem do prefixo estabelece uma relação tipicamente não locativa, mas de interação, de reciprocidade, entre as entidades envolvidas.

Também os adjetivos deverbaís prefixados por *inter-* (***interdependente***, ***interligado***, ***inter-relacionado***) reproduzem as mesmas condições de funcionamento que as dos verbos corradicais: exigência de manifestação explícita da dualidade dos actantes ou dos membros afetados pela predicação deverbal recíproca, como se observa pela agramaticalidade de “*este fator é *interdependente*” por contraste com “estes fatores são *interdependentes*”.

Em síntese, esse prefixo exige que os argumentos em jogo sejam semanticamente correlacionáveis de forma bidirecional (o João interage mal com a Maria, o João e a Maria interagem mal;³ esses argumentos *interligam-se*; o teu argumento *interliga-se* com o meu), pelo que *inter-* não apresenta valor argumental, mas valor léxico-semântico de reciprocização (xRy yRx) com escopo na estrutura semântica da base.⁴

³ Por vezes a base não prefixada (*agir*) apresenta um sentido lexicalizado em relação ao prefixado (*interagir*): em “o João age mal com a Maria, o João e a Maria agem mal”, *agir* equivale a ‘comportar-se’.

⁴ Como demonstra Feliu Arquiola (2003), *auto-* (*autoproclamar-se*) implica correferencialização reflexiva (xRx) do actante e *co-* (*coparticipar*) exige um participante agentivo plural (x y).

2. BASES NÃO DEVERBAIS

Os produtos em *inter-* não deverbais são de três tipos:

(i) nomes simples prefixados por *inter-* (*interquartil*, *inter-rei*, *intersístole*, *intertítulo*);

(ii) nomes em aposição (***intercidades***, ***interclubes***, ***interessados***, ***interfronteiras***, ***intergerações***, ***interpartes***, ***inter-repúblicas***);

(iii) adjetivos denominais (*intervalveolar*, *intergovernamental*, *interlabial*, *interoceânico*, *interuniversitário*).

2.1. Nomes simples prefixados por *inter-*

O primeiro conjunto é constituído por nomes que denotam uma entidade conceptualmente situada entre o denotado pela base (língua, rei, sístole, título) e outra entidade congénere, mas distinta desta. Trata-se de um conjunto restrito, em que alguns produtos são antigos, como *inter-rei*, e que, para além do sentido composicional, viriam a adquirir significações lexicalizadas em função da área referencial em que se situam:

(11) *interlíngua*: ‘sistema linguístico de interferência, entre a língua materna e a língua-alvo, criado pelo aprendiz ao longo do processo de assimilação de uma língua não materna’;

(12) *interquartil*: ‘classe de valores compreendidos entre dois quartis’;

(13) *inter-rei*: ‘indivíduo que exercia as funções reais ou consulares (na República Romana) até ser eleito o novo rei ou cônsul’;

espécie de regente que exercia as funções do rei falecido até que se proclamasse outro rei’;

(14) *intersístole*: ‘intervalo entre o fim da sístole auricular e o início da sístole ventricular’;

(15) *intertítulo*: ‘título que permite aligeirar a mancha do texto, estabelecer pausas dentro deste e “arrumar” a informação de forma a facilitar a leitura. Contrariamente ao título, o intertítulo não tem por missão resumir um texto. Por norma, é composto por pouco mais que três palavras, concretas e fortes’.

Uns nomes são endocêntricos (*interlíngua*, *inter-rei*, *intertítulo*) e outros exocêntricos (*interquartil*; *intersístole*); alguns podem ser usados em aposição, como amplitude *interquartil*, situação que tende a ser a mais representada, e que se descreve na seção seguinte.

2.2. Nomes em aposição

Existe em português, como em outras línguas românicas, um crescente conjunto de construções nominais com prefixo *inter*, em que o nome se encontra necessariamente no plural (*intercidade *vs* interidades),⁵ e que funcionam em aposição a outro nome. Os nomes com que se combina *inter*-podem ser simples (*interidades*, *interclubes*, *interganges*, *interilhas*, *interportos*), ou complexos (*interfronteiras*, *intergerações*, *inter-repúblicas*, *intermuniáprios*, *intersindicatos*) e denotam entidades que envolvem seres humanos e/ou com estes tipicamente relacionadas.

⁵ A expressão da reciprocidade ou da bilateralidade implica a pluralidade dos actantes do evento, o que justifica a necessidade do plural.

Os nomes do SN em relação aos quais *inter-* funciona como apositivo são portadores de traços de:

(i). eventividade (acordo *inter-repúblicas*, circulação *interfronteiras*, competições *interclubes*, comunicação *interespecies*, concorrência *interportos*, conferência *interestados*, conflito *intergerações*, deslocações *interempresas*, diálogo *interpartes*, guerras *intergangues*, ligações *interilhas*, reuniões *intersindicatos*);

(ii). mobilidade (comboio ***intercidades***, mobilidade *interestados*);

(iii). bilateralidade (diferenças ***inter-regiões***).

Dizendo de outro modo, os nomes do SN em relação aos quais *inter-* funciona como apositivo são eventivos (circulação, conflito, deslocação, guerra, reunião) ou relacionais (comboio, mobilidade, diferença); conjuntamente com a pluralidade do nome a que se aco- pla *inter*, estão criadas as condições para que a relação que através de *inter-* se estabelece possa ser de natureza bilateral.

Algumas dessas formações apositivas coexistem com as adjeti- vais denominais corradicais: acordos *intermunicípios/intermunicipais*, reuniões *intersindicatos/intersindicais*; mas nem sempre isso é possível, devido à inexistência do **adjetivo denominial, como nos casos de *interespecies*, *interpartes*, pois *interespecial e *interparcial estão blo- queados pelos sentidos lexicalizados dos adjetivos *especial* e *parcial*.**

2.3. Adjetivos denominais prefixados em *inter-*

Neste caso o produto prefixado é um adjetivo relacional atra- vés do qual se codifica uma relação, locativa ou de outro tipo, entre o que é denotado pela base nominal.

Os adjetivos relacionais prefixados por *inter-* podem ter valor locativo ou eventivo. No primeiro caso, o prefixo é portador de sentido topológico, e no segundo aporta alteração do preenchimento dos argumentos associados ao nome-núcleo do sintagma em que está inserido. Se a base do adjetivo denominal é uma parte do corpo, não eventiva por natureza, só a leitura locativa está disponível: *interalveolar* ‘entre os alvéolos’, *interclavicular* ‘entre as clavículas’, *intermuscular* ‘entre os músculos’.

Se a base do adjetivo denominal denota uma entidade associada a uma entidade coletiva através da qual é possível o estabelecimento de interação interpessoal, então a leitura eventiva já está disponível, ainda que também a locativa possa ser ativada. Neste caso, é a semântica do nome que o adjetivo modifica que determina o tipo de leitura cotextualmente adequado:

(a) a leitura locativa é ativada quando o nome que o adjetivo modifica é locativo, como *área, espaço, fronteira, região, território intermunicipal: corredor interdepartamental* ‘que interliga departamentos’; *área, espaço, fronteira, região, território intermunicipal* ‘entre municípios’, *águas intercontinentais* ‘entre continentes’. O espaço pode ser físico ou conceptual, como em “*espaço/território interpartidário* ou *inter-religioso*”;

(b) a leitura é eventiva e argumental quando o nome que o adjetivo modifica denota um evento em que intervêm mais do que um participante: “*acordo intermunicipal* entre várias autarquias”, “*conversações interdepartamentais*”, “*cooperação intermunicipal*”, “*reunião interestadual*”, “*torneio intercontinental*”.

3. ESCOPO SINTAGMÁTICO DE *INTER-*

Os prefixos podem ter escopo sobre todo o sintagma em que ocorrem, e não apenas sobre a base com que se combinam. Tal é visível em estruturas de base compostas ou em frases, do tipo (16-18):

(16) movimento anti- [energia nuclear];

(17) ex- [primeiro ministro], ex- [secretário geral], ex- [cabeça de casal];

(18) manifestações pró- [direitos humanos], marcha pró- [amnistia internacional].

Também *inter-* pode ter escopo sintagmático, quando co-ocorre com um adjetivo denominal que funciona como argumento dum predador, corporizado num nome eventivo, que herda a capacidade de estabelecer uma relação valencial do verbo de base. A diferença entre *inter-* e *anti-*, *ex-* ou *pró-* reside no fato de estes não terem interferência na estrutura argumental ou valencial das construções em que ocorre; já ***inter-* influencia o preenchimento léxico-conceitual dos argumentos envolvidos.**

Quando o núcleo do SN é preenchido com um nome eventivo, que em português apresenta uma morfologia tipicamente deverbal, o prefixo *inter-* pode combinar-se com esse nome nuclear (*intercomunicação/interajuda departamental*) ou com o adjetivo que funciona como argumento deste (*comunicação/ajuda interdepartamental*).

Em *comunicação/ajuda interdepartamental* (19), só a leitura argumental ('comunicação/ajuda entre departamentos') é possível: a leitura locativa está aqui vedada:

(19) *comunicação/ajuda interdepartamental*;

(20) *intercomunicação/interajuda departamental*.

Já em (20), *intercomunicação* ou *interajuda departamental* pode significar ‘comunicação ou ajuda bilateral entre departamentos e entre as pessoas destes’. Feliu Arquiola e Fábregas (2003) defendem que neste caso (*intercomunicação departamental*) estamos perante duas leituras possíveis: (i) uma argumental (‘comunicação bilateral entre departamentos’) e (ii) outra não argumental, ou ‘locativa’ como, por defeito, lhe chamam (‘comunicação bilateral entre as pessoas dos departamentos’). Pelo contrário, entendemos que ‘comunicação/ajuda bilateral entre as pessoas dos departamentos’ pode ser encarada à luz de um processo figural, metonímico, relativamente a ‘comunicação/ajuda bilateral entre departamentos’, em que se designa instituição pelas pessoas que dela fazem parte. Não está, portanto, em causa uma relação locativa, mas igualmente argumental, pelo que também neste caso apenas uma leitura se encontra disponível.

Importa sublinhar que quando *inter-* afeta um adjetivo denominacional, como em *comunicação interdepartamental*, ocorre uma dupla predicação, pois a interpretação de reciprocidade estende-se também ao nome nuclear do SN. Como afirmam Feliu Arquiola e Fábregas (2003, p. 175), “when *inter-* prefixation takes place directly on a predicate’s argument like the relational adjective, it can affect the whole NP, as the event expressed by the head noun receives a reciprocal interpretation, that is to say, a double predication is understood”.

4. UM VALOR UNITÁRIO DE *INTER-*

Foi-nos dado observar que em todas as circunstâncias o sentido global do SN se encontra fortemente condicionado pelo semantismo do nome nuclear deste, em articulação com o do prefixo e do adjetivo a que este se acopla, respeitando, portanto, as condições que presidem aos processos de coindexação semântica descritos em 2. e em 3.3.

Existe uma forte correlação entre o valor do prefixo e a natureza das entidades denotadas pelos nomes a que *inter-* se acopla (Quadro 1) ou a natureza das entidades denotadas pelos nomes que o adjetivo portador de *inter-* modifica (Quadro 2):

(i) valor locativo, se as bases ou os nomes nucleares de SN forem [-eventivo] denotando entidades locativas e estáticas (*intertítulo*, *intercidades*, *interilhas*, *átrio interdepartamental*);

(ii) valor argumental, e de reciprocidade, se as bases (*interajuda*, *intercomunicação* departamental), ou os nomes nucleares de SN (*comunicação* interdepartamental) forem [+ eventivo], envolvendo dinamicidade e interação interpessoal.

A natureza [$\pm$ eventiva] dos nomes é, pois, crucial, para a interpretação locativa ou para a interpretação argumental do derivado.

Quadro 1. Modalidades da semântica do derivado em *inter-*

	Base _N [-eventiva] REL BIDIRECCIONAL LOC	Base _N [-eventiva] REL BIDIRECCIONAL LOC
Inter + BaseN	<i>Intertítulo</i> , <i>intercidades</i> , <i>interilhas</i> : Relação locativa.	<i>Interajuda</i> : relação de reciprocidade entre os atantes envolvidos.
		<i>Intercomunicação departamental</i> : relação de reciprocidade de comunicação bilateral entre departamentos e entre as pessoas destes.

Quadro 2. Modalidades da semântica do derivado em *inter-*
(* denota agramaticalidade)

InterAdj	SN_[-eventivo] + interAdjN <i>átrio interdepartamental</i>	SN[+eventivo] + interAdjN <i>comunicação interdepartamental</i>
Relação bidirecional entre x e y	Relação locativa (*EVENTIVA/*ARG)	Relação de reciprocidade (*LOC)

A hipótese que esses quadros deixam entrever é a de que *inter-* ativa uma mesma relação semântica, a de bidirecionalidade ou de correlação entre duas entidades, que se pode manifestar na modalidade (i) locativa ou (ii) argumental e de reciprocidade. Nas leituras literais das unidades do léxico, essas duas leituras excluem-se entre si, estando, portanto, numa relação de disjunção fundada nas propriedades semânticas das unidades.

A validação dessa hipótese escuda-se não apenas na análise dos dados empíricos, mas também na assunção de algumas premissas que são fruto de investigação anterior, e que corroboram a linha de raciocínio aqui defendida. Tenhamos em conta que:

(i) a significação duma palavra morfológicamente complexa é fruto da coindexação entre a significação carregada pela base e pelo afixo, ou pelas bases em jogo, podendo ainda beneficiar de sentidos específicos de natureza e origem vária, como a área referencial, processos figurais de extensão ou de redução de sentido, lexicalizações de vários tipos (Rio-Torto, 1998);

(ii) o semantismo dum afixo não se subsume no dos produtos em que este ocorre, pelo que não faz sentido atribuir tantos valores semânticos a *inter-* quanto os que sobressaem nos derivados em que ele está presente;

(iii) a leitura final e contextualizada da palavra está por norma condicionada pelo semantismo do núcleo do sintagma em que ela se insere e/ou da estrutura argumental de que participa.

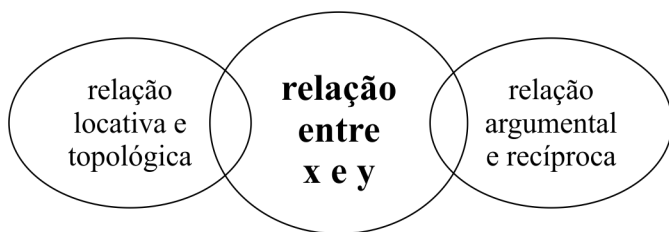
Assim sendo, e fruto da pesquisa aqui realizada,

(iv) é possível propor um valor unitário para *inter*, ultrapassando o dualismo locativo vs. argumental que até agora lhe tem sido atribuído;

(v) *inter-* apresenta um mesmo valor semântico-conceitual com duas manifestações: uma **locativa** e outra **argumental**. A posição intermédia entre duas entidades (valor locativo topológico) envolve também um nexo de correlação bilateral entre as mesmas, que não é eventiva e recíproca, porque estática. Por seu turno, a relação de reciprocidade entre duas entidades é também uma manifestação de bilateralidade, e por inerência do prefixo de interação mútua.

A figura seguinte visualiza essa dualidade que envolve o relacional topológico e o relacional interativo.

Figura 1. Relação de intermediação codificada por *inter-*



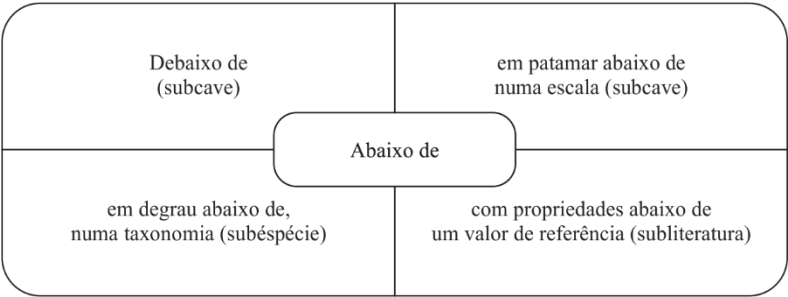
O funcionamento de *inter-* é análogo ao de outros prefixos cujo semantismo acumula um valor topológico com outros valores conexos, radialmente desenvolvidos. No caso de *inter-*, como no de

outros prefixos, assiste-se a uma reutilização do valor locativo em outras áreas semântico-referenciais onde ele também se pode aplicar (Lehrer, 1993; Rio-Torto, 1993), explicadas cognitivamente como assentes em metáforas conceptuais (v.g. *more is up, less is down, high status is up, low status is down, good is up, bad is down*), celebrizadas por Lakoff e Johnson (1980).

Os derivados em *sobre-*, *sub-* e *super-* ilustram essa expansão do valor locativo ordenado no eixo da verticalidade (*sobrecapa, sobreconsciente, sobressaia, subcave*) para outras áreas conceptuais que envolvem igualmente ordenação na verticalidade, como a ordenação taxonómica (*sub-espécie, sub-diretor, superestrato, superciliar, supernumerário*) e a ordenação avaliativa, de acordo com uma escala de valores (*sub-literatura, super-aquecer, super-ideia, super-afável*).

Essa deriva faz-se habitualmente acompanhar de uma reestruturação dos domínios conceptuais e funcionais de atuação de cada prefixo, sendo que no caso de *super-* o valor puramente locativo tem sido superado pelo avaliativo e/ou taxonómico. A figura seguinte ilustra as manifestações do sentido de ‘abaixo de’ nos derivados em *sub-*.

Figura 2. Manifestações de ‘abaixo de’ nos derivados em *sub-*



No caso do par *entre-* e *inter-* (Nunes, 2011, p. 158-162), *entre-*, presente em palavras mais antigas, tem perdido disponibilidade, acantonando-se predominantemente na esfera do locativo (*entrededo*, *entrefolha*, *entremeio*) e do avaliativo (*entreabrir*). Fica assim o caminho aberto a *inter-* para a expressão da reciprocidade interativa (*intercomunicar*, *interministerial*) e, por certo em menor escala, da locatividade (*interdental*). Tal não significa que não coexistam exemplos de valores de reciprocidade expressa através de *entre-* (*entreaajuda*, *entreolhar*), uma vez que o funcionamento da língua não é o de uma ciência exata.

CONCLUSÃO

A análise efetuada evidencia que a coexistência do relacional topológico e do relacional interativo no campo da expressão prefixal (de *inter-*, *sobre-*, *sub-*, *super-*, por exemplo) não anula a unidade semântica de cada operador prefixal, resultando antes do alargamento do âmbito semântico de cada um, como unidades polissêmicas que são. A heterossema, que resulta de mudanças operadas no funcionamento de cada prefixo, espalda-se no espaço semântico-conceptual modular e distintivo de cada um.

Em relação a *inter*, falta averiguar se terá havido gramaticalização, no sentido de acréscimo de gramaticalidade face a anterior maior lexicalidade, mas há certamente uma expansão de sentidos do locativo/topológico para o argumental e interativo.

O funcionamento de *inter-* deve, pois, ser equacionado à luz das relações estruturais que mantém com outros operadores isofuncionais, como *entre-* e o clítico *se* com valor recíproco (Ribeiro, 2011). Assim se explica que esse operador afixal não desencadeie alterações na Estrutura Argumental da base, isto é, no número de argumentos em jogo, mas

afete a estrutura léxico-conceitual dos participantes, tendo incidência no tipo de relação semântica que entre estes se configura, pois entre os dois actantes requeridos pela presença de *inter-* é imperativo que se estabeleça uma relação de simetria participativa, de reciprocidade.

REFERÊNCIAS

FELÍU ARQUIOLA, Elena. *Morfología derivativa y semántica léxica: la prefijación de auto-, co- e inter-*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 2003.

FELÍU ARQUIOLA, Elena; FÁBREGAS, Antonio. Phrasal Scope and Argument Constraints of Spanish *inter-* Prefixation. In: BOOIJ, Geert Ed.). *Topics in Morphology*. Selected Papers From the Third Mediterranean Morphology Meeting. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2003. p.165-176.

LAKOFF, George; Johnson, Mark L. *Metaphors We Live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LEHRER, Adrienne. Prefixes in English Word Formation. *Folia Linguistica*, v. 29, n. 1-2, p. 133-148, 1993.

MARTÍN GARCIA, Josefa. *La morfología léxico-conceitual: las palabras derivadas con RE-*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1998.

NUNES, Susana M. da Costa. *Prefixação de origem preposicional na língua portuguesa*. Orientadora: Graça Rio-Torto. 2011. Dissertação (Doutoramento em Linguística Portuguesa) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

RIBEIRO, Sílvia. *Estruturas com SE anafórico, impessoal e decausativo em português*. Orientadora: Graça Rio-Torto. 2011. Dissertação (Doutoramento em Linguística Portuguesa) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

RIO-TORTO, Graça. *Formação de palavras em português*. Aspectos da construção de avaliativos. 1993. Dissertação (Doutoramento em Linguística Portuguesa) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.

RIO-TORTO, Graça. Semântica derivacional e construção de sentido. In: RUFFINO, Giovanni (Org.). *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza* (Palermo, 18-24 Settembre 1995). v. III (*Lessicologia e*

semantica delle lingue romanze). Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1998. p. 755-766.

RIO-TORTO, Graça. Mudança genolexical: teoria e realidade. *Linguística*, Porto, v. 3, n. 1, p. 224-240, 2008.

RODRIGUES, Alexandra Soares. *Formação de postverbais em português*. Porto: Granito Editores, 2001.

Fontes e bases de dados

CURY, Daniel Lemos. A construção da identidade do aluno migrante em sala de aula. *Língua, Literatura e Ensino*, Unicamp, v. 3, p. 127-132, 2008.

Pamésa. Apresenta os principais serviços prestados no âmbito da formação profissional. Disponível em: <http://www.pamesa.pt/formacao/produtos.php>.

Linguateca. Acesso ao *corpus* do português do Projeto AC/DC. Disponível em: <http://www.linguateca.pt/ACDC/>.

Portal da língua portuguesa. Acesso ao acordo ortográfico. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/>.

APUNTES PARA A HISTORIA DO LÉXICO GALEGO E PORTUGUÉS. OS NOMES DOS RECIPIENTES PARA BEBER*

*Rosario Álvarez***

INTRODUCCIÓN

Escollemos para esta contribución as denominacións dalgúns obxectos de uso cotián empregados para beber ou tomar alimentos líquidos, quentes ou fríos. Tanto a elección do tema e orientación para esta contribución coma a escolla do galego como lingua vehicular foron feitas cun dobre propósito, que queremos declarar desde o inicio.

Na nosa experiencia lingüística con falantes de portugués — moito máis frecuente e intensa cos de PE, por simple proximidade territorial—, temos observado como no campo semántico dos recipientes se reiteran unha e outra vez conflitos entre formas comúns co galego que teñen significados ben distintos en portugués, evidenciando unha concentración de falsos amigos que, ata onde nós coñecemos, non ten parangón en ningún outro campo semántico. Por

* Traballo realizado no marco do proxecto Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Portugués, financiado polo Ministerio de Ciencia e Innovación [FFI2009-12110].

** Universidade de Santiago de Compostela. Instituto da Lingua Galega. Santiago de Compostela, España, rosario.alvarez@usc.es.

poñermos só algúns exemplos máis dos que se darán a continuación, a *dorna* é en Galicia un dos barcos de vela máis tradicionais e emblemáticos, non unha *tina* ou *balde* de madeira; a nosa *panela* é baixiña e ancha, para frixir, mentres que en Portugal serve para cocer e costuma medir máis de alto ca de diámetro, coma a nosa *ola*; o *cazo* galego ten mango e serve para cociñar, pero a diferenza de pt. *caço* non vale para frixir; chamamos *botella* ao pt. *garrafa* e *garrafa* ao pt. *garrafão* (tamén *garrafón*, se é moi grande); as nosas *bacías* son troncopiramidais e de madeira, grandes, non circulares nin de metal ou porcelana; a nosa *sella* é de madeira, moi feitiña e con tampa, porque nela se garda a auga fresca para beber, non leva a encaldada dos porcos, etc. Esa continua especialización semántica diferenciada, a partir dunha base común que nos máis dos casos parece afondar a raíz na primitiva lingua galego-portuguesa, leva anos chamando a nosa atención. Por iso, nesta ocasión, decidimos situar o foco de interese comparativo nesta realidade denominativa, escollendo algúns obxectos moi coñecidos, de pleno uso moderno, rural ou urbano, sen que a obsolescencia material viñese perturbar a descrición lingüística dunha situación xa en por si complexa.

Ese é o noso primeiro obxectivo. Para chegarmos a el, valémonos de material de primeira man sobre o galego, a partir de datos dialectais, de *corpus* escrito e de información lexicográfica, resultados de distintos proxectos do Instituto da Lingua Galega (ILG). Para a variación diatópica, usamos en primeiro lugar as bases de datos do *Atlas lingüístico galego (ALGa)*¹, cos datos completos das enquisas realizadas en 167 puntos galegófonos a mediados da década dos 70; no mesmo lugar temos ao noso dispor outros materiais dialectais, procedentes doutras campañas de recollida e dun considerable número de monografías dialectais. Para o *corpus* escrito valémonos de dúas

¹ *ALGa* – García e Santamarina (1990-).

grandes bases de datos en liña: o *Tesouro medieval informatizado da lingua galega* (TMILG)² permite facer consultas nunhas 16.000 unidades textuais, procedentes dun total de 82 obras escritas en galego antes de 1600; o *Tesouro Informatizado da lingua galega* (TILG)³ contén a práctica totalidade dos textos escritos en galego entre 1600 e 1980 e unha boa selección das obras producidas entre esa data e 2010, polo que permite acceder a un *corpus* de 25 millóns de palabras. Finalmente, para a información lexicográfica empregamos non só o dicionario da Real Academia Galega (DRAG)⁴ senón de xeito especial a obra compilatoria *Dicionario de dicionarios* (DdD)⁵, que permite acceder de forma conxunta ao *corpus* lexicográfico galego desde o séc. XVIII á época moderna, con exclusión dos dicionarios en circulación comercial; ten o seu correlato no *Dicionario de dicionarios do galego medieval* (DDGM)⁶, que reúne os glosarios das distintas obras. Cómpre advertir que, dada a nosa posición e acceso aos recursos, a comparación que seguirá está feita desde Galicia e desde a perspectiva do galego.

Para os datos do portugués valémonos non só da información proporcionada polos máis importantes dicionarios modernos nas dúas bandas do océano (Houaiss⁷, Aurélio⁸, Priberam⁹, Porto¹⁰, citados no lugar correspondente), senón do *Corpus lexicográfico do portu-*

² TMILG – Varela Barreiro (dir.). Dispoñible en: <http://ilg.usc.es/tmilg>.

³ TILG – Santamarina (dir.). Dispoñible en: <http://www.ti.usc.es/TILG/>.

⁴ DRAG – García e González González (Dir.) (1997).

⁵ DdD – Santamarina (Ed.) (2003).

⁶ DDGM – González Seoane (Dir.). Dispoñible en: <http://sli.uvigo.es/DDGM/>.

⁷ Houaiss *et al.* (2001).

⁸ Ferreira (1999).

⁹ Priberam = *Dicionário Priberam da língua portuguesa*.

¹⁰ Costa; Melo (1977).

*guês (CLP)*¹¹, que permite a consulta conxunta de 18 obras lexicográficas comprendidas entre os séculos XVI e XIX, ofrecido en aberto; por tanto, cando mencionemos a Jerónimo Cardoso, Bluteau e outros ilustres antecesores, non debe interpretarse que fixemos un baleirado de datos obra a obra, senón consultas a través do mencionado *corpus*. Como base de datos textuais usamos o *Corpus do Português (CP)*¹² de Davies; Ferreira que, no dicir dos autores, comprende 45 millóns de palabras, tiradas de obras de distintas proveniencias, escritas entre os séc. XIV e XX. Os datos de uso no portugués contemporáneo proveñen do *Corpus de Referência do português contemporâneo (CRPC)*¹³ e do *Léxico multifuncional computadorizado do português contemporâneo (LMCPC)*¹⁴, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. O primeiro, máis extenso, consta de 290.000.000 de palabras, tomadas de textos en portugués de distintas variedades xeográficas, entre eles numerosos textos brasileiros; o *corpus* do segundo contén un *subcorpus* de lingua escrita (15.354.243 palabras) e un *subcorpus* de lingua falada (856.195 palabras), só sobre textos portugueses, extraídos do *CRPC*. Tamén foi consultado o *Corpus brasileiro (CB)*¹⁵, do Grupo de Estudos de Lingüística de *Corpus* da PUC-SP, do que só puidemos obter datos numéricos.

O segundo propósito é colocarmos o galego no horizonte e consideración dos colegas portugueses e brasileiros que se ocupan da historia da lingua e da variación lingüística, porque nin desde

¹¹ *CLP* – Verdelho (Dir.). Dispoñible en: <http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx>.

¹² *CP* – Davies e Ferreira. Dispoñible en: <http://www.corpusdoportugues.org>.

¹³ *CRPC* – Bacelar do Nascimento (Dir.). Dispoñible en: <http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/crpc/>.

¹⁴ *LMCPC* – Bacelar do Nascimento (Dir.). Dispoñible en: <http://www.clul.ul.pt/pt/recursos>.

¹⁵ *CB* – *GELC*. Dispoñible en: <http://corpusbrasileiro.pucsp.br/cb/Inicial.html>.

o punto de vista metodolóxico nin desde o punto de vista práctico semella aceptable seguiren ignorando a lingua falada na maior parte do dominio que outrora foi Gallaecia. Ese territorio ancestral sitúase no recanto NW da Península Ibérica, ao norte do río Douro e chega ata o mar Cantábrico; visto doutro xeito, o espazo situado no N de Portugal, entre o Douro e a fronteira norte —isto é, as actuais rexións portuguesas de Minho, Douro Litoral e Trás-os-Montes e Alto Douro—, era o territorio sur do reino de Galicia ata a separación do condado Portucalense, que había dar lugar ao reino de Portugal. É incuestionable que a independencia portuguesa marcou o inicio dunha historia política, cultural e lingüística que fixo evoluir o portugués de maneira autónoma e o levou na expansión ultramariña aos cinco recantos do mundo. Pero non é menos certo que en Galicia se segue falando como lingua maioritaria a autóctona, o galego, continuadora directa da de Martín Codax, de Afonso o Sabio ou de Mendiño. Por iso afirmamos que a historia da lingua portuguesa e a súa evolución, diacrónica ou diatópica, nunca será completa ignorando as características e vicisitudes do galego; da mesma maneira que o estudo equivalente do galego precisa adoito da exploración de datos do portugués (en todas as súas variantes, entre as que destacamos PE e PB).

O esquecemento ou preterización do galego nos estudos históricos portugueses non é imputable só tradición filolóxica desta lingua, polo demais rica, nin aos estudosos portugueses e brasileiros. Por razóns políticas e sociolingüísticas que é do caso expoñermos aquí, ata os anos 60 do século pasado, a recollida, sistematización e estudo científico do galego foron testemuñais e pouco coñecidos fóra das nosas fronteiras. Dito doutro xeito, o galego era unha lingua descoñecida para os romanistas —ata o punto de moitos pensaren que desaparecera— debido a unha eficaz acción centralista que

apagou durante séculos a lingua e a cultura de Galicia, combinada coa incapacidade dos propios galegos de facermos visible a nosa lingua e de producirmos materiais lingüísticos para uso interno e difusión externa. Felizmente, esa situación mudou nas últimas décadas, con resultados moi positivos dos que espero dar mostras nesta contribución, pois varios deles serviron de base á exposición que segue.¹⁶

1. VASO VS COPO

Un galego toma un *vaso* de viño ou de auga, nunca un *copo*. A primeira acepción¹⁷ no *DRAG* para *vaso* é “Recipiente de vidro, metal ou outro material, xeralmente de forma cilíndrica, que serve para beber”. Con este significado, *vaso* é a forma común en toda Galicia, sen excepción.

Aínda que é pouco frecuente e non do dominio xeral, en galego o substantivo *copo* tamén existe e tamén pode designar unha cavidade

¹⁶ Convido os interesados a visitaren catro páxinas *web*, de entidades moi representativas do noso tecido cultural e científico, que ofrecen en aberto interesantes recursos e datos sobre o galego. Na do Consello da Cultura Galega, que se complementa co seu Portal da Cultura (<http://consellodacultura.org/>, <http://www.culturagalega.org/>), poderán atopar unha mediateca e acceso a varios recursos e arquivos. A da Real Academia Galega ofrece, entre outros, acceso a recursos lingüísticos e a unha boa hemeroteca antiga (<http://www.realacademiagalega.org/>). A do Centro Ramón Piñeiro (<http://www.cirp.es/>) ofrece, entre outros, o acceso a *CODOLGA* (*corpus* latino medieval galego), a *CORGA* (a partir de textos xornalísticos e literarios producidos en galego desde 1975) e a *BILEGA*, unha base de datos de bibliografía lingüística galega moi eficaz e completa. E a do Instituto da Lingua Galega (<http://ilg.usc.es/>), da Universidade de Santiago de Compostela, reúne gran número de córpora e recursos en aberto, entre eles varios dos que serven de base a este capítulo.

¹⁷ No sucesivo, numeraremos as acepcións como 1a, 2a, etc. Tamén adoptaremos as seguintes abreviaturas para as provincias galegófonas: as catro de Galicia, A Coruña [Co] no NW, Lugo [Lu] no NE, Ourense [Ou] no SE e Pontevedra [Po] no SW; e tres situadas fóra dos límites administrativos de Galicia, polo leste, en que hai un territorio occidental de lingua galega, de norte a sur, Asturias [As], León [Le] e Zamora [Za].

capaz de servir de continente, mais con tamaños e características físicas que a fan completamente inadecuada para o viño ou calquera outra bebida: nun aparello de pesca, o *copo* ou *cope* é a parte con forma de bolsa onde se concentra o peixe; en vexetais, o *copo* pode denominar partes cóncavas, coma a cúpula da landra; noutra acepción menos coñecida, pero máis próxima ao significado portugués, en puntos da metade sur de Galicia *copo* (xunto con *copela*, *copelo*) denomina unha medida para gran e sementes que se mide cunha copíña de madeira, con pé, feita dunha soa peza; moito máis minoritarios son os significados de *copo* como o ‘corno en que o segador leva gardada, en auga, a pedra de afiar a gadaña’ (NE Ourense: O Bolo, Larouco, O Barco de Valdeorras) ou ‘recipiente rústico feito de cortiza en que os pastores recollen froitos silvestres’ (N Ourense: A Teixeira) (*ALGa* 1510; Rivas 1978, *apud DdD*). Só en puntos raianos coa fronteira portuguesa atopamos *copo* ‘ferrada ou cazo de porcelana para beber’ —isto é, un vaso con mango— (*ALGa* 1928: Arbo [Po], Padrenda e Lobios [Ou], Porto [Za]), que está na liña de *copo* “Pequeno vaso com rabo”, sen indicar o uso, recollido no Soajo (rexión do Minho).¹⁸ Tamén só en puntos desa área raiana atopamos *copo* co significado común en portugués (Lobios e Vilardevós [Ou], Porto [Za]), en situación de progresivo abandono: así, o informante de Porto aclara que o *copo* acostuma ser de porcelana, coma os antigos, mentres que os de vidro son *vasos*; e o de Vilardevós lembra que *copo* se dicía antes.

As dúas linguas coinciden na acepción de *vaso* como “Recipiente máis estreito na boca e na base ca no medio, polo xeral de barro ou de arxila fina, que se emprega como adorno ou para conter flores” (3a,

¹⁸ En Arcos de Valdevez (Pereira, 1970). Tomamos o dato dos materiais achegados polo equipo do proxecto tedipor, do CLUL (João Saramago, dir.), para ser integrados no *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português*, coordinado polo ILG, aínda en elaboración, que reunirá para os investigadores o léxico dialectal contido en numerosas fontes dispersas.

DRAG; 2a, Houaiss), pero un galego preferirá sempre *floreiro* (repárese no masculino), *xerrón~xarrón* (as dúas variantes desaconselladas na norma culta) ou *xerro*. Se do que se trata é de “estocar as azeitonas em vasos de madeira” (tiramos o exemplo de Houaiss, 1a: “recipiente côncavo, de vários formatos, próprio para conter líquidos ou sólidos”), un galego nunca empregaría a palabra *vaso*: porque a almacenaxe non é a súa utilidade e porque sendo de madeira resulta inadecuada esa denominación. E como obxecto análogo “para plantar plantas de pequeno porte” (3a, Houaiss), a forma habitual é *testo*.

Tanto *vaso* (lat. vg. *VASU*) coma *copo* (masc. formado a partir de *copa* < lat. vg. *CÜPPA*¹⁹) teñen atestacións antigas, mais de forma desigual. *Vaso* está xa presente nas CSM (mediados séc. XIII) e conta con abundantes rexistros medievais en textos galegos e portugueses, entre os que non faltan testemuños que avalan de maneira explícita o significado antecedente do galego moderno (p. ex., “derom de beber a el rei per hũu vaso de vidro” [Cr.1344], *DDGM*: s.v. *VASO*; para a amplitude de rexistros en textos altomedievais (Varela Sieiro, 2003, p. 251-254). Os lexicógrafos portugueses da Idade Moderna recollen *vaso* como recipiente, pero semella que no séc. XVI era inusual nesta lingua como denominación normal do actual *copo*. Todo apunta a que, no espazo portugués, *vaso* era un hiperónimo que podía designar

¹⁹ Esta é a explicación etimolóxica comunmente aceptada. É moi verosímil, tendo en conta a abundancia de casos en que a diferenza de xénero serve como trazo formal distintivo entre parellas de substantivos: *cesto/cesta*, *leiro/leira*, *carballo/carballa*, *portelo/portela*... (en galego, cando menos, este recurso segue sendo produtivo, sobre todo para crear masculinos a partir de femininos: *cousa* > *couso*). Ora ben, está por explicar a vogal aberta [‘ɔ], pois non hai evidencias dunha acción metafonética de /a/ final tan temperá e xeneralizada como para que *copa* —explicable deste xeito só nunhas determinadas coordenadas espaciais e temporais— puidese influír por analoxía na vogal radical dun masculino presente na lingua xa desde a Alta Idade Media; porque, ademais, convén non esquecerlo, en *copo* o influxo metafonético de /o/ final cara á pechazón sería tanto ou máis forte. De por parte, hai unha rara unanimidade nesa pronuncia aberta de *copa*, pois, ata onde hoxe sabemos, en Galicia, o influxo metafonético de /a/ afectou só a unha pequena rexión atlántica, no SW: ¿como explicar logo [‘ɔ] en todo o territorio?

o obxecto usado para beber se se especificaba deste xeito ou se o contexto extralingüístico o explicitaba; ese amplo significado parece estar na base da tradución “*Mulctro bibere*. Beber por ferrada. Dir-se-ha do amigo de vinho que por qualquer vaso bebera” (J. Cardoso). Este lexicógrafo quiñentista non o fai equivalente de CALIX (‘o cáliz, a copa ou vaso para beber’), pero traduce POCULUM como “O vaso por onde bebem”, VAS FICTILE “Ho vaso de barro” (non indica o uso), VAS ESCARIUM “Ho vaso onde comem”, VAS POTORIUM “Ho vaso por onde bebē”, etc. De acordo coas súas definicións, o *vaso* podía ser de ouro, de prata, de cobre, de pau, de barro, de pedra...; podía ter *asas* ou *azos*, ou non; podía ter boca estreita ou fondo moi ancho...; podía servir para gardar azucre, para tirar auga do pozo ou dun recipiente meirande, para botar auga sobre as mans no lavabo, para gardar ungüentos, para conservar o aceite ou o viño ou a fariña..., para cociñar alimentos, para medir líquidos, como braseiro, etc.

Canto a *copo*, as atestacións máis antigas no CP son do séc. XV, cun significado alternante ora con *vaso* ora con *copa* (“a triaga seja delida em ho *vaso* ou *copo* em que ha tomares”, 1496; “vinhos forom postos em *copos* de gemes preciosas e as *copas* em que o vinho estava eram cubertas d’especies por cheirar melhor”, c1400-1500); pero Machado aduce testemuños temperáns, xa en textos latinos ou híbridos do séc. X (946, “et alhaguma orientea uno copo de xv solidos”, s.v. COPO), en consonancia con outros similares mencionados por Corominas en territorio leonés (fins do séc. XI e principios do XII, s.v. COPA). Desde logo, aparece ben asentado xa na máis temperá tradición lexicográfica portuguesa como recipiente usado para beber, sen que poidamos especificar se tiña a forma máis común actualmente²⁰ ou outra. Así ocorre en obras do mesmo autor quiñentista citado no parágrafo

²⁰ Segundo Houaiss (1a), “recipiente de vidro, cristal, plástico etc., ger. cilíndrico, sem asa e sem tampa, pelo qual se bebe”.

precedente, onde este significado é inequívoco e tan asentado que xa entón forma parte da fraseoloxía: “Copa ou copo. calix(icis)” (c1561); “calix(icis). Ho copo pera beber”, “*Inter calicem & os. multa interueniunt*. Entre ho copo & a boca muytas cousas acontecem”, “*Maschalam tollere*. Empinar ho copo” (1569). Por contra, en Galicia Varela Sieiro (2003, p. 221) só atopa unha atestación no conxunto documental latino manexado (ano 969, Lourenzá [NE Lugo]), como peza do servizo de mesa que tanto pode equivaler a gal. *taza* coma a pt. *copo*; tampouco se atopan testemuños continuadores en textos medievais escritos en galego.

Así pois, pódese concluír que a primitiva forma *vaso* ‘recipiente’ se especializou con significados diverxentes en ambas as linguas. Na do norte, onde non ten a concorrencia de *copo*, denomina de preferencia o recipiente usado para beber, mentres que na do sur denomina recipientes usados para gardar ou conter substancias, especialmente líquidas. De por parte, a creación dun masc. *copo* a partir de *copa*, con este significado, é unha innovación á que foi alleo o galego no seu conxunto; desde o punto de vista desta lingua, *copo* perfílase como oriental (límite co Leonés) e, sobre todo, como meridional (ou sexa, portuguesa).

2. COPA VS TAÇA, TAZA VS XÍCARA E CHÁVENA

Certas bebidas merecen ser tomadas en *copa*, alternativa ao *vaso* cun carácter máis ceremonial. A *copa* galega é xeralmente de vidro ou cristal e sempre ten pé; o tamaño e forma do recipiente dependen das modas e das características da bebida (copa de champaña, copa de coñac, copa de auga, copa de viño...).²¹ Equivale por tanto ao pt.

²¹ No léxico do ocio distínguese entre {ir, saír, andar...} de viños e {ir, saír, andar...} de copas. No primeiro caso, faise de día (antes do xantar ou da cea) e supón ir cos amigos

taça, definido por Houaiss (1a) cos mesmos trazos, mais un galego nunca tomará esas mesmas bebidas en *taza*, pois este termo designa entre nosoutros unha cunca con asa, empregada para bebidas quentes, preferiblemente se é grande, porque a pequena chámase adoito *pocillo*. De aí que en Galicia —onde a selección brasileira ten moitos torcedores— soe moi divertido e se repita con frecuencia, entre risas, aquilo de “A taça do mundo é nossa”; os nosos campións aspiran a unha *copa*, pois galego e portugués si coinciden en darlle a esta palabra o significado de “Peça artística com essa forma ou outra análoga, de metal nobre e com inscrições alusivas, que se dá como prêmio ao vencedor de uma competição” (3a, Houaiss).

A *copa* galega abrangue tamén gran parte do espazo do pt. *cálce*. En tratándose de recipientes, para un galego o *cáliz* é, sempre, o “vaso sagrado onde se fai a consagración do viño durante a misa” (DRAG), e así foi desde sempre, pois todos os rexistros antigos, desde 1258, van nesta dirección (cf. *TMILG*, variantes en {-z, -s, -x} e con {-i-, -e-}); coincide, por tanto, coa primeira acepción que descubrimos en Houaiss e en Aurélio para {*cálce*, *cáliz*}. Por iso, ao galego resultaralle inaceptable a idea dun “cálce de bagaço, de conhaque ou de dry martini”, en expresión usual tanto en Portugal coma no Brasil, consonte o significado “copo de forma aprox. semi-esférica, alongada ou semelhante a um cone invertido, que tem um pé formado por uma haste mais ou menos comprida e uma base ger. circular, us. para certos tipos de vinho, licores etc.” (2a, Houaiss). Debe ser esta unha especialización semántica portuguesa, non só polo feito de faltar absolutamente en galego, senón porque os textos escritos nola presentan como bastante serodia: no *CP*, as ocorrencias dos

a máis dun bar ou taberna para tomar principalmente viño; no segundo caso, faise despois da cea, en lugares previstos para o ocio nocturno (certo tipo de bares, pubs, salas de festas, etc.) e inxírense cócteles, combinados, licores, champaña, etc. En ningún caso importa en que tipo de recipiente serven as bebidas.

séculos XVI a XVIII son todas referidas en sentido real ou figurado ao obxecto litúrxico e só principiado o séc. XIX comezan a concorrer rexistros co outro significado (1835 Almeida Garret: “elle que nunca bebe um calix de vinho...”; 1862 França Júnior: “Enche um cálice e oferece ao Barão”).

A gal. *taza* corresponden en pt. *chávena* e *xícara*, e tamén *tigela* (§ 3). A primeira parece ser hoxe a forma normal en PE, onde *xícara* foi caendo en desuso; as nosas pesquisas non conseguiron establecer se están en distribución territorial, pero si podemos afirmar que non están na mesma posición sociolingüística. Entre os nosos correspondentes lisboetas, lingüistas, é opinión xeneralizada que *xícara* é bastante menos frecuente ca *chávena*; se ben todos coñecen ambas, consideran a primeira anticuada e fóra do seu uso diario. Parecen concordar niso cos redactores do dicionario Priberam, que definen *xícara* como “Pequeno vaso para tomar chá ou outra bebida” e remiten como “Sinónimo Geral” a *chávena*, e máis aínda cos do dicionario de Porto Editora, que se limitan a remitir da primeira á segunda; mais non podemos pasar por alto que para Cândido de Figueiredo, ao rematar o séc. XIX, *xícara* era aínda a opción principal (“CHÁVENA: O m. q. xícara”). O *corpus* do LMCPD mostra ben ás claras esa diferenza de uso, pois na orde de frecuencias *xícara* atópase no treito das que teñen entre 6-10 atestacións e *chávena* no de 101-316. O CRPD mostra unha aparente contradición, pois dá un número moito maior de *xícara* (*xícara(s)*~*xicara(s)*~*chícara(s)*~*chicara(s)*, 3458) ca de *chávena* (509). Ora ben, danse dúas circunstancias que explican esa disparidade nos datos: (a) a inmensa maioría dos rexistros de *xícara* proceden de receitas de cociña e libros de culinaria, onde se perfila como voz característica do medio, mentres que os de *chávena* son tirados de textos todo tipo, nun leque moito máis representativo da lingua común; (b) o *corpus* textual de LMCPD é exclusivamente

portugués (polo tanto ilustra a prioridade de *chávena*), mentres que o de CRPC inclúe textos do Brasil, Macao e outras proveniencias.²² O CB confirma a diferente escollo nas dúas bandas do océano: fronte a 2791 rexistros de *xícara(s)*~ *chícara*, dos que o 1,15% procede de textos orais, só se recollen 24 de *chávena(s)*, todos da escrita. Así pois, pódese concluír que o equivalente usual de gal. *taza* é *chávena* en PE, que na súa expansión ultramaríña en Asia adoptou un préstamo descoñecido por completo en galego; en cambio, o equivalente usual en PB é *xícara*, unha voz que foi caendo en desuso en Portugal e que tamén se recolle esporadicamente en puntos do territorio galegófono.²³

Os testemuños de *copa* (< lat. CŪPPA) e {*taza*, *taça*} (< ár. ṬÁSSA ‘escudela, cunca, caldeiro, taza’) como recipiente para beber remóntanse ás orixes do idioma, con abundantes documentacións (Corominas e DDGM: COPA e TAZA, TAÇA). Segundo Varela Sieiro (2003, p. 220-221), na Alta Idade Media galega a *copa* pertence ao servizo de mesa e sería “principalmente un tipo de vaso con pé para beber”, frecuentemente con tampa. No *corpus* escrito galego atopamos ambas desde fins do

²² Agradezo a información e as suxestións a João Saramago, experto dialectólogo do CLUL, sempre bo compañeiro e mellor amigo.

²³ Por veces as buscas en internet revélanse unha fonte estimable de datos sobre xuízos e prexuízos lingüísticos, que non é doado obter por outras vías. Nun foro de consultas lingüísticas, alguén pregunta desde A Arxentina se *chávena* e *xícara* son sinónimos: responde un brasileiro que “Sim. Mas ninguém mais usa *chávena*”; responde un español desde a fronteira portuguesa que “Em Portugal *chávena* usa-se de preferência. De facto, só ouvi *xícara* nas telenovelas brasileiras”; responde un portugués, concordando con outro que afirma que “*chávena* se usa em Portugal e *xícara* no Brasil”, que “De facto, em Portugal aprendemos essa palavra na escola, mas raramente se ouve. Suponho que deve ter caído em desuso” (<http://forum.wordreference.com/showthread.php?t=2306240&langid=24>, 12/01/2011). Abunda na mesma consideración de *xícara* como PB fronte a *chávena* PE este presunto experto noutro consultorio: “Aconteceu em Portugal, p. ex., com a palavra *xícara*: os pernósticos acharam-na feia, rústica, e passaram a dizer “*chávena*”. Hoje, toda a classe média urbana e suburbana emprega o termo, confinando a *xícara* às alfaías das mesas rurais e aristocráticas. Um dia, até dessas desaparecerá...” (<http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=6442>, 12/01/2011).

séc. XIII (1295-1312 e 1299, respectivamente, *TMILG*); damos como ilustración algúns exemplos da concorrencia de ambas as formas con outros recipientes destinados ao mesmo fin: “et dez *copas* d’ouro et çẽ *uasos* de prata” (c.1300), “o meu *vasso* dourado de prata et a mia *taza*” (1305); “Et rroubarõ ouro et prata et pedras preçiosas et *copas* et *uasos* et escud[e]llas et baçios et outras muytas doas de prata et d’ouro” (1370-1373). A especialización semántica diverxente de *copa* e *taza*, que produciu o contraste actual entre galego e portugués, hai que situala na deriva particular e independente de ambas as linguas.

Máis arriba indicamos que o equivalente galego para unha *xícara* ou *chávena* pequena, coma as que dos xogos de café convencionais, recibe comunmente en Galicia o nome de *pocillo*. As evidencias apuntan a que se trata dun castelanismo²⁴, mais ten a particularidade de que mantén en galego —e na variedade de español falado en Galicia— un significado que deixou de ser común na lingua orixinaria. Procede do lat. *PŌCILLU* (diminutivo de *POCULU* ‘vaso, copa para beber’), polo que ten desde as orixes ese significado de pequeno recipiente usado con este fin (Corominas, s.v. *BÚCARO*).²⁵ O dicionario

²⁴ De feito, non é aceptada na norma culta do galego, elaborada con criterio purista. As formas normativas do léxico galego establécense no *Vocabulario ortográfico da lingua galega*, <http://www.realacademiagalega.org/volga/index.jsp> (VOLGa, ILG/RAG 1989). Para a pronuncia canónica destas voces, <http://ilg.usc.es/pronuncia/>.

²⁵ Ao parecer é un arcaísmo latino que só sobrevive no ámbito hispánico: “Otra palabra catoniana es *pocillum*. Catón (Agr., 156, 3) habla de un pocillo de barro, un *pocillum fictile* en el que se ha de poner una medicina al sereno de la noche. La palabra queda anticuada y no se registra más que como arcaísmo religioso (Livio y Plinio, con referencia a un mismo hecho) o en un pasaje del anticuario Suetonio que nos habla de una taza que el itálico Vespasiano usaba de su abuela” (Tovar, 1968: 17). O feito de non se tratar do morfo diminutivo *-ellum* (esp. *-illo* / gal. e port. *-elo*) senón de *-illum* pode colocar a hipótese dunha evolución galega autóctona, que non desbotamos con novos datos; con todo, é incontornable o feito de que, sobre unha base etimolóxica idéntica, non é doado explicar unha solución [‘iʎ’] común a galego e español.

da RAE²⁶ dá como significado principal para *POCILLO* o de “Vasija o recipiente empotrado en el suelo para recoger o contener un líquido, como el aceite o el vino en los lagares”, que nada ten que ver con esa orixe, pero desde 1803 recolle, como entrada propia en corpo menor, o de “*p*[rovincial de] *And*[alucía]. La jícara en que se toma chocolate. *Poculum, cratera*”, e máis recentemente como engadido, ao final da entrada única, a anotación sinonímica “Jícara”. O CORDE²⁷ dános un total de 70 rexistros de *pocillo* con este significado, datados entre 1755 e 1974, dos que dous terzos (64,3%) proceden de América (Arxentina e México [11], Uruguai [6], Colombia e Guatemala [5], Perú [4], Venezuela [2], Puerto Rico [1]); Corominas (*loc. cit.*) engade o testemuño de Cuba. Fronte ao vizo que mostra *pocillo* ‘xícara’ no español americano ata o presente, os textos españoles en que se documenta son na súa gran maioría anteriores a 1930 (e a cuarta parte proceden de coñecidos autores galegos, Emilia Pardo Bazán e Álvaro Cunqueiro). Son varias as vías polas que esta voz castelá puido chegar a Galicia, onde, como dicimos, é de uso xeral, tanto en galego coma no español que aquí se fala; non se descarta a vía da emigración ás áreas mencionadas na bibliografía, sexa a Andalucía (primeiro Sevilla e logo Cádiz, xunto con outros portos atlánticos, foron importantísimos focos de atracción) sexa aos países iberoamericanos mencionados, cara aos que houbo un fluxo moi intenso que deu lugar a un retorno de novidades culturais e lingüísticas.

Tampouco pt. *chávena* é unha voz medieval. Se a hipótese aceptada comunmente é correcta, e non parece haber argumentos en contra, *chávena* é un préstamo procedente de Asia e por tanto exclusivo do portugués (mal. *c^hāvan*, chin. *c^hā-kvān*). Non estraña

²⁶ RAE – Real Academia Española. A base <http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle> permite o acceso en liña a todas as edicións do dicionario da RAE.

²⁷ CORDE – Dispoñible en: <http://corpus.rae.es/cordenet.html>.

por iso que non haxa testemuños no *corpus* lingüístico ata a Idade Moderna nin que o primeiro se deba a un xesuíta (1649, segundo Houaiss); no *CLP* só a recolle Bluteau (1712-28), coa variante fónica *chavana*, que integra como préstamo vido de Oriente e define por referencia a outra denominación preexistente, a *xícara*: “CHAVANA. Palavra da India. He como meya chicara”. É normal, por tanto, que falte en galego, dado que foi incorporada polo portugués cando xa as dúas linguas tiñan vidas manifestamente independentes.

En opinión que viña correndo sen debate, tamén puido chegar de lonxe a *xícara*, asociada á novidade do chocolate. Segundo Machado, a primeira atestación é de 1706 (“E huma *chicara* de coro com pee guarnição azas e tapadoura tudo de filagrana de prata”) e no *CP* o primeiro rexistro de *chícara*~*xícara* é de 1721, da man dunha portuguesa (Sóror Maria do Céu, “huma *chicara* de chocate”), o que de principio parece situala nunha cronoloxía algo posterior a *chávena*. Pero, como xa se dixo, Bluteau (1712-28) define *chavana* por referencia a *chícara*, polo que debemos supor que a comezos do séc. XVIII esta tiña maior implantación no uso social cá que presenta como estranxeirismo; e, noutro artigo da mesma obra, emprégaa na descrición das virtudes e posoloxía da raíz da *MANICA* (“molda em çumo de limaõ Gallego, e dada a beber em quantidade de meya *chicara* pela manhaã em jejum”), confirmando o seu carácter de voz coñecida e de uso común. En Galicia, desde logo, hai tradición de *xícara*, aínda que a voz non é hoxe frecuente: non só hai algúns rexistros esporádicos tomados da fala en lugares dispersos, senón significados translaticios (*unha xícara de pan* ‘un poquiño de pan’, Muros [Co]), palabras derivadas (*xicarada* ‘contido dunha xícara’ e *xicarazo* ‘golpe dado coa xícara’, en concellos galegófonos do occidente de Asturias; *xic(a)rada* ‘cantidade pequena dunha cousa, en especial líquidos’, Ribeira de Piquín [Lu]) e fraseoloxía (*darlle un xicarazo* ‘envelenalo’,

occid. Asturias; fonte *DdD*). Corominas propón unha orixe náhuatl²⁸, a partir de *šikállī* ‘vasilla de cabaza, vasilla de embigo’, que se cruzaría coa voz hispanoárabe *šikâra* ‘mochila, taleiga’ (s.v. JÍCARA); de se aceptar esta hipótese, a *xícara* —cognada ou evolución de esp. *jícara*— cruzaría dúas veces o océano, da América Central á Península Ibérica e de aquí ao Brasil e outros países de lingua hispánica. Ora ben, no *corpus* galego medieval existe *çicara*, co mesmo significado ou equivalente (“en huna çicara de prata et en huna taça”, Santiago de Compostela 1361, *TMILG*), polo que a hipótese azteca debe quedar en suspenso²⁹; é continuadora desa mesma base o actual *ácara*, que rexistran varias obras na Maragatería e Terra de Astorga, no territorio leonés contiguo do dominio galegófono (LE MEN: s.v. JÍCARA). A voz hoxe común en Brasil, segundo isto, é de orixe hispánica e podería proceder do territorio constitutivo da lingua, a antiga Gallaecia.

3. CUNCA VS MALGA E TIGELA

O recipiente semiesférico e sen asas en que se toman bebidas, nomeadamente o caldo, é en galego unha *cunca*; a variante *conca* é hoxe menos frecuente e circunscríbese a unha pequena área dialectal situada no NE (*ALGa* III: 34). O étimo é un grecismo chegado a nós a través

²⁸ Xusto é dicir que a hipótese centroamericana está xa na tradición lexicográfica anterior: “CHÍCARA s.f. (O hespanhol ten *xicara*, o italiano *chichera*, do mexicano *xicalli*). Vid. *Chavena*.” (Vieira, 1874).

²⁹ Nada empece a palatal inicial, toda vez que a vogal /i/ axudaría a un fenómeno que xa se dá con certa frecuencia en galego sen esa circunstancia coadjuvante: *SEPIA* > *xiba*, *SAPONE* > *xabón*, *SARTORE* > *xastre* (por non falarmos das frecuentes vacilacións orais do tipo *siquera* ~ *xiquera*); como curiosidade engadimos que noutra consulta en internet atopamos un espontáneo aprendiz de “brasileiro” que pide “Me ensine a escrever, é *chicara/xicara* ou *çicara*?” (01/01/2012). Na hipótese de Corominas, a concorrencia da forma hispanoárabe é precisa para explicar o cambio de -ll- a -r-; a variante galega documentada por nós, moi anterior ao contacto dos peninsulares cos aztecas, remata en -ra (coma esp. *jícara*, port. *xícara*, it. *chichera*).

do lat. CÔNCHA, voz empregada desde antigo en latín para designar vasos de diversas clases (Varela Sieiro, 2003, p. 216). O levantamento feito por este latinista mostra que *conca~cunca* forma parte do enxoval galego na Alta Idade Media, desde inicios do séc. X, con tres acepcións documentadas: en primeiro lugar, ‘peza da vaixela ou do servico de mesa, *cunca*’, de prata ou bronce, tal vez de vidro branco e, sobre todo, de madeira; secundariamente, ‘recipiente no que se verte a auga das ablucións ou que serve para outros usos sagrados’ e ‘medida de capacidade’.³⁰ Hoxe é voz común, a preferida como recipiente das características mencionadas, fronte á concorrente *taza*,³¹ con diversas utilidades que condicionan o tamaño e material empregado: a *cunca* de madeira séguese usando para dar forma a queixos e bolos de pan, ou para a manteiga; o viño do país, de baixa graduación, bébese por *cuncas* de barro ou porcelana; o caldo e o leite sérvense en *cuncas* vidradas... É tamén frecuente o uso como termo xeográfico (sin. *baía*), como nome de medida e en frases como *cunca da man* e *cunca das mans*, *cunca dos ollos*, *cunca da orella*³².

A vixencia de *cunca* en galego contrasta fortemente co esmorecemento ou descoñecemento en portugués. Segundo C.

³⁰ O gran mediuse sempre con medidas de capacidade: un recipiente en forma de caixón, de vaso ou de *cunca* que se enche do produto medido. En parte de Galicia a forma *cunca~conca* denomina o instrumento de medición e a medida equivalente a 1/16 do ferrado (o peso depende do tipo de gran, pero pódese situar arredor de 1 kg). As mesmas denominacións son usadas para a medición da superficie (*un ferrado de terra*, *unhaunca de terra*).

³¹ Non imos volver sobre *taza*, salvo para engadir ao dito en § 2 que non de raro invade o campo de *cunca*, designando tamén o recipiente para beber que non ten asa ou asas. Onde concorren ambas as formas, poden ser sinónimos absolutos ou especializarse *taza* como *cunca* de feitura máis moderna, materiais de mellor calidade ou tamaño máis pequeno.

³² Este uso derivado, por metáfora, está non obstante presente en portugués: 4a Houaiss: “cavidade da face externa do pavilhão auricular; concha da orelha”; 1a Aurélio: “Anatomia. A concha da orelha”.

de Figueiredo, pt. *conca* é sinónimo en desuso de *tigela*; a variante diatópica *cunca* aparece definida por el, ademais, como “tigela de pau” (rexionalismo, Trás-os-Montes; tamén no Minho, Moraes Silva, 1813), o mesmo ca en Bluteau (1712-28) e en Madureira Feijó (1734³³). Concorde nesos trazos, de maneira explícita, un dos escasos exemplos recollidos no *corpus* literario: “bebendo da água do regato pelas concas de pau” (Eça de Queirós 1900, *apud CP*). Semella, pois, que en territorio portugués, mesmo no norte, a vella denominación non acompañou as novas feitura deste obxecto. Tornando a ollada cara ao Brasil, *conca* é para Aurélio (3a) sinónimo anticuado de *tigela* e *cunca* non aparece definido como recipiente, nin sequer coa acepción de “Vaso de madeira, com tampa, em que se guardam e transportam comidas”, que Figueiredo dá como brasileirismo.

Tigela é para Figueiredo, coma para outros autores portugueses, unha “espécie de xícara grande, sem asa” (1a) ou un “Vaso de barro, mais ou menos tosco, sem gargalo, e sem asas ou com asas pequenas” (á parte dalgunhas outras acepcións, relacionadas directa ou indirectamente con recipientes). En puntos de Galicia *tixela* pode ser, en efecto, sinónimo de *cunca*, e como tal aparece esporadicamente recollido en lexicógrafos do séc. XIX e principios do séc. XX; a este significado corresponde sen dúbida o primeiro testemuño escrito que atopamos no *corpus* literario (ourensán: “ás doce, hora propia de apurar de caldo catro tixelas, e dúas libras de pan, dous netos de bo morapio e un prato de bacallau”, *O Tio Marcos da Portela*, 1876). Hoxe só en puntos raianos, sobre a fronteira portuguesa, atopamos *tixela* como ‘cunca’ ou ‘taza grande’ adecuada para tomar o caldo (Salvaterra

³³ A variante con <u>, maioritaria en galego, non é do agrado deste autor, que a rexeita como posible forma común: “Cônca. jogo de rapazes, e não *Cunca*” (1734). De acordo coas fontes lexicográficas consultadas, esta variante fónica rexístrase en Trás-os-Montes e no Alto Minho, ou sexa, no límite con Galicia (Corominas: s.v. CUENCA; Machado: s.v. CUNCA).

de Miño [Po]; Lubián, Monterrei e Vilardevós [Ou]). O significado común de gal. *tixela~tixola* é equivalente do pt. *frigideira*, como se recolle no *DRAG*, que dá como único significado “Utensilio de cociña metálico, de forma redonda, pouco fondo e con mango longo, no que se friten os alimentos” (sinónimos *fritideira, frixideira, sartaña*); son abundantes os rexistros na lingua falada que confirman a ampla implantación popular desta correspondencia³⁴. Sexa de metal sexa de barro, coma antigamente, a *tixela* galega serve para cociñar; así era tamén nos máis antigos rexistros portugueses, tirados o *Tratado de cozinha portuguesa* (1400?, *apud CP*):

Receita. tomaraõ a laõprea lanada cõ agoa quemte
E tirar lheam a tripa sobre huã *tegela* nova por que
caya o sangue nela & emrolalaam demtro naquela
tijella & deytarlheam coemtro & salsa & sebola
mujto meuda

ẽ huã *tigela de fogo* nova & ãtaõ ãtre huã talhada &
a outra do coelho poraõ huã de touçinho & despois
que for todo asy posto nesta *tygela* & o adubo deste
coelho a de ser crauo & asafram & o crauo seja
mais que o asafraõ & despois dele posto na *tijela*
segarlheãõ os cheyros por syma asy como pera
selada.

En efecto, a especialización de *tigela* como equivalente de gal. *cunca* debe ser tardía. A documentación fai ver que pt. *tigela* designaba un recipiente de mesa ou de cociña feito de barro, apto para diversos usos. A fins do séc. XVI, nas “Vereações-Taxas” de Coimbra (1573-1585, *apud CP*) fixéanse aínda prezos diferenciados para as distintas calidades de *tijella de fogo*, de *tigella para salgar carne* e de *tigellas para gente*, establecendo que “as maiores para comer companhia de gente” poden chegar a real e medio. E a principios do séc. XVIII, Bluteau

³⁴ Tamén é *tixela~tixola* o recipiente con furados que serve para asar as castañas.

(1712-28) defínea como unha peza do servizo de mesa (“TIGÉLA. Vaso concavo, em que de ordinario de põem sopas, doces, & outros manjares”), pero logo emprega a voz como utensilio de cociña, equivalente de gal. *tarteira* (de barro) ou *cazola* (“com meya canada de agua commua se cozem em *tigela de barro* por hũ quarto de hora”, s.v. SALVINA), e debe recorrer a un adxectivo para precisar o significado de *tigela* como ‘malga’ (“SOPEIRO. *Tigela sopeyra*. A que tem fundo para sopas. Profunda scutella, ae.”). Pódese afirmar, cremos, que a partir dun primitivo significado común de {gal. *tixela*, pt. *tigela*} como recipiente de barro de boca ancha, para uso doméstico, houbo unha especialización que mantivo gal. *tixela* no ámbito da cociña (ben que evolucionando con certa especialización na forma e utilidades) e que levou pt. *tigela* ao servizo de mesa (reducindo o tamaño e modificando os trazos formais).

Malga, que Figueiredo define como “Tigela vidrada, branca ou de cor”, é voz completamente descoñecida e opaca para un galego; na base de datos do ALGa (nº 1959) só se rexistra en Hermisende (Za), sobre a mesma raia con Portugal. No CRPC aparecen 96 rexistros de *malga(s)* como substantivo común, dos cales 83 proceden de textos producidos en Portugal e 13 de Macao, ningún do Brasil (significativamente, Aurélio, que a define como “Tigela ou prato fundo vidrado, branco ou de cor”, autoriza con Eça de Queirós); no CB localizamos 96 rexistros de *malga(s)*, sempre en textos escritos (fronte ao máis abundante *tigela*, que figura en ambos, con 828 escrita/7 fala). En Portugal ten documentación antiga, con variantes formais que se foron sucedendo en diacronía (*mallega*, *mallegua*, *malega*, *malegua*, *melega*...). A comezos do século XVI *málega* xa parece ter o significado actual, co trazo ‘vidrada’ como característica principal, coma nestes forais (1496-1529, *apud CP*); repárese en que neste treito cabe interpretar o termo como adxectivo:

Telha tigello Louça de barro *mallega*. De carga mayor de telha ou tigollo Ou qualquer louça de barro que nom seia vidrada dous Reaes & de menos de duas Arrouas & mea nõ se paguara portagẽ pollo cõprador E da *mallegua* & de qualquer louça ou obra de barro vidrada do Regno ou de fora delle.

Cardoso (mediados séc. XVI) e Pereira (1697) confirmam a forma trisílaba e que o acabado vidrado é fundamental: “MALEGA. Lanx vitreata” (Cardoso, *apud CLP*). Por iso sorprende que tanto Bluteau (1712-28) coma Feijó (1734), únicos lexicógrafos antigos que inclúen *malga*, anoten forma e significado como rexionais; respectivamente: “MALGA. Palavra da Provincia de Tralos Montes. Toma-se por Tigela, aonde ordinariamente se comem sopas. Vid. *Tigela*”, “MALGA. O mesmo que porçolanna da India em Traz dos Montes”. No Barroso rexístrase aínda hoxe *marga* (Guimarães, 2002), cun cambio de líquidas que é frecuente nesa área e produce homofonía con *marga* ‘roca branca composta de carbonato de cal e arxila’.

Os testemuños máis antigos non avalan a hipótese etimolóxica corrente, bastante complicada, que fai provir *malga* do grecismo lat. MAGIDA; tras suposta unha metátese (*MADIGA) e a perda da postónica medial, que deixaría a dental na coda, produciríase o cambio á lateral alveolar (**madga* > *malga*). Mais os datos apuntan a unha variante primitiva esdrúxula *málega*, que perdería a postónica con posterioridade. E cremos que non é casual a coincidencia reiterada nos textos e na época co nome da cidade andaluza que hoxe coñecemos como *Málaga*.³⁵ Desde logo, a arte da cerámica vidrada é islámica e polo tanto esta louza ben podería ser andaluza; e en concreto de Málaga, porque esta cidade do reino Nazarí de Granada foi non só

³⁵ Bento Pereira (1697) ten dúas entradas MALEGA no seu dicionario, unha para ‘malga’ outra para ‘Málaga’; en Poiates (1667) o topónimo *Malega* ocorre en catro ocasións; en *CP*, de 13 ocorrencias de *malega*, só 3 son do substantivo común.

un importantísimo centro productor de cerámica vidrada —famoso desde o séc. XIII e en decadencia desde fins do XV—, senón sobre todo un porto que a difundiu por todo o Mediterráneo, ata o punto de que as lozas douradas foron coñecidas de oriente a occidente como *opera Malika*, ou sexa, ‘obra ou produto de Málaga’. E os portugueses ben sabían de que os malagueños comerciaban con louza: “& jazemdo estas duas largas ao mar, vyram vyr comtra *Mallega* hũ carevo que vinha carregado de louça &, tâto que ho vyrã, foram tras elle ate coxa do momte, omde ho fizeram emcalhar ã terra” (séc. XV, *Crónica D. Pedro de Meneses*, *apud CP*). Así pois, pt. *malga* <*Málega* é a pegada lingüística dunha relación cultural establecida entre ese foco de produción/exportación e a sociedade portuguesa, moito máis en contacto co esplendor e sofisticación da cultura islámica; mais nunha chegou a afectar ás denominacións dadas pola sociedade galega aos mesmos produtos, se é que algunha vez chegaron ao NW peninsular en cantidade suficiente para teren deixaren nome perdurable.

CONCLUSIÓN

Nesta breve viaxe polas denominacións habituais de obxectos de uso cotián empregados para beber tivemos ocasión de visitar *cáliz~cálce*, *chávena*, *copa*, *copo*, *cunca~conca*, *malga*, *pocillo*, *taza~taça*, *tixela~tigela*, *vaso* e *xícara*, xunto con outros termos veciños nos que non nos detivemos. En cada lugar fomos expondo as conclusións parciais a propósito da historia, evolución formal e semántica, éxito e fracaso de cada un deles. É hora de concluírmos, e farémolo adoptando a perspectiva da historia do léxico galego e portugués, que dun lado nos reclama para poñer en valor unha grande afinidade que vén desde as orixes, alá na Gallaecia romana ou na Galicia altomedieval, e doutro

ponnos diante dos ollos unha diverxencia xerada en séculos de vidas políticas, sociais e culturais independentes e de costas viradas.

1. A maior parte destas voces documéntanse desde as orixes do idioma, con significados que permiten incluílas sen dúbida no campo dos recipientes: *copa*, *copo*, *taza~taça*, *vaso*, *tixela~tigela*, *cáliz~cálice*... Sen descartarmos a posibilidade de que houbera xa antiquísimas diferenzas de significado rexionais, todo parece indicar que a especialización semántica diverxente entre galego e portugués se foi xerando con posterioridade á fragmentación entre Galicia e Portugal. Como ocorre en moitos outros casos, a evolución semántica producida no norte, expandida ou non á totalidade do territorio galegófono, non ultrapasa a fronteira portuguesa; o mesmo se pode dicir en sentido contrario, con excepción de localidades raianas que con invalida a conclusión xeral. A fronteira que no inicio atravesaba o territorio constitutivo (en área de continuum lingüístico) foise convertendo co paso dos séculos, tamén, no límite máximo de dous territorios consecutivos.

Salientamos de forma especial a *xicara*. Puxemos en cuestión a hipótese etimolóxica mesoamericana, toda vez que en galego medieval se rexistra *çicara* co mesmo valor. Segundo o exposto, a primitiva forma galego-portuguesa, que esmoreceu primeiro en Galicia e logo en Portugal, recobrou nova vida no continente americano e mantense como voz común no Brasil.

O caso de *cunca~conca* é diferente, porque non se produce unha evolución semántica senón o progresivo abandono en territorio portugués, cun repregamento cara ao norte, ata posicións próximas á fronteira; en Galicia, en cambio, a forma seguiu sendo vizosa, acompañando a modernización do obxecto e ampliando o seu abano de significados.

2. As vicisitudes políticas do reino de Galicia colocaron a sociedade galega e a súa lingua en conexión regular cos reinos centrais peninsulares (León e Castela) e máis tarde intregrárona no reino e estado de España. Durante séculos, grandes continxentes de galegos emigran: moitos fano a Portugal e logo aos lugares de América que atraen aos portugueses, nomeadamente o Brasil; os máis emigran a outras partes de España e aos países americanos da coroa española. A incorporación de *pocillo* ‘xícara’ explícase neste contexto; naturalmente, o portugués non participa nela.

3. A separación do condado de Portugal e a proclamación como reino independente deu lugar a unha historia ben diferente para aqueles antigos “galegos do sur”. A puxanza económica, a achega cultural islámica, a importación de produtos refinados e as relacións comerciais establecidas no sur da península, e no Mediterráneo en xeral, explican a incorporación da *malga*; por vez súa, os grandes descubrimentos portugueses e a súa expansión planetaria deixan a pegada na asiática *chávena*. As dúas voces estendéronse por Portugal, ata o límite das súas fronteiras e de alí a países de lingua portuguesa, pero nunca pasaron ao galego.

Cremos que a análise exposta é ilustrativa desta permanente tensión entre afinidade e diverxencia observable entre galego e portugués. Só un cuarto das palabras analizadas son incorporacións independentes dunha ou outra lingua (gal. *pocillo* / pt. *chávena*, *malga*), feitas con posterioridade á separación política e cultural. Nas restantes pártese dunha base común, visible na forma case idéntica, pero vanse introducindo especializacións semánticas diverxentes en que a innovación está con maior frecuencia do lado das solucións portuguesas.

REFERENCIAS

- COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos, 1991. 6 v.
- COSTA, José Almeida; MELO, Américo Sampaio. *Dicionário da língua portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1977.
- DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. *Corpus do português (45 milhões de palavras, séculos XIV-XX)*. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org>.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FIGUEIREDO, Cândido de. *Dicionário da língua portuguesa*. Amadora: Bertrand, 1981-1982.
- GARCÍA, Constantino; GONZÁLEZ, Manuel González (Dir.). *Diccionario da Real Academia Galega*. A Coruña: RAG; Xerais; Galaxia, 1997.
- GARCÍA, Constantino; SANTAMARINA, Antón (Dir.). *Atlas lingüístico galego*. A Coruña: Fundación Barrié; ILG, 1990-. (Em curso).
- GELC. *Corpus brasileiro*. São Paulo: PUC-SP. Disponível em: <http://corpusbrasileiro.pucsp.br/cb/Inicial.html>.
- GONZÁLEZ SEOANE, Ernesto (Dir.). *Diccionario de dicionarios do galego medieval*. Santiago de Compostela: USC, [s.d.]. Disponível em: <http://sli.uvigo.es/DDGM/>.
- GUIMARÃES, Rui Dias. *O falar de Barroso: o homem e a linguagem*. [Mirandela]: João Azevedo, 2002.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello (col.). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LE MEN, Janick. *Léxico del leonés actual*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2002. 6 v.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1977. 5 v.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do (Dir.). *Corpus de referência do português contemporâneo*. Lisboa: CLUL, [s.d.]. Disponível em: <http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/crpc/>.

NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do (Dir.). *Léxico multifuncional computadorizado do português contemporâneo*. Lisboa, [s.d.]. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/pt/recursos>.

PEREIRA, Maria Fernanda Afonso Alves. *O falar de Soajo*. 1970. Dissertação (Licenciatura) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1970.

PRIBERAM. *Dicionário Priberam da língua portuguesa*. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/>.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Corpus diacrónico de español*. Madrid: Real Academia Española, [s.d.]. Disponível em: <http://corpus.rae.es/cordenet.html>.

CARACTERIZAÇÃO DE UNIDADES SINTAGMÁTICAS NO DISCURSO PUBLICITÁRIO

Aderlande Pereira Ferraz*

INTRODUÇÃO



discurso publicitário a cada dia se mostra mais interativo com a comunidade linguística na qual se manifesta.

Intensificando cada vez mais esta interação, o discurso publicitário se reveste de forte apelo persuasivo, produzindo variados efeitos estilísticos, bem como produzindo variada tipologia de criações lexicais. Destas, procuramos caracterizar aqui as unidades sintagmáticas, que aparecem para nós como novas criações, explicitando seu comportamento nos textos publicitários. Para tanto, utilizamos como *corpus* parte da base de dados do Observatório de Neologia na Publicidade Impressa, projeto de pesquisa em andamento na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a nossa coordenação. Esse *corpus* se constitui de neologismos lexicais encontrados em textos publicitários veiculados por revistas noticiosas brasileiras, *Istoé*, *Época* e *Veja*, cujo período de publicação se deu entre 2001 e 2010. O material publicitário, de modo geral, compõe-se de textos contendo anúncios de produtos, serviços, marcas comerciais e empresas, com grande variação, no que concerne ao *status* social dos anunciantes.

* Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFGM), ader3459@terra.com.br.

São muitos os estudos já realizados sobre os fraseologismos em geral e especialmente sobre as expressões idiomáticas. Nosso objetivo, no entanto, é mostrar a produtividade lexical do discurso publicitário com respeito especificamente aos compostos sintagmáticos e às expressões idiomáticas, ambos considerados aqui como unidades sintagmáticas (Alves, 1991).

Para aquelas unidades sintagmáticas apresentadas neste trabalho como neológicas, adotamos o critério da comprovação sistemática da aparição de unidades lexicais numa seleção de dicionários de língua, o que faz com que as unidades que não estejam dicionarizadas sejam consideradas neologismos lexicográficos. Para tanto, utilizamos as edições mais recentes dos dicionários *Aurélio* (2010)¹ e *Houaiss* (2009)².

1. O DISCURSO DA PUBLICIDADE

O discurso publicitário, caracterizado por um conjunto de técnicas a influir no comportamento das pessoas, induzindo-as a consumir determinados produtos ou a realizar determinados serviços, é um discurso sempre persuasivo, eivado, todo ele, de vários recursos estilísticos (Carrascoza, 1999). Atualmente, é inegável a forte influência social que o discurso publicitário exerce em meio à comunidade linguística onde atua, revelando-se, pelos diversos modos com os quais se manifesta, bem como pelo grande alcance a que se projeta, um dos principais poderes sobre a opinião pública.

Com o objetivo de persuadir o receptor a aderir a certas ideias, o discurso publicitário se erige fortemente marcado por duas características: (i) o apelo para o desejo e a fantasia das pessoas, utilizando-se

¹ *Dicionário Aurélio da língua portuguesa* (Ferreira, 2010).

² *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* (Houaiss, 2009).

de imagens e vários recursos da língua, como nomes de produtos motivados, grafias exóticas, aspectos fonéticos (rima, ritmo, aliteração), aspectos lexicais (criações lexicais com tipologia variada de neologismos), aspectos semânticos (polissemia e homonímia, ambiguidade, antonímia) etc.; (ii) um vocabulário especial que abarca, além de unidades lexicais da língua comum, uma diversidade de termos ligados a vários domínios, constituindo unidades terminológicas de várias áreas de especialidade.

Hoje podemos perceber o amplo desenvolvimento da publicidade no Brasil, com o texto publicitário ocupando a cada dia novos espaços (como veículos para transporte coletivo: trem, ônibus, aeronaves comerciais etc.), ao mesmo tempo em que sua influência alcança praticamente todas as classes sociais.

O uso dos recursos da língua é essencial para a publicidade atingir seus objetivos. Com isso, a linguagem da publicidade constitui um amplo campo para investigação, sob vários aspectos, e especialmente do ponto de vista lexical. É que a linguagem publicitária, fortemente caracterizada pela dinamicidade do léxico, sente-se permanentemente impulsionada a renovar-se, não apenas para nomear mercadorias, mas sobretudo por tecer enunciados cheios de apelos estilísticos que procuram divertir, motivar, seduzir, fazer sonhar, excitar ou entusiasmar, tornando, assim, a produção de neologismos um fator inevitável. Em face disso, a linguagem da publicidade tem sido uma força extraordinária a incidir sobre a língua portuguesa, no sentido de forçar uma contínua transformação linguística, com reflexos em vários aspectos da língua e, com especial destaque, no campo lexical, com a criação de palavras novas (Ferraz, 2010, p. 258).

Em face disso, as unidades lexicais, no discurso publicitário, são escolhidas mediante sua possibilidade de evocar determinados valores ou certas representações. E quando essas unidades lexicais não se encontram disponíveis (prontas) no sistema da língua, surge a necessidade de criá-las, seja para nomear produtos ou serviços inéditos ou para evocar, na memória do receptor, produtos ou serviços já existentes, como se estes fossem inéditos. Certamente, pelo caráter de novidade que cada anúncio deve trazer, o discurso publicitário é responsável pela criação lexical, com o surgimento de neologismos, além de ser o veículo divulgador de novos termos, aqueles pertencentes aos vocabulários de especialidade. Nesse aspecto, as unidades lexicais utilizadas, sempre a serviço da persuasão, são marcantes e sugestivas, ou então, quando se trata de termos especializados, se apoiam no argumento de autoridade, idôneo, conferido pelo caráter científico de tais termos. É então nesse contexto que vamos identificar as unidades sintagmáticas no discurso publicitário.

2. UNIDADES SINTAGMÁTICAS NO DISCURSO PUBLICITÁRIO

Ao identificarmos nos textos publicitários a divulgação de todos os tipos de serviços e produtos comerciais, isto é, serviços e produtos relacionados com diversas áreas de especialidade, também identificamos a ocorrência de unidades lexicais de especialidade ao lado de unidades do léxico comum. Assim, no léxico da publicidade, a unidade sintagmática costuma se apresentar como um neologismo da língua comum ou como um neologismo terminológico (termo), vinculado a uma área de especialidade. Como exemplos de unidades sintagmáticas do vocabulário comum temos:³

³ Os exemplos de unidades sintagmáticas nos textos publicitários encontram-se sublinhados.

- Com o e-TAM Auto Atendimento, passageiro com e-ticket, com bagagem de mão, emite o cartão de embarque em segundos, sem complicação (Época, 09 fev. 2004, p. 4).
- Um presente da Azul Music exclusivo para leitores de banca, com a sua revista *Caras* (Época, 02 jan. 2004, p. 93).
- O Mosaico de Unidades de Conservação do Lago preserva a biodiversidade e melhora a qualidade de vida da população local (Época, 22 nov. 2004, p. 8).
- O projeto tem como objetivo estimular o exercício da cidadania e promover a inclusão social e digital de pessoas portadoras de deficiência (Época, 09 fev. 2004, p. 11).
- Dedicação exclusiva, especialização total e segurança máxima são qualidades que fazem do Opportunity um dos principais administradores de recursos da América Latina (Veja, 23 mar. 2001, p. 81).

Entretanto, na composição sintagmática de que resulta uma unidade terminológica, é possível perceber dois processos, ambos muito comuns nos textos publicitários. O primeiro destes se caracteriza pela combinação de elementos do vocabulário comum da língua e do vocabulário de especialidade, como vemos nos exemplos abaixo.

- A novíssima versão Dynamic chega com motor 1.6 16v, aerofólio, travas e vidros elétricos, rodas de liga leve com aro 15 (IstoÉ, 03 mar.2004, p. 3).
- Você que é terapeuta em Acupuntura, [...] Cinesilogia aplicada, venha fazer parte da grande família terapêutica (Época, 01 set. 2003, p. 41).
- Angiografia digital – PHILIPS. Permite realizar a angiografia rotacional e a reconstrução tridimensional das imagens, além de promover a neuroradiologia intervencionista, tratando de patologias

vasculares por dentro dos próprios vasos (Veja, 28 mar. 2001, p. 17).

- Sem falar nos avanços tecnológicos, como o câmbio automático sequencial de 5 marchas com indicador de marcha no painel (Veja, 23 mar. 2001, p. 82).
- Ourocap. O título de capitalização do Banco do Brasil já pagou R\$ 4.500.000,00 num único sorteio (IstoÉ, 24 nov. 2004, p. 49).

O segundo processo se dá quando a unidade sintagmática especializada é o resultado da combinação de elementos lexicais existentes no vocabulário comum da língua, como revelam os exemplos a seguir.

- O Renault Clio Dynamic apresentado na foto está equipado com o seguinte acessório, não sendo, pois, item de série: Kit sport (spoiler e saías laterais), com pintura na cor da carroceria (IstoÉ, 25 ago. 2004, p. 16).
- E na versão EX-R, o exclusivo motor VTEC, rodas de liga leve, bancos e volante revestidos em couro e teto solar elétrico (IstoÉ, 20 jun. 2001, p. 31).
- Para saber mais informações sobre o serviço, tarifas, contratação, planos disponíveis para a sua empresa, área de cobertura e disponibilidade de roaming internacional de dados, agende a visita de um consultor (Época, 09 maio 2005, p. 31).
- Lançamento. Motorola L7. Design ultrafino. MP3 player com cartão de memória de 128 MB. Câmera VGA integrada. Bluetooth. Display colorido com 262.000 cores. Viva-voz integrado (Veja, 19 abr. 2006, p. 24).
- Após intensa pesquisa, em parceria com a Amazonas (uma das maiores empresas de solado do mundo), a Democrata lança o SAA (Sistema de Absorção Air), que possui a melhor Bolha de Ar Amortecedora (Época, 05 ago. 2002, p. 27)

O discurso publicitário também faz uso de unidades sintagmáticas as quais podemos situar entre os fraseologismos. Queremos então destacar aqui um tipo de fraseologismo muito produtivo na linguagem publicitária: a unidade fraseológica comum, aqui identificada como expressão idiomática (Vilela, 2002).

2.1. As expressões idiomáticas no discurso publicitário

Antes de iniciar propriamente nossa abordagem sobre as expressões idiomáticas no discurso publicitário, é importante situar a área na qual se subscreve o estudo de tais expressões: a fraseologia.

Situada no campo dos estudos lexicais, a fraseologia se ocupa das expressões polilexicais (*multi-word items*), isto é, combinatórias estáveis de dois ou mais elementos lexicais. Tendo sua origem, como disciplina linguística, no início do século XX, a partir dos trabalhos de Charles Bally (*Précis de stylistique*, 1905), a fraseologia floresceu na antiga União Soviética desde os anos quarenta do século passado, onde então teve o estabelecimento de seus conceitos fundamentais, seu âmbito de atuação e suas tarefas (Penadés Martinez, 1999). Saussure, abordando as relações sintagmáticas no *Cours* (1916), faz menção às estruturas lexicais estáveis, formadas de dois ou mais elementos que, segundo ele, pertencem à língua e não à fala, por serem “locuções estereotipadas que não podem ser alteradas, ainda que se possam distinguir, pela reflexão, as suas partes significativas”⁴.

Tendo como objeto de estudo as unidades fraseológicas, a fraseologia tem se constituído em um amplo campo de abordagens, tanto quanto se diversificam os fraseologismos.

⁴ [...] “ce sont les locutions toutes faites, auxquelles l’usage interdit de rien changer, même si l’on peut y distinguer, à la réflexion, des parties significatives” (Saussure, 1972, p. 172).

É que entre as unidades fraseológicas ou fraseologismos há várias estruturas lexicais consideradas, todas as quais compartilhando algumas características (são unidades constituídas de mais de um componente lexical, há certa coesão interna entre seus componentes, apresentam grau mais ou menos elevado de fixidez etc.), mas também se distinguindo por traços bem específicos.

Dessa forma, no âmbito da fraseologia, é muito comum encontrarmos relacionadas diversas estruturas, tais como: a) expressões idiomáticas (bater as botas, rodar a baiana), b) colocações (apoio incondicional, fazer a barba), c) sintagmas terminológicos (computador de bordo, válvula redutora de pressão), d) expressões convencionais (feliz aniversário, boa sorte), e) locuções (desde que, de acordo com), f) provérbios (mais vale um pássaro na mão do que dois voando, galinha que acompanha pato morre afogada), etc. Por conseguinte, vamos encontrar, entre os principais estudiosos da fraseologia, várias denominações de caráter geral que se incluem no âmbito do conceito de unidade fraseológica ou fraseologismo como, por exemplo, expressão fixa, expressão idiomática, frase feita, dito popular, adágio, anexim, rifão, sentença moral, provérbio etc. Ou ainda, para nos ater às denominações mais recentes: lexia complexa, unidade polilexical, expressão multivocabular, expressão pluriverbal, sintagma lexicalizado, unidade fraseológica especializada etc.

Distinguindo-se das unidades sintagmáticas apresentadas na seção anterior, principalmente por sua estruturação semântica, cujo significado global é diferente da soma dos significados das partes componentes, as expressões idiomáticas (doravante EI) são muito comuns nos textos publicitários, tanto no que concerne às EI já cristalizadas quanto àquelas de cunho neológico. Como exemplos das primeiras temos abaixo as EI *entrar em cena*, *cair bem* e *vestir a camisa*:

- “Entrou em cena a Promoção DVD Philips” (Época, 21 maio 2001, p. 58).
- “Dê um presente que cai bem. Calçados Ferracini” (Época, 25 jul. 2005, p. 13).
- “Cartão BNDES. Os juros mais baixos do Brasil. Para sua empresa vestir a camisa do desenvolvimento” (Época, 27 jun. 2005, p. 35).

Entre as EI neológicas podemos citar *nascer para voar*, *fazer barba, cabelo e bigode* e *nascer para martelo*, como vemos nos seguintes exemplos:

- “Você nasceu para voar. Consulte seu agente de viagens e-TAM, www.tam.com.br ou ligue para a Central de Atendimento: Grande São Paulo, 31[...]1000; outras localidades, 0300 [...] 1000” (Veja, 09 maio 2005, p. 65).
- “Fizemos barba, cabelo e bigode. Até porque não se pode andar mal arrumado nos carros mais cobiçados do país. Audi” (Época, 08 dez. 2003, p. 4).
- “Tem gente que nasce para martelo. Outros para prego. LOKAU.com, o maior site de leilões da América Latina” (Veja, 23 mar. 2001, p. 49).

As EI são comumente consideradas unidades sintagmáticas com elevado grau de fixidez entre seus constituintes lexicais (Xatara, 1998). Elas são, entretanto, estruturas estáveis, mas não petrificadas, fossilizadas, isto é, o uso contextual e o fato de as EI serem constituídas por vários elementos lexicais ensejam grandes possibilidades de variação, tornando relativa a sua invariabilidade.

Reconhecendo essa possibilidade de variação, Jackendoff (1997), ao tratar das EI, apresenta a teoria do licenciamento lexical, opondo-se à ideia de inserção lexical. O autor salienta que as

expressões idiomáticas são licenciadas em uma estrutura superficial (S-Structure) e não inseridas em uma estrutura profunda (D-Structure) no léxico mental. Deste modo, o fato de as expressões serem licenciadas em uma estrutura superficial explica que, embora a fixidez seja uma característica definidora das EI, existem possibilidades de variação que não acarretam substituição de significado para tais construções.

Em seu modelo da teoria do licenciamento lexical, Jackendoff (1997, p. 168) postula que o lugar do licenciamento das EI varia de acordo com a composicionalidade de cada expressão. Assim, temos que as expressões podem estar licenciadas no léxico como uma superfície de base completa, ou seja, expressões que dificilmente sofrerão alterações de ordem sintática ou semântica. Por outro lado, podemos encontrar expressões de superfície em aberto, cuja flexibilidade sintática é ressaltada. De acordo com esse modelo, uma expressão idiomática como *bater as botas*, que significa “morrer”, é exemplo de uma expressão de superfície completa e, desta maneira, não aceita facilmente alterações, pois o papel temático do argumento *botas* não tem relação com o verbo *bater*, que, por sua vez, só se liga a esse argumento por relação sintática. Já a expressão *abrir as portas*, que denota “oferecer oportunidades”, seria uma estrutura de superfície em aberto, uma vez que o papel temático do argumento interno *portas* está relacionado ao verbo *abrir*. A estrutura de superfície da expressão fica em aberto, pois só é determinada pela relação sintática e semântica. Dessa forma, é possível observar algumas alterações de ordem sintática possíveis para essa EI, como por exemplo:

- “As concessionárias Renault estão de portas abertas. Participe. Pegue sua chave e concorra” (Veja, 12 out. 2005, p. 6).

Com o objetivo de mostrar a caracterização das expressões idiomáticas na linguagem publicitária, evidenciamos a seguir as possibilidades de variação das EI, nos textos publicitários, mostrando as variações no nível da forma e também no nível do significado, considerando a abordagem apresentada em Cunha (2012, p. 67-76).

Certas variações são previstas pela norma da língua, isto é, trata-se de modificações parciais na estruturação dos constituintes lexicais para melhor adequação ao discurso, sem a variação do significado global da expressão. Assim temos, numeradas de 1 a 4, as seguintes variações, a partir de exemplos retirados do *corpus* já mencionado:

1) Variação de número e grau

Temos aqui ocorrências em que as EI aparecem tanto no singular quanto no plural, sem alteração do significado global.

a) Variação de número (abrir o olho/abrir os olhos)

- “É melhor você abrir o olho. 90% das doenças relacionadas aos raios UV ocorrem na região acima do pescoço, incluindo o câncer de pálpebra” (Veja, 15 dez. 2004, p. 57).
- “Para garantir que você está comprando cartuchos originais HP, preste atenção no selo de garantia, no lado direito da embalagem. Ele deve mudar do verde para o azul, de acordo com o ângulo de visão. Abra os olhos. Cartuchos originais HP têm selo de garantia que muda de cor” (Veja, 18 set. 2002, p. 27).

b) Variação de grau

As expressões podem variar com ocorrências no aumentativo ou no diminutivo. O dicionário *Aurélio* (1999) registra a expressão *dar um pulo* com o sentido de “Ir a (algum lugar), voltando logo em seguida”. Em nosso *corpus* encontramos essa expressão no diminuti-

vo. É importante ressaltar que embora haja essa variação, o sentido permanece o mesmo. Abaixo temos o exemplo de *dar um pulo/dar um pulinho*:

- “Se você está pesquisando antes de comprar, dê um pulinho por lá” (IstoÉ, 15 dez. 2002, p. 34)

2) Variação nas diferentes formas de negação

(Não) ir por água abaixo:

- “Se você molhar seu celular, sua agenda telefônica não vai por água abaixo” (Época, 06 dez. 2004, p. 29).

(Não) ficar de nariz empinado:

- “Prêmios e mais prêmios, o carro mais bonito do Brasil só não ficou de nariz empinado porque ia estragar o design” (Época, 31 maio 2004, p. 44).

(Sem) deixar de lado:

- “O Programa Permuta de Mudanças é a prova de que é possível um município aumentar sua produtividade sem deixar de lado suas responsabilidades sociais” (Época, 01 jul. 2002, p. 74).

3) Variações que ocorrem dentro de um campo lexical homogêneo

Nas variações que ocorrem dentro de um campo lexical homogêneo, um item lexical é substituído por outro de valor semântico semelhante. Dessa forma, os valores semânticos das expressões não sofrem variações consideráveis, isto é, se mantêm em um campo lexical. Muitas vezes o sentido pode se manter mesmo com a variação do item lexical. Vejamos os seguintes exemplos.

Virar o placar a seu favor/virar o jogo a seu favor:

- “Para virar o placar a seu favor, a Volkswagen está lançando o Gol [...]” (IstoÉ, 31 maio 2000, p. 71).
- “Quando você ler uma notícia, um folheto ou uma carta, lembre-se de que isso pode virar Reciclato e que isso pode virar o jogo a favor de muita gente. Reciclato Suzano. O papel que já foi grandes projetos” (Veja, 25/05/2005, p. 101).

4) Variação que ocorre pela inserção de um item lexical

a) Inserção de um adjetivo:

Dar um salto/dar um grande salto e colher os frutos/colher ótimos frutos:

- “Há dez anos, a Globosat realizou um feito que fez a televisão dar um grande salto” (Época, 16 abr. 2001, p. 48-49).
- “A Cemig já recebeu mais de 500.000 crianças em seus projetos de educação ambiental. Através destes projetos, elas se informam, se conscientizam e conhecem o que é preciso fazer para preservar o nosso planeta. Plantando sementes assim, a Cemig tem certeza de que o nosso futuro vai colher ótimos frutos” (Época, 06 jun. 2005, p. 67).

b) Inserção de pronomes:

Nos textos publicitários, percebemos que o ato comunicativo está centrado no receptor da mensagem, ou seja, o texto tem por finalidade manter um diálogo com o destinatário da mensagem publicitária. Dessa maneira, Sandmann (1993) afirma que a linguagem da propaganda se utiliza de vários recursos para dialogar com o leitor e um deles é a utilização de pronomes na segunda pessoa. Vejamos os

exemplos abaixo, em que percebemos a inserção de pronomes nas EI *meter a mão no bolso* e *vestir a camisa*:

- “Na hora da revisão, andam metendo a mão no seu bolso? Está na hora de você comprar um Peugeot” (Época, 21 maio 2001, p. 3).
- “... precisa compartilhar os sonhos do seu povo, vestir sua camisa, defender suas cores” (Época, 28 jul. 2003, p. 10-11).

5) A desautomatização fraseológica

É muito frequente no discurso publicitário a criação de estruturas que remetem à expressões idiomáticas já cristalizadas, em que se percebe a modificação do significado codificado na expressão matriz, como se esta passasse a ser uma combinação livre de palavras. Ou seja, com o objetivo de conseguir certos efeitos discursivos ou consequências inferenciais, o texto publicitário apresenta uma desautomatização fraseológica, alterando assim uma estrutura fixa com a produção de novo significado (Toledo; Martínez, 2007). Em tal contexto, importa salientar que a modificação de uma EI é uma modificação ocasional e intencional e, no caso específico do discurso publicitário, a intenção é atrair a atenção do destinatário.

O item lexical substituído, no texto publicitário, está sempre relacionado com o produto a ser divulgado, no entanto é possível ao leitor, se este conhecer a expressão em questão, identificar a relação entre a nova construção e a expressão matriz. Vejamos o texto publicitário seguinte, no qual se pode ver uma relação com a EI *esperar a poeira abaixar*.

- “Era só uma questão de esperar a espuma abaixar. Antártica” (IstoÉ, 28 abr. 2004, p. 92).

Neste anúncio, “esperar a espuma abaixar”, que faz um trocadilho com a expressão original *esperar a poeira abaixar*, aparece em uma propaganda de cerveja e a “espuma” em questão refere-se à espuma da cerveja. Ocorre o mesmo com o exemplo seguinte, o qual se relaciona com a EI *dar o que falar*:

- “O novo Credicard Cash Back é a novidade que vai dar o que gastar” (IstoÉ, 13 ago. 2003, p. 17).

Como se pode notar, com a inserção do item lexical “gastar”, a nova construção, usando trocadilho, procura desconstruir o significado conotativo da EI *dar o que falar*.

Nos dois exemplos seguintes, vemos a desautomatização fraseológica com a utilização de componentes que entram em relação de antonímia com o significado fraseológico da EI.

Ganhar/dar uma mãozinha (sentidos opostos):

- “Seu filho se diverte ao mesmo tempo que ganha uma mãozinha nos estudos” (Veja, 22 mar. 2000, s. p.).
- “O futuro a Deus pertence, mas você pode dar uma mãozinha. Para saber mais sobre o nosso trabalho, ligue 3679-2000 ou acesse www.goldeletra.org.br” (IstoÉ, 10 jan. 2001, p. 83).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento deste trabalho ficou claro que o estudo lexical da linguagem da publicidade permite-nos ver uma grande manifestação de criação léxica no português do Brasil, como ver também que a linguagem da publicidade utiliza, em acepções específicas, um fundo lexical que se encontra também na língua comum.

Obedecendo à contingência do espaço estabelecido para este trabalho, procuramos mostrar o comportamento das unidades sintagmáticas nos textos publicitários, tratando especialmente da composição sintagmática e das expressões idiomáticas. Entretanto, a caracterização das unidades sintagmáticas na linguagem da publicidade necessita ainda de abordagens sob outras perspectivas, que levem em consideração, por exemplo, as unidades fraseológicas especializadas.

No que concerne às EI, vimos que muitas modificações, embora interfiram na estrutura sintática, não alteram o significado global da expressão original. O que ocorre, muitas vezes, é a intensificação do sentido, como no caso da expressão *colher frutos*, que foi encontrada em nosso *corpus* com um adjetivo, *colher ótimos frutos*. Tais alterações não comprometem o sentido original das expressões (Ferraz; Souza, 2004), uma vez que as EI, presentes no dia a dia do falante, já estão cristalizadas pelo uso. No entanto, algumas variações, além de favorecerem mudanças de estrutura, apresentam alterações semânticas. É o caso da desautomatização fraseológica, em que a substituição de um item lexical abala a estrutura conotativa da expressão.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ieda Maria. O neologismo sintagmático. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 5., Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ANPOLL, 1991. p. 169-173.
- CARRASCOZA, João Anzanello. *A evolução do texto publicitário*. São Paulo: Futura, 1999.
- CUNHA, Aline Luiza da. *Expressões idiomáticas: da linguagem publicitária para a sala de aula*. 2012. 115f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

TOLEDO, Piedad Fernández; MARTÍNEZ, Flor Mena. El papel de la fraseología en el discurso publicitario: sugerencias para un análisis multidisciplinar. *Pensar la Publicidad*, Madrid, v. 1, p. 181-198, 2007.

FERRAZ, Aderlande Pereira. Publicidade: a linguagem da inovação lexical. In: ALVES, Ieda Maria (Org.). *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010. p. 251-275.

FERRAZ, Aderlande Pereira; SOUZA, Kariny Cristina. O uso de expressões idiomáticas em textos publicitários. *Maestria*, Sete Lagoas, v. 1, n. 2, p. 143-153, jan/jun. 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JACKENDOFF, Ray. *The Architecture of the Language Faculty*. Cambridge: The MIT Press, 1997.

PENADÉS MARTINEZ, Inmaculada. *La enseñanza de las unidades fraseológicas*. Madrid: Arco Libros, 1999. (Cuadernos de didáctica del español/LE).

SANDMANN, Antônio José. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1972. [1916].

VILELA, Mário. As expressões idiomáticas na língua e no discurso. In: ENCONTRO COMEMORATIVO DOS 25 ANOS DO CENTRO DE LINGÜÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE PORTO, 2002, Porto. *Actas...* Porto: Universidade do Porto, 2002. v. 2, p. 159-189.

XATARA, Cláudia Maria. O resgate das expressões idiomáticas. *Alfa*, São Paulo, v. 39, p. 169-176, 1998.

POR UMA DESCRIÇÃO ESQUEMÁTICA DO LÉXICO: O CASO DE “MEDIANTE”

Adriana Zavaglia*

INTRODUÇÃO

A lexicografia monolíngue atual no Brasil tem mostrado bons resultados ao integrar ao processo analítico baseado em *corpus* e, portanto, prévio à elaboração dos verbetes, uma abordagem linguística. Os dicionários organizados por Borba (2004; 2002; 1989)¹, por exemplo, têm a Teoria das Valências de Tesnière (1959) como pano de fundo teórico para descrever o léxico ou parte do léxico da língua portuguesa do Brasil, o que dá aos verbetes uma coerência especial. Além disso, o uso de *corpus* na descrição e análise conduz a um tratamento diferenciado das lexias, tanto com relação à sua distribuição morfológica e estrutural quanto ao seu perfil colocacional e à sua prosódia semântica,² o que também confere uma consistência

* Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Modernas, São Paulo, zavaglia@usp.br.

¹ *Dicionário UNESP do português contemporâneo* (2004); *Dicionário gramatical de verbos* (1989); *Dicionário de usos do português do Brasil* (2002).

² Recorrência de um padrão semântico e sintático do léxico (lexias simples ou complexas) que revela uma determinada relação intersubjetiva. Em francês, a expressão “à cause de”, por exemplo, se analisado o seu padrão colocacional, será acompanhada de lexias ou estruturas ditas “negativas”, como em “Les chaises même, les chaises rangées autour de la salle, commençaient à m’inquiéter, à **cause** de leurs grandes ombres

particular às microestruturas dos dicionários e permite evitar a “grande discrepância entre as acepções que os dicionários registram como possíveis para cada item e aquilo que realmente ocorre nos textos” (Borba, 2003, p. 139).

Este trabalho, que está ligado ao projeto DIRE – Dicionário Relacional (português-francês) de marcas gramaticais (cf. Zavaglia 2009; 2008a; 2008b; 2006), tem também como fundamentação expedientes da Linguística (Culioli, 2000) e da Linguística de *Corpus* (Berber Sardinha, 2004), concentrando-se particularmente no estudo de “mediante”.³ A partir de contextos gerados por concordância, a distribuição geral da marca será observada e descrita, com informações quantitativas estruturais e distribucionais relacionadas aos seus colocados e agrupamentos, à presença ou ausência de pontuação, ao seu posicionamento (início ou final dos enunciados, entre enunciados) e a questões ligadas à modalidade, ao aspecto, à determinação e à diátese. Antes disso, no entanto, será apresentado um estudo inicial sobre a descrição de mediante em gramáticas e dicionários monolíngues do português brasileiro, como as de Figueiredo (1949), Melo (1968), Melo (1971), Back e Mattos (1972), Cunha (1972), Luft (1976), Sacconi (1994), Perini (1998), Castro Pinto (1998), Bechara (2004), Neves (2000) e os de Ferreira (1986), Houaiss (2007) e Borba (2004). Em seguida, será proposta uma forma esquemática para “mediante”, segundo a teoria enunciativa de Culioli (2000).

mouvantes qui, au gré de la flambée à l'agonie, montaient derrière elles, exagérant la hauteur des dossiers le long des murs” (Loti, 1891).

³ Agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pelo auxílio concedido em forma de bolsa de pós-doutoramento realizado em 2009 (Proc.: 2008/09418-0, Université de Paris VII, supervisão da Profa. Dra. Sarah de Vogüé).

1. “MEDIANTE” NAS GRAMÁTICAS E DICIONÁRIOS DO PORTUGUÊS

Das gramáticas consultadas,⁴ foi possível verificar que “mediante”, quando registrado, é tratado quase sempre como preposição, sinônima de “por meio de” ou “com”. Em Figueiredo (1949), a marca é classificada dentre as “preposições propriamente ditas” (1949, p. 129), ou seja, como “palavra invariável, que se antepõe a outra, mostrando a relação que há entre esta e certas partes do discurso” (1949, p. 129), com a seguinte observação do autor: “Como se vê, há adjectivos e, ainda, outras palavras que exercem a função de preposições. Tais são: *salvo, excepto, durante, fora, conforme, segundo, menos, mediante, etc.*” (Figueiredo, 1949, p. 130, *italico do autor*). Já Melo (1968), que define preposição como um “conectivo que liga, entre si, duas palavras, subordinando a segunda à primeira” (Melo, 1968, p. 145) e apresenta uma classificação, subdividindo o domínio em preposições essenciais, “que pertencem, por natureza, à classe de preposição” (Melo, 1968, p. 145) e acidentais, “certas palavras que, perdendo o primitivo valor e emprêgo, funcionam como preposições simples” (Melo, 1968, p. 147), classifica *mediante* como preposição acidental (Melo, 1968, p. 148), sem exemplos, como a anterior.

Back e Mattos (1972, p. 280-288) apresentam a marca como um “conetivo prepositivo” na seção “Regência Indireta”. Os conetivos prepositivos são apresentados como elementos que “indicam regência: a transposição de uma classe para outra e, conseqüentemente, uma nova função” (Back; Mattos, 1972, p. 281). Tais elementos permitem, quando as locuções substantivas nominais ocupam posições de objeto, acusativo e ablativo, “fugir” da ordem obrigatória – exemplo: O

⁴ Vale observar que consultamos gramáticas portuguesas e brasileiras cujas citações aparecem aqui em sua ortografia original, sem atualizações.

caçador matou o leão – ordem obrigatória, uma vez que não se pode dizer: *O leão matou o caçador*, como no caso de ordem livre: *As crianças dormem* ou *Dormem as crianças*, em que a locução substantiva ocupa a posição de sujeito; mas *Ao leão matou o caçador* torna-se possível com o prepositivo (Back; Mattos, 1972, p. 281). *Mediante* aparece como um prepositivo que atua no ablativo de instrumento (Back; Mattos, 1972, p. 285). Cunha (1972), que define as preposições como “palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (antecedente) é explicado ou completado pelo segundo (consequente)”, registra a marca como preposição acidental simples (Cunha, 1972, p. 377). Nessa mesma direção segue Kury (1973, p. 167-168).

Luft (1976), por sua vez, também classifica *mediante* como preposição, ou seja, “palavra gramatical com função subordinativa chamada *regência*” (Luft, 1976, p. 111, grifo do autor), em especial, como preposição acidental. Diz ainda o estudioso que as preposições, que caracterizam os substantivos (nomes/pronomes) e advérbios como complementos e adjuntos, são “‘vazias de sentido’, palavras puramente gramaticais, que regem os objetos indiretos” (Luft, 1976, p. 111). Porém, acrescenta ele, “é discutível que as palavras do grupo (b) [acidentais] sejam preposições. Talvez seja melhor incluí-las entre as partículas de classificação difícil” (Luft, 1976, p. 112). Nessa mesma linha insere-se o pensamento de Macambira (1978). Segundo o autor, como “a preposição não tem flexões em português (o que se dá no irlandês), [...] só pode ser classificada pelos critérios sintático e semântico” (Macambira, 1978, p. 62). Pelo critério sintático, o gramático divide as preposições em essenciais e acidentais. Aquelas que se encaixarem no esquema *...mim*, *...ti*, *...si*, serão essenciais. Porém, observa:

Não sabemos a que subclasse pertence *mediante*.
Consultamos alguns dicionários sem que nos fosse

possível precisar se deve ser *mediante eu* ou *mediante mim*. O que devia ser, com base em argumento histórico, era *mediante eu*, pois as preposições criadas entre nós, isto é, *made in Brazil*, são normalmente acidentais: as que foram herdadas é que são essenciais. Acontece, porém, que *mediante* parece haver-se deixado influenciar por *ante* e suas cognatas, com as quais etimologicamente nada contém de comum e daí ter sido arrastado para a subclasse das essenciais (Macambira, 1978, p. 63).

Nessa página, aparece ainda uma nota: “*Mediante* é um adjetivo verbal que se deriva do verbo *mediar*; *ante*, *perante* e *diant*e são formas cognatas, sendo a primeira o termo primitivo” (Macambira, 1978, p. 63, grifos do autor). Além disso, nota Macambira que, se fosse utilizado o critério “apriorístico” para definir se uma preposição é essencial ou acidental, “o problema estaria resolvido, supondo-se naturalmente não se ignorar que *mediante* pode ser adjetivo em português” (Macambira, 1978, p. 64). Pelo critério semântico, o autor confessa que nada pode acrescentar, uma vez que para os conectivos “o sentido falha como critério classificatório” (Macambira, 1978, p. 65). Ainda sobre a marca, observa que aceita ampliões, como em “Somente mediante ajuda é que posso escapar” (precedendo a preposição ou colocando-se após: “Mediante ajuda somente é que posso escapar”) (Macambira, 1978, p. 90).

Neves (2000) classifica *mediante* como preposição acidental que não introduz complemento, ou seja, não pertence ao sistema de transitividade; estabelece uma relação semântica adverbial de meio, introduzindo sintagmas nominais (nomes concretos, *mediante* = com a utilização de nomes humanos, *mediante* = com intermediação de nomes abstratos, *mediante* = com recurso a, com exemplos) (Neves,

2000, p. 732-733). Por fim, *mediante* não é registrada nas gramáticas de Melo (1971) e de Perini (1998).

Nos dicionários consultados, *mediante* é registrado no Houaiss (2007) como adjetivo (que serve de intermediário), substantivo masculino (tempo decorrido entre dois fatos ou épocas), substantivo feminino (o terceiro grau da escala diatônica) e preposição. Nesse último caso, com três exemplos forjados para cada um dos sinônimos: *por meio de/por intermédio de, com o auxílio de e a troco de*. No Aurélio (1986), é classificado também como adjetivo, substantivo masculino e feminino e preposição. Neste último caso, com três acepções, diferenciadas por sinônimos: ‘por meio de’, ‘por intermédio de’ e ‘com o auxílio ou intervenção de’; ‘por meio de’, ‘servindo-se ou valendo-se de’; ‘a troco de’, com exemplos abonados. Em Borba (2002), aparece apenas como preposição, com três acepções, todas com exemplos abonados: indica meio, por; indica posição, fronteira, ante, diante de; e indica meio.

2. “MEDIANTE” EM CORPORA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Foram feitas três coletas de dados por concordância em diferentes *corpora* do Projeto Lácio-Web⁵: jornalístico, jurídico e literário. O *corpus* jornalístico foi montado da seguinte maneira: meio de distribuição: jornal; supergênero: nenhum; gênero: informativo; subgênero: jornalístico; nome do periódico/obra: *Folha de S. Paulo*; caderno: todos; total de amostras: 2.051; total de ocorrências simples (*tokens* simples): 732.103. Nesse *corpus*, foram obtidas apenas 19 ocorrências de *mediante*, ou seja, 0,0025% sobre o total (732.103). A elaboração do

⁵ Disponível em: www.nilc.icmc.usp.br/lacioweb/.

corpus jurídico obedeceu aos seguintes critérios: meio de distribuição: todos; supergênero: nenhum; gênero: jurídico; nome do periódico/obra: todos; total de amostras: 49; total de ocorrências simples (*tokens* simples): 216.749. Nesse *corpus*, houve 221 ocorrências de *mediante*, ou seja, 0,1019% sobre o total (216.749). O literário foi constituído como segue: meio de distribuição: livro; supergênero: literário; gênero: prosa; subgênero: conto; nome do autor: [vazio]; total de amostras: 136; total de ocorrências simples (*tokens* simples): 420.321. No *corpus* literário, *mediante* ocorreu 13 vezes, ou seja, 0,0030% sobre o total (420.321).

Vejamos o quadro geral das ocorrências de *mediante* nos *corpora* anteriormente discriminados, em que TO é *Total de ocorrências em número*; TM1 – *Total de ocorrências de mediante em número*, TM2 – *Total de ocorrências de mediante em porcentagem*:

Quadro 1. Ocorrências de *mediante* nos *corpora*

Categoria	TO	TM1	TM2
<i>Corpus</i> jornalístico	732.103	19	0,0025
<i>Corpus</i> jurídico	216.749	221	0,1019
<i>Corpus</i> literário	420.321	13	0,0030
Total	1.369.173	253	0,1074

No Quadro 1, percebe-se de imediato que, embora o *corpus* jurídico seja aproximadamente três vezes menor que o jornalístico e duas vezes menor que o literário, é nele que *mediante* ocorre com maior frequência, ou seja, em domínio especializado.

Feitas as concordâncias de *mediante* nos três *corpora*, observou-se que, à exceção das ocorrências da marca seguida de nomes próprios e verbos, todos os outros colocados são palavras gramaticais:

Quadro 2. Colocados de *mediante* nos *corpora*

Colocado	<i>Corpus</i> jornalístico	<i>Corpus</i> jurídico	<i>Corpus</i> literário	Total
Art. Def.	7	28 (sing.), 3 (pl.)	3	41
Art. Indef.	0	0	8	8
Subst. Sing.	9	165	1	175
Subst. Pl.	3	5	1	9
Adj./ Particípio	0	20	0	20

Os colocados mais frequentes encontrados são substantivos no singular (*instrumento* aparece com frequência), os artigos definidos *o* e *a* e adjetivos (*prévio(a)* é frequente). Seus agrupamentos poderiam ser inicialmente previstos: *mediante instrumento*, *mediante o/a + N* e *mediante prévio(a) + N*. Vale notar que apenas analisamos, até o momento, os cotextos da direita da marca; porém, já observamos inicialmente alguns cotextos da esquerda que trazem colocados significativos, como o particípio passado e *somente*.

Quanto à pontuação, *mediante* aparece 144 vezes precedido de vírgula nos 253 contextos analisados, ou seja, em 56,91% dos casos. Há apenas um caso de ponto e vírgula. Já o seu posicionamento é semelhante ao de *caso*, marca analisada no contexto do mesmo projeto de pesquisa, em especial sobre as marcas da condição, ou seja, *mediante* aparece em 100% das ocorrências com minúscula, iniciando a prótase. Porém, diferentemente de *caso*, os enunciados que contêm ocorrências de *mediante* aparecem 39 vezes entre vírgulas (15,41% das ocorrências), inseridos na apódose, como um aposto, o que pode reforçar o fato, não mencionado pelos gramáticos consultados, de a marca comportar-se como uma conjunção própria que liga orações

adverbiais condicionais e a principal, e não como preposição. Esse último posicionamento, a ser confirmado em pesquisas que considerem outros *corpora*, é mais frequente no *corpus* jurídico (35 ocorrências contra 1 no literário e 3 no jornalístico). Além disso, verificou-se que *mediante* apresenta prosódia semântica neutra.

3. ANÁLISE ENUNCIATIVA DE “MEDIANTE”

A partir da análise enunciativa dos 253 enunciados em que ocorre *mediante*, foi possível elaborar a seguinte forma esquemática⁶ para a marca, com três configurações:

MEDIANTE introduz um limite P que constrói a passagem do exterior Q' ao interior Q, que se liga a P num ponto de junção.

(1) Junção estreita entre P e Q.

(2) Junção nem estreita, nem frouxa entre P e Q.

(3) Junção frouxa entre P e Q.

Seguem exemplos das configurações (1), (2) e (3):

(1) Qualquer mudança só pode ser feita mediante acordo entre as partes.

Q' = contrato sem mudança

Q = contrato com mudança

P = acordo entre as partes

Relação qualitativa marcada: mudança “acordada” (Qt).

⁶ Definição hipersintática que generaliza, numa definição formal, os diferentes sentidos da marca (cf. Culioli, 2000).

(2) Segundo Sollberger, o crime de estelionato consiste em “obter, para si, ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento”.

Q' = vantagem ilícita não obtida

Q = vantagem ilícita obtida

P = artifício, ardil, qualquer outro meio fraudulento

Vantagens ilícitas obtidas por artifício. Relação equiponderada entre Qnt e Qlt .

(3) Naquela época o empresário ficou treze dias em cativeiro e foi libertado mediante pagamento de resgate.

Q' = empresário em cativeiro

Q = empresário em liberdade

P = pagamento de resgate

Empresário liberado após pagamento de resgate. A relação é predominantemente quantitativa (Qnt).

Considerando a forma esquemática apresentada e suas configurações, é possível vislumbrar as seguintes distribuições prototípicas de *mediante*:

$\langle Q \rangle$ MEDIANTE P (N (sing))

$\langle Q \rangle$ MEDIANTE P (DET (déf) N)

$\langle Q \rangle$ MEDIANTE P (N (pl))

Nessas distribuições, *mediante* é considerado como uma marca que introduz uma condição P para que Q seja validado. Em outras

palavras, pela observação das ocorrências nos *corpora* e pela análise enunciativa realizada, *mediante* não tende a funcionar, tal como consideram gramáticos e lexicógrafos consultados, como uma simples preposição instrumental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada que deu origem a este trabalho, verificou-se que, de forma geral, as gramáticas e dicionários consultados apresentam, mesmo quando a nomenclatura e os fundamentos provêm de teorias mais recentes, propostas normativas e puramente classificatórias de *mediante*. Excluem-se a gramática de Neves (2000) e o dicionário de Borba (2002), que baseiam seus trabalhos no uso. No entanto, todas as obras, sem exceção, descrevem a marca em estudo de maneira incompleta; as informações de uma e outra obra podem ser vistas como complementares. De todo modo, a sinonímia, recurso utilizado tanto por gramáticos quanto por lexicógrafos para defini-la, não é suficiente para distinguir os seus diferentes valores referenciais.

Observou-se também que *mediante* é muito mais frequente no *corpus* jurídico que nos outros dois, e menos frequente no jornalístico, o que pode indicar, assim como outras marcas semelhantes, tal como *caso*, uma preferência marcada em seu uso na língua portuguesa do Brasil, a ser confirmada por outras pesquisas que considerem *corpora* tipologicamente distintos, uma vez que a amostragem da pesquisa da qual procede o presente trabalho deve ser ainda complementada. De todo modo, seu emprego é, nos *corpora* em questão, predominantemente terminológico, ou seja, *mediante* tem uma clara tendência a ocorrer em contextos especializados.

Finalmente, as ocorrências de *mediante* nos *corpora* analisados funcionam como verdadeiras marcas de condição. Essa questão, no entanto, ainda está em estudo; porém, *mediante* merece ter um espaço em meio ao estudo das conjunções condicionais do português brasileiro, uma vez que as descrições encontradas nas gramáticas e dicionários consultados não condizem com o uso da marca. Questionam-se, assim, a validade de seus critérios de descrição e classificação, já que nenhuma dessas obras menciona o uso da marca em contexto especializado ou o valor de condição para *mediante*, o que somente se evidenciou pelo levantamento da marca em *corpora* tipologicamente distintos e pela análise enunciativa. Após obter esses resultados em contexto monolíngue, *mediante* será estudado em contexto bilíngue (*corpora* paralelos), com a finalidade de dar andamento ao projeto DIRE, vinculado à área da lexicografia bilíngue, ao qual se vincula a pesquisa deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- BACK, Eurico; MATTOS, Geraldo. *Gramática construtural da língua portuguesa*. v. 1. São Paulo: FTD, 1972.
- BERBER SARDINHA, Tony. *Linguística de corpus*. São Paulo: Manole, 2004.
- BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário gramatical de verbos*. São Paulo: Editora UNESP, 1989.
- BORBA, Francisco da Silva. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- BORBA, Francisco da Silva *et al.* *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*. v. 1. 2. éd. rev. Paris: Ophrys, 2000.

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1972.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Gramática sintética da língua portuguesa*. 6. ed. atual. e aprovada. Lisboa: Livraria Clássica, 1949.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. Versão 2.0.

KURY, Adriano da Gama. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. São Paulo: Lisa – Livros Irradiantes, 1973.

LOTI, Pierre. *Le roman d'un enfant*. Paris: Calmann Levy, 1891. Disponível em: <http://www.cnrtl.fr/concordance/cause>. Acesso em: 04 maio 2012.

LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida*. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfossintática do português: aplicação do estruturalismo linguístico*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

MELO, Gladstone Chaves de. *Novo manual de análise sintática*. 3. ed. rev. e melhorada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

MELO, José Nelino de. *Estudos práticos de gramática normativa da língua portuguesa*. 2. ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Bruno Buccini, 1968.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1959.

ZAVAGLIA, Adriana. Lexicografia bilingue e corpora paralelos: procedimentos e critérios experimentais. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, n. 18, p. 19-39, 2006/2.

ZAVAGLIA, Adriana. La traduction et le dictionnaire bilingue. In: FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES TRADUCTEURS – FIT. CONGRÈS MONDIAL, 18., 2008, Shanghai. *Actes du XVIII^e Congrès Mondial*. [s.l.: s.n.], 2008a. p. 1-8.

ZAVAGLIA, Adriana. Linhas gerais para a elaboração do Dicionário Relacional – DIRE (português-francês). *In*: REZENDE, Letícia Marcondes; SILVA, Bento Carlos Dias; BARBOSA, Juliana Bertucci (Orgs.). *Léxico e gramática: dos sentidos à construção da significação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 185-201.

ZAVAGLIA, Adriana. Apresentação das bases do Dicionário Relacional (português-francês) – DIRE. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José B. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS, 2008b. p. 233-254.

A POLISSEMIA DA CONJUNÇÃO “COMO” EM CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS DOS SÉCULOS XVIII, XIX E XX NO ESTADO DO PARANÁ

Ana Cristina Jaeger Hintze*

INTRODUÇÃO

A história das formas gramaticais e de seu desenvolvimento posterior é importante não só por nos permitir compreender as variações no decorrer do tempo, mas também por evidenciar aspectos mais profundos de interação social e da construção cognitiva dos seres humanos. Graças a essa história, em contínuo desenvolvimento, é possível perceber as crenças e as ideologias coletivas de grupos linguísticos refletidas nos elementos gramaticais que eles empregam e os padrões de discurso pertinentes às interações entre membros de certa comunidade. Sublinha-se o fato de que não se pretende estudar o item conjuncional ‘como’ sob o ponto de vista ‘especular’ ou biunívoco, em que cada elemento disponível de um sistema corresponde a uma função, mas verificar de que forma ao compor os textos – neste caso, as correspondências oficiais dos séculos XVIII, XIX e XX no Estado do Paraná – os usuários daquelas

* Universidade Estadual de Maringá – UEM, Departamento de Letras, Maringá, Paraná. *In memoriam*.

sincronias linguísticas empregaram esse item e, ao dele servirem-se, foram construindo suas impressões cognitivas e sociais sobre os fatos históricos que os rodeavam. No presente caso, restringimo-nos às relações de causalidade que no decorrer da história do Paraná manifestam tensões de ordem político-social.

A escolha pelo gênero *carta* justifica-se na medida em que se constata muitas imbricações que nos levam a dispor essa composição textual em um *continuum* de realizações. Nem mesmo os manuais da literatura acadêmica da área são unânimes no tratamento dispensado ao assunto. Pode-se dizer que a *carta*, se por um lado não é uma “forma estrutural estática”, por outro lado respeita convenções. Além disso, não existem estudos de descrições linguísticas sistematizadas sobre português paranaense acerca dos manuscritos setecentistas e oitocentistas em relação a essas composições oficiais e as do século XX. Espera-se, assim, poder contribuir para que se estabeleçam possíveis explicações para as relações sociodiscursivas existentes entre os missivistas no decorrer da história do português paranaense.

1. A HISTÓRIA DAS FORMAS GRAMATICAIS

O item ‘como’ insere-se no quadro de palavras que a tradição gramatical denominou ‘conjunção’, classe reconhecidamente heterogênea, de difícil definição unitária, cuja fluidez impede um mapeamento claro e regular das propriedades por elas compartilhadas. Inúmeros trabalhos têm sido propostos a fim de se redesenharem quadros e rearranjos dessa classe, tomando por fundamentação teórica os estatutos teóricos e critérios de gramaticalização, sobretudo, os que dizem respeito ao alcance da ocorrência de casos que vão do léxico à oração. Para citar apenas um deles, destaco o trabalho de Barreto (1999) que, em tese de doutorado, verificou que, em uma mesma sin-

crônia, constatava-se a multiplicidade de empregos desse item, ora acumulando funções, ora ganhando outras, ora as perdendo. Em uma trajetória histórica, a autora constatou os seguintes usos, conforme quadro ilustrativo a seguir.

Quadro 1. Valores semânticos do item *como* ao longo dos séculos

Como	séc. XIII	séc. XIV	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XX
Modal						
Temporal						
Conformativa						
Comparativa						
Causal						
Finalidade						

Fonte: Barreto, 1999, p. 200.

Conforme podemos constatar a partir dos dados do Quadro 1, alguns usos parecem permanecer ao longo da história (modo, comparação e causa) ao passo que outros perdem força (tempo), abrindo espaço a novos empregos (conformativa). A autora ressalta ainda que, já no português arcaico, o item apresentava características polissêmicas servindo como “segundo termo das correlações comparativas *tanto... como* e *assi... como* ou das correlações modais *como... assi* e *bem como... assi*” (Barreto, 1999, p. 199).

O interesse pelo valor semântico causal, sem que se objetive obliterar os demais, encontra respaldo em alguns motivos. O primeiro reside no fato de a conjunção *como* já expressar no baixo latim uma relação de causa, o que significa “já ter havido no latim uma semantização”¹ (Barreto, 1999, p. 201).

¹ Semanticização é o processo de criação, alteração e categorização dos sentidos.

O segundo diz respeito à questão de relevância de uma informação e a ordem em que ela aparece. Como lembra Ilari (2008, p. 855), “sabemos que eventuais modificações na ordem podem repercutir em níveis diferentes de um texto, que vão desde o tipo de processamento informacional que ele orienta, até profundas alterações em suas condições de verdade”. As denominadas ‘condições de verdade’, no presente caso, implicam decisões, pedidos, solicitações, justificativas de atos que deverão ser aceitas ou não pelas autoridades, uma vez que a política socioeconômica das províncias e dos povoados dependia dos representantes do poder público de outros centros. É crucial, nesse caso, o grau de envolvimento recíproco dos interlocutores, sendo visíveis, na estrutura da carta oficial, os reflexos dessa função. O item conjuncional ‘como’ não só contribui para formular descrição de estado de coisas, mas serve como avaliador de argumento em vista de possíveis conclusões.

O terceiro orienta-se pelo número de ocorrências no *corpus* examinado e pelo valor semântico encontrado nos textos, ou seja, causal.²

2. AS PERSPECTIVAS DA CAUSALIDADE

A noção de causalidade encontra abrigo em diferentes perspectivas. Uma delas poderá ser a lógico-semântica, caracterizada como a junção entre um evento-causa e um evento-consequência ou evento-e-

² A pesquisa completa, por mim orientada, sobre o item *como*, encontra-se na dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM) de autoria de Bianca de Almeida Gonçalves, cujo título é *Um estudo funcionalista sobre a hipotaxe adverbial causal e a hipotaxe adverbial conformativa em textos produzidos entre os séculos XVIII e XX*, defendida em 2011. O *corpus* constituiu-se de cartas de governadores de províncias do Paraná: Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaratuba (séculos XVIII e XIX) e Português contemporâneo – Cartas oficiais de governadores do Paraná.

feito. Sob essa concepção, a relação causal implica sequência temporal entre os eventos, somando-se à ideia de que o segundo evento é previsível a partir do primeiro, quer seja o fato de ter nele a sua razão quer seja devido a uma sucessão regular entre eles. Sendo assim, sob o enfoque lógico-semântico, as construções que implicam causalidade comportariam um componente relacionado ao preenchimento de condições.

Essa perspectiva encontra algumas objeções em termos de manifestação linguística porque os traços de ‘previsibilidade’, aliado aos de ‘condicionalidade’ para definir a construção causal nem sempre se realizam, ou seja, há situações reais de uso em que o falante ou ouvinte preenchem uma condição, mas esta não é suficiente porque ela não se define em termos lógico-semânticos, ou seja, não representa uma causa ‘real’. Além disso, há de se considerar que, em termos de manifestação linguística, uma dada condição deve ser apreciada a partir de um quadro de referência no qual pode ser avaliada ou adequada ao que se quer expressar.

Com base nas discussões sobre metafunções da linguagem³ e admitindo um componente pragmático nas manifestações linguísticas, os estudos mais recentes sobre o assunto consideram que o que está em jogo, de fato, é o valor informativo das construções causais. Por essa razão é que o enfoque sobre a junção considerada ‘causal’ con-

³ Halliday (1985) em sua gramática sistêmico-funcional (SFG) ao preconizar princípios relativos às possibilidades oferecidas ao falante sobre as quais se realizam escolhas para interagir na sociedade, estabelecendo e desenvolvendo relações comunicativas, considera que os componentes essenciais do sentido na língua são funcionais, e estabelece três metafunções: a ideacional, a interpessoal e a textual. A ideacional abrange os recursos gramaticais utilizados para construir tanto as experiências interiores do falante quanto as experiências com o mundo que o rodeia; a interpessoal relaciona-se aos recursos gramaticais empregados pelo falante para interagir com seus interlocutores, assumindo papéis sociais e papéis que dizem respeito à situação comunicativa; a textual trata da apresentação do conteúdo interpessoal e ideacional formalizada em informações que podem ser compartilhadas por ambos – falantes e interlocutores.

templa, nesses estudos, segundo Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008, p. 948), “dois tipos de relações; as que se estabelecem entre eventos e as que se estabelecem entre argumentos”. Considera-se a de eventos aquela que existe como relação entre fenômenos externos à situação de comunicação, cuja fonte é experiencial, ligada à meta-função ideacional porque a relação entre significados é representada como conteúdo ou experiência da realidade externa. Em contrapartida, a relação entre argumentos estabelece-se entre segmentos do discurso, obedece a etapas de certa argumentação, é de fonte interpessoal e é inerente à situação comunicativa. Nesse sentido, pode-se afirmar que se trata de uma relação entre significados e representa as impressões particulares do falante acerca de uma determinada situação.

Firmados nessa proposta de análise e associados a algumas teorias funcionalistas, alguns estudiosos, entre eles Neves (2000) e Sweetser (1990), inserem as construções causais sob a interpretação de três domínios ou níveis: o nível do conteúdo, o nível epistêmico e o nível do ato de fala, a denominada hierarquia semântico-pragmática.

2.1. A Proposta de Neves

Neves (2000) distingue os diferentes tipos de causa: a efetiva entre estado de coisas, implicando subsequência temporal. Exemplo desse tipo de ocorrência seria “O prédio caiu porque os alicerces estavam comprometidos”; a denominada causa epistêmica, em que as relações são marcadas pelo conhecimento do falante entre estados de coisas e os fatos possíveis. Seria exemplo desse tipo de ocorrência a expressão: “Usar a ração de carne de frango para alimentar peixes é bom porque há excesso de proteína na carne”. Finalmente, a “causa” referente ao nível ato de fala realizar-se-ia como mera explicação que parte de alguma motivação. O exemplo seria: “Vou tirar férias porque estou cansado”.

Segundo Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008, p. 949),

A análise à luz desses três domínios mostra que a língua exprime mediante construções causais tanto relações que se estabelecem entre estados de coisas, quanto relações entre os domínios superiores de argumentos e atos de fala. Isso as distingue das construções que não têm contraparte nos níveis superiores (por exemplo, as construções temporais), que se resolvem no nível dos estados de coisas.

2.2. A Proposta de Sweetser

A proposta de Sweetser (1990) sobre a existência de três níveis de análise de uma construção, quais sejam – de conteúdo, epistêmico e conversacional ou dos atos de fala – insere-se em um quadro maior de análise que contempla o funcionamento da linguagem humana e baseia-se no seu modelo de cognição. Admitindo essa ideia, a autora propõe um modelo cognitivo que se divide em três grandes áreas, a saber: a mudança semântica, a polissêmica e a ambiguidade pragmática. Segundo afirma Souza (2009, p. 101),

A variação de significado nessas três áreas representa mais de uma função para uma mesma forma. Essa variação pode ocorrer (i) quando a forma linguística adquire historicamente uma nova função para substituir velhas funções, que Sweetser denomina mudança semântica, (ii) quando há ligação sincrônica de muitos valores semânticos voltados para uma só forma, que consiste num caso de polissemia, (iii) por fim, quando a função semântica básica da forma é estendida pragmaticamente para cobrir outros significados, a que se chama de ambiguidade pragmática.

No entender da autora, a trajetória de mudança linguística se realiza por meio de projeções metafóricas, isto é, mediante uma transferência conceptual que aproxima domínios cognitivos diferentes, o que envolve a abstratização de significados (a forma como os seres humanos compreendem e conceituam o mundo que os cerca). Para a autora, a mudança semântica de um dado elemento realiza-se por meio de diferentes domínios conceituais que vão do *conteúdo* (sociofísico) para o *epistêmico* (raciocínio lógico) e para o *conversacional* (atos de fala). Essa passagem se dá por meio de projeções. Para Sweetser, as tais projeções de um item seguem a tendência geral de recorrer a conceitos e vocabulários de um domínio sociofísico, visto ser mais acessível, para depois se referir ao lógico-epistêmico, pois, por este envolver raciocínio, emoção, é menos acessível que o primeiro. Por sua vez, há uma passagem deste para o domínio conversacional ou ilocucionário, o qual envolve estruturas conversacionais. Esquemáticamente, teríamos o seguinte quadro:

Quadro 2. Domínios Conceituais

Domínio do conteúdo	Domínio epistêmico	Domínio conersacional
Sociofísico →	Raciocínio lógico →	Atos de fala

Observe-se no Quadro 2 que esses domínios se estendem em um *continuum* e apontam para um crescente fortalecimento da expressão de subjetividade dos interlocutores, unindo o conhecimento de mundo real ao conhecimento mental deles. Essa proposta representa um avanço em termos de análise semântica porque reconhece a perspectiva diacrônica da mudança semântica, mostra as diferenças e abre a perspectiva para uma análise com sentidos que podem ser coexistentes em um recorte sincrônico. A análise se faz sob o ponto de vista pancrônico.

3. ANÁLISE

Como já se mencionou, na introdução deste capítulo, as ocorrências que compõem um *corpus* maior de pesquisa foram retiradas de correspondências oficiais que compreendem cartas de governadores de províncias do Paraná: Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaratuba (séculos XVII, XVIII) e português contemporâneo (século XIX e XX). Os textos do português contemporâneo são mensagens enviadas pelo governador do Estado ao Congresso Legislativo do Paraná nos referidos séculos e estão disponíveis no site Arquivo Público do Paraná (www.arquivopublico.pr.gov.br). As dos séculos XVII, XVIII encontram-se publicadas nos volumes *Scripturae nas Villas Sam Luiz de Goaratuba e Antonina: documentos setecentistas e oitocentistas*, organizado por Joyce Elaine de Almeida Baronas e Vanderci de Andrade Aguilera; e *Scripturae na Villa de Pernagoa: documentos setecentistas*, organizado por Celciane Alves Vasconcelos e Vanderci de Andrade Aguilera. Ambas as obras foram publicadas pela Universidade Estadual de Londrina em 2007. Esses livros são referentes à documentação manuscrita produzida no Estado e fizeram parte da organização do banco de dados sobre a história do Paraná.

Os trabalhos reúnem fólios enviados das câmaras das vilas a autoridades da época como bispos e governadores. Cada edição, precedida do *fac-símile*, traz uma ficha catalográfica, o arquivo digitalizado, a tipologia do texto, o assunto, a datação do documento e os signatários do manuscrito. Não há comentários das organizadoras sobre aspectos relativos à morfologia, sintaxe, semântica, estilística ou discurso. No final de cada um dos volumes apresenta-se um glosário com alguns vocábulos com vistas a elucidar algumas definições e esclarecer alguns significados dentro do contexto dos documentos.

Os documentos disponíveis no site são de domínio público e apresentam extensões diferentes. Alguns perfazem 320 páginas. Nesta seção, optou-se por exemplificar os subtipos de causa, retirando as ocorrências dos manuscritos devido à pequena extensão deste capítulo e à impossibilidade de acesso às referidas obras.

Adotar-se-ão, nesta análise, os pressupostos de Sweetser (1990). Os exemplos a seguir ilustram as relações dos subtipos de causas introduzidas pelo item 'como'. A grafia dos excertos manteve-se fiel às encontradas no *fac-símile*.

3.1. Causa no Nível do Conteúdo (Real)

No exemplo a seguir, encontramos a ocorrência do item para introduzir uma justificativa, com base em uma ocorrência constatável, isto é, os oficiais não se encontram na Câmara e estão na fazenda; por isso, não puderam enviar um juiz da vila de Paranaguá para compor o senado do Estado:

Como os offeçiais desta Camera estiueçem retirados por suas fazendas, pêra benefício de suas lauouras, (vnico tratodesta villa) não nos foi poçível com mais breuidade o podermos dar comprimento a ordem de Vossa Excelencia em enviarmos hum dos Republicanos desta Villa (Baronas; Aguilera, 2007, p. 19).

3.2. Causa no Nível Epistêmico

No exemplo, a seguir, encontramos a ocorrência do item em causa epistêmica. A Câmara de Paranaguá reivindica ao Governador para que guarde os Padres da Companhia de Jesus e lhes conceda o pedido de refazer os pilares de uma igreja, uma vez demolidos pelos

seus antepassados. Dada a situação, apresenta-se uma justificativa ou explicação para o envio de documentos. Essa explicação anterior é decorrente de uma crença que o falante tem e que considera importante para que o pedido se efetive. Há um quadro de ‘fundo’ ou cenário que o falante julga ser importante, uma espécie de ‘seleção’ de um contexto que só é conhecido por ele.

Os mesmos Reverendos Padres tinhaõ em huas branças de chaons que dizem puçuir Nesta villa na paraje ribançeirademuli [...] Mais como este prossedimento em contra emparte O disposto que hã sobre este particular Nos paresseo dar avossaIllustrissima detudo Conta emviandolhe as copias emclusas pellas coais Vera vossaIllustrissima que vindo aesta Villa o Doutor Dezembargador Raphael Pires Pardinho em correcaõ ante Vendo que os Reverendos Padres seasenhoreavaõ de sem [brasas de chaons] em coadra Na Melhor paraje que tem esta villa para o seo aumento Proueo sinaõ goardaçe a tal data de chaons~. como da Mesma Copia Consta e os Mesmos Reverendos Padres sem que ordinariamente vintillasem A posseçaõ dos tais chaons~ pertenderaõ Leuantar nelles edefficios afim deseentridoirem (Baronas; Aguilera, 2007, p. 85)

3.3. Causa nos Atos de Fala

No exemplo, a seguir, encontramos a ocorrência do item com a função de introduzir uma causa referente a um ato de fala. Há uma reiteração do pedido de reforço na proteção da vila de Paranaguá devido ao fato de ter três portos abertos para o mar. É uma explicação causal para um ato de fala – resolver mandar. Essa reiteração se dá porque eles já haviam solicitado uma resolução para a contingência, mas até aquele presente ela não se efetivara. Observe-se que o verbo

resolver na construção – *resolver a mandar*, de certa forma, modaliza a cobrança:

Pella qual experauamos segunda resolucam de Voss’aExcelentissima; e como thê o presente anam temos tido, Resoluemonos a mandar este proprio com estaa Vossa Excelentissima pondonos com ella aos seus pes, para que queira compadecersse deste povo, e moradores desta Villa [...] (Baronas; Aguilera, 2007, p. 51).

4. RESULTADOS

Nos textos oficiais analisados até o presente momento,⁴ encontraram-se causas relacionadas mais aos domínios de atos de fala, como comprovou Gonçalves (2011). São os seguintes percentuais: 0,5% para o domínio do conteúdo; 20% para o epistêmico e 75% para os atos de fala.

Esses resultados mostram que os segmentos conectados pelo item estão relacionados ao que Neves (2000) denominou etapas de argumento. O emprego do conector tem função argumentativa, fazendo que o interlocutor aceite seu conteúdo como desculpa de cumprimento ou admita um pedido. Há de se sublinhar, contudo, que a classificação das causas em subtipos é de extrema complexidade porque a verificação empírica das relações de causalidade ultrapassa o escopo das investigações linguísticas e insere-se nos domínios na produção de sentidos. É por isso que a autora propõe uma avaliação pragmática de tais construções, principalmente em relação à distribuição das informações, ou seja, a ordem em que elas aparecem. Essa implicação

⁴ A pesquisa ainda está em curso e faz parte do projeto institucional “A caracterização do gênero epistolar oficial na história do português paranaense – padrões de uso e de mudanças gramaticais” e já apresentou duas dissertações concluídas de Mestrado.

e a organização sequencial denominam-se *iconicidade* e representam uma relação entre a ordem dos eventos e a ordem das informações expostas.

A ordem cronológica de um evento tende a ser realizada linguisticamente na mesma sequência temporal. Em relação às construções causais, especificamente as iniciadas por ‘como’, há uma ordem icônica porque elas estão sempre antepostas a uma oração núcleo, diferentemente das demais, iniciadas por outros conectores (*porque, visto que, já que, entre outros*). Outro fato é que essa ordem se relaciona ao tipo de informação que se vai veicular. Quando antepostas pelo conector ‘como’, tais construções carregam a informação partilhada entre os interlocutores a qual serve de base para a compreensão da informação seguinte (nova e não partilhada) de seu discurso.

Nas cartas analisadas, os interlocutores tendem a recorrer a informações relacionadas ao domínio de ordem judicial, pedidos de governadores, situações previamente acordadas pelos legisladores, e tais construções servem como uma espécie de ‘lembrete’, quadro ou moldura de ‘fundo’ para que se possam assentar as considerações que virão. Pode-se afirmar que, nesse caso, essa informação constitui o ponto de partida sobre o qual os interlocutores – falante e ouvinte – vão interagindo, criando o ambiente linguístico.

Ao recorrer às informações compartilhadas (velhas), mediante o emprego do item ‘como’, o locutor emprega os argumentos ou justificativas de tal forma que direciona para o seu interlocutor a maneira como a extensão seguinte deve ser interpretada – se um pedido, uma desculpa, uma proposta, uma avaliação positiva ou negativa, entre outras.

Voltando às considerações de Sweetser (1990) sobre a mudança linguística realizada por meio de projeções metafóricas, isto é, mediante uma transferência conceptual que aproxima domínios

cognitivos diferentes, o que envolve a abstratização de significados (a forma como os seres humanos compreendem e conceituam o mundo que os cerca) para explicar como um item pode comportar concomitantemente um significado modal e causal, recorremos ao contexto histórico sociopolítico pelo qual passou a Província até 1853 até se tornar o atual Estado da Federação – Paraná.

Vale lembrar que historicamente os primeiros habitantes do atual Estado do Paraná foram os índios Carijó e Guaraní (Tupi) no litoral e os Caingangue (Jê) na região interiorana. O povoamento começou pelo litoral, na metade do século XVII e espalhou-se pelo primeiro planalto, graças ao interesse português pela descoberta de ouro nas terras indígenas. Funda-se Paranaguá e, mais tarde, Curitiba.

Com a raridade do ouro do litoral e a necessidade de subsistência, há movimentos migratórios para o sudeste do Brasil e o povoamento no primeiro e no segundo planaltos paranaenses. Essas contingências fazem que o processo de povoamento do estado se efetive de forma distinta, emprestando características diferentes ao espaço sociocultural da região. Até o século XIX esse espaço constrói-se por meio da atividade de mineradores, tropeiros, madeireiros e extratores de erva-mate. Ocupa o primeiro e o segundo planaltos, do litoral até quase o centro do Paraná. É um centro irradiador de força política e, por meio de alguns tropeiros, desvincula-se de São Paulo. Outro grande movimento, posterior ao ciclo do tropeirismo, é beneficiado pela extração de madeira da região noroeste e norte – Norte Velho ou Pioneiro, Norte Novo e o Norte Novíssimo. É o que historiadores paranaenses denominam Paraná Moderno. Nele, há uma forte influência de migrantes, provindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul o que provocou um período de litígio sobre terras. Muitos outros migrantes – paulistas, mineiros, nordestinos e do próprio estado de outras localidades – fixam moradia no norte e o

transformam rapidamente em região próspera, principalmente entre o final do século XIX e metade do século XX.

Outro fator a ser comentado é a chegada dos imigrantes entre os séculos XIX e XX que contribui para desenhar uma sociedade de tipos físicos variados onde convivem descendentes europeus, negros, índios, migrantes das regiões sul e sudeste. Nesse quadro, em que convergem influências históricas, sociais, geográficas, econômicas e políticas as mais variadas, não causa estranheza que a língua apresente variações de usos e passe a estender significados de um domínio fonte, representativo de situações concretas, ações e processos que revelam suas experiências humanas para um domínio alvo de estruturas mais abstratas.

Pode-se afirmar que graças às experiências das mais diferentes fontes, os interlocutores – missivistas oficiais dos séculos XVIII, XIX e XX – no Estado do Paraná foram construindo suas impressões cognitivas e sociais sobre os fatos históricos que o rodeavam: uma história de litígios, disputa de territórios, ocupação agrária, interesses econômicos, entre outros. É possível observar como essas crenças e as ideologias coletivas de diferentes grupos sociais e linguísticos que constituem este estado vão sendo refletidas na escolha do elemento gramatical causal mais empregado para solicitar providências para as mais diferentes contingências sociais. Isso pode ser explicado da seguinte forma: uma província emergente precisa ou, pelo menos deveria, fixar suas bases de direito sob pena de se criar um estado de anomia. As leis e acordos, por sua vez, se existem, representam grupos com diferentes interesses políticos e econômicos. Se um acordo, depois de muitos litígios, chega a um termo geral é a ele que se evoca sempre que se queira garantir esse direito. Ora, a maneira de se obter tal êxito é recorrer a quadros mentais familiares ao interlocutor para que ele se lembre dos acordos preestabelecidos. Nesse sentido,

a forma linguística para tal tipo de expressão é justamente aquela das informações “velhas”. Um desses meios é introduzi-las por construções que expressem tais expedientes, não importando se tais relações estejam em nível de causa real, mas no nível em que possa ‘parecer’ real, dentro da legalidade e da legitimidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou mostrar como a história das formas gramaticais não reflete apenas aspectos linguísticos, relacionados à sua expressão, mas também evidencia, em seu contínuo desenvolvimento, aspectos profundos de interação social e cognitiva dos falantes de certa comunidade. Em outras palavras, investigou-se como a codificação linguística é motivada, constantemente, por fatores extralinguísticos.

Elegeram-se para esta amostra o emprego do item conjuncional ‘como’ em correspondências oficiais dos séculos XVIII, XIX e XX no Estado do Paraná, devido ao gênero ser, geralmente, considerado por muitos um conjunto de formas linguísticas que pouco expressam ou deveriam expressar a subjetividade do falante. Além disso, tal composição se insere em contextos de ações protocolares das diversas instâncias governamentais.

A história das formas gramaticais e os estudos sobre as mudanças linguísticas mostraram um quadro instável de classificações que sempre existiu e propiciou rearranjos. Na mesma sincronia coexistem diferentes significados e diferentes empregos para o mesmo item lexical.

Para demonstrar essa assertiva, elegeram-se o item ‘como’ em seu valor causal, devido ao número de ocorrências no *corpus* estudado e à sua semanticização que remonta ao latim e, depois ao português, desde o século XIII.

Embora a tradição gramatical atribua ao valor de causalidade uma noção unívoca, relacionada, não raras vezes à lógica, demonstrou-se que tais construções comportariam o preenchimento de condições que levam em conta relação entre eventos e relação entre argumentos. A primeira vincula-se a fenômenos externos à situação de comunicação e tem como fonte a experiência da realidade externa; a segunda obedece a etapas de argumentos; é de fonte interpessoal e é inerente à situação comunicativa.

À luz dessa interpretação propuseram-se, com base em Neves (2000) e Sweetser (1990), o estudo do item ‘como’ para os três domínios ou níveis: o do conteúdo, o epistêmico e o do ato de fala, considerando o componente semântico-pragmático.

A análise mostrou que o subtipo mais frequente, nesse gênero e nas sincronias em enfoque, é o nível do ato de fala, justamente porque o item em anteposição favorece as relações de informações compartilhadas, conhecidas dos interlocutores. No contexto sócio-histórico em questão e considerando as relações de formação do Estado do Paraná, evidenciou-se que a necessidade de se fixarem leis e garantir acordos pode ter motivado o emprego do item com tal valor semântico.

REFERÊNCIAS

BARONAS, Joyce Elaine de; AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Scripturae nas Villas Luiz de Goarutuba e Antonina: documentos setecentistas e oitocentistas*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

BARRETO, Terezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 4 v. 1999. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

GONÇALVES, Bianca de Almeida. *Um estudo funcionalista sobre a hipotaxe adverbial causal e a hipotaxe adverbial conformativa em textos produzidos entre os*

séculos XVIII e XX. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

ILARI, Rodolfo. As conjunções. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 809-860.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura; BRAGA, Maria Luiza; HATTNHER, Marize Mattos Dall’Aglio. As construções hipotáticas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 937-1015.

SOUZA, Edson Rosa Francisco de. *Gramaticalização dos itens linguísticos assim, já e aí no português brasileiro: um estudo sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional*. 2009. 273 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990.

VASCONCELOS, Celciane Alves; AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Scripturae na Villa de Pernagoa: documentos setecentistas*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

NEOLOGIA SEMÂNTICA, PALAVRA-VALISE E INTERTEXTUALIDADE NO DISCURSO MIDIÁTICO

*André Crim Valente**

INTRODUÇÃO

A integração de estudos sobre léxico e discurso vem constituindo a base das minhas pesquisas na área neológica. Faço-as na condição de membro do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL e de integrante do CIAD (Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso), em *corpora* das linguagens literária e midiática. Aqui se dará destaque ao discurso das mídias impressa e televisiva e o *corpus* será constituído de neologismos retirados de matérias jornalísticas e anúncios. Convém recordar que o processo de renovação lexical, sempre presente na linguagem literária, alcançou, nas três últimas décadas, grande destaque na linguagem da mídia. Nesta se encontram, com alta frequência, vários neologismos vocabulares ou semânticos tanto nas publicações de maior prestígio como nos jornais ditos populares.

* UERJ – Instituto de Letras – Departamento LIPO, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: prof.acvalente@gmail.com.

1. TIPOLOGIA NEOLÓGICA

No que respeita à classificação dos neologismos, há um ponto em comum entre os estudiosos brasileiros, Alves (1990), Barbosa (1981), Carvalho (2000), e os estrangeiros, Boulanger (1979), Sablayrolles (1996), Correia (2005) e Vilela (1994): a existência de neologismos vocabulares e neologismos semânticos. Também se reconhece que as criações neológicas podem ser vernaculares, com ênfase nos processos de formação de palavras, ou podem decorrer de empréstimos linguísticos, como atesta Boulanger (1979, p. 65):

[...] conclui-se que o neologismo é uma unidade lexical de criação recente, uma aceção nova de uma palavra já existente, ou ainda, uma palavra emprestada desde há pouco a um sistema linguístico estrangeiro e aceita na língua.

A classificação dicotômica dos neologismos, formais/vocabulares e semânticos, tacitamente aceita pela maioria dos autores, tem outra denominação no estudo de Dubois *et al.* (1978, p. 430): a neologia de forma, fabricação de novas unidades linguísticas; a neologia de sentido, emprego de novos significados para significantes já existentes na língua.

A partir da primeira classificação dicotômica dos neologismos, surgiram variações terminológicas vinculadas aos usos neológicos em linguagens várias. Assim, passou-se a falar em neologismos da língua ou denominativos em contraposição aos neologismos literários ou estilísticos.

Há quem prefira chamá-los, como Pinto (1992, p. 25), de neologismos culturais e neologismos literários ou estilísticos: estes toam o indivíduo criador como referencial; aqueles, o uso coletivo.

2. NEOLOGIA SEMÂNTICA

Guilbert (1975, p. 21) chama de neologia semântica “toda mudança de sentido que se produz em um dos três aspectos significantes do lexema sem que intervenha simultaneamente uma modificação na forma significante deste lexema”. O autor francês apresenta três casos de neologia semântica:

a) a primeira forma de neologia semântica situa-se no campo da retórica e aparece como metáfora, sinédoque etc.;

b) a segunda forma é a que afeta a categoria gramatical do lexema. É chamada, às vezes, de neologia por conversão. Convém destacar que o caráter semântico continua presente na modificação categorial;

c) a terceira forma de neologia semântica é qualificada como sociológica. Ocorre com termos técnicos que passam para o vocabulário geral. Neste caso, pode-se pensar em termos próprios de um jargão que são adotados por boa parte da comunidade linguística.

São exemplos de neologia semântica:

a) Aquele político é um **mala**. / O dirigente do clube usou um **laranja**.

b) Que bela palavra é um **não**! / O **amar** é sublime.

c) Vou **deletar** aquele sujeito da minha vida. / Você não passa de um **narciso**.

3. NEOLOGIA INTERTEXTUAL

Nos estudos neológicos, a combinação de léxico e discurso também se materializa na neologia intertextual. O neologismo com base

nela criado pressupõe, em princípio, a existência de outro neologismo a que se seguiram, em muitos casos, algumas criações neológicas com a mesma estrutura mórfica. Na neologia intertextual, a analogia é bastante utilizada no diálogo estabelecido entre o termo original e os que se seguiram. Em estudo anterior (Valente, 2010b, p. 196), destaco a sequência analógica e intertextual a partir de “sambódromo”: namoródromo, fumódromo, camelódromo, macumbódromo, sexódromo, beijódromo, cheiródromo e urinódromo, termos retirados da mídia carioca. Destaquei ainda a sequência, a partir do termo “passeata”, dos neologismos carreata, bicicleta e motociata.

4. PALAVRA-VALISE

Segundo Houaiss (2001, p. 2108), é “a palavra resultante da combinação de partes de outras palavras, podendo entrar no vocabulário da língua”. Exemplifica com motel (motor + hotel) e lembra que algumas dessas palavras podem ser usadas em textos jocosos, como em passagens de Lewis Carroll, ou na prosa poética de Guimarães Rosa. Na etimologia, Houaiss (2001) destaca a presença de termos do francês, *portemanteau* ou *mot-portemanteau*, ou do inglês, *portmanteau word*.

Ao classificá-la de “palavra-mala”, Figueiredo (2002, p. 524) define-a como neologismo composicional criado a partir de uma “síntese disjuntiva” de duas palavras que, “em lugar de se sucederem linearmente, se imbricam e fundem as suas sílabas (normalmente homônimas e homógrafas) de maneira a, e quase sempre violando o interdito, formarem uma outra...”. Exemplifica com passagens de Mia Couto em “Último voo do flamingo”, das quais destaco:

a) “Aquelas ocavidades pareciam recém recentes”, com a fusão de *-ca* da palavra *oca* e do fragmento *-ca* da palavra *cavidade*;

b) “O indivíduo se interpôs, pedinchorão” em que se amalgam as duas palavras (perdinchão + chorão) a partir do fragmento comum *-ch*.

Figueiredo (2002, p. 525) acrescenta que a essas novas unidades denominativas, uma vez que partem da fusão de outras unidades da língua, “é-lhes assegurado um reconhecimento colectivo por parte do leitor que não é fácil de decodificar”. Lembra que, semântica e pragmaticamente, a originalidade da “palavra-mala” “vem de que ela significa sempre uma co-predicação: X, a palavra nova, é ao mesmo tempo A e B”. Entende que um *pedinchorão* é, simultaneamente, *pedinchão* e *chorão*.

A autora observa que há, assim,

Um constante trabalho cognitivo a operar pelo leitor que não é despendendo: tem, em primeiro lugar, que identificar a referência virtual, o conceito base dos dois termos da palavra-mala; seguidamente, e porque a actualização do referente não se faz a partir da soma dos sentidos dicionarizados, tem de recriar, em potência, um novo conceito para o novo referente de acordo com o contexto situacional (Figueiredo, 2002, p. 525).

5. ANÁLISE DO CORPUS

5.1. Havana-me

(Joyce & Paulo Cesar Pinheiro)

Havana-me

Não esqueço teu povo em momento algum

Cabana-me

Me convida a dançar, quebra o meu jejum

Serena-me
Me lambuza de cana, tabaco e rum, havana-me
Havana-me
Bota uma cuba-libre, limão e sal
Cabana-me
Me carrega em teu ritmo sensual
Irmana-me
Nossa música em sangue tropical, havana-me
Tira-me pra bailar
Quero ouvir teu som caribenho
Por ti, mestiço, eu tenho amor
Me pega pelo quadril
Teu par ainda é o Brasil, havana-me.

No título da canção, ocorre uma neologia semântica conforme aponta Guilbert (1975) em seu estudo. Ao transformar o substantivo “Havana” em verbo, acrescido do complemento verbal *me*, os autores optam pela segunda pessoa do singular do imperativo, como atesta o uso do possessivo “teu” logo no segundo verso. É um caso de neologia semântica por conversão. Maingueneau (2005, p. 125) observa, ao tratar de pessoa e não pessoa, que

[...] todo enunciado implica um enunciador em relação ao qual é definido o você, constituído como tal pelo enunciador. Se esse enunciador, suporte do ato de comunicação, coincide com o sujeito da frase, ele é representado sob a forma “eu”; se coincide com o objeto direto, sob a forma “me”.

Em “Gênese dos discursos”, Maingueneau (2005) lembra que todo discurso é precedido de um interdiscurso, o que se pode comprovar na canção. A referência a Cuba, a partir da sua capital, tem valor positivo ou negativo? É uma crítica ou um elogio? A par da or-

ganização textual em que as escolhas lexicais revelam simpatia pelo povo e pela cultura da Ilha, há uma interdiscursividade na Música Popular Brasileira com manifestações de apoio, de compositores como Chico Buarque e Caetano Veloso, à causa cubana. Joyce e Paulo César Pinheiro, por suas trajetórias na MPB, podem ser incluídos nesse grupo, o que se pode confirmar no apelo do último verso da letra da canção: “Teu par ainda é o Brasil, havana-me”.

5.2. ‘Alfama-te’



Fonte: *Revista Sábado*, n. 376, 14 a 20 jul. 2011 (Portugal).

A construção neológica tem processo similar ao de “Havana-me”. Parte-se de um substantivo próprio para a criação de uma forma verbal. O uso da 2ª pessoa do singular do imperativo do novo verbo – alfamar – é confirmado, coesivamente, na sequência textual com “conhece gente nova”. Alfama é um bairro famoso de Lisboa tanto pelo seu casario como pelos bares com música, principalmente fados. O neologismo registra uma experiência de convivência social com grupos de dez pessoas que não se conheciam. O encontro é marcado pela rede social com vista à organização de jantares no bairro. O título da matéria sintetiza toda a experiência do grupo.

5.3. ‘Androginou’

Xico Sá, *Folha de São Paulo*, 18 mar. 2011

A crônica de Xico Sá tem como título o neologismo “androginou”, criado pelo músico Luiz Ayrão na canção “Bola dividida” (Disco “Missão”, 1975), recentemente gravada por Zeca Baleiro (CD “Coração do homem bomba, Vol. 1”, 2008). No último parágrafo, “É grave, senhores. Como naquela música genial de Luiz Ayrão, interpretada por Zeca Baleiro, ‘esse camarada se androginou, a moça deu bola a ele e ele nem ligou’”, Xico Sá retoma, coesivamente, o título do texto com os versos da canção. O uso do neologismo na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo comprova a criação do verbo “androginar”, a partir do substantivo “andrógino”. Enquanto na letra da canção a moça dá bola e ele não liga, androginando-se, na crônica os homens só dão atenção ao futebol e não têm olhos para as mulheres, o que sugere uma androginia.

5.4. Eu boteco. tu botecas. nós, comida di buteco

Revista *Rio Show*, O Globo, 15/4/2011

No anúncio da campanha sobre comida de boteco, o uso das duas primeiras pessoas do singular do presente do indicativo confirma a criação do verbo *botecar* a partir do substantivo comum *boteco*. Vários bares da cidade do Rio de Janeiro prestigiaram a campanha, mas o emprego da base nominal *boteco* tem, além do valor afetivo, forte apelo popular, o que se confirma na expressão coloquial “comida di buteco”.

5.5. Churrascabilidade

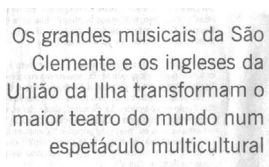
CHEGOU SKOL 360

Não estufa e não empapuçá. É produzida pelo inovador processo de fermentação 360°. E assim seu churrasco dura mais. Skol 360°. A cerveja com churrascabilidade. *Veja Rio*, 18 maio 2011.

O neologismo traz, na sua estrutura mórfica, uma ruptura no que respeita à formação de substantivos com o sufixo *-idade*. O padrão reconhecido caracteriza-se pelo acréscimo do sufixo a uma base adjetival em *-vel*: amável/amabilidade; viável/viabilidade. O termo *churrascabilidade* gera um estranhamento pela inexistência do adjetivo *churrascável*, o que não inviabiliza a hipotética sequência linguística: churrasco/churrascável/churrascabilidade.

Nos anúncios seguintes da Skol 360°, as criações neológicas afastam-se ainda mais do padrão, como se pode observar em: “Skol 360°. Não estufa e não empapuçá. A cerveja com bebabibilidade”; “Skol 360°: bebabibilidade, churrascabilidade, feijucabilidade e os baiacus; Skol 360° - praiabilidade”. Constata-se que, a partir da repercussão do primeiro termo, recorreu-se à neologia intertextual para a criação, com total liberdade linguística, dos novos termos.

5.6. Tem lorde no ‘Sambroadway’



Os grandes musicais da São
Clemente e os ingleses da
União da Ilha transformam o
maior teatro do mundo num
espetáculo multicultural

Grandioso e inovador, irreverente e ingênuo, alegre e colorido, o Sambódromo teve a sua noite de Broadway. A São Clemente invadiu a avenida com a magia dos grandes musicais. De “Cabaret” ao “Mágico de Oz”, o grande palco popular brasileiro cedeu sua ribalta para os maiores espetáculos de todos os tempos. Com “Uma aventura musical na Sapucaí”, a escola de Botafogo abriu ontem a segunda noite de desfiles do Grupo Especial, surpreendendo logo no início. Músicos tocaram violinos na paradinha da bateria. Depois, a União da Ilha reverenciou Londres, e até Sir Elton John, na pele de um componente da escola, caiu no samba. Na noite anterior, a Beija-Flor já tinha arrebatado o público com uma homenagem ao Maranhão e a Joãozinho Trinta. O desfile da Portela sobre a Bahia também emocionou. E a Vila Isabel, inspiradíssima, encerrou a noite com um grito pela libertação de Angola. Linda, linda.

O Globo, 21 fev. 2012

A manchete do jornal *O Globo* remete aos desfiles das Escolas de Samba União da Ilha e São Clemente, cujos enredos foram, respectivamente, “De Londres ao Rio: era uma vez... uma ilha” e “Uma aventura musical na Sapucaí” no Carnaval carioca de 2012. O neologismo é resultante da fusão de dois termos: sambódromo e Broadway, o que se confirma na seguinte passagem do texto: “Grandioso e inovador, irreverente e ingênuo, alegre colorido, o Sambódromo teve sua noite de Broadway”.

O novo termo ressalta a presença estrangeira no espaço musical do samba com a referência à famosa área dos musicais na cidade de Nova Iorque, o que se materializa, linguisticamente, com a manutenção do termo inglês na íntegra e a redução do nosso termo. Conforme o estudo de Figueiredo (2002), nota-se a presença de um elemento comum, o fonema /b/, que serve de nexos às duas palavras. A manutenção de tal fonema, com a perda do elemento *-ódromo*, permitiu a identificação da presença do samba no neologismo.

Bechara (2009, p. 370) apresenta, além da composição e da derivação, cinco outros processos de formação de palavras: formação regressiva, abreviação, reduplicação, conversão e combinação. Sobre o último, diz-nos que é “um caso especial de composição, conversão e combinação em que a nova unidade resulta da combinação de parte de cada um dos dois termos que entram na formação”. Exemplifica com

portunhol (português + espanhol) e *sofressor* (sofrer + professor). Tais casos têm sido chamados pelos estudiosos dos neologismos de palavra-valise, cruzamento vocabular, *portemanteau*, *portmanteau word*, contaminação ou amálgama.

5.7. ‘pulasamba’



O prefeito que ‘pulasamba’ pela Sapucaí

• Nas dez horas de desfile da primeira noite na Marquês de Sapucaí, o prefeito Eduardo Paes inventou, literalmente, um nova forma de sambar: pulando atrás, dos lados e na frente da bateria. A mistura acabou criando o estilo “pulasamba”. Quem viu tinha quase certeza de que se tratava de um empolgado folião no ritmo de um trio elétrico baiano. Primeiro com a Portela, sua escola do coração. Depois com a Vila Isabel, que o prefeito acompanhou até a dispersão, onde saltou, gritou e cantou, não necessariamente nesta ordem.

O dia de sambista do prefeito teve ainda adereço típico de um profissional de salão. Para cada uma das sete escolas que desfilarão no primeiro dia, Paes usou

um par de sapatos brilhantes, daqueles de quem de fato sabe sambar, e nas cores das agremiações. Ao ser flagrado na primeira troca de sapatos, confessou:

— Tenho um *personal shoemaker*. É meu sapateiro pessoal de Cascadura. Ele fez um sapato para cada escola este ano.

Paes chegou à Sapucaí por volta de 20h30m e só foi embora às 7h. O prefeito, algumas vezes acompanhado de assessores, outras da mulher Cristine Paes, desceu do camarote e “pulasambou” na passagem das escolas pelo setor 11. O prefeito foi ainda ao camarote de uma cervejaria, onde encontrou o cantor Michel Teló. Não teve jeito. Paes, sua mulher e Teló dançaram ao ritmo do “Ai se eu te pego”.

O Globo, 21 fev. 2012

O neologismo resultante da justaposição de *pula* e *samba* não corresponde mais ao emprego de uma forma verbal (do verbo *pular*) com o substantivo *samba*, mas sim à criação de uma nova forma verbal *pulasamba* (do verbo *pulasambar*). No título da matéria, aparece na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, o que se confirma pela estrutura sintática da frase. A confirmação maior da presença do novo verbo surge no trecho “O prefeito... desceu do camarote e ‘pulasambou’ na passagem das escolas pelo setor 11”, com o emprego da terceira pessoa do pretérito perfeito do indicativo.

O uso de “pulasamba”, diferentemente de “pulasambou”, pode ter valor verbal ou nominal, como se pode atestar no trecho “A mistura acabou criando o estilo ‘pulasamba’”. No caso, especificou-se o novo estilo de dançar do prefeito carioca.

5.8. ‘serás’

Personagem Mercedes (Lília Cabral) para o psicanalista:

— Será que meu filho já sabia? Será que meu filho renunciou à namorada por mim? Tô cheia de sérás na minha vida. *Programa Divã*, TV Globo, 12 abr. 2011.

O emprego, com valor de substantivo, da pluralização da forma verbal “será” confirma a tese de que as palavras só são – ou não são – quando contextualizadas. Em verdade, o valor morfossintático ou semântico-estilístico depende sempre de uma contextualização. A linguagem, na sua riqueza e multiplicidade, poderá surpreender-nos e encantar-nos conforme a intencionalidade discursiva do autor do texto. Em princípio, não seria possível ou imaginável empregar tal forma verbal como substantivo; no entanto, nada deve ser considerado impossível em se tratando de práticas linguísticas.

O termo “serás” constitui um caso de neologia semântica, segundo as considerações de Guilbert (1975). Enquadra-se no 2º tipo: por conversão. Cabe recordar aqui a abordagem de Celso Cunha (1985, p. 121) sobre tal processo, também chamado equivocadamente de derivação imprópria. Para o autor, não há processo derivacional nesses usos linguísticos uma vez que não existem afixos.

5.9. ‘pagaram peitinho’

O Globo, 21 fev. 2012

A nova expressão combina a neologia semântica com a neologia intertextual. Com base no estudo de Guilbert (1975), enquadra-se no 1º tipo: a nova significação decorre da figuração de linguagem. A construção neológica apresenta valor intertextual ao dialogar com outra similar e de maior frequência: “pagar cofrinho”. Em ambos os casos, a exposição involuntária de parte do corpo: em “pagar peitinho”, dos seios; em “pagar cofrinho”, da parte superior das nádegas, próxima à região pré-lombar. Em tais construções observa-se o esvaziamento semântico do sentido denotativo de “pagar”, assim como se percebe a transposição de sentido do verbo, como já ocorrera em “pagar mico” (com as variantes “pagar miquinho” e “pagar micão”), com expressivo valor gírico no emprego das construções com esse verbo.

5.10. Criações neológicas com *-ada*

Atualmente, o sufixo *-ada* vem sendo utilizado, com alto índice de frequência em substantivos deverbais, para indicar ação. Esse elemento mórfico deriva, segundo Azeredo (2008, p. 457), substantivos de outros substantivos e “expressa quantificação da ideia coletiva, tomando-se como base tanto a coisa quantificada goiaba-goiabada, quanto o espaço/tempo ou objeto que a contém (noite-noitada, colher-colherada)”. O autor ainda destaca o uso do sufixo *-ada* na derivação de substantivos que significam atos ou movimentos, segundo o meio ou agente, como em “fácada” e “quartelada”. Nos neologismos destacados a seguir, há uma base verbal à qual se acrescenta, em princípio desnecessariamente, o sufixo, uma vez que não seriam substantivos previstos no sistema linguístico. Semelhante procedimento

se justifica pela intencionalidade discursiva e também pela neologia intertextual com base na analogia.

“Vamos dar uma *analísada* no jogo”.

Sportv, 12 fev. 2012, Carlos Eduardo Lino

“... momento fashion do Sportv, sobre a vestimenta do Cereto, para dar um *aliviada*”.

Sportv, 02 maio 2012, André Rizek

“Wanderley Luxemburgo, ganhamos, agora vamos descansar: - Vai ser bom para dar uma *avaliada* boa, uma *recuperada* boa. Temos jogo na quinta”.

Sportv, 02 maio 2012

“Quer dar uma *viajada*... a Portugal”.

Programa Amor & Sexo, 31 jan. 2012

CONCLUSÃO

Buscou-se, neste estudo, ressaltar a importância dos aspectos discursivos no processo de renovação lexical. Para tanto, contextualizaram-se os neologismos selecionados na mídia brasileira e deles se destacaram valores semântico-discursivos considerados relevantes para a análise em cada contexto. Privilegiaram-se, nos comentários sobre o *corpus* midiático, a neologia semântica, a neologia intertextual e a utilização de palavra-valise.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BARBOSA, Maria Aparecida. *Léxico, produção e criatividade*. São Paulo: Global, 1981.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOULANGER, Jean-Claude. *Néologie en marche*. Montreal: Office de la Langue Française, 1979.
- CARVALHO, Nelly de. Neologismos, informação, criatividade. In: AZEREDO, José Carlos de (Org.). *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 192–202.
- CORREIA, Margarita; LEMOS, Lúcia San Payo de. *Inovação lexical em português*. Lisboa: Edições Colibri; Associação Portuguesa de Professores (APP), 2005.
- CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1985.
- DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FIGUEIREDO, Olívia Maria. O ficcionário de O último vôo do flamingo de Mia Couto. *Revista da Faculdade de Letras, Porto, II série, v. IX*, 2002.
- GUILBERT, Louis. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- PINTO, Edith. De neologismos. *Revista Confluência*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 25–32, jul./dez. 1992.
- SABLAYROLLES, Jean-François. Néologisme et nouveauté. *Cahiers de Lexicologie*, Paris, v. LXIX, p. 6–41, 1996.

VALENTE, André Crim. Produtividade lexical: criações neológicas. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 129–143.

VALENTE, André Crim. Léxico e discurso: neologia midiática. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. 5. Campo Grande: Editora UFMS, 2010a. p. 63–77.

VALENTE, André Crim. Aspectos semântico-discursivos e intertextuais da neologia midiática. In: ALVES, Ieda Maria (Org.). *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010b. p. 185–202.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

LÉXICO REGIONAL E LÉXICO TOPONÍMICO: INTERFACES LINGUÍSTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS

*Aparecida Negri Isquerdo**

INTRODUÇÃO

É

fato assente a importância linguística, cultural, social e política do léxico das línguas naturais e sua respectiva relação com a história social dessas línguas. Independente da perspectiva teórica e do viés que se adote para o estudo de um recorte do sistema lexical de uma língua, a função do léxico no processo de cognição e de categorização da realidade não pode ser negado, haja vista a sua função de consubstanciar, materializar o conhecimento produzido por uma sociedade. Assim como são diversas as sociedades e as culturas, o vocabulário veiculado pelos povos no decurso da história também possui diferentes facetas que o singularizam conforme o momento histórico da língua, a realidade geográfica, o perfil dos falantes, os objetivos da comunicação, as circunstâncias do ato de enunciação, esta tomada aqui como “o pivô da relação entre a língua e o mundo: [que] por um lado, permite representar fatos no enunciado, mas, por outro, constitui por si mesma um fato, um acontecimento único

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. PPGEL – Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens, Campo Grande-MS, aparecida.isquerdo@ufms.br.

definido no tempo e no espaço” (Charaudeau; Maingueneau, 2004, p. 193). Em termos toponímicos, o surgimento de um topônimo, o ato da nomeação do lugar num espaço e num tempo definidos. Enfim, diverso é também o léxico de uma língua em decorrência, tanto das características internas dos sistemas linguísticos, quanto de contingências socioculturais e políticas que afetam os falantes.

Nesse cenário e considerando a perspectiva do léxico na sua relação com a história social das línguas, situamos o *léxico regional* e, por extensão, o *léxico toponímico*. O primeiro entendido genericamente como a norma lexical veiculada por habitantes circunscritos a áreas geográficas de diferentes dimensões – por exemplo, a oposição entre o léxico do português brasileiro e o europeu, ou diferenças entre usos lexicais de grandes áreas geográficas de um mesmo território, no caso do Brasil, das cinco regiões administrativas, o que permite, por exemplo, comparar o falar do Norte com o do Sul; ou particularidades lexicais da língua veiculada em áreas de menores proporções, como os Estados da Federação ou, até mesmo, regiões distintas dentro de um mesmo Estado.¹ Nesse contexto insere-se o *léxico dialetal*, ou seja, variantes lexicais que identificam áreas demarcadas geolinguisticamente que evidenciam de forma bastante particular o vocabulário de uma comunidade de falantes.

Concebendo-se, pois, o topônimo (nome de lugar) como um signo linguístico com características próprias, dado o seu estatuto de nome próprio, define-se *léxico toponímico* como o universo de topônimos de uma língua que, por sua vez, estão circunscritos a diferentes espaços geográficos do território coberto por esse sistema linguístico. Nesse sentido, definimos o *léxico toponímico* como as unidades lexicais

¹ Não tratamos aqui da polêmica discussão do conceito de regionalismo, pois essa questão extrapola os objetivos deste artigo. Em Isquierdo (2006, 2007) discutimos com maior profundidade esse conceito.

investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos; nomes próprios de pessoas, de lugares, de crenças, de entidades sobrenaturais que são ressemantizadas com o fim precípua de nomear um lugar, desde espaços geográficos mais amplos (continentes, países, regiões administrativas, estados, cidades, grandes rios, montanhas, vales...), até elementos geográficos de menores proporções (ilhas, córregos, vilas, povoados, bairros, ruas...).

Nessa perspectiva, *léxico regional* e *léxico toponímico* são considerados subsistemas léxicos intrinsecamente relacionados, à medida que a toponímia local tende a incorporar uma porção significativa do vocabulário de cunho regional veiculado pelos habitantes de um espaço geográfico. Como pondera Dick (1999, p. 120-121),

[...] é pela conjunção de várias condicionantes linguísticas ou dos diversos dialetos e falares presentes em um determinado território, que se estrutura o léxico regional [...]. A Toponímia, principalmente, serve-se dessa circunstância de base, equivalente ou próxima a um substrato vocabular, para aí deitar suas raízes, aproveitando-se do material linguístico que mais se adequa à configuração dos conceitos que deve transmitir.

Logo, os sistemas toponomásticos subjacentes à toponímia de uma área territorial representam, em primeira instância, a perpetuação do léxico representativo do momento histórico em que o elemento geográfico foi nomeado. Se no âmbito do vocabulário comum a manutenção de uma unidade lexical na língua é estreitamente dependente do seu uso frequente e regular, na toponímia isso não acontece, pois, uma vez incrustado em um sistema toponomástico, o topônimo perpetua-se e projeta-se no tempo, adquirindo autonomia e, conseqüentemente, não mais ficando à mercê do uso da unidade

lexical que lhe deu origem na língua. Isso explica o fato de formas linguísticas usadas em épocas pretéritas se perpetuarem por meio da toponímia que, em face disso, é interpretada também como um meio de conservação linguística, à medida que conserva, cristalizados nos topônimos, elementos formadores da língua em voga quando foi gerado o designativo, como também pode perpetuar formas linguísticas de línguas de povos que habitaram a região em épocas remotas, como ocorre na toponímia brasileira, em que muitas línguas de povos autóctones, historicamente dizimados, têm elementos (morfológicos, lexicais) conservados em nomes de lugares que se mantiveram nas regiões por onde passaram esses povos.

Na verdade, sincronicamente, esses tipos de formas configuram-se como um documento ou um *fóssil*, conceito proposto pela primeira vez pelo geógrafo francês Jean Brunhes (1925) para a área de geografia humana. No caso da toponímia, nomes de lugares em situações peculiares em que ocorre a “**presença** (ou permanência) do nome mesmo em **ausência** do motivo determinante ou concorrente de sua formação” (Dick, 1990, p. 42) que são interpretados “como um verdadeiro *fóssil linguístico*”, expressão tomada por Dick ao geógrafo francês, para identificar topônimos opacos em termos de motivação formados por elementos e/ou palavras desaparecidas na história das línguas, além de evidenciarem processos de mudanças em curso em determinado sistema linguístico. É o que ocorre na Europa:

Si la toponymie est toujours une importante source de documentation du lexique dans le passé, son importance est encore plus grande dans le cas de territoires [...] dont les langues romanes autochtones se trouvent dans un processus de substitution linguistique très avancé, dans une telle situation le recueil et l'étude de la toponymie nous aide à mieux connaître le processus de perte du lexique, et dans

les cas où cela était possible, à essayer de reconstituer les liens de certains domaines lexicaux avec ceux des langues voisines, dans ce cas l'occitan et le catalan (Arias, 2010, p. 454).

Vistos, pois, pelo viés de uma perspectiva mais ampla, todos os sistemas toponímicos documentam não só traços linguísticos, como também deixam sobressair imbricações entre o nome e a identidade histórico-cultural do grupo a que pertence o denominador, enfim, de diferentes sistemas etnolinguísticos historicamente situados no tempo e no espaço. Isso porque,

[...] ao se penetrar, assim, no campo onomástico, ganha forma, por necessário, o problema da representação externa ou do referente e o modo pelo qual os nomes se atrelam às entidades representadas. Considerando-se o convencionalismo da linguagem, ao se transmigrar a palavra-objeto de um nível a outro (do sistema lexical para o sistema onomástico), percebe-se que as noções de causa, tendência e temperamento e conduta social do emissor ou do grupo são traços relevantes na construção de uma nomenclatura, qualquer que seja o espaço ocupado e o dialeto empregado. Caminha-se do campo *icônico* [...] para o campo *axiológico das relações semióticas* [...] (Dick, 1998, p. 101-102).

O próprio topônimo “Brasil” ilustra o exposto, uma vez que o processo gerativo do topônimo traz em sua gênese o entrelaçamento de distintos olhares sobre o espaço nomeado, certamente, influenciados pela ideologia subjacente aos propósitos dos navegadores portugueses e à consequente visão de mundo do colonizador, no histórico momento da “descoberta” e/ou “achamento” do novo território. A “terra à vista” anunciada pelo navegador é percebida, enquanto porção de terra firme, inicialmente, como uma grande **ilha**, percep-

ção essa do referente que motivou a geração do primeiro topônimo utilizado pelos navegadores para nomear a nova terra descoberta e imprimir-lhe uma marca de identificação. Assim da combinação entre “ilha”, elemento genérico, concreto, e o termo específico “cruz”, símbolo que evoca as Grandes Navegações Portuguesas – a Cruz de Cristo, símbolo da Ordem de Cristo², criada em Portugal, no século XIV, era ostentada nas caravelas e naus portuguesas –, antecedido de *Vera* (verdadeira) surge a *Ilha da Vera Cruz*.

Todavia, a imensidão da área logo se encarregou de desfazer o equívoco e a nova visão do espaço geográfico se materializa por meio do termo genérico *terra*, motivando a origem do novo signo toponímico identificador do território que substituiu o anterior, agora, a *Terra de Santa Cruz*. Nota-se que o processo gerativo desses designativos está focado na visão do colonizador e marcado pelo sema do “sagrado”. O olhar restritivo da “ilha” de *Vera Cruz* amplia-se para o foco da “terra” de *Santa Cruz*, designativo agora impregnado de forma ainda mais nítida pela sacralidade impressa no formante “santa”: *Ilha de Vera Cruz* ⇒ *Terra de Santa Cruz*. Em síntese:

O nome de Brasil que veio a ser dado às terras descobertas por Pedro Álvares Cabral, em abril de 1.500, possui uma história peculiar, misturando as lendas mais mirabolantes com os interesses materiais mais concretos e imediatistas. Cabral deu à terra o nome de *Ilha de Vera Cruz*, após a primeira missa rezada em Porto Seguro, mas convencido por seus capitães acerca da provável continentalidade

² “A Ordem de Cristo, rica e poderosa, patrocinou as grandes navegações lusitanas e exerceu grande influência nos dois primeiros séculos da vida brasileira. A Cruz de Cristo estava pintada nas velas da frota cabralina e o estandarte da Ordem esteve presente no descobrimento de nossa terra, participando das duas primeiras missas. Os marcos traziam de um lado o escudo português e do outro a Cruz de Cristo”. Disponível em: <http://www.brasilrepública.com/bandeirashistoricas.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

das terras descobertas, mudou seu nome para *Terra de Santa Cruz* (Vainfas, 2001, p. 81).

A tentativa de reconstrução do percurso histórico do nome da terra descoberta por Cabral com base no contexto histórico e econômico do Brasil Colônia evidencia que, na sucessão de designações atribuídas à nova terra, há um deslocamento de olhar, antes focado na cosmovisão do colonizador português que, por sua vez, traduzia o engenhoso projeto das Grandes Navegações Portuguesas em que o poder da Coroa não raras vezes confundia-se com a força exercida pela Igreja Católica, para elementos da natureza concreta da nova terra descoberta vistos, sobretudo, pelo viés dos interesses econômicos. Nesse contexto, a fauna e a flora entram em cena como fontes de exploração econômica e opera-se a passagem do campo do icônico (recuperação de palavras designativas de elementos concretos, no caso, uma ave e uma árvore) para o nível axiológico das relações semióticas – o topônimo *Terra de Santa Cruz* cede lugar a dois designativos, simultaneamente usados, em referências internas e externas ao Novo Mundo – *Terra dos Papagaios* e *Terra do Brasil*, respectivamente, motivados pela abundância de *psitacídeos* (família Psittacidae), como araras, papagaios, periquitos e maritacas,³ e pela riqueza do *pau-brasil* (*Caesalpinia echinata*), o pau-de-tinta, pau-rosado, tipo de madeira muito explorado no Brasil Colonial:

Mas também esse nome sagrado [*Terra de Santa Cruz*] não prosperou na denominação da terra.

³ “O fato é que o papagaio era uma mercadoria que fazia sucesso, no sistema do escambo, e muitos comerciantes espertos enriqueceram com a ave. Sem falar que essa exótica espécie, das terras do Novo Mundo, fazia a alegria das damas da corte e entrava em todos os lares no século XVI, inclusive nas casas da pequena burguesia. [...] o nosso papagaio era a preferência nacional francesa. E foi assim que ficamos conhecidos. Antes de ser chamada Terra do Brasil, o nosso país foi chamado de Terra dos Papagaios”. Disponível em: <http://www.conexaoaluno.rj.gov.br/especiais-20b.asp>. Acesso em: 20 mar. 2012.

Os marinheiros chamavam-na com frequência de “Terra dos Papagaios” e muito cedo triunfou entre eles o nome “Terra do Brasil”, do mesmo modo que os marujos franceses a chamavam de “Terre du Brésil”. A razão estava no comércio do “pau de tinta” que uns e outros faziam nas primeiras décadas do século XVI: o *pau-brasil* (Vainfas, 2001, p. 81).

O *Dicionário do Brasil Colonial* (Vainfas, 2001), no verbete *Brasil* registra também aspectos do embate instaurado em decorrência dessas substituições toponímicas, segundo interesses conflitantes: a força do sagrado *versus* o poder econômico. Registra o dicionário o pensamento do frei Vicente do Salvador (1627) que “ousou estabelecer uma relação entre o triunfo do nome Brasil, a exploração da madeira tintória e os ardis do demônio no Novo Mundo”, além da posição de Gandavo (1576) que “insistia em que o nome de Terra de Santa Cruz devia ser restaurado”, entendendo que o nome *Brasil* havia se vulgarizado em decorrência da exploração da madeira “pau-de-tinta”, por ser ela de cor vermelha e “ter semelhança de brasa”. Todavia, apesar dos protestos, triunfou o nome *Brasil*, uma redução do termo composto *pau-brasil*, em que o qualitativo *brasil* (relativo à brasa) foi investido da função de nome próprio e perpetuando-se como o nome oficial do novo território de dimensões continentais: *Terra do (pau)Brasil* $\Rightarrow$ *Brasil*.⁴

O exame dessas designações confirma o ponderado por Dick (1998, p. 102) em relação ao caminho percorrido pelos sintagmas toponímicos que, por seu turno, geram “uma cadeia sintagmática em que um signo se enreda em outro, este outro em outros tantos, de modo a formar um discurso, um conjunto ou um sistema de signi-

⁴ Vainfas (2004, p.81) registra ainda que “[...] o *Brasil* possuía origens bastante remotas” e, com base em Capistrano de Abreu, faz menção às “ilhas Brasil” que, “entre 1351 e 1508, teriam conhecido múltiplas variações e grafias: *Brazi*, *Bracir*, *Brasil*, *Brasill*, *Brazil*, *Brazilee*, *Brazille*, *Brazill*, *Braxili*, *Braxill*, *Braxyilli*, *Bracil*, *Braçil*, *Braçill*, *Berssil*, *Bresilge*”.

ficações [...]”. O exemplo apresentado ilustra a estreita relação entre causas denominativas e contingentes de natureza histórico-culturais normalmente imbuídos de carga ideológica, o que confere ao designativo de lugar também o papel de “marcador ideológico” (Dick, 1998) que consubstancia, nos repertórios toponomásticos, o entrelaçamento entre valores culturais, tendências econômicas e sistemas etnolinguísticos. Ao tratar das coordenadas tempo-situacionais que afetam o texto onomástico e suas respectivas marcas ideológicas, Dick (1998, p. 103) esclarece:

A peculiaridade do processo denominativo é exatamente a constituição dessa cadeia gerativa de enunciação, que revela contornos particulares; um denominador isolado, construtor de uma mensagem (doador de um único nome ou de vários nomes em situação de abrangência areal), interferindo em uma coletividade receptora, que passa a ser usuária do(s) designativo(s), sem que interagisse na dinâmica do processo. A adequação da escolha, que passa pelo crivo da objetividade ou da subjetividade do nomeador, ainda que inconscientemente, será sentida ou pela reação do grupo ou pela análise posterior do linguista, em fase posterior, distinta do momento inicial de marcação do lugar ou do batismo da pessoa.

Tomando como fio condutor essa perspectiva, como também as demais ponderações até aqui apresentadas, discutimos, neste trabalho, uma amostra de topônimos extraída da base de dados do *ATEMS - Atlas toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul* (2011) que singulariza a toponímia sul-mato-grossense em termos de marcas regionais. A amostra foi selecionada com base em dois eixos: 1) antropocultural: marcas regionais relacionadas à presença indígena na toponímia sul-mato-grossense e, 2) físico: características regionais da nomencla-

tura dos elementos geográficos em Mato Grosso do Sul, incluindo a região do Pantanal.

O estudo discute, de um lado, a relação entre etno-história e toponímia com destaque para singularidades da toponímia do Estado de Mato Grosso do Sul que são frutos da influência indígena na configuração dos topônimos, examinando, para tanto, os seguintes aspectos: i) densidade da toponímia indígena na toponímia de Mato Grosso do Sul e, ii) particularidades dessa toponímia e respectiva distribuição diatópica do fenômeno. De outro lado, aborda a relação entre léxico regional e léxico toponímico, pontuando questões como: i) valorização da norma lexical regional na nomenclatura geográfica e ii) topônimoização dos acidentes geográficos na toponímia da mesorregião dos Pantanaís sul-mato-grossenses.

1. ATEMS – ATLAS TOPONÍMICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Um atlas toponímico, por reunir amplas informações sobre a toponomástica de uma região, também evidencia singularidades lexicais regionais materializadas pelos topônimos. Assim, sob esse ângulo, a toponímia registra a língua em uso e, conseqüentemente, perpetua o léxico da população que habita o espaço geográfico nomeado, uma vez que, como produto da cultura, o léxico toponímico deixa transparecer aspectos da geomorfologia, da geografia, da fitogeografia, da hidrografia da região, como também características do léxico decorrentes da influência de contatos interétnicos, dos processos de povoamento ocorridos na sociedade.

O ATEMS é produto de pesquisas toponímicas realizadas há mais de uma década na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). No período de 2008/2011,⁵ o ATEMS configurou-se como um projeto integrado de pesquisa, sediado na UFMS, com a participação de pesquisadores de mais duas universidades públicas do Estado – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – e de estudiosos vinculados à rede pública de ensino do Estado (municipal e estadual).⁶

O projeto teve como objetivo mais amplo a construção do *Atlas toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul/ATEMS*, com vistas a contribuir para o conhecimento da toponímia sul-mato-grossense e sua relação, tanto com a história social de Mato Grosso do Sul, quanto com as características ambientais que singularizam o Estado. O ATEMS foi orientado, fundamentalmente, pelo modelo teórico de Dick (1990; 1992; 1999; 2006), adaptado às necessidades do *corpus* estudado. Os dados toponímicos – nomes de acidentes físicos e humanos (cidades, vilas, povoados...) – foram recolhidos de mapas oficiais com escala 1:250.000 e 1:100.000, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e armazenados em um Banco de Dados construído para esse fim, a partir da ficha lexicográfico-toponímica do Projeto, uma ampliação do modelo concebido por Dick (2004) para os projetos ATB (Atlas Toponímico do Brasil) e ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo).

⁵ Agradecemos à FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul) pelo apoio financeiro recebido para a execução do projeto ATEMS no período de 2008/2011.

⁶ Além de um grande contingente de alunos de graduação (Iniciação Científica), os seguintes pesquisadores integram a equipe do ATEMS e estão, atualmente, vinculados às seguintes Instituições: UEMS: Ana Paula Tribesse Patrício Dargel; Carla Regina de Souza Figueiredo, Marineide Cassuci Tavares e Renato Rodrigues Pereira; UFGD: Marilze Tavares; UFT: Ana Claudia Castiglioni; *Secretaria de Estado (MS) de Educação*: Marlene Schneider e Suely Aparecida Cazarotto; *Secretaria municipal de Educação de Dourados*: Doraci da Luz Gonsalves.

Associados a esse objetivo mais amplo, o *ATEMS* também perseguiu alguns propósitos mais específicos: i) organizar um banco de dados informatizado da toponímia rural (acidentes físicos) e humana (cidades, distritos, povoados, vilas...) do Estado de Mato Grosso do Sul; ii) apresentar um primeiro mapeamento dos topônimos de acidentes físicos e humanos (vilas, distritos, povoados...), evidenciando estratos linguísticos predominantes; classificação taxionômica; estrutura morfológica dos topônimos e particularidades regionais da toponímia estudada; disponibilizar um banco de dados sobre a toponímia de Mato Grosso do Sul aos interessados em estudos na área dos estudos onomásticos, e iv) contribuir para a divulgação da toponímia do Estado com informações linguísticas, culturais, históricas, sociais, geográficas que poderão também ser utilizadas, por exemplo, em materiais didáticos, destinados a estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A primeira versão do *ATEMS*, ainda inédita, reuniu dois volumes. O primeiro, o do atlas propriamente dito, além do texto introdutório que apresenta o trabalho e fornece esclarecimentos acerca dos objetivos e dos parâmetros teórico-metodológicos que orientaram a pesquisa, contém mais três capítulos: i) contextualização histórico-geográfica do Estado de Mato Grosso do Sul; ii) metodologia do *ATEMS* e iii) mapas toponímicos⁷. Já o segundo volume reúne seis estudos interpretativos que focalizam tendências mais marcantes evidenciadas pela pesquisa em termos de matriz toponímica do Estado.

Na sequência deste trabalho são apresentados e discutidos alguns resultados desse projeto a partir da amostra selecionada para este estudo.

⁷ A primeira versão do *ATEMS* reúne 80 mapas toponímicos concebidos segundo critérios distintos. Além dos mapas gerais que evidenciam uma macrovisão dos dados estudados, o *ATEMS* contém mapas específicos (produtividade de cada taxa toponímica, estratos linguísticos, estrutura formal dos topônimos) e mapas temáticos voltados para tendências apresentadas pelo repertório toponomástico estudado (questão indígena, motivação toponímica, toponímia do Pantanal etc.).

2. UM OLHAR PARA A TOPONÍMIA SUL-MATO-GROSSENSE: QUESTÕES ETNOLINGUÍSTICAS, ETNO-HISTÓRICAS E AMBIENTAIS

Todas as considerações apresentadas até este ponto do texto buscaram demonstrar a estreita relação entre o *léxico regional* e o *léxico toponímico*, apontando diferentes veios dessa relação que vão, desde o que foca o contexto histórico-cultural subjacente ao ato da enunciação de um novo nome, imprimindo-lhe marcas de ideologias em voga no momento histórico que foi cenário do surgimento desse nome, até questões etnolinguísticas que afetam a língua em uso e, conseqüentemente, a norma lexical que serviu de substrato para o processo de criação de um novo topônimo. Funcionam, pois, os topônimos também como “marcadores linguísticos regionais”⁸. Esses e outros fatores, como características ambientais, a natureza geomorfológica do espaço nomeado se entrecruzam e desse amálgama nasce o topônimo como marca identificadora não só do espaço geográfico, como também da visão de mundo do denominador e do grupo a que ele pertence. Alarga-se, dessa forma, o campo de abrangência da toponímia e das formas de interpretá-la, como muito bem sintetiza Dick (1997) no excerto a seguir que recupera aspectos assinalados ao longo deste estudo e que serão aqui retomados para fins de discussão dos dados toponímicos na continuidade deste trabalho:

Sabe-se que a toponímia [...] é a disciplina que *caminha ao lado da história*, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num

⁸ Cf. Dick (2000).

espaço e tempo preciso, procurando relacionar um nome ao outro, de modo que, da distribuição conjunta, se infira um *modelo onomástico dominante ou vários modelos simultâneos*. Procura apreender essa tendência também *em função dos acidentes geográficos que servem de base física ao nome empregado*, a fim de que se verifique a sua projeção no denominativo e em que termos isso ocorre. Procura, ainda, estabelecer *pontos de intersecção entre os designativos e as línguas faladas no local*, de maneira a determinar as *tendências lingüísticas manifestadas nos topônimos*, ou em que medida estes expressam formas antigas de linguagem, com as modificações experimentadas (Dick, 1997, p. 12-13, grifos nossos).

Como anteriormente assinalado no âmbito deste trabalho e, com muita propriedade, reiterado pela nossa ilustre toponimista brasileira, na citação anterior, a toponímia “caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional”. É, pois, esse viés o ponto de partida para o exame do léxico toponímico selecionado para este estudo, no item 2.1, a seguir.

2.1. Relação entre Etno-história e Toponímia

Independente do sistema toponomástico tomado como referência, abundam exemplos de topônimos que refletem aspectos da história social do espaço nomeado e da formação étnica da população local.

Inicialmente é preciso considerar que “desde o período colonial, o espaço da região centro-oeste vem sendo produzido. Entretanto, o processo foi descontínuo, nucleado e, espacialmente, desarticulado” (Duarte, 1989 *apud* Dick, 2000, p. 118). Como última região a ser povoada, o Brasil Central manteve-se durante séculos como *habitat*

de diversas nações indígenas que se preservavam da influência do colonizador, pois o interior do Brasil permanecia “entregue apenas aos ameríndios autóctones, que mesclavam dialetos e costumes diferentes, mas que, por estarem fechados num espaço de difícil penetração, puderam conservar a língua em pureza relativa”, isso porque “o Mato Grosso⁹, como espaço físico e politicamente construído, não participou do processo colonizador da América-quinhentista” (Dick, 2000, p. 118).¹⁰ No caso da área que compreendia o sul do então Mato Grosso que, desde 1979, em decorrência do desmembramento de território, passou a integrar o novo Estado da Federação, Martins (2002, p. 39) esclarece que

[...] no início do século XVI, por ocasião do “descobrimento” do Brasil, o território do atual Estado de Mato Grosso do Sul era densamente povoado por índios Guarani, Guató, Ofayé, Kaiapó Meridional, Payaguá e outras sociedades indígenas que ainda não foram identificadas pela arqueologia e pela etno-história.

A despeito de toda ação civilizatória que dizimou muitas dessas sociedades e/ou reduziu de forma drástica a população de outras, Mato Grosso do Sul ainda abriga a segunda maior população indígena

⁹ Nessa e em outras citações, a menção a esse topônimo estende-se também ao atual Estado de Mato Grosso do Sul, cuja origem alicerça-se no desmembramento do território do então Mato Grosso, a partir de 1979.

¹⁰ Martins (2002) ratifica que nas primeiras décadas do século XVI, quando os colonizadores europeus aportaram na região do atual Estado de Mato Grosso do Sul, “encontraram aqui um conjunto de sociedades indígenas, composto por etnias representantes de três, dos quatro troncos lingüísticos que formam o universo etno-lingüístico brasileiro” (p. 11). Destaca, porém, o historiador que frente a esse panorama “[...] desde os primeiros séculos da colonização ibérica no continente, área estadual, apesar de sua distância dos centros econômicos mercantilistas na América do Sul, foi, de imediato, inserida na estratégia econômica do sistema colonial na condição de importante fonte fornecedora de uma mercadoria vital para o funcionamento desse modelo: a mão-de-obra compulsória” (p. 11-12).

declarada do Brasil, segundo o censo de 2010/IBGE: 73.295¹¹. Esses povos ocupam terras indígenas situadas, sobretudo, nas regiões sul, sudoeste e oeste do território sul-mato-grossense e são pertencentes às seguintes etnias que, segundo Martins (2002, p. 86-87), estão assim distribuídas: *Guarani*: 24 comunidades – municípios de Maracaju, Bela Vista, Antonio João, Dourados, Caarapó, Ponta Porã, Juti, Aral Moreira, Amambai, Coronel Sapucaia, Eldorado, Paranhos, Tacuru, Mundo Novo e Sete Quedas; *Terena/Kadiwéu*: 01 comunidade – município de Porto Murtinho; *Terena*: 12 comunidades – municípios de Miranda, Aquidauana, Anastácio, Campo Grande, Dois irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque e Dourados; *Terena/Kinikinau*: 01 comunidade – município de Porto Murtinho; *Guató, Ofayé e Atykum*: 01 comunidade de cada povo, respectivamente, em Corumbá, em Brasilândia e em Nioaque.

Esse quadro da presença e da distribuição de povos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul reflete-se de forma muito significativa na toponímia sul-mato-grossense que, segundo os dados do ATEMS, apresenta o seguinte panorama:

A herança de línguas indígenas é uma marca significativa no panorama toponímico do estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo da região sul do Estado. No banco de dados do ATEMS, estão cadastrados 7.437 topônimos. Desse total, cerca de quase um quinto (1.407 nomes – 18,91%) é de origem indígena ou é formado de nomes com pelo menos um

¹¹ “Em números absolutos, o estado do Amazonas é o que apresenta a maior população indígena declarada, com 168.680 mil habitantes. Mato Grosso aparece na lista com a sexta maior população, ficando atrás de Roraima (49.637), Pernambuco (53.284), Bahia (56.381) e Mato Grosso do Sul (73.295)” Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/04/ibge-aponta-que-mais-de-42-mil-indios-vivem-em-mato-grosso.html>. Acesso: 20 maio. 2012.

elemento de uma língua indígena (Isquerdo *et al.*, 2011a, p. 134).¹²

Nesse universo de topônimos situam-se os nomes dos 78 municípios que compõem a malha municipal do Estado. Isquerdo (2009), em estudos etnolinguísticos sobre os nomes dos municípios sul-mato-grossenses, concluiu que 36% abrigam formantes de origem indígena. Dentre esses, 27% são formados apenas por nomes de base indígena e 9% contêm pelo menos um formante oriundo de língua ameríndia. Conclui ainda o estudo que

[...] a maior incidência de designativos de étimo indígena situa-se na porção centro-sul do Estado, área também de maior concentração de terras indígenas, fato que corrobora a relação entre a toponímia e a realidade etnodialetológica do espaço geográfico nomeado (Isquerdo, 2009, p. 11).

A etnotoponímia indígena registrada no Banco de Dados do *ATEMS* reúne tanto topônimos de base tupi recorrentes em toda a toponímia brasileira quanto designativos formados a partir de bases lexicais do guarani, língua viva falada nas comunidades indígenas de povos dessa etnia concentradas nas regiões sul e sudoeste do Estado e também no Paraguai, onde o guarani é uma das línguas oficiais. A título de ilustração desse último caso, citamos dois topônimos identificados em municípios da região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul: córrego *Curussu-Ambá* (Coronel Sapucaia) e respectiva variante *Curuaçu-Ambá* (Tacuru). Esses designativos foram classificados como *hierotopônimos*, segundo a taxionomia de Dick (1992). *Curussu-Ambá* e *Curuaçu-Ambá* aparecem justamente na região que concentra o maior contingente de toponímia de base indígena no Estado. Inclusive entre os municípios de Amambai e Coronel Sapucaia há uma comunida-

¹² Esses dados foram objeto dos mapas 55 e 56 do *ATEMS* (Isquerdo *et al.*, 2011b).

de Guaraní-Kaiowá nomeada com o topônimo *Curussu-Ambá* que, de acordo com Sampaio (1986), significa “à sombra da Cruz” (Lopes; Isquierdo, 2011).

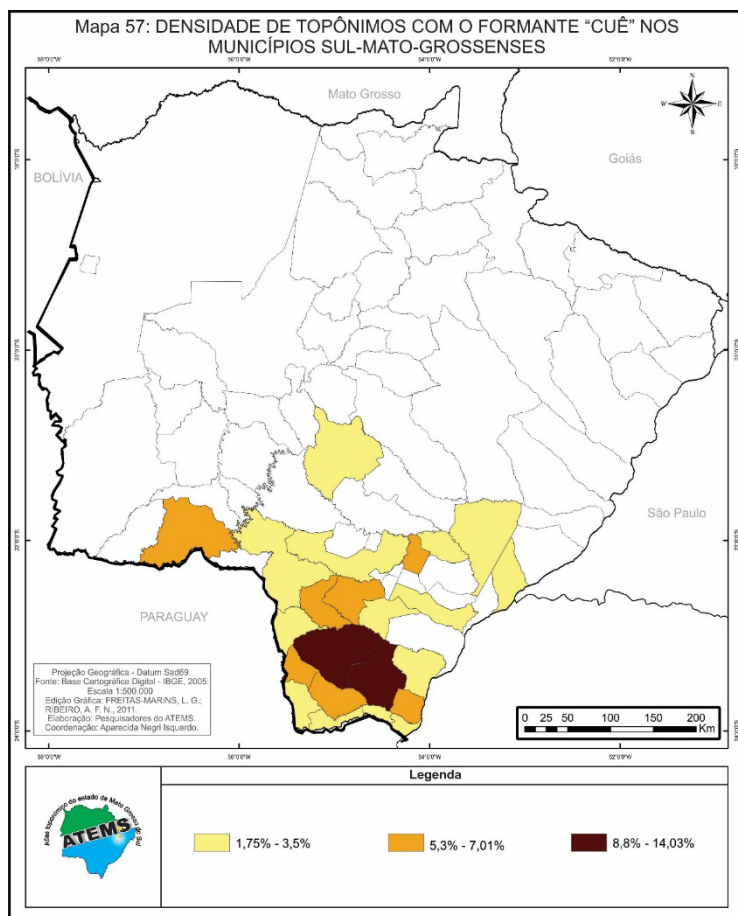
Dentre os topônimos de matriz indígena, destacam-se ainda e especialmente os formados com o formante “cuê”, derivado de “kuê”, “sufijo de pasado o de cosa separada de su propio sitio” (Guasch; Ortiz, 1998); “o que foi” (Sampaio, 1986, p. 93). Sampaio (1987, p. 226), por seu turno, define “cuê” como “velho, antigo, o que já foi, o passado; velhaco, esperto, entendido”. Topônimos formados com esse elemento mórfico são muito recorrentes na toponímia dos municípios localizados, sobretudo, ao sul do Estado, para nomear acidentes físicos, especialmente córregos. Eis alguns exemplos dessa categoria de nomes com a respectiva indicação dos municípios em que foram documentados: *Anselmo-Cuê*, *Cristiano-Cuê* (Amambai); *Pai Cuê*, *Trapiche-Cuê* (Caarapó); *Guaí-Cuê*, *Olivo-Cuê*, *Regis Cuê* (Iguatemi); *Caba Cuê*, *Caba Cuê*, *Dama Cuê*, *Oriental Cuê* (Bela Vista).¹³ A Figura 1, a seguir, reproduz o Mapa 57 (ATEMS),¹⁴ que visualiza a distribuição da produtividade dos topônimos formados com “cuê”¹⁵, segundo os municípios de Mato Grosso do Sul:

¹³ Como foi mantida a grafia original de registro do topônimo nos mapas oficiais do IBGE, o uso do hífen na grafia dos topônimos de estrutura composta não é uniforme.

¹⁴ Esse mapa, na primeira edição da obra, foi adaptado quanto às cores da escala cromática, de colorido para tons de cinza, por Luciene Gomes Freitas Marins, em virtude de a publicação não contemplar figuras coloridas. Como nesta segunda edição, por ser digital, não há essa limitação, o mapa foi substituído pela sua versão original colorida.

¹⁵ O elemento mórfico “cuê” é recorrente também no vocabulário comum entre habitantes da fronteira do Brasil com o Paraguai, como também no vocabulário da erva-mate, como atesta o verbete “erva-cuê” que integra o vocabulário produzido por Justiniano (2005): “**erva cuê** [port. + guar.] s.f. 1 Erva sem sabor, velha, que já foi utilizada no preparo do tereré ou do mate. *Tomadô de tereré ou di mate, logo percebe o gosto ruim de <erva cuê>, aí precisa trocá a erva* (IM). Cf. tereré, mate. Nota: Assis (2000) registra: “**ka’aykue** – erva já usada” [...] (Justiniano, 2005, p. 103).

Figura 1. Mapa 57 do ATEMS – Densidade de topônimos formados com “cuê”



Sintetizando, este tópico teve como propósito apresentar e discutir uma amostra do léxico toponímico de base indígena armazenado no Banco de Dados do ATEMS, com vistas a demonstrar marcas regionais observadas no sistema toponomástico em exame que são resultantes do contato linguístico (português-guarani) que se opera na fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e que

é perpetuado pela toponímia local, dados esses que referendam a estreita relação entre etno-história e toponímia. Desta feita, as características etnolinguísticas da região acabam por interferir, inclusive, na matriz toponímica local, à medida que o contato entre línguas pode gerar estruturas particulares de sintagmas toponímicos, referendendo a possibilidade de os dados relativos a um mesmo espaço evidenciar um “modelo onomástico dominante ou vários modelos simultâneos” (Dick, 1997, p. 12).

Já o tópico subsequente centra-se no viés da influência dos aspectos físicos do ambiente na toponímia, discutindo a questão das características regionais da nomenclatura dos elementos geográficos.

2.2. Meio Ambiente, Cultura Regional e Toponímia

É somente a partir de dados concretos representativos de diferentes sistemas toponímicos que se podem estabelecer parâmetros para o estudo dos topônimos, sobretudo no que diz respeito à identificação de causas denominativas, haja vista que a matriz cultural subjacente à formação étnica da população, as tradições, os hábitos culturais do grupo e em especial as características ambientais da localidade são elementos a serem tomados como referência para a análise dos topônimos: “l’ estudi dels topònims ha de fer-se sempre en relació amb el del territori a través de la història. D’ací la necessitat de combinar la filologia, la història i la geografia” (Casanova; Ferrer, 2010, p. 247). Nesse particular, não pode ser desconsiderada a relação entre léxico e ambiente físico e social na toponímia. E, por extensão, é preciso ter em conta as contribuições de Sapir (1969), no que diz respeito à concepção de ambiente como a somatória das forças físicas e sociais que exercem influência no cotidiano de vida dos habitan-

tes de uma área geográfica. Sentencia o autor (Sapir, 1969): “explicar todo traço de cultura humana como proveniente apenas da ação do ambiente físico me parece assentar numa ilusão” (p. 43), haja vista que “uma influência ambiental, mesmo de caráter mais simples, é sempre consolidada ou mudada pelas forças sociais” (p. 44). Defende ainda o autor que “o léxico da língua é o ponto que mais reflete o ambiente físico e social dos falantes, completo pode ser considerado como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que abarcam a atenção da comunidade” (p. 45).

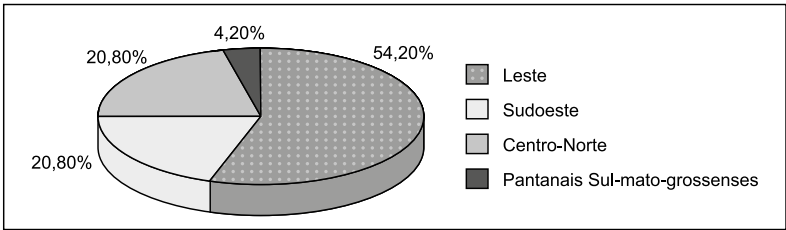
O mesmo se aplica aos designativos de lugares à medida que concebemos o topônimo como um signo que materializa a solidificação dessa relação entre léxico e ambiente e, nesse contexto, a perspectiva do denominador é fator determinante na dinâmica da nomeação de um espaço geográfico. Consequentemente, o traço ambiental regional de maior interesse no ato de enunciação do novo nome é perpetuado no signo toponímico. Isso explica a eternização de traços da norma lexical regional por meio da toponímia e ratifica a estreita interface entre léxico regional e léxico toponímico. Para tanto, o exame de um topônimo deve considerar não somente as acepções dicionarizadas da palavra que é alçada à função de topônimo, mas também sentidos regionais a ela imputados pelo uso, pois não raras vezes são eles que esclarecem o seu uso no sistema onomástico que, por sua vez, vale-se do léxico virtual da língua que, ressemantizado, reveste-se de função toponímica. Os designativos dos acidentes geográficos de menores proporções e isolados de grandes centros urbanos, em especial, tendem a abrigar itens lexicais do universo rural, de caráter regional, na designação de lugares, sobretudo do tipo físico, ou seja, nomes descritivos que são abundantes na toponímia em geral. Ilustramos essa tendência com o uso dos termos *estiva* e *vau* na toponímia sul-mato-grossense.

Em se tratando da unidade lexical *estiva*, a primeira questão a ser pontuada é o fato de esse signo linguístico, em Mato Grosso do Sul, possuir um sentido regional cujo uso se estende não só pelos demais Estados do Brasil Central, como também para outros Estados da Federação, segundo os registros lexicográficos apurados. Houaiss (2001) e Ferreira (2004), por exemplo, destacam o uso de *estiva* como termo da Marinha, com várias acepções, dentre outras, a designação para a primeira carga colocada no porão dos navios, geralmente a mais pesada, além de nomear o processo de organização das cargas no porão. Mais genericamente designa o processo de carregar e descarregar uma embarcação. Houaiss (2001) registra com marca de “regionalismo do Brasil” a acepção “conjunto de produtos alimentícios negociados por atacado”. Os dois dicionários registram ainda duas acepções de cunho regional: “Regionalismo: Norte do Brasil: em terrenos alagadiços ou pantanosos, ponte feita com um único pau, sustentado por forquilha”; “Regionalismo: Minas Gerais, Rio Grande do Sul: ponte rústica construída com paus atravessados por sobre um córrego ou vala” (Houaiss, 2001). Definições similares e as mesmas marcas dialetais são registradas por Ferreira (2004). No Brasil Central e, mais especificamente em Mato Grosso do Sul, a unidade lexical *estiva* é usada no meio rural não só na acepção registrada por Ortêncio (1983) – “Cobertura de varas grossas sobre os atoleiros para permitir o tráfego” –, como também no sentido apresentado por Souza (1961): “paus ou varas atravessados por sobre um riacho ou pequeno rio, formando uma ponte tôca e pouco segura não raras vezes”. Esse autor marca essa acepção da unidade lexical *estiva* como “termo geral” do Brasil. Registra também a posição de Cândido de Figueiredo que classifica *estiva* como *brasileirismo* na acepção de “revestimento feito de paus roliços ou varas, para formar o suporte da terra nas pontes, bem como dar passagem nos terrenos alagadiços” (*apud* Souza, 1961).

O confronto entre o uso regional do termo e o seu registro nos dicionários gerais da língua portuguesa antes mencionados aponta para a limitação dessas obras lexicográficas, no que tange ao registro dos regionalismos.

Na toponímia sul-mato-grossense foram registrados os topônimos formados com essa unidade lexical em três realizações em termos formais: *estiva* (córrego *Estiva*); *estiva*, da (cabeceira da *Estiva*) e *estivado* (córrego *Estivado*). O Banco de Dados do *ATEMS* reúne 24 topônimos formados com a unidade lexical em exame, com maior concentração na mesorregião Leste, que faz fronteira com Goiás, Minas Gerais e São Paulo. O Gráfico I, a seguir, visualiza a distribuição desses topônimos, segundo a mesorregião administrativa.

Gráfico I. Produtividade do topônimo “estiva”, segundo as mesorregiões administrativas de Mato Grosso do Sul¹⁶



Outro topônimo que recupera um item lexical que se reporta à realidade rural é *vau*, termo que nomeia “os trechos de rio onde o nível das águas permite travessia a pé, ou a cavalo. Trata-se, por conseguinte, de um termo descritivo, usado principalmente pela geografia” (Guerra; Guerra, 2008). Ortêncio (1983) também registra o termo *vau* na acepção de “lugar do rio onde se passa a pé”. Trata-se, na verdade, da

¹⁶ Agradecemos a Priscila Nascimento Ribeiro, bolsista de Iniciação Científica, pela colaboração no levantamento dos dados e na confecção do gráfico.

“toponimização do fator geográfico, isto é, o emprego do designativo do acidente em função denominativa, como se fosse um nome” (Dick, 2007, p. 463). Foi esse o processo ocorrido com a unidade lexical em questão: *vau* (nome do elemento geográfico) $\Rightarrow$ *Vau* (topônimo).

A toponimização é um fenômeno recorrente na toponímia e, no caso da toponímia sul-mato-grossense, na faixa de território coberta pelo bioma Pantanal, são muito frequentes exemplos desse fenômeno na nomenclatura geográfica regional, como ocorre com *corixo*, *baía*, *vazante*, dentre outros, que, além de designarem o acidente geográfico, exercem função toponímica. *Corixo* é um termo de cunho regional utilizado como designação de um “[...] canal de ligação de uma baía a outra, ou a um rio próximo; escoadouro de depressões pantanosas; braço morto de rio que ainda mantém alguma água. Mato Grosso” (Ortêncio, 1983); “denominação regional do Pantanal de Mato Grosso, para os pequenos riachos permanentes que ligam as *baías*” (Guerra; Guerra, 2008). O *corixo*, termo típico da região pantaneira, funciona como um ícone identificador do Pantanal.

Termo que figura na definição de *corixo*, *baía* representa outra designação de acidente geográfico típico da região em foco: “no Estado de Mato Grosso, os habitantes da região do Pantanal chamam de baías às imensas lagoas que são separadas por terras altas, as chamadas *cordilheiras*” (Guerra; Guerra, 2008); “termo da região pantaneira, mediante o qual se designam as depressões que recebem as águas transbordantes dos rios, bem assim como as pluviais e se conservam como desmedidos reservatórios naturais de compensação” (V. C. Filho *apud* Ortêncio, 1983). Por fim, o último termo da geografia regional, antes mencionado – *vazante*¹⁷ –, também assume, no

¹⁷ Curiosamente o termo *vazante* só foi documentado pelo projeto ATEMS como acidente geográfico nos mapas contemporâneos do IBGE. Um estudo a partir da cartografia histórica e/ou com base em dados orais (toponímia paralela) poderá

universo pantaneiro, acepções muito específicas. Conforme Guerra e Guerra (2008), “também no *pantanal*, *vazante* é a denominação dada aos pequenos riachos temporários que ligam as *baías* [...], pois os riachos permanentes chamam-se *corixos*”. Esses termos da nomenclatura geográfica regional são toponimizados, gerando topônimos como “córrego do *Corixo*”; “corixo *Corixão*”; “vazante do *Corixo do Pacu*”; “vazante *Baía Branca*”; “lagoa *Baía do Miranda*”; “ilha *Baía*”; “córrego do *Vau*”; “córrego *Vauzinho*”. Enfim, por nomearem elementos geográficos distintos do bioma Pantanal, os topônimos resultantes do processo de toponimização dos termos *corixo*, *baía* e *vazante* concentram-se, em sua grande maioria, nos municípios que integram a mesorregião dos *Pantanaís Sul-mato-grossenses*, ao mesmo tempo em que traduzem aspectos da cosmovisão do homem pantaneiro, haja vista que “l’onomastique d’une terre et avec elle toute une vision de la vie” (Arias, 2010, p. 454).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito apresentar uma contribuição para a discussão da interface entre *léxico regional* e *léxico toponímico* e, para tanto, considerou dois eixos, o antropocultural e o físico, discutindo, respectivamente, traços das línguas em contato na fronteira do Brasil (Mato Grosso do Sul) com o Paraguai na toponímia local e a relação entre léxico regional e toponímia com base tanto em usos regionais de itens lexicais recuperados pela toponímia quanto em designativos geográficos toponimizados. Como o reiterado ao longo deste texto, os topônimos sul-mato-grossenses evidenciam tendências gerais da toponímia brasileira a par de particularidades que os individualizam em termos de matriz toponímica. Dentre outros,

evidenciar outro quadro para essa questão.

ilustram isso o caso da presença do formante “cuê” na toponímia dos municípios fronteiriços com o Paraguai e que abrigam a maior concentração de comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul. O mapa anteriormente apresentado confirma a distribuição etnodialetológica desse fenômeno. Já a presença de topônimos como *Curussu-Ambá* e *Curuaçu-Ambá*, além de ratificar a influência indígena na toponímia na área de fronteira, fornece índices de um possível processo de fossilização em curso, uma vez que grande contingente de nomes de lugares de matriz indígena, armazenados no Banco de Dados do ATEMS, ainda em fase de elucidação etimológica, reflete uma simbiose entre traços das modalidades escrita e oral das línguas em contato nessa faixa de território, evidenciando formas linguísticas provavelmente só perpetuadas pela toponímia. Somente pesquisas a partir de dados orais e em documentos históricos poderão fornecer pistas para a identificação da estrutura formal de nomes dessa natureza.

Já os dados examinados pelo eixo dos aspectos físicos reiteram o papel da toponímia na manutenção de usos regionais de determinados itens lexicais, recuperados e perenizados por meio da toponímia local. Os casos discutidos dão mostras da importância do resgate da cultura regional no exame das causas denominativas dos topônimos. Além disso, a presença de termos geográficos regionais atestados pelos mapas consultados e por dicionários regionais e específicos da geomorfologia aponta para o papel do topônimo como marcador linguístico e ideológico, à medida que determinados topônimos são privativos de uma área e frutos da conjugação entre fatores geográficos e história social da região pesquisada. Ilustra bem o exposto a presença dos termos *corixo* e *baía* no contexto pantaneiro, seja como designativo geográfico, seja como nome próprio de lugar, resultante do processo de toponimização. Na verdade, é a deriva da língua que segue o seu curso e a toponímia regional cumprindo o seu papel de

documentar esse processo e atestar o caminhar das palavras que ora são transplantadas para lugares distantes pela ação do homem, ora se fixam e vicejam em determinados espaços, impulsionadas por condicionantes ambientais, etno-históricos, culturais, linguísticos, tornando-se, assim, parte integrante do ambiente, como muito bem sintetiza Terrado Pablo (1999, p. 15):

El topónimo tiene una función dentro del sistema de referencias situacionales y forma parte de la competencia comunicativa del hablante. Se crea dentro de una lengua con los mismos recursos fónicos y significativos que cualquier elemento léxico y, después, fosilizado y convertido en elemento identificador, se mantiene como palabra de conocimiento obligado para determinado entorno social.

REFERÊNCIAS

ARIAS, Xavier Tomás. Quelques mots anciens de l'aragonais d'après la microtoponymie du haut-Aragon (Espagne). In: ILIESCU, Maria; SILLER-RUNGALDIER, Heidi; DANLER, Paul (éds.). *Actes du XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Innsbruck 2007. Tome III. Berlin: De Gruyter, 2010. p. 449–455.

CASANOVA, Emili; FERRER, Ramon. Pervivència i mobilitat en toponímia: el cas de la Vall d'Albaida. In: ILIESCU, Maria; SILLER-RUNGALDIER, Heidi; DANLER, Paul (éds.). *Actes du XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Innsbruck 2007. Tome III. Berlin: De Gruyter, 2010. p. 239–248.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes da cidade de São Paulo 1554–1897*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 1997.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores ideológicos. *Acta Semiótica et Lingvistica*, São Paulo, SBPL, v. 7, p. 97–122, 1998.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Métodos e questões terminológicas na onomástica: estudo de caso do Atlas toponímico do estado de São Paulo. *Investigações. Linguística e Teoria Literária*, Recife, v. 9, p. 119–148, mar. 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Posfácio. In: CASTILHO, Maria Augusta de. *Os índios bororo e os salesianos na missão dos Tachos*. Campo Grande: Editora UCDB, 2000. p. 117–143.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. v. 2. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. p. 121–130.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da Toponímia: estudo de caso do Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida T. Costa de. *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 91–117.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A terminologia nas ciências onomásticas: estudo de caso do Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Orgs.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. v. 3. Campo Grande: Editora UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 459–471.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário eletrônico Aurélio*. Versão 5.0. Curitiba: Positivo, 2004.

GUASCH, Antonio; ORTIZ, Diego. *Diccionario castellano-guaraní; guaraní-castellano*. 13. ed. Assunção, Paraguai: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 1998.

GUERRA, Antonio Teixeira; GUERRA, Antonio José Teixeira. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Achegas para a discussão do conceito de regionalismos no português do Brasil. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 9–24, 2006.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A propósito de dicionários de regionalismos no português do Brasil. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Orgs.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. v. 3. Campo Grande: Editora UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 193–208.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município: um olhar etnolinguístico. In: SEMINÁRIO DO CELLIP, 19., 2009, Cascavel. *Anais...* Cascavel: Edunioeste, 2009. p. 1–13.

ISQUERDO, Aparecida Negri *et al.* Apontamentos sobre a toponímia de origem indígena em Mato Grosso do Sul – dados do Projeto ATEMS. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul*. v. 2. Campo Grande: UFMS, 2011a. p. 130–153. (inédito).

ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul*. v. 1. Campo Grande: UFMS, 2011b. (inédito).

JUSTINIANO, Aparecido Lázaro. *O vocabulário da erva-mate no cone sul de Mato Grosso do Sul*. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2005.

LOPES, Patrícia Rojas; ISQUERDO, Aparecida Negri. *Traços de religiosidade na toponímia sul-mato-grossense: questões etno-históricas*. Relatório final de Iniciação Científica. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011. (inédito).

MARTINS, Gilson Rodolfo. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora UFMS, 2002.

ORTÊNCIO, Waldomiro Bariani. *Dicionário do Brasil Central: subsídios à Filologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SAMPAIO, Mário Arnaud (Org.). *Vocabulário guarani-português*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: SAPIR, Edward. *A linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969. p. 43–62.

SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

TERRADO PABLO, Javier. *Metodología de la investigación en toponimia*. Zaragoza: Javier Terrado Pablo; INO Reproducciones S.A., 1999.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500–1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Sites consultados

BANDEIRAS HISTÓRICAS NO BRASIL. Disponível em: <http://www.brasilrepublica.com/bandeirashistoricas.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BRASIL OU TERRA DOS PAPAGAIOS? Disponível em: <http://www.conexaoaluno.rj.gov.br/especiais-20b.asp>. Acesso em: 20 mar. 2012.

IBGE aponta que mais de 42 mil índios vivem em Mato Grosso. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/04/ibge-aponta-que-mais-de-42-mil-indios-vivem-em-mato-grosso.html>. Acesso em: 20 maio 2012.

LEXICOLOGIA SOCIAL: A LEXEMÁTICA E A TEORIA DOS CAMPOS LEXICAIS

*Celina Márcia de Souza Abbade**

INTRODUÇÃO

Língua e cultura são indissociáveis. A língua de um povo é um de seus mais fortes retratos culturais. Essa língua é formada por palavras que se organizam em frases para formar o discurso. Cada palavra selecionada nesse processo acusa as características sociais, econômicas, etárias, culturais etc. de quem a profere. Sabemos de onde é uma pessoa no momento em que ela fala, pois cada povo tem a sua língua e sua história. Assim como Rousseau (2003, p. 99) diz que “somente se sabe de onde é um homem após ter ele falado”, pode-se concluir que o homem só existe histórico e socialmente quando houver linguagem para expressar essa história social. A linguagem faz parte da sua história. Essa linguagem é expressa por palavras e essas palavras irão constituir o sistema lexical de uma língua e, conseqüentemente, de um povo. Partindo dessa premissa, estudar o léxico de uma língua é abrir possibilidades de conhecer mais um pouco da história social do povo que a utiliza.

A Lexicologia enquanto ciência do léxico estuda as suas diversas relações com os outros sistemas da língua e, sobretudo, as relações in-

* Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador-Bahia, celinabbade@gmail.com.

ternas do próprio léxico. A proposta aqui é a de apresentar um dos ramos da Lexicologia: a *Lexemática*, ou *Semântica Estrutural*, que se ocupa do estudo do *significado léxico*. Sabemos que o *significado lexical* é apenas uma das significações do conteúdo linguístico que também contém as significações *categorial*, *instrumental*, *estrutural* e *ôntica*. Esse conteúdo linguístico também não age apenas no plano do *significado*, abrangendo os planos da *designação* e do *sentido*. Na língua, apenas as relações de significação são estruturáveis, daí a proposta de um estudo de uma semântica estrutural do *significado léxico*, conhecida como Lexemática.

A teoria dos campos lexicais, segundo a direção estrutural proposta por Coseriu (1977), propõe que um campo se estabeleça através de oposições simples entre as palavras e termine quando uma nova oposição exija que o valor unitário do campo se converta em traços distintivos onde não só as palavras se opõem entre si, mas uma oposição de ordem superior opõe campos lexicais distintos. Os campos podem ser mais ou menos complexos e disso vai depender a organização dos mesmos.

A proposta aqui é a de demonstrar a possibilidade de um estudo estrutural do léxico, mesmo sabendo que ainda é muito difícil apresentar uma teoria concisa sobre a estruturação dos campos lexicais, uma vez que existem ainda problemas difíceis de resolver ou até mesmo sem solução.

1. UM POUCO DE HISTÓRIA: O SURGIMENTO DOS ESTUDOS LEXICOLÓGICOS

Ainda que a Lexicologia seja uma ciência recente, os estudos acerca das palavras remontam à Antiguidade Clássica. No oriente, por volta do século IV a.C. na Índia, desde Panini, tem-se conhecimento

dos estudos lexicais da língua. Panini organizou a padronização da língua sânscrita, compondo uma gramática chamada *Ashtādhyāyī*¹ (*ashta* = oito + *adhyaya* = capítulo) que representa um completo sistema de fonética, fonologia e morfologia. Nessa gramática, fez uma distinção entre a língua falada pelo povo da sua época e a língua que era utilizada para a literatura clássica. Também definiu uma sintaxe para o idioma sânscrito e, estudando o sânscrito, definiu elementos significativos da língua como *palavras reais* – as *lexias* – e *palavras fictícias* – os morfemas –, contribuindo para os estudos lexicais. No entanto, sua maior preocupação foi com a forma dessas palavras, o que o levou a um estudo notável da morfologia. O testemunho dos registros históricos disponíveis leva a comunidade científica a classificá-la como a primeira gramática de uma língua produzida na história da civilização humana.

No ocidente, couberam aos gregos, por volta do século V a.C., as primeiras reflexões conhecidas envolvendo o léxico. Antes de Platão, filósofos gregos já discutiam acerca dos problemas da relação entre palavra e ser, entre os signos e o universo. Os gregos alicerçaram o campo da semântica quando, ao se preocuparem com a palavra enquanto conceitos, relacionaram *ideia* e *forma* partindo de reflexões filosóficas. Os latinos contribuíram com os estudos lexicais, a partir dos estudos gramaticais, mostrando a oposição entre *sistema* (gramática da língua) e *norma* (uso social efetivo), que atuam como forças que conservam a língua, ao mesmo tempo em que lhe permitem mudanças.

Na Idade Média, continuando a tradição greco-latina, retomasse a controvérsia acerca da exatidão das palavras, opondo *realistas* (as

¹ O *Ashtādhyāyī* (os oito capítulos) foi a célebre gramática de Panini que contém a primeira e provavelmente a mais importante descrição gramatical indiana.

palavras são apenas reflexo das ideias) e *nominalistas* (os nomes foram dados arbitrariamente às coisas).

Do Renascimento até o século XVIII, o estudo do léxico se desenvolveu basicamente em torno de dois eixos: *confeção de dicionários* – apesar de existirem, desde os antigos, listas lexicais (ideogramas chineses, lista de palavras aparentadas...), foi no século XVI, no ocidente, que se iniciou a descrição ordenada do léxico;² e o *estudo da palavra numa perspectiva filosófica* – os filósofos acabaram por influenciar os gramáticos da época que procuravam definir os fatores constitutivos da linguagem e das línguas.

Durante um bom tempo da história linguística os estudos lexicais foram deixados de lado em função dos estudos gramaticais. Quase nada se fazia com as palavras de uma língua além de organizá-las alfabeticamente e buscar suas definições a partir de sua literatura. Apenas a Lexicografia tinha uma função definida até o início do século XIX, pelo menos.

No século XIX, a comparação-histórica abriu caminhos para diversos estudos científicos das línguas. Desde então, a Lexicologia mudou de perspectiva e a palavra passou a ser vista como forma cuja natureza fonética e morfológica deveriam ser observadas. Os estudiosos da época deixam de se preocupar com a relação pensamento e palavra e o interesse passa a ser a comparação das palavras, marca predominante deste século. Nasce a Lexicologia que estudava a língua falada, analisando o conteúdo lexical em elementos conceituais (sentido “básico” da palavra), funcionais (sentido “específico”) e morfossintáticos (sentido “acidental”), e defendendo o aspecto formal e histórico da palavra, subordinados aos aspectos semântico e sociocultural. Nos finais do século, com a marca triunfal da Geografia Linguística

² Com a invenção da imprensa surgiram os dicionários monolíngues e plurilíngues.

e conseqüentemente o florescimento da Onomasiologia, o interesse linguístico passa pouco a pouco da investigação fonética para a dos problemas lexicais.

Do século XIX ao XX, os estudos linguísticos caracterizam-se pelo deslocamento de interesse da fonética histórica para a lexicologia histórica. No VII Congresso Internacional de Linguística, em 1952, na cidade de Londres, os conceitos linguísticos gerais são elaborados sobre uma base fenomenológica, significando um sistema de referências extralinguísticas.

Atualmente não há dúvida de que estudar o léxico de uma língua é estudar a história e a cultura de quem utiliza essa língua. O acervo lexical de um povo é construído ao longo de sua história social, política, econômica, religiosa etc. Em cada época as palavras se modificam, se ajustam, se acoplam, são esquecidas, são lembradas, são criadas, ajustando sua fonética de acordo com a fala de determinada comunidade, diversificando o seu significado de acordo com a época vigente, sendo proibida e/ou permitida de acordo com a sociedade em que esteja inserida. Todos esses caminhos dão, aos estudos lexicológicos, a possibilidade de poder estudar as palavras de uma língua nas mais diversas perspectivas.

1.1. A palavra, a lexia, o vocábulo, o termo

A palavra nomeia o mundo e as coisas desse mundo. Ao se falar ou escrever, a escolha das palavras, consciente ou não, vai ditar o discurso. Definida genericamente como ‘fonema ou grupo de fonemas com uma significação’, etimologicamente falando, teria vindo do grego *parabolé* que passou para o latim *parabole*, ‘termo, vocábulo’. Os latinos também utilizavam o *verbum*, ‘palavra, vocábulo’; o *vocabulum*,

‘termo, palavra que faz parte de uma língua, dicção’; ou ainda *terminus*, ‘palavra, dicção, vocábulo’.

Tomada até mesmo etimologicamente como sinônimos, ainda que saibamos que não existam sinônimos perfeitos, poderíamos dizer que não haveria distinção básica propriamente entre *palavra*, *lexia*, *vocábulo* e *termo*. Só *verbo* se distanciou e passou a designar a ação em uma oração, mas ainda pode ocorrer na língua sendo utilizado com o significado de *palavra*. Mas existem diferenças entre *palavra*, *lexia*, *termo* e *vocábulo*.

A *palavra* é um *termo* genérico, tradicionalmente utilizado na língua, fazendo parte do vocabulário de todos os falantes, é uma unidade significativa que abrange as diversas significações do conteúdo linguístico.

A *lexia*, diferente da *palavra*, é a unidade significativa do léxico de uma língua, ou seja, é uma palavra que tenha significação lexical.

O *termo* nada mais é do que a palavra particular de uma ciência, de uma arte, de um ofício, de uma profissão, ou seja, uma palavra utilizada em contextos específicos. Diferente da *palavra*, o *termo* tem seu significado assegurado, mesmo fora de contexto, ou seja, isoladamente e pode ser composto de uma ou mais palavras.

O *vocábulo* é a palavra considerada apenas quanto à forma, independentemente da significação que nela se encerra, ainda que na língua corrente, *vocábulo* e *palavra* sejam tomados como sinônimos.

A *palavra* não possui apenas a significação lexemática, pode também ser morfemática, isto é, gramatical. A *lexia*, ao contrário, tem significação externa ou referencial, ou seja, apenas lexemática. A sua referência pode ser as coisas concretas ou abstratas. Assim, na frase “esta *criança* é *linda*”, temos quatro palavras, porém apenas duas

lexias: *criança* e *linda*. São as lexias com função referencial ou lexical. Elas também são *palavras*, assim como o pronome *esta* e o verbo de ligação *ser*, que têm função gramatical, mas não lexical. São exemplos de palavras gramaticais ou morfemáticas: os artigos, as preposições, as conjunções. Estudam-se na gramática e são em número limitado.

As palavras lexemáticas ou referenciais, melhor dizendo, as *lexias*, constituem a maior parte do léxico de uma língua e são de número indeterminado. Estão organizadas nos dicionários e são essas que interessam à Semântica Estrutural.

Em Lexemática, tratamos das *lexias*, que correspondem às palavras com significação lexical ou social.

2. LEXICOLOGIA SOCIAL: A LEXEMÁTICA OU SEMÂNTICA ESTRUTURAL

A Lexemática, ou a Semântica Estrutural é um ramo da Lexicologia cuja função é o estudo do *significado léxico* no plano linguístico. Existem palavras que não possuem significado léxico (interjeições; partículas de afirmação ou negação; palavras morfemáticas como artigos, preposições; categoremas como pronomes), assim como os nomes próprios e os numerais que não são estruturáveis. Essas palavras, embora participem na maioria dos fenômenos lexicais e pertençam ao vocabulário da língua, não fazem parte do objeto de estudo da Lexemática, não são *lexias*, pois não têm a *significação lexical*.

Vamos rever alguns aspectos da linguagem para entendermos melhor a Lexemática.

A linguagem é um conjunto de tradições, histórias, aprendizagens, que um ser vai adquirindo ao longo de sua existência e que

corresponde a um aprendizado coletivo. Apesar de a língua ser individual, ela faz parte de um saber coletivo que se expressa de acordo com a sua história linguística. Dessa forma, entendendo-se a linguagem como uma atividade humana do falar, que apesar de se realizar individualmente, faz parte de um saber coletivo que tem a ver com as tradições históricas e culturais de um povo, o professor Bechara (2009) organiza a linguagem, em linhas gerais, sob três grandes planos: o *universal*, que se refere ao plano do falar em geral (todo homem normal fala em oposição aos demais animais que não falam); o *histórico* que corresponde ao saber pátrio de uma língua de acordo com a tradição histórica de cada um (falar português, falar inglês, falar espanhol); o *individual* em que cada indivíduo fala conforme os planos anteriores e com as circunstâncias determinadas.

Aos três planos, correspondem três tipos distintos de conteúdo linguístico:

a) *Designação* ou *referência* – corresponde ao plano linguístico geral no que se refere àquele conteúdo em relação a uma realidade extralinguística: Maria saiu/Maria não saiu. Logo, é um conteúdo *universal* e abstrato, existe no falar em geral e corresponde à totalidade das manifestações de língua, ou seja, do saber elocutivo;

b) *Significação* – corresponde a plano linguístico particular, ao que significa o conteúdo linguístico designado em determinada língua. É um conteúdo *histórico* e concreto, faz parte das tradições comunitárias e existe na língua particular, correspondendo ao saber idiomático. Dessa maneira, podemos dizer que só há *significação* nas línguas e não no falar em geral;

c) *Sentido* – corresponde ao plano linguístico do discurso, ou seja, o que significa aquele conteúdo no texto mediante a *designação* e *significação*. É *individual*, corresponde ao saber expressivo no discurso. Não

é o que o conteúdo diz, mas o que ele quer dizer naquele momento: “bom dia!” Ao acordar não quer dizer que o dia é bom, é apenas um cumprimento. Esse *sentido* pode coincidir ou não com o *significado* e a *designação*, pois corresponde a um saber que vai além do saber linguístico, é um saber de coisas do mundo, daquela realidade em que o discurso está se processando (Bechara, 2009).

Na língua, apenas as relações de significação são estruturáveis e é o conteúdo da *significação* que vai interessar à Lexemática. Coseriu (1987) classifica o conteúdo linguístico da *significação* em cinco tipos:

Significação categorial – corresponde ao *como* da apreensão do mundo extralinguístico, ao modo de ser das palavras no discurso, distinguindo-se nas seguintes categorias: substantivos, adjetivos, verbos, advérbios;³

Significação instrumental – corresponde ao significado dos morfemas, um dos elementos gramaticais, chamados de instrumentos gramaticais (artigos, preposições, prefixos, sufixos etc.);

Significação estrutural ou *sintática* – é o resultado da combinação de unidades lexemáticas (categoremáticas) com as unidades morfemáticas em uma oração (singular, plural, ativo, passivo, presente, passado, futuro etc.);

Significação ôntica – corresponde ao valor existencial e só existe no plano das orações, se relacionando ao estado de coisas designado na oração (afirmativo, negativo, imperativo, interrogativo etc.);

³ Segundo a *Moderna gramática portuguesa* (Bechara, 2009), o substantivo, o adjetivo, o verbo e o advérbio são as quatro categorias reais que são confusamente misturadas com as categorias chamadas de *verbais* que não possuem significado categorial (substantivo próprio, comum etc.).

Significação lexical – corresponde ao *quê* da apreensão do mundo extralinguístico. É o que a palavra significa enquanto organização de mundo. Assim, teremos significação comum entre palavras como amor-amante-amar-amado-amavelmente (Coseriu, 2007).

Todas essas relações de significação são estruturáveis. A Lexemática, ou Semântica Estrutural, ocupa-se apenas do plano da *significação lexical*, excluindo os outros tipos de *significação*, tomando como objeto de análise uma língua particular na sua individualidade, ao estabelecer as suas estruturas paradigmáticas.

Os estudos estruturais do significado lexical precisam corresponder à língua funcional, ou seja, como ela funciona a partir de uma língua histórica. Todo falante precisa ser um poliglota de sua própria língua e ter tantas línguas funcionais quanto necessite para realizar o seu discurso. Uma língua funcional que pertence a uma língua histórica é praticada pela comunidade que integra esse domínio linguístico. As diversas tradições linguísticas que abarcam as divergências dialetais, socioculturais e expressivas de uma língua histórica precisam ser analisadas pela Lexemática enquanto língua funcional a partir de uma língua histórica e não o contrário. Não cabe aqui o estudo de uma língua histórica tomada em seu conjunto, mas o de uma língua enquanto sistema, ou seja, uma língua mais ou menos unitária inserida em uma língua histórica: a língua funcional.

As unidades funcionais de uma língua não podem ser comprovadas nas línguas históricas, pois não funcionam nessas línguas como tais. Uma língua funcional é uma língua delimitada dentro de uma língua histórica e homogênea, visto que a língua histórica é o conjunto de dialetos, níveis e estilos de língua. Ela se chama funcional exatamente porque funciona imediatamente ao ato de falar. E as unidades funcionais só podem ser identificadas na língua funcional

porque essa língua funcional realmente existe. Assim, a língua funcional pode comprovar suas unidades e estruturas comuns através de uma língua histórica. Em suma, a língua funcional, suas unidades e estruturas, devem identificar-se no plano funcional do sistema da língua, pois, tanto o estudo da norma como o tipo linguístico supõem o plano como já conhecido.

A Lexemática é composta de quatro princípios gerais que valem não só para a Lexemática, como para o estudo funcional das línguas em geral, porque são os mesmos princípios do estudo funcional da língua. São eles: *funcionalidade*, *oposição*, *sistematicidade* e *neutralização* (Coseriu, 1987, p. 222-228).

A *funcionalidade* consiste na existência das unidades funcionais como tais e está baseada na relação entre o plano do conteúdo e o plano da expressão na linguagem em geral e nas línguas.

A *oposição* se refere ao modo de existir das unidades idiomáticas desde o ponto de vista funcional, e, ao mesmo tempo, a maneira como funcionam enquanto unidades. As unidades existem (funcionam) primariamente por meio de oposições. Exemplo: *jovem* ≠ *velho* ≠ *novo*. Assim, *jovem* pode ser analisado como *não velho*, mas apenas para seres animados.

A *sistematicidade* se refere a uma suposição razoável e empiricamente justificada. Parte do princípio de que, em um sistema linguístico, as mesmas diferenças se apresentam sistematicamente (comumente). Para isso, é necessário esperar a repetição de diferenças para se comprovar se em cada caso a repetição se dá efetivamente ou não.

E a *neutralização* existe quando se quer expressar o genérico, o que é comum aos termos de uma oposição. Isso significa que as oposições podem se neutralizar. Exemplo: *noite/dia* (oposições). Mas,

quando se diz: “viajei oito dias”, a palavra *dia* será genérica para ambos. Segundo Coseriu (1987, p. 229),

La tarea fundamental de la lexemática en cuanto disciplina estructural descriptiva consiste en deslindar dentro de las lenguas funcionales e describir de manera sistemática y exhaustiva la paradigmática y sintagmática del vocabulario en el plano del contenido. Su especificidad frente al estudio funcional de las lenguas en general de lo específico de las estructuras paradigmáticas y sintagmáticas que considera.

A Lexemática, apesar de ser uma disciplina muito jovem (fundada nos anos sessenta do século passado), já pode ser considerada hoje como amplamente desenvolvida, pelo menos no que se refere à teoria e à metodologia. Porém, como disciplina descritiva, como estudo sistemático do vocabulário de diferentes línguas, ainda está no começo. Até agora, apenas alguns domínios e pouquíssimas línguas foram estudados e descritos suficientemente do ponto de vista lexemático. Os estudos realizados até então já abrem caminhos importantes para a compreensão da estrutura das línguas, tornando a Lexemática uma disciplina profícua para o resgate da identidade e história de um povo, partindo-se dos estudos linguísticos e lexicais.

3. A TEORIA DOS CAMPOS LEXICAIS

Os *estudos dos campos lexicais* remontam aos dos *campos linguísticos*. A teoria dos *campos linguísticos* tem como um de seus fundadores Jost Trier (1931). Para Geckeler (1976), a teoria do campo linguístico de Trier constitui a grande revolução na Semântica Moderna, pois estuda as palavras visando ao setor conceitual do entendimento, mostrando que elas constituem um conjunto estruturado onde uma

está sob a dependência das outras. Assim, as palavras se unem como em uma cadeia, onde a mudança em um conceito acarreta modificação nos conceitos vizinhos, e assim por diante. Nesse sentido, as palavras formam um *campo linguístico* através de um *campo conceitual* e exprimem uma visão do mundo de acordo com a reconstituição que elas possibilitam. Já o *campo léxico* representa uma estrutura, um todo articulado, onde há uma relação de coordenação e hierarquia articuladas entre as palavras que são organizadas à maneira de um mosaico: o *campo léxico*. Nesse sentido, as palavras que ocupam determinado campo estão individualmente determinando seus significados pelo número e pela situação. As palavras estão organizadas em um campo com mútua dependência, ou seja, elas adquirem uma determinação conceitual a partir da estrutura do todo. O significado de cada palavra vai depender do significado de suas vizinhas conceituais. As palavras só têm sentido como parte de um todo, pois só no campo terão significação. Assim, para entender a lexia individualmente, é necessário observá-la no seu conjunto de campo, pois fora desse conjunto não pode existir uma significação, uma vez que a mesma só existe nesse conjunto e em sua razão. Ela não tem sentido se lhe faltam outras semelhantes ou opostas, pois necessita sempre de um *campo conceitual*.

Ao abordar o sentido de uma articulação hierárquica para as palavras, Geckeler (1976) mostra que Trier utiliza o termo *macrocampo*, também utilizado por Eugenio Coseriu (1987) e que fará parte do presente estudo. Trier compreende o *macrocampo* como um campo superior com totalidade articulada, composto por uma soma de lexias organizadas que farão parte de campos inferiores, os *microcampos*.

Os trabalhos de Trier, assinala Geckeler (1976), vão refletir também a profunda influência das ideias humboldtianas sobre a concepção da língua e do campo. Para Humboldt, a *articulação* é a característica principal de toda língua e essa ideia básica constitui o funda-

mento do campo trieriano. Humboldt defende a ideia da totalidade, onde a investigação léxica sobrepõe-se ao conceito de significação. Pode afirmar-se que a concepção linguística de W. von Humboldt constitui o nexa fundamental entre J. Trier e L. Weisgerber.

De Ferdinand Saussure, J. Trier vai herdar a ideia da língua como sistema e foi ele o primeiro a levar esse princípio, de maneira consequente, à investigação do vocabulário. Assim, J. Trier, apoiado totalmente no princípio da articulação (para ele, na língua, tudo é articulação), compreende *campos* como realidades linguísticas vivas, situadas entre as palavras e o conjunto do vocabulário que, enquanto totalidades parciais, têm como característica comum com a palavra o articular-se [al. *ergliedern*] e, com o vocabulário, o organizar-se [al. *ausgliedern*]. O grau hierárquico é indiferente.

A teoria proposta por Trier possibilita L. Weisgerber incluí-la em uma ampla teoria linguística e, nessa teoria, surge o conceito de *campo linguístico* que abarca tanto os *campos léxicos*, quanto os *campos sintáticos*. Assim, desses *campos linguísticos*, surgem os *campos lexicais* e os *campos semânticos*. As ideias de Trier deram origem a numerosos trabalhos e a sua noção de *campo linguístico*, como qualquer coisa que é revolucionária, provocou e continua provocando inúmeras críticas e sugestões. Essas críticas vão desde a advertência para não valorizar demais a teoria do campo até aos seus resultados propriamente ditos. Tantas críticas existiram porque faltava um método para a teoria do campo, não existia uma técnica linguística ou procedimentos linguísticos para esse estudo e as investigações estavam fundamentadas em intuições. A busca desse método é propósito de Eugenio Coseriu em seus esforços para criar uma semântica estrutural. Coseriu (1987, p. 229) classifica as seguintes estruturas lexemáticas:

1) *Estruturas paradigmáticas*: primárias (campo léxico e classe léxica) e secundárias (modificação, desenvolvimento e composição).

2) *Estruturas sintagmáticas*: afinidade; seleção; implicação.

Dentro dessas estruturas lexemáticas, Coseriu determina o campo lexical que é caracterizado por ele da seguinte maneira:

Un campo léxico es, desde el punto de vista estructural, un paradigma léxico que resulta de la repartición de un contenido léxico continuo entre diferentes unidades dadas en la lengua como palabras y que se oponen de manera inmediata unas a otras, por medio de rasgos distintivos mínimos. Así, por ejemplo, la serie *jung - neu - alt* (“joven” - “nuevo” - “viejo”) es, en alemán, un campo léxico (Coseriu, 1977, p. 146).

O campo léxico é, pois, uma estrutura paradigmática primária do léxico, ou melhor, é a estrutura paradigmática por excelência. As relações internas de um campo léxico enquanto estruturas de conteúdo são determinadas pelas oposições semânticas em que funcionam. Em consequência, uma tipologia dos campos deve fundamentar-se em uma classificação das oposições lexemáticas. Os tipos formais de oposições constituem um ponto de partida necessário e um critério importante na tipologia dos campos. Tipos de oposições formalmente diferentes podem funcionar em um mesmo campo. Assim *grande/pequeno* constituem uma oposição privativa, mas as oposições *pequeno/minúsculo* e *grande/enorme*, que funcionam no mesmo campo, são oposições graduais.

Quando se caracterizam campos inteiros (que em certo nível podem ser microcampos), os tipos formais de oposição servem para distinguir subtipos de campos, mas não os tipos principais que en-

globam esses subtipos: com efeito, numa classificação estritamente formal, o critério dos tipos formais de oposições se revela como subordinado ao do número de “critérios semânticos” (ou “dimensões”) que funcionam nos campos. A estruturação e o funcionamento dos campos não dependem unicamente dos tipos formais de oposições mas também do tipo de sua relação com a “realidade” extralinguística que elas organizam ou formam a partir do ponto de vista semântico. Logo, as relações formais internas de um campo pertencem também ao tipo de relação existente entre os significados e sua expressão.

Enfim, a teoria dos campos lexicais propõe uma estruturação das lexias a partir de uma organização lógica e coerente, defendida por teóricos como Horst Geckler (1976), Stephen Ullmann (1970) e principalmente Eugenio Coseriu (1977/1987). Sabemos que a dificuldade em se estruturar o léxico de uma língua existe, no entanto, essas dificuldades não tornam esses estudos impossíveis. O fato de os sistemas serem no léxico mais numerosos do que na gramática e na fonologia significa apenas que a descrição lexical será mais complicada e empiricamente mais difícil.

4. APLICAÇÃO DA LEXEMÁTICA: A TEORIA DOS CAMPOS LEXICAIS

Partindo da proposta da teoria dos campos lexicais, algumas pesquisas vêm sendo desenvolvidas, tentando-se comprovar a aplicabilidade dessa perspectiva teórica.

Pode-se citar a análise a partir de um *corpus* específico: as lexias existentes nas sessenta e sete receitas do *Livro de cozinha da infanta D. Maria*, manuscrito mais antigo da culinária medieval portuguesa

encontrado até então.⁴ A proposta foi a de levantar as lexias existentes, observar seus conceitos à época, sua utilização naquele período e estruturá-las em seus devidos campos lexicais, mostrando as suas diferentes ocorrências a partir dos exemplos retirados do *corpus* de base. O léxico levantado foi dividido em campos lexicais a partir da proposta de uma análise estrutural do vocabulário, determinando o campo lexical dentro de estruturas lexemáticas no qual os lexemas integram um sistema de oposições. Os campos podem ser mais ou menos complexos e disso vai depender a organização dos mesmos. Partindo-se desse princípio, realizou-se a estruturação dos campos existentes no *Livro de cozinha da infanta D. Maria*. A partir das seiscentas e quarenta e sete lexias levantadas estruturaram-se seis macrocampos e cada um deles se subdividiu em microcampos mais específicos. Para a estruturação dos campos lexicais propostos, foram seguidas algumas etapas: levantamento dos campos lexicais a partir do fichamento das lexias das receitas do *Livro de cozinha*; consulta a alguns dicionários sincrônicos de língua portuguesa, estendida aos dicionários etimológicos, confrontando com o texto de base para construir a definição de cada lexia levantada; organização do *corpus* em macrocampos: *manjares*, *processos e métodos*, *utensílios*, *ingredientes*, *unidades de peso e medida*, *qualificadores*; divisão desses macrocampos em seus respectivos microcampos; classificação gramatical da lexia, seguida do conceito. O quadro a seguir (Abbade, 2009, p. 61) oferece uma ideia da organização dos macrocampos estruturados:

Quadro 1. Macrocampos lexicais do *Livro de cozinha da Infanta D. Maria*

Macrocampo lexical	Exemplos	Total de lexias
Manjares	<i>biscoutos, bolo, carmelo, morcela, pilouro, manjar....</i>	87

⁴ Trata-se do manuscrito I-E-33 da Biblioteca Nacional de Nápoles, erradamente

Macrocampo lexical	Exemplos	Total de lexias
Processos e métodos	<i>cobrir, coar, clarificar, assar, alimpar, ajuntar, afogar, abafar...</i>	210
Utensílios	<i>tacho, prato, alfinete, sertã, algujdar, tauoleyro, fogareiro, tauoa...</i>	72
Ingredientes	<i>acuquar, arroz, farinha, galinha, laranja, leite, noz, porco, trigo...</i>	137
Unidades de peso e medida	<i>arratel, duzia, omça, arroba, canada, palmo...</i>	68
Qualificadores	<i>atochado, brando, bom, rroy, igual, cru, dereyto, fermoso, folgado...</i>	73
TOTAL		647

Fonte: Abbade, 2009.

Cada um desses macrocampos se subdividiu em microcampos específicos. Como amostragem, cita-se o macrocampo dos *utensílios* estruturado em sete microcampos conforme se demonstra a seguir (Abbade, 2009, p. 122):

1. *Instrumento de trabalho* – os utensílios existentes no ambiente culinário: *fogo, ffogo de cozynha, ffogo brando, fogareiro, ffogo de ffogareiro, forno, caruão, brasas, borralho, mesa, tauoa* etc.
2. *Para colocar alimentos* – aqui estão elencadas as lexias que são utilizadas para colcar os alimentos antes ou após o seu preparo: *vasilha, prato, escudela, alguydar, borcela* etc.
3. *Para líquidos* – esse microcampo comporta as lexias utilizadas para colocar os alimentos líquidos: *púcaro, púcara, albarada de bico*.

designado por *Trattato di cucina spagnuolo*, conhecido como *O livro de cozinha da infanta D. Maria de Portugal*, cuja edição crítica mais completa foi publicada em Coimbra, em 1967, aos cuidados de Giacinto Manuppella e Salvador Dias Arnaut.

4. *Que vão ao fogo* – são as lexias que designam os utensílios que vão ao fogo: *panela, boca, tacho, sertã*.

5. *Tapadores* – são as lexias que servem para tapar: *tapadeira, capadeira, telhador, testo*.

6. *Para cortar* – são as lexias utilizadas para cortar alimentos: *canyvete, machadinha, carretilha, rrapadoura*.

As entradas lexicais são organizadas em seus respectivos macrocampos e microcampos, seguindo, na medida do possível, uma hierarquia alimentar, partindo-se sempre das lexias mais genéricas para as mais específicas, como é o caso do microcampo dos *instrumentos de trabalho*, exemplificado a seguir:

Fogo, s.m. Fonte de calor que leva ao aquecimento.

Fogareiro, s.m. Vasilhame portátil, de barro ou ferro, com fornalha, onde se põe fogo, para cozinhar ou aquecer.

Forno, s. m. Recipiente para cozer e assar alimentos.

Lenha, s.f. Porção de madeira para queimar.

Caruão, s.m. Pedacos de madeira queimada, usados para fazer fogo.

Brasa, s.f. Carvão incandescente.

Boralho, s.m. Cinzas quentes que ainda mantêm alguma brasa miúda (Abbade, 2009, p. 123-124).

Assim: fogo > fogareiro > forno > lenha > caruão > brasa > boralho.

A seguir, vem a classificação gramatical e, por fim, o conceito. A etimologia e a datação, quando encontradas, foram indicadas em notas de rodapé. Os exemplos são citados, seguindo-se, entre parênteses, o número da receita (em algarismos romanos) e a página e as linhas (em algarismos arábicos), tomando-se como referência a edição de G. Manuppella (1987) que serviu de base para o presente estudo⁵.

Exemplo:

Pia⁶, s.f. Peça de pedra ou madeira côncava usada como lavatório.

... e deitalaão ep huã

pia largua a mais q hy ouuer e q seja

chea e machucalaão paso... (r. L, p. 112, L. 7)

Seguindo a mesma perspectiva teórica, no *campus* XIV da Universidade do Estado da Bahia, cidade de Conceição do Coité, foi-se em busca do resgate cultural da região sisaleira baiana a partir do estudo de seu vocabulário. Muito mais do que curiosidade, a necessidade de estudar a história do povo sisaleiro fez com que se fosse à busca de documentos que pudessem remeter a essa história, visando-se ao resgate cultural, histórico e social do povo dessa região. Uma vez que o sisal é a principal fonte de renda da região, partiu-se do estudo lexical de documentos e textos relativos à atividade sisaleira encontrados em cartórios, fóruns e cooperativas de Conceição do Coité e regiões adjacentes. Após o levantamento dos textos, os mesmos foram organizados para se fazer o levantamento lexical. Foi preciso também realizar uma pesquisa de campo devido à escassez do material escrito encontrado. Visitou-se

⁵ Essa pesquisa foi desenvolvida durante o doutorado em Letras na Universidade Federal da Bahia (Abbade, 2004) e encontra-se publicada (Abbade, 2009).

⁶ Do latim *pila* – ae. Século XIII.

uma fábrica que recebia as fibras para o seu beneficiamento e foi-se a duas fazendas para conhecer o processo do plantio e cultivo da planta sisalana. As visitas contribuíram para a elaboração das definições das lexias encontradas nos textos e, a partir daí, as mesmas foram estruturadas em campos lexicais. Ao deparar com o vocabulário específico de uma língua em determinada região, pode-se observar traços da língua falada naquela comunidade. Tomando como base a teoria de estruturação das lexias em campos lexicais, para designar a atividade sisaleira foram estruturados, até o momento, três campos lexicais: o campo lexical do *preparo da área*, o campo lexical do *beneficiamento do sisal* e o campo lexical dos *trabalhadores do sisal*. Como amostragem do *corpus*, apresentar-se-á a seguir um dos campos lexicais:

Quadro 2. O campo lexical do preparo da área de plantio

Campo lexical	Conceito
Limpeza	Qualidade de limpo. Para o plantio das mudas (rebentos), o terreno deverá estar livre de plantas invasoras. Desta forma, o preparo do solo poderá ser realizado com aração e/ou gradagem.
Aração	Preparo do solo para o plantio das mudas, onde um terreno é revolvido utilizando-se um arado para descompactar a terra para um melhor desenvolvimento das raízes, nivelar o terreno e eliminar ervas daninhas.
Gradagem	Preparo do solo para o plantio das mudas utilizando-se uma grade que deve ser leve para nivelar o terreno e eliminar ervas daninhas. Essa etapa ocorre após a aração, pois o solo ainda poderá conter muitos torrões, o que dificultaria a emergência das sementes e o estabelecimento das culturas.
Adubação	Ato ou efeito de adubar, fertilizar com adubo, estrumar”. Ato ou efeito de espaçar, abrir intervalos entre.

Espaçamento	O espaçamento está na dependência da origem das mudas, se foi produzida por sementes ou por estacas (clones).
Capinar	Limpar (a planta, plantação, terreno) de capim ou de qualquer erva má que nasce entre a plantação.
Roçar	Pôr abaixo (vegetação), cortar, derrubar.

Outra proposta de pesquisa⁷ ocorreu em meados de 2009, a partir de uma parceria com o Tribunal de Justiça da Bahia, através do IPRAJ (Instituto Pedro Ribeiro e Administração Judiciária), visando à preservação e resgate do patrimônio cultural da localidade fazendo com que o acervo documental histórico do Fórum Durval Silva Pinto, do município de Conceição do Coité, fosse transferido para o *campus* XIV da Universidade do Estado da Bahia. Diante da riqueza dos manuscritos existentes em tal acervo, tornou-se inevitável o desejo de realizar investigações filológicas, promovendo uma diversidade de análises de caráter interdisciplinar que permeiam os campos da História e da Filologia. Dos diversos processos existentes no acervo, escolheu-se iniciar a pesquisa com o manuscrito de número 40 da caixa 76, uma das 109 caixas de processo de vara criminal que ainda se encontram em fase de catalogação, datado de 1917, o mais antigo dos documentos encontrados até então nesse acervo. Assim, nasce outro projeto: *Memória documental da região sisaleira – estudos filológicos*. Essas pesquisas têm como foco maior partir do levantamento lexical para resgatar um pouco acerca da história e cultura de um povo deixados em seus textos, mostrando que o léxico desse povo pode revelar diversos traços de sua história social e cultural. Partindo-se da edição semidiplomática dos documentos, far-se-á o levantamento lexical, buscando-se o conceito para as lexias encontradas. A partir daí, essas

⁷ A pesquisa faz parte de um dos projetos do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Memória Sustentável do *campus* XIV da UNEB.

lexias serão estruturadas em seus devidos campos lexicais, seguindo a proposta de teoria dos campos lexicais e a metodologia adotada nas pesquisas anteriores. As lexias estão elencadas buscando-se seguir uma ordem lexical em que as palavras se organizam pela hierarquia de suas designações. Apresenta-se aqui, como amostragem, o *campo lexical do defloramento*, que ainda está em fase de construção:

Deflorada – adj. Ter o hímen violado durante o ato sexual.

... *vê-se que a mesma fora **deflorada** por Cosmo e que...*
(p. 2r, l. 14)

Deshonra – s.f. ato de violar a virgindade, castidade de alguém.

... *e denunciou o Cosme de tal como o auctor da **deshonra***
(p.1r, l. 5)

Ofendida – adj. Estuprada, violentada, deflorada.

... *queixando-se de que a mesma achava-se **ofendida***
por Cosme de tal... (p. 9r, l. 6-7)

Violentar – v. Estuprar, manter relações sexuais à força, violando a castidade da vítima.

... *deflorada por Cosmo e que este a **violentou**...* (p. 2r, l. 14)

Junção ilícita – exp. Ato de manter relações sexuais sem permissão, fora da lei.

... *em estado interessante de gravidez, fructo desta **junção ilícita**...* (p. 2r, l. 12)

Relações ilícitas – exp. Manter relações sexuais fora da lei, sem permissão, contra a moral.

...*ofendida tivera **relações ilícitas** com outros a não ser Cosmo?...* (p. 10v, l. 2)

Fazer mal – exp. O mesmo que estuprar, violentar, abusar sexualmente, violar a castidade.

... *que Cosme lhe **fizera mal** por meio de violência.* (p. 10v, l. 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo funcional do léxico, visando à busca do *significado léxico* das línguas, fez com que os estudos em Lexemática fossem desenvolvidos em diversos textos. As pesquisas em questão têm sempre como proposta maior o resgate da história de um povo a partir do estudo de seu léxico.

Fundamentada principalmente nos estudos das obras do linguista romeno Eugenio Coseriu, oferece-se uma amostragem da possibilidade real de se fazer um estudo estrutural da língua na perspectiva da linguística diacrônica estrutural. Prova-se que a estruturação do léxico oferece uma visão de conjunto com muito mais coerência do que a simples organização alfabética das lexias, e mais, que essa estruturação é possível e contribui para uma relação língua e cultura de um povo.

O vocabulário de um povo diz muito mais do que se imagina sobre o mesmo. Assim, a estruturação de um vocabulário em campos lexicais poderá contribuir não só para os estudos linguísticos como também trazer à tona um pouco da história e hábitos do povo que utiliza esse vocabulário.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. *Um estudo lexical do primeiro manuscrito da culinária portuguesa medieval: o Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. Salvador: Quarteto, 2009.

ABBADE, Celina Márcia de Souza. *Campos lexicais no Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. 2004. 431 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

COSERIU, Eugenio. *Gramática, semântica, universales: estudios de la lingüística funcional*. 2. ed. rev. Madrid: Gredos, 1987.

COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. Versão espanhola de Marcos Martínez Hernández, revista pelo autor. Madrid: Gredos, 1977.

GECKELER, Horst. *Semântica estrutural y teoría do campo léxico*. Versão espanhola de Marcos Martínez Hernández, revista pelo autor. Madrid: Gredos, 1976.

MANUPELLA, Giacinto (Ed.). *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria: Códice português I.E.33 da Biblioteca Nacional de Nápoles*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Tradução de Fernando Guerreiro. Lisboa: Estampa, 1981.

TRIER, Jost. *Der deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes*. Heidelberg: C. Winter, 1931.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução de José Alberto Osorio Mateus. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1970.

PARA ALÉM DO “CONDUTOR DE TROPAS”: ASPECTOS CULTURAIS REVELADOS PELA ANÁLISE LÉXICO-SEMÂNTICA DO VOCÁBULO “TROPEIRO”

Giselle Olivia Mantovani Dal Corno*

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultante das investigações do projeto “Léxico e identidade regional nas comunidades da antiga Rota dos Tropeiros” (Dal Corno, 2010), cujo objetivo principal foi o de buscar evidências de uma identidade cultural regional relacionada ao fenômeno do tropeirismo, como manifestada através de aspectos linguísticos, mais especialmente no léxico. Num primeiro módulo, o projeto centrou-se em Criúva, distrito do município de Caxias do Sul-RS, explorando textos que visam à sua divulgação turística. Para a consecução dos objetivos, considerou-se necessário inicialmente estabelecer o vocabulário básico referente ao fenômeno do tropeirismo no sul do Brasil, o que nos levou a pesquisar algumas obras de base sobre o tema, como *Tropeirismo biriva*, do folclorista João Carlos Paixão Côrtes (2000)¹ e *Tropeirismo: educação básica* (Velho

* Universidade de Caxias do Sul (UCS), Pós-graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, Caxias do Sul - RS, gomdcorn@ucs.br.

¹ Esse livreto reúne material produzido pelo autor em função de diversos cursos ministrados ao longo de décadas e publicados de diferentes formas. Utiliza-se aqui

et al., 2008), publicada pela Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus (cidade gaúcha conhecida como a “Terra do Tropeirismo”). É da pesquisa a essas obras que surgem observações interessantes, quer do ponto de vista cultural, quer do linguístico, como, por exemplo, que a definição do ofício de tropeiro como “condutor de tropas”, registrada nas principais obras lexicográficas do português brasileiro, deixa de lado muitos dados revelados pela história e pela cultura.²

1. TROPEIRISMO NO RIO GRANDE DO SUL: UM POUCO DE HISTÓRIA

A história de Caxias do Sul está marcada pela imigração italiana, uma vez que veio a se estabelecer fortemente como aglomerado urbano com a chegada dos imigrantes em 1875. Foi esse padrão acelerado de desenvolvimento que fez com que diversas localidades próximas se anexassem a Caxias em meados do século XX, como é o caso de Criúva, Vila Oliva e Santa Lúcia do Piaí. Boa parte do território desses três distritos inicialmente fazia parte do município de Santo Antônio da Patrulha (a Guarda Velha de Viamão), do qual se originou São Francisco de Paula, que por sua vez se originou de sesmarias concedidas a portugueses pela Corte ainda a partir da metade do século XVIII, como forma de demarcar o território para Portugal e prevenir a invasão dos espanhóis.³ É a partir daí que se evidencia o contato

a edição publicada em 2000 por ocasião dos 150 anos da cidade de Vacaria, RS, distribuída gratuitamente pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

² Esta investigação é um dos resultados do estágio de Pós-Doutoramento realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ – sob a orientação do Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques.

³ Vale lembrar que somente o Tratado de Madri, de 1750, estabeleceu que o Rio Grande de São Pedro pertencesse à Coroa Portuguesa. Diversos outros acordos se seguiram, bem como a quebra ou violação dos mesmos, fazendo com que os limites

entre as diferentes etnias e culturas, já que os imigrantes italianos encontraram aqui um substrato já miscigenado, com elementos portugueses, açorianos, indígenas, africanos (cf. Alves, 2010).

Em termos de estudos linguístico-culturais, percebe-se a grande primazia daqueles centrados na mescla dos dialetos italianos falados pelos imigrantes (a *coiné* de base vêneta, também chamada de *talian*) e a influência de sua carga emocional, bem como da cultura que ela representa, sobre a fala em língua portuguesa.⁴ Relativamente poucos estudos locais focalizam a influência do tropeiro e seu linguajar nas comunidades por onde passava, no constante ir e vir pela estrada entre a Guarda Velha de Viamão (RS) e Sorocaba (SP)⁵.

A atividade dos tropeiros iniciou no atual território do Rio Grande do Sul com os jesuítas (séculos XVII e XVIII), que trouxeram gado da banda ocidental do rio Uruguai para a “Vacaria do Mar”, uma vasta extensão de terra desde o centro-sul do Estado até as margens da Laguna dos Patos.⁶ Com a crescente disputa do território por portugueses e espanhóis, os jesuítas passaram a levar o gado “em tropas” para engorda nos Campos de Cima da Serra, na “Vacaria dos Pinhais”, região no extremo Nordeste do Estado. Enquanto isso, o ciclo da mineração nas Minas Gerais seguia forte, com grande afluxo de população e crescimento das cidades, o que acarretou o aumento da

do Brasil no extremo Sul (especialmente com o Uruguai) fossem constantemente alterados pelas negociações entre Portugal e Espanha e os interesses econômicos desses dois reinos (cf. Garcia, 2010).

⁴ Veja-se, por exemplo, Frosi, Faggion e Dal Corno (2010).

⁵ Há estudos que focalizam o linguajar do caipira do interior de São Paulo, ou os regionalismos do Rio Grande do Sul, mas poucos relacionam ambos os dialetos em seus aspectos comuns, como o fazem Alves e Oliveira (2012).

⁶ Os dados históricos incluídos neste trabalho foram obtidos a partir das diversas fontes aqui citadas, além de constituírem parte do saber comum dos habitantes da região focalizada em nossa pesquisa inicial.

necessidade de animais, especialmente os de carga, de modo a fazer a produção chegar ao Rio de Janeiro. Nessa fase, também conhecida como tropeirismo biriba⁷, tinha-se o deslocamento das tropas de muares de Viamão à grande feira de Sorocaba, para onde acorriam os interessados. É por isso que Carneiro (2007, s. p.) afirma: “O Rio Grande do Sul entrou na economia nacional pelas mãos dos tropeiros e patas das mulas”.

Criúva era ponto de passagem obrigatório para muitas dessas atividades comerciais, como a condução e o comércio de animais de carga. As rotas de tropeiros foram se transformando em importantes estradas ligando o Rio Grande do Sul ao centro do país, colocando Criúva no mapa do tropeirismo:

A rota dos Tropeiros, assim, seguia da Estrada Rio Branco, que cruzava Caxias do Sul, passando pelas fazendas e chegando até os centros comerciais do centro do Brasil. Outro importante papel desempenhado por Criúva foi o oferecer locais de “pouso” para os tropeiros, com mangueiros onde os animais também pudessem descansar. Os imigrantes italianos que chegaram a Caxias do Sul a partir do último quartil do século XIX encontraram aí uma oportunidade de desenvolvimento econômico, estabelecendo-se na vila de Criúva a partir dos últimos anos desse século e oferecendo serviços aos tropeiros (sealaria, ferraria, hotel...) (Dal Corno, 2011, p. 2012).

⁷ Segundo o Houaiss (2004), *biriva*, *biriba* ou *beriba* é um regionalismo usado no sul do Brasil para se referir ao indivíduo nascido em São Paulo, com datação de 1913. No *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*, Nunes e Nunes (1984) acrescentam ainda a variante gráfica *beriva* e incluem na definição “Nome dado aos habitantes de Cima da Serra, descendentes de bandeirantes, ou aos tropeiros paulistas, os quais geralmente andavam em mulas e tinham um sotaque especial diferente do da fronteira ou da região baixa do Estado”.

Ao longo da rota, a fundação das fazendas e a fixação do homem ao meio deram origem a vilas e cidades, promovendo a ocupação do interior do país, mas contando com a contribuição do tropeiro. Relatos sobre o funcionamento das casas de comércio nos primórdios de Caxias do Sul dão conta do importante papel dos tropeiros no abastecimento de alguns produtos, como ilustrado a seguir:

Os consumidores das casas de negócio eram os colonos das linhas, os peões e os fazendeiros dos Campos de Cima da Serra. A população urbana dedicada aos serviços públicos e privados também era freguesa. Os tropeiros do planalto faziam uma longa jornada trazendo lã, peles, charque e queijos e trocavam por sal, açúcar, café e produtos industrializados, ficando na cidade por muitos dias (Giron; Bergamaschi, 2001, p. 103).

É essa a fase do chamado tropeirismo doméstico ou regional, com a ampliação das atribuições desse ofício, como consta no *Dicionário do tropeirismo*: “O tropeiro levava encomendas, cartas, recados e aviava as receitas de remédios nas boticas. Ganhavam uma percentagem sobre a venda das mercadorias que transportavam. O tropeiro era um comerciante que vendia animais e transportava mercadorias” (Flores, 2006, p. 96).

A importância dos tropeiros é assim resumida por Carneiro (2007, s. p.):

A história do tropeirismo – um dos capítulos mais importantes da formação gaúcha e um dos menos lembrados – integrou diferentes regiões do Brasil, e traçou a rota da formação de muitas cidades da região Sul e Sudeste. Foi através dessa atividade que se consolidou o movimento comercial do país, que se definiram vocações econômicas regionais, e que as enormes extensões de pampas gaúchos encontra-

ram seu destino, que marca a atividade econômica de algumas regiões do Estado até os dias atuais.

A construção de ferrovias no final do século XIX, porém, contribuiu para o início do declínio do tropeirismo, e, com a construção da BR-116, no governo de Getúlio Vargas, a atividade dos tropeiros no sul do Brasil foi basicamente substituída pelo transporte em caminhões de carga, pondo fim a um ciclo de expansão, bravura e tenacidade.

2. TROPEIROS E TROPEIRISMO: A CULTURA ATRAVÉS DO LÉXICO

Sendo o fenômeno do tropeirismo tão importante para a história do Rio Grande do Sul e do Brasil, datando ainda do século XVII, seria de se esperar que obras lexicográficas e enciclopédicas apresentassem verbetes registrando as definições básicas e até acrescentando detalhes importantes (no caso de uma enciclopédia). Não é, porém, exatamente o que se verifica.

2.1. Registros de *tropeirismo*

É de se estranhar que o verbete *tropeirismo* não conste de obras lexicográficas do português do Brasil. Está ausente do *VOLP* (Academia Brasileira de Letras, 2009), do Houaiss (2004), do *Aurélio* (Ferreira, 1999), do *Michaelis* (1998) e do *Aulete digital* (2012).

Não bastasse isso, o verbete não se encontra sequer em dicionários voltados ao léxico regional do Rio Grande do Sul, como o *Vocabulário gaúcho*, de Roque Callage (1926), o *Vocabulário sul-rio-grandense* (1964), o *Dicionário gaúcho brasileiro*, de Batista Bossle

(2003), e do *Dicionário gaúcho*, de Alberto Juvenal de Oliveira (2010). A *Pequena enciclopédia gaúcha*, de Bruno Kich (2011)⁸ também não o registra.

O único registro de *tropeirismo* localizado é feito no *Dicionário do tropeirismo*, de Moacyr Flores (2006), que assim o define: “Profissão de tropeiro” (p. 95).⁹ Considerando que, historicamente, a primeira fase do tropeirismo no Rio Grande do Sul se deu ainda sob a influência dos jesuítas espanhóis, pesquisamos também o *Diccionario de la lengua española*, da Real Academia Española (22. edição – doravante *DRAE*), que não inclui o verbete¹⁰.

De acordo com um dos critérios mais amplamente utilizados, esse item lexical seria, então, um neologismo.

Pode-se argumentar que a ausência desse item lexical nas obras lexicográficas se deve ao fato de que a formação *tropeirismo* como a “profissão do tropeiro” não seria regular, pois o substantivo que nomeia a profissão ou a prática derivaria do nome do objeto dessa profissão ou prática, ao qual se agregaria o sufixo *-ismo*. Teríamos, então, como derivado de *tropa*, o **tropismo*. Tanto em português como espanhol, porém, o substantivo *tropismo* existe, mas é um termo da biologia,¹¹ em nada relacionado à “condução de tropas”.

⁸ Todas as demais referências a essas obras são feitas apenas pelo nome mais consagrado, a saber, *VOLP* (2009), *Houaiss* (2004), *Aurélio* (Ferreira, 1999), *Michaelis* (1998) e *Aulete digital* (2012).

⁹ O *Dicionário do tropeirismo* de Flores traz ainda informações enciclopédicas oriundas de extensa pesquisa no assunto.

¹⁰ Esse é o dicionário referência em língua espanhola da atualidade. Apesar disso, lastimamos não ter sido possível a consulta a algum dicionário do espanhol rioplatense.

¹¹ Do *Houaiss* (2004): “reação de organismos fixos ou de suas partes, que consiste na mudança de orientação determinada por estímulos externos, dita positiva quando em direção ao estímulo e negativa quando se afasta do mesmo”. Definição semelhante se encontra no *DRAE*.

Outra possibilidade de formação seria a derivação a partir do substantivo que nomeia o profissional, com sufixo *-ista*.¹² Temos esse tipo de derivação em *jornalista – jornalismo, ciclista – ciclismo, alpinista – alpinismo, hispanista – hispanismo, roteirista – roteirismo*, mas não temos um **tropeirista* para gerar *tropeirismo*. É certo que há outras formações que também não seguem esse padrão: *dentista* não gera **dentismo*, nem *oculista* gera **oculismo*, nem *motorista* gera **motorismo*, para citar apenas alguns exemplos, mas o que se observa nesses casos é que são ofícios que dependem de escolarização e especialização, com o substantivo que nomeia a profissão, bem como sua variante, sendo gerados a partir de formantes cultos (*odontologista – odontologia, oftalmologista – oftalmologia*).¹³

Por outro lado, se encontram várias formações paradigmaticamente semelhantes ao par *tropeiro – tropeirismo*, como, por exemplo, *escoteiro*, que gera *escotismo* ou *escoteirismo*, *cangaceiro – cangaceirismo*. Embora o Houaiss (2004) registre ainda outros 25 substantivos terminados em *-eirismo*, observa-se que nem em todos os casos temos a derivação de um substantivo que designe profissão ou prática. (Este é um tema que merece ser retomado em trabalhos posteriores.)

Nas obras lexicográficas e enciclopédicas consultadas, não há registro de qualquer outro item lexical que cubra a definição de “profissão de tropeiro”, embora em alguns textos sobre o assunto se tenha encontrado *tropeiragem*, como no exemplo a seguir:

¹² Os exemplos obtidos mostram que a datação do substantivo que designa o profissional ou praticante é anterior à do substantivo que nomeia a profissão (cf. Houaiss), embora em formações pares de substantivos em *-ismo/-ista* recentes, não relacionados a profissão possa-se verificar o contrário.

¹³ Em pares desse tipo nem sempre temos a designação de uma profissão/prática, como é o caso de *autista-autismo*. Uma investigação mais aprofundada poderia resultar em maiores generalizações, mas não cabe no escopo deste trabalho.

A atividade de tropeiragem teve seu auge ente 1725 e o final do século, quando a atividade mineradora começou a declinar (Carneiro, 2007, s. p.).

Uma variante com um tom de castelhanismo¹⁴ se encontra em Paixão Côrtes:

Sob a responsabilidade das autoridades governamentais, havia, também, os “ranchos” e os “potreiros”, chamados de “reiunos”, habitações e pastagens públicas, sem custos à tropegarem, mas assentadas estrategicamente junto aos “Registros”, de cobranças de impostos de trânsito das tropas (Côrtes, 2000, p. 42).

Essa formação seria paralela à de substantivos denominativos de profissão ou prática formados a partir do substantivo terminado em *-eiro* que designa o profissional,¹⁵ ao qual se agrega *-agem*, tendo-se então a terminação *-eiragem*. Estão registrados no Houaiss (2004) 12 substantivos com essa terminação, sendo que cinco deles se referem a ofícios, formando os seguintes pares: *caixeiro – caixeiagem*, *campeiro – campeiragem*, *capoeira – capoeiragem*, *copeiro – copeiragem*, *vaqueiro – vaqueiragem*.

Se o critério frequência for usado para a inclusão de um substantivo para designar a profissão de tropeiro em obras lexicográficas, certamente a escolha recairá sobre *tropeirismo*: uma simples pesquisa com uma ferramenta de busca leva a mais de 33 mil ocorrências de *tropeirismo* contra apenas 44 de *tropeiragem*. Ambas as formas constituem neologismos na língua portuguesa, se for considerado o critério de presença/ausência no VOLP (2009). Acreditamos, porém, que a extinção da profissão não justifica a ausência de registro da lexia em

¹⁴ Termo aqui mais adequado que *hispanismo*, uma vez que no sul do Brasil se costuma fazer referência ao espanhol rioplatense como “castelhano”.

¹⁵ Ver adiante mais sobre essa formação.

nossas obras dicionarísticas, especialmente se considerarmos a atividade do tropeiro doméstico.

2.2. Registros de *tropeiro* em função substantiva

De *tropa* vem o substantivo *tropeiro*, na língua portuguesa, e *tropero* na língua espanhola. O Houaiss (2004) registra a origem francesa da palavra *tropa*: *troupe*, datando do século XVII, para se referir a “bando de animais ou de pessoas”. Na língua portuguesa, porém, tanto o *Vocabulario portuguez & latino*, de Raphael Bluteau (1712-1728) como o *Diccionario da lingua portugueza*, de Antonio de Moraes Silva (1789; 1813¹⁶), e o *Diccionario da lingua brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto (1832) trazem na definição apenas a referência a soldados, como se observa a seguir:

Tropa. Companhia de Soldados de Cavallo, hoje em Portugal cada tropa he de oytenta cavallos (Bluteau, 1728).

Trópa. s. f. Soldados de cavallaria (Silva, 1813).

Tropa. s. f. Soldadesca de cavallaria. Gente de guerra (Pinto, 1832).

Segundo o dicionário Houaiss (2004), o primeiro registro do vocábulo *tropeiro* somente ocorre no *Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza*, de Francisco Solano Constâncio, publicado em Paris em 1836. Aí já temos a referência ao condutor de besta de carga ou de gado, que está presente em dicionários atuais.

¹⁶ A segunda edição, de 1813, é a que está disponível *online* (ver referências).

A derivação de *tropeiro* a partir de *tropa* segue a regra de formação de palavras por sufixação, tendo-se neste caso o sufixo *-eiro* anexado a um substantivo gerando um nome agentivo em que, como sugerem Almeida e Gonçalves (2004, p. 238), o “sufixo *-eiro* designador de agente profissional pode ser parafraseado como ‘aquele que trabalha com o que está especificado na base’”. O substantivo de base preenche as condições de produtividade apontadas por Rocha (2003, p. 133-135): designa algo concreto (portanto, - abstrato), que não é em si um agente (portanto, - agente-indivíduo) e é um substantivo simples (portanto, - palavra composta). Não há, também, condições de produção que impeçam essa formação.

Vários estudos, sincrônicos e diacrônicos, da língua portuguesa, bem como gramáticas, apontam a concorrência entre os sufixos *-ista* e *-eiro* como agentivos formadores de nomes de profissão (cf. Henriques, 2008). Alguns observam a relativamente baixa produtividade de *-eiro* (cf. Viaro, 2008) e a tendência a um emprego cada vez maior desse sufixo com uso pejorativo, conferindo à profissão denominada uma conotação de desprestígio social ou mesmo um juízo de valor depreciativo com relação ao profissional assim referido (cf. Gonçalves, 1996; Almeida; Gonçalves, 2004; Marinho, 2004; Alvares, 2005; Rio-Torto, 2008, para citar apenas alguns estudos). Geralmente tem-se nesses casos de conotação pejorativa o sufixo *-eiro* designador de agentivos habituais¹⁷, formando nomes que podem ser lidos como “aquele que pratica o que está especificado na base com frequência” (Marinho, 2004 *apud* Almeida; Gonçalves, 2004, p. 238). Rocha (2003) também aponta a produtividade desse sufixo com sentido pejorativo (como em *muambeiro*, *cambalacheiro*, *noveleiro*), mas ressalta o emprego em contextos coloquiais, enquanto *-ista* seria usado em

¹⁷ Além desses dois, Gonçalves (1996) propõe uma distribuição das construções *X-eiro* no português do Brasil em outros quatro grupos de afinidade morfossemântica.

contextos neutros. O mesmo autor, porém, ressalta que “em formações mais antigas da língua, os produtos com ambos os sufixos são neutros” (Rocha, 2003, p. 138). Este seria o caso de *tropeiro*.

A descrição do ofício de tropeiro como condução de bestas de carga e gado está presente na maioria dos dicionários de língua geral, como se observa nas definições dadas abaixo para o substantivo masculino *tropeiro*, na primeira e/ou na segunda acepção:

1. Condutor de tropas; recoveiro. 2. Condutor de bestas de carga ou de gado (*Houaiss*, 2004).

1. Que conduz uma tropa, acepções 5 e 6. 2. Aquele que conduz bestas de carga ou manadas de gado grosso, como cavalos e bois (*Michaelis*, 1998)).

1. Bras. Aquele que conduz tropa de animais (*Aulete Digital*, 2012).

1. Bras. Condutor de tropas (6); arrieiro, bruaqueiro (*Aulete Digital*, 2012).

Observa-se que tanto o *Aulete* quanto o *Aurélio* informam na rubrica que se trata de definição própria do português do Brasil. Curiosamente, o primeiro registro do substantivo *tropero* no *DRAE* é feito na edição de 1925, com uma rubrica indicando que é uma palavra não usual no espanhol europeu:

Argent. conductor de ganado, especialmente vacuno.

Na 22ª edição, o *DRAE* (*online*) expande a abrangência do regionalismo:

rur. *Arg., Bol., Par. y Ur.* Conductor de carretas o de tropas de ganado, especialmente vacuno.

Definição semelhante encontramos ainda na *Pequena enciclopédia gaúcha* (Kich, 2011):

Condutor de lote de gado, *peão* que sabe a técnica de conduzir manadas, vaqueiro.

Três entre as obras lexicográficas de língua portuguesa citadas anteriormente trazem uma definição adicional, com a rubrica indicando um regionalismo próprio do Rio Grande do Sul.

3. Regionalismo: Rio Grande do Sul: aquele que compra e vende gado (Houaiss, 2004).

2. RS O que compra e vende tropas de gado (Aulete Digital, 2012).

2. Bras. RS Indivíduo que compra e vende tropas de gado, de mulas ou de éguas (Aulete Digital, 2012).

Tem-se, portanto, associado ao emprego da *lexia* como um regionalismo do RS mais um traço de significado: o do “comerciante”, como consta em Flores (2006). É em Flores também que encontramos outras informações enciclopédicas, curiosamente precedidas pelo equivalente em espanhol entre parênteses (indicação da origem da atividade em solo gaúcho):

(*Tropero*) No início do século XVIII apenas o comerciante, dono da tropa, recebia a denominação de tropeiro, os demais integrantes eram denominados de capataz, comboieiro, arrieiro, camarada, peão.

Os dicionários voltados ao léxico regional do RS incluem na definição desse substantivo os traços de “condutor” e de “comerciante” (comprador e vendedor), além de ampliar a gama de itens da “mercadoria”, como vemos abaixo. Corroborar também a informação de

Flores (2006) de que o nome passou a ser aplicado aos “demais integrantes” da tropa, ao fazer referência ao “peão”.

1. Condutor de tropas (gado bovino, mulas, éguas, cargueiros, etc.). 2. Peão que ajuda a conduzir a tropa. 3. Pessoa que compra e vende tropas de gado, de éguas ou de mulas (Bossle, 2003).

É o que se ocupa de conduzir, comprar, vender e fazer tropa (Callage, 1926).

Pessoa que se ocupa em comprar e vender tropas de gado gordo, de mulas ou éguas. Também indica peão que ajuda a conduzir a tropa ou que tem por profissão ser condutor de tropas. Das lides camponesas a profissão de tropeiro é uma das mais ásperas, sujeita a todas as intempéries durante longos dias e noites (*Vocabulário sul-rio-grandense*, 1964).

1. Condutor de tropas. 2. O que compra e vende tropas de gado, de mulas, de cargueiros (Oliveira, 2010).

Uma importante contribuição ao estudo do léxico relacionado ao tropeirismo foi dada pelas obras pesquisadas para estabelecer o vocabulário básico referente ao fenômeno do tropeirismo no sul do Brasil, ao qual seria então comparado o *corpus* organizado especialmente para o projeto. São elas, como já informamos na introdução, *Tropeirismo biriva*, de Paixão Côrtes (2000) e *Tropeirismo: educação básica* (Velho *et al.*, 2008).

Em Côrtes (2000), encontramos informações sobre outros animais conduzidos em tropa: perus, porcos e ovelhas, como ilustram as citações: “O tropear perus foi uma atividade que se desenvolveu por diversas regiões do Estado entre os decênios de 1920 e 50, sendo marcante no período de fim de ano, por ocasião das festas natalinas, Ano Novo e a Chegada de Reis” (Côrtes, 2000, p. 39), e:

Em nosso Curso, afora o que falamos sobre tipos que tropeavam bovinos, cavalares, asininos, ovinos e perus, enfocamos também o tropear porco. Era uma atividade que os pintores Ender e Debret já registravam em 1817 e 1825, respectivamente, com figuras características para essa função, no meio rural meridional do Brasil (Côrtés, 2000, p. 40).

Observam-se nessas obras também algumas formações sintagmáticas recorrentes, com o núcleo substantivo *tropeiro* sendo modificado por adjetivos caracterizadores, como *tropeiro doméstico* e *tropeiro biriva*, ilustrados pelos exemplos a seguir:

Aos tropeiros de mulas arreadas podemos chamar de “tropeiros domésticos”, visto a sua função ser a de levar o excedente de suas fazendas e retomar com o necessário para a manutenção das mesmas (Velho *et al.*, 2008, p. 43).¹⁸

Esta inédita foto registra Paixão Côrtés nas primeiras tentativas de refazer o vestir e o dançar dos primitivos tropeiros birivas, dos pródomos do século XIX (Côrtés, 2000, p. 27).

Essas formações sintagmáticas contêm informações enciclopédicas relativas às diferentes fases do tropeirismo no Rio Grande do Sul, constituindo formas cristalizadas com definição própria, o que permitiria considerá-las como termos próprios da área.

¹⁸ As informações enciclopédicas desse exemplo contradizem parcialmente uma informação dada por Flores (2006, p. 96): “Não podemos confundir o tropeiro com o colono ou pequeno proprietário rural que leva seus produtos para o mercado em mulas ou cavalos, porque esses condutores não se organizavam como tropa cargueira.”

2.3. Registros de *tropeiro* em função adjetiva

Outra contribuição significativa advinda das obras básicas sobre o tropeirismo no sul do Brasil foi a observação do emprego da lexia *tropeiro* em função adjetiva, formando sintagmas nominais. Em seu emprego como adjetivo, tem-se então a flexão de gênero e número, como ilustram os exemplos a seguir, recolhidos das obras *Tropeirismo biriva* (Côrtes, 2000) e *Tropeirismo: educação básica* (Velho *et al.*, 2008):

Quadro 1. Exemplos de usos da unidade lexical *tropeiro* em função adjetiva

CÔRTEZ (2000)	VELHO <i>et al.</i> (2008)
chapéus tropeiros danças tropeiras estradas tropeiras jornada tropeira prática tropeira vestir tropeiro	alimentação tropeira atividade tropeira cidades tropeiras contribuição tropeira indumentária tropeira pouso tropeiro raízes tropeiras rotas tropeiras

Algumas dessas formações sintagmáticas são únicas (*ad hoc*), outras são recorrentes e de uso já consagrado. Dados obtidos a partir de uma rápida pesquisa com ferramentas de busca eletrônicas produziram os seguintes resultados: *pouso tropeiro* (23.900 ocorrências), *dança tropeira* (8.600 ocorrências) *raízes tropeiras* (510 ocorrências), *indumentária tropeira* (415 ocorrências), *estrada tropeira* (120 ocorrências), *rota tropeira* (88 ocorrências). Outro sintagma bastante recorrente, embora não constante das duas obras consultadas, é *feijão tropeiro*, com 223 mil ocorrências.

Tem-se então, nessa passagem de um substantivo para um adjetivo, um caso de neologia por mudança gramatical. Em todos os casos observados, a formação dos sintagmas segue o padrão:

$$[N[\text{de(art)}]N]SPrep]SN \rightarrow [N[Adj]SAAdj]SN$$

em que o sintagma preposicionado (*de tropeiro*), que modifica um núcleo substantivo, é transformado em adjetivo (*tropeiro*), formando um sintagma nominal. A definição dessa forma adjetiva de *tropeiro* poderia ser dada como “relativo ao(s) tropeiro(s)”, “pertencente ao(s) tropeiro(s)”, “feito à moda do(s) tropeiro(s)”.

Um exemplo retirado do texto *Tropeiros da Vacaria*, na página da Associação Brasileira dos Organizadores de Festivais de Folclore e Artes Populares, ilustra esse emprego: “Além disso, na arte culinária o charque era muito difundido, e como consequência o arroz de carreteiro, havendo ainda o feijão tropeiro, entre outras ‘iguarias campeiras’” (ABrasOFFA, s.d).

Essas observações corroboram a importância do trabalho com *corpora* para uma descrição da língua em uso e dos aspectos culturais por ela veiculados. Também contribuem para os estudos sobre neologia na língua portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados obtidos nas obras de consulta para constituição do *corpus* do projeto Léxico Tropeiro resultou em interessantes observações a respeito do léxico empregado para discorrer sobre um importante capítulo da história do Rio Grande do Sul. Uma primeira conclusão é que a referência ao tropeiro vai muito além da acepção de ‘condutor de tropas’, registrada nas principais obras lexicográficas do

português brasileiro. Observou-se não só uma extensão de significado para o item lexical substantivo *tropeiro*, especialmente se modificado por adjetivos caracterizadores, como em *tropeiro doméstico*, como também seu emprego em função adjetiva, em sintagmas como *pouso tropeiro*. Esses dados encontram respaldo e são reveladores de muitos aspectos da história do fenômeno do tropeirismo no Rio Grande do Sul.

Pode-se assim concordar que a análise lexical contribui não só para a descrição formal da língua, como também para a explicitação dos aspectos culturais que a ela subjazem.

REFERÊNCIAS

ABRASOFFA. *Tropeiros da Vacaria*. Disponível em: <http://abrasoffaong.blogspot.com/2011/06/tropeiros-da-vacaria.html>. Acesso em: 1 fev. 2012.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *VOLP: Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

ALMEIDA, Maria Lucia L.; GONÇALVES, Carlos Alexandre. Polissemia sufixal: o caso das formas X-eiro – propostas e problemas. In: ENCONTRO NACIONAL DA APL, 20., 2004, Lisboa. *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri Artes Gráficas, 2004. p. 237-246. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/posverna/docentes/72520-3.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2012.

ALVES, Luiz Antônio. *Criúva, um povoado brasileiro*. Caxias do Sul: Evangraf, 2010.

ALVES, Luiz Antônio; OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. *Linguar tropeiro*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

AULETE DIGITAL. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lexicon Digital. Disponível em: <http://www.auletedigital.com.br/>. Acesso em: 1 fev. 2012.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-

1728. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 1 fev. 2012.

BOSSLE, Batista. *Dicionário gaúcho brasileiro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.

CALLAGE, Roque. *Vocabulário gaúcho*. Porto Alegre: Globo, 1926.

CARNEIRO, Lígia Gomes. Como surgiram, quem eram e o papel dos tropeiros. *RS Virtual*, Porto Alegre, 8 set. 2007. Disponível em: http://www.rriogrande.com.br/rio_grande_do_sul_como_surgiram_quem_eram_e_o_papel_dos_tropeiros-o3217.html. Acesso em: 1 fev. 2012.

CORRÊA, José Romanguera. *Vocabulário sul-rio-grandense*. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Globo, 1964.

CÔRTEZ, João Carlos Paixão. *Tropeirismo biriva: gente, caminhos, danças e canções*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2000.

DAL CORNO, Giselle O. Mantovani. Localidades de Criúva: os topônimos como memória lexical. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, t. 2, p. 2010-2018, 2011.

DAL CORNO, Giselle O. Mantovani. Léxico e identidade regional nas comunidades da antiga rota dos tropeiros. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 9., 2010, Palhoça. RAUEN, Fábio José (org.). *Anais...* Palhoça: Editora da Unisul, 2010. p. 1-9. Disponível em: <http://celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Giselle%20Dal%20Corno.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLORES, Moacyr. *Dicionário do tropeirismo*. Porto Alegre: EST, 2006.

FROSI, Vitalina M.; FAGGION, Carmen M.; DAL CORNO, Giselle O. Mantovani. *Estigma: cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul: Educ, 2010.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira iluminada: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e comércio regional*. Caxias do Sul: Educ, 2001.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Formações X-eiro no português do Brasil: um estudo sobre produtividade lexical. *Expressão*, Teresina, v. 6, n. 1, p. 7-21, 1996.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2008.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. Versão 1.05.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

OLIVEIRA, Alberto Juvenal de. *Dicionário gaúcho: termos, expressões, adágios, ditados e outras barbaridades*. 4. ed. Porto Alegre: AGE, 2010.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/3>. Acesso em: 6 fev. 2012.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. 22. ed. Disponível em: <http://www.rae.es/rae.html>. Acesso em: 6 fev. 2012.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nuevo tesoro lexicográfico de la lengua española*. Disponível em: <http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle>. Acesso em: 6 fev. 2012.

RIO-TORTO, Graça Maria. Mudança genolexical: teoria e realidade. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Porto, v. 3, n. 1, p. 223-240, 2008.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

RUSCHEL, Ruy Ruben. Tropeirismo nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX. In: RODRIGUES, Elusa M. Silveira *et al.* (Orgs.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2000.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza – recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>. Acesso em: 6 fev. 2012.

VELHO, Adenair Pereira *et al.* (Orgs.). *Tropeirismo: educação básica*. Porto Alegre: CORAG, 2008.

VIARO, Mário Eduardo. Os sufixos *-eiro* e *-ário*: história de morfemas divergentes. *In*: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDO DE LÍNGUA PORTUGUESA – SIMELP, 2008, São Paulo. *Anais...* v. 1. Disponível em: <http://www.usp.br/gmhp/publ/ViaA1.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2012.

A EXPRESSÃO DA INTENSIDADE E SUAS RELAÇÕES SINONÍMICAS EM FORMAÇÕES NEOLÓGICAS DERIVADAS

*Ieda Maria Alves**

INTRODUÇÃO

A análise sistemática da neologia, aplicada ao nível da palavra, permite-nos a observação de relações que as unidades lexicais neológicas estabelecem no nível textual, conforme já estudamos em Alves (2009). Nesse trabalho, procuramos apresentar algumas relações que a unidade lexical neológica formada por derivação, de caráter prefixal ou sufixal, estabelece no nível textual, como as reiterações de sentido, as relações de caráter sinonímico e de caráter opositivo, que contribuem, desse modo, para a coesão do texto.

No presente trabalho, restringimos o objeto de nossa análise e, após apresentarmos as diferentes formas de expressão da intensidade na língua portuguesa, enfocamos apenas a derivação prefixal, analisando formações constituídas com prefixos intensivos, tanto de caráter aumentativo como diminutivo. Estudamos, especificamente, as relações sinonímicas que as formações neológicas constituídas por prefixos intensivos estabelecem com outros elementos do texto.

* Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, São Paulo - SP, iemalves@usp.br.

1. A EXPRESSÃO DA INTENSIDADE EM PORTUGUÊS

Na língua portuguesa, a manifestação do carácter de intensidade pode revelar-se por distintas formas: por elementos formativos, tanto sufixais (-aço, -ão, -érrimo, -inho, -íssimo, -ito...) como prefixais (*hyper-, mega-, mini-, nano-, super-, ultra-*...); por elementos do léxico, representados pela classe dos advérbios (*bastante, extremamente, muito...*) e pelas classes nominais, substantivos (*maravilha*) e adjetivos (*enorme, horrível...*); por expressões idiomáticas informais (*à beça, pra caramba, pra chuchu...*).

No que concerne especificamente à derivação, a manifestação da intensidade tem sido tradicionalmente atribuída, por nossos gramáticos, aos afixos sufixais. Essa ênfase, na verdade, está embasada no papel restrito que os prefixos exerciam na expressão da intensidade. Exemplificamos esta afirmação por meio de três gramáticas da língua portuguesa publicadas no século XX: a *Gramática expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1958), a *Gramática do português contemporâneo*, de Cunha e Cintra (1985), e a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (1999).

A *Gramática expositiva* de Eduardo Carlos Pereira, diferentemente do que se observa na tradição gramatical em língua portuguesa, apresenta os afixos segundo os grupos ideológicos a que pertencem, isto é, de acordo com os valores semânticos que imprimem à base a que se unem. Observamos, nessa gramática, que os grupos ideológicos de aumento e diminuição referem-se somente aos sufixos. Constata-se, segundo essa classificação do gramático, que a expressão da intensidade, expressa por ele como aumento e diminuição, revela-se apenas entre os afixos sufixais, a saber: aumento: -ão, -rão, -zarrão,

-aço, -aça, -astro, -ázio, -eiro, -alho, -alha, -orra, -anha, -az; diminuição: -inho, -inha, -zinho, -zinha, -ito, -ita, -ete, -eta, -ote, -oto, -ota, -ilho, -ilha, -ino, -im, -ulo, -ula, -culo, -cula, -olo, -ola, -el, -elo, -ela, -elho, -elha, -ejo, -ebre, -eco, -eca, -ico, -ica, -isco, -il, -acho, -ucho, -ilo. Afixos prefixais, que também denotam aumento, como *super-* e *supra-*, e diminuição, como *sub-*, são pelo autor classificados como “prefixos que trazem a ideia de POSIÇÃO SUPERIOR” e “prefixos que trazem a ideia de POSIÇÃO INFERIOR”, respectivamente (Pereira, 1958, p. 1967) (cf. Alves, 2010).

A *Gramática do português contemporâneo*, de Cunha e Cintra (1985), dedica uma parte expressiva da exposição da Derivação Sufixal aos sufixos aumentativos e diminutivos, analisando-os com detalhes. Relativamente aos prefixos, a única menção ao valor intensivo transparece na informação de que os prefixos *hyper-*, *sobre-*, *sub-* e *super-* denotam “posição”, “excesso”. De maneira análoga a Cunha e Cintra (1985), a *Moderna gramática portuguesa*, de Bechara (1999, p. 361-363), analisa os sufixos aumentativos e diminutivos de maneira detalhada. O reconhecimento do caráter intensivo manifestado por prefixos de origem latina é sempre precedido pela atribuição da carga semântica de “posição”. Assim, *extra-* indica “fora de, além de, superioridade”; *so-*, *sob-*, *sub-* e *sus-* manifestam o sentido de “embaixo de, imediatamente abaixo num cargo ou função”; “inferioridade, ação pouco intensa”; *sobre-*, em formações vernáculas, e *super-* e *supra-*, em formações eruditas, indicam “posição superior, saliência, parte final de um ato ou fenômeno; em seguida; excesso”. Apenas aos prefixos de origem grega *arqui-*, *arce-* e *hyper-* são atribuídas características de intensidade: *arqui-*, *arce-* – “superioridade hierárquica, primazia, excesso”; *hyper-* – “excesso”.

Conforme já enunciamos, este trabalho enfocará apenas os prefixos intensivos, tanto os que expressam a intensidade aumenta-

tiva, crescente, como os que representam a manifestação dos valores intensivos decrescentes.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como *corpus* de análise, consideramos os materiais integrantes do Projeto TermNeo (*Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo*), projeto lexicológico que coleta e analisa unidades lexicais neológicas em um *corpus* jornalístico desde janeiro de 1993.

Os dados da *Base* foram constituídos a partir dos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Globo* (G) e das revistas *IstoÉ* (IE) e *Veja* (V), desde janeiro de 1993, acrescidos da revista *Época* (E) e do jornal *O Estado de S. Paulo* (ESP) a partir de janeiro de 2001.

São consideradas neológicas, nesse projeto, as unidades lexicais não integradas a um *corpus de exclusão*, termo cunhado por Boulanger (1979) para designar o método de trabalho estabelecido pela equipe de neologia científica e técnica do *Office québécois de la langue française* (Québec, Canadá), com a finalidade de analisar e reconhecer o estatuto neológico ou já lexicalizado de uma unidade terminológica. Essa equipe considerou, como filtro para a determinação do caráter neológico ou lexicalizado de uma unidade lexical, “uma série de dicionários gerais, enciclopédicos e neológicos determinados, em seguida em uma série de dicionários especializados variando segundo as disciplinas e considerados como representativos de um estado de língua”¹ (Boulanger, 1979, p. 55-56).

¹ “[...] une série de dictionnaires généraux, encyclopédiques et néologiques déterminés, puis dans une série de dictionnaires spécialisés variant selon les disciplines et considérés comme représentatifs d’un état de langue” (Boulanger, 1979, p. 55-56).

Nos primeiros dez anos de vigência do Projeto TermNeo, um *corpus* lexicográfico foi utilizado para atuar como *corpus* de exclusão, *corpus* esse constituído pelos dicionários Ferreira (1986; 1999) e Michaëlis (1998), acrescidos dos vocabulários ortográficos publicados pela Academia Brasileira de Letras (1981; 2008; 2009). De acordo com essa metodologia, se uma unidade lexical fosse registrada em um desses dicionários, ela não era mais considerada neológica no ano seguinte à sua inserção lexicográfica e, como consequência, novos contextos dessa unidade lexical não mais eram inseridos na base de dados. A partir da década de 2000, a utilização de ferramentas computacionais que realizam a extração semiautomática de neologismos por meio de léxicos eletrônicos, que atuam como *corpus* de exclusão, tem permitido não apenas uma coleta muito mais rápida e mais completa do que a anteriormente feita, por meio de leitura, como também o aumento dos veículos e do número de jornais e revistas analisados. Esse *corpus* de exclusão, com cerca de quarenta milhões de palavras, foi elaborado por pesquisadores do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC) da Universidade de São Carlos (*campus* de São Carlos).²

Considerando que um *corpus* textual nunca é exaustivo, unidades lexicais já integradas aos dicionários do português podem fazer parte da lista de candidatos a neologismos produzida pelas ferramentas computacionais. Por essa razão, a coleta semiautomática de neologismos é ainda complementada por um *corpus* de exclusão constituído pelas versões eletrônicas dos dicionários citados, pelo *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, de Houaiss e Villar (2001), e pelas novas edições de Ferreira (2011) e da Academia Brasileira de Letras (2004; 2009). Os candidatos a neologismos registrados nos dicionários mencionados passam a integrar a lista das unidades lexicais não neológi-

² As ferramentas computacionais estão disponíveis no *site* www.nilc.icmc.usp.br/~thiago/neologismo.html.

cas, de modo que o seletor de neologismos não mais os reconhecerá como palavras neológicas.

Alguns resultados dessa coleta e dessa análise podem ser consultados no *site* do Projeto: www.fflch.usp.br/dlc/neo.

3. RELAÇÕES SINONÍMICAS ESTABELECIDAS ENTRE PREFIXOS INTENSIVOS E CLASSES DE PALAVRAS

A análise do *corpus* analisado tem revelado que os neologismos formados por derivação prefixal intensiva estabelecem diferentes tipos de relações com outras unidades.

Uma dessas relações é decorrente do tipo de base a que o afixo se prefixa, conforme já enfatizaram Sandmann (1989) e Rio-Torto (1993):

Os prefixos se unem a um radical como adjuntos, adnominal (*minissaia*) ou adverbial (**retornar**). Constituem o determinante da palavra complexa produzida e não mudam a classe de palavras da base (Sandmann, 1989, p. 11).

Quando se agrega a substantivos, o operador prefixal /de caráter intensivo/ tende a assumir valor atributivo, de natureza dimensional (*supermercado* “mercado de grandes dimensões; mercado grande”; *maxi-*, *mini-*) e / ou qualificante (*super-idéia*). Quando se combina com adjetivos ou com verbos, o prefixo assume valor adverbial: *hipergrande* “muitíssimo, imensamente, excessivamente *xb*” (Rio-Torto, 1993, p. 366).

Assim, ao associar-se a um adjetivo ou a um verbo, o prefixo assume valor adverbial, podendo ter como sinônimo um advérbio.

Observamos que um neologismo formado por meio da derivação prefixal não raro co-ocorre com um adjetivo determinado por um advérbio, a exemplo de: “Ao mesmo tempo que é <superdistráido>, avoadado, é <muito organizado>. (V, 27 out. 2004)”. Nesse contexto, o autor intensifica o adjetivo *distráido* por meio do prefixo *super-* (*superdistráido* = muito *distráido*) e o adjetivo *organizado* por meio do advérbio *muito* (muito organizado = *superorganizado*), estabelecendo-se, assim, uma relação sinonímica entre o prefixo *super-* e o advérbio *muito*.

Em outro contexto, o prefixo *super-* deriva o adjetivo *superbem-vestido*, que coocorre com diferentes intensificadores que determinam outros adjetivos e um substantivo: “<Superbem-vestido>, um <‘big’> relógio de ouro no pulso, <muííssimo sorridente>, <imensamente gordo>, <muito bem-cuidado>; nem um sinal de preocupação ou culpa no semblante” (V, 28 dez. 2005).

Assim, o substantivo *relógio* é intensificado pelo adjetivo inglês *big* (= grande) e os adjetivos *sorridente*, *gordo* e *bem-cuidado* são intensificados por diferentes formas adverbiais indicadoras de intensidade: o superlativo absoluto *muííssimo*, o advérbio *imensamente*, resultante do adjetivo imenso com o sufixo adverbial *-mente*, o advérbio *muito*, respectivamente. Nesse contexto, a relação sinonímica é estabelecida entre o prefixo *super-* e diferentes elementos: o adjetivo inglês *big* e *muííssimo*, *imensamente* e *muito*, advérbios marcadores de intensidade.

Essas relações sinonímicas, mais comumente observadas em formações derivadas com o prefixo *super-*, são também constatadas relativamente a outros prefixos. Assim, no exemplo a seguir, observa-se que o prefixo *hiper-*, o qual deriva o adjetivo *hiperinflado*, coocorre com formações em que os adjetivos são determinados pelos advér-

bios *demais* (= grandes demais) e *excessivamente* (= excessivamente ressaltadas):

As pessoas submetidas a um grande número de intervenções de fato padecem de uma “plastificação” facilmente identificável nos seios e dentes <grandes demais>, nas maçãs do rosto <excessivamente ressaltadas> e nos famosos lábios <hiperinflados> (V, 14 jul. 2004).

Relações sinonímicas entre um prefixo indicativo de intensidade e um adjetivo qualificativo também são observadas.

O valor atributivo adquirido por um prefixo ao associar-se a um substantivo torna possível o estabelecimento de uma relação sinonímica entre esse afixo e um adjetivo, o que exemplificamos com *superferramenta/ferramenta especial*:

As <superferramentas> (tít.)

Ser operário no espaço exige <ferramentas especiais>. Sem a força da gravidade, é impossível apertar um parafuso com uma chave de fenda como se faz na Terra por estar flutuando, o astronauta é que giraria, e não o parafuso (V, 10 ago. 2005).

Em outro contexto, o prefixo *super-* é também observado no título de uma matéria jornalística, na formação do neologismo *superformiga*, que, no corpo do texto, é parafraseado por *formiga gigante*: “SUPER-FORMIGAS> (tít.) <Formigas carnívoras gigantes> são a mais nova atração do Zoológico de São Paulo.” (IE, 12 out. 2000).

O adjetivo *gigante*, indicativo de intensidade aumentativa, é também intensificado por *super-* ao formar o adjetivo *supergigante*, em um sintagma nominal em que a intensidade torna-se até redundante, pois o substantivo *campo* é determinado tanto por um adjetivo de caráter intensivo (*imenso*) como por *supergigante*:

O petróleo da Arábia Saudita provém quase todo (75%) de dois <imensos campos “supergigantes”> que foram ativados há quase cinco décadas, nos quais já se usa extensivamente injeção de água mesmo durante as fases dois e três (FSP, 09 abr. 2006).

O prefixo *mega-*, que, analogamente a *super-*, indica intensidade aumentativa, também mantém relações sinonímicas com adjetivos qualificativos. Conforme podemos observar no contexto a seguir, o substantivo *megarestaurante*, empregado no título da matéria, é parafraseado pelo sintagma nominal *gigantesco restaurante*, instaurando-se, assim, uma relação sinonímica entre o prefixo e o adjetivo *gigantesco*:

<Megarestaurantes> são moda em Londres (tít.)

Comer em Londres nesta primavera e verão é uma experiência enorme, saborosa e repleta de lugares novos.

<“Enorme”> não é bem a palavra certa. <“Mega”> chega mais perto. A novidade este ano são <gigantescos restaurantes> que seguem o modelo das “brasseries” parisienses, tamanho jumbo-jet, que atraíam pessoas como Henry Miller (FSP, 13 maio 1996).

Nos contextos apresentados, o prefixo intensivo e o adjetivo qualificativo referem-se ao mesmo substantivo. Em outros excertos, observam-se, também, relações sinonímicas entre um prefixo e um adjetivo que determinam diferentes substantivos.

Exemplificamos essas relações com prefixos de valor opositivo: *hiper-*, indicativo de intensidade aumentativa, e *mini-*, indicativo de intensidade diminutiva:

O envio de tropas e de material militar deverá continuar, pois a <hiperpotência> americana faz tudo

sempre com um <enorme excedente de recursos> (V, 22 jan. 2003).

Quem conseguir a concessão do espaço de Cumbica terá de montar <pequenas salas de descanso> com camas, além de outras áreas para tomar banho, uma <minilavanderia>, uma <miniacademia de ginástica> compacta, além de um salão de cabeleireiro e manicure (FSP, 12 fev.2006).

Descoberta de <mini-instrumentos> de pedra reforça tese da existência de <hominídeo anão> na Indonésia há 18 mil anos (FSP, 01 jun. 2006).

Nos três excertos, o prefixo intensivo co-ocorre com adjetivos que também intensificam substantivos: *hyper-* co-ocorre com o adjetivo *enorme*: *hiperpotência* / *enorme* excedente; *mini-* co-ocorre com o adjetivo *pequeno*: *pequenas salas* / *minilavanderia*, *miniacademia*; em outro contexto, *mini-* coocorre com *anão*: *mini-instrumentos* / *hominídeo anão*.

4. RELAÇÕES SINONÍMICAS ESTABELECIDAS ENTRE AFIXOS INTENSIVOS

Além das relações sinonímicas estabelecidas com adjetivos e advérbios, os prefixos intensivos também apresentam essas relações com sufixos que expressam a mesma carga semântica, criando-se, desse modo, uma sinonímia entre afixos.

Assim, o caráter de pequenez expresso pelo prefixo *mini-*, que deriva *minilift*, é reiterado na formação *elevadorzinho*, a forma vernácula de *minilift*, em que o sufixo *-inho*, sob a forma *-zinho*, desempenha também a função de pequenez: “Nada de preocupação em carregar sacolas: elas serão encaminhadas ao <minilift> (para os simples

mortais, trata-se de um <elevadorzinho>” (E, 02 jun. 2005). Neste exemplo, a sinonímia estabelecida entre o prefixo *mini-* e o sufixo *-inho* não nos parece neutra. *Mini-*, de uso mais recente no português, é prefixado a um estrangeirismo de origem inglesa, uma língua de prestígio contemporaneamente. *-inho*, por sua vez, é sufixado a uma unidade lexical vernácula, falada por “simples mortais”, o que contribui para imprimir a *elevadorzinho* um caráter não apenas de pequenez como também de desprestígio ou mesmo de ironia³.

A sinonímia entre afixos intensivos que expressam o mesmo significado é também observada em relação à mesma unidade lexical. Nesses casos, observa-se uma intenção redundante da parte do autor, observada em textos publicitários, especialmente, mas também em outros gêneros discursivos. Exemplificamos esse emprego nos títulos de anúncios publicitários apresentados a seguir, em que as unidades lexicais *crédito* e *saldo* são intensificadas de forma aumentativa, tanto por prefixação (prefixo *super-* nos dois exemplos) quanto por sufixação (*-aço* e *-ão*, respectivamente):

<SUPER-CREDITAÇÃO> PONTO FRIO BONZÃO
(tít.) (G, 06 out. 1996)

Não perca tempo, APROVEITE nossas ofertas
em Fogões, Refrigeradores, Freezers, Lavadoras
e Secadoras a preços excepcionais <Super Saldão>
(tít.). (FSP, 02 out 1997).

³ Vários autores referem-se a usos polissêmicos assumidos pelo sufixo *-inho*. Citamos Chaves (2006) que, por meio de entrevistas com falantes paraibanos, estabeleceu diferentes usos do sufixo: pequenez, carinho, piedade, ironia, depreciação, malícia, eufemismo e positividade. Sandmann, com base em criações neológicas, já afirmava em 1989 que “o emprego freqüente das formas diminutivas constitui em muitos falantes do português um hábito tão profundamente arraigado que as mesmas perderam sua força expressiva especial” (p. 41).

Em outros exemplos, a intensidade diminutiva é observada em relação às unidades lexicais *cachorro*, que é prefixada por *micro-* e sufixada por *-inho*, e *garrafa*, prefixada por *mini-* e também sufixada por *-inho*:

Repare: seja festa de celebridades, noite de autógrafos ou inauguração da Daslu, são cada vez maiores as chances de que pelo menos uma mulher exiba, ao lado de adendos indispensáveis como bolsa de grife, jóias e cabelo liso, um <microcachorrinho> (V, 15 jun. 2005).

Ao recuperar baboseiras pop como os ioiôs de chocolate e as <minigarrafinhas> de Coca-Cola, almanaques e outros produtos do gênero roubam a dignidade da moda passada e a inteligência da época atual (V, 28 jun, 2006).

Já neste excerto, de maneira distinta dos anteriormente citados, a mesma unidade lexical, *PIB*, é prefixada por *mini-* (*miniPib*) e sufixada por *-inho* (*pibinho*): “Resultado: <mini-PIBs>, PIBs envergonhados ou <“pibinhos”>, como escreveu, com rara felicidade, o jornal *O Globo*” (V, 07 mar. 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procuramos mostrar a dinamicidade que os afixos intensivos, especialmente os de caráter prefixal, manifestam na criação de novas unidades lexicais.

De acordo com os dados jornalísticos coletados pelo Projeto TermNeo, os prefixos intensivos são os mais numerosos na formação de unidades lexicais neológicas, correspondendo a 33% dentre os prefixos (que podem indicar intensidade, negação, quantidade, temporalidade e espacialidade) empregados para formar novas palavras.

Também se constata que os prefixos intensivos indicativos de aumento são muito mais numerosos do que os que denotam diminuição. Assim, *super-* (o mais empregado de todos os prefixos, com 13% das formações),⁴ *hiper-*, *mega-*, e *ultra-* correspondem a 23% dos derivados formados com prefixos intensivos; já os derivados formados com sufixos indicativos de intensidade diminutiva (*micro-*, *mini-*, *nano-* e *sub-*) são responsáveis por 10% das formações neológicas prefixadas.

Os dados do Projeto TermNeo também mostram que, a partir da década de 90, a expressão da intensidade afixal manifesta-se, de maneira predominante, por meio de prefixos. Possivelmente por essa razão, os prefixos marcadores de intensidade estabelecem, mais comumente do que os sufixos intensivos, relações com outros elementos contextuais.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Bloch, 1981.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia, 1998.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Academia, 1999.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2004.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2009.

ALVES, Ieda Maria. A derivação prefixal intensiva no português brasileiro: a formação de um campo prefixal. In: HWANG, Álvaro David; NADIN, Odair Luiz (Orgs.). *Linguagens em interação III: estudos do léxico*. Maringá: Clechetec, 2010. p. 13-32.

⁴ Em um estudo que realizamos sobre os derivados prefixais neológicos no português brasileiro contemporâneo (Alves, 2000), *super-* revelou-se, também, como o afixo mais empregado na formação de novas unidades lexicais derivadas com prefixos.

ALVES, Ieda Maria. Neologia e implicações textuais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 3., João Pessoa. *Anais...* João Pessoa, 2009. p. 1821-1825.

ALVES, Ieda Maria. *Um estudo sobre a neologia lexical: os microsistemas prefixais do português contemporâneo*. 2000. 395 f. Tese (Livre-docência em Lexicologia e Terminologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BOULANGER, Jean-Claude. Néologie et terminologie. *Neólogie en Marche*, v. 4, p. 5-128, 1979.

CHAVES, Anna Libia Araujo. *O sufixo -inho nas entrevistas do VALPB: uma análise semântico-discursiva*. 2006. 93 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2011.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. 110. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

RIO-TORTO, Graça Maria. *Formação de palavras em português*. 1993. 977 f. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.

SANDMANN, Antonio José. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Ícone, 1989.

A INTERDISCIPLINARIDADE NO CONTEXTO DA TOPONÍMIA: REFLEXÕES INICIAIS DE UMA PROPOSTA APLICADA AO ENSINO

*Karylleila dos Santos Andrade**

*Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick***

INTRODUÇÃO

A linguagem, numa perspectiva global, não pode ser explicada apenas como uma mera estrutura formal e semântica. Deve-se, também, analisar sua vertente social. É por via da linguagem que as pessoas se comunicam, se expressam, se localizam, transmitem suas crenças mais antigas, organizam e estruturam seu pensamento. Compreender e descrever a linguagem supõe dar conta da competência do falante em geral e do uso concreto que ele faz da realidade em determinadas situações comunicativas.

Qualquer falante de uma língua domina mais de uma variedade linguística: variações diafásicas, diastráticas e diatópicas. Observando esses critérios linguísticos, ele faz adaptação da sua expressão a si-

* Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras, Mestrado em Ensino de Língua e Literatura, karylleila@gmail.com.

** Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. *In memoriam*.

tuações de comunicação específica, por meio das diversas variações funcionais ou registros que lhe são impostos a cada situação comunicativa. Toda língua reflete as condições da sociedade e do círculo cultural em que se fala. O homem, como participante principal desse desenvolvimento, atua como personagem produzindo, elaborando, expressando e fomentando a produção linguística cultural de um grupo, conscientemente ou não. Essa atividade “linguístico-cultural padronizada enseja a elaboração de campos conceituais, correlatos, ilustrativos dessa realidade objeto” (Dick, 1990, p. 31).

Dois aspectos se interseccionam nessa atividade linguístico-cultural: o fazer onomasiológico e o fazer semasiológico. Devem ser vistos como unidades que comportam semas distintos e fazem parte de processos de níveis distintos do percurso gerativo da enunciação de codificação e decodificação. Esse percurso inicia-se com a percepção biológica dos objetos do mundo que se transformam em substâncias estruturadas, quando apreendidas pela cosmovisão de cada grupo de formas diferentes, ainda que haja princípios universais que regem essas apreensões. Após a percepção, estabelece-se o processo de conceptualização: momento da produção dos modelos mentais, os quais correspondem aos recortes culturais que são considerados, em última análise, os *designata*.

O próximo passo para que seja estabelecido o percurso gerativo da enunciação é o da lexemização. Ela corresponde à produção de significação, deixa o nível cognitivo e se converte em grandeza de signo. Compete à lexemização a atualização das lexias – unidades lexemáticas – no discurso realizado. Por último, a produção discursiva, isto é, a contextualização e a atualização propriamente dita, determinada por uma situação do discurso e da enunciação. Estabelecidos os parâmetros para o percurso gerativo da enunciação, parece-nos possível explicitar com mais segurança os processos de conceituar e definir.

O conceito está em um nível pré-linguístico, interpretação de fatos naturais ou culturais, enquanto a definição se situa no plano semiótico, resultado da interpretação de unidades lexicais. Conceituar é construir um modelo mental que corresponde a um recorte cultural para, em seguida, escolher a estrutura léxica que pode manifestá-lo. É um processo que tem como ponto de partida o universo natural. Definir é analisar e descrever o semema linguístico para reconstruir o modelo mental: o seu ponto de partida é a estrutura linguística manifestada (Barbosa, 1990).

Isto quer dizer que o percurso onomasiológico, da ótica do enunciador (emissor) ou do interpretante (receptor), vai da intenção de dizer ao enunciado, e o percurso semasiológico vai do enunciado à sua interpretação. O enunciador tem como ponto de partida o mundo referencial. Quando tem a intenção de dizer (querer dizer) começa a conceptualizar sua intenção. Essa conceptualização deve, então, ser expressa em signos, em um processo de semiotização, que se realiza pelos meios fornecidos por um sistema semiótico (Babini, 2006, p. 2). Para o autor, em nosso caso, o sistema semiótico utilizado pelo enunciador é uma língua natural.

A partir disto é possível depreender que a onomasiologia e a semasiologia são ramos da lexicologia. O primeiro estuda os significados partindo de um conceito existente na realidade, ou seja, parte do conceito em busca dos signos linguísticos que lhe correspondem. O segundo parte do signo em busca da determinação do conceito em direção à idéia.

A lexicologia tem como uma de suas tarefas examinar as relações do léxico de uma dada língua com o universo natural, social e cultural, a transposição de uma realidade infinita e contínua a um número de lexias. Procura abordar a palavra como instrumento de

construção e detecção de uma cosmovisão, de um sistema de valores, como geradora e reflexo de recortes culturais. Integra às ciências do léxico a lexicologia, lexicografia e terminologia. A lexicografia é a ciência dos dicionários, e a terminologia se concentra apenas nas palavras próprias de uma especialidade, ou de uma área profissional. O elemento de base da lexicologia é o lexema, unidade lexical de domínio do léxico geral da língua, e o termo, unidade da terminologia, pode ser interpretado como uma unidade lexical.

Considerando a formação dos topônimos e observando que a Toponímia e Antroponímia são corresponsáveis pela preservação dos fatos culturais em determinado espaço-temporal, funcionando como retentoras da memória de um grupo, Dick (1999) afirma que essas duas disciplinas podem se inscrever no campo da terminologia e socioterminologia. A primeira como reflexo formal da organização conceptual de uma especialidade e a segunda como “disciplina descritiva que estuda o termo, sob a perspectiva linguística na interação social” (Faustich, 1994, p. 1). Como base metodológica, recomendam-se procedimentos etnográficos que não diferem daqueles da observação do participante.

A onomástica, vinculada às ciências do léxico, por apresentar-se como o estudo dos nomes próprios, subdivide-se em estudos toponímicos (nome de lugares) e antroponímicos (nome de pessoas). Particularmente, depois de caracterizado o topônimo como termo-onomástico, tornando-se sujeito às transformações morfossintáticas, comparadas a outras unidades lexicais, deve ser estudado etimológica e semanticamente nas diferentes situações comunicativas para a devida sistematização taxionômica.

No dizer de Ullmann (1964), todas as línguas contêm certas palavras arbitrárias ou opacas, sem qualquer conexão entre som e sentido, e outras que, pelo menos em certo grau, são motivadas e transparentes.

A motivação é compreendida e reside nos próprios sons e na estrutura morfológica e semântica. No primeiro caso, o som é verdadeiramente o eco de sentido: “o próprio referente é uma experiência acústica, mais ou menos rigorosamente imitada pela estrutura fonética da palavra” (Ullmann, 1964, p. 177). No segundo caso, sendo elas transparentes, a motivação é analisada sob a ótica dos morfemas derivacionais, palavras compostas e expressões figuradas. As palavras opacas podem ser analisadas por meio do eixo paradigmático, ou seja, seus componentes morfemáticos. As transparentes são motivadas pelas relações de significação que podem ser por contiguidade ou metafóricas.

Toponímia vem do grego *topos* ‘lugar’ e *onoma* ‘nome’, respectivamente, palavras de origem grega. Estuda o nome dos lugares e designativos geográficos: físico, humano, antrópico ou cultural. As particularidades da toponímia são a busca pela etimologia, o caráter semântico da palavra e suas transformações linguísticas, sobretudo, as fonético-fonológicas e as morfológicas.

Embora na língua o signo participe de uma natureza convencional, o mesmo não deve ser aplicado em Toponímia: ela é norteada pela função onomástica ou identificadora de lugares e tem caráter motivacional: a) intencionalidade que anima o denominador; b) origem semântica da denominação. É preciso aqui explicitar esse duplo aspecto da motivação toponímica que transparece em dois momentos distintos. O denominador, valendo-se de suas intenções e observações de ordem subjetiva ou objetiva, elege um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico. Em segundo lugar, considera-se a própria origem semântica da denominação. O significado é revelado de modo transparente ou opaco.

Percebe-se, nesses aspectos motivadores, a importância do elemento denominador e das razões que o fazem, no processo onoma-

siológico e semasiológico, “batizar” um determinado local, região etc., como também da natureza do produto dessa escolha, da substância do conteúdo propriamente dita e dos aspectos linguísticos internos. Não é possível prever com segurança a intencionalidade que norteou o ato da nomeação, quando da ausência do denominador ou, até mesmo, a distância cronológica do tempo da denominação, isto é, do surgimento do nome. As hipóteses ou suposições surgem quando não houver registro em mapas cartográficos, livros, o que pode prejudicar o valor de “verdade” do denotante. O segundo fator, o denotado, envolve a natureza do produto dessa escolha. É a substância do conteúdo do topônimo e refere-se à sua funcionalidade, ou seja, ao problema da taxionomia toponímica.

1. LÉXICO E TOPONÍMIA

O topônimo é o resultado da ação do nomeador ao realizar um recorte no plano das significações, representações, ou seja, praticar um papel de registro no momento vivido pela comunidade. E o léxico, como repositório de unidades lexicais e reflexo da cosmovisão de uma dada realidade, é o que mais nitidamente, na leitura de Sapir (1984, p. 44), reflete o ambiente físico e social dos falantes. Por ambiente físico, Sapir considera os aspectos geográficos, a topografia da região, clima, regime das chuvas, a base econômica, os recursos minerais e naturais. Por fatores sociais, entende as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Dentre essas forças sociais, destacam-se a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte.

Na concepção de Sapir (1984), explicar todo o traço da cultura humana, apenas pela ação do ambiente, parece ser ilusão. O ambiente é consolidado ou mudado pelas forças sociais e compreende fatores

físicos e sociais. “O ambiente físico só se reflete na língua na medida em que atuarem sobre ele as forças sociais” (Sapir, 1984, p. 46).

Partindo dessas considerações, fica evidente que ao se estudar o léxico de uma língua pode-se, também, apreender a realidade do grupo que a utiliza: cultura, história e modo de vida. As palavras que constituem o sistema lexical de uma língua são como um espelho: refletem os aspectos do mundo real de uma realidade. Utilizando-se do léxico, o ser humano sempre atribui nome a tudo que o cerca: às coisas, aos animais, às pessoas, ao espaço físico em que vive. Nomear é, para o homem, uma necessidade de organização e de orientação.

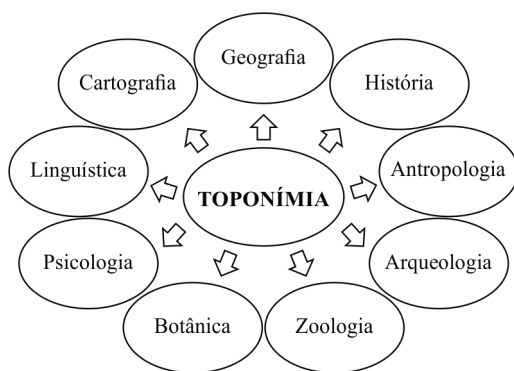
O estudo toponímico, nesse sentido, apenas pode ser compreendido e apreendido a partir dos fios tecidos sob os olhares de diversos saberes. Fruto de um movimento de aglutinação de aspectos sócio-históricos, culturais, geográficos e linguísticos, os nomes de lugares revelam a origem e a dinâmica dos lugares; tornando rica a maneira pelo qual os atores sujeitos se utilizam da linguagem para imprimir no espaço uma variedade de significados.

Toponímia deve ser pensada como um complexo línguo-cultural: um fato do sistema das línguas humanas. Podemos pensar que a relação da toponímia, a partir de uma visão interdisciplinar, estabelece o sentido de unidade diante dos diversos saberes. Ou seja: possibilita ao sujeito (re) encontrar a identidade, história, etimologia do nome na multiplicidade de conhecimentos, tendo em vista o plano onomasiológico no ato de dar nomes aos lugares. A proposta deste trabalho vincula-se ao estudo da interdisciplinaridade aplicada no contexto da toponímia. Como abordagem teórico-metodológica no campo da toponímia servirão os trabalhos de Dick (2004, 1999, 1990), e os estudos de Fazenda (2001, 2008, 2009) e Morin (1990) no campo da interdisciplinaridade.

2. INTERDISCIPLINARIDADE NO CONTEXTO DA TOPONÍMIA: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

Não se pode pensar a toponímia desvinculada de outras ciências: “é uma disciplina que se volta para a História, a Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social e, até mesmo, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador” (Dick, 1992, II). Deve ser pensada como um complexo línguo-cultural: um fato do sistema das línguas humanas. Ver a Figura 1 a seguir:

Figura 1. Toponímia no contexto interdisciplinar



Nesse contexto de relações dinâmicas e de cooperação entre as disciplinas do conhecimento, Morin (1990) afirma a necessidade de tomar consciência da complexidade de toda a realidade física, biológica, humana, social, política. De um lado, observa que as ciências humanas não percebem os caracteres físicos e biológicos dos fenômenos humanos e, de outro, que as ciências naturais não percebem sua inscrição numa cultura, numa sociedade, numa história. Essa distância

existente entre as ciências assinala a necessidade da interdisciplinaridade e, como observa o autor, esse problema não se resolve dentro de uma concepção simplista de adição ou acoplagem de conhecimentos.

Fragmentar o conhecimento é descaracterizá-lo em sua essência etimológica “Conhecer: *procurar saber, aprender a conhecer, tomar conhecimento de, reconhecer*” (Houaiss, 2001). Mas descaracterizá-lo numa sociedade da informação na qual vivemos hoje é algo que compromete o próprio homem nas respostas e porquês.

A interdisciplinaridade¹ possibilita ao homem o alcance de uma postura mais crítica diante dos fatos da realidade, compreendendo-a melhor. Nesse sentido, Fazenda (2001) assegura que o homem que se deixa perpetuar numa única abordagem do conhecimento, vai adquirindo uma visão corrompida da realidade. Ao viver, encontra uma

¹ A palavra interdisciplinaridade deriva da palavra primitiva disciplina, sua etimologia é latina “ação de se instruir, educação, ciência, disciplina, ordem, sistema, princípios de moral, acrescida do prefixo *inter-* (ação recíproca, comum) e do sufixo *-dade* (qualidade, estado ou resultado da ação)”. Segundo Fazenda (2001), o movimento da interdisciplinaridade surge na Europa, em meados da década de 1960, tendo sido bem mais intenso na França e Itália, época em que nasceram os movimentos estudantis, reivindicando um novo estatuto de universidade e de escola. Aparece inicialmente, como tentativa de elucidação e de classificação temática das propostas educacionais que começavam a aparecer na época, evidenciando-se, através do compromisso de alguns professores em certas universidades, que buscavam, a duras penas, o rompimento a uma educação por migalhas. A autora coloca que a interdisciplinaridade nasceu como oposição a todo conhecimento que privilegiava o capitalismo epistemológico de certas ciências, como oposição à alienação da Academia às questões da cotidianidade, às organizações curriculares que evidenciavam a excessiva especialização e a toda e qualquer proposta de conhecimento que imitava o olhar do aluno numa única, restrita e limitada direção a patologia do saber. Desde 1970 que a palavra interdisciplinaridade tenta construir um caminho que seja trilhado por um saber coletivo e sintonizado com outras disciplinas. Nessa época buscava-se uma estruturação conceitual básica. A preocupação era de conceituar, definir a interdisciplinaridade, buscando uma explicitação terminológica. “Em 1970 a organização teórica do movimento da interdisciplinaridade procurava uma definição de interdisciplinaridade; em 1980 tentava explicitar um método para a interdisciplinaridade e em 1990 partiam para a construção de uma teoria da interdisciplinaridade” (Fazenda, 2001, p. 18).

realidade multifacetada, produto desse mundo, e, evidentemente mais oportunidades terá em modificá-la, na medida em que não a conhece como um todo, em seus inúmeros aspectos.

Podemos pensar que a relação da toponímia, a partir de uma visão interdisciplinar, estabelece o sentido de unidade diante dos diversos saberes. Isto que dizer possibilitar ao sujeito (re) encontrar a identidade, história, etimologia do nome na multiplicidade de conhecimentos, tendo em vista o plano onomasiológico no ato de dar nomes aos lugares.

Quando delimitamos, dentro da realidade, um recorte que necessita ser atribuído o nome, não podemos atribuir a ele uma fragmentação. Pelo contrário, as suas múltiplas possibilidades e mediações históricas que o estruturam e determinam fazem parte da totalidade, algo dissociável de ser destituído.

Não é possível fazer referência à toponímia brasileira desconsiderando a história e o processo de colonização e povoamento do país. A Carta de Caminha assegura os primeiros topônimos de que temos notícia de registros: Monte Pascoal e Terra de Vera Cruz.

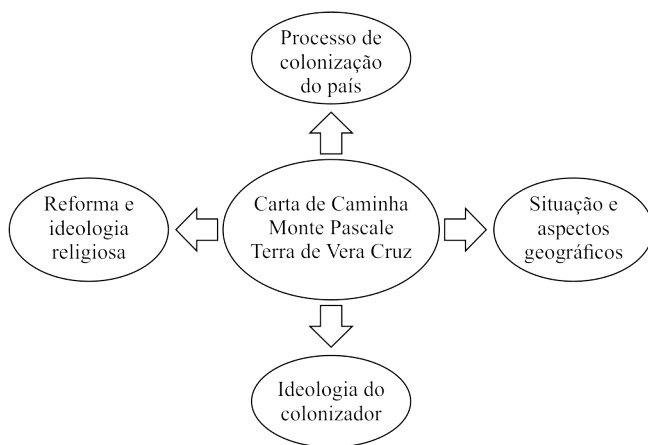
Neste mesmo dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs o nome de O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera Cruz! (Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/download.htm>. Acesso em: 07 jun. 2010).

Ainda que o objetivo aqui não seja discutir o caráter ideológico do ponto de vista religioso,² que impregnava a mentalidade do ho-

² O século XVI foi marcado por um grande movimento de reforma religiosa, responsável pela quebra do monopólio da Igreja Católica sobre o mundo cristão

mem na época do “descobrimento” ou “achamento” do Brasil, é preciso considerar o “olhar” etnocêntrico dos portugueses: a visão europeia do mundo sobre o outro. O homem e o ambiente eram vistos como “exóticos e diferentes”. O olhar era sempre a partir de seus próprios paradigmas referenciais: “é que Narciso acha feio o que não é espelho”³. Ver a Figura 2 a seguir:

Figura 2. Toponímia no contexto da História



Os portugueses seguiam a mesma política de nomeação dos espanhóis. “A Carta de Cristovão Colombo aos Reis Católicos de Espanha enumera as ilhas descobertas, e mesmo as que reconhecidamente possuíam nomes indígenas recebem novo nome” (Carvalhinhos; Antunes, 2007, p. 2). As autoras assinalam o nome

ocidental. Essa reforma deve ser compreendida considerando um cenário macro de mudanças e transformações sociais, econômicas e políticas na Europa que permitiram a uma nova sociedade questionar o comportamento do clero e a doutrina da Igreja.

³ Essa citação é uma referência a um verso da música “Sampa” de Caetano Veloso, disponível em: <http://letras.terra.com.br/caetano-veloso/41670/>. Acesso em: 29 abr. 2012.

dado à primeira ilha, à qual “los Índios la llaman Guanahani”. Ou seja, a renomeação não foi por desconhecimento de um nome anterior.

Na atividade onomasiológica, Todorov (1983, p. 37-38) faz referência à atividade de nomeação de Colombo, durante o “descobrimento” da América. Em matéria de linguagem, Colombo faz menção aos nomes próprios e diz que, em certos aspectos, são os que mais se assemelham aos indícios naturais. A sua preocupação inicia-se pelo próprio antropônimo Colombo. Modificou a ortografia de seu nome várias vezes, tentou chamar-se Colón, recuperando um nome antigo, motivado pela vontade divina que o havia eleito para realizar o que seu nome e sobrenome significavam.

Os nomes devem convir às qualidades e aos usos das coisas. Por isso, ele era chamado Cristobal, isto é, *Chistum Ferens*, que quer dizer portador do Cristo, e é assim que ele assinava frequentemente; pois em verdade foi o primeiro a abrir as portas do mar oceano, para fazer passar nosso Salvador Jesus Cristo, até essas terras longínquas e reinos até então desconhecidos. Seu sobrenome foi Colón, que quer dizer repovoador, nome que convém àquele cujo esforço fez descobrir essas gentes, essas almas em número infinito, graças à pregação do Evangelho (Todorov, 1983, p. 36).

Como exemplificação da motivação do signo linguístico, reportamo-nos à ação de nomear de Colombo. Além de encontrar motivações para seu próprio nome, ele se encantava pela escolha dos nomes que fazia a cada descoberta. Afirmava que os nomes deviam ser sempre motivados. E essa motivação era estabelecida de várias maneiras. “A ordem cronológica dos batismos corresponde à ordem de importância dos objetos associados aos nomes. A sequência será: Deus, a Virgem Maria, o rei da Espanha, a rainha, a herdeira real” (Todorov, 1983, p. 37).

Colombo apaixonara-se pelo ato de batizar as novas descobertas, ainda que, de uma certa forma, ele tivesse consciência de que elas já possuíam nomes. Ele quer, de fato, rebatizá-las, isso pressupõe a tomada de posse do local, dizer que as terras pertenciam ao reino da Espanha. Quando a motivação religiosa começou a se esgotar, recorreu a uma motivação mais tradicional, a semelhança direta, que ele mesmo justifica. “Dei a esse cabo o nome de Cabo Belo, porque é realmente belo” (Todorov, 1983, p. 38).

Na leitura do autor, os nomes próprios constituem um aspecto muito particular do vocabulário. Desprovidos de sentido, eles servem somente para denotar. Dirigem-se à natureza (o referente), não aos homens. São, à semelhança dos índices, associações diretas entre sequência sonoras e segmentos do mundo. Para Colombo, o vocabulário era semelhante aos nomes próprios, e esses decorriam das propriedades dos objetos que designavam. As palavras eram nada mais que a imagem das coisas. Na concepção de Colombo, existia uma associação motivacional entre nome e coisa, reportando a uma discussão mais filosófica. Não há, portanto, em sua fala a dimensão intersubjetiva da linguagem e nem o caráter da arbitrariedade dos signos.

É possível também identificar o olhar etno/eurocêntrico durante o processo de povoamento do sertão do Brasil. Os bandeirantes retratavam o espaço geográfico de um ponto de vista imediato e direto, facilmente denotado pelo observador. Utilizavam, quase sempre, para a denominação dos acidentes físicos e antropoculturais as qualidades de modo objetivo (forma topográfica e geomorfológica, cor, tamanho, localização geográfica) ou subjetivo (elementos psíquicos, culturais e outros), optando por aspectos conferidos ao lugar pelo denominador. A intenção era consolidar e assegurar suas presenças, ou, ainda, demarcar o território.

A Geografia Cultural se apropria do estudo da toponímia na tentativa de compreender a nomeação do lugar a partir de uma dimensão ontológica, tendo em vista os aspectos de dominação territorial, o contexto etimológico, o surgimento e a cristalização da identidade e a significação atribuída ao lugar. Os nomes de lugares e sua dimensão cultural adquirem uma pluralidade com simbolismos e identidades corresponsáveis pelas expressões dos valores individuais dentro de cada época, onde cada lugar fora sendo nomeado e ao mesmo tempo proporcionando um sentimento de pertencimento e domínio territorial.

De acordo com Tuan (1983, p. 151), “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”, pelo que a nomeação dos lugares é capaz de proporcionar esta definição e significado. Gonçalves (2007) esclarece que através do batismo dos nomes dos lugares criaram-se identidades, pertencimentos e territorialidades, que aos poucos foram sendo aceitas pelas comunidades. Na região amazônica os lugares receberam nomes que indicam práticas, costumes e valores que em sua maioria refletiram identidades já existentes, ou seja, identidades daqueles que iniciaram o processo de implantação das cidades, pois “todos os lugares habitados têm nomes. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas” (Gonçalves, 2007, p. 73).

O nome e o significado dos lugares são essenciais para a cristalização da identidade de um grupo, pois “reforçam fortemente as sugestões de identidade ou de estrutura que podem estar latentes na própria forma física” (Lynch, 1997, p. 120). Nesse sentido, os topônimos podem traduzir o simbolismo, a história, a memória, a identidade e as peculiaridades naturais de uma dada comunidade, região, país, continente.

PRIMEIRAS CONCLUSÕES

O estudo da toponímia pode traduzir o *modus vivendi* de um grupo ou responder a outros interesses. Na geografia, a toponímia pode dar informações relevantes sobre vários aspectos: relevo, flora, fauna etc. Pode ainda auxiliar na delimitação da separação entre duas zonas geográficas (por exemplo, entre a zona dos cocais e a caatinga do sertão brasileiro). É considerada uma fonte de informação para os historiadores (colonização, imigração, história e memória oral, etc.), antropólogos (identidade, relação homem, cultura e meio social), biólogos (nomes de seres que compõem determinado bioma), botânicos (nomes de plantas) e outros pesquisadores. A linguística, particularmente, permite estudar a evolução fonética, a etimologia, os aspectos morfossintáticos e semântico-lexicais.

É fundamental compreender os topônimos a partir dos diferentes significados, olhares e áreas de atuação, pois, por se organizarem de maneira dinâmica, constantemente (re)inventam-se no tempo e no espaço, sobrepondo-se valores socioculturais, econômicos, políticos e religiosos. O estudo toponímico apenas pode ser compreendido e apreendido a partir dos fios tecidos sob os olhares de diversos saberes.

Fruto de um movimento de aglutinação de aspectos sócio-histórico-culturais, geográficos e linguísticos, os nomes de lugares revelam a origem e a dinâmica dos lugares; tornando rica a maneira pelo qual os atores sujeitos se utilizam da linguagem para imprimir no espaço uma variedade de significados. O ato de nomear expõe como as pessoas se relacionam com os seus lugares, pensam, vivem e experimentam o espaço em sua plenitude.

REFERÊNCIAS

BABINI, Maurizio. Do conceito à palavra: os dicionários onomasiológicos. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 58, n. 2, p. 38-41. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n2/a15v58n2.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2011.

BARBOSA, Maria Aparecida. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE TERMINOLOGIA, 2., 1990, Brasília. *Anais...* Brasília: UnB, 1990.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA – CNLF, 11., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: CIEFIL, 2007. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>. Acesso em: 27 set. 2010.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O problema das taxinomias toponímicas: uma contribuição metodológica. *Separata da Revista de Letras*, São Paulo, USP, p. 373-380, 1975.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Métodos e questões terminológicas na onomástica: estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações*, Recife, UFPE, v. 9, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. v. II. Campo Grande: UFMS, 2004. p. 121-130.

FAULSTICH, Enilde. Natureza epistemológica do lexema e do termo. In: ENCONTRO DO GEL, 1., 1994, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1994.

FAZENDA, Ivani Catarina. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2001.

FAZENDA, Ivani Catarina (Org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina. Interdisciplinaridade: definição, projeto, pesquisa. In: FAZENDA, Ivani Catarina; FELDMAN, M.; PASSOS, L. F. (Orgs.). *Práticas interdisciplinares na escola*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GONÇALVES, Teresinha Maria. *Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano*. Ijuí: Unijuí, 2007.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Portugal: Europa-América, 1990.

SAPIR, Edward. *El lenguaje*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução ao significado*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

MIGRAÇÃO LEXICAL EM TEXTOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

*Márcia Sipavicius Seide**

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista terminológico, verificam-se muitas ocorrências de variação sinonímia e abreviação, fenômenos que, por estarem presentes na linguagem geral, levam a questionar a distinção termo/vocabulo tal qual proposta no início dos estudos terminológicos. Do ponto de vista lexicológico, os meios de comunicação em massa fazem ingressar, na linguagem geral, alguns dos termos das linguagens especializadas, migração que resulta na criação de neologismos. Nesse contexto, interessa investigar o comportamento dos itens lexicais em contextos terminológicos e em contextos não terminológicos. Para tanto, alguns exemplares do gênero textual Divulgação Científica (DC) e do gênero Artigo Científico (AC) são confrontados e seus léxicos analisados na interface Terminologia/Lexicologia.

A descrição desse fenômeno requer reconhecer que a maioria dos termos que se banalizam provém de textos jornalísticos cujo objetivo é promover a divulgação das ciências. No caso de línguas não hegemônicas, não se pode desconsiderar o fato de muitos dos textos

* Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil, marciaseda4@hotmail.com.

de divulgação científica (doravante DC) publicados serem traduções de textos originalmente escritos em língua inglesa.

Adotando-se um viés sociointerativo e enunciativo, o estudo da migração lexical não pode ser feito senão pela investigação de como se dá a circulação dos itens lexicais, não só entre gêneros – dos artigos científicos (doravante AC) para os textos de DC –, mas também inter e entre línguas, para que se compreenda como a dinâmica lexical se configura na língua inglesa (língua de partida) e na língua portuguesa (língua de chegada).

Também enfatizando a importância do contexto de uso dos itens lexicais, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) proposta por Cabré (1999) defende que

[...] as linguagens de especialidade fazem parte da linguagem natural e as unidades terminológicas adquirem seu valor especializado de acordo com o uso em determinada situação de comunicação, neste modelo teórico da TCT, não há *a priori* uma divisão entre palavras e termos. Essa diferenciação só se dá no plano comunicacional, no qual os termos são ativados em uma situação de discurso especializado como forma de veicular conhecimento de uma determinada área de especialidade. Foi se tornando evidente que somente uma abordagem que leve em conta o caráter discursivo pode explicar os fenômenos relativos às unidades de significação especializada que ocorrem na linguagem em uso, como a polissemia, as metáforas e a variação de unidades terminológicas. Sendo assim, é essencial estudar as unidades terminológicas em uso no texto e no discurso (Kilian, 2007, p. 79-60).

As unidades terminológicas e as unidades vocabulares podem e devem ser estudadas em seus contextos de uso, observando-se as

características do gênero em que se enquadram os textos em que são utilizadas, a situação sociointerativa por eles instaurada bem como os propósitos ou intenções de quem os produziu. Tendo isso em vista, apresenta-se, a seguir, uma análise da migração lexical promovida por textos de DC. Explicitadas as características principais do gênero, tem início a análise lexicológica propriamente dita, feita com base nas informações textuais do próprio texto, em obras lexicográficas e informação oriunda de fontes diversas, conforme os procedimentos metodológicos a seguir explicitados. Finaliza o estudo uma breve discussão dos resultados apresentados, trazendo algumas reflexões sobre a interface Lexicologia-Terminologia.

A análise lexicológica ora apresentada partiu de um texto de DC escrito em língua inglesa. Para saber se determinado item lexical presente no texto jornalístico fazia parte do acervo lexical da linguagem geral e/ou de uma linguagem especializada foi utilizado, como primeiro critério, a presença do item entre os verbetes do *Cobuild English Dictionary* (Sinclair, 1995, p. 178). Ao longo do texto de DC, foi observado o uso de alguns termos técnicos cuja presença do *Cobuild Dictionary* foi interpretada como indício de vocabularização. Essa hipótese está fundamentada no fato de o *corpus* do dicionário ter sido formado por um banco de dados (*The Bank of English*) constituído, majoritariamente, por textos provenientes de jornais e revistas: “There are about five hundred million words in the Cobuild archives, most of them from newspapers or the radio” (Sinclair, 1995, p. IX). Como faz questão de informar John Sinclair, editor do dicionário, as palavras nele incluídas são as que estão disseminadas em várias fontes, excluindo-se aquelas que são utilizadas somente por especialistas. Diz ele:

It is much easier to decide which words and phrases to include, and which to omit, when we have accurate figures from such a large amount

of language .Our computers can instantly check the language activity of thousands of speakers and writers, rather than just a handful of experts (Sinclair, 1995, p. IX).

Assim como foram buscados indícios de vocabularização, para além da evidência óbvia de o item estar presente num texto de DC, também foram procuradas pistas de sua circulação. Termos reconhecidamente médicos foram checados num *site* especializado em termos médicos que fornece uma breve definição de cada termo. Termos do ramo da cervejaria foram verificados em três *sites* de estatutos diversos: a *Wikipédia*, para uma definição mais leiga e próxima da linguagem geral, um *site* de uma revista especializada em cerveja e um *site* voltado à degustação de vinhos e cervejas. Também foram utilizadas, como evidência de utilização de certas denominações de alguns tipos de cerveja, informações fornecidas por um professor universitário fluente em inglês que morou na cidade de Londres de 2004 a 2006.

1. ANÁLISE DE UM TEXTO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM LÍNGUA INGLESA E DE SUA TRADUÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

O gênero de divulgação científica é tradicionalmente definido como um texto jornalístico cujo objetivo é tornar público o conhecimento produzido pelos cientistas. Trata-se de um gênero heterogêneo que pode ser interpretado e avaliado tanto do ponto de vista jornalístico, quanto do ponto de vista científico.

Do ponto de vista dos cientistas, a popularização promovida pela DC deve ser feita obedecendo-se a critérios parecidos com aqueles que norteiam a produção do conhecimento científico. Só assim

evita-se a tão combatida vulgarização, entendida pejorativamente como o processo pelo qual os achados científicos transformam-se em pseudociência. As análises descritas a seguir foram feitas a partir do enfoque lexicológico, porém sem desconsiderar as características peculiares ao gênero ora brevemente descritas.

O exemplar de texto jornalístico de DC escolhido para análise foi extraído de uma revista inglesa chamada *New Scientist*, publicação *on-line* que costuma ser utilizada com fonte por muitos jornalistas brasileiros,¹ e foi escolhido pelos seguintes motivos: nele há indicações precisas de 2 dos 3 artigos científicos mencionadas pelo jornalista e existe uma versão em português dele publicada na *Folha de São Paulo*. Como todo texto jornalístico bem elaborado, o título é sugestivo, chama a atenção de leitor seduzindo-o pelo jogo de palavra: *Ale is good, make no bones about it*.² De acordo com o *Cobuild English Dictionary* (Sinclair, 1995, p. 178), a expressão idiomática *Make no bones about something* é utilizada quando alguém faz algo, em geral, difícil, desagradável ou que seria reprovado por alguém sem hesitar. Neste contexto, o uso dessa expressão forma um jogo de palavras porque o item lexical *bone*, que significa “osso”, dado o contexto, pode manter seu significado literal, convivência de sentido peculiar ao trocadilho. Esse título também chama a atenção por contrariar as expectativas sobre o que poderia ser dito a respeito desta bebida alcoólica: ao invés de tratar dos malefícios da bebida, a matéria informa um possível benefício: o fortalecimento dos ossos.

O texto está estruturado em sete parágrafos curtos que ocupam apenas uma lauda. Indo do geral ao particular, são explicados resul-

¹ Análises complementares dos dados sobre os termos cervejeiros podem ser encontradas em Seide (2011a e 2011b, p.180-199).

² COGHLAN, Andy. Ale is good, make no bones about it. Disponível em: www.newscientist.com/.../dn18491. Acesso em: 08 fev. 2010.

tados de uma pesquisa sobre o teor de uma substância que faz bem aos ossos em vários tipos de cerveja. Tais resultados são comentados, ao final da notícia, por duas autoridades: um pesquisador da área da Nutrição e uma nutricionista. O pesquisador confirma os resultados descritos e a nutricionista alerta: aos que sofrem de osteoporose é melhor consumir laticínios e não cerveja.

Seu estilo torna-o atraente: ele é curto e utiliza linguagem acessível. É uma notícia que entretém, isto é, ocupa o leitor divertindo-o, falando-lhe de um tema agradável e ameno. Após a citação da opinião do pesquisador, há um *link* para o *site* onde está o artigo do qual provém as informações fornecidas e, ao final, há algumas referências relativas à nutricionista.

Apesar de rápida e superficial, a leitura ora apresentada mostra que, do ponto de vista jornalístico, o texto cumpre com seus objetivos: chama a atenção do leitor, é atraente, de fácil compreensão e traz uma boa nova vinda da ciência. Uma leitura mais exigente, porém, revela outras características: as que costumam ser apontadas pelos cientistas como sendo características dos exemplares de DC.

Numa leitura mais atenta, percebe-se que o tipo de informação que, nos artigos científicos, é colocada por último, a conclusão ou resultado final da pesquisa, é posto no início da matéria jornalística nos primeiros dois parágrafos da matéria. O que aconteceu por último – a conclusão ou resultado final da pesquisa – é apresentado em primeiro lugar, conforme uma estrutura chamada pirâmide invertida.

Dando continuidade à leitura, a primeira frase retoma as informações dadas no título, modalizando-as: no título, a cerveja ser benéfica é colocado como algo indubitável, porém, na primeira frase, esta informação muda de estatuto: não é mais uma certeza, é uma possibilidade, marcada linguisticamente pelo modal *could*. Na frase

seguinte, o jornalista esclarece que, para se obter o benefício à saúde, é preciso consumir uma cerveja por dia. A linguagem utilizada nessa frase é, além de coloquial, imprecisa. Imprecisa porque pode haver volumes diferentes: pode ser equivalente a uma garrafa ou a uma lata de cerveja, assim, não há como saber qual é o volume recomendado.

Na frase seguinte, o autor justifica a informação dada: existe o benefício porque a bebida é rica em silício, definido como *an element that has been linked to bone health*. O autor do texto não explica o que é silício: parte-se do pressuposto de que o leitor saiba e/ou de que esta informação não é imprescindível para o entendimento de o que está sendo informado. Também é digno de nota o verbo escolhido pelo jornalista: ele não afirma categoricamente que o silício fortalece os ossos, mas sim que, várias vezes, o fortalecimento dos ossos foi associado a este elemento químico. Nesse momento, ele parece ter uma prudência parecida com a dos cientistas quando relatam suas pesquisas.

O primeiro parágrafo termina com uma pergunta retórica: *But what type of beer should you drink?* Quem questiona sabe a resposta, o propósito da pergunta é chamar a atenção do leitor e indicar qual será o próximo assunto. Outra interpretação possível, não excludente, é a de que o jornalista prevê que o leitor ficaria motivado a consumir a bebida pelo benefício prometido. Os parágrafos seguintes tentam responder à questão feita pelo jornalista.

No segundo parágrafo, há a utilização de certos termos e expressões utilizados na linguagem científica. O uso do termo *bone density* remete ao universo científico. Tal qual num artigo científico, os resultados são mostrados com cautela, mediante a utilização de um modalizador: *Previous studies have shown that silicon **can** aid bone growth* (grifos nossos). A expressão “estudos prévios mostraram” também é típica da linguagem utilizada na parte de fundamentação teórica de

artigos científicos. Neste exemplar de DC, inclusive, ela é utilizada com a mesma função que apresenta nos textos científicos: apresentar resultados de pesquisas anteriores com o intuito de contextualizar e valorizar a pesquisa enfocada. Diferentemente dos artigos científicos, os dados são fornecidos de modo impreciso. Afirma-se que o consumo moderado de cerveja aumenta a densidade da massa óssea, mas não há nenhuma informação sobre o que é *moderate beer drinking*.

Em seguida, ainda no mesmo parágrafo, há a apresentação dos resultados da pesquisa de Charles Bamforth e Troy Casey (2010). Convém comentar que a oração começa pelo conectivo *now*. O uso deste conectivo cria um contraste que coloca a pesquisa deles em primeiro plano, efeito que é reforçado pelo fato de o parágrafo anterior funcionar como pano de fundo para a pesquisa ora mencionada a qual levou à descoberta de quanto silício cada tipo de cerveja apresenta.

Os parágrafos quarto e quinto trazem informações mais detalhadas sobre os resultados da pesquisa. Primeiro informam-se quantidades (mínima, máxima e média) de silício encontradas nas cervejas, sendo que a unidade utilizada é a de miligramas por litros, amplamente conhecida. O uso desses números dá a impressão de cientificidade, porém, não haver informação alguma sobre qual a quantidade de silício que uma pessoa deve ingerir impede que se saiba se o teor encontrado na cerveja é ou não significativo.

Mediante tais dados, o leitor toma conhecimento da pesquisa, mas não lhe são fornecidos dados suficientes para que ele possa julgá-la. Na segunda parte do parágrafo, o jornalista revela de que ingrediente provem a maior parte do silício, informação que soa como uma curiosidade. Depois são apresentados dados qualitativos sobre o teor de silício encontrado em cada tipo de cerveja. Não haver menção à quantidade frustra a expectativa levantada no parágrafo anterior que anunciava:

Charles Bamforth and Troy Casey at the University of California, Davis, have discovered how much silicon each type of beer contains.

É de se notar, no quarto parágrafo, o uso de termos ou expressões que denotam tipos de cerveja. O primeiro tipo mencionado é a “*Ale*” referendado no título do texto. Curiosamente, talvez para chamar a atenção do leitor, não se cita o termo, mas sim uma definição possível para ele: *lighter-coloured beer made from pale malted barley and hops*. Os demais tipos mencionados são: *low-alcohol beers*, *stouts*, *porters* e *wheat beers*. Do ponto de vista do leitor, falante nativo do inglês britânico, seria de se perguntar se esses termos migraram ou não para a linguagem geral.

O fato de o jornalista não fornecer nenhuma informação adicional leva a crer que, do seu ponto de vista, trata-se de termos conhecidos pelos leitores. A expressão *wheat beer* é auto-explicativa, pois quer dizer cerveja feita de trigo. *Stout* faz parte dos verbetes incluídos no *Cobuild Dictionary* (Sinclair, 1995, p. 1645), obra na qual a palavra é caracterizada como típica do inglês britânico, sendo descrita como uma cerveja forte e de cor preta escura. Ao contrário de o que se poderia esperar, no dicionário, não há nenhuma informação sobre o tipo de cerveja designado pelo termo *porter*, se bem haja o verbete *ale*.

A julgar somente pelas informações fornecidas por esse dicionário, *ale* e *stout* podem receber dupla inscrição no léxico: como termo técnico e como vocábulo da linguagem geral. O item lexical *porter*, por sua vez, seria apenas um termo técnico, hipótese que será discutida mais adiante.

A segunda seção do exemplar de DC tem um subtítulo: *cerveja contra vinho*. Nesta parte do texto são apresentadas pesquisas relacionadas à de Bamforth e Casey (2010), e assemelha-se à parte de discussão dos resultados dos artigos científicos.

No sexto parágrafo da matéria (primeiro da seção), o jornalista insere, mediante discurso indireto, o que seria opinião de Jonathan Powell, pesquisador da área de Nutrição humana em Cambridge. A pesquisa anteriormente relatada é corroborada por ela ter chegado aos mesmos resultados por ele alcançados em outras pesquisas, mais abrangentes por também terem mostrado que a cerveja é mais benéfica que o vinho quanto à melhora de *bone mineral density*, já que nela há mais *bioavailable silicone*.

As palavras sublinhadas reproduzem os termos científicos utilizados nesse trecho. Anteriormente, havia sido utilizado o termo *bone density*. O uso de expressões diferentes pode suscitar dúvidas: enquanto alguns leitores podem interpretá-los como sinônimos, outros podem pensar que se referem a “coisas diferentes”. Chama a atenção, também, o fato de o texto jornalístico apresentar primeiro a versão abreviada do termo e, depois, o termo completo, e não o contrário, como seria usual. Pode ser que somente a versão abreviada tenha migrado para a linguagem geral, ou, então, ambas são conhecidas apenas pelos especialistas. No *Cobuild*, não há registro de nenhuma delas. Felizmente, não saber se os termos são equivalentes não impede o leitor de entender o sentido geral do parágrafo como um todo: trata-se de uma crítica positiva à pesquisa feita pelos pesquisadores da Universidade da Califórnia.

No parágrafo seguinte, há informações mais detalhadas sobre a pesquisa de Powell e sua equipe, conjunto de pesquisadores não nominados. Nota-se que esta disposição de informação é idêntica à utilizada para a descrição da pesquisa de Bamforth e Casey (2010): informação geral seguida de informações detalhadas, conforme a estrutura de pirâmide invertida muito utilizada em textos jornalísticos. A pesquisa, datada de 2004, mostrou uma relação entre o consumo de cerveja e *bone density* (note-se a recorrência do termo abreviado):

quem bebe de modo excessivo (*excessive consumers*) tem a menor densidade, seguido de quem não bebe cerveja e dos bebedores moderados (*moderate beer drinkers*), com melhor densidade. Como no segundo parágrafo, não se especifica que volume de consumo do líquido é considerado moderado e qual é excessivo.

A conjunção *while* inicia o último parágrafo da notícia. Haja vista sua natureza adversativa, uma expectativa é criada: a de as informações que virão na sequência contradizerem o que havia sido dito até então. Se o penúltimo parágrafo pode ser resumido como uma avaliação positiva da investigação dos pesquisadores da Califórnia, pode-se esperar que, neste último, haja críticas negativas. Essa expectativa é confirmada por o parágrafo apresentar, em discurso indireto, uma ressalva feita por Catherine Collins, uma nutricionista de um hospital londrino que admite o benefício da cerveja para a saúde, mas afirma que, para a prevenção da osteoporose, o melhor é consumir alimentos com cálcio, ricos em laticínios. É digna de nota a utilização do termo médico *osteoporosis*.

Seu uso do por parte do jornalista indica que ele pressupõe que seus leitores conheçam-no e sabem seu significado, hipótese favorecida pela ampla divulgação dessa enfermidade pelos meios de comunicação comprovada pela inclusão da palavra no *Cobuild Dictionary* (Sinclair, 1995, p. 1168), indicando tratar-se de um item lexical que migrou da linguagem médica para a linguagem geral.

Mesmo considerando o critério de presença no *Cobuild Dictionary* como suficiente para se reconhecer termos que migraram da linguagem especializada para a linguagem geral é preciso investigar se os assim classificados foram usados como tais, isto é, se apresentam o mesmo comportamento e a mesma acepção de quando são utilizados em seu *habitat* natural: os textos científicos.

Conforme foi dito a princípio, esse texto de DC explicita suas fontes. Tendo sido possível consultar duas das três que são citadas, não foi difícil observar o uso dos termos nos ACs correlatos.

No AC de Bamforth e Casey (2010), as designações utilizadas para categorizar as cervejas podem ser visualizadas na segunda tabela do artigo, na qual há as seguintes categorias: *Ales, Lagers, Regular lagers, Light lagers, IPA, Non-alcoholic, Wheat, Pale ale* e *Sorghum*, segundo o tipo (ou como dizem os autores, os “estilos” de cerveja) e *USA, International, California* e *Colorado* diferenciando a cerveja por sua proveniência. Cumpre esclarecer que a abreviação por sigla *IPA* é explicada num trecho anterior do artigo: *India Pale Ale (IPA) is traditionally a stronger and hoppier beer* (2010, p. 2). Além destes, também é utilizada a expressão *wheat-based beers*.

Quanto às designações de tipos de cerveja, percebe-se uma grande convergência de termos a indicar que o jornalista, via de regra, utilizou os mesmos usados pelos especialistas, resultando na migração desses termos. Não se pode concluir dessa migração, contudo, que todos eles estejam com dupla inscrição da língua inglesa, haja vista não ser possível verificar empiricamente se, aos leitores, todos são igualmente compreensíveis. O que se sabe, sem sombra de dúvida, é que o jornalista pressupôs que seu uso desses não causaria dificuldades de interpretação. Ainda com relação às designações dos tipos de cerveja, chama a atenção a ausência do tipo *porter* tanto no *Cobuild*, quanto no AC, o que deixa em aberto a questão sobre seu estatuto: trata-se de uma designação coloquial ou técnica?

No outro texto de AC (Powell *et al.*, 2004) foi verificada a ocorrência dos seguintes termos, também utilizados no texto de DC: *osteoporosis, bioavailable silicon, bone mineral density* e a sigla a ela relacionada *BMD*. É digno de nota o uso da abreviação por sigla no texto científico.

No título do artigo, há o termo por extenso, no *Abstract*, a sigla e, após sua utilização, o uso explicativo – nome por extenso seguido da sigla entre aspas – que costuma introduzir uma sigla num texto.

Essa alternância indica não somente que, aos especialistas, ela é transparente, mas também que seu uso foi pautado por critérios estilísticos. Seu não uso no texto de DC sugere que o jornalista acredita que os leigos não a entenderiam. A crença do escritor a respeito do que seria ou não inteligível ao interlocutor, então, parece ser um limite imposto à migração lexical promovida como divulgação científica. Uma limitação que depende, fundamentalmente, da imagem que o jornalista tem de seu público-leitor, uma imagem que pode, inclusive, não corresponder à realidade e resultar em inconsistências como a descrita a seguir. Ao longo do texto de DC, as expressões *bone mineral density* e *bone density* foram utilizadas, sem que o leitor fosse informado de que eles são equivalentes. Percebe-se, assim, que o jornalista pressupôs que o leitor seria capaz de perceber esta sinonímia.

Cotejando-se o texto de DC com dois AC correlatos foi possível perceber a migração lexical dos segundos para o primeiro, o que confirma a hipótese inicial de que o gênero textual de divulgação científica propicia esse processo, introduzindo, na linguagem geral, termos da linguagem específica. Outra evidência a favor dela é a presença de alguns desses termos no dicionário *Cobuild*, cujo *corpus* utiliza textos jornalísticos e, como critério principal para admissão de um verbete, o seu uso estar disseminado e, portanto, não restrito a especialistas. Alguns usos, contudo, não puderam ser explicados por essa metodologia: o estatuto do termo *porter* e da forma abreviada *bone density*.

Com relação à forma abreviada, ela é mencionada num *site* em língua inglesa que apresenta uma lista de termos médicos (<http://>

www.med.term.com) e, para cada um, uma breve definição. Esse *site* informa que *BMD* é uma abreviação tanto de *bone mineral density* quanto de *bone mass density*. A sigla estar listada no *site* é um indício de que ela é utilizada na linguagem médica. Pode-se concluir, portanto, que o texto de DC provocou sua migração para a linguagem geral. No texto de DC, *bone density* é uma forma abreviada de *bone mineral density*. Temos, então, um exemplo de uso diferenciado de termos em contexto terminológico e em contexto não- terminológico.

Quanto à designação *porter* para um tipo de cerveja, indícios de sua utilização foram encontrados em dois *sites*: na *Wikipédia* (<http://en.wikipedia.org/wiki/Porter>); e no *site* de uma revista especializada em cerveja (<http://beeradvocate.com>)³.

Segundo informa a *Wikipédia*, a história e o desenvolvimento da *Stout* e da *Porter* são geminados, sendo que o primeiro designaria uma *Porter* mais forte, já que, originalmente, a cerveja *Stout* era designada pelo termo *Stout Porter*, depois abreviado para *Stout*. Conforme essas informações, a *Stout* é um tipo de *Porter*, ou seja, *Porter* é o termo genérico para cervejas escuras e *Stout*, um hipônimo. No *site* dedicado à degustação, a informação de que *Stout* é uma *Porter* forte é confirmada: nele explica-se que as *Porters* costumam ser mais leves e claras que as *Stouts*. A designação *Porter*, é, portanto, hiperônima, é o nome genérico dado às cervejas pretas.

Entendida a relação de sentido entre os termos, ainda não está claro se ambas as designações fazem parte apenas da linguagem técnica dos cervejeiros ou se são compreendidas igualmente pelos leigos. A análise de textos oriundos do *site* da revista especializada em cerveja revela haver, entre os leigos, dúvidas sobre a conceituação de *Porter*,

³ STYLES OF BEER. Disponível em: <http://beeradvocate.com>. Acesso em: 18 jun. 2010.

dando a entender que conhecem o tipo *Stout*, mas não o tipo *Porter*. “What the Hell is a Porter? No other type of beer arouses so many questions as to its origins. What the hell is it? Is it British or Irish? How does it vary from the Stout style? What does the name mean?” (Bros, 2000, p. 1).

Em outro texto, do mesmo site, que explica o que são estilos de cerveja, os apelos feitos ao leitor revelam o perfil dessa revista e sua função didatizante, já que seu objetivo é divulgar os produtos do ramo cervejeiro, ensinar o público leigo de modo a torná-lo capaz de apreciar e de diferenciar os diferentes tipos de cerveja, de modo semelhante ao que ocorre, hoje em dia, com o consumo de vinho:

Our styles reflect our spin on the constantly evolving world of beer, with non-geek descriptions broken down for all to understand. Click on any of the styles below to find out more about them, including our recommendations for Food Pairings, Glassware, and Cellaring/Serving Temperatures. (<http://beeradvocate.com>)

As informações coletadas nesses *sites* sugerem que o termo *porter* é oriundo da linguagem cervejeira, mas está em franco processo de vocabularização como resultado do esforço de divulgação de produtos, visando ao aumento de consumo dos vários tipos de cerveja. Nesse contexto, a utilização da linguagem técnica pelo jornalista do texto de DC pode ser entendida como resultado desse movimento. Desse modo, ele estaria se dirigindo tanto aos leitores, que já foram iniciados, quanto aos, ainda, leigos no assunto, cujas dúvidas a respeito do conteúdo do texto poderiam aguçar sua curiosidade e despertar seu interesse para o assunto.

Complementando a investigação sobre o uso da palavra *porter* na linguagem geral, foi perguntado a um professor universitário bra-

sileiro que tinha se doutorado na Inglaterra há dois ou três anos que designações de cerveja eram, segundo sua vivência, utilizadas pelos frequentadores de *pub*, prováveis consumidores “leigos” em cerveja. Conforme indicam as informações dadas em *e-mail*, tratar-se-ia de uma designação em desuso na linguagem geral – se bem seja uma designação que, de acordo com os outros dados obtidos, é candidata a ser reinscrita no léxico como resultado da divulgação promovida pelos cervejeiros. Diz o professor:

Não me recordo de uma cerveja chamada Porter e também acho que este não era um termo usado para pedir uma cerveja, ao menos no período em que estive lá. Contudo, acho que já existiu um tipo de cerveja com esse nome. Digo isso porque me lembro de alguns senhores (acho que com mais de 50 anos) que citavam a Porter quando falavam sobre as cervejas que gostavam. Morei cerca de dois anos e meio em vários endereços, mas sempre em Londres. Também tenho que admitir que frequentei muitos pubs (Christofoletti, 03 maio 2010).

Cotejando-se o texto de DC original com sua tradução em língua portuguesa⁴, saltam à vista as mudanças sociointerativas provocadas pelo fato de o texto traduzido estar dirigido ao leitor brasileiro e não àquele imaginado inicialmente pelo jornalista inglês. Observa-se que as pressuposições feitas pelo jornalista a respeito do conhecimento compartilhado por seus leitores algumas vezes se mantêm e em outras não.

Não se mantém no que se refere ao conhecimento dos estilos de cerveja. No texto em português a análise da pergunta retórica feita pelo jornalista muda sensivelmente. A pergunta, “Que tipo de cerveja

⁴ COGHLAN, Andy. Cerveja moderada ajuda a fortalecer os ossos, indica estudo. Disponível em: www.folha.uol.com.br/folha/. Acesso em: 08 fev. 2010.

deve ser bebido?”, deixa, como informação pressuposta, a existência de cervejas diferentes. No caso do Brasil, praticamente só são conhecidas do grande público dois: cerveja (clara) e cerveja preta. No que se refere às designações para elas, houve utilização de distintas estratégias tradutórias: manutenção do primeiro termo em inglês, com a utilização do termo *pale ale*; tradução literal para as designações baixo “teor alcoólico” e “feitas de trigo” e tradução aproximada: *stout beers* foi traduzido para “cervejas escuras” e *porter beers* para “cervejas pretas”. É bem provável que o leitor brasileiro tenha dificuldades para entender a diferença existente entre uma cerveja preta e uma cerveja escura e nunca tenha tomado uma cerveja feita de trigo. Contudo, com base na descrição fornecida de *pale ale*, o leitor pode imaginar como esse tipo de cerveja seria. Formalmente foram evitados os termos desconhecidos, via utilização de expressões possíveis na linguagem geral. Essa estratégia, porém, não facilitou a compreensão, pois permaneceram lacunas conceituais. Como quer que seja, do ponto de vista do português brasileiro, houve a introdução de *pale ale*, um neologismo por empréstimo.

Com relação aos demais termos utilizados no texto de DC original, foram observadas as seguintes traduções: *bone density* (primeira ocorrência) – densidade da massa óssea –; *bioavailable silicon* – silício biopraticável –; *bone mineral density* – densidade mineral dos ossos –; *bone density* – densidade da massa óssea – e *osteoporosis* – osteoporose. Na de termos médicos, predominou a literal, exceção feita para a primeira designação: abreviada no original e desenvolvida na versão em língua portuguesa. A escolha pela forma desenvolvida indica que, aos olhos do tradutor, a forma abreviada não seria facilmente compreendida pelo leitor brasileiro. Essa escolha contrasta com a efetuada para a tradução do termo *bioavailable silicon*. Em inglês, a expressão é relativamente transparente já que, pela análise de suas partes, pode-se entender que se trata de silício encontrável em seres vivos. O termo

traduzido além de ser bem menos compreensível, parece não ser utilizado pelas comunidades de pesquisadores brasileiros: pesquisando em sistemas de busca na internet, esse termo só aparece relacionado ao texto ora analisado.

Mesmo havendo essas escolhas terminológicas divergentes, grosso modo, os fenômenos de migração lexical ocorridos em língua inglesa são replicados na língua portuguesa via tradução. Deve-se alertar, contudo, que, caso não se levasse em consideração que o texto de DC, em língua portuguesa, é fruto de um fazer tradutório, ter-se-ia a falsa impressão de os termos terem migrado de e para modalidades da língua portuguesa. Na verdade, a migração de termos médicos especializados para a linguagem geral deu-se mediante neologismos por empréstimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua tese de doutorado, Araújo (2007) analisou a utilização de variantes sinonímicas em textos da área de Economia utilizados por alunos da graduação. Os dados foram surpreendentes: “No levantamento dos termos sinonímicos, observou-se que alguns conceitos apresentavam até oito denominações diferentes, o que demonstrava que a sinonímia era um fenômeno bastante relevante na área em questão” (2009). Dada tamanha variação, surgiu a hipótese de ela ser devida à tradução de textos originalmente escritos em inglês. Em pesquisa ulterior, Araújo (2009, s. p.) verificou que

[...] as séries sinonímicas podem advir, em hipótese, de diferentes fatores relacionados à tradução: (i) alguns propõem denominações vernáculas para conceitos advindos de outras línguas e ainda não denominados em português – e a isto se soma o fato de que outros tradutores podem fazer o mes-

mo, criando vários sinônimos para um mesmo conceito; (ii) outros tradutores propõem uma nova denominação por não conhecerem o termo vernáculo já consagrado pelo uso; (iii) há também aqueles que propõem uma denominação vernacula, conservando, entretanto, ao lado da denominação recém-criada, o termo estrangeiro que a originou.

A questão da tradução também se fez presente no texto de DC em português. A expressão *bioavailable silicion* foi traduzida para silício biopraticável, provavelmente uma idiossincrasia do autor, já que a forma não foi atestada em outros textos. Nessa ocorrência singular, os mesmos fatores que influenciaram a língua de especialidade se fizeram presentes no texto de DC. Se bem não se possa generalizar a partir de uma ocorrência singular, é necessário investigar mais a fundo a influência da tradução na criação de neologismos na língua portuguesa, tanto nas linguagens especializadas, quanto na linguagem geral, para o que se requer pesquisas qualitativas do tipo contrastivo e investigações sobre como são produzidos os gêneros jornalísticos que promovem a introdução de palavras e termos na língua portuguesa.

A análise ora apresentada, se bem limitada, mostra que fenômenos recorrentes nas linguagens especializadas também se fazem presentes na linguagem geral e que os textos de DC funcionam como portos de passagem, como espaços discursivos nos quais se encena a migração lexical. Como afirma Barbosa (2007, p. 433) e esta investigação evidencia, “uma mesma unidade lexical pode assumir os valores e as funções, ou de termo ou de vocábulo, conforme o universo de discurso em que se inscrevem”.

REFERÊNCIAS

ALSTRÖM, Bros. What the hell is a porter? *BeerAdvocate*, Boston, 13 dez. 2010. Disponível em: <http://beeradvocate.com>. Acesso em: 18 jun. 2010.

ARAÚJO, Mariângela de. *A elaboração de um dicionário terminológico da Economia: aspectos da sinonímia nos discursos especializados*. 2007. 136 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ARAÚJO, Mariângela de. *A tradução e a constituição de uma terminologia: algumas reflexões*. [s.d.]. Disponível em: http://www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/viiengtlex/pdf/resumos/Mariangela_Araujo.pdf. Acesso em: 18 jun. 2010.

BAMFORTH, Charles W.; CASEY, Troy R. Silicon in beer and brewing. *Journal of the Science of Food and Agriculture*, New York, v. 90, n. 5, p. 784-788, 2010. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jsfa.3884/abstract>. Acesso em: 6 jul. 2012.

BARBOSA, Maria Aparecida. Etno-terminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de atuação. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Maria Ieda (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. 3. Campo Grande: Editora UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 459-472.

BEER STYLES. In: BEERADVOCATE. [s.d.]. Disponível em: <http://beeradvocate.com>. Acesso em: 18 jun. 2010.

CHRÍSTOFOLETTI, João Fernando. *Res: informação sobre designações de tipos de cerveja em Londres*. Mensagem pessoal enviada por e-mail em 2 maio 2010.

COGHLAN, Andy. Ale is good, make no bones about it. *NewScientist*, Londres, 8 fev. 2010. Disponível em: <http://www.newscientist.com/article/dn18491-ale-is-good-make-no-bones-about-it.html>. Acesso em: 8 fev. 2010.

COGHLAN, Andy. Cerveja moderada ajuda a fortalecer os ossos, indica estudo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 fev. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u691034.shtml>. Acesso em: 6 jul. 2012.

KILIAN, Cristiane Krause. *A retomada de unidades de significação especializada em textos em língua alemã e portuguesa sobre gestão de resíduos: uma contribuição para a tradução técnico-científica*. 2007. 247 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MEDICINENET.COM. [s.d.]. Disponível em: <http://www.medterms.com>. Acesso em: 22 maio 2010.

PORTER. In: *Wikipédia*. [s.d.]. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Porter>. Acesso em: 22 maio 2010.

POWELL, Jonathan *et al.* Dietary silicon intake is positively associated with bone mineral density in men and premenopausal women of the Framingham Offspring Cohort. *Journal of Bone and Mineral Research*, v. 19, n. 2, p. 1-30, 2004.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Usos de termos do ramo cervejeiro na mídia escrita. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 28, p. 180-199, jan./jun. 2011a.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Metáforas pedagógicas e metáforas éticas em textos de divulgação científica. *Linguística*, Montevideu, v. 26, p. 112-138, 26 dez. 2011b.

SINCLAIR, John (ed.). *Collins Cobuild English Dictionary*. Great Britain: HarperCollins Publishers, 1995.

PROJETO PORPOPULAR, FREQUÊNCIA DE VERBOS EM PORTUGUÊS E NO JORNAL POPULAR BRASILEIRO*

*Maria José Bocony Finatto***

Todos nós temos a impressão de que a liberdade na utilização das palavras é absoluta, que as restrições na escolha das palavras são inexistentes e que as nossas possibilidades são ilimitadas (André Clas, 1994).

As palavras não ocorrem aleatoriamente em um texto (R. Harald Baayen, 1996).

INTRODUÇÃO

As palavras que perfazem o todo de um texto escrito, sob um olhar ingênuo, parecem ter sido ali colocadas apenas em função de um livre arbítrio do seu redator. Entretanto, descontando-se, talvez, alguns usos obrigatórios de palavras associadas a um dado tema sobre o qual se escreva e as palavras que se precisa usar para manter a língua minimamente reconhecível em suas regras gramaticais mais

* Registro o meu muito obrigada ao CNPq pelo apoio e bolsas e a todos do NILC-ICMC-USP, especialmente Carolina E. Scarton e Sandra Aluísio, pela parceria e apoio estatístico no estudo sobre verbos no DG e em outros *corpora*.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Depto. de Linguística, Filologia e Teoria Literária, Porto Alegre - RS - pesquisador CNPq, maria.finatto@ufrgs.br.

básicas, a seleção das palavras acaba mostrando-se como resultado de toda uma série de obrigatoriedades. Desse modo, a autonomia de uso de um dado vocabulário, em um texto escrito qualquer, parece que será sempre relativa. Aqui vemos a fronteira entre o léxico e a gramática, pois há faixas de escolhas mais e menos livres e faixas de obrigatoriedades, se quisermos nos fazer entender por nosso leitor.

Supondo um *continuum* do mais obrigatório ao mais livre quanto à escolha de palavras para um texto escrito, podem ser colocados vários questionamentos sobre a configuração, natureza e quantidades das palavras empregadas em diferentes situações de escrita e de comunicação. Por exemplo, haveria como afirmar que, via de regra, há uma dada proporção, mais ou menos constante, de uso de verbos, de adjetivos ou de preposições num dado tipo de texto? Haveria como depreender, verificado um dado padrão de uso de uma palavra X ou de uma classe de palavra determinada, que conjunto de condições estabeleceria a sua presença maior ou menor em um dado universo textual?

Nesse questionamento, que tem embutido em si o desejo de alguma previsibilidade para além de uma descrição, há a necessidade, antes de qualquer coisa, de confirmar se existe, mesmo, algum padrão ou pelo menos alguma frequência reiterada de uso de uma dada palavra ou expressão (o que incluiria reconhecer padrões de não uso) em um dado *corpus* ou *corpora*. Ao partir dessas ideias, este capítulo visa justamente: a) apresentar uma pesquisa, em andamento, sobre o texto do jornal popular brasileiro no que tange ao vocabulário empregado, o Projeto PorPopular; b) trazer, a título de ilustração, pequena amostra do perfil quantitativo e qualitativo de uso de verbos no jornal popular frente ao jornal tradicional e frente a outros tipos de texto.

Algumas questões nos guiam – e assombram – uma é, por exemplo, a seguinte: haveria uma proporção de verbos que diferen-

ciasse os textos escritos em português de acordo com diferentes tipos de texto? Ao tentar enfrentar a pergunta, estamos cientes de que há toda uma série de fatores complexos envolvidos no processo nada singelo de se escolher dizer ou escrever uma palavra e não outra, sem contar as condições para uma maior “verbosidade” ou maior “adjetivação”, sendo importante não perder de vista que há toda uma exterioridade constitutiva do texto envolvida aqui. Permeando as escolhas das palavras a usar, estão as condições de produção do texto, elementos pragmáticos, finalidade do texto, suposições e pressuposições de conhecimento do leitor, etc. Ademais, o que está mobilizado em termos de palavras e de classes de palavras escritas importa tanto quanto o como essa mobilização está posta, quando e como as palavras foram arranjadas ou organizadas, incluindo-se aqui a sua ordem em frases, ênfases, preferência por voz ativa ou passiva, modalizações diversas, tempos verbais, etc. Enfim, há aqui toda uma amplitude envolvida, e nosso propósito, frisamos, é apenas o de estimular a curiosidade de quem pretenda aventurar-se a explorar o universo lexical de um texto tal como o do texto do jornal popular brasileiro.

Dito isso, explicitamos a organização que segue este texto. Primeiro, na seção 1, há uma brevíssima apresentação do Projeto PorPopular. Depois, alguns trabalhos pré-existentes sobre frequência de verbos em *corpora* e uma pequena amostra de dados do nosso *corpus*. Por fim, considerações sobre os indicativos e limites da observação sobre verbos, concluindo-se com perspectivas para estudos futuros a partir do que já se oferece no *website* da pesquisa.

1. SOBRE A PESQUISA PORPOPULAR

O projeto PorPopular (<http://www6.ufrgs.br/textecc/porlebras/porpopular/>) envolve a descrição e estudo de padrões do vo-

cabulário de textos de jornais diários populares brasileiros voltados para públicos de menor poder aquisitivo e menor hábito de leitura, tomando como objeto de estudo o jornal *Diário Gaúcho* (DG), apenas em sua versão impressa¹.

Esse tipo de jornal, aparentemente, constitui uma nova variedade, intermediária entre o jornal popular sensacionalista ou de cunho jocoso e o jornal tradicional, dirigido às camadas mais letradas e abastadas da população. Segundo Amaral (2006), a partir de 2000, um novo conceito de jornal popular busca proximidade e empatia com o público-alvo, caso do DG, o que lhe confere um “tom” diferenciado (Silva; Finatto, 2009).

A descrição e os estudos do Projeto foram feitos à luz de referenciais teórico-metodológicos da Linguística de *Corpus* (Berber Sardinha, 2004), havendo uma tendência bastante forte para o tratamento estatístico do vocabulário dos textos. A investigação, em diferentes etapas, contou com apoio do CNPq, do programa PIBIC-UFRGS/CNPq e com auxílio da Secretaria de Ensino a Distância (SEAD-UFRGS).

Para começar, partimos do pressuposto de que o texto desse tipo de jornal integraria um uso específico da língua portuguesa, que denominamos, provisoriamente, *Português Popular Escrito*. Por *vocabulário*, entendemos o conjunto geral de palavras que conforma um dado uso da língua, sem distinguir entre itens gramaticais e itens lexicais ou vocabulário ativo ou passivo, tipos de palavras e formas/flexões de palavras. Esse vocabulário foi observado em termos de frequências e de distribuição e uso de formas ao longo de um *corpus*

¹ Pelo que pudemos apurar, a versão *on-line* do DG tem várias diferenças em relação à versão impressa, inclusive pela seleção lexical. Como a circulação da versão impressa chega a atingir 150 mil exemplares por dia, preferimos essa versão para estudo, apesar da maior dificuldade para a geração do *corpus*.

de estudo, *corpora* de contraste e de *corpora* de referência. Quanto ao nosso entendimento sobre padrões, consideramos distribuições de uso recorrentes e também as construções e combinatórias de palavras reiteradas ao longo do *corpus*, contrastando-se frequências e distribuições com outros tipos de *corpora*.

Considerando que a grande maioria das pesquisas em *corpora* sobre vocabulário, sobre neologismos, outros elementos mórficos ou gramaticais da língua portuguesa, feitas no Brasil até hoje, não utilizaram materiais do jornalismo popular, identificamos uma lacuna de conhecimento. Assim, objetivamos também o oferecimento gratuito e *on-line* de dados desse *corpus*, incluindo o acesso a ele mesmo. A Figura 1 a seguir traz a tela de abertura do *site* em que se oferecem vários desses dados. Na guia “Experimente”, por exemplo, é possível explorar as edições do jornal mediante palavras de busca, observar sua inserção em frases e obter listas de palavras de uma edição completa ordenadas alfabeticamente ou por frequência.

Figura 1. Tela inicial do PorPopular em
www6.ufrgs.br/textecc/porlexbras/porpopular



O *corpus* inicial foi uma amostra seriada de edições diárias dos 12 meses do ano de 2008 do jornal. Mais adiante, esse *corpus* acabou sendo complementado por um semestre de amostra do ano de 2009 e por alguns meses do ano de 2010. O material textual do jornal foi cedido, com a devida autorização, para armazenamento, compartilhamento e publicação *on-line*. Com o auxílio de sistemas informatizados e das ferramentas gratuitamente disponíveis no *site* do grupo TextQuim(<http://www6.ufrgs.br/textquim/index.php>), foram observadas as palavras mais frequentes, mês a mês, em amostras que incluíram, a cada mês, dez diferentes dias da semana. Quando pronta, a lista de frequências (*wordlist*) trouxe informações sobre a quantidade de palavras (*tokens*) e as diferentes formas como cada palavra se repete (*types*).

A partir das *wordlists*, foi feita a comparação do *corpus* DG com dados de padrões de vocabulário colhidos do Banco do Português (<http://www2.lael.pucsp.br/corpora/bp/>), um *corpus* de linguagem geral do Brasil, que possui mais de 120 milhões de palavras (tomando como base o ano 2000). No contraste feito, percebemos que as palavras mais frequentes (*de, a, o, e, que*) se repetiam em ambos os *corpora*, variando apenas a sua posição no *ranking* das mais empregadas.

Além disso, foram feitos contrastes com padrões de vocabulário do jornal *Zero Hora* (ZH), publicado pela mesma empresa do DG e dirigido a um público de maior poder aquisitivo. O contraste teve três etapas: primeiro, a partir das listas de palavras de cada *corpus*; em seguida, com as combinações de palavras mais frequentes (*n-gramas*) em cada um e, por fim, com textos sobre um mesmo assunto publicados nos dois jornais. O paralelo entre as *wordlists* do DG e ZH mostrou que, tal como na comparação com o Banco do Português, não houve diferença significativa entre as palavras gramaticais mais frequentes (*de, a, o, e, que*).

Assim, em termos de unidades gramaticais, no que se refere às presenças mais básicas, vimos que o texto escrito do *DG* – descontada a parte de imagens e ilustrações da publicação – não diferia muito de outros textos de jornal. As diferenças ficavam mais por conta da seleção lexical e das palavras lexicais mais empregadas. No caso do *DG*, a palavra mais presente é *vaga(s)*, principalmente no sentido de ‘emprego’/‘trabalho’. Além disso, o tamanho de frase tende a ser bastante curto no *DG*, se comparado, por exemplo, ao jornal *ZH*.

Um outro destaque do trabalho feito até agora é o que se pode visualizar a partir da guia “Hierarquias de conceitos”. Nesse ponto, vemos uma parceria com colegas do grupo de PLN da PUC-RS e o oferecimento da representação dinâmica do conteúdo do *corpus* no ano de 2008. São sintagmas dispostos em uma grande árvore de relações que permite ver todo um relacionamento das palavras que estão nos textos do *DG*.

2. ALGUNS RESULTADOS – FREQUÊNCIAS DE PALAVRAS NO JORNAL DIÁRIO GAÚCHO

Antes de apresentar alguns dos nossos dados, para haver um termo de comparação, é conveniente alguma perspectiva de trabalhos pré-existentes. Sem poder trazer vários, resgatamos dois importantes.

2.1. M. T. C. Biderman – de 1978 a 2001

A partir do trabalho pioneiro de Maria Tereza C. Biderman sobre perfis frequenciais do vocabulário do português do Brasil, realizado em 1978 (Biderman, 1978), percebe-se um quadro inicial de investigações sistemáticas, especialmente quantitativas, sobre o léxico. Com esse trabalho, também é possível depreender como se coloca-

vam, no panorama da Linguística brasileira dos anos 70, a Estatística Lexical, em particular, e a Lexicologia, em geral. São dessa obra as seguintes constatações:

Considerando a língua como entidade abstrata ou conjunto de possibilidades, então os dados qualitativos se superpõem aos quantitativos porque o sistema de inter-relações e oposições preexiste a seu emprego. Daí dizer-se que a frequência das unidades nada tem a ver, em princípio, com a estrutura da língua, que se sustenta unicamente por sua coesão interna. Nesse sentido a Matemática não consegue descobrir estruturas ou apreender significações, mas proporcionar magnitudes, relações de magnitudes e distribuições.

[...] Ora, se a frequência não influi no sistema enquanto tal, pode influir no seu dinamismo e no seu vir-a-ser – já se provou que há estreita relação entre frequência e desgaste de formas. Por isso o estudo quantitativo é desejável não só para compreensão da deriva da língua como também do próprio equilíbrio do sistema e da dinâmica inerente a ele.

[...] Não é propriamente uma teoria da linguagem, mas uma seleção daqueles aspectos teóricos necessários para o tratamento estatístico e computacional do léxico. Por exemplo, um dos problemas teórico-práticos cruciais do lexicólogo que quer utilizar o computador é saber decidir-se pela unidade léxica básica – aquela entidade conhecida como palavra no âmbito das línguas indo-européia. Este é um dos tópicos a que a Professora Biderman deu bastante atenção (Borba, 1978, apresentação in Biderman, 1978, p. IX-XI).

[...] nos discursos individuais, orais ou escritos, ou em qualquer corpus lingüístico, notam-se, portanto certas constantes na distribuição dos signos. De maneira geral qualquer texto evidencia o mesmo tipo

de distribuição léxica, para falar apenas nesse nível dos signos lingüísticos. Assim, seguindo a ordem de distribuição das palavras das mais altas às mais baixas frequências, verifica-se que as formas usadas mais frequentemente são os vocábulos gramaticais; [...] seguidos de palavras de uso menos e menos frequente, em escala descendente. Chega-se, enfim, a palavras específicas, cuja frequência diferirá de texto para texto, até atingirmos os “hápax legomena” que caracterizam cada *corpus* lingüístico em particular, só havendo coincidência entre eles esporadicamente (Biderman, 1978, p. 9).

Em 2001, seu livro de 1978 tem nova edição, com reformulações e omitida a apresentação do Prof. Francisco da Silva Borba (Biderman, 2001). Mas, antes disso, em 1998, a autora já relatava como se deu o processo de composição do seu *Dicionário de frequências do léxico do português brasileiro contemporâneo*, obra, infelizmente, nunca publicada na íntegra.

Tendo organizado um *corpus* de 5 milhões de palavras com textos publicados entre os anos de 1950 e 1990, Biderman relata que apenas 42.212 palavras diferentes compunham o *corpus*, tendo sido excluídos nomes de pessoas e de lugares. Além disso, a maciça maioria de palavras era composta por palavras gramaticais ou instrumentais, verbos auxiliares e modalizadores. Nesse universo de 5 milhões de palavras, feito de textos escritos de diferentes tipos, temos notícia de que havia 6 mil verbos. Não fica claro se seriam 6 mil ocorrências de verbos ou se seriam 6 mil tipos de verbos diferentes, considerando a sua forma infinitiva canônica. Valendo a primeira opção, os verbos representariam, no seu conjunto, uma fatia de 12% do *corpus*. Além disso, Biderman (1998) informa que:

a) cerca de 42% do total de ocorrências do *corpus* é constituído por pouco mais de mil palavras, sendo essas as mais frequentes na língua; b) 80% de qualquer texto é constituído por essas mil palavras mais frequentes; e, c) **os verbos têm estatuto diferenciado nesse *corpus*** (Biderman, 1998, p. 166-171, grifo nosso).

Quanto aos 20 verbos mais utilizados, há a seguinte informação que vemos aqui no Quadro 1:

Quadro 1. Os 20 verbos mais frequentes no *corpus* de 1950-1990

Ranking	Verbo: forma lematizada/infinitivo	Número de ocorrências
1º	ser	50.222
2º	ter	34.586
3º	ir	28.965
4º	estar	27.746
5º	poder	16.593
6º	dizer	15.445
7º	haver	15.004
8º	fazer	14.279
9º	dar	10.792
10º	ver	10.391
11º	saber	10.247
12º	querer	9.986
13º	ficar	8.605
14º	achar	7.980
15º	dever	7.758
16º	falar	5.259
17º	chegar	4.628
18º	precisar	4.039
19º	começar	3.596
20º	olhar	3.383

Fonte: Biderman, 1998, p. 172.

Embora alerte que não tenha feito experimentos comprobatórios, a autora acredita que, seguindo um trabalho para o francês que organizou *corpus* semelhante ao seu em termos de fontes textuais, é muito provável que esses 20 verbos sejam os mais frequentes no português do Brasil, independentemente do tipo de texto e até do fato de se tratar de linguagem oral ou escrita.

Conforme a autora,

A lista dos verbos mais freqüentes é encabeçada pelos auxiliares **ser**, **estar**, **ter**. Até o verbo **ir** registrou um elevado número de valores modais e aspectuais, razão para estar também nos primeiros lugares da hierarquia dos verbos usuais. Constan nessa lista ainda verbos modalizadores como **poder**, ou vicários, e/ou suportes como **fazer**, **dar**; entre os de significação plena apenas **dizer**, **falar**, **olhar** e **ver** (Biderman, 1998, p. 174).

Além disso, Biderman comenta que

O curioso a respeito desses verbos é que os totais de ocorrências são determinados apenas por umas tantas formas do verbo, como já constatamos em um verbo de altíssima freqüência como *querer*. Essas formas são sempre as mesmas flexões de tempo, modo e pessoa: o infinitivo, o gerúndio, as 3as. pessoas do singular do presente e do pretérito perfeito e imperfeito; a seguir, são mais freqüentes: as 3as. pessoas do plural dos mesmos tempos e na mesma seqüência. Em uns raros verbos a primeira pessoa do singular do presente e do pretérito perfeito ocorre muitas vezes. Todas as demais formas do paradigma verbal têm freqüência muito baixa (1,2) ou nula. Pode-se concluir que a virtual possibilidade de 74 formas para os 6 mil verbos da língua portuguesa registrados nesse *corpus* não passa de virtualidade. Essa potencialidade não ocorre jamais nem mesmo

com aqueles vinte verbos de altíssima frequência. **Essa constatação permite asseverar que é preciso rever integralmente a questão do ensino de conjugações verbais nas escolas primárias e secundárias para falantes nativos e também o ensino do verbo para estrangeiros** (Biderman, 1998, p. 174, grifo nosso).

2.2. R. I. Nascimento – 2001

No trabalho de R. I. Nascimento (2001), cujo título é *O vocabulário dos estudantes universitários: um estudo com base em redações de vestibular*, ainda que não haja uma pesquisa centrada em verbos ou mesmo em *corpora* especializados, há uma exemplar incursão sobre aspectos quantitativos do léxico do português brasileiro. Ademais, são feitos contrapontos com os trabalhos de Biderman antes citados. A abertura do trabalho, bastante afinada com o que está na introdução deste texto, resume muito bem o tipo de enfoque a ser empreendido, tanto que é aqui reproduzida:

Quando se trata de falar, ou de escrever, quem já parou, por exemplo, para pensar no número de palavras que utiliza diariamente? Em como este número difere de acordo com as pessoas, situações, lugares, atividades, ou mesmo normas de conduta a que os indivíduos estão sujeitos? Será verdade o que propaga o senso comum sobre as mulheres serem mais tagarelas e que, por isso, seus textos escritos tendem à prolixidade? Ou então, que os jovens da atualidade possuem, de fato, um repertório vocabular bem reduzido e não dominam o padrão escrito culto da língua? (Nascimento, 2001, p. 1).

Lembrando que, em 2001, já havia instrumentos computacionais muito facilitados para auxiliar a observar quantas e quais palavras há num

texto, a autora frisa que, mesmo quando os recursos ainda não eram acessíveis, desde a época de Ullmann (1964), reconhecia-se a validade de enfoques estatísticos do vocabulário. Entretanto, conforme salienta, também esse autor reconhecia, em 1964, que poucos linguistas estariam em condições de acompanhar uma matematização mais estrita acoplada às suas investigações. Não obstante, a informatização e o desenvolvimento de enfoques combinados entre estudos do léxico e de Estatística já tinham rendido vários frutos até os anos 2000. Por isso, a autora declarava que a “Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia, três áreas do saber ligadas ao léxico, foram as que mais se beneficiaram dos refinamentos tecnológicos de que atualmente dispomos, fazendo que fossem abertas novas portas a pesquisas que contam com grandes bases de dados linguísticos” (Nascimento, 2001, p. 2).

Ao trazer um quadro sobre trabalhos na linha tecnológica e estatística, essa autora, com justeza, também assinala o pioneirismo de Biderman e registra que é dela o ensinamento de que “mediante resultados da Estatística Léxica ou Léxico-estatística, podem-se fazer uma série de previsões e constatações sobre o funcionamento da língua e sobre os elementos gramaticais presentes nos discursos orais ou escritos” (Nascimento, 2001, p. 3).

Para realizar a sua pesquisa com redações de vestibulandos, Nascimento (2001) apoiou-se nos trabalhos desenvolvidos em Lisboa pelo VPF (Vocabulário do Português Fundamental), em 1987, e nas pesquisas desenvolvidas por Biderman, no Brasil, por ocasião da elaboração do *Dicionário de frequências do léxico do português contemporâneo*, publicadas em alguns artigos e em livro.

Nascimento (2001, p. 61) buscava uma resposta científica para uma constatação impressionística - mas recorrentemente referida: a de que o vocabulário utilizado nas redações de vestibulandos seria muito pobre para o nível de cultura que se esperava de redatores com

escolaridade equivalente ao Ensino Médio completo. Ao procurar refutar ou confirmar tal impressão, acabou reunindo e descrevendo um rico *corpus* e realizando comparações entre seus achados e os registros do *Dicionário* de Biderman, o qual, como já citado, abarcava um *corpus* de 5 milhões de palavras.

Nascimento (2001), assim, explorou 450 redações de vestibulandos aprovados para ingresso no ensino superior em 1999. O conjunto de textos corresponde a um universo de 113.638 palavras, sendo: 53.238 palavras de redações de candidatos com ingresso em instituição particular e 60.400 em uma universidade pública. O quadro a seguir oferece uma boa noção geral sobre os dados do vocabulário manifestado pelos universitários em seus textos, considerando faixas de frequência e tipos de palavras:

Quadro 2. Distribuição por intervalos de frequência: alta, média e baixa

Frequência Alta F ≥ 20	Frequência Média F 10 a 19	Frequência Baixa F 1 a 9
691 unidades (470 plenas e 221 instrumentais)	605 unidades (537 plenas e 68 instrumentais)	9.855 unidades (9.778 plenas e 77 instrumentais)
84.879 ocorrências	8.083 ocorrências	20.676 ocorrências

Fonte: Nascimento, 2001, p. 84.

As cinco palavras mais frequentes são *de*, *que*, *e*, *a* e *o* e seu emprego representa, sozinho, 17% do total do *corpus*. Uma representação que bem sintetiza a diferença de observações entre Nascimento (2001) e Biderman (1978) é a que se pode conferir no próximo quadro:

Quadro 3. Comparativo da distribuição geral das palavras nos dois *corpora*

DICIONÁRIO DE FREQUÊNCIAS (DIF) <i>Corpus 5 milhões</i>	VOCABULÁRIO DOS ESTUDANTES (VEU) <i>Corpus 113.638</i>
Frequência 1078 palavras mais frequentes: 42% outras palavras: 58%	Frequência 100 palavras mais frequentes: 51,3% 359 palavras mais frequentes: 66,7%
Número de unidades 42.212 unidades léxicas diferentes 10.452 unidades de frequência 1 (25%)	Número de unidades 11.151 unidades léxicas diferentes 5.813 unidades de frequência 1 (52%)

Fonte: Nascimento, 2001, p. 94.

Quanto aos 20 verbos mais utilizados, a autora nos traz a seguinte comparação:

Quadro 4. Comparativo dos vinte primeiros verbos

20 verbos mais frequentes Dicionário Biderman	20 verbos mais frequentes Vocabulário redações
1º: ser [50.222], 2º: ter [34.586], 3º: ir [28.965], 4º: estar [27.746], 5º: poder [16.593], 6º: dizer [15.445], 7º: haver [15.004], 8º: fazer [14.279], 9º: dar [10.792], 10º: ver [10.391], 11º: saber [10.247], 12º: querer [9.986], 13º: ficar [8.605], 14º: achar [7.980], 15º: dever [7.758], 16º: falar [5.259], 17º: chegar [4.628], 18º: precisar [4.039], 19º: começar [3.596], 20º: olhar [3.383].	1º: ser [3.770], 2º: ter [1.006], 3º: estar [702], 4º: poder [567], 5º: fazer [414], 6º: haver [330], 7º: ver [293], 8º: vir [254], 9º: saber [251], 10º: viver [239], 11º: dever [238], 12º: ir [231], 13º: dizer [214], 14º: mostrar [183], 15º: possuir [159], 16º: existir [148], 17º: chegar [147], 18º: comemorar [139], 19º: descobrir [134], 20º: dar [130].

Fonte: Nascimento, 2001, p. 95.

Os verbos em comum são 13: *ser, ter, estar, poder, fazer, haver, ver, saber, dever, ir, dizer, chegar* e *dar*. Conforme alerta Nascimento, o conjunto desses 20 verbos, em suas flexões, foi lematizado e, portanto, o número de ocorrências de cada uma das formas inclui todas as flexões existentes no *corpus*. O total de frequência desses 20 verbos é de 9.549 ocorrências, o que corresponde a 8,4% do *corpus* (113.638). Infelizmente, a autora não indica o quanto percentual corresponde o total do uso de verbos em meio ao todo do *corpus*.

Por fim, no que tange a uma observação mais geral sobre a incidência de verbos ao longo do *corpus* de Biderman (1978) e o de Nascimento (2001), vale registrar a seguinte observação:

[...] “todos” os verbos cuja ocorrência é maior na literatura tecnocientífica e na literatura jornalística – *ser, ter, ir, poder* e *dever* – também são os mais frequentes no vocabulário dos estudantes. Isso faz supor que esses cinco últimos verbos provenientes das literaturas tecnocientífica e jornalística sejam indispensáveis a qualquer tipo de texto, justificando-se, pois, a sua presença significativa no vocabulário dos ingressantes universitários (Nascimento; Isquardo, 2003, p. 76).

2.3. O verbo no *Diário Gaúcho*

Com apoio do listador de palavras TextQuim (<www.ufrgs.br/textquim>, Caixa de Ferramentas), do programa Wordsmith Tools 3.0 (Scott, 2001) e do etiquetador morfossintático MXPOST, criado para o português do Brasil por pesquisadores do NILC (Aires *et al.* 2000), foram verificadas as frequências e percentuais de verbos em relação ao número total de palavras no *Corpus PorPopular – Diário*

Gaúcho – amostra 06 meses – edições completas de 2008 – versão impressa, esse *corpus* atinge 974.672 palavras.

O etiquetador MXPOST, originalmente concebido para o inglês (Ratnaparkhi, 1996), foi adaptado para lidar com o português do Brasil por Aires *et al.* (2000). Segundo o *site* do projeto Lácio Web, um repositório de *corpora* e de recursos para sua exploração (<http://www.nilc.icmc.usp.br/lacioweb/>), a melhor precisão para esse etiquetador, ao lidar com textos dos diferentes cadernos do jornal *Folha de São Paulo*, foi de 96,98% no Caderno Agrofolha, que é bastante padronizado e com vocabulário restrito; a pior foi de 94,39% no caderno MAIS, caderno com textos literários e analíticos e vocabulário diversificado. Escolhemos esse sistema em função de sua precisão previamente testada e do acesso gratuito no *site* do NILC, Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional da USP (<http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/index.html>).

Abaixo, está um exemplo das etiquetas atribuídas pelo MXPOST como Verbo (*Verb*) a um trecho de uma notícia do *DG*. Depois do trecho, aparece o que o MXPOST retornou da marcação, com destaque em negrito para os verbos – pois todas as classes estão identificadas (ADV= advérbios, ART= artigos, etc.).

Nossa intenção **é trabalhar** mais forte nessas áreas. De dez dias para cá, **começaram** a **ocorrer** mais crimes nessa região. **Vamos remanejar** policiais e, em alguns momentos, **haverá** ações específicas nos ônibus – **prometeu** o comandante do 31º BPM, major Marcelo Mello. Ontem, às 6h40min, dois homens **ingressaram** no micro-ônibus da linha Guaíba-Porto Alegre, **pediram** para os passageiros **abaixarem** a cabeça e **executaram** Everton Dias de Azambuja, 19 anos. (12 verbos)

Nossa_NP intenção_NP é_VERB trabalhar_VERB
 mais_ADV forte_ADJ nessas_PREP+PD áreas._N
 De_PREP dez_NUME dias_N para_PREP cá,_N
 começaram_VERB a_PREP ocorrer_VERB mais_
 ADV crimes_ADJ nessa_PREP+PD região._N
 Vamos_VERB remanejar_VERB policiais_N e,_
 em_PREP alguns_ADJ momentos,_N haverá_
 VERB ações_N específicas_ADJ nos_PREP+ART
 ônibus_ADJ -_N prometeu_VERB o_ART coman-
 dante_N do_PREP+ART 31ª_NUME BPM,_ART
 major_N Marcelo_NP Mello._NP

Ontem,_ADV às_PREP+ART 6h40min,_NUME
 dois_NUME homens_N ingressaram_VERB
 no_PREP+ART micro-ônibus_N da_PREP+ART
 linha_N Guaíba-Porto Alegre,_NP pedi-
 ram_VERB para_PREP os_ART passageiros_N
 abaixarem_VERB a_ART cabeça_N e_CONJ exe-
 cutaram_VERB Everton_NP Dias_NP de_PREP
 Azambuja,_NP 19_NUME anos._N (12 verbos)

Pelos trechos acima, vê-se que, dos **12** verbos que havia no segmento, o sistema MXPOST acertou **12**, o que nos dá uma precisão de 100%. De modal igual, a cobertura dos itens assinalados foi de 100%. *F-Measure* (a média entre essas duas medidas), neste caso, também é 100%. Aqui tem-se uma situação ideal. Esse desempenho tão bom, conforme registros dos criadores do sistema para o português (Aires *et al.*, 2000), deve-se ao fato que ele foi “treinado” justamente com um *corpus* de textos jornalísticos. Esse treinamento, em Processamento da Linguagem Natural (PLN), é denominado *Aprendizado de Máquina* e envolve a percepção de vários padrões associados aos usos de palavras em um *corpus*, que precisará ser grande o suficiente para que variações repetidas sejam percebidas automaticamente.

No começo deste texto, perguntávamos se haveria uma quantidade mais ou menos fixa para o uso de verbos em um texto. O quadro, a seguir, apresenta os dados de três *corpora*, o tamanho de palavras de cada *corpus* (Tamanho), a ocorrência bruta de verbos em cada um (Verbos) e sua proporção de verbos em relação ao número de palavras (%verb/pal). Como contraste, um pequeno conjunto de textos da revista *Super Interessante* que tratam de algum assunto relacionado à Química e o *corpus* PLN-Gold, formado por 1.024 textos de notícias do jornal *Folha de São Paulo* (Bruckschen *et al.*, 2008) e o nosso *corpus* DG de 2008 (Dgimpresso):

Quadro 5. Ocorrências de verbos e percentuais nos diferentes *corpora*

Textos	Tamanho	Verbos	%verb/pal
Dgimpresso	974.672	155.266	15,93
RevSuperInt	59.585	9.224	15,48
PLNGold	338.441	51.306	15,16

Nesse conjunto de textos jornalísticos, nos três *corpora*, temos uma média percentual de 15,43% de verbos em relação ao número de palavras dos textos. Ao que parece, há uma tendência para ser este o tamanho da “fatia” de verbos em um texto do tipo jornalístico nesse universo em foco. E, um dado interessante, é que vemos uma tendência para que esse percentual seja mais ou menos estável em outros grupos de textos de jornais que já examinamos preliminarmente.

O DG, embora se coloque como algo *a priori* diferenciado, visto que compõe um novo gênero de jornal, segue o mesmo padrão quantitativo do jornal tradicional quanto à presença de formas verbais (média de 15%). Aqui vale destacar que temos, nessa comparação, o jornal *Folha de São Paulo*, bastante associado com um público de alta escolaridade e elevado poder aquisitivo (classes econômicas A

e B), um jornal dirigido a leitores de menor poder aquisitivo, o *DG* (classes B, C e D), e textos da revista *SuperInteressante*. Esses últimos são bastante curtos, têm como público jovens leitores, especialmente estudantes do Ensino Médio e tendem a um perfil de leitores de classe média (classes A e B). Além disso, as formas verbais *é, ser, são, está, tem* e *pode*, nesta ordem, foram as mais utilizadas em todos os três *corpora* com distribuições diferenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Ao longo do estudo com verbos no *DG*, e também com adjetivos² e outros elementos (inclusive elipses) (Finatto; Scarton; Rocha; Aluísio, 2011), encontramos vários trabalhos relacionados à prospecção lexical em *corpora*. Um trabalho que deve ser mencionado, na linha de comparação entre jornais populares e tradicionais, é o de Oliveira (2009). No entanto, ainda são poucos aqueles específicos sobre aspectos quantitativos/estatísticos do uso de verbos. É a essa lacuna que pretendemos nos dedicar, especialmente no território das construções recorrentes com verbos. Além disso, vemos a necessidade de também categorizar os verbos – e também adjetivos e outros elementos – identificados ao longo dos diferentes tipos de texto desse jornal, tal como em reportagens, notícias e colunas assinadas. Do mesmo modo, fica a curiosidade em verificar se esse percentual de uso de verbos, em torno de 15%, manter-se-ia quando examinarmos o texto de jornais populares de linha jocosa, como, por exemplo, o jornal *Diarinho* (<http://www.diarinho.com.br/>), ou mesmo quando consideramos jornais do mesmo segmento, como o *Massa!*, publicado em Salvador/BA.

² Em Finatto, Scarton, Rocha e Scarton (2011), vimos, por exemplo, que o *DG* exhibe menos adjetivos que um jornal tradicional, o *ZH*, o que contraria expectativas sobre um estilo, em tese, mais “emotivo” do jornal popular. Esse trabalho está disponível no *site* PorPopular.

De todo modo, acreditamos que o projeto PorPopular, no que já reúne e oferece no seu site, cumpre um importante papel. Esperamos que os colegas dos estudos do léxico se interessem por ele e que se sintam estimulados a outras explorações com os textos de jornais populares brasileiros. Um produto do PorPopular é o protótipo do Dicionário de Português como Língua Estrangeira, alimentado com o corpus DG (<http://www6.ufrgs.br/letras/dicionarioportuguesle/>), cobrindo, por hora, o recorte temático “futebol”. Por fim, reiteramos o mérito dos trabalhos da saudosa colega M.T.C. Biderman aqui citados, pioneira da estatística lexical e do trabalho com *corpora*, que muito deixou para ser comparado sobre o uso de verbos no português do Brasil. Esperamos que, algum dia, seu Dicionário de Frequências do Português possa ser publicado.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Rachel Virginia Xavier *et al.* Combining multiple classifiers to improve part of speech tagging: a case study for Brazilian Portuguese. *In: BRAZILIAN AI SYMPOSIUM (SBIA)*, 2000. *Proceedings...* [S. l.]: SBIA, 2000. p. 20–22.
- AMARAL, Marcia Franz. *Jornalismo popular*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BAAYEN, R. Harald. The effects of lexical specialization on the growth curve of the vocabulary. *Computational Linguistics*, Cambridge, v. 22, n. 4, dez. 1996.
- BERBER SARDINHA, Tony. *Linguística de corpus*. Barueri: Manole, 2004.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2001.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico e vocabulário fundamental. *Alfa*, São Paulo, v. 40, p. 27–46, 1996.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A face quantitativa da linguagem: um dicionário de frequências do português. *Alfa*, São Paulo, n. 42, p. 161–181, 1998.

BRUCKSCHEN, Mírian *et al.* Anotação linguística em XML do Corpus PLN-BR. São Carlos: Série de Relatórios do NILC (NILC-TR-09-08), jun. 2008. 39 p. Relatório.

CLAS, André. Collocations et langues de spécialité. *Meta*, Montreal, v. 39, n. 4, p. 576–580, dez. 1994.

FINATTO, Maria José B. *et al.* Características do jornalismo popular: avaliação da inteligibilidade e auxílio à descrição do gênero. In: BRAZILIAN SYMPOSIUM IN INFORMATION AND HUMAN LANGUAGE TECHNOLOGY, 8., 2011, Cuiabá. *Proceedings...* Cuiabá: [S. n.], 2011. v. 1, p. 49–58. Resumo.

NASCIMENTO, Roseli Imbernom. *O vocabulário dos estudantes universitários: um estudo com base em redações de vestibular*. 2001. 259 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2001.

NASCIMENTO, Roseli Imbernom; ISQUERDO, Aparecida Negri. Frequência de palavras: um diagnóstico do vocabulário de redações de vestibular. *Alfa*, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 71–84, 2003.

OLIVEIRA, Márcia Regina Alves Ribeiro. Jornal popular x jornal tradicional: análise léxico-gramatical da notícia a partir da Linguística de Corpus: um estudo de casos dos jornais cariocas “O Globo” e “O Dia”. *Veredas On-line*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 7–19, 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/11/ARTIGO-M%C3%A1rcia-Regina-Alves-Ribeiro-Oliveira1.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2012.

RATNAPARKHI, Adwait. A maximum entropy model for part-of-speech tagging. In: FIRST EMPIRICAL METHODS IN NLP CONFERENCE, 1996, Pensilvânia. *Proceedings...* Pensilvânia: [s. n.], 1996. p. 133–142. Resumo.

SILVA, Bruna R.; FINATTO, Maria José B. Português popular escrito: o vocabulário do jornal Diário Gaúcho. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PUC-RS, 10., 2009, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 3332–3334.

TOPONÍMIA DE MINAS GERAIS EM REGISTROS CARTOGRÁFICOS HISTÓRICOS

*Maria Cândida Trindade Costa de Seabra**

*Márcia Maria Duarte dos Santos***

INTRODUÇÃO

A pesquisa toponímica que se propõe tem como objeto de estudo dos registros onomásticos presentes em mapas históricos de Minas Gerais, elaborados nos Setecentos e início dos Oitocentos, focando-se na Comarca de Vila Rica.

Esse território, que foi palmilhado, sobretudo, por paulistas e reinóis e, paulatinamente, povoado por ambos, além de uma numerosa população escrava, já era ocupado, antes disso, sobretudo, nas suas bandas orientais, por gentios. Segundo Lima Júnior (1978, p. 40), a Capitania já possuía, na época de sua criação, cerca de 250.000 habitantes, compreendendo 100.000 brancos e 100.000 pardos e mestiços¹, a par de 50.000 escravos africanos. O autor informa ainda

** Universidade Federal de Minas Gerais/Centro de Referência em Cartografia Histórica, Museu de História Natural e Jardim Botânico, Belo Horizonte – Minas Gerais, mdsantos@yahoo.com.br.

* Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Letras, Belo Horizonte – Minas Gerais, mseabra@letras.ufmg.br; candidaseabra@gmail.com.

¹ O autor citado não esclarece a diferença que atribui aos pardos e aos mestiços. em outro documentos históricos sobre a população da Capitania, como a apresentada por Rocha (1995, p. 182), a população aparece distribuída segundo as classes brancos,

que, em 1738, o “crescimento vertiginoso da população” continuava, orçando em mais de trezentas mil almas (Lima Júnior, 1978, p. 40). Entretanto, já em uma obra dos Setecentos, Rocha (1995, p. 182) indica, para o ano de 1777, 319.769 almas, das quais 78.618 encontravam-se na Comarca de Vila Rica, a terceira mais povoada da Capitania, repartidas entre brancos, pardos e negros.

Considerando esse contingente populacional, acreditamos que estudos toponímicos realizados em mapas dessa região, tão cobiçada em períodos pretéritos da história de Minas, revelam-se de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais da sociedade da época; uma vez que permitem a identificação de fatos linguísticos, de ideologias e crenças, presentes no ato denominativo e, posteriormente, na sua permanência ou não em uma comunidade. Isso se dá porque o topônimo, além de seu papel referencial, evidencia, também, caráter sógnico, sugerindo e apontando pistas, informações descritivas e designativas que ajudam a entender o passado e a interpretar fatos do presente; oferecendo verdadeiros testemunhos linguísticos, informações que podem ser utilizadas em diversas áreas do conhecimento humano, dentre elas, a geografia, a geologia, a arqueologia, a biologia e a história.

Por ser iconicamente simbólico, o nome de lugar nos fornece valiosas informações: i) aponta a origem histórica de povos antigos e a localização, com precisão, de sítios desaparecidos; ii) oferece descrições precisas de relevos, apontando paisagens que já tenham desaparecido em decorrência da ação antrópica ou da natureza; iii) indica a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, locais antigamente minerados; iv) aponta um amplo *corpus* de nomes de lugares que se refere à fauna atual ou desaparecida; v) indica um vasto repertório

pardos e pretos.

popular que designa espécies vegetais; vi) fornece conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitos outros dados.

1. SOBRE A CARTOGRAFIA HISTÓRICA ESTUDADA

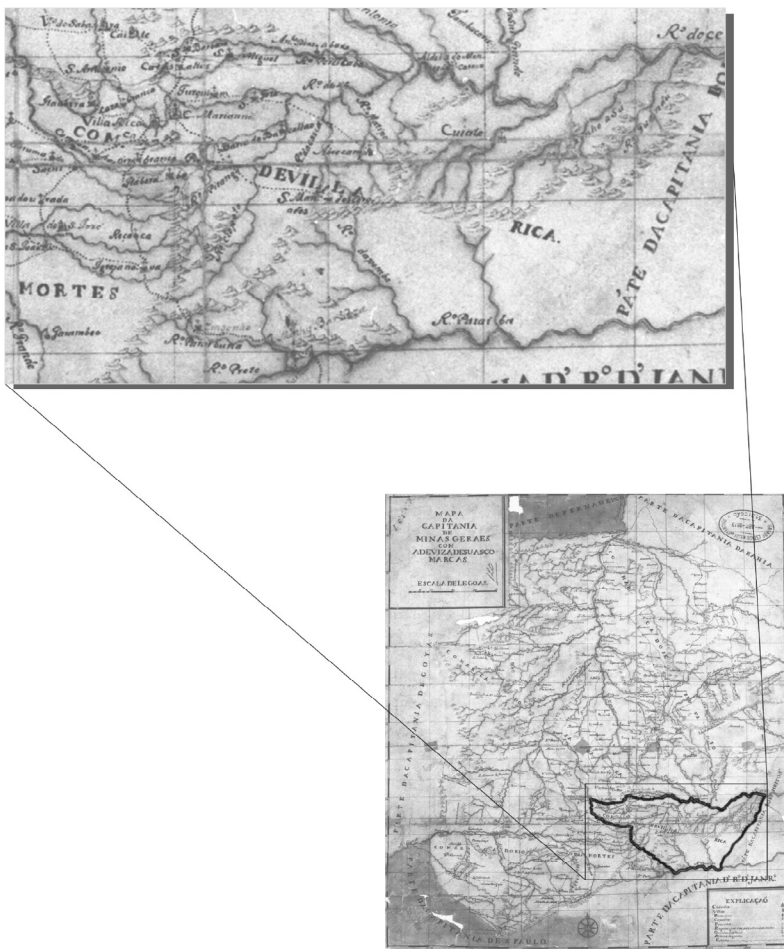
Com vistas às expectativas expostas, foram estudados três documentos da cartografia histórica de Minas Gerais, a saber: “Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas commarcas”, de autoria de José Joaquim da Rocha, realizado em 1778 (Figura 1), que se encontra sob a guarda do Arquivo Historio do Exército – AHEx, RJ; o “Mappa da Comarca de Villa Rica”, também de autoria de José Joaquim da Rocha, de 1779 (Figura 2), que faz parte do acervo da Biblioteca Nacional, e a “Carta Geografica da Capitania de Minas Geraes”, de autoria do brasileiro Caetano Luiz de Miranda, de 1804 (Figura 3), também pertencente ao Arquivo Histórico do Exército – AHEx, RJ.

As escolhas dos autores e de seus mapas aqui apresentados, considerando o contingente de representações referentes à Capitania de Minas Gerais, comparativamente ao de outras unidades políticas da América portuguesa, que se caracteriza por abranger representações de áreas geográficas de dimensões diferentes e correspondentes a distintas circunscrições dos poderes administrativo, judiciário e religioso, foram norteadas pelos critérios expostos a seguir.

Os mapas analisados, neste trabalho, embora se distingam, em função da escala cartográfica adotada com relação ao grau de generalização da informação que apresentam, e, um deles, em razão da escala geográfica, registram elementos geográficos planimétricos e altimétricos, comuns, da mesma espécie ou natureza. Eles correspondem a

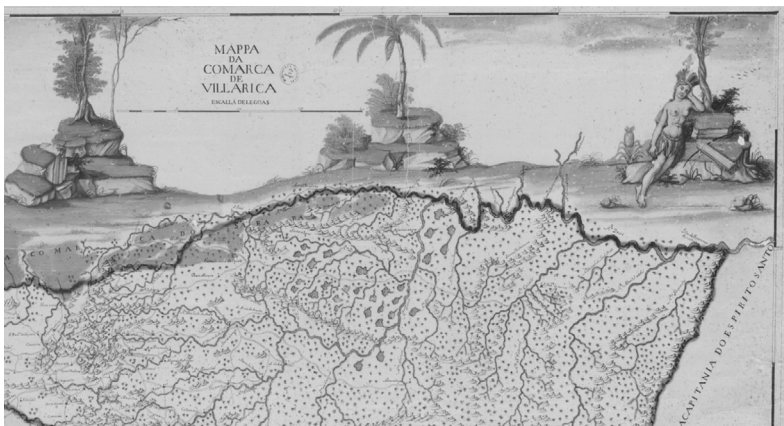
uma classe de mapas – corográficos, que compreende os topônimos que se quer conhecer, referentes: i) aos assentamentos da população – os povoados, as fazendas, os registros ou guardas; ii) aos elementos da hidrografia – rios, ribeirões e córregos; iii) aos elementos do relevo – geralmente, serras. Nessa perspectiva, foi possível usar fontes cartográficas de períodos e escalas diferentes, com vistas ao interesse de se contar com fontes antigas que se conhece sobre Minas Gerais, como o caso dos mapas de Rocha (1778; 1779), e mais recentes, mas anteriores ao período imperial, quando outros fatores, além dos relacionados à mineração, passaram a orientar o processo de ocupação e valorização do território em questão.

Figura 1. Representação da Comarca de Vila Rica, “Mappa da Capitania de Minas Geraes com a Devisa de suas Comarcas”, realizado por José Joaquim da Rocha em 1778, presente no acervo do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Organização: Santos, Márcia M. Duarte dos; Mouchrek, Najla M.



Fonte: Santos; Seabra, 2011, p. 5.

Figura 2. A comarca de Vila Rica, representação de José Joaquim da Rocha, realizada em 1779, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional, RJ.
Organização: Santos, Márcia M. Duarte dos; Mouchrek, Najla M.

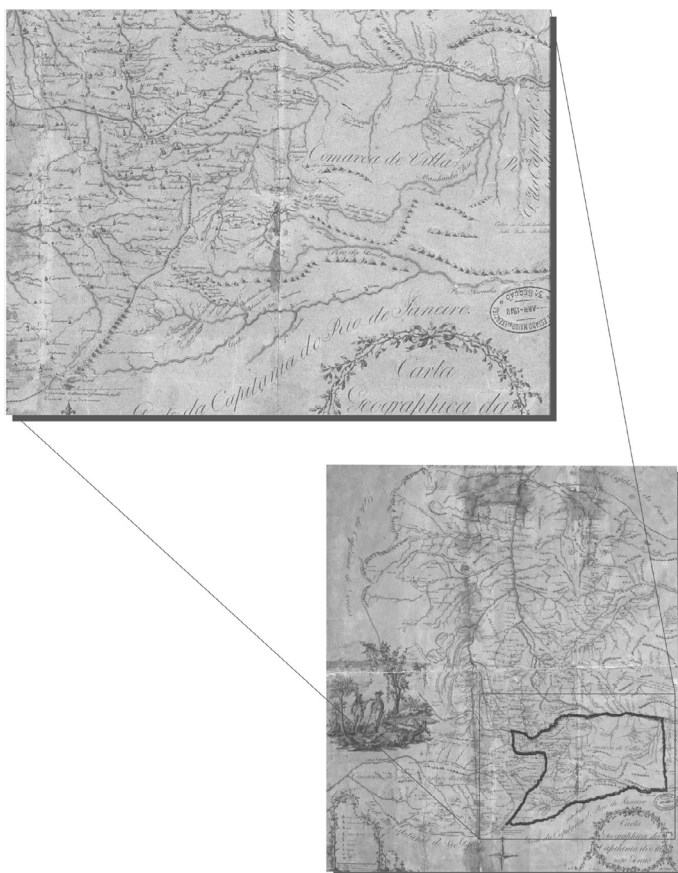


Fonte: Santos; Seabra, 2011, p. 4.

Outro aspecto fundamental referente à escolha das fontes cartográficas consultadas, neste trabalho, diz respeito ao fato de esses mapas já serem bastante estudados por pesquisadores. Isso permite estabelecer com precisão o grau de fidedignidade das informações presentes em todos eles e a propriedade dos conceitos utilizados, possibilitando o uso dessas fontes com as devidas ressalvas. Nesse sentido, foi devidamente considerada a questão, já registrada por Santos, Cintra e Costa (2009), sobre o fato de a tipologia das povoações apresentadas por Miranda, na Carta Geográfica da Capitania, incorrer em um erro conceitual, ao inserir uma categoria de povoação, que ele chama de arraial, hierarquicamente situado entre os povoados classificados como paróquias ou freguesias, e as capelas. Na Capitania de Minas Gerais, o termo arraial era adotado para designar qualquer povoação que ainda não tinha o estatuto de vila ou cidade. Além dessa questão, outra exposta em um estudo mais recente de Santos e Cintra (2011) ainda foi considerada em relação ao uso do mapa de Miranda,

uma vez que os limites orientais da comarca de Vila Rica não estão corretamente posicionados – situados que estão à leste do Caminho Novo, ao longo do seu adentramento na Capitania de Minas, antes de chegar na sua primeira bifurcação, na capela chamada Igreja Nova.

Figura 3. Representação da Comarca de Vila Rica, na “Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes”, realizada por Caetano Luis de Miranda em 1804, sob a guarda o Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Organização: Santos, Márcia M. Duarte dos; Mouchrek, Najla M.



Fonte: Santos; Seabra, 2011, p. 6.

Em relação aos mapas de Rocha (1778 e 1779), o conhecimento de seu trabalho, bem como as análises dos mesmos, realizadas para a pesquisa que nos ocupa, permitiram afirmações sobre a fidedignidade dos seus dados, quando cotejados com outras fontes de informações sobre a corografia de Minas Gerais, emprestando este termo de Aires Casal, presente na sua obra de 1817, cuja edição mais recente (1976) nos referimos, citando-o e notadamente Barbosa (1995) e Carvalho (1920). Essas análises estão sugerindo inclusive a adoção dos mapas em foco como fontes a serem consideradas nos estudos sobre os topônimos mineiros. Apesar da qualidade dos dados da cartografia de Rocha que se destaca, o fato de sua representação sobre a Comarca de Vila Rica não apresentar legenda constitui um problema. Esse, no entanto, foi superado, após análises minuciosas sobre a localização e os significantes dos signos cartográficos que apresenta, comparativamente à localização, os significantes e os significados dos signos presentes em outros mapas do autor, como os que representam a Capitania e as Comarcas. Enfim, o trabalho efetuado permite afirmar que os significados dos referentes toponímicos presentes nos mapas das Comarcas podem ser decodificados pela legenda presentes no mapa da Capitania de Minas Gerais analisado neste trabalho.

2. OS CORPORA

Após a coleta e identificação dos topônimos nos três corpora analisados, esses nomes de lugar foram classificados segundo as categorias taxionômicas que representam os principais padrões motivadores da toponímia brasileira (Dick, 1990), identificados como físicos e antropoculturais, observando, também, suas origens – em destaque, portuguesas, africanas e ameríndias. Adotamos, portanto, como re-

ferencial teórico metodológico o modelo de Dauzat (1926) e Dick (1990), bem como a perspectiva diacrônica de Bynon (1977) e (1995).

Analisando os três documentos da cartografia histórica de Minas Gerais, destacamos os aspectos a seguir. Salientamos que seguimos a grafia presente nesses documentos, havendo, portanto, oscilações de grafia.

2.1. Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas commarcas (1778)

Nesse documento, datado de 1778, de autoria de José Joaquim da Rocha, encontramos taxionomias de natureza física e antropocultural, nomeando 10 acidentes físicos e 16 acidentes humanos:

2.1.1. Acidentes físicos

✓ rios e ribeirões (10)

Rº Chopoto, Rº da Casca, Rº da Pomba, Rº Doce, Rº Guandú, Rº Manhuasú, Rº Paraíba, Rº Matipó, Rº Percicaba, Rº Piranga.

2.1.2. Acidentes humanos

✓ cidade (1)

Mariana;

✓ vila (1)

Villa Rica;

✓ paróquias (12)

Catas Altas, Caza Branca, Comgonhas, Cuiate, Furquim, Itaubira, Oiro Branco, Piranga, Santa Bárbara, S. Jozé, S. Man.^{el} dos Coroados, S. Miguel;

✓ capelas (2)

Abre Campo, Barra do Bacalhao.

2.2. Mappa da Comarca de Villa Rica

Datado de 1779, também de autoria de José Joaquim da Rocha, esse mapa apresenta, em comparação ao documento de 1778, que mostra uma escala menor, um número bem maior de acidentes, tanto físicos quanto humanos. Rocha amplia os acidentes físicos, acrescentando mais rios e ribeirões; e apresenta, pela primeira vez, os acidentes *ilha*, *cachoeiras* e *serras*. Os acidentes humanos também se expandem: são apresentadas 9 paróquias e 29 capelas a mais que o documento anterior. Nesse mapa, José Joaquim da Rocha destaca, ainda, *fazendas* – acidente humano não mencionado no documento de 1778. Nesse mapa de 1779 são apresentados 46 acidentes físicos e 64 acidentes humanos:

2.2.1. Acidentes físicos

✓ rios e ribeirões (38)

Rº. Bacallao, Rº. Bananal, Rº. Bombaça, Rº. Congonhas, Rº. Chopeto, Rº. da Casca, Rº. Cuiaté, Rº. das Velhas, Rº. Dossee, Rº. do Peixe, Rº. Gualacho do Sul, Rº. Gualacho do Norte, Rº. Guandú, Rº. Itaubira, Rº. Manhoasú, Rº. Maria

cumprida, Rº. Matipo, Rº. Paraopeba, Rº. Pegabem, Rº. Percicaba, Rº. Perpetinga, Rº. Piranga, Rº. Onça Grande, Rº. Sacramento, Rº. Santa Bárbara, Rº. Santa Rita, Rº. Santo Antonio, Rº. Corrente, Rº. S. Estevão, Rº. S. Gonçalo, Rº. Sasui Grande, Rº. Sasui Pequeno, Ribeirão Alegre, Ribeirão do Carmo, Ribeirão do Bugre, Ribeirão de João Pinto, Rº. Turvo Limpo, Rº. Turvo Sujo;

✓ ilhas (1)

Ilha da Esperança;

✓ cachoeiras (5)

Caxr.^a Escura, Caxr.^a alegre, Caxr.^a Baguare, Caxr.^a Buturuna, Escadinhas;

✓ serras (2)

Serra Alegre, Serra Buturuna.

2.2.2. Acidentes humanos

✓ cidade (1)

Mariana;

✓ vila (1)

Villa Rica;

✓ paróquias (21)

Antônio Pr.^a, Barra longa, Caxoeira, Camargo, Catas altas, Caza branca, Congonhas, Furquim, Inficionado, Itaubira,

Ititiaya, Ouro Branco, Piranga, S. Gon.^{lo} do Cuiaté, S. Bárbara, S. Bartholomeu, S. Caetano, S. M^{el} dos Coroados, S. Miguel, S. Sebastião, Sumidouro;

✓ capelas (31)

Abre Campo, Antônio Dias Abaixo, Barra do Bacalhao, Bacalhau, Bento Rodrigues, Boa Morte, Boa Vista, Brumado, Calambao, Gravalo, Lavras Novas, Mainard, Manja legoas, Miguel Roiz, Pasaje, Paulo Moreira, Pinheiro, S. Anna do Dezerto, S. Rita, S. An.^{io}, S. Caetano, S. Gonçalo, S. Gonçalo do Bação, S. Gon.^{lo} do Tejuco, S. Jozé, S. Sebastião, S.^{ra} dos Remédios, S.^{ra} do Rozario, Soledade, Tapera, Varge;

✓ fazendas (10)

Ponte Nova, Pires, Capão do Lana, M^{el} Rodrigues, Chapada, Chiqueiro, Mathias Barbosa, Catreiras, Lavrinha, Porto das Canoas.

2.3. Carta Geografica da Capitania de Minas Geraes

Esse documento de 1804, de autoria do brasileiro Caetano Luiz de Miranda, em relação aos mapas de Rocha, mostra menos rios e ribeirões, uma serra a mais e não menciona ilhas, nem cachoeiras. São apresentados, na sua totalidade, 17 acidentes físicos. Em se tratando de acidentes humanos, Miranda inova, apresentando *cabeça de comarca*, *arraial freguesia*, *arraial* e *quartel* (*cabeça de comarca* substitui o nome dado ao acidente *vila*); mesmo assim, o número de acidentes humanos que aponta é menor do que o apresentado por Rocha em 1779, totalizando 58 acidentes. No documento analisado, Miranda destaca:

2.3.1. Acidentes físicos

✓ rios e ribeirões (14)

Manhuassu Rio, R. Gauandu, Rio Doce, R. dos Bugres, R. Sto Antio, R. S. Anna, R. Maria cumprida, R. Bannal, R. Pega Bem, R. Cuiete, R. Conceição, R. S. Pedro, R. Bombaça, Rio da Pomba;

✓ serras (3)

Serra Alegre, Serra Escuro, Serra de São José.

2.3.2. Acidentes humanos

✓ cidade (1)

Mariana;

✓ cabeça de comarca (1)

Villa Rica;

✓ arraial freguesia (9)

Cachoeira, Casa Branca, Catas Altas, Congonhas, Inficionado, Itabira, Ouro Branco, Presídio do Cuité;

✓ arraial (9)

Antônio Pereira, Bento Rodrigues, Camargos, Catas altas, Espera, Pinheiro, Piranga, S. Sebastião, Sumidouro;

✓ capelas² (19, sendo 17 válidos)

² São Caetano, arrolada nessa categoria pelo autor do mapa, já era paróquia, uma das mais antigas da Comarca, por ocasião da data de sua realização. Nota-se que neste

Abre Campo, Arrendidos, Bachalhao, Boa Morte, Bação, Calambao, Capl^a do Melo, Engenho, Mercês, João Gomes, N. Sra. do Rosário, S. Antônio, S. Caetano, S. João Batista, S^{ta} Anna do Deserto, S. Jozé, Soledade, S^a dos Rmédios, Tapera;

✓ fazendas (10)

Boa Vida, Bigauçu, Casca, Passa Três, Seminário, Borda do Campo, Medeiros, Queiros, Azeredo, Juiz de Fora;³

✓ quartel (9)

Patrulha S. João do Bombaça, Pesídio do Cuité⁴, Cunha, Ericeira, João de Araújo, Lourical, Matias Barbosa, Reg^o do Paraibuna, Simão P^{ra}.⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos que, em todos os três documentos analisados, focando os acidentes físicos e humanos, a motivação toponímica de natureza física é maior em se tratando dos acidentes físicos. Ora, isso é esperado, uma vez que a natureza física do topônimo o remete ao acidente físico, ou ao seu referente. Desse modo, somando os três

estudo contamos com 17 capelas, uma vez que os topônimos Engenho e João Gomes, embora estejam no mapa, fazem parte da Comarca do Rio das Mortes.

³ Neste estudo não estudaremos os topônimos Seminário, Borda do Campo, Medeiros, Queiros, Azeredo, Juiz de Fora, pois, embora estejam no mapa, fazem parte da Comarca do Rio das Mortes.

⁴ Já descrito como arraial freguesia.

⁵ Os “quartéis” Cunha, Ericeira, João de Araújo, Lourical, Matias Barbosa, Reg^o do Paraibuna, Simão P^{ra}. não serão considerados para estudo pois pertencem à Comarca do Rio das Mortes.

documentos, em se tratando da natureza física, predomina a hidrotoponímia (8 ocorrências), em segundo lugar a fitotoponímia e a zootoponímia (7 ocorrências cada uma), em terceiro lugar, a litotoponímia e a geotoponímia (6 ocorrências cada uma). Em números menores: cromotoponímia (3 ocorrências), dimensiotopônimo (2 ocorrências), morfotoponímia e meteorotoponímia (com 1 ocorrência cada).

Os hidrotopônimos estudados são de origem portuguesa (*Cachoeira, Corrente, Doce, Sumidouro*); tupi (*Paraíba, Paraopeba*); híbridos (*Sasú Grande e Sasú Pequeno*). Quanto aos fitotopônimos, é interessante observar que nenhum deles tem origem só na língua portuguesa; chamamos atenção para os híbridos *Bananal* (africano + português), *Capão do Lana* (tupi + sobrenome de origem francesa); o topônimo de origem obscura *Gravalho*; o africano *Guandú*, havendo predominância, nessa taxa, da origem tupi: *Calambau, Congonha, Cuieté*. Na zootoponímia predomina a língua tupi: *Bigauçu, Piracicaba, Pirapetinga, Piranga*. Os nomes de origem portuguesa são: *Onça Grande, Peixe, Pomba*. Os litotopônimos são, também, em sua maior parte de origem portuguesa (*Casca, Lavras Novas, Lavrinha, Ouro Branco*); havendo dois de origem tupi: *Itabira, Itatiaia*. E, por fim, os geomorfotopônimos são, na sua grande maioria, também, de origem portuguesa: *Barra do Bacalhau, Barra Longa, Catas Altas, Chapada, Vargem*; e um, *Botoruna*, de origem tupi.

Há que ressaltar, ainda, os topônimos motivados por natureza antropológica, entre os quais os nomes religiosos, mais especificamente de santos da Igreja Católica Romana, que apresentam grande produtividade no ato de nomeação no período colonial, deixando marcas da fé cristã do colonizador no território recém-desbravado. Verifica-se, também, grande ocorrência de nomes de lugar motivados por nomes de pessoas, na sua maioria, de antigos sesmeiros que ocuparam a região em estudo. Sobre essa tradição, isto é, a tradição de

nomear os lugares com antropônimos é, ao que parece, tradição ibérica, já que segundo Piel (1989, p. 43), “boa parte do léxico toponímico do noroeste hispânico, a qual se pode avaliar num décimo, pelo menos, da sua totalidade, é constituída por nomes de antigos possuidores rurais, que estes, desde a época latina e através dos séculos medievais, deixaram vinculados às terras que ocuparam, exploraram e transmitiram aos seus herdeiros”.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Waldemar de A. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2. ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BYNON, Theodora. *Historical linguistics*. London: Cambridge University Press, 1977.

BYNON, Theodora. Can there ever be a prehistorical linguistics? *Cambridge Archaeological Journal*, London, v. 5, n. 2, p. 261–265, Oct. 1995.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórica-geográfica do Reino do Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1976.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

LIMA JÚNIOR, Augusto. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1978.

PIEL, Joseph-Maria. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

SANTOS, Márcia Maria Duarte; CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto. A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda: informações fidedignas? In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3.,

2009, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: Centro de Referência em Cartografia Histórica; UFMG, 2009. p. 1–25.

SANTOS, Márcia Maria Duarte; CINTRA, Jorge Pimentel. A carta geographica e o mappa topografico e hidrografico da Capitania de Minas Geraes: a segunda representação, base cartográfica para a primeira? *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA*, 1., 2011, Paraty. *Anais...* Paraty: Centro de Referência em Cartografia Histórica; UFMG, 2011. p. 1–19.

SANTOS, Márcia Maria Duarte; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Memória do patrimônio linguístico de Minas Gerais: análise da motivação toponímica de natureza física da Comarca de Vila Rica em registros cartográficos históricos. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA*, 1., 2011, Paraty. *Anais...* Paraty: Centro de Referência em Cartografia Histórica; UFMG, 2011. p. 1–27.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo*. 2 v. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

Referências Cartográficas

MIRANDA, Caetano Luís de. *Carta geographica da Capitania de Minas Geraes*: Anno de 1804. – Escala [1:1 739 200], 20 legoas = 7,5 cm (Légua brasileira = 3 000 braças = 6 522 m). – 1804. – 1 mpa: ms, col.; 75,0 x 68,2 cm. (AHEx – Arquivo Histórico do Exército, RJ/RJ).

ROCHA, José Joaquim da. *O mappa da Capitania de Minas Geraes com a devise de suas Comarcas*. – Escala [1:3 478 400], 40 legoas = 7,5 cm (Légua brasileira = 3 000 braças = 6 522 m). – 1778. – 1 mpa: ms, col. (AHEx – Arquivo Histórico do Exército, RJ/RJ).

ROCHA, José Joaquim da. *Mappa da Comarca de Villa Rica*. – Escala [592 909,09], 20 legoas = 22 cm (Légua brasileira = 3 000 braças = 6 522 m). – 1779. – 1 mpa: ms, col.; 41,0 x 80,0 cm (BN – Biblioteca Nacional, RJ/RJ).

salões, explora pouco os metais da orquestra com a predominância das palhetas. [Pl.: frevos-de-salão].

Frevo-rasgado. S.m. Ritmo prolongado, que tem origem na fanfarra, utilizado para dirigir as manobras de frevo: “Se Duarte C oelho s oubesse/ D o carnaval d e Olinda/ Pedia ao Criador/ para voltar ao Alto da Sé/ E dançar um frevo-rasgado/ N a cidade que e le f undou” (João Santiago). [Pl.: frevos-rasgados e frevos-rasgado].

Frevo-ventania. S.m. Caracterizado pela introdução, em sua pauta, de semicolcheias, que lhe dão um compasso rápido. [Pl.: frevos-ventanias e frevos-ventania].

Frevo abafo. S.m. Ritmo em que predominam os instrumentos metálicos, sobretudo o pistões e trombones; frevo-de-encontro. [Pl.: frevos-abafos e frevos-abafo]

Frevo baiano. S.m. Sofisticação do genuíno frevo pernambucano com a troca dos metais das fanfarras pelas guitarras estridentes dos trios elétricos.

Frevo-de-rua. S.m. Frevo puramente instrumental, composto de uma introdução e a frase

PARTE II LEXICOGRAFIA

DICIONÁRIOS SEMÂNTICOS DO LDI: MODELO TEÓRICO, FERRAMENTA DE GESTÃO COMPUTACIONAL, FERRAMENTA DE EXPLORAÇÃO¹

*Emmanuel Cartier**

INTRODUÇÃO



Laboratório LDI (Lexiques, Dictionnaires, Informatique) é historicamente um dos frutos da INALF (Instituto Nacional da Língua Francesa), sucessivamente dirigido por pesquisadores como Bernard Quemada, Gaston Gross, Salah Mejri. A equipe de pesquisa do laboratório sempre teve por objetivo oferecer descrições linguísticas apuradas. Com o tempo e a evolução tecnológica, as exigências levaram a inserir essas descrições linguísticas no âmbito do processamento automático da linguagem, seja na compreensão, na geração, ou na tradução. Este artigo apresenta um inventário das descrições realizadas e dos recursos computacionais que deram suporte a essas descrições. O trabalho está dividido em três seções: a primeira descreve o modelo linguístico subjacente às descrições lexicográficas, focalizando os aspectos semânticos deste modelo; a

¹ Título original: *Dictionnaires sémantiques du LDI: modèle théorique, outil de gestion informatique, outil d'exploitation*. Tradução de Claudio de Assis da Cunha, pugna@bol.com.br.

* LDI CNRS UMC 7187 Université Paris 13/Pres Sorbonne Paris Cité. Villetaneuse, França, emmanuel.cartier@lipn.sorbonne-paris-nord.fr

segunda seção apresenta um *software* desenvolvido para gerenciar computacionalmente esses dados e, finalmente, apresenta-se um *software* que permite a exploração semântica dos recursos.

1. MODELO TEÓRICO SUBJACENTE

1.1. Elementos teóricos

1.1.1. Emprego/descrição sintático-semântico

A partir do trabalho de Harris (1976, 1988), o modelo das três funções primárias é um modelo linguístico que tem como objeto de estudo os “empregos”, ou seja, configurações formais da linguagem escrita ou oral portadoras de sentido, aquelas que são atestadas no discurso e no *corpus*. Essa particularidade vem da constatação de que a unidade tradicional de estudo, a palavra, não é uma unidade operacional para descrever o conjunto de sentidos, pode-se associar, por exemplo, um significado a *cheval*² *voiture*³, mas somente o contexto dará a distinção entre sentido de *animal* e *viande*: *faire du cheval*⁴, *manger du cheval*⁵; este contexto permitirá também explicitar frases envolvendo: *à cheval*⁶, *travailler comme un cheval*⁷, *fièvre de cheval*⁸ etc. Da mesma forma, para descrever a sentido de *conduire*, é preciso explicitar as construções sintagmáticas desse verbo. Isto levará a seguinte descrição:

² Cavalo.

³ Carro.

⁴ Montar a cavalo.

⁵ Comer cavalo.

⁶ À cavalo.

⁷ Trabalhar como um cavalo.

⁸ Febre de cavalo.

Quadro 1. Exemplo de descrições sintático-semânticas

Exemplo	Descrição sintático-semântica	Sentido da construção
<i>Léa conduit son petit frère à l'école</i> ⁹	SN0<hum> conduire SN1<hum> Prép SN2<loc>	[= amener] ¹⁰
<i>Léa conduit un camion</i> ¹¹	SN0<hum> conduire SN1<mtr>	[= conduire un véhicule] ¹²
<i>Ce chemin conduit à la mer</i> ¹³	SN0<voie> conduire Prép SN1<loc>	[= aller] ¹⁴
<i>Léa se conduit bien</i> ¹⁵	SN0<hum> se conduire <Advman>	[= se comporter] ¹⁶

Descrição sintático-semântica permite descrever formalmente o sentido por meio de restrições sintagmáticas, por explicitação de estruturas argumentais necessárias em cada sentido, e paradigmáticas, por meio de restrições semânticas sobre os argumentos. No modelo do LDI, essas restrições denotam uma ou mais classes semânticas, partindo do princípio de que cada lexia dispõe de uma ou mais indicações semânticas estáveis que fazem parte da memória lexical (Gross, 1998), por exemplo, *humano* (hum), *meios de transporte* (mtr) e *local* (loc). A utilização de domínios revela-se igualmente útil para discriminar os usos.

⁹ Léa leva seu filho à escola.

¹⁰ Levar.

¹¹ Léa Conduz um caminhão.

¹² Couduzir um veículo.

¹³ Esse caminho leva ao mar.

¹⁴ Ir.

¹⁵ Léa se comporta bem.

¹⁶ Comportar-se.

1.1.2. Argumento/predicado/atualizador

A expressão semântica das línguas baseia-se na tripartição predicado/argumento/atualizador. Um predicado é uma forma linguística que adquire sentido apenas por conta de uma construção sintagmática particular, ou seja, dotada de argumentos, por exemplo, *conduire*¹⁷, fora de contexto, tem sentido vago, mas quando se apresentam as diferentes construções sintático-semânticas nas quais *conduire* pode se inscrever, nós podemos então atribuir sentido a esse verbo, ou melhor, aos empregos descritos. A função de predicado não é restrita aos verbos. Alguns verbos são apenas suportes aos predicados nominais ou adjetivais (*donner*¹⁸ em *donner un conseil*¹⁹, por exemplo, ou mesmo *rester*²⁰ em *rester serein*²¹); adjetivos são igualmente predicados, assim como o conjunto de nomes formados a partir de verbos: o substantivo *construction*²² é predicado, pois seu sentido completo implica um complemento nominal que indica o objeto construído. Um argumento é uma forma linguística dotada intrinsecamente de um sentido independente: essa categoria diz respeito somente aos nomes não predicativos ou atualizadores, e podem ser descritos por meio das classes de objeto, pois dividem em objetos as parcelas da referência. Um atualizador é um elemento que permite inscrever no discurso os predicados saturados de seus argumentos. Portanto, temos principalmente nessa categoria determinantes, preposições, enquanto marcadores de argumento (atualização argumental) e verbos suporte, como marcadores de predicados

¹⁷ Conduzir.

¹⁸ Dar.

¹⁹ Dar um conselho.

²⁰ Ficar.

²¹ Ficar sereno.

²² Construção.

(atualização predicativa). A atualização predicativa diz respeito aos atualizadores nas construções suporte (em *Luc donne plusieurs conseils à son fils*²³, todos os outros elementos *Luc conseil* e *fils* dependem da atualização predicativa). A atualização argumental corresponde à determinação dos substantivos em posição argumental (em *Tom n'a pas écouté plusieurs conseils*²⁴, *plusieurs* procede da atualização argumental).

1.1.3. Palavra e sequências de palavras

O último elemento teórico refere-se à unidade linguística privilegiada pelos dicionários. Contrariamente às escolhas teóricas tomadas até agora no campo linguístico, a “palavra”, como já assinalado, não é a unidade adequada, pois o sentido só emerge com o emprego. O emprego, de fato, surgirá em um certo número de casos com a palavra, quando essa é unívoca, como por exemplo, *bicyclette* ou *tournevis*²⁵. Mas, geralmente, esse sentido deve ser descrito com uma ou mais estruturas sintático-semânticas. A unidade de análise é então essa estrutura. Além disso, entre a palavra e a estrutura sintagmática toma lugar a sequência de palavras mais ou menos cristalizadas, como em *à l'insu de, pomme de terre, eau de rose, passer l'éponge*²⁶ etc. O sentido dessas diferentes sequências não é dedutível do sentido dos seus componentes, e deve, portanto, ser descrito tomando como unidade a sequência. Essas sequências claramente inscrevem-se em um continuum, desde a palavra-forma²⁷ à estrutura sintático-semântica (ver Mejri, 1997; Mel'cuk, 2003).

²³ Luc dá vários conselhos a seu filho.

²⁴ Tom não escutou vários conselhos.

²⁵ Bicicleta ou chave de fenda.

²⁶ Sem o consentimento, batata, água de rosas, perdoar.

²⁷ Palavra no sentido tipográfico: uma série de letras separadas por dois espaços ou separadores gráficos.

1.2. Microestrutura dicionarística

A descrição semântica dos predicados exige, de fato, bastante precisão. O grupo de pesquisa que se ocupa dos verbos do LDI, dirigido por Michel Mathieu-Colas de 2000 a 2010, lançou as bases para uma descrição linguística semântica dos predicados dividida em nove campos. Aqui estão as categorias ilustradas por verbos de subtração:

Quadro 2. Propriedades linguísticas de classes de palavras

Nome da classe	Verbos de subtração
Caracterização semântica	“Atingir um valor numérico de um ao outro”
Classe semântica (=tipo)	Ação
Propriedades Estruturais	Esquema 1: N0<hum> V N1<val.num.> (de N2< val. num.>). Verbos: soustraire, ôter, retrancher, déduire, décompter, défalquer, retirer. Ex.: Ôtez 5 de 12, il reste 7. Du prix affiché, il faut (soustraire + déduire + retrancher) vingt euros. Ils peuvent défalquer les frais de déplacement de leurs impôts. ²⁸
	Esquema 2: N0<hum> V N1<val.num.> (sur N2<val. num.>). Verbos: retrancher, prélever, défalquer, retenir, précompter. Ex.: Il faut retenir 10% sur le prix du catalogue. Il a prélevé cent euros sur ses économies. Précompter une cotisation sur la rémunération d'un salarié. ²⁹
Propriedades morfológicas	Nomes: soustraction, déduction, déductibilité, décompte, défalcation, prélèvement, précompte, retenue. Adjetivos: soustractif, déductible. ³⁰

²⁸ Subtrair, tirar, subtrair, deduzir, descontar, desfalcar, retirar. Ex.: Tirar 5 de 12, fica 7. Do preço mostrado, falta (subtrair + deduzir + subtrair) vinte euros. Eles podem tirar o custo do deslocamento dos impostos.

²⁹ Subtrair, retirar, subtrair, reter, deduzir. Ex.: é preciso subtrair 10% sobre o preço do catálogo. ele tirou cem euros de suas economias. Deduzir uma taxa sobre a remuneração de um assalariado.

³⁰ Subtração, dedução, dedutibilidade, desconto, desfalque, retirada, desconto,

Propriedades semânticas	Verbos de diminuição: abaisser, diminuer, réduire... Verbos de SAQUE: enlever, retirer. ³¹
Reconstruções específicas	Construção Passiva: Ex.: Certains Frais Professionnels Peuvent Etre Deduits Des Impots. 5 Ote De 12 Egale 7. ³²
	Construção Pronominal Passiva: Ex.: Certains Frais Peuvent Se Deduire Des Impots. Cette construction est impossible pour le Verbe Oter. ³³

O **nome da classe** explicita a classe dos verbos descritos, que se posicionará em uma estruturação semântica global: os verbos de subtração serão hipônimos de verbos de operações mentais, por sua vez hipônimos de verbos de ação em geral. Essa posição é indicada pelo campo “classe semântica”.

A **caracterização semântica** é uma descrição semiformalidade da classe, próxima de uma definição lexicográfica, que pretende atender as propriedades do gênero próximo e a diferença específica.

As **propriedades estruturais** permitem descrever os diferentes esquemas sintático-semânticos pelo sentido descrito: explicitação de restrições sintagmático-semânticas. Exemplos: lista de verbos relacionados aos sentidos descritos, adequações adverbiais, observação.

As **propriedades morfológicas** permitem descrever as palavras simples e compostas ligadas morfológicamente às palavras básicas: nomes e adjetivos predicativos, advérbios ou locuções adverbiais e preposicionais etc.

retenção... subtrativo, dedutível.

³¹ Abaixar, diminuir, reduzir – tirar, retirar.

³² Certas taxas profissionais podem ser deduzidas dos impostos. 5 tirado de 12 igual a 7.

³³ Certas taxas podem se deduzir dos impostos. Esta construção é impossível para o verbo *Oter*.

As **propriedades semânticas** permitem descrever o campo semântico que envolve a classe descrita: sinonímia, hiponímia, hiperonímia, meronímia etc.

O último campo de informações permite descrever as reconstruções dos esquemas sintático-semânticos no discurso: formas pronominais, passivas etc., cruciais para identificar automaticamente as configurações predicativas nos textos.

1.3. Projeto dicionarístico para o Tratamento Automático de Línguas

A descrição de predicados verbais do francês se insere em um projeto mais amplo de descrição do francês com vistas à exploração com aplicações TAL (Tratamento Automático de Línguas). Neste contexto, o LDI dispõe atualmente dos seguintes léxicos:

- dicionário morfossintático do francês (Morfetik): esse recurso (Mathieu-Colas, 2009) compreende atualmente mais de um milhão de formas simples, e mais de 350 mil formas compostas, constituindo assim a fonte mais extensa do francês, recurso muito à frente de Morfalous³⁴ ou outras fontes (Buvet *et al.*, 2009);

- dicionário sintático-semântico do francês: nesse âmbito vários trabalhos estão sendo desenvolvidos;

- descrições de nomes: cerca de 150 mil nomes simples e complexos estão atualmente descritos com indicações de classes semânticas e de área;

- descrições de determinantes: cerca de 5 mil determinantes simples e complexos estão descritos atualmente (Buvet *et al.*, 2009);

³⁴ <http://www.cnrtl.fr/lexiques/morphalous/>. Desenvolvido na ATILF (Associação para o Tratamento Informatizado e Linguístico do Francês).

- descrições de adjetivos: cerca de 25 mil adjetivos simples e complexos estão descritos semanticamente (Buvet, 2008);

- descrições de verbos: esta descrição segue a microestrutura que explicitamos na seção 1.2.; no fim de 2008 (Grezka *et al.*, 2008) cerca de 3 mil empregos foram descritos, divididos numa dezena de classes semânticas.

Descrevemos a seguir uma ferramenta de gestão de bases dicionarísticas e uma ferramenta de exploração dessas fontes para a análise semântica de textos.

2. DICOSEM, FERRAMENTA DE GESTÃO DA BASE DE DADOS

DicoSem é um banco de dados para armazenar dados lexicográficos do ponto de vista sintático-semântico; sua característica é tratar a semântica da língua, assim como a parte morfossintática realizada pelo Morfetik; DicoSem é também uma interface *web* que permite o acesso ao seu banco de dados.

2.1. Funcionalidades

A interface do DicoSem dispõe de funcionalidades “clássicas” para tal banco de dados: instalação em um servidor *web* permitindo acesso descentralizado para pessoas autorizadas; acesso assegurado por nome de usuário e senha, estão definidos três níveis de acesso: administrador (gestão de outros usuários, definição de campos e valores possíveis, de validação de entrada “autores”, direitos concedidos aos autores etc.), autor (possibilidade de criar novos registros, editá-los e excluí-los, mas sem mudança em entradas de outros autores), convidado (possibilidade de visualizar dados “validados” pelo administrador

ou administradores); interfaces simples e reduzidas a duas para facilitar o manuseio.

2.2. Apresentação das interfaces

O acesso às entradas do dicionário se dá por meio de um motor de busca que permite filtrar as entradas de acordo com um ou mais dos campos usados para descrever cada entrada (ver Figura 1). Inicialmente o motor de busca não tem filtro algum, e o conjunto de entradas é apresentado sob forma de tabela sintética. Essa interface consiste, portanto, de um campo de “busca” e um campo de “resultado”. O campo “busca” permite aos usuários selecionar um ou mais campos informados para cada termo. O campo “resultado” apresenta, sob a forma de tabela, os diferentes termos correspondentes aos critérios da pesquisa. Dois botões do lado esquerdo de cada linha permitem, um, a visualização da ficha completa do termo, e outro permite a supressão das informações. O botão mais à esquerda, acima do campo de pesquisa, é usado para criar uma nova entrada.

Figura 1. Interface de pesquisa

Termes

Classes sémantiques

Domaines

Relations sémantiques

Import/Export

Configuration

Recherche

Recherche avancée

Langue

Tout

Terme

mot exact

contenant

Cat. Synt.

Tout

Structure et Syntaxique

Tout

Cat. Sem.

Tout

Statut

Tout

Auteur de la fiche

Tout

Rechercher

Affichage page: 20

Pages: 1 | 2 | 3 >>

56 éléments

	Langue	Terme	Cat. Synt.	Structure Syntaxique	Cat. Sem.	Statut	Auteur de la fiche
		arriver	Verbe		A compléter	écarter	
		parvenir	Verbe		A compléter	écarter	
		accéder	Verbe		A compléter	écarter	
		aboutir	Verbe		A compléter	écarter	
		accoster	Verbe		A compléter	écarter	
		attendre	Verbe		A compléter	écarter	
		aborder	Verbe		A compléter	écarter	
		toucher	Verbe		A compléter	écarter	
		arriver	Nom		A compléter	écarter	
		accès	Nom		A compléter	écarter	
		accostage	Nom		A compléter	écarter	
		soustraire	Verbe		A compléter	agradia	
		ôter	Verbe		A compléter	incolas	

A ficha completa que é usada ao mesmo tempo para criar e modificar as entradas (ver Figura 2) é dividido em dois campos: um campo principal, na parte superior, que apresenta as informações genéricas relacionadas ao item, e um campo secundário, em formato de aba, que permite acessar diferentes componentes descritivos: propriedades estruturais, morfológicas, semânticas e reconstruções.

Figura 2. Interface de criação e edição

Edition d'une classe

Statut *

Auteur : ecartier

Classe *

Hyper-classe *

Définition

Commentaire

Propriétés structurelles Propriétés morphologiques **Propriétés sémantiques** Reconstructions

Relation	Terme	
Terme (ou classe) apparenté(e) (LINK)	rencontre	X
Terme (ou classe) apparenté(e) (LINK)	mouvement orienté / entrée-sortie	X

As propriedades estruturais (Figura 3) permitem a descrição do comportamento sintático-semântico de verbos associados a uma classe. Apresentam-se aqui, por exemplo, as descrições de verbos pertencentes à classe dos verbos de dissimulação. Consta-se que três esquemas são explicitados e que, para cada um deles, uma lista de verbos e exemplos é apresentada. O sistema permite, evidentemente, adicionar quantos esquemas forem necessários.

Figura 3. Propriedades estruturais

Propriedades estruturais	Propriedades morfológicas	Propriedades semânticas	Reconstruções
Schéma * [SNO<ani> V SNT<ani>] Liste verbes [cacher, abriter, dissimuler, cacher (se), dissimuler (se)] Adverbiaux appropriés	Exemples Le résistant abritait son frère dans la cave sans que l'occupant ne pense jamais à venir le découvrir. Le foyard s'était caché. Note		
Schéma * [SNO<ina> V SNT] Liste verbes [abriter, dissimuler, couvrir, recouvrir, protéger, recéler, héberger] Adverbiaux appropriés	Exemples La forêt abrite une faune exceptionnelle La vallée héberge une maison Note		
Schéma * [SNO<ani> V SNT<ina>] Liste verbes [posséder, cacher, dissimuler] Adverbiaux appropriés	Exemples Il cache un grand sceur Cet enfant simple possédait un grand sceur Note		

As propriedades morfológicas (Figura 4) permitem descrever as redes morfológico-semânticas relacionadas aos verbos descritos. Dessa maneira *dissimuler* aproxima-se de *dissimulation*, *cachette* de *cacher*³⁵. De forma que o número de relação de derivação morfológica não é limitado.

Figura 4. Propriedades morfológicas

Statut *	A valider		
Auteur :	xsalvador		
Classe *	DISSIMULATION		
Hyper-classe *	Action		
Définition	action de soustraire volontairement ou non quelque chose ou quelqu'un au regard d'un individu déterminé ou non		
Commentaire			

Propriedades estruturais	Propriedades morfológicas	Propriedades semânticas	Reconstruções
	mot source dissimuler cacher	Type dérivation dérivation verbe-nom (VERBE_NOM) dérivation verbe-nom (VERBE_NOM) dérivation verbe-nom (VERBE_NOM)	mot cible dissimulation cachette

³⁵ Dissimular aproxima-se de dissimulação, esconderijo de esconder.

As propriedades semânticas (Figura 5) permitem explicitar as relações semânticas estáveis entre classes semânticas de verbos. Atualmente estão disponíveis as seguintes relações semânticas: hipe-ronímia, hiponímia, parte-de, composto-de, sinonímia, antonímia, paronímia, outro tipo de ligação semântica.

Figura 5. Propriedades semânticas

Statut *

A valider

Auteur : ecartier

Classe *

mouvement orienté / Cible atteinte

Hyper-classe *

Action

Définition

parvenir au lieu de destination (en parlant d'un humain, d'un animal, d'un véhicule ou d'un objet)

X se déplacer puis s'arrêter dans un lieu Y (qui était ou non son intention de destination initial)

Commentaire

Propriétés structurelles

Propriétés morphologiques

Propriétés sémantiques

Reconstructions

Relation	Terme	
Terme (ou classe) apparenté(e) (LINK)	rencontre	X
Terme (ou classe) apparenté(e) (LINK)	mouvement orienté / entrée-sortie	X
Hyperonyme (SUP)	mouvement orienté	X
Terme (ou classe) apparenté(e) (LINK)		X

Finalmente, é possível indicar, em uma última aba, as reconstruções específicas aos esquemas sintático-semânticos explícitos na aba “propriedades estruturais”. Essas informações permitem descrever construções específicas não previsíveis pelas regras genéricas de reconstrução (se, por exemplo, a pronominalização não se constrói pela regra $V \rightarrow se\ V$, por exemplo, ou se a passiva é particular).

A DicoSem foi colocado em operação em meados de 2009, e os membros da equipe responsáveis pelos verbos estão realimentando a base de dados.

3. TEXTBOX, FERRAMENTA DE EXPLORAÇÃO DO BANCO DE DADOS

Os dicionários desenvolvidos no LDI têm dois objetivos: a descrição minuciosa, e a exploração pelo TAL. Com esse objetivo o autor desenvolveu entre 2007 e 2009 uma ferramenta que permite usar os dicionários para realizar análises linguísticas de textos.

3.1. Apresentação do analisador TextBox

TextBox é um analisador linguístico desenvolvido a partir de 2007, como parte das atividades de pesquisa do autor, que atende aos seguintes requisitos:

- externalização completa de recursos linguísticos;
- uso extensivo do formato XML;
- o estabelecimento de três etapas de análise linguística: segmentação tipográfica em unidades textuais, análise morfológica, análise sintático-semântica;
- adaptação do sistema a formalismos linguísticos variados.

A principal característica do TextBox é a completa externalização de recursos linguísticos. Essa exigência diferencia TextBox de outras plataformas de análise linguística TextBox, como Nooj (Silberztein, 2004; 2005) ou LinguaStream (Widlöcher; Bilhaut, 2006). A externalização engloba a totalidade dos recursos linguísticos:

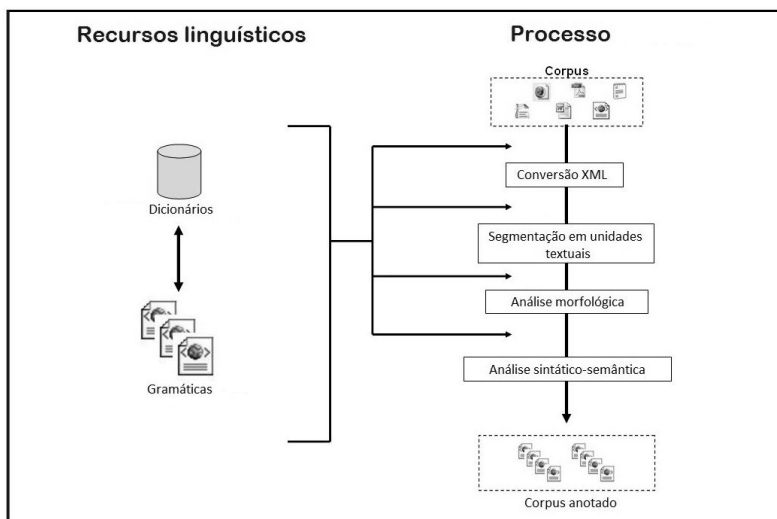
- identificação de unidades tipográficas (palavras, frases, parágrafos, seção, título...), que são especificadas em um arquivo separado e podem ser modificadas pelo utilizador;

- informações morfossintáticas que são igualmente especificadas em um arquivo separado, o que permite uma descrição minuciosa “livre”, nesse sentido, o sistema não responde a um tipo particular de informação morfossintática, é o criador do sistema de análise linguística que modaliza as informações que quer projetar;

- informações sintático-semânticas: essas informações, na forma de gramáticas locais, são também livremente definidas dentro de um formalismo com certas restrições, mas as regras gramaticais dependem inteiramente das informações previamente explicitadas, e permitem a geração de anotações também livremente definidas. Esses diferentes elementos fazem do TextBox uma plataforma de análise linguística capaz de implementar as descrições linguísticas minuciosas, quer se trate de fenômenos morfológicos, sintáticos ou semânticos.

3.2. Arquitetura do sistema

Figura 6. Arquitetura do TextBox



A Figura 6 compreende duas áreas: à esquerda incluem-se recursos linguísticos (dicionários e gramáticas), à direita estão os processos de análise linguística, desde os documentos componentes do *corpus*, até geração dos arquivos de “resultado” em um formato XML. Há de se notar que todo o sistema se baseia numa operação em cascata que permite, a partir do documento XML gerado pelo passo anterior, identificar novas estruturas e, por sua vez, anotá-las.

3.3. Apresentação da sequência de tratamento

No âmbito de utilização dos dicionários semânticos do LDI, nosso objetivo é reconhecer automaticamente o sentido de predicados verbais em textos franceses de gênero jornalístico. Para tanto, definiu-se:

- um *corpus* de documentos: mil artigos do jornal *Le Monde*;
- uma sequência de tratamento linguístico incluindo: uma conversão dos documentos fonte em formato XML; um reconhecimento de *tokens*, uma análise morfossintática de *tokens*, um reconhecimento de sintagmas e, por fim, um reconhecimento de esquemas sintático-semânticos.

Tendo em vista a meta de recuperação, são necessários quatro recursos linguísticos relacionados com as quatro etapas do tratamento: 1) Dicionário para a segmentação; 2) Dicionário morfossintático; 3) Dicionário sintático; 4) Dicionário sintático-semântico.

3.4. Dicionário de *tokens*/Análise tipográfica

Os tokens são unidades linguísticas mínimas, definidas de um ponto de vista tipográfico: assim parte das palavras simples como de

ou *chat*³⁶, mas também palavras compostas contínuas e não ambíguas, como *pomme de terre*³⁷ ou *chien de garde*³⁸ mas não *est nécessaire de*³⁹, já que entre o auxiliar e o atributo podem inserir-se advérbios.

Para a inclusão dos predicados verbais, usamos as palavras compostas do dicionário de Michel Mathieu-Colas (2009) sobre a representação morfossintática das palavras do francês, que representam mais de 120 mil entradas. Além disso, esse dicionário usa expressões regulares que permitem reconhecer de maneira automática os diferentes sinais presentes em um texto: expressões numéricas (12, 13,4...), expressões temporais (12/12/2007, 13:34...), e outros tipos específicos (URL, fórmula matemática...).

Com o dicionário de Mathieu-Colas (2009), o TextBox constrói, a partir de um texto, uma representação XML onde cada *token* é identificado com um sinal que define sua categoria dentre os sinais seguintes: num (numérico), temp (temporal), word (palavra), punct (sinal de pontuação). Os subatributos podem ser definidos permitindo sub-categorizar certos tipos de *tokens* (subtipo = *time* para expressões temporais que denotam uma hora ou subtipo = *date* para aqueles que indicam uma data).

Após a segmentação em *tokens*, obtém-se o seguinte arquivo XML correspondente à frase de entrada: *Pierre pensait qu'il était trop tard*⁴⁰.

³⁶ Gato.

³⁷ Batata.

³⁸ Cão de guarda.

³⁹ É necessário.

⁴⁰ Pierre pensou que estava muito atrasado.

Figura 7. Arquivo XML após análise tipográfica

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8" ?>
- <doc source="D:/Text_analyzer/text_Analyser/corpus/test.txt" name="test.txt.seg.xml">
- <p>
  <token typo="tc" sign="word" sem="forename">Pierre</token>
  <token typo="lc" sign="word">pensait</token>
  <token sign="word">qu'</token>
  <token typo="lc" sign="word">il</token>
  <token typo="lc" sign="word">était</token>
  <token typo="lc" sign="word">trop</token>
  <token typo="lc" sign="word">tard</token>
  <token type="other" sign="punct">.</token>
</p>
</doc>
```

3.5. Dicionário morfossintático/Análise morfossintática

O dicionário morfossintático contém informações morfossintáticas para cada tipo de *token* previamente definido para cada tipo de palavra. Desta maneira, cada *token* que compreende uma ou mais entradas no dicionário morfossintático será afetado pelos diferentes atributos associados aos lemas correspondentes. O dicionário utilizado é fruto do trabalho de Mathieu-Colas (2009). Esse dicionário contém cerca de 800 mil formas simples e cerca de 120 mil formas compostas.

Essa etapa é necessária no que tange a inclusão dos predicados verbais, pois os esquemas baseiam-se nas noções de grupos ou sintagmas (nominais, verbais, adjetivais etc.), que somente podem ser reconhecidas após a projeção de informações morfossintáticas. Depois da passagem pelo analisador morfológico, obtém-se o seguinte arquivo XML correspondente à frase de entrada: *Pierre pensait qu'il était trop tard.*

Figura 8. Saída XML após análise morfossintática

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8" ?>
- <doc source="D:/Text_analyzer/text_Analyser/corpus/test.txt" name="test.txt.morph.xml">
- <p>
  <token typo="tc" sign="word" sem="forename">Pierre</token>
  - <token typo="lc" sign="word">
    <morph tense="Ind-imp" cat="V" pers="3" number="S" lemma="penser" />
    pensait
  </token>
  - <token sign="word">
    <morph cat="conj" lemma="que" />
    <morph cat="PRO" lemma="que" />
    qu'
  </token>
  - <token typo="lc" sign="word">
    <morph cat="PRO" pers="3" number="S" lemma="il" gender="M" />
    il
  </token>
  - <token typo="lc" sign="word">
    <morph tense="Ind-imp" cat="V" pers="3" number="S" lemma="être" />
    était
  </token>
  - <token typo="lc" sign="word">
    <morph cat="ADV" lemma="trop" />
    trop
  </token>
  - <token typo="lc" sign="word">
    <morph cat="ADV" lemma="tard" />
    tard
  </token>
  <token type="other" sign="punct">.</token>
</p>
</doc>
```

3.6. Dicionário de sintagmas/Análise sintática

Tendo em vista que os esquemas sintático-semânticos são constituídos de grupos sintáticos, faz-se necessário reconhecê-los antes da aplicação dos esquemas. Desse ponto de vista, e dado que o TextBox ainda é um programa recente, desenvolvido a partir de meados de 2006, na sua elaboração foram usadas regras que permitem identificar:

- grupos nominais: 17 regras;
- grupos adjetivais: 13 regras;

- grupos adverbiais: 05 regras;
- grupos verbais: 13 regras.

Essas regras foram aplicadas e testadas no *corpus Le Monde* 1991-2002 anotado⁴¹ no LDI.

Isso significa que, até o momento, o TextBox não é capaz de reconhecer frases, e conseqüentemente, as regras subsequentes que usam esse elemento não serão reconhecidas globalmente, o sistema será capaz de identificar somente o começo da proposição.

3.7. Dicionário sintático-semântico/ Análise sintático-semântica

O dicionário semântico é um dicionário de argumentos (palavras simples e compostas às quais são associadas uma ou mais classes semânticas) e um dicionário de predicados. Neste último caso, cada sequência prediativa (esquema sintático-semântico) será afetada por um valor semântico (até o momento, a classe semântica prediativa e seus argumentos). Note-se que o modelo permite uma atribuição múltipla: uma palavra pode ser ao mesmo tempo predicado e argumento, uma palavra pode igualmente – mesmo o caso dos nomes, adjetivos e verbos mais frequentes – pertencer a várias classes de objetos. Segue como exemplo, depois de passar pelo analisador semântico o arquivo XML correspondente à frase de entrada: *Pierre pensait qu'il était trop tard.*

⁴¹ Balizados.

Figura 9. Arquivo XML após análise sintático-semântica

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8" ?>
- <doc source="D:/Text_analyzer/text_Analyser/corpus/test.txt" name="test.txt.morph.xml">
- <p>
- <PRED sem="croire(X,P)" schemas="SN[sem='hum'] SV[lemma='penser] que P" X="Pierre" P="qu'il était trop tard">
  <phrase type="NP" head="Pierre" sem="forename">Pierre</phrase>
  <phrase type="VP" head="penser" tense="Ind-imp" cat="V" pers="3" number="S" lemma="penser">pensait</phrase>
- <clause type="compl">
  - <token sign="word">
    <morph cat="conj" lemma="que" />
    qu'
  </token>
  <phrase type="PRON" head="il" pers="3" number="S" lemma="il" gender="M">il</phrase>
  <phrase type="VP" head="être" tense="Ind-imp" cat="V" pers="3" number="S" lemma="être">était</phrase>
- <token type="lc" sign="word">
  <morph cat="ADV" lemma="trop" />
  trop
</token>
- <token type="lc" sign="word">
  <morph cat="ADV" lemma="tard" />
  tard
</token>
<token type="other" sign="punct">.</token>
</clause>
</PRED>
</p>
</doc>
```

3.8. Experimentação

O experimento realizado fez uso das descrições sintático-semânticas a fim de reconhecer nos textos as sequências ali representadas. Dessa maneira trabalhou-se com a classe de verbos de cognição, que corresponderam a 289 lemas verbais e 486 padrões sintático-semânticos. Foi realizado um teste em um *corpus* interno composto por 1.034 frases retiradas do próprio dicionário.

Antes de lançar o reconhecimento, foi preciso converter as descrições sintático-semânticas de acordo com o formalismo utilizado pelo TextBox. Então, foi calculada uma *F-measure*⁴² (50% *silence*⁴³, 50% *bruit*⁴⁴) sobre os exemplos previamente categorizados segundo seu emprego. Chegou-se ao resultado de 94,10%, o que é muito encorajador, mas preliminar levando em conta o *corpus*.

⁴² *F-measure* (*F-measure* em inglês) é uma medida que combina noção de precisão e retomada.

⁴³ Silêncio.

⁴⁴ Barulho.

Uma tipologia inicial de erros fez surgir os elementos seguintes:

- Erros de identificação de sintagmas: *Marc a enfin trouvé le fin mot de l'histoire dans le passé de la victime*⁴⁵ ↔ *N0<hum> V[trouver] N1<hum,in> Prép N2<loc>*

- Valor semântico errôneo de argumentos: *N0<hum> V[considérer] N1<hum,in> comme [étant] N2<hum,in>* ↔ *Marc considère ce tableau comme une croûte*.⁴⁶

- Descrição linguística falha: *N0<hum> V[chercher] N1<hum,in> [Prép N2<loc,in>]* ↔ *Marc cherche ses clés dans la foule*.⁴⁷

Uma avaliação externa para o ajuste das regras linguísticas está em andamento em um *corpus* de um ano de tiragem do *Le Monde*, bem como a integração de outros empregos descritos no DicoSem.

CONCLUSÃO

Os dicionários semânticos do LDI estão sendo desenvolvidos e informatizados. Enquanto o modelo descritivo está bem definido, foi feito um esforço para sistematizar e informatizar essas descrições. O objetivo deste artigo é fornecer uma imagem desses trabalhos. Até o momento restam ainda três grandes tarefas a serem concluídas:

- validar e corrigir os esquemas sintático-semânticos a partir de análises automáticas de *corpus* via TextBox;
- descrever outras classes de verbos;

⁴⁵ Marc encontrou enfim a palavra final da história no passado da vítima.

⁴⁶ Marc considera esse quadro uma crosta.

⁴⁷ Marc procura suas chaves na multidão.

- explicitar progressivamente o conjunto de propriedades presentes no modelo.

Em relação ao desenvolvimento em TAL (Tratamento Automático da Linguagem) detalham-se os desenvolvimentos realizados:

- disponibilização de um gerador de base de dados lexicográficos que permite acesso por internet;
- disponibilização de uma plataforma de análise linguística que permite testar recursos linguísticos no *corpus*.

Tendo em vista o exposto, dois grandes trabalhos estão por fazer:

- implementação de fenômenos discursivos no TextBox, no cálculo de padrões sintático-semânticos;
- simplificação dos formalismos descritivos a fim de que os intervenientes linguistas possam interagir diretamente com o sistema.

REFERÊNCIAS

BUVET, Pierre-André. *La dimension lexicale de la détermination du français*. Paris: Éditions Champion, 2012.

BUVET, Pierre-André. Quelle description lexicographique du figement pour le TAL? Le cas des adjectifs prädicatifs à forme complexe. In: BLUMENTHAL, Peter; MEJRI, Salah (Eds.). *Les séquences figées: entre langue et discours*. (Zeitschrift für Französische Sprache und Literatur, n. 36). Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2008. p. 43-54.

BUVET, Pierre-André et al. Morfetik, ressource lexicale pour le TAL. In: TALN – Traitement Automatique du Langage Naturel, 2009, Senlis. *Actes...* Senlis, 2009. p. 24-26. Résumé.

CARTIER, Emmanuel. TextBox, a Written Corpus Tool for Linguistic Analysis. In: FAIRON, Cédric et al. (eds.). *Building and Exploring Web Corpora* (WAC3 - 2007). Cahiers du CENTAL, v. 4. Louvain-la-Neuve: Presses universitaires de Louvain, 2007. p. 33-42.

CARTIER, Emmanuel. Intégration des prédicats verbaux dans l'analyseur sémantique TextBox: l'exemple des verbes de cognition. *Verbum*, Paris, numéro spécial, p. 87-111, 2008.

CUNNINGHAM, Harry; MAYNARD, Diana; BONTCHEVA, Kalina; TABLAN, Valentin. GATE: A Framework and Graphical Development Environment for Robust NLP Tools and Applications. In: ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS – ACL, 40., 2002, Philadelphia. *Proceedings...* Philadelphia, 2002. p. 168-175.

DUBOIS, Jacqueline; DUBOIS-CHARLIER, François. *Les verbes français*. Paris: Larousse, 1997.

FRANÇOIS, Jacques; LE PESANT, Denis; LEEMAN, Danielle (ed.). Le classement syntactico-sémantique des verbes français. *Langue française*, v. 153, p. 118-130, 2007.

GREZKA, Aude. *Les prédicats de perception*. Traitement de la polysémie (Les sens des sens). 2006. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Université Paris 13, Villetaneuse, 2006.

GREZKA, Aude. *La polysémie des verbes de perception visuelle*. Paris: L'Harmattan, 2009. (Collection Sémantiques).

GREZKA, Aude; MARTIN-BERTHET, Françoise (ed.). *Les classes de verbes*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2008. v. 1.

GROSS, Gaston. Classes d'objets et description des verbes. *Langages*, v. 115, p. 15-30, 1994.

GROSS, Gaston. Pour une typologie des prédicats nominaux. *Studia Romanica Upsaliensis*, v. 56, p. 221-230, 1998.

GROSS, Gaston. Pour un Bescherelle des prédicats nominaux. In: GROSS, Gaston; PONTONX, Sophie de (ed.). *Les verbes supports: nouvel état des lieux*.

Lingvisticae Investigationes, fascicule spécial. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 2004. v. 27, n. 2, p. 343–358.

GROSS, Gaston; VIVES, Robert (ed.). Syntaxe des noms. *Langue française*, v. 69, 1986.

GROSS, Maurice. *Méthodes en syntaxe*. Régime des constructions complétives. Paris: Hermann, 1975.

HARRIS, Zellig. *Notes du cours de syntaxe*. Paris: Le Seuil, 1976.

HARRIS, Zellig. *Language and Information*. New York: Columbia University Press, 1988.

LE PESANT, Denis; MATHIEU-COLAS, Michel (ed.). *Les classes d'objets*. Langages. Paris: Larousse, v. 131, 1998.

LEVIN, Beth. *English Verb Classes and Alternations: A Preliminary Investigation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

MATHIEU-COLAS, Michel. *Dictionnaire morphologique du français*. I: Formes simples. Rapport technique du LLI. Villetaneuse: Université Paris 13, 1996–2006.

MATHIEU-COLAS, Michel. Essai de typologie des noms composés français. *Cahiers de Lexicologie*, v. 69, p. 71–125, 1996.

MATHIEU-COLAS, Michel. Morfetik: une ressource lexicale pour le TAL. *Cahiers de Lexicologie*, v. 1, n. 94, p. 137–146, 2009.

MEJRI, Salah. *Le figement lexical: descriptions linguistiques et structuration sémantique*. v. X. Manouba: Publications de la Faculté des lettres de la Manouba, 1997. (Série linguistique).

MEL'CUK, Igor. Collocations: définition, rôle et utilité. In: GROSSMANN, Francis; TUTIN, Agnès (ed.). *Revue Française de Linguistique Appliquée: les collocations – analyse et traitement*. Paris, 2003. p. 23–31.

SILBERZTEIN, Max. *NooJ: A Cooperative, Object-Oriented Architecture for NLP, INTEX pour la Linguistique et le traitement automatique des langues*. Cahiers de la MSH Ledoux. Franche-Comté: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2004.

SILBERZTEIN, Max. NooJ's Dictionaries. In: LANGUAGE AND TECHNOLOGY CONFERENCE – LTC, 2., 2005, Poznań. *Proceedings...* Poznań: Poznań University, 2005.

WIDLÖCHER, Alain; BILHAUT, Frédéric. LinguaStream: An Integrated Environment for Computational Linguistics Experimentation. *In: EUROPEAN CHAPTER OF THE ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS – EACL, 11., 2006, Trento. Proceedings...* Trento, 2006. p. 95–98.

DIACRONIA DOS SUFIXOS -IZAR E -IFICAR EM PORTUGUÊS

Rui Abel Pereira*

INTRODUÇÃO

Vários linguistas têm vindo a alertar nas últimas décadas para o facto de serem escassos, mas absolutamente necessários, os estudos de morfologia diacrónica em português, especialmente no que aos processos de formação de palavras diz respeito (cf. Rio-Torto, 1998; Booij, 2005; Viaro, 2006; 2010), uma vez que em qualquer fase histórica da língua, nomeadamente na sincronia atual, convivem unidades lexicais formadas em diferentes sincronias pretéritas. Como alerta Graça Rio-Torto, num artigo programático sobre as relações entre *sincronia*, *diacronia* e *análise genolexical*,

[...] a descrição do modo de funcionamento de uma língua num dado segmento temporal não só incorpora uma dimensão evolutiva, como também não raro não prescinde de explicações históricas, que evidenciem o percurso diacrónico dessa língua, feito tanto de continuidades quanto de mudanças, e que em larga medida ajudam a esclarecer o presente (Rio-Torto, 1998, p. 137).

* Universidade de Coimbra, CELGA / Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas. Coimbra, Portugal, ruiabelp@gmail.com.

É com base neste pressuposto teórico que, neste artigo, refletiremos sobre a evolução dos sufixos *-izar* e *-ificar* em português, apontando os fatores internos à própria língua ou relacionados com a história social e cultural do país, que contribuíram para a sua utilização em vários domínios técnico-científicos e para a diferente representatividade e disponibilidade que evidenciam no momento atual da língua portuguesa. Se atualmente são dois dos sufixos com maior número de ocorrências em verbos derivados, o mesmo não acontecia nos primeiros estádios da língua portuguesa, em que tinham uma presença quase residual.

Em que momento(s) da história se verificou o incremento de atestações de verbos em *izar* e *-ificar* em português? Que fatores foram decisivos nesse processo?

A análise de bases de dados lexicográficos de diferentes épocas permite-nos observar, ainda que de forma imperfeita, dadas as limitações subjacentes à análise de tais *corpora*, o percurso diacrónico dos sufixos sob escopo e responder às perguntas formuladas.

1. O PERCURSO DIACRÓNICO DOS SUFIXOS

Os dicionários são monumentos do mais valioso património de uma comunidade, são um testemunho privilegiado da memória linguística e uma fonte inexaurível de leitura estudiosa e de reflexão metalinguística (Verdelho, 2004, p. 413).

Nos primeiros séculos da língua portuguesa, os sufixos *-izar* e *-ificar* tinham uma fraquíssima representatividade. No *Dicionário de Verbos do português medieval (DVPM)*, uma base de dados já preparada a partir de um subcorpus de textos do *Corpus Informatizado*

do Português Medieval (séculos XII a XIV), estão atestados 3 verbos em -izar (autorizar, baptizar, escandalizar) e 13 em -ificar (*certificar, crucificar, edificar, frutificar, fortificar, glorificar, mortificar, pacificar, santificar, significar*), dos quais três integram a unidade prefixal *a-* (*acertificar, amortificar, apacificar*).

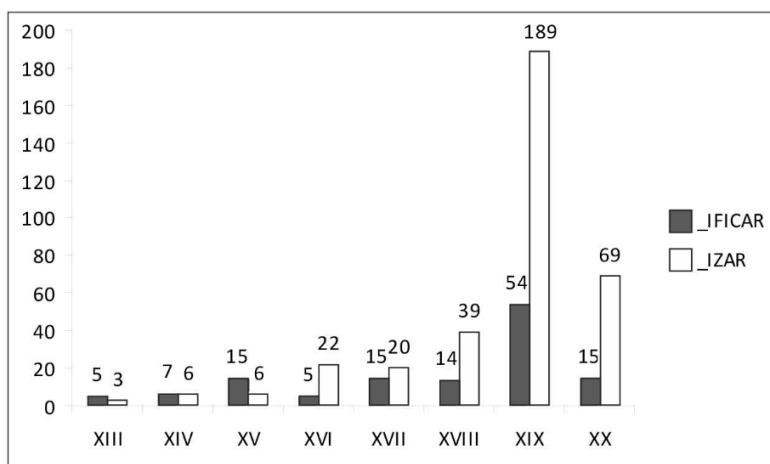
Como também se pode observar, a maior parte desses verbos remete para processos de carácter religioso, edificante ou apologético, como é natural no ambiente cultural dessa época histórica.

Essa situação pouco se alterou até ao final do século XVI. O dicionário de Jerónimo Cardoso, na edição de 1592, integra pouco mais do que uma dezena de verbos com cada um dos sufixos em análise: 13 verbos sufixados com -ificar (*certificar, clarificar, crucificar, danificar, especificar, glorificar, justificar, mortificar, notificar, pacificar, retificar, sacrificar, sanctificar*); e 10 com -izar (*autorizar, bautizar~boutizar, cano-nizar, escandalizar, feitorizar, martirizar, profetizar, solenizar, sotilizar, tiranizar*). A estes acrescem alguns verbos prefixados (*contemporizar, desautorizar, envernizar*) e parassintéticos/circunfixados (*atemorizar*). Existem ainda alguns verbos que apenas estão atestados indiretamente em vocábulos como *versificador* ou *melanconizado* na medida em que essas palavras se formam, respetivamente, sobre os verbos *°versificar* e *°melanconizar*, derivacionalmente anteriores a elas (*verso* > *versificar* > *versificador*; *melanconia* > *melanconizar* > *melanconizado*). Isso acontece porque o falante tem a capacidade de estabelecer uma relação direta entre uma base lexical e uma palavra complexa que está situada derivacionalmente dois estádios à sua frente, em resultado de um “salto de etapas” (Sandmann, 1994) ou da unificação de dois esquemas de formação de palavras (Booij, 2010, p. 7-8).

As atestações dos dois sufixos aumentam gradualmente nos séculos seguintes, intensificando-se nos séculos XIX e XX, como se

pode verificar no gráfico que se segue. Em termos absolutos, é nessas fases históricas que, segundo dados retirados do *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009), se verifica o maior aumento dos dois *corpora* de verbos sufixados.

Figura 1. Distribuição dos verbos em *-ificar* e *-izar* em função do período de atestação



São vários os fatores que terão contribuído para essa “explosão” lexical, com epicentro no século XIX:

1. Em primeiro lugar, é nos finais do século XVIII e início do século XIX que se verifica, no português, a adaptação da linguagem científica antes veiculada essencialmente pelo latim. Na história da língua portuguesa, é na segunda metade do século XVIII, um pouco tardiamente em relação a outros espaços europeus, que se verifica o início da modernidade tecnológica, acompanhada pelo esforço de classificação e de sistematização dos conhecimentos científicos. Segundo Verdelho (1994; 1998), as linguagens especializadas foram um importante im-

pulsionador para ultrapassar a tutela que o latim exercia sobre o português, permitindo criar novas dependências na importação lexical em relação aos idiomas modernos, nomeadamente ao francês. Essa tendência encontra o seu melhor testemunho no *Vocabulário* (10 v., 1712-1728) de Raphael Bluteau, cuja orientação de integração dos termos científicos é ostentada no título:

Vocabulario Portuguez, e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtuologico, Indico, Ifagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rethorico, Rustico, Romano; Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerido a ElRey de Portugal, D. João V, pelo Padre D. Raphael Bluteau (Bluteau, 1712).

Depois de Bluteau, a dicionarização das ciências em português tornou-se relativamente frequente nos finais do século XVIII (cf. Verdelho, 1994; 1998). Esse movimento manifesta-se em obras como o *Receptuario lusitano chymico-pharmaceutico, medico-chirurgico* [...], escrito em 1749 por Manuel Gomes de Lima Bezerra; o *Compendio de Botanica, ou Noçoens elementares desta sciencia, segundo os melhores escritores modernos, expostas na lingua portugueza* (1788) da autoria de Felix Avellar Brotero; ou o *Dicionário dos termos técnicos de história natural* (1788) de Domingos Vandelli.

A obra de Bluteau e o movimento de dicionarização que ela inaugura tiveram um papel central no movimento de elevação da língua portuguesa ao nível de uma língua de cultura equiparável ao latim e capaz de o substituir em diversas situações de interação linguística, não apenas na linguagem comum, mas também na comunicação científica.

2. Os séculos XIX e XX são férteis em avanços científicos e técnicos. O esforço de industrialização e modernização do país e o desenvolvimento de ciências como a Medicina, a Química ou a Informática proporcionaram a introdução de novas palavras na língua portuguesa, seja a partir dos recursos fornecidos pela própria língua, seja a partir da importação de empréstimos, com ou sem a sua adaptação aos sistemas fonológico e grafemático do português. Consequentemente, a partir dessa data, o vocabulário do português enriqueceu-se, como o de todas as línguas europeias, com um número considerável de termos que designam conceitos e objetos relativos aos avanços tecnológicos que marcaram essas épocas (e.g. *automóvel, electricidade, hipnotizar, telefone, televisão, software* etc.).

3. A partir do século XVIII, a língua portuguesa intensifica o convívio interlinguístico com outras línguas europeias, o que promoveu a adoção de empréstimos ou estrangeirismos (Verdelho, 2001).

Nos finais do século XVIII, a lexicografia portuguesa viveu num clima de efervescência produtiva, alguma dela bilingue, que pôs o português em contacto com outras línguas europeias, nomeadamente o francês, o inglês e o italiano. Nessa época, em vez de os escritores continuarem a adotar e a adaptar termos latinos, passaram abertamente a importar vocábulos do francês, fruto da influência que então a França exercia em domínios tão diversos como a política, a economia, a moda, a produção científica e a literatura. Como refere Paul Teyssier,

C'est dans le cours du XVIII^e siècle, et surtout à partir de 1750, que l'influence culturelle de la France devient prépondérante au Portugal. Il va en résulter des conséquences linguistiques très importantes: le gallicisme va se répandre de mille façons dans le portugais, non seulement au niveau du vocabulaire, mais aussi à celui de la morphologie et de la syntaxe. Ce *francesismo* intéresse bien entendu tous les aspects de la vie portugaise: l'art de vivre, la mode, l'histoire des idées, la politique, la littérature, etc. (Teyssier, 1994, p. 468).

Durante esse período, um conjunto de galicismos entrou na nossa língua através de traduções francesas de autores de diversas origens linguísticas, a maioria franceses, mas também ingleses, alemães e russos, veiculando as ideias do Iluminismo, da estética neoclássica e, mais tarde, do Romantismo.

A semelhança da língua francesa com a nossa foi um fator que facilitou a importação desses termos. É sabido que a implantação de um neologismo é tanto mais viável quanto mais ele se adequar às estruturas e regras do sistema linguístico em que passa a ser integrado, uma vez que este facto facilita o seu processamento semântico e consequente memorização (Correia, 1996).

No século XIX, o recurso ao galicismo passa a ser frequente, tornando-se uma moda condenada pelos puristas. Se por um lado os portugueses se encontravam fascinados pela cultura francesa, por outro surgem contestações a essa influência e denúncias dos seus inconvenientes. Filinto Elísio (1817-1819), na Carta ao Amigo Brito, condena o “bastardo francesismo” e “os remendos de mal alinhavada francesia”. É também célebre a frase de Eça de Queirós, plasmada na obra *A correspondência de Fradique Mendes* (memórias e notas), de que “Lisboa é uma cidade traduzida do francez em calão”.¹

¹ Para uma análise mais detalhada da polémica gerada no século XIX em torno do uso

Os dicionários dessa época não escapam a essa tendência cultural, sendo a influência francesa notória em algumas das soluções propostas para o aportuguesamento formal de novas palavras que iam sendo introduzidas na língua. Nos dicionários de Silva (1789) e de Vieira (1871), a par dos verbos terminados em *-izar*, existe uma forma sufixal alternante *-isar* de matriz francesa (e.g. *agonisar*, *alcalisar*, *amenizar*, *ciceronisar*, *mithologisar*, *prussianisar*), sem qualquer critério que aparentemente diferencie a sua utilização.

O século XX e a segunda Guerra Mundial marcam o deslocamento do centro de influência linguística para o ocidente. Depois da Segunda Grande Guerra, por razões políticas, económicas, científicas e técnicas, a língua inglesa, sobretudo sob a forma americana, ganhou em Portugal uma importância considerável, em detrimento do francês. Esse facto está relacionado com a expansão do ensino do inglês nas escolas, com a divulgação em massa de livros, filmes, músicas e jogos, e com a massificação do inglês como língua de intercomunicação internacional nos negócios e na ciência, daí resultando gradualmente o incremento do prestígio da cultura e língua anglo-americanas na comunidade de falantes do português. Consequentemente, no domínio lexical, o inglês passou a ser utilizado como fonte privilegiada de empréstimos, quando há e mesmo quando não há necessidade, uns usados na forma original, outros adaptados à morfologia do português.

O *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009) dá notícia da influência linguística exercida pelo francês e pelo inglês no surgimento de alguns verbos em *-izar* em português. No Quadro 1, apresenta-se o número e alguns exemplos de verbos sufixados com *-izar* explicitamente referenciados nesse dicionário quanto à sua origem francesa ou inglesa.

de francesismos na língua portuguesa, veja-se Machado (1983).

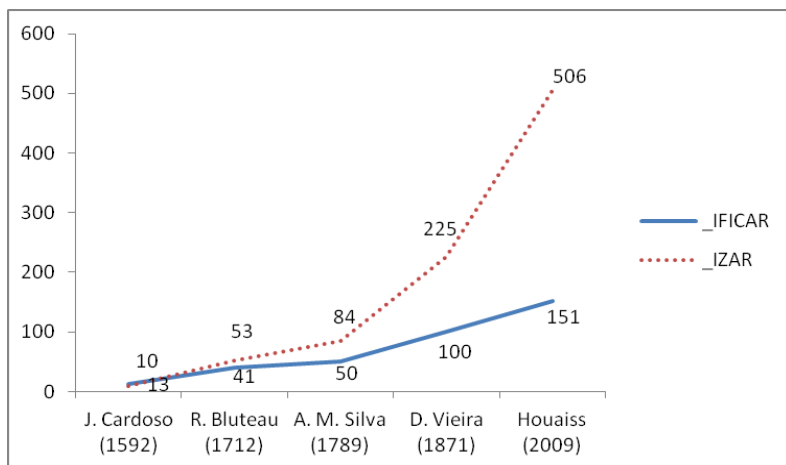
Quadro 1. Verbos em *-izar* de origem francesa ou inglesa

Língua de origem	Número de verbos	Exemplos
Francês	37	<i>caracterizar, esterilizar, organizar, simbolizar, poetizar, formalizar, indenizar, legalizar, economizar, democratizar, galvanizar, climatizar, colonizar, fanatizar, popularizar, uniformizar, idealizar, dramatizar, mecanizar, sindicalizar...</i>
Inglês	9	<i>colorizar, estandardizar, maximizar, metamerizar, polemizar, pressurizar, privatizar, solarizar, unitizar</i>

Como se pode observar, é clara a preponderância de verbos em *-izar* de proveniência francesa sobre os verbos de origem inglesa no Dicionário Houaiss (2009). Todavia, no nosso entender, essa proporcionalidade tende a atenuar-se, podendo até inverter-se, dado o elevado influxo que, nos últimos tempos, se tem verificado de termos provenientes do inglês, sobretudo em domínios técnico-científicos (e.g. Informática) com forte implantação e pujança na sociedade global atual.

Em suma: a transposição para o português de diversas obras literárias e científicas, a efervescência da produção lexical decorrente dos avanços da ciência e da técnica e o convívio interlinguístico, especialmente com o francês e, mais recentemente, com o inglês, levou a que fossem introduzidos na língua portuguesa novos verbos sufixados com *-izar* e *-ificar* que eram desconhecidos dos falantes no português arcaico e moderno ou, pelo menos, não mereceram a atenção e não foram tidos em consideração pelos escritores e lexicógrafos dessas épocas. A análise de dicionários de várias épocas permite-nos observar que os dois sufixos viram os seus *corpora* crescerem de forma acentuada nos séculos XIX e XX.

Figura 2. Evolução do número de verbos em *-ificar* e *-izar* nos dicionários



A Figura 2 dá conta de que, no último século, o número de verbos em *-ificar* dicionarizados aumentou cerca de 50% e o dos verbos em *-izar* duplicou.

Tal como Verdelho (1994, 2001), pensamos que um grande número de empréstimos resulta de uma prática internacionalista que caracteriza as linguagens especializadas.

Esta convivência interlingue provocou a emergência do estrangeirismo, para além das linguagens especializadas, também no português coloquial quotidiano, e de forma tão abundante que será esta talvez a mais importante via de inovação lexical, no português contemporâneo (Verdelho, 1994, p. 347).

Algumas línguas mais inovadoras acabam por impor os seus modelos terminológicos, criando-se desta forma um *corpus* terminológico interlingue, mais ou menos universal, aclimatado de diferentes formas a cada língua particular.

2. OS SUFIXOS *-IFICAR* E *-IZAR* NA SINCRONIA ATUAL DO PORTUGUÊS

Tendo tido, como vimos, um percurso diacrónico similar, é muito diferente a representatividade atual dos sufixos *-izar* e *-ificar* no paradigma de formação de verbos a partir de bases nominais ou adjetivais. No Quadro 3, apresentam-se os valores absolutos e relativos de verbos com esses dois sufixos num universo de 1.466 verbos derivados por sufiação em português (cf. Pereira, 2007, p. 53-54).

Quadro 3. Representatividade dos sufixos *-izar* e *-ificar* no português atual

Sufixos	Total de verbos atestados	Valor relativo
<i>-IZAR</i>	506	34,51%
<i>-IFICAR</i>	151	10,30%

Da análise desse quadro pode-se concluir que os verbos sufixados com *-izar* constituem cerca de um terço do total de verbos sufixados e mais do triplo dos verbos em *ificar*. Que motivo(s) terão contribuído para o aumento exponencial de verbos sufixados com *-izar*, especialmente em relação aos verbos em *-ificar*?

Têm sido apresentadas várias explicações para esse facto: (i) o carácter mais ou menos internacional dos sufixos; (ii) diferenças de natureza tecnoleal; e (iii) diferenças ao nível da seleção das bases.

Sempre que se analisa o sufixo *-izar* (ou os seus equivalentes em diversas línguas: cf. castelhano *-izar*; catalão *-itzar*; italiano *-izzare*; francês *-iser*; inglês *-ize*) faz-se referência ao carácter internacional desse sufixo para explicar a sua produtividade e representatividade atuais. Vários autores (cf. Reinheimer, 1968; Guilbert, 1975; Lieber,

1998; Serrano-Dolader, 1999) assinalam que o facto de o sufixo ser partilhado internacionalmente pela maior parte das línguas de cultura favorece a sua utilização na partilha dos desenvolvimentos da ciência e da tecnologia em detrimento dos outros operadores afixais.

Embora esse seja um fator importante, não nos parece que seja o fator decisivo para a representatividade e produtividade atual do sufixo *-izar*. Se assim fosse, esperar-se-ia igual representatividade do sufixo *-ificar*, também ele presente em várias línguas europeias (cf. castelhano e catalão *-ificar*; italiano *-ificare*; francês *-ifier*; inglês *-ify*), o que não se verifica, como vimos no Quadro 3.

Outras análises apontam para o caráter erudito ou culto do sufixo *-ificar* (Ali, 1964, p. 247), podendo esse traço ser de alguma forma inibidor da sua divulgação social. De facto, cerca de 30% das formas de base a que se acopla esse sufixo são formas marcadas com o traço [+latino] ou [+erudito], sendo, do ponto de vista sincrónico, consideradas variantes alomórficas mais ou menos supletivas de unidades lexicais com autonomia sintática, isto é, usadas como vocábulos na língua. Por exemplo, em verbos como *acetificar*, *albificar*, *aurificar* ou *petrificar*, as bases seleccionadas (*acet-*, *alb-*, *aur-* e *petr-*, respetivamente) são variantes formais, usadas em contexto derivacional, das palavras *azedo*, *branco*, *ouro* e *pedra*.

O caráter [+ latino] ou culto do sufixo *-ificar* ajuda a explicar a sua presença em séries de verbos corradicais (e.g. *acetificar/azedar*; *dulcificar/adoçar*; *petrificar/apedrejar* etc.). Em função da necessidade de designação e de diferenciação referencial, a língua dispõe de diferentes modelos de formação de verbos com recurso a bases etimologicamente diferentes ou com percursos diacrónicos diferentes – uma latina e outra autóctone –, o que é um fenómeno comum a várias línguas, incluindo as anglo-germânicas.

Many de-adjectival verbs formed with a suffix as *-en* or *-ify* inherit opposition relations from their root adjectives: *lengthen/shorten, strengthen/weaken, prettify/uglify*, for example. [...] Synonyms of these verbs, when they exist, are generally of Latin or Greek origin and tend to be more constrained in the range of their potential arguments; that is to say, they are usually reserved for more specialized uses. Thus, *fortify* is a synonym of *strengthen*... (Miller; Fellbaum, 1992, p. 222-223).

O caráter culto do sufixo está também relacionado com o facto de muitas formações verbais em *-ificar* pertencerem a vocabulários técnico-científicos (cf. *acetificar, dulcificar, ossificar, vinificar* etc.). Todavia, a análise dos verbetes dos verbos sufixados com *-ificar* e *izar* no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009) permitiu verificar que os dois sufixos não são muito diferentes no que à utilização em linguagens especializadas diz respeito. No Quadro 4, apresentam-se os dados referentes à utilização dos dois operadores sufixais em domínios temáticos de caráter técnico-científico.

Quadro 4. Referenciação dos verbos em *-ificar* e *-izar* a áreas técnico-científicas

Sufixos	Usos tecnoletais	
	Valor absoluto	Valor relativo
-IFICAR	42	27,8%
-IZAR	95	18,8%

Relativamente ao sufixo *-ificar*, são referenciados usos tecnoletais em pouco mais de um quarto das atestações, destacando-se a sua presença nos domínios da Química ou da Físioquímica (12 atestações), Medicina (4) e dos termos jurídicos (5). A ideia de que a vitalidade que o sufixo *ificar* tem atualmente se deve à sua frequência

de uso na linguagem técnico-científica deve ser, por conseguinte, atenuada. A maioria dos verbos em *-ificar* é usada em registros não marcados do ponto de vista sociolinguístico (e.g. *clarificar*, *classificar*, *dignificar*, *diversificar*, *especificar*, *exemplificar*, *falsificar*, *fortificar*, *justificar*, *pacificar*, *significar*, *simplificar*, *verificar*).

O sufixo *-izar* aparece relacionado a áreas técnico-científicas mais diversificadas e em maior número, embora percentualmente esse valor seja inferior ao de *-ificar*. As áreas com um valor de incidência maior são a Química/Fisioquímica (20 atestações), a Linguística (17) e a Medicina (6).

Mais do que o caráter internacional ou a valorização sócio ou tecnoletal, a diferente representatividade (e produtividade) atual dos sufixos em análise deve-se sobretudo à maior ou menor flexibilidade demonstrada pelos sufixos na hora de selecionar bases derivacionais (Pereira, 2004) e à sua capacidade significadora.

Comparando os verbos derivados por intermédio de *-izar* e de *-ificar*, podemos constatar que não são iguais as propriedades morfológicas e sintático-semânticas das bases selecionadas por estes dois sufixos nem as suas possibilidades de significação.

Em primeiro lugar, as bases selecionadas por *-ificar* são maioritariamente adjetivos e nomes simples (e.g. *claro* > *clarificar*; *falso* > *falsificar*; *puro* > *purificar*; *classe* > *classificar*; *dano* > *danificar*; *fruto* > *frutificar*; *osso* > *ossificar*). Em contraste, a adjunção de *-izar* não apresenta restrições de caráter morfológico, podendo acoplar-se a bases simples (e.g. *carbono* > *carbonizar*; *suave* > *suavizar*) ou complexas (e.g. *americano* > *americanizar*; *comercial* > *comercializar*; *familiar* > *familiarizar*; *dócil* > *docilizar*; *contável* > *contabilizar*).

Se, no domínio das bases simples, *-izar* e *-ificar* podem competir entre si, construindo verbos derivados aparentemente sinónimos (cf.

aerizar/aerificar; alcalizar/alcalificar; corporizar/corporificar), perante bases complexas *-izar* é ativado preferencialmente, suprimindo as limitações de *-ificar* e de outros processos/afixos verbalizadores. Em contraste com os restantes operadores afixais, *-izar* seleciona bases terminadas em determinadas classes afixais (não necessariamente derivadas e/ou analisáveis em português): (i) seleciona de modo (quase) exclusivo bases nominais de origem grega terminadas em *-ma*, *-ta* e *-ia*, adjetivos denominais em *-aico/a*, *-al*, *-il* e *-ar*, e adjetivos deverbais em *-vel* (e.g. *sistema* > *sistematizar*; *democrata* > *democratizar*, *ironia* > *ironizar*; *infantil* > *infantilizar*; *secular* > *secularizar*; *rentável* > *rentabilizar*); (ii) seleciona de modo preferencial adjetivos denominais em *-ico/a*, *-ano/a* e *ino/a* (e.g. *católico* > *catolicizar*; *africano* > *africanizar*; *divino* > *divinizar*).

Verbos como *personificar* e *personalizar*, etimologicamente relacionados, demonstram a atuação dessa distribuição complementar: enquanto *-ificar* se junta a uma base simples (cf. *person-*, variante alomórfica do radical do nome *pessoa*), *-izar* opera com a uma base já derivada com o sufixo *-al* (cf. *personal-*), formando assim verbos formal e semanticamente diferentes.

São também distintas as classes semânticas de bases selecionadas pelos operadores sufixais em análise. O sufixo *-ificar* acopla-se maioritariamente a adjetivos qualificativos, que denotam estados ou propriedades que podem ser alterados por ação de uma causa (e.g. *amplo*, *claro*, *denso*, *digno*, *falso*, *forte*, *intenso*, *justo*, *puro*). Já o sufixo *-izar* pode juntar-se tanto a adjetivos qualificativos (e.g. *ameno*, *anterior*, *austero*, *eterno*, *severo*, *fútil*, *útil*) como a adjetivos relacionais, que denotam uma propriedade relativa a um nome (e.g. *européu*, *provinciano*, *divino*, *mental*, *profissional*, *universal*, *individual*, *familiar*, *cristão*).

Na formação de verbos denominais, o domínio de aplicação de *-izar* é também mais amplo que o de *-ificar*, uma vez que se acopla a um grupo mais numeroso de classes semânticas de nomes.

Quadro 5. Classes semânticas das bases selecionadas por *-ificar* e *-izar*

Classes semânticas das bases nominais	<i>-ificar</i>	<i>-izar</i>
(i) objetos ou substâncias concretas	<i>gás, gel, osso, pão, pedra, vidro, vinho</i>	<i>caramelo, carvão, fósforo, metal, ozono, vapor...</i>
(ii) estados e/ou qualidades	<i>classe, dano, glória, mito, santo, paz...</i>	<i>escravo, mártir, símbolo, visconde...</i>
(iii) lugares ou continentes	<i>céu, cruz</i>	<i>hospital, memória...</i>
(iv) produto/ resultado de um processo	<i>eletr(o), escara</i>	<i>dogma, esquema, hipérbole, monopólio, teoria...</i>
(v) agente típico ou habitual	<i>ministro</i>	<i>autor, fiscal, poeta, profeta...</i>
(vi) propriedades relacionadas com um nome próprio	<i>Cristo</i>	<i>Gôngora, Maquiavel, Pasteur...</i>
(vii) sentimentos ou sensações		<i>agonia, horror, simpatia, trauma...</i>
(viii) instrumentos		<i>binóculo, monóculo, estilete...</i>

Em suma, o sufixo *-izar* tem um domínio de aplicação mais abrangente que *-ificar*, estando apto a operar em situações estranhas a esse sufixo.

As diferenças apontadas entre os dois operadores sufixais ao nível da seleção das bases refletem-se consequentemente na variedade semântica dos produtos gerados por cada um deles. A análise comparativa desses produtos permite concluir que as classes semânticas

de verbos derivados por *-ificar* e por *-izar* apenas são parcialmente coincidentes.

Quadro 6. Classes semânticas de verbos sufixados com *-ificar* e *-izar*

Classe semântica de verbos	Paráfrase	<i>-ificar</i>	<i>-izar</i>
Resultativos	Tornar(-se) Adj Transformar em N Causar/sentir N	<i>acetificar,</i> <i>acidificar,</i> <i>beatificar,</i> <i>estratificar,</i> <i>falsificar,</i> <i>petrificar...</i>	<i>amenizar,</i> <i>escravizar,</i> <i>carbonizar,</i> <i>martirizar,</i> <i>traumatizar...</i>
Performativos	Fazer/produzir N	<i>danificar,</i> <i>frutificar,</i> <i>nidificar,</i> <i>versificar...</i>	<i>dramatizar,</i> <i>esquematarizar,</i> <i>hipnotizar,</i> <i>metaforizar...</i>
Locativos	Pôr em N, ir para N	<i>celificar,</i> <i>crucificar...</i>	<i>canonizar,</i> <i>dicionarizar,</i> <i>hospitalizar,</i> <i>memorizar...</i>
Ornativos	Prover de N, dar N a	<i>calcificar,</i> <i>plastificar...</i>	<i>arborizar,</i> <i>aromatizar,</i> <i>hifenizar,</i> <i>valorizar...</i>
Instrumentais	Fazer com N		<i>escalpelizar,</i> <i>estiletizar...</i>
Modais	Fazer como N Agir como N Exercer as funções de N		<i>pasteurizar,</i> <i>poetizar,</i> <i>profetizar,</i> <i>fiscalizar...</i>

O sufixo *-ificar* intervém principalmente na formação de verbos **resultativos**, designando esta classe os verbos que incorporam no seu radical o resultado de um processo de transformação ou mu-

tação, e, em menor escala, de verbos **performativos**, ou seja, verbos cuja base é o radical de um nome interpretável como produto ou ação efetuada. Esse sufixo também participa, embora em número quase residual, na formação de verbos **ornativos** e **locativos**, os quais incorporam, respetivamente, o objeto e o lugar saliente num processo de mudança de lugar.

Os verbos em *-izar* são semanticamente mais diversificados, apresentando para além dos tipos semânticos de verbos já referidos, verbos **instrumentais**, cuja base lexical designa um instrumento, e **modais**, também chamados “verbos de maneira”, “verbos similitivos”, “agentivos” e/ou “essivos”, que focalizam o argumento Modo/Maneira (cf. Lieber, 1998, 2004; Plag, 1999; Rio-Torto, 1998, 2004; Pereira, 2009).

CONCLUSÕES

O léxico da língua portuguesa é o resultado de um processo de sucessivas criações, importações e renovações lexicais que foram decorrendo, ininterruptamente, ao longo dos séculos. De facto, como refere Booij (2005, p. 256),

[...] change' is not always the appropriate word for what is going on. When a language acquires new words through the activities of its users, it would be better to speak of construction or innovation of language.

Essa observação é válida para o léxico em geral, mas também para os diversos *corpora* de palavras derivadas, nomeadamente para os casos dos verbos com *-ificar* e com *izar*.

A análise diacrónica empreendida permitiu mostrar que os *corpora* de verbos em *ificar* e *-izar* tiveram um percurso similar, com um aumento considerável de atestações nos séculos XIX e XX, em resultado da apropriação da linguagem científica antes veiculada pelo latim e da importação de vocábulos de outras línguas, especialmente do francês (séculos XVIII e XIX) e do inglês (século XX), tudo isso conjugado com o aumento da produção lexical em diversas áreas do conhecimento técnico-científico.

O sufixo *-ificar*, surgido a partir da reinterpretação de um modelo compositivo latino, distingue-se por selecionar, embora não exclusivamente, bases lexicais que exibem uma variante [+ latina] (e.g. *dulcificar*, *petrificar*). A explicação diacrónica para esse facto é simples: muitos dos verbos terminados em *-ificar* foram importados diretamente do latim em diversas épocas, mas com maior incidência a partir da segunda metade do século XVIII, época em que começaram a ser vertidos dessa língua para o português os vocabulários de diversas línguas especializadas.

É também a partir dessa época que os dois sufixos começam a divergir em termos de representatividade. Atualmente, *-izar* é o sufixo verbalizador mais utilizado na formação de verbos denominais e deadjetivais. Tal situação justifica-se não só pelo facto de se tratar de um sufixo internacional com forte implantação no inglês e em vários léxicos especializados, mas, sobretudo, por ser o sufixo que menos restrições impõe sobre as suas bases e, portanto, aquele que tem o domínio de aplicação mais vasto e maior capacidade significadora.

Dado que a partir da segunda metade do século XX o inglês se instituiu como o veículo linguístico privilegiado para a difusão dos avanços científicos e tecnológicos e como língua dominante nas relações internacionais, nos meios de comunicação social e em algumas

novas áreas científicas, nomeadamente na Informática, pensamos que a capacidade produtiva do sufixo *-izar* na formação de novos verbos tenderá a manter-se, com o consequente aumento deste *subcorpus* de verbos derivados. Assim o abonam novas formações surgidas nos últimos tempos, como *computorizar*, *escanerizar*~*scanerizar*, *customizar*, *renderizar*, *inicializar* (cf. Assirati, 1998; Lima, 2011).

Confirma-se deste modo a ideia de que, para entender o funcionamento sincrónico da língua, nomeadamente do setor lexicogenético, os dados diacrónicos se revelam imprescindíveis. Para além disso, ficou evidente que o entendimento cabal da história de uma língua requer o diálogo com a história social e cultural da respetiva comunidade de falantes.

REFERÊNCIAS

ALI, Manuel Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. edição melhorada e aumentada. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ASSIRATI, Elaine Therezinha. Neologismos por empréstimo na informática. *Alfa*, n. 42, p. 121-145, 1998.

BEZERRA, Manuel Gomes de Lima. *Receptuario lusitano chymico-pharmaceutico, medico-chirurgico*: ou Formulario de ensinar a receitar em todas as enfermidades, que assaltaõ ao corpo humano. Porto: Na Officina Prototypa Episcopal, 1749.

BOOIJ, Geert. *The Grammar of Words: An Introduction to Linguistic Morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BOOIJ, Geert. Construction Morphology. *Language and Linguistics Compass*, v. 4, n. 7, p. 543-555, 2010.

BROTERO, Felix Avellar. *Compendio de botanica, ou Noções elementares desta sciencia, segundo os melhores escritores modernos, expostas na língua portuguesa*. Paris: Vende-se em Lisboa, em casa de Paulo Martin, Mercador de Livros, 1788. 2 v.

CORREIA, Margarita. Solução de dificuldades linguísticas devidas à influência de outras línguas. In: SIMPOSIO IBEROAMERICANO DE TERMINOLOGÍA, 5., 1996, México. *Atas...* México: Unión Latina; El Colegio de México; ENEP Acatlán; Instituto de Ingeniería de la UNAM; Organización Mexicana de Traductores; Asociación Mexicana de Lingüística Aplicada, 1996. p. 126-133.

ELÍCIO, Filinto. *Obras completas*. 2. ed. Paris: na Oficina de A. Bobée, 1817-1819. 11 v.

GUILBERT, Louis. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.

LIEBER, Rochelle. The suffix *-ize* in English: Implications for Morphology. In: LAPOINTE, S. G.; BRENTARI, D. K.; FARRELL, P. M. (Ed.). *Morphology and Its Relation to Phonology and Syntax*. Stanford: CSLI Publications, 1998. p. 12-33.

LIEBER, Rochelle. *Morphology and Lexical Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LIMA, Carolina Akie Ochiai Seixas. *O perfil neológico dos termos da informática*. Disponível em: http://projetos.unemat-net.br/revista_norteamentos/arquivos/002/artigos/003.pdf. Acesso em: 7 ago. 2011.

MACHADO, Álvaro Manuel. *O "francesismo" na literatura portuguesa*. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação, 1983.

MILLER, George; FELLBAUM, Christiane. Semantic Networks of English. In: LEVIN, Beth; PINKER, Steven (Ed.). *Lexical & Conceptual Semantics*. Oxford: Blackwell, 1992. p. 197-229.

PEREIRA, Rui Abel. Condições estruturais de formação de verbos em português. In: RIO-TORTO, Graça (coord.). *Verbos e nomes em português*. Coimbra: Almedina, 2004. p. 91-127.

PEREIRA, Rui Abel. *Formação de verbos em português: afixação heterocategorial*. München: Lincom Europa, 2007.

PEREIRA, Rui Abel. Unidade e diversidade semântica dos verbos derivados em português. *Verba*, v. 36, p. 15-46, 2009.

PLAG, Ingo. *Morphological Productivity*. Structural Constraints in English Derivation. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1999.

QUEIRÓS, Eça de. *A correspondência de Fradique Mendes (memórias e notas)*. Porto: Livraria Chardron de Lello, 1900.

REINHEIMER, Sandra. Les suffixes *-iser* et *-/i/fier* en français. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA ROMÁNICAS, 11., 1968, Madrid. *Actas...* Madrid: CSIC, 1968. p. 1361-1368.

RIO-TORTO, Graça. *Morfologia derivacional*. Teoria e aplicação ao português. Porto: Porto Editora, 1998.

RIO-TORTO, Graça. Morfologia, sintaxe e semântica dos verbos heterocategoriais. In: RIO-TORTO, Graça (coord.). *Verbos e nomes em português*. Coimbra: Almedina, 2004. p. 17-89.

SANDMANN, António José. Salto de etapa(s) na formação de palavras. *DELTA*, v. 10, n. 1, p. 83-87, 1994.

SERRANO-DOLADER, David. La derivación verbal y la parasíntesis. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Dir.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, v. 3, cap. 72, 1999. p. 4683-4755.

TEYSSIER, Paul. Histoire externe de la langue. In: HOLTUS, Günter (Ed.). *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, v. VI, n. 2. Tübingen: Max Niemeyer, 1994. p. 461-472.

VANDELLI, Domingos. *Dicionário dos termos técnicos de história natural*. Coimbra: Oficina da Universidade, 1788.

VERDELHO, Telmo dos Santos. Tecnolectos. In: HOLTUS, Günter (Ed.). *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, v. VI, n. 2. Tübingen: Max Niemeyer, 1994. p. 339-355.

VERDELHO, Telmo dos Santos. Terminologies na língua portuguesa: perspectiva diacrónica. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DOS LINGUAGENS IBERORROMÂNICOS DE ESPECIALIDADE, 1998, Barcelona. *La història dels llenguatges iberoromànics d'especialitat (segles XVII-XIX): solucions per al present*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1998. p. 98-131.

VERDELHO, Telmo dos Santos. Um remoto convívio interlinguístico: tradição retórica e herança metalinguística latino-portuguesa. In: EXPOSIÇÃO CAMINHOS DO PORTUGUÊS – ANO EUROPEU DAS LÍNGUAS, 2001, Lisboa. *Caminhos do Português: exposição comemorativa do Ano Europeu das Línguas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. p. 75-102.

VERDELHO, Telmo dos Santos. Dicionários: testemunhos da memória linguística. In: ENCONTRO DE HOMENAGEM A MARIA HELENA PAIVA, 2004, Porto. *Linguística histórica e história da língua portuguesa: actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2004. p. 413-427.

VIARO, Mário Eduardo. Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro*. *Estudos Lingüísticos*, v. 35, p. 1443-1452, 2006.

VIARO, Mário Eduardo. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. *Estudos de Lingüística Galega*, v. 2, p. 173-190, 2010.

Bases de dados lexicográficos

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino* [...]. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 10 v.

CARDOSO, Jerónimo. *Dictionarium latino lusitanicum et vice versa lusitanico latinum* [...]. Olyssipone: Excussit Alexander de Syqueira; expensis Simonis Lopezij, bybliopolae, 1592.

CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. *Dicionário de verbos do português medieval*. Disponível em: <http://cipm.fcsh.unl.pt/gencontent.jsp?id=5>. Acesso em: 7 ago. 2011.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau* [...]. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

VEIRA, Frei Domingos. *Grande diccionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza*. Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871. 5 v.

UM SIGNIFICADO SÓ É POUCO: DICIONÁRIO DE FORMAS HOMÔNIMAS DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO DO BRASIL

*Claudia Zavaglia**

INTRODUÇÃO

A *homonímia* é o fenômeno linguístico em que se tem a identidade de duas lexias no plano da expressão, ou seja, formas perfeitamente iguais que se distinguem semanticamente (um significante para dois significados, no plano do conteúdo) ou a identidade de duas construções gramaticais, gerando a ambiguidade. O primeiro refere-se à *homonímia* lexical e o segundo à *homonímia* estrutural.

Para a homonímia lexical, a igualdade de formas pode se realizar tanto graficamente como fonicamente. No primeiro caso, as lexias possuem identidade de grafia (homografia) e no segundo, identidade de som (homofonia). E, assim, podemos ter lexias homógrafas que: (a) são distintas quanto ao seu significado e idênticas, tanto oralmente como gramaticalmente, além de possuírem a mesma etimologia como: *banco*₁ (objeto feito para sentar) X *banco*₂ (lugar em que se de-

* Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – IBILCE, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Departamento de Letras Modernas, São José do Rio Preto-SP, zavaglia@ibilce.unesp.br.

posita dinheiro); *ponto* (porção do espaço designada com precisão) X *ponto*₂ (grau determinado numa escala de valores) X *ponto*₃ (cada parte de um discurso, texto, de uma lista de assuntos de um programa) X *ponto*₄ (cada extensão do fio de linha entre dois furos feitos por uma agulha)¹; *importar*₁ (trazer algo de outro país) X *importar*₂ (ser necessário, valer), caso esse denominado de Homonímia Semântica; (b) são distintas quanto ao fato de pertencerem a classes gramaticais diversas e serem idênticas oralmente como *abandono*₁ (substantivo) X *abandono*₂ (verbo); *ameaça*₁ (substantivo) X *ameaça*₂ (verbo), caso esse denominado de Homonímia Categorial; (c) são distintas quanto à sua origem e idênticas oralmente como *manga*₁ (fruto) [Do malaia-*la manga*.] X *manga*₂ (parte do vestuário) [Do latim *manica*, ‘manga de túnica’.], caso esse denominado de Homonímia Etimológica; (d) são distintas na sua realização oral como *apelo*₁ (substantivo) X *apelo*₂ (verbo); *aperto*₁ (substantivo) X *aperto*₂ (verbo) nas quais o substantivo realiza-se fonicamente como [e] e a do verbo como [e], caso esse denominado de Homonímia Heterófona².

Já lexias homófonas são aquelas distintas na grafia e idênticas no som, como por exemplo, *sensor* X *censor*; *cessão* (ato de ceder) X *seção* (segmento, divisão) X *sessão* (espaço de tempo que dura uma reunião, um ato), entre outras.

Por sua vez, a *homonímia* estrutural realiza-se quando temos duas construções gramaticais idênticas com sentidos diferentes: *Falei com o rapaz de maiô* (falei com o rapaz que usava maiô) X *Falei com o rapaz de maiô* (falei com o rapaz enquanto eu usava maiô).

¹ As definições de *ponto*₁, *ponto*₂, *ponto*₃ e *ponto*₄ foram extraídas do *Dicionário Didático de Português* de Biderman (1998a).

² Forma que possui grafia idêntica a de outra forma e ambas se pronunciam diferentemente.

O choque homonímico entre nome/adjetivo e nome/verbo possui uma alta frequência na língua portuguesa. É interessante notar, porém, que nos livros em que se encontram definições/estudos/pesquisas sobre a homonímia, os exemplos de homônimos citados pelos autores são sempre os mesmos, a saber, ‘são’, ‘manga’, ‘canto’, ‘cabo’, ‘alimento’, entre “poucos” outros.

Neste dicionário, não levamos em consideração a ocorrência de formas homófonas.

1. A MACROESTRUTURA

Para o arrolamento das formas homógrafas, foram utilizados o *Dicionário de frequências do português contemporâneo - DFPC* - (Biderman, 1997) e o *Dicionário didático de português* (Biderman, 1998a). Objetivei buscar formas homógrafas frequentes no português do Brasil, com o intuito de comprovar, justamente, o seu uso.

Dessa maneira, Um significado só é pouco: dicionário de formas homônimas do português contemporâneo do Brasil possui 1.483³ entradas em sua nomenclatura que vão da letra A à letra Z, em ordem alfabética, em um percurso semasiológico.

Algumas formas homônimas não fazem parte da macroestrutura do dicionário, pois não se encontravam registradas nos dicionários de partida utilizados para a elaboração da nomenclatura. É o caso do homônimo *cacete* na acepção vulgar bastante usual e empregada no português do Brasil de “pênis”, por exemplo. Além disso, tenho plena convicção de que um dicionário, seja de qualquer natureza, será

³ A nomenclatura de cada uma das letras se encontra assim dividida em quantidade: [A = 326], [B = 104], [C = 126], [D = 69], [E = 63], [F = 74], [G = 56], [H = 19], [I = 48], [J = 16], [L = 37], [M = 58], [N = 20], [O = 45], [P = 97], [Q = 25], [R = 58], [S = 99], [T = 56], [U = 19], [V = 58], [X = 3], [Z = 8].

sempre uma obra inacabada, pronta a ser revisada e alterada a partir da sua publicação.

2. A MICROESTRUTURA

A organização lexicográfica dos verbetes segue o seguinte modelo:

FORMA HOMÔNIMA

¹ [distinção som fechado ou aberto, quando houver necessidade] **class. gram.** Definição em português da entrada. *Abonação a partir de um corpus representativo da língua portuguesa do Brasil* (autores ou fontes) **REMISSÃO A OUTRO VERBETE por meio da sigla Cf. se for o caso.**

² [distinção som fechado ou aberto, quando houver necessidade] **class. gram.** Definição em português da entrada. *Abonação a partir de um corpus representativo da língua portuguesa do Brasil* (autores ou fontes) **REMISSÃO A OUTRO VERBETE por meio da sigla Cf. se for o caso.**

ⁿ**outras formas.**

O verbete-modelo proposto traz a vantagem de possuir além da sua definição, a sua ilustração contextual e/ou abonação, fato esse de suma importância para a prática lexicográfica atual, uma vez que procura explicitar claramente o significado ou o uso registrado na definição (Biderman, 1998b).

Um tipo de dicionário temático como o aqui proposto, que conste de definição e de contextualização em todas as suas entradas, estará apto para ser traduzido para qualquer língua que se desejar, justamente pelo fato de conter o significado de cada lexia homônima.

3. A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FORMAS HOMÔNIMAS

Todas as formas homônimas, bem como todas as suas acepções, possuem uma frase exemplo ou a sua contextualização para elucidar e esclarecer o seu sentido. A partir disso, considero esta obra como sendo um dicionário contextual de homônimos da língua portuguesa variante brasileira.

O *corpus* utilizado para a extração das ilustrações para este trabalho foi o *Corpus* Principal do Laboratório de Lexicografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Câmpus de Araraquara, na época com 11 milhões de ocorrências. Em não havendo a ocorrência da forma homônima no *corpus*, lancei mão do próprio *Dicionário didático de português* de Biderman (1998a), além da Revista Veja, ou melhor, alguns de seus números publicados durante meu trabalho, de forma aleatória, para o resgate de contextos. Em última instância, ou seja, quando nenhuma dessas fontes me ofereceu exemplificação, utilizei-me dos exemplos do dicionário Aurélio, principalmente da edição em CD Rom, ou seja, de 1999. Se na época eu tivesse contado com um *corpus* mais representativo da língua portuguesa, possivelmente todas as contextualizações teriam sido encontradas na própria base. A esse propósito, a não ocorrência de algumas formas homônimas no *corpus* me permite algumas reflexões, que descrevo na próxima seção.

4. A OCORRÊNCIA OU NÃO NO CORPUS DO SIGNIFICADO DE FORMA HOMÔNIMA

Quando a contextualização da forma homônima é forjada, ou seja, recebe a rubrica (INF) que quer dizer “informante”, significa que

a sua frequência é baixa ou até mesmo inexistente no *corpus*, como é o caso de *aposto*, em que a forma heterógrafa **apôsto* não produziu ocorrências, ao passo que **apôsto* se configura como sendo a lexia frequente. Nessa mesma linha estão: *arrojo*; *aterro*; *bocejo*; *contorno*; *esgoto*; *gozo*; *imposto*; *molho*; *namoro*; *pouso*; *reboco*.

O mesmo se verifica para as formas heterógrafas **gêlo* e **gélo*, em que a verbal não ocorre no *corpus*, entre outras, como: *governo*; *menosprezo*; *peso*; *selo*.

A categoria gramatical dos homônimos é indicadora, muitas vezes, de formas mais frequentes em detrimento de outras. Vejamos:⁴

Quadro 1. Categorical gramatical dos homônimos: substantivo x verbo

Substantivo x verbo: como, por exemplo, *argumento*, cuja forma verbal é inexistente no *corpus*, ao passo que a substantiva é efetivamente aquela em uso. Ressalte-se que são formas verbais flexionadas na 1ª pessoa do singular do Presente do Indicativo, cujas ações, efetivamente, não são “narradas” ou “explicitadas” com frequência. Outros exemplos são: *arquivo*; *asfalto*; *baralho*; *barro*; *bloqueio*; *bombardeio*; *confronto*; *desabafo*; *desconto*; *descuido*; *espirro*; *filtro*; *garfo*; *guincho*; *implemento*; *incentivo*; *incremento*; *instrumento*; *laço*; *manifesto*; *martelo*; *movimento*; *oculto*; *papo*; *parafuso*; *passeio*; *projeto*; *rabisco*; *ralo*; *resmungo*; *ronco*; *rumo*; *saco*; *uivo*; *urro*; *zero*.

Formas verbais flexionadas na primeira e terceira pessoa do singular do Presente do Subjuntivo e/ou na terceira pessoa do singular do Imperativo Afirmativo muitas vezes são inexistentes no *corpus*, enquanto a forma do substantivo é frequente, como por exemplo: *ataque*; *decote*; *desembarque*; *galope*; *grave*; *lanche*; *palpite*; *teste*. Entretanto, existe ainda o choque homonímico entre as formas verbais flexionadas na primeira e terceira pessoa do singular do

⁴ Todos os exemplos foram extraídos de Zavaglia (2010).

Presente do Subjuntivo e/ou na 3ª pessoa do singular do Imperativo Afirmativo e o adjetivo, em que a verbal não é frequente, como: *ilustre*.

Há também casos em que o homônimo flexionado encontra-se na terceira pessoa do singular do Presente do Indicativo e/ou na segunda pessoa do singular do Imperativo Afirmativo e não é frequente, ao passo que o substantivo sim, como: *barra; batalha; borda; etiqueta; fatia; figura; fila; fofoca; lancha; manobra; oferta; papa; testa; vela*.

Em contrapartida, há casos que indicam exatamente o contrário, ou seja, a forma verbal é a corrente, enquanto a substantiva está em desuso, como a unidade lexical *arranco*.

Quadro 2. Categorical Gramatical dos homônimos: adjetivo x verbo

Adjetivo x verbo: quando a forma adjetiva é a frequente e a verbal, flexionada na 1ª pessoa singular do Presente do Indicativo, não, como por exemplo *ativo*.

Quadro 3. Categorical gramatical dos homônimos: adjetivo x particípio passado

Adjetivo x particípio passado, como *armado*, cuja forma adjetiva é a frequente, ao passo que a verbal é inexistente no *corpus*. Além desse, são exemplos também: *arranjado; arrasado; arregalado; assanhado; associado; atado; atrapalhado; atribuído; aturdido; avaliado; avermelhado; azulado; bafejado; bordado; bronzeado; gelado; geminado; generalizado*. Entretanto, o contrário também se verifica, ou seja, quando a forma adjetiva é a não frequente, em detrimento da particíпия que é a usual, como *assaltado; assimilado; atendido; atentado*.

Quadro 4. Categorical gramatical dos homônimos:
substantivo x partícipio passado

Substantivo x partícipio passado, como *babado*, cuja forma substantiva (que, neste caso, se caracteriza também como um homônimo semântico), é a frequente, ao passo que a verbal é inexistente no *corpus*. Além desse, são exemplos também: *bebida*; *bordado*; *bronzeados*; *zumbido*.

5. A DEFINIÇÃO

Em *Um significado só é pouco*, as definições das entradas foram reelaboradas por mim, a partir das acepções encontradas em Biderman (1998a) e Ferreira (1986; 1999),⁵ como ponto de partida.

Baseando-me no pressuposto de que os significados linguísticos se estruturam por meio de relações hierárquicas que vão do geral ao particular, busquei elaborar definições que fossem uniformes e atendessem a um padrão estipulado por mim na confecção dos verbetes. Por conseguinte, uma forma homógrafa substantiva teve como seu termo genérico ou *genus term*, outra forma substantiva, geralmente um seu hiperônimo, como é o caso de “banco” em que temos para **banco**₁ o hiperônimo “objeto” e para **banco**₂ o hiperônimo “instituição”.

Para algumas formas homógrafas substantivas, foi possível uniformizar as suas definições com base nos sufixos que as compõem, a partir do emprego de determinados hiperônimos, como demonstra o quadro que segue:

⁵ Convém ressaltar que essa pesquisa foi realizada no triênio compreendido entre 09/1998 a 09/2001 e que, portanto, esses eram os dicionários de língua padrão do português do Brasil mais utilizados na época.

Quadro 5. Uniformização das definições de substantivos

Sufixo	Definição da entrada
-ista	“Partidário”. Ex.: “Fascista: Partidário do fascismo”; “Terrorista: Partidário do terrorismo”. “Indivíduo”. Ex.: “Paulista: Indivíduo que nasceu ou mora no estado de São Paulo”; “Humanista: Indivíduo que estuda o humanismo; pessoa culta, letrada”. “Pessoa”. Ex.: “Oportunista: Pessoa que se aproveita para tirar vantagem de algo ou de alguém sem princípios morais”; “Acionista: Pessoa que possui ações de alguma organização comercial ou de alguma empresa”.
-or	“Pessoa ou Entidade”. Ex.: “Unificador: Pessoa que reúne em um todo, i.e., unifica”; “Acusador: Pessoa que denuncia, incrimina”. “Alguém ou algo”. Ex.: “Bloqueador: Alguém ou algo que impede, veta a ação de alguma coisa ou de alguém”.
-ano	“Indivíduo”. Ex.: “Baiano: Indivíduo que nasceu ou mora na Bahia”; “Paulistano: Indivíduo que nasceu ou mora na cidade de São Paulo”.
-ante	“Indivíduo”. Ex.: “Bandeirante: Indivíduo que fazia parte de uma bandeira e desbravava terras desconhecidas a fim de encontrar ouro e pedras preciosas”; “Assaltante: Indivíduo que investe contra algo ou alguém para praticar ato de delito ou assalto”.

Da mesma maneira, no caso de formas homógrafas adjetivas, busquei padronizar suas definições a partir das suas terminações, ou seja, com base nos seus sufixos. Assim, uma forma que terminasse em *-ante*, como *bandeirante* foi definida a partir da expressão: “Relativo a”, sempre que possível⁶ e o sufixo designasse as mesmas características semânticas detectadas em “bandeirante”:

⁶ Obviamente nem sempre será possível definir formas que terminam em “-ante” dessa maneira; tal fato dar-se-á somente para àquelas que possuírem os mesmos traços semânticos.

Quadro 6. Definição de formas homógrafas adjetivas terminadas em *-ante*

bandeirante	¹ Adj.2g. 1. Relativo aos bandeirantes e às bandeiras: <i>As expedições bandeirantes procuravam ouro e pedras preciosas</i> (BI). 2. Paulista, ou seja, do estado de São Paulo: <i>O estado de São Paulo é chamado de terra bandeirante</i> (BI).
--------------------	---

O mesmo se deu para a forma “brilhante”:

Quadro 7. Definição de formas homógrafas adjetivas terminadas em *-ante*

brilhante	¹ Adj.2g. 1. Relativo a algo que emite luz; que tem brilho: <i>O corpo do menino, brilhante de espuma, o que fazia com que se acentuasse mais a côr queimada, ficou indeciso</i> (CP) 2. (Fig.) Notável; talentoso: <i>Resposta brilhante e esperta</i> (CP).
------------------	---

Outras definições foram padronizadas a partir do sufixo do adjetivo da forma homógrafa correspondente, como demonstra o quadro que segue:

Quadro 8. Uniformização das definições de adjetivos a partir de seus sufixos

Sufixo	Definição da entrada
-al	“Concernente a X”. Ex.: “ Federal : Concernente à federação”; “ Filial : Concernente à dependência ou a filho”; “ Instrumental : Concernente a instrumento”.
-ano/ana	“Pertencente a X” ⁸ . Ex.: “ Goiano : Pertencente a Goiás, estado brasileiro”; “ Baiana : Pertencente à Bahia, estado brasileiro”; “ Africano : Pertencente à África”; “ Alagoano : Pertencente ao estado de Alagoas, no Brasil”. “Que”. Ex.: “ Antimicrobiano : Que mata ou impede a proliferação de micróbios”.

Sufixo	Definição da entrada
-ada	“Que”. Ex.: “ Badalada : Que é muito comentada, notada, famosa (algo ou pessoa)”; “ Baixada : Que se encontra inclinado para baixo (algo ou pessoa)”.
-ado	“Que”. Ex.: “ Baleado : Que foi morto ou ferido à bala (ser vivo)”; “ Banhado : Que está molhado, banhado com água ou algum outro tipo de líquido”.
-ante	“Relativo a X”. Ex.: “ Bandeirante : Relativo aos bandeirantes e às bandeiras”; “ Brilhante : Relativo a algo que emite luz”.
-ido	“Que se refere a X”. Ex.: “ Gemido : Que se refere ao som triste e lastimoso de alguma dor física ou moral”; “ Ofendido : Que se refere à ofensa; que recebeu ou sofreu injúria ou dano físico”. “Que”. Ex.: “ Apodrecido : Que é ou está estragado, deteriorado, putrefeito”; “ Banido : Que foi expulso, desterrado, expatriado”; “ Comprimido : Que está apertado em determinado espaço”.
-udo	“Atinente a X”. Ex.: “ Barbudo : Atinente àquele que tem muita barba ou está com a barba por fazer”; “ Cascudo : Atinente a algo ou alguém que possui casca ou pele grossa”.
-eiro/-eira	“Referente a X”. Ex.: “ Açucareiro : Referente à produção do açúcar, fornecedor de açúcar”; “ Caseiro : Referente à casa”; “ Dianteira : Referente a estar na frente, adiante ou em primeiro lugar”; “ Financeira : Referente a dinheiro, a finanças”. “Pertencente a X”. Ex.: “ Brasileiro : Pertencente ao Brasil, país da América do Sul”; “ Mineiro : Pertencente a Minas Gerais, estado do Brasil”.
-or	“Que”. Ex.: “ Acelerador : Que acelera”; “ Acusador : Que denuncia; delator, denunciante”. “Referente a X”. Ex.: “ Bloqueador : Referente a alguém ou algo que impede, veta a ação de alguma coisa ou de alguém”; “ Corretor : Referente a algo que corrige”.

Sufixo	Definição da entrada
-oso	“Que”. Ex.: “ Criminoso : Que se refere a um crime”; “ Orgulhoso : Que tem dignidade; que tem brio: 2. Que tem amor-próprio em demasia; vaidoso”; “ Religioso : Que se refere à religião”.
-ente	“Que”. Ex.: “ Absorvente : Que é passível de impregnação, de absorção, de incorporação”; “ Adolescente : Que está no período entre a infância e a idade adulta”.
-ista	“Pertencente a X”. Ex.: “ Paulista : Pertencente ao estado de São Paulo, no Brasil”. “Relativo a X”. Ex.: “ Terrorista : Relativo ao terrorismo”; “ Nazista : Relativo ao nazismo”. “Referente a X”. Ex.: “ Capitalista : Referente ao capital”.
-ar	“Respeitante a X”. Ex.: “ Alimentar : Respeitante a alimentos, ou seja, substâncias que dão força e energia para o organismo”; “ Circular : 1. Respeitante à forma de um círculo”. “Que”. Ex.: “ Auxiliar : Que presta assistência, ajuda”; “ Circular : 2. Que sai de um ponto e volta sempre ao mesmo lugar”; “ Exemplar : Que é usado como modelo, padrão a ser seguido”.

Quando não foi possível realizar a identificação do adjetivo pelo sufixo, a definição foi feita por outro adjetivo, por meio da relação de sinonímia, como ocorre para a forma “vão”:

Quadro 9. Definição de formas homógrafas adjetivas realizadas por adjetivos

vão	¹ <i>Adj.</i> Vazio, oco, que não contém nada: <i>Oh, Roentgen, então é verdadeira a notícia e não produto de algum vão rumor: é preciso que nos cuidemos de ti e de teu sarcástico e macabro humor</i> (CP). Cf. VAZIO.
------------	---

RESULTADOS⁷

Seguindo um padrão de uniformização para as definições das formas homógrafas como as relatadas anteriormente, estou de acordo com Picoche (1992), em que a definição é um sintagma estabelecido de acordo com as regras sintáticas da língua funcionalmente equivalente e, portanto, deve ser definido com a mesma parte do discurso do sintagma. De acordo com essa autora, então, um substantivo se define por um substantivo; um verbo por um verbo e um adjetivo e um advérbio por outro adjetivo e advérbio ou por perífrases de valor sintático equivalente.

A concretização do dicionário é a sua publicação em 2010 pela Editora Ciência Moderna, disponível em: http://www.lcm.com.br/versao_nova/index.php?Escolha=20&Livro=L00825.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Dicionário de frequências do português contemporâneo* (DFPC). 1. versão. São Paulo: [s. n.], 1997. Material digital (disquetes). Inédito.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Dicionário didático de português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998a.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1998b.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

⁷ Apresentação de trabalho financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, Processo no 2010/07401-2.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. CD-ROM.

PICOCHÉ, Jacqueline. *Précis de lexicologie française: l'étude et l'enseignement du vocabulaire*. Paris: Nathan, 1992.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO". *Corpus principal do Laboratório de Lexicografia*. Araraquara, SP: Faculdade de Ciências e Letras, [s.d.].

ZAVAGLIA, Claudia. *Um significado só é pouco: dicionário de formas homônimas do português contemporâneo do Brasil*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

A COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA DO LEXICÓGRAFO NA CONSTRUÇÃO DE DICIONÁRIOS: O CASO DE ANTONIO DE MORAIS SILVA

*Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa**

INTRODUÇÃO

A construção de repertórios lexicais conta com uma tradição que remonta às mais antigas culturas. Entretanto, como gênero didático moderno aparece no Renascimento com uma finalidade pedagógica precisa: auxiliar no ensino e aprendizagem da língua latina com o equivalente vernáculo. Vocabulários, dicionários, glossários são construídos com essa finalidade humanista.

Os séculos XVI e XVII da Lexicografia em Língua Portuguesa produziram poucas obras dessa natureza (Murakawa, 2006), quase todas bilíngues, colocando o latim e a língua portuguesa em equivalência. Tais obras não só cumpriram o papel no ensino e aprendizagem do latim como também constituíram uma ferramenta essencial para a tradução e edição apurada dos autores clássicos.

* Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Araraquara, São Paulo, jtm.jau@uol.com.br; clotildeaazm@gmail.com.

O século XVIII em sua primeira década foi contemplado com a obra de D. Raphael Bluteau (1638 - 1734), o *Vocabulario portuguez e latino*, publicado de 1712 a 1721, em oito volumes e mais dois de suplementes, publicados em 1727 e 1728. Os dez volumes foram impressos em diferentes oficinas tipográficas em Lisboa e em Coimbra. O *Vocabulario* de Bluteau inaugurou uma nova era na Lexicografia Portuguesa, pois foi construído por seu autor com base em 410 obras de 288 autores, portugueses na sua maioria, e estrangeiros, dos séculos XV ao XVIII. O *Vocabulario* registra ainda um número representativo de escritores latinos, 46 ao todo, pertencentes aos vários períodos da literatura latina, em cujas obras Bluteau buscou as equivalências para o português. Muito embora o título indique o bilinguismo do dicionário, na realidade, Bluteau produziu um dicionário da língua portuguesa onde o equivalente latino da palavra-entrada marca o espírito do Renascimento.

Algumas décadas depois da publicação do *Vocabulario* de Bluteau, sai publicado, em 1789, o *Diccionario da língua portugueza* de autoria de Antonio de Morais Silva (1755 – 1824). Brasileiro, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Morais, como é mais conhecido, seguiu o modelo de Bluteau, ou seja, construiu o seu dicionário com base em um *corpus* de referência constituído de autores portugueses dos séculos XVI ao XVIII, num total de 203 autores e de, aproximadamente, 250 obras. Na primeira edição, de 1789, muito embora Morais afirme que a construção foi de Bluteau e ele apenas a completou, já se vê as marcas do dicionarista brasileiro inovando, já àquela época, em termos de Lexicografia. Alguns anos mais tarde, Morais publica a segunda edição de seu *Diccionario*, em 1813, e dessa edição considerou-se seu autor exclusivo.

As fontes em que se basearam Bluteau e Morais foram todas escritas. Segundo Porto-Dapena (2002), denominam-se “fontes” em

Lexicografia todo o material necessário que irá constituir o corpus lexicográfico de um dicionário. Porto-Dapena (2002, p. 105) divide as fontes em: 1) linguísticas ou primárias, representadas “por toda realización concreta de la lengua, sea un texto oral o escrito”; e 2) metalinguísticas ou secundárias: “constituídas por todas aquellas obras – por ejemplo otros diccionarios – que se ocupan de alguna manera del léxico que va a ser estudiado por el diccionario”.¹

Para além das fontes documentais primárias e secundárias registradas pelos dois autores, inaugurando um novo procedimento de construção de dicionários, há que se considerar a competência linguística de cada um na organização de nomenclatura de suas obras.

É nesse aspecto da competência do lexicógrafo e baseando-se na afirmação de Haensch (1982) que se organiza este texto, tomando como linha orientadora da pesquisa o seguinte excerto do autor: “se es cierto que el aprovechamiento de extensos corpus (incluso con computadores) representa un gran progreso en la lexicografía, hay que admitir, no obstante, que el sistema individual del lexicógrafo sigue desempeñando un papel muy importante” (Haensch, 1982, p. 443)².

Numa consulta, até certo ponto exaustiva, feita na edição de 1813, segunda edição do *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Moraes, extraiu-se um conjunto de unidades lexicais referentes ao cultivo, produção e comercialização da cana-de-açúcar. Algumas dessas unidades vêm acompanhadas da marca linguística indicando a área de

¹ “...por toda a realização concreta da língua, seja um texto oral ou escrito”. “... constituídas por todas aquelas obras, por exemplo outros dicionários –que se ocupam de alguma maneira do léxico que vai ser estudado pelo dicionário” (Porto-Dapena, 2002, p. 105, trad. nossa).

² Se é certo que o aproveitamento de extensos *corpora* (incluindo os informatizados) representa um grande progresso na lexicografia, há que se admitir, entretanto, que o sistema individual do lexicógrafo continua desempenhando um papel muito importante. (Haensch, 1982, p. 443, trad. nossa).

conhecimento a que se refere, mas outras não possuem marca alguma e é pela definição que se pode depreender o seu referente.

O objetivo deste trabalho³ é mostrar que Moraes, usando de sua competência linguística e do conhecimento adquirido sobre práticas de cultivo da cana-de-açúcar, sua produção e comercialização, pois foi proprietário de um engenho de açúcar em Muribeca, Pernambuco, em finais do século XVIII e começo do XIX, acrescentou na nomenclatura de seu dicionário um número representativo de unidades lexicais relacionadas a essa prática açucareira.

1. CONTEXTO HISTÓRICO E FONTES DOCUMENTAIS

Três décadas depois de seu descobrimento, os portugueses trouxeram para o Brasil a cana-de-açúcar da Ilha da Madeira, principalmente para a região sul do país, e por volta de 1550, iniciou-se o cultivo da cana na Capitania da Bahia e, em seguida, com muito sucesso na Capitania de Pernambuco. Segundo Nunes (2002, p. 14),

No Brasil, a primeira referência à cultura açucareira é de 1516, mas o arranque de industrialização açucareira do Brasil data da década de 1540, com a montagem dos primeiros engenhos. O primeiro surto açucareiro realiza-se, sobretudo, no Centro e Sul do Brasil, mas, depois, desenvolve-se no Nordeste. Durante o período de domínio holandes de Pernambuco, há a redução da produção e o abandono de engenhos e, com a concorrência do açúcar das Caraíbas, o preço do açúcar sofre queda. O desenvolvimento do tráfico de escravos da costa

³ Um resumo expandido deste trabalho foi publicado no site do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL. Disponível em: www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/viiiengtlex/.../Clotilde.%20Murakawa.pdf.

africana, de Cabo Verde e de S. Tomé para o Brasil leva ao incremento da produção açucareira.

Esse tipo de empreendimento se deveu ao donatário da Capitania de Pernambuco Duarte Coelho que solicitou à Coroa Portuguesa que mercadores de Lisboa fossem enviados para o estabelecimento de plantações e fabrico de açúcar nos engenhos. Em curto espaço de tempo, Pernambuco se transformou na capitania açucareira por excelência. Enquanto na Bahia havia 36 engenhos, em Pernambuco funcionavam 66. E já por volta do final do século XVI, havia 120 engenhos em funcionamento no Brasil.

Com a chegada dos holandeses a produção açucareira começou a declinar em Pernambuco; embora tenha diminuído o número de engenhos, nessa capitania a produção continuou, mas em menor escala (Pinho, 1982).

O Brasil, em seu período colonial, foi visitado por inúmeros viajantes portugueses, franceses, holandeses que deixaram, em suas obras e relatos de viagem, registros detalhados sobre a natureza exótica e fascinante, os usos e costumes nas terras brasileiras. Além da natureza com sua flora e fauna também foi objeto de atenção e registro, em algumas obras, a produção de cana-de-açúcar e sua importância para o comércio com a metrópole portuguesa.

A vida nos engenhos, a cultura da cana, os métodos para produção e comercialização do açúcar, assim como as máquinas, objetos e utensílios empregados nos engenhos, os tipos de açúcar produzidos, se acham descritos ou mencionados nas obras desses viajantes, alguns deles jesuítas que no Brasil se estabeleceram definitivamente e outros leigos que apenas por aqui passaram, mas que deixaram impressas em suas obras informações que resgatam aspectos do Brasil Colonial e da produção da cana.

No século XVI alguns viajantes e missionários fizeram menção à cana-de-açúcar em suas obras: Pero de Magalhães de Gândavo (1540?- 1579), *Historia da Provincia Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, de 1583; Pe. Fernão Cardim (1540?-1625), *Tratados da terra e gente do Brasil*, de 1585; Gabriel Soares de Sousa (1540 – 1591), *Notícia do Brasil*, de 1587. No século XVII, Ambrosio Fernandes Brandão (1555?-?) e os *Diálogos grandezas do brasil*, de 1618; e Simão de Vasconcelos (1597-1671) e as *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, de 1668⁴. Entretanto, foi na segunda década do século XVIII, mais precisamente em 1711, que sai publicado o livro *Cultura e opulência do Brasil*, por suas drogas e minas, de André João Antonil (1649-1716), anagrama do nome do jesuíta italiano João Antonio Andreoni. Obra de extrema importância para o conhecimento da cultura e produção açucareira no período colonial teve, depois de publicada, sua distribuição totalmente suspensa por ordem de D. João V. Os exemplares foram tirados de circulação, e apreendidos os que ainda estavam na tipografia. Andrée Mansuy Diniz Silva, em edição especial de *Cultura e opulência do Brasil*, publicada em 2001, por ocasião das comemorações dos descobrimentos portugueses, apresenta um estudo crítico, onde analisa as possíveis causas que levaram D. João V a retirar a obra de circulação. A autora transcreve em seu estudo a ordem real que diz o seguinte:

Sua Magestade, que Deus guarde, foi servido resolver se recolhesse hum livro que ha pouco sse enprimio entitulado Opulência e Cultura do Brasil, e ordenou ao C[orreged]or da Corte fosse buscar os que tivesse o impressor, e he servido que V. Ex^a mande aos ministros do Dez[embrarg]o do Paço lhe remettão os que se lhe darão de propinas. Deus

⁴ Para este texto foram consultadas as seguintes edições: Fernão Cardim (1925); Gabriel Soares de Sousa (2004); Ambrósio Fernandes Brandão (19--) e Simão de Vasconcelos (2001).

guarde a V. Ex.^a muitos annos. Paço, 20 de março de 1711. D[iog]o de M[endonç]a Cortereal (*apud* Silva, 2001, p. 47).

Dentre os vários motivos que estiveram na origem da resolução real, conclui a autora que “ficou subentendido que existia em *Cultura e opulência do Brasil* um fermento de independência que, detectado a tempo pelo governo, foi motivo de destruição da obra” (Silva, 2001, p. 47).

Antonil descreve com precisão e minúcia todos os passos que algum interessado deve seguir para cultivar o açúcar e depois a comercialização dos produtos dele derivados. Antonil dedica a primeira parte de seu livro intitulada *Cultura e opulencia do Brasil na lavra do assucar, Engenho Real Moente & corrente*, a informar, desde o capital financeiro que o senhor de engenho necessita para instalar um engenho até a produção final e o comércio do açúcar. É, talvez, a obra mais importante do Brasil colônia a tratar do assunto.

A menção dessas obras tem por finalidade precípua destacar que algumas obras anteriores aos dicionários de Bluteau e de Moraes não constam do rol de autores que formam o *corpus* de referência de ambos os dicionários. A maioria delas só foi publicada no século XIX após estudos de historiadores para atribuírem a autoria a muitas delas; é o caso das obras de Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa e Ambrosio Fernandes Brandão; não foram, portanto, do conhecimento dos lexicógrafos.

Há que se considerar que tanto Bluteau quanto Moraes abonaram definições com a obra de Jorge Marcgrave (1610-1644) que apresenta um capítulo de seu livro *História natural do Brasil* (1942), sobre a cana-de-açúcar. Esse autor consta da relação de autores de Bluteau, assim como Guilherme Pison (1611-1678) com a obra *História natural*

do Brasil (1942); nenhum dos dois é mencionado por Morais. Sabe-se da existência de Marcgrave nos dicionários de Bluteau e de Morais, porque casualmente foi encontrado o seu registro no interior de verbetes.⁵

As informações históricas e as fontes acima relatadas pretendem comprovar o objetivo deste texto que é confirmar que a competência linguística do lexicógrafo é de suma importância para a organização da nomenclatura de dicionários. Não tendo conhecimento das obras dos séculos XVI e XVII que trataram da cana-de-açúcar e seu cultivo no Brasil, a nomenclatura que está documentada no *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1813) foi fruto do conhecimento que tinha Morais dessa prática agrícola.

Apresenta-se, a seguir, o caminho metodológico percorrido para se chegar a essa conclusão.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Numa primeira etapa deste trabalho, foi feito um levantamento página por página, verbete por verbete dos dois volumes do *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Morais em sua segunda edição. A escolha dessa edição se deveu ao fato de Morais se considerar autor exclusivo da edição e por ter dado um tratamento lexicográfico diferente ao de Bluteau que serviu de orientação para outras obras do gênero.

Do levantamento feito, reuniu-se um conjunto de 139 unidades ou itens lexicais que são entradas no dicionário referentes à cana-de-açúcar. Muitas dessas entradas vêm com a marca linguística “em engenho”, “engenho de cana de assucar”, ou ainda, “no engenho

⁵ Jorge Marcgrave, naturalista alemão e Guilherme Pison, médico holandês; ambos estiveram no Brasil no período holandês a pedido de Maurício de Nassau. A primeira edição das obras de Marcgrave e de Pison data de 1648.

de cana do Brasil”, “termo do Brasil nos engenhos”, “termo usual nos engenhos d’assucar”, “termo usual no Brasil”. Essas marcas já indicam diretamente a área de conhecimento a que está relacionada a unidade. Algumas vezes, as marcas aparecem nas subentradas. Com as 139 unidades, elaborou-se um pequeno vocabulário terminológico.

Numa segunda etapa, esse vocabulário foi confirmado na primeira edição do *Diccionario* (1789); das 139 da segunda edição, 68 estão registradas na primeira edição. Portanto, houve um acréscimo de, aproximadamente, 50% na segunda edição. Esse total de 68 unidades obrigou a consulta ao *Vocabulario portuguez e latino* (1712-1728) de Raphael para saber se tais unidades estavam também no *Vocabulario*, de onde se obteve um total de 36 unidades. Tal resultado mostrou que, muito embora tenha sido Bluteau o modelo lexicográfico de Morais, no que diz respeito ao tema cana-de-açúcar, seu cultivo e comercialização, Morais ampliou em muito a nomenclatura.

Bluteau, algumas vezes, registra a mesma unidade lexical, mas Morais relaciona a unidade à cana-de-açúcar. É, por exemplo, o caso de almanjarra definida por Bluteau como “O pao torto da atafona ou nora, porque puxa a besta. Tem hum Páo, para apertar a que chamaõ Arrojadura”. A mesma unidade está em Morais: “Peça de páo dos engenhos de assucar, da nora, atafona, e outras máquinas, á qual se prendem os bois, cavallos, ou outros animáes, que as fazem trabalhar”.⁶ Vê-se, pela definição de Morais, que houve uma alteração onde o autor contempla o engenho de açúcar. O mesmo procedimento aparece na entrada aguardente. Bluteau assim a define: “He vinho destilado até ficar a sexta parte”. Em Morais tem-se: “Licor espirituoso do vinho, grãos, succo de canna, borras de assucar”.

⁶ Foram mantidas a grafia e acentuação das unidades registradas no *Vocabulario* de Bluteau e no *Diccionario* de Morais.

Ao total de 139 unidades que são entradas no *Diccionario* de Morais, foram acrescentadas mais 62 que estão em outras entradas fazendo parte da definição lexicográfica. Pode-se exemplificar a afirmação com a seguinte entrada: *cevadúra* que tem como primeira definição: “O resto da ave em que se cevou a de rapina”. Na mesma entrada tem-se outra acepção: “o barro delido em agua, que os purgadores do assucar deitão por uns tantos dias sobre o assucar barrado na cara, para a água se filtrar, e coar pelo barro da cara, e ir lavando-o”. Como se pode observar na definição, aparece “purgador de assucar”, que não está registrado em purgador, por exemplo. Ou ainda na entrada *ajudádo*, definido primeiramente como “part. pass. de ajudar”. Em seguida aparece a expressão “*Estar ajudada a caldeira ou melladura*, se diz pelos mestres d’ assucar, quando lhe botarão decoada bastante, para ajudar a formar a grã do assucar, no caldo da canna depois de limpo na caldeira”. Nesse exemplo, tem-se, na definição da expressão “mestre d’ assucar”, um sintagma que não se encontra registrado em mestre, como entrada.

O levantamento feito permitiu chegar a expressões sintagmáticas como as citadas anteriormente: *mestre de assucar*, *purgador do assucar*, ou ainda *estar ajudada a caldeira ou melladura*.

Como já mencionado na parte um deste texto, Bluteau registra na relação dos autores que compõem o *corpus* de referência de seu *Vocabulario* as obras de Marcgrave e de Pison que não foram contempladas por Morais. Entretanto, na entrada *reespúmas*, Morais abona com Marcgrave: “O assucar feito da primeira espuma. *Margravio, L.2.c.15*”. A mesma definição e a mesma fonte documental estão em Bluteau, indicando que Morais transportou a informação para o seu *Diccionario*. Sobre a *reespuma*, assim consta em Marcgrave (1942, p. 86), quando cita os tipos de açúcar:

Há uma outra categoria denominada *Espumas*; é fabricado com as espumas, escolhidas de todos os tachos, que são fervidas e purificadas da mesma maneira descrita. Existe também outra qualidade denominada *Reespuma* ou açúcar posterior, fabricado com a espuma das espumas do mesmo modo.

Para completar o percurso metodológico estabelecido, fez-se, finalmente, a consulta no Banco de Dados do Projeto do Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB), banco este construído a partir de documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII, com aproximadamente 10 milhões de ocorrências.⁷ Tal verificação veio confirmar quantas unidades da nomenclatura do Dicionário de Moraes constavam do banco, referentes à cana-de-açúcar e a seus produtos. Esse foi um procedimento de segurança, pois a exceção das obras de Jorge Marcgrave e de Guilherme Pison, todas as demais mencionadas neste trabalho estão no banco de dados do DHPB. Das 139 unidades que constituem o vocabulário da cana-de-açúcar que estão no *Diccionario* de Moraes, 52 não estão no Banco de Dados do DHPB, corroborando a hipótese levantada no início deste texto de que a competência linguística de Moraes e o conhecimento que obteve durante o período em que foi proprietário de engenho de cana em Muribeca, Pernambuco, permitiram que acrescentasse à nomenclatura da segunda edição de seu Dicionário um número significativo de unidades que podem ser denominadas terminológicas e que documentam o cultivo e produção da cana-de-açúcar em finais do século XVIII e começo do XIX no Brasil.

⁷ Esse projeto foi idealizado e estruturado por Maria Tereza Camargo Biderman no âmbito do Programa Institutos do Milênio do CNPq e tem sua sede no Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Araraquara. Atualmente é coordenado por Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa.

3. O VOCABULÁRIO DA CANA-DE-AÇÚCAR

Do exposto no item anterior, pode-se considerar que na nomenclatura do *Diccionario* de Moraes em sua edição de 1813 há um vocabulário referente à cana-de-açúcar, seu cultivo e comercialização, constituído de 139 entradas e mais outras 62 unidades que se encontram na subentrada ou no interior das definições e que não constam da nomenclatura.

Apresentam-se, a seguir, alguns exemplos de verbetes dentre os 52 que não estão no Banco de Dados e que podem ser considerados como resultantes do conhecimento de Moraes. Essa terminologia açucareira pode estar: 1) na palavra-entrada ou lema; 2) nas subentradas; 3) nas definições de outras entradas, permitindo sua classificação como terminológicas. Também estão presentes no *Diccionario* de Moraes alguns fraseologismos que mostram, com muita clareza, que são expressões que pertencem ao seu conhecimento linguístico e à sua vivência em engenho de cana.⁸

3.1 Unidades que estão na entrada ou lema

Os exemplos, a seguir, pertencem ao conjunto das 52 unidades que não estão no Banco de dados do *Projeto do Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII* (CNPq).

ALFELÓA, s.f.: “Massa de mellaço em ponto forte, de sorte que fica muito alvo depois de manipulado. § fig. *Ser d’alfeloa*, melindroso, delicado. *Balt. Estaco Rimas*, f.195”.

⁸ Os exemplos foram extraídos da edição de 1813 do *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Moraes, mantendo a grafia, a acentuação, os destaques em itálico e o lema ou entrada em caixa alta.

BAGACÊIRO, s.m. “*Bagaceira, s.f. Pessoa que lança fóra o bagaço da cana nos engenhos d’ássucar*”.

BROMÁR, v.at. “Fazer assucar queimado, mel que não cria grã ou que coalhado não se purga por queimado, nem lava. t usual nos engenhos d’ássucar. v.g. *este mestre bromou tudo, a safra toda*”.

CABÚCHO, s.m. “Dos pães d’ássucar a ponta cónica do fundo: assucar lavado de cara e *cabucho: todo o pão lavado, sem mascavado*”.

ENCANDILÁR, v.at. “Fazer candil ou cande: v.g. *encandilar a calda d’ássucar, faze-la qualhar em cristães. § Encandilar-se a calda, qualhar em cristães*”.

ESBORRÁR, v.n. “Nos Engenhos d’ássucar, *esborrar a caldeira*; ferver nella o succo da canna, ou o *caldo*, e lançar as borras na escuma grossa, que transborda com a fervura, levando, decuada, bota-se *fogo de esborra*”.

PARALHÊIRO, s.m. “Nos engenhos de assucar, são as panellas em que se baldeya os mellados das tahcas; hoje chamão-lhes *formas*”.

PORRÃO, s.m. “Um vaso de barro longo e estreito, com seu bojo em baixo, para ter agua, ou para garapas, nas casas de distillação, e nelles se fermenta o mel com agua, que se há-de distillar tem um alambique de tantos porrões, que leva tantas garapas. [...]”.

REPURGÁR, v.at. “Tornar a dar purga. Tornar a purgar os assucares mascabados, ou mascavados”.

TABÚ, s.m. “O assucar que não coalhou bem na fôrma, nem entesta para se lhe botar barro, e purgalo, pór ser querimado ao apurar, ou mal limpo: *fazer tabú* t. Brasil. dos *Engenhos*”.

3.2 Unidades que estão nas subentradas

As unidades a seguir se encontram em subentradas e, muitas vezes, formam expressões sintagmáticas registradas por Moraes, algumas abonadas, outras não.

BAXÊTE, s.m. “termo de Tanoeiro. [...]. Nos engenhos de assucar, uma forma que não ficou cheya se diz *baxete*: ‘fez tantos pães d`assucar e um *baxete*’”.

BRÉJO, s.m. “Planta silvestre semelhante ao alecrim (*erice*). § Terra humida, lodosa, alagadiça, que serve para arozães. *Barros, H.P.* § *Ir ao brejo*, fr. vulgar, ir furtar assucar das caixas nas Alfândegas, 7c (talvez do Castelhana *brécho*?)”.

CARAMÊLO, s.m. “[...] *Caramelo* de assucar refinado, e rarefeito, que se embebe na água para se sorver”.

ENGARGANTÁR, v.n. “[...] *Engargantar a cana d`assucar*; criar garganta, ou gomos novos e grossos perto do olho, ou folha. t.us. no Brasil”.

LEALDÁDO, p. pass. “de Lealdár. § *Assucar lealdado*. V. *Macho*, adj. Limpo”.

MOEDOR, s.m. “O que pisa, e móe. *B. Per.* § *Que móe*, adj. ‘engenho bom *moedor*’”.

NEGRINHO, adj. “Algum tanto negro. § Rapaz preto. § it. Alfêloa de melação”.

QUEBRÁR, v. at. “[...] *Ponto de quebrar*, ponto alto, que se dá ao assucar. [...]”.

RASTÊIRO, adj. “Baixo, não erguido do chão; v.g. *arbusto, ou planta, rasteiros. [...] Engenho de assucar rasteiro, aquelle cuja roda toca a água por baixo*”.

RECALCÁR, v. at. “Calcar ás camadas, ou porções para encher, e atacar bem, ou para accommodar maior porção, v.g. *recalcar o assucar nas caixas, a lã nas sacas*”.

REFINAÇÃO, s.f. “O trabalho de refinar: v.g. a refinação *do assucar*, e outros saes que se alimpam heterogêneas [...]”.

RESIDUO, s.m. “O resto, restante, sobejo [...]. ‘O *residuo* que fica no alambique depois da distillação”.

SOLTÊIRO, adj. “Não casado [...]. § *Melladura solteira*; nos Engenhos d’ assucar, é a primeira que se faz na tarefa, e ella só enche a caldeira, sem levar escumas da melladura antecedente que se limpou; a primeira que se faz depois que o engenho pejou por um dia, ou por horas [...]”.

TÒUÇA, s.f. “O pé de castanheiro, donde sahem as varas de que se fazem arcos. § Das cannas d’ assucar o pé donde ellas nascem filhadas”.

3.3 Unidades que estão nas definições de outras entradas

Muito embora todas as 62 unidades relativas à agricultura açucareira que foram localizadas em outras entradas não tenham sido confirmadas no Banco de Dados do DHPB, optou-se por registrá-las neste texto, a fim de documentar que a terminologia da cana-de-açúcar encontrada no Dicionário de Moraes comprova o conhecimento do lexicógrafo nesse tipo de atividade, já no corpus de referência utilizado pelo autor não há nenhuma obra que trate do assunto. Seguem

abaixo algumas definições, onde em seu conteúdo são encontrados termos, ou seja, unidades lexicais que pertencem a uma linguagem de especialidade.⁹

AGUARDENTE, s.f. “Licor espirituoso do vinho, grãos, *succo de canna*, *borras de assucar* [...]”.

BATÍDO, p. pass. “de bater [...]. § *Assucar redondo*, ou *mascavado batido*, da terceira sorte [...]”.

CACHÁÇA, s.f. “Vinho de borras. § No Brasil, *Aguardente do mel*, ou *borras do melaço*; a espuma grossa, que na primeira fervura se tira do succo das canas na caldeira, onde se limpa para passar às *táchas*”.

CARAPUÇA, s.f. “Peça de cobrir a cabeça, feita de ponto de meya, pano, coiro pontiaguda. [...]. § *Carapuça dos engenhos d’assucar*, um cone bem agudo de aço, com seu nabo, que se embebe no *aguilhão* do eixo da *moenda*; a ponta do eixo anda para baixo sobre o *mancal*”.

COPEIRO, s.m. “O que cuida da copa, faz doces, liquores; dá de beber. § *Engenho copeiro*; cuja roda se move com água, que lhe cái de cima; *meio copeiro* se diz, quando a água toma a roda pelo meio; *rasteiro*, quando a move por baixo”.

MASCAVÁR, v. at. “*Mascavar assucar*, nos Engenhos de o fazer, é apartar o *branco*, o *somenos do mascavado*, raspando os *pães*, e pedaços com uma faca”.

MÉL, s.f. “O succo doce, que as abelhas recolhem das flores em seus favos. § *Mel* no Brasil, a *calda do assucar*, que se filtra das *formas*, que

⁹ Destacam-se em *itálico* as unidades consideradas terminológicas no interior das definições.

estão a purgar, para se lavar o assucar, e alvejar este é o *mel de furo*; e quando o assucar está quase purgado, corre *mel branco*, que se diz *de barro*; *mel de engenho* é o caldo da canna cosido, que se apura para ir para as fôrmas, e purgar-se. [...]. § *Assucar de mel na cara*: o *assucar bruto*, que lançado na fôrma, em que há de se purgar, não fica com a *cara seca*, dura, mas junta aí mel, por ser pouco cosido, ou queimado”.

PANÉLLA, s.f. “Vaso de terra, lata, cobre ou ferro, ou outro metal de coser os guisados ao lume, e semelhantes usos. [...] § *Assucar panella*; mais baixo que o *reespuma*”.

PEJÁR, v. at. “Occupar, e embaraçar, tomando o vão, ou espaço [...]. § *Pejar o engenho de assucar*; não moer mais por tempo, ou por aquelle ano. *Vieira, Cartas, Tom. 2*”.

PÒNTO, s.m. “[...] A consistência que se dá á calda do assucar, v.g. *ponto de espadana* [...]”.

PÓRCA, s.f. “A fêmea do porco. *Arraes, 8.13*. [...] § *Nos Engenhos de assucar*, a peça onde anda a *garganta* do eixo grande. [...]”.

REPARTIDÊIRA, s.f. “Nos engenhos de assucar, é como um *tacho* pequenno de cobre com seu *alvado* encavado em haste de páo, para repartir nas fôrmas o *mellado*, ou *mel apurado*, a ponto de se fazer *assucar bruto*”.

TARÉFA, s.f. “A porção de trabalho que se deve acabar dentro de certo tempo, empreitada. § *Nos engenhos de assucar* he a porção de canna que se moe em hum dia; na Bahia chamão uma *tarefa de canna* a planta, que occupa terra de trinta brassas e quadro, e são de ordinario cinco carros de sementes plantados á enxada, ou seis de arado, tem tantas *tarefas de regos* (planta nova) ou de *sócas*, são 900 braças de superficie cujas cannas em *engenho d’agua* bom *moedor* moe em 24 horas [...]”.

TENDÁL, s.m. “Espécie de tolda fixa sobre a coberta do navio. [...] § Nos engenhos de assucar, o espaço, onde se assentão as *formas de assucar na casa de caldeira*; na *casa de ourgar* assentão-se em furos, ou taboas fundas postas sobre *andainas*”.

Esse último conjunto de exemplos mostra como Morais conhecia a técnica de plantio da cana e o fabrico de vários de seus derivados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado neste texto – a importância da competência linguística do lexicógrafo na construção de dicionários, e em especial a do lexicógrafo Antonio de Morais Silva – exigiu uma busca detalhada em seu *Diccionario da lingua portugueza*, edição de 1813 para mostrar ou mesmo comprovar que o conhecimento e a experiência que o lexicógrafo teve na lida com a cana-de-açúcar levou-o a acrescentar, à nomenclatura de seu dicionário, unidades lexicais referentes a essa cultura.

Como as fontes usadas por Morais foram fontes linguísticas ou primárias, conforme a classificação de Porto-Dapena (2002), e raras são as fontes metalinguísticas ou secundárias incluídas no *corpus* de referência, teve-se que orientar este trabalho para uma busca em fontes primárias da época que trataram do tema cana-de-açúcar e que pudessem ter sido objeto de consulta de Morais. Em nenhum momento da pesquisa pôde-se detectar algum fato que comprovasse tal consulta.

Um levantamento feito na obra *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas* (2001), de André João Antonil, comprova que a obra, em sua primeira parte dedicada exclusivamente ao cultivo e produção da cana no Brasil de seiscentos, registra um vocabulário sobre a cana-de-açúcar, de cerca de 190 itens lexicais e que muitas delas estão no *Diccionario* de Morais. Mas a julgar pelos impedimentos

impostos por D. João V com relação à divulgação e impressão da obra, pode-se afirmar que tal obra não chegou às mãos do lexicógrafo brasileiro. Morais se baseou, até certo ponto, no que havia em Bluteau, mas principalmente em seu próprio conhecimento.

Quem consultar a lista de autores que abona o *Diccionario* de Morais constatará que as obras relacionadas por ele, nenhuma delas sugere tratar do cultivo da cana. Mesmo a obra de Simão de Vasconcelos que está na relação – *Notícias do Brasil* – não menciona o cultivo da cana. Nessa obra, o autor dá ênfase aos frutos e às árvores brasileiras, principalmente, ao ananás, ao caju, ao maracujá e à raiz da mandioca que ocupa duas páginas de sua obra. Esse é mais um fato que vem corroborar a afirmação inicial de que o vocabulário da cana-de-açúcar na obra de Morais é fruto de sua observação e de sua lida com este tipo de cultura.

Fechando este trabalho, nada mais relevante do que o excerto abaixo, extraído de Weinrich (1979, p. 314), para completar a linha de pensamento que se desenvolveu neste texto, buscando explicação para a prática lexicográfica de Antonio de Morais Silva (1813):

Fazer um dicionário é um assunto sumamente laborioso que requer, além das capacidades científicas tão espetaculares como agudeza de espírito, fantasia, coerência e juízo crítico, muitas virtudes discretas, aparentadas com as dos artífices, como paciência, assiduidade, constância, precisão nos pormenores e – por último, mas não em ínfimo lugar – uma grande paixão de colecionador.

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e comentário crítico de Andrée Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. [1711].

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712–1728. 10 v.

BRANDÃO, Ambrosio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos Editora Ltda., [19--]. [1618].

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Organização de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: Editores J. Leite, 1925. [1585].

GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984. [1583].

HAENSCH, Günther. Aspectos práticos da elaboração de dicionários. In: HAENSCH, Günther; WOLF, Lothar; ETTINGER, Stefan; HARTMANN, Werner. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Editorial Gredos, 1982. p. 95–187.

MARCGRAVE, Jorge. *História natural do Brasil*. Tradução de José Procópio de Magalhães. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1942. Edição comemorativa do cinquentenário da Fundação Imprensa Oficial. [1648].

MURAKAWA, Clotilde de Azevedo. *Antonio de Moraes Silva: lexicógrafo da língua portuguesa*. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2006.

MURAKAWA, Clotilde de Azevedo. *A competência linguística do lexicógrafo na construção de dicionários: o caso de Antonio de Moraes Silva*. Disponível em: <http://www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/viiiengtlex/Clotilde.Murakawa.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2026.

NUNES, Naidea Nunes. *O açúcar de cana na Ilha da Madeira: do Mediterrâneo ao Atlântico – terminologia e tecnologia históricas e atuais da cultura açucareira*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências de Lisboa, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.

PINHO, Wanderley. *História de um engenho no Recôncavo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982. (Coleção Brasileira, v. 374).

PISON, Guilherme. *História natural do Brasil*. Tradução de Alexandre Correia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. Edição comemorativa do primeiro cinquentenário do Museu Paulista. [1648].

PORTO-DAPENA, José Álvaro. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco/Libros, 2002.

SILVA, Andréa Mansuy Diniz. Introdução e comentário crítico sobre a obra. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 9–72.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 volumes.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813. 2 volumes.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Coleção Brasileira). [1587].

VASCONCELOS, Simão de. *Noções curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. [1668].

WEINRICH, Harald. A verdade dos dicionários. In: VILELA, Mario (org.). *Problemas da lexicologia e da lexicografia*. Porto: Livraria Civilização – Editora, 1979. p. 314–337.

EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS DO ESPANHOL E DO PORTUGUÊS FORMADAS POR LEXIAS QUE DESIGNAM PARTES DO CORPO HUMANO: UM ESTUDO COGNITIVO A PARTIR DE DADOS LEXICOGRAFICOS

*Elizabete Aparecida Marques**

INTRODUÇÃO

Situado na interface entre a Semântica Cognitiva e a Fraseologia, este trabalho possui seus antecedentes teóricos em pesquisas sobre as unidades fraseológicas, realizadas no âmbito da fraseologia cognitiva ao longo dos últimos anos. As investigações que vêm sendo desenvolvidas na área da fraseologia cognitiva, geralmente, incorporam os princípios da linguística cognitiva para tentar determinar as representações mentais, subjacentes aos fraseologismos de base conceitual metafórica e metonímica. Nesse sentido, as partes do corpo humano constituem conceitos do mundo físico e visível, mais suscetíveis de entrar no processo de criação e interpretação das unidades fraseológicas. A interação entre as propriedades que caracterizam as partes da anatomia e as propriedades de outros

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Letras - Campo Grande/MS, eamarques@hotmail.com.

elementos extralinguísticos pode gerar imagens metaforizadas de grande transparência, motivando, assim, a emergência do significado idiomático de fraseologismos constituídos por lexias que designam as partes do corpo.

Considerando as afirmações anteriores, este trabalho propõe um estudo cognitivo-comparativo de expressões idiomáticas espanholas constituídas por lexias que designam partes do corpo humano (doravante somatismos) e seus possíveis equivalentes em português, a fim de estabelecer e discutir as bases metafóricas que lhes deram origem. Para tanto, parte-se da hipótese de que muitas expressões metafóricas resultam de analogias entre o corpo humano e outras realidades e essa relação se configura como um universal de caráter extralinguístico condicionado pela universalidade das operações mentais humanas. Considerando também que o ser humano se move dentro de uma determinada cultura, é provável que o significado de tais expressões se baseie não só na experiência física de índole universal do indivíduo, mas também em suas experiências culturais sobre o mundo exterior a partir do espaço primário de seu próprio corpo. Assim, o ponto de partida do trabalho se fundamenta nas seguintes hipóteses: (1) a existência de um mecanismo universal de motivação metafórica e metonímica subjacente ao significado das expressões idiomáticas dará origem a unidades similares em espanhol e em português; (2) apesar das similaridades, haverá expressões divergentes que respeitam as especificidades culturais de cada língua.

Do ponto de vista metodológico, os somatismos espanhóis, extraídos do *Diccionario de Locuciones verbales para la enseñanza del español* e *diccionario de locuciones adverbiales para la enseñanza del español* (Martínez, 2002; 2005), constituíram o ponto de partida da pesquisa. A partir da definição fraseográfica dos somatismos, rastream-se os repertórios lexicográficos de consulta em português, o *Dicionário*

Aurélio eletrônico (Ferreira, 1999) e o *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* (Houaiss, 2002), em busca das expressões que apresentassem definições similares. Desse modo, o estabelecimento dos equivalentes se deveu, fundamentalmente, a um critério semântico e a análise a um critério semântico-cognitivo.

1. FRASEOLOGIA

É indiscutível o interesse que a Fraseologia suscita na atualidade. Seu objeto de estudo são as unidades fraseológicas, ou seja, as combinações estáveis de palavras que, entre outras características, apresentam certa fixidez de forma e significado. Essas unidades, que são muitas vezes denominadas, de maneira indiferenciada, como *ditos*, *expressões idiomáticas*, *expressões fixas*, *frases feitas*, *modismos* etc. podem agrupar-se em diferentes categorias.

Existe um número considerável de propostas de classificação das unidades fraseológicas entre as quais se encontram as contribuições de Casares (1992 [1950]), Zuluaga (1980), Coseriu (1977), Corpas Pastor (1996) e Ruiz Gurillo (1997) entre outros. Tomando como ponto de partida o trabalho de Casares, Corpas Pastor (1996) defende uma concepção ampla da Fraseologia ao considerar como objeto de estudo dessa disciplina todas aquelas combinações formadas por ao menos duas palavras cujo limite superior se situa na oração composta. Essas combinações são caracterizadas por uma alta frequência de coaparição de seus elementos integrantes, a institucionalização, a estabilidade, a idiomaticidade e a variação. Utilizando como premissas o critério do enunciado e o da fixidez na norma, no sistema ou na fala, a autora estabelece uma primeira classificação das unidades fraseológicas em três esferas: a) as colocações: engloba unidades fixas na norma e correspondem a sintagmas livres que, devido ao uso,

adquiriram certo grau de fixidez; b) as locuções: correspondem as unidades fixas no sistema, e c) enunciados fraseológicos: englobam unidades que constituem enunciados por si mesmos, são fixos na fala e fazem parte do acervo cultural do falante de uma determinada cultura. Cabe destacar que as duas primeiras classes não constituem enunciados nem atos de fala completos, mas sim equivalem a sintagmas e necessitam combinar-se com outras unidades da língua para se constituírem como ato de comunicação.

Em consonância com a taxionomia proposta por Corpas Pastor (1996), neste trabalho concebe-se a Fraseologia a partir de uma visão ampla, pois se estima que essa disciplina deva abarcar todas as combinações fixas de palavras, sejam elas sintaticamente dependentes ou não, embora o foco da pesquisa recaia sobre as locuções com valor léxico ou, conforme o termo mais estendido no contexto de pesquisa brasileiro, as expressões idiomáticas.

2. A VISÃO COGNITIVISTA DE METÁFORA

Nos últimos anos muitas têm sido as contribuições para tentar explicar a natureza cognitiva da linguagem. Geralmente, a partir do viés que conjuga cognição e linguagem, filósofos e linguistas costumam destacar a necessidade de estudar a linguagem como um fenómeno cognitivo e simbólico, de caráter não autônomo, que se vincula a outras habilidades cognitivas humanas. Nesse sentido, as estruturas linguísticas estão intrinsecamente conectadas com o conhecimento e o pensamento, e devem ser entendidas em relação à função comunicativa da linguagem. Como o conhecimento se fundamenta em modelos da experiência corporal, criados por meio da atividade sensorial e motora, os pesquisadores procuram observar como interagem o corpo, a mente e a linguagem. Nessa relação corpo-mente-linguagem,

a metáfora desempenha um papel importante e se concebe como um procedimento cognitivo que organiza o sistema conceptual, refletindo-se na linguagem cotidiana. A metáfora é definida, assim, como um mecanismo que serve para compreender e expressar situações complexas a partir de conceitos mais básicos e conhecidos.

Aristóteles (entre 335 e 323 a.C) já antecipava, de certo modo, o caráter cognitivo da metáfora ao afirmar que uma boa metáfora implica uma percepção intuitiva da realidade, ou seja, das similaridades e diferença dos objetos. Depois de Aristóteles, vários filósofos, linguistas e críticos literários trataram a metáfora como um mecanismo retórico de ornamentação da linguagem. No entanto, longe de ser somente uma mera figura de linguagem, para os cognitivistas, a metáfora se define como um mecanismo cognitivo de organização e interpretação do mundo. Ela faz parte da linguagem cotidiana, embora muitas vezes o falante não o perceba (Lakoff; Johnson, 1980; Kittay, 1990; Cuenca; Hilferty, 1999, entre outros). Os processos de pensamento humano são, em grande medida, metafóricos, por isso, o sistema conceptual humano está estruturado e se define também de uma maneira metafórica. As metáforas podem existir como expressões linguísticas porque elas são metáforas no sistema conceptual de uma pessoa. Assim, a metáfora é um mecanismo por meio do qual a informação é assimilada com vistas à organização conceptual do mundo. Trata-se de uma maneira primária de acomodar novas experiências.

Por meio do mecanismo metafórico, o indivíduo organiza o mundo a partir de um processo de relações de semelhança e analogia entre dois domínios do conhecimento, estabelecendo, para isso, correspondências de tipo ontológico, estrutural e espacial entre um domínio denominado *fonte* e outro domínio denominado *meta*. Como postulam Barcelona (2000a, 2000b, 2002), Croft (2002), Dirven (2002), Feyaerts (2000), Goossens (2000, 2002), Iñesta; Pamies

Bertrán (2002), Kövecses (2000, 2002) e Ruiz de Mendoza Ibáñez (1997, 2000), nesse mecanismo metafórico existe uma projeção parcial do domínio fonte (concreto) sobre o domínio alvo (abstrato), de modo que o segundo domínio é entendido em termos do primeiro.

3. METÁFORAS ORIENTACIONAIS E ESPACIAIS

A afirmação de Johnson (1987) de que a atividade mental do ser humano se vincula, em grande parte, à atividade corporal¹ e a ideia de que as metáforas devem basear-se na experiência física para que sejam bons veículos de comunicação, têm repercussão principalmente nas metáforas orientacionais. Estas correspondem às ideias que cada coletividade sociocultural associa às noções de orientação espacial (acima-abaixo, adiante-atrás, dentro-fora, direita-esquerda etc.).

Analizamos, nas próximas seções, um conjunto de expressões cujo significado se baseia nessa associação. Como se verá, a menção a alguma parte do corpo humano figura entre os elementos constituintes, porque a relação entre o corpo humano e o ambiente constitui o ponto de referência fundamental do sistema conceptual e de orientação. Os conceitos espaciais que aparecem com mais frequência nos fraseologismos correspondem a esquemas de imagens como verticalidade (acima-abaixo) e *container* ou recipiente (dentro-fora).²

¹ É o que Lakoff e Johnson (1980) denominam *embodiment*. Segundo Johnson (1987), essa corporalidade (*embodiment*) que impregna o pensamento e, conseqüentemente, a constituição semântica da linguagem, se torna especialmente visível em fenômenos como a metáfora e a metonímia.

² Os esquemas de imagens surgem de experiências perceptivas e motoras que se repetem ao longo do desenvolvimento cognitivo (Cuenca; Hilferty, 1999, p. 97-100). Assim, como aponta Johnson (1987, p. 126), a partir da interação que se estabelece entre o corpo e a realidade, abstraímos determinadas pautas que logo subjazem nosso sistema conceptual e que são empregadas para esquematizar e reconhecer semelhanças entre objetos e situações. Segundo Johnson (1987), os esquemas de imagens (*image*

3.1. Esquema de verticalidade (*acima-abaixo*)

Conforme o esquema de verticalidade, a noção *acima* costuma associar-se com uma gama de conceitos positivos que revelam:

- a) estados de ânimo e emoções considerados positivos, como felicidade, alegria, satisfação, contentamento, euforia, bem-estar, poder ou controle etc.;
- b) virtudes como bondade, honra, prudência, justiça, valentia, fortaleza;
- c) quantidades elevadas.

A noção *abaixo*, ao contrário, se situa geralmente no polo oposto negativo e se traduz em conceitos que, via de regra, estão relacionados a:

- a) estados de ânimo e emoções negativas, como, por exemplo, a infelicidade, a tristeza, o decaimento, a insatisfação, a humilhação, a decepção, entre outros;
- b) valores negativos como maldade, injustiça, covardia, falta de poder ou controle etc.;
- c) quantidades baixas.

Como aponta Forment Fernández (2000), essas associações se fundamentam em imagens relacionadas a posturas físicas intrínsecas ao ambiente cultural em que nossas interações estão contextualizadas. A atitude corporal mais comum da pessoa doente, triste e decaída animicamente se manifesta através do encolhimento do corpo. Por outra parte, a alegria, o otimismo e a atitude positiva ou de ânimo se

schemas) condicionam as projeções mediante a hipótese da invariabilidade, posto que estamos limitados a não violar a estrutura do esquema de imagem do domínio alvo.

exteriorizam mediante comportamentos corporais opostos, ou seja, por meio dos ombros para trás e a cabeça erguida.

A partir das associações dessas duas posturas contrapostas com o espaço que nos rodeia, surgem unidades linguísticas, neste caso, expressões idiomáticas, que podem se agrupar em um esquema de imagem vertical, que se desloca de cima para baixo ou vice-versa, ou seja, da cabeça para os pés ou dos pés para a cabeça. Esse esquema é a base de inúmeras situações experimentadas diariamente. Mediante esse esquema, as expressões podem ser agrupadas em torno das seguintes metáforas espaciais: *mais é acima, menos é abaixo, o positivo é acima, o negativo é abaixo*.

3.1.1. Mais é acima e menos é abaixo

No âmbito da metáfora *mais é acima* se agrupa um conjunto de somatismos que têm em comum a conceptualização do espaço físico ACIMA em termos de uma grande quantidade de algo. É provável que essa ideia se explique pela experiência prévia do indivíduo a respeito da noção de medida. Por exemplo, se colocamos uma determinada quantidade de líquido num recipiente (um copo, por exemplo), percebemos, imediatamente, que esse líquido vai subindo até chegar a um determinado limite que se situa, fisicamente, na parte superior do recipiente. Mediante o mecanismo de analogia, essa maneira experiencial de perceber a medida das coisas se projeta sobre a maneira como percebemos a intensidade de determinadas emoções, sensações, estados de ânimo etc. O espaço físico onde se define o topo costuma ser alguma parte da anatomia humana, situada, geralmente, na zona superior do corpo.

Nesse sentido, os somatismos do espanhol *estar hasta el (mísimo) coño, estar hasta el moño, estar hasta la coronilla, estar hasta las*

pelotas, estar hasta los (mismísimos) cojones, estar hasta los (mismísimos) huevos, estar hasta los ovarios, hasta el pelo/los pelos, hasta la punta de los pelos, hasta las (mismísimas) narices são um reflexo de como a sensação de saturação se expressa metaforicamente por meio de unidades fraseológicas que contêm diferentes lexemas somáticos.

Como é possível observar, o que produz a sensação de saturação pode encontrar seu ponto culminante nas partes superiores do corpo como el moño, la coronilla, el pelo, la punta de los pelos e las narices. Analogicamente a um copo que se enche, aquilo que produz a sensação de saturação também enche o indivíduo até certo limite, de modo que pode se dizer que a medida dessa sensação está pautada pelo corpo. No entanto, o lexema somático que aparece nas expressões que significam ‘saturação’ nem sempre corresponde a alguma parte situada na posição superior da anatomia humana. Como se vê nos exemplos mencionados no parágrafo anterior, existem expressões formadas por lexias que designam partes do aparelho genital masculino ou feminino (cojones, coño, pelotas, huevo, ovario). Não há dúvida de que essas partes se situam numa posição central tendendo para a parte inferior do corpo. Contudo, a seleção dessas partes parece indicar a medida que o falante estabelece em seu corpo para suportar as coisas que lhe produzem saturação. Assim, em uma escala que vai de baixo para cima, os órgãos sexuais aparecem como o limite máximo. A partir desse ponto culminante, a sensação de saturação passa a ser insuportável, como se pode observar no seguinte exemplo, extraído do Corpus de Referencia del Español Actual, que compõe o banco de dados da Real Academia Española³:

³ Disponível em: <http://corpus.rae.es/creanet.html>. Acesso em: set. 2011. De fato, todos os exemplos, em espanhol, que ilustram a análise foram extraídos dos textos que compõem o *Corpus de referencia del español actual*.

(1) ¡Porque he estado toda la puta noche trabajando y estaba durmiendo! ¡Porque estoy **hasta los cojones** de que no me dejéis dormir! (*Los aires difíciles*. Almudena Grandes, 2002).

Para esse amplo conjunto de somatismos espanhóis, que se formam com diferentes lexemas somáticos, Ferreira (1999) registra somente um somatismo adverbial equivalente: *de saco cheio*⁴. Como se observa, nesse somatismo também prevalece a ideia do corpo como um indicador de medida para apontar até que nível um indivíduo suporta as coisas que lhe produzem a sensação de saturação. Como ocorre com alguns somatismos espanhóis, a lexia *saco* (lit. *cojones*) também se usa para designar os testículos. Porém, neste caso, essa parte da anatomia masculina é visualizada como um espaço que já está cheio, ou seja, que já esgotou o limite de sua capacidade para suportar algo ou alguém, como se pode observar no seguinte exemplo extraído de Houaiss (2002):

(2) Já está **de saco cheio** com o amigo.

Do ponto de vista metafórico, esse somatismo corresponde exatamente aos somatismos espanhóis *estar hasta las pelotas*, *estar hasta los (mismísimos) cojones*, *estar hasta los (mismísimos) huevos*. No entanto, do ponto de vista categorial, em português, *de saco cheio* se classifica como expressão adverbial enquanto os somatismos espanhóis se classificam como verbais, de acordo com os dicionários tomados como fonte.

No âmbito da metáfora *mais é acima* se destaca também um grupo de somatismos que expressam a ideia de totalidade. Os somatismos adverbiais espanhóis *hasta el cuello*, *hasta las cejas* e *hasta los dientes* com-

⁴ Em português não se faz diferença de gênero. Tanto um homem quanto uma mulher podem dizer que está *de saco cheio*. Em espanhol, entretanto, a diferença de gênero se evidencia mediante as expressões *estar hasta el (mismísimo) coño* e *estar hasta los ovarios*.

partem um significado metafórico que indica completude, de modo que as partes do corpo que aparecem entre os elementos constituintes sinalizam a referida completude, como ilustram os seguintes exemplos:

(3) Casquillos malditos tan comunes en Afganistán como las piedras, tan habituales para una población tribal y armada **hasta los dientes** que sólo necesita una orden para coger el fusil y alistarse al grupo que mejor les pague (*El Mundo*, 20 nov. 2002).

(4) “En aquel sistema, la Magistratura estaba medida **hasta el cuello** junto a los demás”, afirmó (*El Mundo*, 26 maio 1994).

Como se pode observar, em espanhol, a expressão da totalidade ocorre em somatismos formados por diferentes lexemas somáticos, como *cuello*, *cejas*, *dientes*, que estão na posição superior do corpo humano. Em português, a completude também se baseia na mesma metáfora, mas diferentemente do espanhol, se expressa mediante um único somatismo, formado pelo lexema *pescoço*. Desse modo, o somatismo adverbial *até o pescoço*, literalmente, ‘hasta el cuello’, indica o nível máximo, como se vê no exemplo oferecido por Houaiss (2002):

(5) Estava cheio de dívida **até o pescoço**.

Por outro lado, a ideia de escassez está relacionada à noção ABAIXO. Imaginemos, por exemplo, a escassez de água em um açude. Quanto maior é a escassez, menor é o nível de água. Ou seja, à medida que a escassez aumenta, o nível de água diminui. Mediante o processo de analogia, o ser humano aplica essa ideia de medida à relação entre o corpo (concebido como espaço físico) e a escassez, como se pode observar nos somatismos espanhóis *no llegar (ni) a un diente* e *no tener ni para un diente*.

Nesses casos, a escassez refere-se à comida, isto é, a quantidade de comida é tão baixa que não chega ao dente. Os dicionários brasileiros consultados não registram expressões que contenham essa imagem metafórica, mas, segundo nosso conhecimento da língua portuguesa, poderíamos apresentar como equivalente a expressão *não tapar (nem) o buraco do dente*. O uso dessa expressão está tão difundido que se encontram exemplos de sua ocorrência em diferentes tipos de textos de páginas *web*:

(6) Comi uma codorna ao molho de conhaque, com bacon e polenta com pinhão, excelente, porém **não tapava o buraco do dente** (www.argus.com.br/bilebovina/bilearchives, 01 mar. 2005).

(7) [...] não curto o Mc também, sou total contra lanche caro, não saudável, **não tapa nem o buraco do dente!** (www.brainstorm9.com.br/archives/2006).

Nesse caso, a insuficiência de comida se fundamenta numa imagem hiperbólica, já que, conforme a percepção do falante, a comida se apresenta em tão pouca quantidade que nem sequer tapa o buraco do dente.

3.1.2. O positivo é acima e o negativo é abaixo

Como já mencionado anteriormente, muitos somatismos correspondem, em seu significado, à metáfora *o positivo é acima* e *o negativo é abaixo*. Para Mellado Blanco (2004), isso se deve ao fato de que as bases físicas para o bem-estar pessoal (felicidade, saúde, vida, valentia etc.), ou seja, aquilo que o ser humano em geral considera como bom ou valioso está relacionado à noção *acima*. Ao contrário, a infelicidade, a doença, a humilhação, a morte etc se relacionam à noção *abaixo*.⁵

⁵ Vale recordar que em sua análise dos somatismos alemães, Mellado Blanco (2004) encontra quatro grupos de metáforas espaciais: a) *estado de ánimo positivo é acima*/

A metáfora *o positivo é acima* está presente em um conjunto de somatismos que, segundo a relação conceptual expressa, podem classificar-se em várias submetáforas. Uma delas se verbaliza em *a honra é acima*, dando origem aos somatismos adverbiais espanhóis *con la cabeza alta*, *con la frente alta*, *con la frente erguida* e *con la frente levantada* e seus equivalentes, em português, *de cabeça alta* e *de cabeça erguida*. O significado metafórico dessas expressões parece resultar de uma interação conceptual entre o plano físico e o plano abstrato, já que em nossa cultura a honra e o orgulho costumam manifestar-se fisicamente mediante a postura indicada por essas expressões em seu sentido literal. Em consequência, pode-se dizer que o significado fraseológico desses somatismos ('sin avergonzarse') mantém uma relação estreita com o significado literal, pois é fruto de uma associação entre dois conceitos: um que remete à esfera do abstrato e outro que aponta para a esfera do concreto. Essa associação é mediada pela experiência corporal do indivíduo, que costuma vincular determinados conceitos como orgulho, honra, reputação etc. com uma postura física, como mostra o exemplo a seguir:

(8) La libertad es la capacidad que podemos tener de ser fiel a las exigencias de la conciencia, de tal manera que actuando en fidelidad a esas exigencias de mi conciencia, yo puedo ir **con la frente alta** (*El Diario Vasco*, 31 jan. 2001).

Por sua vez, o somatismo verbal *levantar cabeza* tem um significado ('salir de una mala situación') que resulta de um mecanismo metafórico semelhante ao das expressões adverbiais descritas anteriormente. Nesse caso, a metáfora *o positivo é acima* se vincula à ideia

estado de ánimo negativo é abaixo; b) *saúde e vida são acima/doença e morte são abaixo*; c) *ter controle é acima/estar sujeito ao controle é abaixo*, e d) *apreço é acima/falta de apreço é abaixo*. Segundo essa fraseóloga, esses grupos de metáforas espaciais podem reduzir-se a uma metáfora espacial baseada na verticalidade do tipo *o bom é acima/o mau é abaixo*.

metafórica de que quando um indivíduo se encontra numa situação desfavorável, tem a moral no chão e, consequentemente, reaciona fisicamente inclinando a cabeça para baixo. Por isso, o emprego do somatismo *levantar cabeza* indica o começo de uma recuperação, ou seja, a passagem a uma situação mais favorável. A saída de uma situação negativa pode ter implicações positivas para o sujeito, como por exemplo, a recuperação do orgulho e da notoriedade:

(9) El baloncesto de base, el de verdad, quiere **levantar cabeza**, pero todo se quiere abortar desde los palcos, y que no se diga que son ganas de ver fantasmas, porque el tema quizá sea tan viejo como el propio baloncesto (*El País*, 11 dez. 1979: Ligas nacionales: aumenta el interés en baloncesto).

A transição de uma situação desfavorável para outra favorável fica mais evidente quando observamos o significado do somatismo brasileiro equivalente: *levantar a cabeça* que significa ‘reconquistar posição; recuperar-se moral e/ou financeiramente’. Como podemos ver, a própria definição do somatismo indica a reconquista ou a recuperação de algo (posição social, reputação perdida, bens materiais, como o dinheiro, o prestígio social etc.) que se tinha antes e que, por algum motivo, havia se perdido. Mostra disso é o seguinte exemplo, extraído de um texto de uma página *web*, que aborda a recuperação econômica do Brasil nos últimos anos:

(10) Em conclusão: sem negar a importância das mudanças dos últimos anos, inclusive no Brasil, talvez seja exagerado dizer que o país já **levantou a cabeça** (www.scielo.br, 2006).

No entanto, o somatismo espanhol *levantar la cabeza*, que é, formalmente, semelhante a *levantar a cabeça*, tem um significado completamente diferente, embora também integre a metáfora genérica

o positivo é acima. Seu significado fraseológico ‘ressuscitar’ nos leva a relacioná-lo com uma submetáfora que poderia verbalizar-se como *a vida é acima*, pois indica a ressurreição de alguém. Do ponto de vista real, é cientificamente improvável que um morto ressuscite. Por esse motivo, o significado se desdobra em um significado figurado que se usa no sentido de restabelecer, renovar ou dar nova razão de ser a algo, como ilustra o seguinte exemplo:

(11) Por el contrario, el primer secretario del PSC, Raimon Obiols, pidió a CiU que no cometa la “equivocación” de atribuir su desgaste al apoyo al Gobierno. “Cuando la derecha **levanta la cabeza** en España, CiU recibe las consecuencias, como pasó cuando ganaba UCD”, subrayó (*La Vanguardia*, 30 maio 1995).

Embora *levantar a cabeça* se assemelhe, do ponto de vista formal, ao somatismo espanhol *levantar la cabeza*, há uma diferença semântica, pois a expressão brasileira não contém o significado ‘ressuscitar’. Em português, a expressão correspondente a *levantar la cabeza* é *renascer das cinzas*. Como se pode observar, essa expressão verbal não se baseia na submetáfora espacial *a vida é acima* e tampouco se classifica como um somatismo, pois não contém nenhum lexema somático entre seus elementos constituintes.

No polo oposto ao *o positivo é acima*, encontra-se um grupo bastante significativo de somatismos cujos significados fraseológicos nos permitem agrupá-los na metáfora *o negativo é abaixo*. Como já explicamos anteriormente, a relação metafórica entre os conceitos pertencentes à esfera do negativo e a noção espaço-orientacional *abaixo* se estabelece a partir de uma base física, segundo a qual o que produz mal estar no indivíduo (o decaimento, a tristeza, a doença, o cansaço etc.) se expressa fisicamente através de uma postura em que

o corpo se vê inclinado para baixo. As expressões metafóricas derivadas dessa metáfora são construídas, às vezes, com partes do corpo humano situadas na extremidade dos membros inferiores do corpo, como os pés e os calcanhares. No entanto, não se trata de uma regra geral. Existem outros casos em que a metáfora *o negativo é abaixo* se manifesta mediante expressões metafóricas que contém outros lexe-
mas somáticos relativos a partes do corpo, como a cabeça, o cabelo, as orelhas, a cara e as mãos. Nesses somatismos, o que prevalece são imagens em que essas partes do corpo podem ser visualizadas num processo de queda ou orientadas para baixo.

Tanto em português como em espanhol existe uma série de somatismos que expressam conceitos como o tédio, a fome, a punição, a tristeza, a vergonha, o desengano etc., entendidos comumente como fenômenos negativos, que têm como base a metáfora em questão, como, por exemplo, *tener el estómago en los talones*. Nesse caso, a fome se apresenta como uma sensação tão incômoda que, quando a experimentamos, não sentimos o estômago em seu lugar, pois ele se desloca para abaixo, em direção ao calcanhar. O somatismo equivalente em português, *estar com a barriga no espinhaço*⁶, também contém a ideia de deslocamento de uma parte do corpo (*barriga*) para outra (*espinhaço*). Mas não podemos afirmar que esse somatismo corresponda a uma submetáfora que poderíamos denominar *a fome é abaixo*. Corresponde mais apropriadamente a um esquema de imagem horizontal em que o negativo está vinculado à noção *atrás*.

Por sua vez, o sentimento de vergonha se manifesta nas duas línguas analisadas mediante a mesma metáfora espaço-orientacional e se expressa linguisticamente mediante um somatismo que contém o lexema *cara*. Porém, em espanhol, esse somatismo denota um processo *caerse la*

⁶ Segundo nosso conhecimento de língua portuguesa, podemos afirmar que se usa também o somatismo *estar com a barriga nas costas*, não registrado nos dicionários.

cara de vergüenza, classificando-se como verbal enquanto em português, dada sua função adjetiva, *com a cara no chão* se classifica como adjetiva.

O estado anímico da tristeza, em espanhol, tem uma base física que também se baseia na metáfora *o negativo é abaixo*. Dessa relação físico-espacial surge o somatismo *con las orejas gachas* que significa ‘con tristeza y sin haber conseguido lo que se deseaba’, como indica o seguinte exemplo:

(12) Tras el ataque, el ambiente se crispó y ni de nuestra propia sombra nos fiábamos. Volvieron en tanto los expedicionarios, **con las orejas gachas** por el fracaso, henchidos de rabia contenida, para unirse a nuestras tareas (*Desde el Arauco*, Yolanda Arenales, 1992).

De acordo com os dicionários brasileiros consultados, podemos dizer que a tristeza é um estado de ânimo que, diferentemente do espanhol, não possui uma base físico-espacial em português e, portanto, tampouco integra a metáfora aqui discutida. Os dicionários consultados não registram nenhum somatismo que corresponda a esse significado. As expressões adverbiais que aparecem são *com a cachorra* (‘triste, abatido, deprimido’) e *a meio pau* (‘um tanto triste ou consternado’), que têm outras motivações metafóricas. A primeira se baseia numa metáfora relacionada ao mundo dos animais domésticos e a segunda na imagem de uma bandeira içada a meio pau que, em muitas culturas, simboliza luto. Consequentemente, a expressão apresenta um significado que expressa o sentimento de tristeza, peculiar ao luto.

3.2. Esquema de container ou recipiente

A metáfora *a cabeça é um recipiente* certamente se baseia na experiência prévia do indivíduo com determinados objetos, entre os

quais se destacam os recipientes. Por meio de um processo de analogia, a metáfora se estabelece a partir de correspondências entre certas características que podem ser atribuídas a um recipiente, como sua forma arredondada, sua cavidade, sua utilidade etc., e as características de uma cabeça. Em outras palavras, se trata de uma relação baseada nos traços que evidenciam as semelhanças entre um recipiente e a parte da anatomia em questão.

Por isso, os verbos que aparecem nos somatismos, como por exemplo, *entrar, caber, meter, quitar-se/tirar* etc., são empregados habitualmente na expressão de ações quotidianas em nossa relação com os objetos. A partir dessa experiência prévia e física com recipientes, a linguagem configura as unidades fraseológicas em que a cabeça se vê igualada com um recipiente. Por outra parte, uma grande parte dos vocábulos empregados frequentemente para descrever as experiências físicas são igualmente empregados para falar do domínio intelectual, dando lugar a um processo de analogia, posto que a cabeça é, adicionalmente, a sede do intelecto.

No caso dos somatismos, o que se introduz nesse recipiente especial costumam ser as ideias, pensamentos, decisões, argumentos etc., como se observa nos pares de expressões: *caber en la cabeza/entrar na cabeça; meterse en la cabeza/meter na cabeça; quitar-se de la cabeza/tirar da cabeça*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa indicam a importância da linguística cognitiva, em geral, e da teoria cognitiva sobre a metáfora e a metonímia, em particular, para os estudos fraseológicos, não só como um fundamento útil, mas também como uma forma de entender a realidade mediante a exploração das configurações conceituais convencionais

ou modelos cognitivos. As hipóteses iniciais se veem satisfatoriamente confirmadas, visto que, na maior parte dos casos, os fraseologismos analisados se fundamentam em imagens similares em espanhol e em português. Os exemplos que ilustram as análises revelam que a metáfora simplifica e explica temas complexos e abstratos, como o significado fraseológico, ao projetá-los sobre o fundo de realidades conhecidas, como o corpo humano. Mas nem sempre essas imagens são coincidentes, pois, em algumas ocasiões, cada língua apresenta valores diferentes para as partes da anatomia, de modo que não existem equivalências diretas entre os somatismos individuais dentro de um mesmo modelo metafórico, ou, em um menor número de casos, os equivalentes portugueses se baseiam em outros campos conceituais, peculiares à cultura brasileira. Assim, apresentando alguns resultados, as análises revelaram, por um lado, que as metáforas relacionadas com a orientação, ou metáforas orientacionais, proporcionam a um conceito uma orientação espacial a partir da experiência física e cultural do indivíduo. Por exemplo, a metáfora *o positivo é acima* dá origem a unidades como *con la cabeza alta/de cabeça alta, levantar cabeza / levantar a cabeça*, entre outras. Por sua vez, a metáfora *a cabeça é um recipiente* explica a origem e facilita a interpretação de unidades como *entrar en la cabeza/entrar na cabeça, meter en la cabeza/meter na cabeça* etc., já que essa parte da anatomia é concebida em termos de um recipiente onde se colocam ou de onde se retiram ideias e argumentos.

REFERÊNCIAS

BARCELONA, Antonio. Introduction: the cognitive theory of metaphor and metonymy. In: BARCELONA, Antonio (Ed.). *Metaphor and metonymy at the crossroads: a cognitive perspective*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000a. p. 1–28.

BARCELONA, Antonio. On the plausibility of claiming a metonymic motivation for conceptual metaphor. In: BARCELONA, Antonio (Ed.). *Metaphor and metonymy at the crossroads: a cognitive perspective*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000b. p. 31–58.

BARCELONA, Antonio. Clarifying and applying the notions of metaphor and metonymy within cognitive linguistics: an update. In: DIRVEN, René; PÖRINGS, Ralph (Eds.). *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2002. p. 207–277.

CASARES, Julio. *Introducción a la lexicografía moderna*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992. Obra original publicada em 1950.

CORPAS PASTOR, Gloria. *Manual de fraseología española*. Madrid: Gredos, 1996.

COSERIU, Eugenio. *Principios de semántica estructural*. Madrid: Gredos, 1977.

CROFT, William. The role of domains in the interpretation of metaphors and metonymies. In: DIRVEN, René; PÖRINGS, Ralph (Eds.). *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2002. p. 161–205.

CUENCA, María José; HILFERTY, José. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel, 1999.

DIRVEN, René. Metonymy and metaphor: different mental strategies of conceptualisation. In: DIRVEN, René; PÖRINGS, Ralph (Eds.). *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2002. p. 75–111.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio eletrônico: século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 1 CD-ROM.

FEYAERTS, Kurt. Refining the inheritance hypothesis: interaction between metaphoric and metonymic hierarchies. In: BARCELONA, Antonio (Ed.). *Metaphor and metonymy at the crossroads: a cognitive perspective*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000. p. 59–78.

FORMENT FERNÁNDEZ, María del Mar. Universales metafóricos en la significación de algunas expresiones fraseológicas. *Revista de Lingüística Española*, Madrid, v. 30, n. 2, p. 357–381, 2000.

GOOSSENS, Louis. Patterns of meaning extension, parallel chaining, subjectification, and modal shifts. In: BARCELONA, Antonio (Ed.). *Metaphor and metonymy at the crossroads: a cognitive perspective*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000. p. 149–169.

GOOSSENS, Louis. Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. In: DIRVEN, René; PÖRINGS, Ralph (Eds.). *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2002. p. 349–377.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 1 CD-ROM.

IÑESTA, Eva María; PAMIES BERTRÁN, Antonio. *Fraseología y metáfora: aspectos tipológicos y cognitivos*. Granada: Método Ediciones, 2002.

JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

KITTAY, Eva Feder. *Metaphor: its cognitive force and linguistic structure*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

KÖVECSES, Zoltán. The scope of metaphor. In: BARCELONA, Antonio (Ed.). *Metaphor and metonymy at the crossroads: a cognitive perspective*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000. p. 79–92.

KÖVECSES, Zoltán. *Metaphor: a practical introduction*. New York: Oxford University Press, 2002.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

MELLADO BLANCO, Carmen. *Fraseologismos somáticos del alemán*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2004.

PENADÉS MARTÍNEZ, Inmaculada. *Diccionario de locuciones verbales para la enseñanza del español*. Madrid: Arco/Libros, 2002.

PENADÉS MARTÍNEZ, Inmaculada. *Diccionario de locuciones adverbiales para la enseñanza del español*. Madrid: Arco/Libros, 2005.

RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ, Francisco José. Metaphor, metonymy and conceptual interaction. *Atlantis: Journal of the Spanish Association for Anglo-American Studies*, Madrid, v. 19, p. 281–295, 1997.

RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ, Francisco José. The roles of mappings and domains in understanding metonymy. *In*: BARCELONA, Antonio (Ed.). *Metaphor and metonymy at the crossroads: a cognitive perspective*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000. p. 109–132.

RUIZ GURILLO, Leonor. *Aspectos de fraseología teórica española*. Valencia: Universitat de València, 1997.

ZULUAGA, Alberto. *Introducción al estudio de las expresiones fijas*. Tübingen: Max Hueber Verlag, 1980.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO ONOMASIOLÓGICO ↔ SEMASIOLÓGICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO/ ESPAANHOL RIOPLATENSE PARA O MERCOSUL

*Lêda Corrêa**

INTRODUÇÃO



Os diferentes critérios utilizados por estudiosos da lexicografia teórica têm gerado uma gama extensa e variada de classificações dos tipos de dicionários. Dada a diversidade de critérios e de tipologias, classificar as obras lexicográficas existentes bem como projetar novos dicionários torna-se uma tarefa incerta e complexa. Welker (2004) dedica um capítulo de sua obra para apresentar sucintamente algumas tipologias e dicionários existentes. Dentre os poucos traços recorrentes a quase todas as tipologias apresentadas por esse autor, a forma alfabética vs. semântica de arranjo do vocabulário recebe destaque no presente capítulo, cujo escopo incide na apresentação e discussão das etapas do desenvolvimento de um dicionário eletrônico bilíngue do português brasileiro e espanhol rioplatense, destinado ao público dos países de língua espanhola do MERCOSUL. A proposta da arquitetura vocabular dessa

* Universidade Federal de Sergipe (UFS), leda-correa@uol.com.br.

obra lexicográfica contempla uma constelação temática ordenada alfabeticamente sob eixos temáticos, isto é, trata-se de uma obra mista, concebida, a um só tempo, como onomasiológica ou semântica por seus eixos temáticos, e semasiológica ou alfabética pela organização dos lemas afinados semanticamente aos eixos propostos.¹

Essa estruturação conjugada não foi encontrada em nenhuma tipologia, salvo na classificação proposta por Malkiel (1959; 1959a; 1962), apresentada por Welker (2004), na qual aquele autor utiliza-se de três critérios de classificação tipológica dos dicionários: abrangência, perspectiva e apresentação. Embora não seja o objetivo deste capítulo especificar cada um dos critérios, observa-se que, no critério “perspectiva”, o autor classifica as obras lexicográficas por três modos de arranjo: alfabético *vs* semântico *vs* não sistemático, mas não explicita o modo “não sistemático”, o que inviabiliza assegurar que se trata de dicionários que conjugam as duas formas de arranjo.

Da perspectiva do público-alvo ao qual o projeto em desenvolvimento do *Dicionário Eletrônico de português brasileiro e espanhol rioplatense*, doravante *DELPE*, se destina, a estruturação conjugada onomasiológica ↔ semasiológica possibilita atender, por um lado, a consulta ao dicionário para fins da produção oral e escrita do aprendiz, quando o consulente busca ampliar a rede vocabular associativa, que lhe faculte um melhor desempenho na organização textual-discursiva em diferentes situações comunicativas da língua-alvo. Por

¹ O desenvolvimento desse dicionário cumpre uma das quatro etapas do projeto Formação Docente e Inovação Tecnológica Para o Ensino-Aprendizagem de Português Língua Estrangeira (PLE), financiado pelo PNPd/MEC/CAPES e pela FAPITEC/SE. As demais etapas do projeto em desenvolvimento são: a) mapeamento geopolítico do ensino do PB como PLE nas escolas de nível fundamental e médio dos países signatários do MERCOSUL; b) criação e desenvolvimento de um Núcleo de Ensino-Aprendizagem de Português para Estrangeiros (NEAPLE); c) elaboração de um dicionário impresso e semasiológico com equivalência entre Português Brasileiro e Espanhol Rioplatense. Esta última etapa é desenvolvida em parceria com a PUC-SP, sob a coordenação das professoras Dra. Jeni Silva Turazza (PUC-SP) e Dra. Lêda Corrêa (UFS).

outro lado, a organização semasiológica, decorrente da rede vocabular associativa onomasiológica, possibilita ao aprendiz de uma língua estrangeira a busca dos significados do(s) lexema(s) dessa rede associativa, expandindo assim seus conhecimentos de mundo. A consulta semasiológica, segundo Welker (2004), destina-se mais ao processo de compreensão e interpretação de textos do que ao processo de produção oral e escrita, em que a consulta onomasiológica é mais adequada e eficiente por guardar relações entre vocábulos associados por relações de sinonímia, antonímia, hiperonímia etc.

Ressalta-se ainda a necessidade de produção de dicionários bilíngues que valorizem as variedades brasileira e rioplatense no contexto do MERCOSUL, cujas principais metas para a integração regional dos seus Estados Partes são o bilinguismo e a interculturalidade. As ações em curso do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) culminaram na proposição de sucessivos planos educacionais, cuja principal meta é o ensino-aprendizagem do português e do espanhol, línguas oficiais do megabloco, nas zonas fronteiriças e não fronteiriças do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, países signatários do Tratado de Assunção, que deu origem ao MERCOSUL em 26 de março de 1991. Decorridas um pouco mais de duas décadas da existência desse acordo, a integração econômica e social entre os países ainda não está totalmente consolidada. No campo da educação, encontra-se em desenvolvimento o Plano de Ação do SEM (2011-2015) que, em linhas gerais, objetiva traçar políticas educacionais e linguísticas, capazes de contribuir para a integração regional e de promover uma cidadania regional. Contudo, o contexto educacional dos países integrantes do MERCOSUL ainda apresenta carência de manuais didáticos de Português Língua Estrangeira, doravante PLE, e de dicionários bilíngues que privilegiem as variações dos usos vocabulares do português e do espanhol em solo latino-americano. Tal carência pode ser avaliada como um dos aspectos

responsáveis pelo entrave da implementação do ensino de PLE nas unidades escolares desses países de língua espanhola.

Com foco na integração e nas bases do bilinguismo e da interculturalidade, um dicionário eletrônico bilíngue destinado ao público argentino, uruguaio e paraguaio pode contribuir para o fortalecimento do acervo de materiais de apoio didático-pedagógico para o ensino das línguas oficiais do MERCOSUL, além de auxiliar na promoção e difusão do Português Brasileiro (PB) como PLE.

1. ASPECTOS GERAIS DA ESTRUTURA ONOMASIOLOGICA ↔ SEMASIOLOGICA DO DICIONÁRIO²

Com base nas afirmações de Hallig & Wartburg (1952), Welker (2004) apresenta duas limitações dos dicionários onomasiológicos. A primeira é que “a divisão em categorias, em diversos níveis, é sempre subjetiva” (Welker, 2004, p. 49). A exemplo do que apresenta Lyons (1977), o grau de subjetividade de obras lexicográficas onomasiológicas é reforçado ao considerar que toda construção de uma estrutura vocabular hierárquica pela relação de hiponímia pode variar em função dos recortes culturais e da decisão do lexicógrafo. Nessa perspectiva, as diferenças manifestadas na hierarquia vocabular nem sempre estão no lugar onde o consulente procura suas informações. Considerando-se essa limitação, a proposta de um dicionário misto, no qual as informações podem ser encontradas também em ordem alfabética procura minimizar esse problema. A segunda limitação dos dicionários onomasiológicos reside na falta das definições vocabulares, que limita a ação do consulente, pois ao encontrar o lexema que procura na rede semântica, ele

² Onomasiológico e semasiológico serão aqui concebidos como formas de arranjo vocabular dos dicionários e como procedimentos de descrição léxico-semântica.

precisa recorrer ao dicionário semasiológico, no caso de desconhecer o significado e o contexto de uso do lexema por ele selecionado. Esse problema pode ser também minimizado no dicionário misto, tendo em vista que o consulente pode encontrar, pela busca alfabética, as definições relativas a diferentes contextos de uso vocabular mais frequentes.

O tipo de suporte eletrônico do *DELPE* também se configura como um recurso facilitador da arquitetura onomasiológica ↔ semasiológica, em virtude de instrumentos de busca, pelos quais o consulente pode ter acesso ágil e rápido ao conteúdo que, de fato, procura.

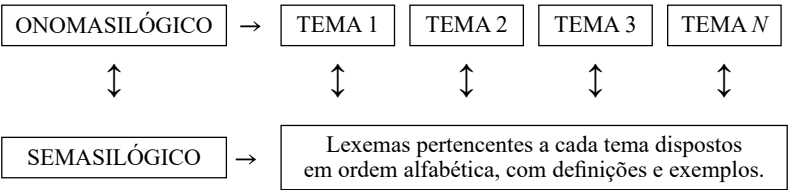
Há aspectos importantes a serem considerados nos dicionários eletrônicos, sobretudo num contexto de inovação tecnológica, cuja direção aponta para o desenvolvimento científico e tecnológico que possa trazer contribuições para o ensino de línguas e provocar efeitos de alto impacto em contextos nacionais e internacionais. Segundo Auroux (2009), as gramáticas e os dicionários constituem-se como produtos tecnológicos da área, aos quais acrescentamos também os manuais didáticos, por serem destinados à utilização de professores e alunos no ensino-aprendizagem de qualquer conhecimento disciplinar e escolarizado. Sob essa perspectiva, os dicionários eletrônicos reúnem, a um só tempo, a própria natureza tecnológica de que se reveste qualquer dicionário e a tecnologia eletrônica como suporte veiculador dessa produção.

O *DELPE* destina-se ao uso escolar do nível primário e secundário de instituições de ensino situadas nos Estados Partes do MERCOSUL. O tipo de acesso aos dados em formato digital do *DELPE* ainda se encontra em fase de análise, mas estão previstas as seguintes alternativas de acessibilidade: a) como *Pocket Electronic Dictionary* (*PED*); b) como aplicativos em dispositivos móveis, do tipo *smartphones* ou computadores *tablet*; c) como função interna de leitor de *e-book*; e/ou d) como CD-ROM ou DVD-ROM. A seleção dos modos de acessibilidade

dos dados digitais do *DELPE* dependerá dos resultados do levantamento sobre os meios de implementação desse dispositivo nas escolas de ensino primário e secundário dos países do MERCOSUL, que integram outra etapa do projeto (Cf. nota explicativa 1).

Sua configuração onomasiológica ↔ semasiológica associada ao suporte eletrônico possibilita diferentes tipos de consulta ao conteúdo desejado, porque cada item dessa obra lexicográfica funciona, pela via digital, como “menu”, por onde o consulente elege seu próprio caminho de busca.

Esquemáticamente, a estrutura onomasiológica ↔ semasiológica do *DELPE* assim se descreve:



1.1. Os eixos temáticos

O *DELPE* apresenta catorze eixos temáticos³, cuja organização partiu da análise e comparação da macroestrutura de três dicionários: *Dicionário analógico – ideias afins/ thesaurus*, de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (1950)⁴, *Pequeno dicionário de idéias afins*, de Hermínio Sargentim (2008) e *Dicionário visual de bolso 3 em 1*, da editora Dorling Kindersley Book, London (2010), cujas diferenças entre eles, nada desprezíveis, determinam-lhes os critérios de organização temática pelo procedimento onomasiológico. Segundo Babini (2006), os dicio-

³ Esse número poderá sofrer ajustes até o término da obra em questão.

⁴ O ano de 1950 refere-se à primeira edição do *Dicionário analógico*, de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, no entanto, a consulta para este artigo foi realizada na 2. ed., de 2010 (Cf. Referências).

nários analógicos podem ser incluídos na categoria dos dicionários onomasiológicos, por essa razão decidiu-se pela inclusão e análise do dicionário de Azevedo (1950).

Em Azevedo (1950), trata-se de uma obra de referência ou *thesaurus*, monolíngue, impressa, destinada ao consulente em geral, que busca diversificar seu vocabulário nos planos da fala e da escrita. A obra apresenta dois acessos à informação: pela área conceitual, na qual se encaixa a palavra que se quer encontrar, e pelo índice geral, que é ordenado alfabeticamente e apresenta os números de todos os grupos em que a palavra procurada se encontra. Ao todo, são quase cem mil palavras ou expressões diferentes distribuídas em mais de mil grupos. Sua macroestrutura se constitui por três níveis de ramificação, do sentido mais geral ao mais específico: 1º nível → classificação de palavras em seis grandes áreas: *relações abstratas, espaço, matéria, entendimento, vontade e afeições*; 2º nível → constituído de 24 subáreas (divisões); 3º nível → cada divisão apresenta um número de grupos e seus antagônicos. Por exemplo, na classe *Espaço*, a divisão 2 está definida como *Dimensões* que se ramifica em três subdivisões: *em geral, lineal e central*. Em cada uma dessas subdivisões há grupos, que se organizam por pares antonímicos. Por exemplo, o conceito da subdivisão 2 *Dimensões em geral* apresenta os seguintes grupos: *tamanho/pequenez, dilatação/contração; distância/proximidade, intervalo/contiguidade*.

Em Sargentim (2008), trata-se de um dicionário pedagógico, monolíngue, impresso, cuja principal finalidade é dar suporte às aulas de redação. Suas formas de consulta se dão pelas palavras-chave, que constituem os eixos temáticos principais e pelo índice ordenado alfabeticamente com todas as ocorrências. Apresenta cerca de nove mil palavras. A sua macroestrutura se constitui por pares antonímicos de palavras-chave, das quais decorrem outras palavras ou, na falta delas, predicções, ou, ainda, fraseologismos, que guardam proximidade semântica com cada elemento

do par considerado. Tais palavras ou predicções são divididas morfológicamente em substantivo, verbo e adjetivo. Por exemplo, no par antonímico *Vida/Morte*, ocorrem, no primeiro elemento do par (*vida*), alguns substantivos: *existência, sopro, aura, hálito* etc; alguns verbos, locuções ou predicções: *viver, estar vivo, sair do ventre materno* etc; alguns adjetivos: *vivo, animado, vital* etc. No segundo par (*morte*), ocorrem alguns substantivos ou predicções: *fim, falecimento, última jornada* etc.; alguns verbos e fraseologismos: *morrer, expirar, dar o último suspiro, terminar os dias* etc.; alguns adjetivos: *morto, frio, finado* etc.

Finalmente, o *Dicionário visual de bolso* (2010) trata-se de uma obra trilingue (inglês, espanhol, português), impressa, que, embora tenha o inglês como ponto de partida, busca atender às necessidades dos usuários hispânicos e lusófonos, em fase inicial, no tocante ao aprendizado do vocabulário básico, com cerca de quatro mil palavras e expressões para cada uma das três línguas. A consulta pode ser feita pelas áreas temáticas ou pelo índice ordenado alfabeticamente ao final da obra. Sua macroestrutura se constitui por quinze temas, cada qual composto por subtemas, dos quais decorre um conjunto de palavras que guarda afinidade semântica com os respectivos subtemas e, consequentemente, com os temas mais genéricos. Cada palavra é acompanhada por imagens de alta resolução. Por exemplo, considerando o tema *Pessoas*, dele decorrem os seguintes subtemas: *corpo, rosto, mão, pé, músculos, esqueleto, órgãos internos, órgãos reprodutores, família, relacionamentos, emoções e eventos da vida*. Do subtema *rosto* são elencados: *cabelo, pele, testa, têmpora, olho, nariz, boca, queixo* etc.

A proposta temática do *DELPE* não se orienta pela extensão e pela complexidade encontrada no *Dicionário analógico – ideias afins/thesaurus*, de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (1950), cuja organização, por ser demasiadamente complexa, dificultaria o uso pelo aprendiz de uma língua estrangeira.

Quanto ao dicionário de Sargentim (2008), a utilização dos dois principais critérios - os pares antonímicos e a ordenação dos lexemas por classes gramaticais - que norteiam a organização onomasiológica dessa obra lexicográfica, inviabilizaria a disposição semasiológica ou alfabética de organização dos vocábulos afins pretendida no *DELPE*. Além disso, as associações semânticas, em Sargentim (2008), são, em alguns casos, pouco claras e não apresentam os procedimentos lexicológicos utilizados para aproximá-las.

Finalmente, a seleção de temas encontrada no *Dicionário visual de bolso* (2010) é a que melhor atende aos propósitos do *DELPE*, uma vez que seus quinze temas descrevem seres, objetos, relações entre pessoas e algumas práticas cotidianas frequentes no universo de falantes em geral. No entanto, esse dicionário não abarca campos conceituais mais abstratos, como movimentos e orientações de espaço e tempo, que, de modo mais simplificado do que se constatou em Azevedo (1950), foram incluídos no rol de temas do *DELPE*.

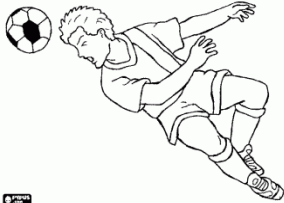
Nesse sentido, os eixos temáticos do *DELPE* recobrem campos conceituais mais extensos e abstratos, como *Movimentos Corporais*, ou campos mais específicos, como *Vestuário e Complementos*. Dos eixos temáticos decorrem nomes, verbos ou palavras de relação que mantêm afinidades semânticas com os respectivos eixos. Até o presente momento, o *DELPE* apresenta catorze eixos, que buscam recobrir um espectro semântico dos temas recorrentes em situações formais e informais de uso do PB.

A título de exemplificação, o eixo *Movimentos Corporais* reúne uma coleção vocabular de uso frequente no Português Brasileiro que recobre o campo dos *Deslocamentos Corporais*, isto é, corpos que se deslocam, em um dado intervalo de tempo, de um ponto A a um ponto B, de modo ritmado ou não, em uma ou várias direções. As direções ou sentidos desses deslocamentos podem se dar na horizontalidade, como em *andar, correr, nadar*; na verticalidade, como em *subir, descer, agachar*,

levantar, pular, saltitar; na circularidade, como em circular, orbitar, rodear; para frente, adiantar, avançar; para trás, recuar, retroceder, voltar, regressar; para dentro, entrar, penetrar; para fora, sair, retirar; em movimento ritmado em várias direções, dançar; movimento não ritmado em várias direções, abalar, tremer, estremecer, sacudir; movimento em direção diversa, virar; movimento em curvatura dobrar, inclinar, curvar. No DELPE, o consulente terá acesso a essa explicação, disponível nas duas línguas, clicando no menu *Movimentos Corporais*, cuja função é orientar a busca por verbetes afins alfabeticamente dispostos e definidos em conformidade ao eixo temático.

Na Figura 1, o verbete *cabecear*, pertencente ao eixo *Movimentos Corporais*, exemplifica alguns elementos da microestrutura do DELPE: classe gramatical do verbete; definição principal, isto é, atinente ao eixo temático; exemplo; equivalente em espanhol; pronúncia em PB (recurso de áudio); imagem (recurso visual, geralmente associado ao exemplo):

Figura 1. Elementos da microestrutura do DELPE para o verbete *cabecear* pela afinidade semântica com o eixo *Movimentos Corporais*

cabecear	
Classe gramatical: verbo	
Definição principal: impulsionar ou golpear com a cabeça	Equivalente espanhol: cabecear
Exemplo: O jogador de futebol cabeceou a bola e fez o gol.	
Pronúncia em PB (recurso de áudio)	
Imagem 	

1.2. A seleção dos lemas ou entradas vocabulares

A seleção dos lemas ou entradas vocabulares obedece principalmente aos critérios de afinidade ao eixo temático e do uso frequente em PB. Os índices de frequência de uso têm sido equacionados pelo *WordSmith Tools 4.0*, programa de análise lexical, na exploração de *corpora* de dados linguísticos autênticos, pelo recurso *wordlist*, que gera listas de palavras em ordem alfabética e em ordem de frequência, e listas de estatísticas dos textos (dimensões e densidade lexical).

O *DELPE* não prevê a inclusão de *termos*, *regionalismos*, *abreviaturas*, *adjetivos pátrios* e *nomes próprios*. A seleção de *palavras estrangeiras*, *gírias* e *tabuísmos* depende da frequência de uso em PB em situações relativamente formais.

1.3. As definições

À semelhança da sequenciação dos elementos da microestrutura utilizada no *Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños – SEÑAS* (2001), da Universidad de Alcalá de Henares, o *DELPE* apresenta em sua interface semasiológica, dependente semanticamente da interface onomasiológica, os seguintes itens/*menus*: entrada vocabular em PB; definição analítica em PB; exemplo; e equivalente em espanhol rioplatense, subtraídos os recursos audiovisuais por ter o *DELPE* suporte eletrônico.

Ressalta-se que o *SEÑAS* é bidirecional, isto é, dispõe de dois modos de consulta: pela ordenação alfabética dos verbetes, na direção Espanhol/Português, e pelo glossário, na direção Português/Espanhol. O *DELPE* também é bidirecional, pois dispõe de um instrumento de busca, no qual o consulente pode digitar a palavra em espanhol ou em português.

No plano da elaboração das definições, o *DELPE* utiliza o *dicionário eletrônico Houaiss* (2007; 2009) como aporte para reelaborar suas acepções, isto é, modificá-las por procedimentos de reorganização semântica, que compreendem: a) substituições, subtrações e/ou acréscimos de semas; b) fusão entre duas acepções próximas no plano do conteúdo semântico, acompanhada dos devidos ajustes do item anterior; e c) construção do conteúdo definitório, quando uma dada acepção não for contemplada no *Houaiss* e apresentar frequência de uso.

Dada a orientação semântica dos eixos temáticos, o *DELPE* apresenta no interior de cada eixo uma definição principal (Figura 1), na qual se privilegia aquela que estabelece maior grau de afinidade semântica com o eixo temático e que apresenta frequência de uso em contextos formais, preferencialmente. As demais acepções, que nem sempre se enquadram semanticamente no eixo temático, são apresentadas no item/*menu Outras Acepções*, que também dispõe de definições expandidas, exemplos e equivalentes em espanhol rioplatense. Finalmente, reserva-se um espaço para o item/*menu Locuções*, no qual são selecionadas as locuções ou expressões idiomáticas de uso frequente em PB, também acompanhadas de definições, exemplos e equivalente em L2.

1.4. Os equivalentes em L2⁵

Na literatura da definição lexicográfica, o equivalente pode ser considerado como definição por sinônimo, embora no rol das formas de se definir algo, a definição por sinônimo, conforme Imbs (1960), seja considerada pseudodefinição, por estabelecer um círculo vicioso e tautológico, que impossibilita a construção do conceito pela ausência de traços sêmicos constitutivos do semema.

⁵ A equipe que realiza as equivalências do *DELPE* conta com especialistas da área, sendo alguns deles de nacionalidade argentina e uruguaia.

Independente de ser ou não ser considerado como um tipo de definição, o equivalente em L2 deve ser selecionado pelos seguintes passos, propostos por Baldinger (1985, *apud* Welker, 2004, p. 194):

- 1) analisam-se os sememas do lexema da L1 para o qual se procura um equivalente (na verdade, trata-se, em determinado contexto, de certa acepção, e, portanto, de apenas um semema); 2) pergunta-se se existe na L2, uma palavra que contenha esse semema; 3) responde-se, primeiro, intuitivamente; 4) deve-se fazer uma análise semêmica precisa do lexema que parece ser o equivalente para confirmar ou não a escolha.

Outra solução é a utilização de *corpora* paralelos de textos e suas traduções, desde que sejam traduções de boa qualidade.

Há que se considerar também, segundo Carvalho (2001), que os graus de equivalência podem variar desde a equivalência total, geralmente encontrada entre lexemas do campo terminológico, até a ausência de equivalência, frequente nas áreas que recobrem festividades, vestuário, utensílios, fatos históricos, comidas e bebidas, religião, educação etc.

Carvalho (2001) apresenta algumas soluções para os casos de ausência de equivalência, dentre elas a utilização de *paráfrases equivalentes não lematizadas*. Verifica-se essa solução no *SEÑAS*, por exemplo, na quarta acepção do vocábulo “baile”: **baile** – *lugar en el que se baila*. Nessa acepção, utiliza a paráfrase não lematizada **salão de baile** como equivalente em português para “baile” em espanhol.

Em virtude da natureza de alguns eixos temáticos, como *Habitação e Mobiliário*, *Vestuário e Complementos*, e *Culinária e Utensílios de Cozinha*, e do espaço dedicado às locuções e expressões idiomáticas, o *DELPE* admite a construção de paráfrases equivalentes não lematizadas.

ticas. Nas demais ocorrências, adotam-se os quatro procedimentos de Baldinger (1985), dos quais já se fez referência.

1.5. As relações entre definições, exemplos e imagem

O *DELPE* apresenta um exemplo para cada uma de suas definições. Campos (1994) argumenta que os exemplos são fundamentais porque permitem desenvolver aspectos que são impossíveis de ser incluídos nas definições. Na mesma linha de pensamento, Creamer (1987) pondera que, no caso do dicionário bilíngue, o exemplo auxilia na compreensão do significado e no uso da palavra, e que a sua ausência sobrecarrega a definição do dicionário e o próprio usuário. Desse modo, o exemplário do *DELPE* cumpre três funções básicas: a) especificar e/ou explicar o conteúdo de natureza enciclopédica ausente das definições; b) contextualizar o uso vocabular; c) facilitar a compreensão do significado e do uso da palavra ao consulente hispânico.

O uso de imagens objetiva facilitar a compreensão do significado vocabular. Sempre que possível, ela traduz o exemplo, subsidiando o processo de representação mental do significado linguístico da definição.

2. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No item *Pronúncia em PB* (recurso de áudio), há reprodução sonora de cada entrada vocabular com pronúncia padronizada do PB, conforme estudos realizados por Silveira (2008) sobre a existência de uma arquinorma, que representa “uma unidade na diversidade de pronúncias dos diferentes grupos linguísticos sociais e geográficos” (Silveira, 2008, p. 33). Essa arquinorma é televisiva, irradiada pela TV

Globo, de longo alcance geográfico, no âmbito nacional e internacional. Apresenta grande aceitabilidade por parte dos falantes/ouvintes do PB, segundo resultados da pesquisa realizada com nativos e estrangeiros pela referida autora. Dada a viabilidade da reprodução sonora, o *DELPE* não apresenta transcrição fonética.

Além do recurso sonoro da pronúncia, o *DELPE* dispõe de mais dois itens/*menus* que respondem pelo conteúdo morfossemântico dos vocábulos. O item/*menu Formas Derivadas e/ou Compostas de Uso Frequente em PB* associa-se à entrada vocabular. Trata-se da associação morfossemântica, na qual ocorre “identidade do radical, como fator determinante para reconhecer palavras cognatas, também chamadas palavras da mesma família etimológica” (Henriques, 2011, p. 77). O item/*menu Formas Verbais de Uso Frequente em PB* apresenta, quando possível, a forma verbal com o mesmo radical do nome que funciona como entrada vocabular ou lema.

Finalmente, o *DELPE* dispõe dos seguintes itens/*menus* adicionais: *conjugação verbal, graus de parentesco, horas, números, pesos e medidas, dias da semana, meses do ano, fases da lua, saudações (cumprimentos) e estados e capitais do Brasil.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, a proposta de elaboração de dicionários bilíngues em geral, de estrutura semasiológica, onomasiológica ou mista com fins didático-pedagógicos para o ensino-aprendizagem do PB como PLE, deve figurar na agenda das estratégias de uma política linguística voltada à promoção e difusão da língua portuguesa no espaço geopolítico de outros continentes, além da América do Sul. Aliados às gramáticas e aos manuais didáticos, os dicionários que tratam do vocabulário de uso frequente do português e do espanhol,

nas variedades brasileira e rioplatense, com vistas ao atendimento da demanda de ensino-aprendizagem do PB como PLE nos países integrantes do MERCOSUL, representam o firme propósito de uma planificação linguística decorrente de uma política linguística em prol da construção da cidadania regional desse megabloco.

A arquitetura onomasiológica ↔ semasiológica ou mista busca subsidiar as atividades didático-pedagógicas voltadas para o ensino de redação e leitura nas escolas de nível inicial e secundário dos países integrantes do MERCOSUL prioritariamente. Sua abrangência nos dois domínios de aprendizagem da língua (redação e leitura), a facilitação e agilidade da consulta pelo suporte eletrônico, a disponibilização de múltiplos recursos e a eleição das variedades brasileira e rioplatense são aspectos que buscam alcançar índices significativos de inovação tecnológica, em conformidade com a Lei de Inovação, de 02 de dezembro de 2004, e de impacto social no domínio das políticas linguísticas e educacionais do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM).

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Dicionário analógico da língua portuguesa: ideias afins (thesaurus)*. 2. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. [1950].

BABINI, Maurizio. Do conceito à palavra: os dicionários onomasiológicos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 38–41, abr./jun. 2006.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

CAMPOS, Miguel Calderón. *Sobre la elaboración de diccionarios monolingües de producción: las definiciones, los ejemplos y las colocaciones léxicas*. Granada:

Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada, 1994. (Colección Estudios de Lengua Española).

CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia. *Lexicografia bilíngue português-alemão: teoria e aplicação à categoria das preposições*. Brasília: Thesaurus, 2001.

CREAMER, Thomas. Beyond the definitions: some problems with examples in recent Chinese-English and English-Chinese bilingual dictionaries. In: COWIE, Anthony Paul (Ed.). *The dictionary and the language learner: papers from the Euralex Seminar at the University of Leeds*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1987. p. 238–245.

DICIONÁRIO visual 3 em 1. 2. edição. São Paulo: Bluchet, 2010.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Léxico e semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Elsevier; Objetiva, 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. Versão 2.0.1.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Versão 3.0.

IMBS, Paul. Au seuil de la lexicographie. *Cahiers de Lexicologie: revue internationale de Lexicologie et Lexicographie*, Paris, v. 2, p. 3–17, 1960.

LYONS, John. *Semântica*. v. 1. Tradução de Wanda Ramos. Porto: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PARAGUAI. *Plano de ação do setor educacional do Mercosul (2011–2015)*. Disponível em: http://www.sic.inep.gov.br/pt/documentos/cat_view/98-documentos-e-referencias/44-planos--planes--plans. Acesso em: 6 jan. 2026.

PARAGUAI. *Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai* (Tratado de Assunção). Disponível em: <http://www.mre.gov.py/dependencias/tratados/mercosur/registro%20mercosur/Acueros/1991/portugués/1.Tratado%20do%20Assunção.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2026.

SARGENTIM, Hermínio. *Pequeno dicionário de ideias afins*. São Paulo: IBEP Nacional, 2008.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi da. *Uma pronúncia do português brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. *SEÑAS*: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. Tradução de Eduardo Brandão e Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WELKER, Herbert Andreas. *Dicionários*: uma pequena introdução à lexicografia. 2. ed. rev. e ampliada. Brasília: Thesaurus, 2004.

musical e chamada r es-
posta, que antecede a se-
gunda parte, que n em
sempre é uma repetição
da p rimeira. Embora
tenha se tornado música
de salão, foi feito inicial-
mente para s er execu-
tado a céu aberto. [Pl.:
frevos-de-rua].

Frevo-de-salão. S.m.
Misto do f revo-abafafo,
frevo-coqueiro e frevo-
-ventania executado nos
salões, explora pouco os
metais da orquestra co
predominância das p a-
lhetas. [Pl.: frevos-de-
-salão].

Frevo-rasgado. S.m.
Ritmo prolongado, que
tem origem na fanfarra,
utilizado para dirigir as
manobras de frevo: “ Se
Duarte Coelho s ou-
besse/ D o carnaval de
Olinda/ Pedia ao
Criador/ para voltar ao
Alto da Sé/ E dançar um
frevo-rasgado/ N a ci-
dade q ue e le f undou”
(João Santiago). [Pl.: fre-
vos-rasgados e frevos-
-rasgado].

Frevo-ventania. S.m.
Caracterizado pela i n-
trodução, em sua pauta,
de s emicolcheias, que
lhe dão um compasso
rápido. [Pl.: frevos-ven-
tanias e frevos-ven-
tania].

Frevo abafafo. S.m. Ritmo
em que predominam os
instrumentos metálicos,
sobretudo pistões e

PARTE III TERMINOLOGIA

LEXICOGRAFIA DE ESPECIALIDADE E TERMINOGRAFIA*

*Stefan J. Schierholz***

INTRODUÇÃO

Nos trabalhos científicos que lidam com línguas de especialidade, o tratamento sistemático do vocabulário de especialidade e o estabelecimento de novas unidades terminológicas desempenham um papel fundamental. Esse papel é representado, com variados tipos de responsabilidades, pelos diferentes tipos de disciplinas científicas associadas à sistematização. Como os resultados da análise do léxico de especialidade também podem ser diferentes de acordo com as diferentes disciplinas participantes, a Linguística Aplicada estará envolvida no momento em que se tratar da abordagem prática da especialidade, de situações concretas de ensino na universidade, na escola ou no trabalho, ou quando se tratar da reflexão linguística sobre resultados práticos das pesquisas do léxico de especialidade.

* Tradução de Leonardo Zilio, revisão de Maria José B. Finatto. Original: SCHIERHOLZ, Stefan J. Fachlexikographie und Terminographie. In: Zeitschrift für Angewandte Linguistik, n. 39, p. 5-28, 2003.

** Institut für Germanistik der Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg, Stefan, schierholz@rzmail.uni-erlangen.de

Nota do Autor (doravante N. do A.): Agradeço especialmente à Prof^a Dra. Susanne Göpferich (Universidade de Graz) pelas valiosas contribuições na revisão do manuscrito deste artigo.

Assim, discutiremos a seguir alternativas de trabalho e possibilidades bem práticas no âmbito da Lexicografia, Lexicografia de Especialidade, Terminologia e Terminografia. Partindo de algumas situações de uso de dicionários, ilustraremos os objetivos das obras de referência, as diferentes formas de apresentação e os destinatários de dicionários na Lexicografia de Especialidade, na Lexicografia e na Terminografia¹. As necessidades do ensino e as atividades das pessoas que trabalham com a Lexicografia prática serão demonstradas por meio de verbetes-exemplo.

1. O CAMPO EM QUESTÃO

Quando uma pessoa percebe uma lacuna de conhecimento ao ler um texto qualquer, há vários modos de suprir essa falta. Na comunicação oral, normalmente é possível fazer uma pergunta ao interlocutor. Em textos escritos, isso em geral não acontece, de forma que precisamos encontrar outro caminho para suprir a falta de conhecimento. Podemos usar, por exemplo, uma obra de referência, pois ela foi desenvolvida exatamente com o intuito de suprir essas lacunas (cf. Schierholz, 2003, entre outros). No grupo das obras de referência, encontram-se diversos compêndios, entre os quais estão manuais, livros técnicos, dicionários e vocabulários. Ao usarmos um dicionário, escolhemos exatamente aquele que nos parece ser o mais apropriado

¹ N. de T.: Chama-se atenção para o fato de que, como fica bastante claro na Seção 3.2, ao longo deste artigo, os termos *Terminografia* e *Terminologia* (como abreviação de *Teoria da Terminologia*) estão relacionados às perspectivas normalizadoras dos estudos de Terminologia, originados pelos trabalhos de Wüster e identificados com a Teoria Geral da Terminologia (TGT). No Brasil, porém, o sentido do termo *Terminografia* é mais amplo, pois comporta tanto descrição como prescrição; o mesmo se dá para o termo *Terminologia*, usado como um sinônimo de *Estudos de Terminologia*, que corresponde ao estudo de fenômenos que ocorrem nas linguagens especializadas, sem necessariamente evocar a TGT wüsteriana.

para solucionar nossa falta de conhecimento, observando o tipo de falta de conhecimento (por exemplo, uma questão sobre propriedades linguísticas, sobre como é um objeto, sobre uma expressão técnica) e o tipo de dicionários que estão à nossa disposição. A título de exemplo, traremos aqui três situações nas quais entra em cena uma pessoa qualquer – vamos chamá-la de Tânia – que usa bastante dicionários e tem a seu dispor uma quantidade infinita de obras desse tipo.

Figura 1. verb₁

Situação 1: Tânia não sabe nem o plural nem o significado do substantivo alemão *Investment*. Ela então escolhe usar um dicionário geral de língua, pois esse tipo de dicionário apresenta, além das informações morfológicas, também informações sobre o significado das palavras. O verbete está no *Deutsches Universalwörterbuch*, publicado em volume único.

In|vest|ment [...mant], das; -s, -s [engl. Investment, zu: to invest = (Kapital) anlegen]: a) (Bankw.) Kapitalanlage in Investmenzertifikaten; b) Investition (1).

Fonte: Duden (2001).

Com seu conhecimento sobre dicionários, Tânia consegue entender que o plural de *Investment* é *Investments* e que essa palavra tem dois significados: “emprego de capital em certificados de investimento” e “gasto de capital”.

Figura 2. verb₂

Situação 2: Tânia está lendo um artigo de um jornal em alemão sobre um *software* e se depara com a palavra *Fragmentierung*, cujo significado não está claro a partir do seu contexto. Uma nova consulta ao *Duden-Universalwörterbuch* já não ajuda mais, pois a palavra procurada não existe no dicionário (não está lematizada) e as informações sobre palavras parecidas, como *Fragment* e *fragmentarisch* não auxiliam em seu

entendimento do texto. Entretanto, ela consegue encontrar o lema *Fragmentierung* em um dicionário de especialidade, por exemplo, o *Informatik-Duden*, reproduzido a seguir.

Fragmentierung: Ungeordnete Zergliederung eines Speichers in Bereiche, die von Programmen oder Daten belegt oder nicht belegt sind. Zur Fragmentierung kommt es vor allem bei der Verwendung dynamischer ↑Datenstrukturen, wenn während des Programmlaufs fortwährend Datenobjekte erzeugt und gelöscht werden. Die Kontrolle und Verwaltung belegter und unbelegter Bereiche des Speichers ist Aufgabe der ↑Freispeicherverwaltung.

Fonte: *Duden* (1988).

Apesar de a definição conter algumas expressões especializadas (“Speicher”, “Programm”, “dynamische Datenstrukturen”, “Datenobjekt”, “gelöscht”, “Kontrolle”, “Verwaltung”), Tânia consegue compreender qual o significado de *Fragmentierung*.

Figura 3. verb₃

Situação 3: Tânia quer traduzir a palavra alemã *Drucker* para o inglês e o português. A palavra *Drucker* é polisêmica em alemão, porque pode ser usada tanto como designação da pessoa que opera uma impressora quanto como designação do aparelho que imprime dados em papel. A tradução para o inglês é simples, pois o equivalente *printer* apresenta a mesma polissemia que existe no alemão. Para o português, ela usa um dicionário bilíngue alemão-português / português-alemão (Langenscheidt, 2001), no qual há o seguinte:

Drucker [‘drukər] *m* impressor *m*.

tipógrafo *m*; *inform* impressora *f*

Fonte: *Langenscheidt* (2001).

Como são informadas três expressões equivalentes a *Drucker* em português, Tânia resolve olhar os três equivalentes na parte português-alemão para conferir. Encontra *impressor* = “Drucker (Person)”, *impressora* = “Drucker (Apparat)” e *tipógrafo* = “Buchdrucker”. Para *Drucker como aparelho*, está claro que existe um equivalente (*impressora*); para *Drucker como pessoa*, há dois equivalentes (*impressor* e *tipógrafo*). Tânia consegue resolver a polissemia da palavra alemã *Drucker* no português e usa a expressão correta na tradução².

Nessas situações ilustradas de uso de dicionários, vários deles são utilizados por diferentes motivos. Nas seções seguintes, explicaremos por que existe essa variedade, quais são as necessidades concretas para a confecção de dicionários, quais são os conhecimentos basilares da prática lexicográfica e quais disciplinas científicas compõem as bases do trabalho lexicográfico e terminográfico.

2. TIPOS DE DICIONÁRIOS

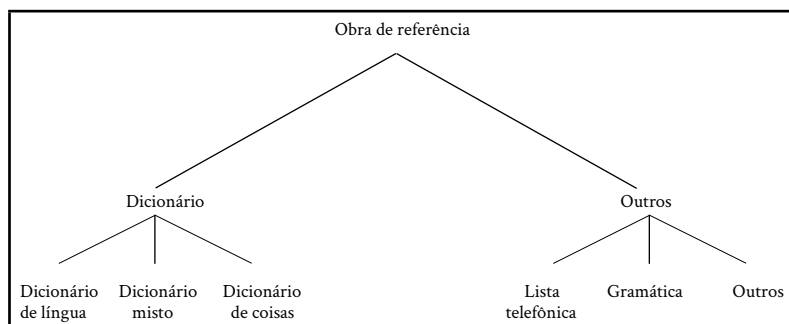
Apesar de todos os termos uma ideia do que é um dicionário e termos uma definição corriqueira para o termo “dicionário”, não é fácil definir exatamente o objeto “dicionário”. É difícil, por exemplo, compreender em sua quase totalidade a extensão desse termo ou distinguir precisamente entre as denominações *Dicionário*, *Léxico*, *Enciclopédia*, *Dicionário de especialidade*, *Dicionário de coisas*, *Dicionário misto*, *Glossário*, *Índice*, *Concordância*, *Vocabulário* e *Tesouro*.

² N. do A.: Para a situação descrita, não é importante o fato de que essa equivalência permaneça parcial. Consultando outro dicionário português-alemão (Porto Editora, 1999), que toma por base o português de Portugal, vemos que *impressor* é uma palavra polissêmica da mesma forma que *Drucker*, podendo denotar tanto a pessoa quanto o aparelho.

Primeiramente, percebe-se que o dicionário não tem de ser um livro, podendo estar disponível em CD ou DVD, ou mesmo na internet. Um dicionário impresso pode ser chamado de *dicionário de papel*. É comum que se encontre uma ordenação alfabética dos verbetes nesse tipo de dicionário, mas a ordem pode seguir outros pontos de vista. Porém, uma ordenação alfabética dos verbetes parece ser apropriada, tendo em vista que um dicionário é uma *obra de referência* na qual é preciso haver um sistema de ordenação que agilize a consulta. Em vários dicionários, encontramos o significado dos verbetes, mas essa informação não é um componente obrigatório (consulte, por exemplo, dicionários de pronúncia [Duden, 2000]).

Podemos distinguir os dicionários de acordo com seu propósito, dividindo-os em *dicionário de língua*, que tem por objetivo informar sobre uma língua (por exemplo, informações morfológicas, gramaticais e sobre o significado); *dicionário de coisas*, que tem por objetivo informar sobre objetos (por exemplo, indicando em quais situações e por que razões um objeto é empregado); e *dicionário misto*, no qual se encontram informações linguísticas e enciclopédicas (consulte a Figura 4).

Figura 4. Visão geral das obras de referência



Fonte: Felber e Schaefer (1999, p. 1730-31).

3. DISCIPLINAS CIENTÍFICAS ENVOLVIDAS COM O PROBLEMA

As disciplinas científicas que tratam das questões sobre como criar dicionários são a Lexicografia, a Lexicografia de Especialidade e a Terminografia. A tentativa de distingui-las não é simples, pois, ao longo da história da ciência, duas perspectivas diferentes, a *dicionarística* e a *ciência dos termos*, desenvolveram denominações distintas para o mesmo objeto de estudo, e ambas têm fundamentos plausíveis (cf. Bergenholz, 1995, p. 58).

3.1. Lexicografia e Lexicografia de Especialidade

Sob a denominação *Lexicografia*, entende-se uma prática científica e cultural que tem por objetivo a confecção de dicionários para possibilitar o uso dos mesmos (cf. Wiegand, 1998a, p. 33 ss.). Na literatura científica, encontra-se para a *Lexicografia* também as denominações *Lexicografia* em sentido estrito ou *Lexicografia prática* (para maiores detalhes, consulte Wiegand, 1998a, p. 13 ss.). A totalidade das teorias e práticas científicas que tratam de Lexicografia e dicionários é chamada de *Dicionarística*. Essa área se ocupa principalmente da pesquisa sistemática do uso de dicionários, da análise crítica de dicionários (estrutura, valor informativo, correção, completude, apresentação), do reconhecimento do contexto histórico da confecção de dicionários, da estruturação de processos lexicográficos, da análise do processo de produção de dicionários e da criação de tipologias dicionarísticas (cf. Wiegand, 1998a, p. 5 ss.). São objeto da Dicionarística, além dos dicionários, também os textos que se ocupam direta ou indiretamente de questões lexicográficas.

A *Lexicografia de especialidade* faz parte da Lexicografia e já tem mais de mil anos como prática cultural independente na Europa

(cf. Bergenholz; Kromann; Wiegand, 1999, p. 1889). O objeto da Lexicografia de Especialidade é, em geral, o *dicionário de especialidade*, que é uma forma especial de *dicionário de coisas* (consulte a Figura 4). Um dicionário de especialidade tem como objetivo principal auxiliar especialistas, leigos ou aprendizes em questões especializadas (consulte a Situação 2, na Seção 1 deste artigo). Muitos dicionários de especialidade contêm alguma indicação sobre o seu destinatário, e é lá que encontramos, ao lado da expressão “para especialistas da área”, também as expressões “para interessados na área”, “para leigos”, “para todos”, “para uso doméstico”. A fim de atingir seu objetivo, o dicionário de especialidade contém um índice de verbetes especializados dispostos em ordem alfabética ou de outra forma. E, para cada verbete, há geralmente informações linguísticas e/ou enciclopédicas (cf. Felber; Schaefer, 1999, p. 1730). A estrutura tradicional (verbetes com o lema e informações lexicográficas) é frequentemente deixada de lado em dicionários de especialidade, pois as informações são organizadas por aspectos relacionais. Porém, visando a facilitar a pesquisa, geralmente existe um índice alfabético que aponta para o local em que está o verbete.

Para poder fazer jus às diferentes informações linguísticas e enciclopédicas e à parte dedicada para a área de conhecimento em questão, há distinções entre os tipos de dicionários de especialidade: em *dicionários linguísticos de especialidade*, encontram-se à disposição do usuário principalmente informações linguísticas e comunicativas sobre os objetos da língua de especialidade. Nesse tipo, enquadram-se, por exemplo, dicionários de frequência especializados, como o *Vocabulário especializado da física* (Hoffmann, 1973) ou um dicionário de rimas, entendido como um dicionário de especialidade da Linguística (Mater, 1965). No *dicionário de coisas de especialidade* (também chamado de léxico de especialidade), o usuário encontra informações sobre objetos não linguísticos, sobre os objetos da área de conhecimento (cf. Wiegand, 1988, p.

777). Nesse grupo de dicionários de especialidade estão, entre outros, o *Duden-Informatik* (1988) com definições das expressões especializadas, e também o *Discos de rock em 5 volumes* (TILCH, 1987) com informações sobre o conteúdo dos discos e sobre músicos, datas etc. Um *dicionário misto de especialidade*, por sua vez, apresenta ao usuário informações lexicográficas relacionadas aos objetos linguísticos (de especialidade) e comunicativos, e também informações enciclopédicas dos objetos da área (cf. Felber; Schaeder, 1999, p. 1730-31). Nesse grupo, também temos, entre outros, o *Dicionário da linguística* (Bußmann, 1990) e o *dtv-Atlas zur Musik* (Michels, 1977), que contém muitas páginas com as abreviações populares e sua explicação na música, além de informações especializadas sobre a língua (Michels, 1977, p. 70 ss.). Assim, o protótipo do dicionário de especialidade é o *dicionário de coisas de especialidade*.

Um lexicógrafo de especialidade tem, por um lado, a tarefa de compilar características essenciais dos termos (aspecto descritivo), tais como vagueza, polissemia, sinonímia e dependência de contexto; por outro lado, ele deve evitar a ambiguidade de expressões polissêmicas, formulando definições claras, de modo a evitar confusões de significados, e também deve estabelecer novas expressões para novos objetos (aspecto prescritivo). Nessa última área, a normalização terminológica, há uma ligação direta com as questões de normalização da Teoria da Terminologia (cf., entre outros, Roelcke, 1999, p. 123 ss.).

3.2. (Teoria da) Terminologia e Terminografia

A (Teoria da) *Terminologia* (consulte Bergenholz, 1995, p. 51 ss., para uma explicação sobre a polissemia da palavra *terminologia*) é uma disciplina relativamente nova, tendo sido fundada nos anos 30 do século passado por Eugen Wüster. Ela trata da fundamentação teórica da normalização das línguas de especialidade, das caracterís-

ticas gerais e essenciais do léxico de especialidade, da sistematização interespecialidades e do desenvolvimento de sistemas terminológicos multilíngues. É uma área voltada para a interdisciplinaridade que está em forte contato com a Semiótica, a Ciência da Informação, a Informática, a Engenharia do Conhecimento e a Linguística, especialmente com a Lexicologia, a Semântica, a Lexicografia e a Pesquisa de Línguas de Especialidade. Os elementos terminológicos básicos da Teoria da Terminologia, por exemplo, *palavra, conceito, denominação, objeto, representação, sistema de conceitos, relação, definição, característica*, se distinguem em significado e uso daqueles da Lexicografia (consulte, por exemplo, Arntz; Picht; Mayer, 2002, p. 37 ss. e Göpferich; Schmitt, 1996). Um *conceito* é entendido como uma representação cognitiva e supralinguística de um objeto, o qual é uma unidade da realidade extralinguística. A definição, segundo a DIN 2342 (1992, p. 1), é: “unidade de pensamento formada por meio de abstração a partir da observação das características comuns de uma série de objetos” (cf. Arntz; Picht; Mayer, 2002, p. 43).

Dentro das diferentes áreas, a Teoria da Terminologia investiga o ordenamento das terminologias em sua estrutura interna, mas também em seu contato externo. Ela também determina relações de hiperonímia e hiponímia, e cria sistemas de conceitos de uma área de especialidade (cf. Arntz; Picht; Mayer, 2002, p. 3 ss.).

O objetivo de coleta, sistematização e tratamento das terminologias, assim como de sua avaliação, desenvolvimento e normalização, está principalmente em tornar mais compreensível o conhecimento de especialidade, possibilitar um entendimento sem obstáculos entre os especialistas, permitir uma melhor divulgação internacional do conhecimento tecnológico e facilitar a troca de conhecimentos entre especialistas e leigos.

A ambição desses terminólogos é evitar a polissemia e alcançar a monossemia.³ Se fixarmos denominações para conteúdos (normalização), então é preciso que se use a língua comum para explicar o significado do termo normalizado, de forma que se possa compreender o que se quer dizer com uma dada expressão. Ao mesmo tempo, devem-se obviamente utilizar as expressões de especialidade conhecidas, cujos significados já estão definidos pela especialidade. Para poder realizar esse trabalho, os terminólogos precisam ser especialistas na área a ser tratada, pois têm de avaliar de que forma uma expressão de especialidade é usada em uma área e qual conteúdo é representado por determinada expressão. Assim, caso seja necessário, por motivos de desambiguação ou distinção entre expressões de especialidade, os terminólogos podem parafrasear o conteúdo de uma expressão ou criar novas expressões (cf. Wiegand, 1979, p. 119 ss.).

A normalização da terminologia é feita por instituições de normalização, organizações especializadas e escritórios linguísticos nacionais e internacionais. Entre elas, podemos citar, em nível internacional, a *International Organization for Standardization* (ISO) e o *Internationale Informationszentrum für Terminologie* (Infoterm), ambos em Viena; para a língua alemã, há o *Deutsche Institut für Normung* (DIN), a *Verband deutscher Elektrotechniker* (VDE) e o *Österreichische Normungsinstitut* (ON)⁴. As ambições de normalização são uma tradição antiga. Os precursores dessas organizações existem desde meados do século XIX no caso da Engenharia, mas ainda antes já existiam sob

³ N. de T.: Seguindo a linha da TGT, o autor faz referência aqui aos *terminólogos* que trabalham com padronização terminológica, uma vertente prescritiva. Chama-se atenção para o fato de que existe, no Brasil, além dessa vertente prescritiva, também uma vertente descritiva da Terminologia, mais associada aos Estudos da Linguagem. Para maiores informações, consulte Kriegger e Finatto (2004).

⁴ N. de T.: No Brasil, o órgão normalizador responsável é a *Associação Brasileira de Normas Técnicas* (ABNT).

a forma de prescrições empresariais internas para a produção de determinadas mercadorias e também nas áreas da Anatomia e Medicina (para maiores informações, consulte, entre outros, Wiegand, 1979, p. 103 ss. e Arntz; Picht; Mayer, 2002, p. 135 ss.).

A *Terminografia* (ou Trabalho Terminológico) é entendida como uma “prática de coleta e apresentação de dados terminológicos em dicionários de especialidade e bancos de dados terminológicos” (Budin, 1994, p. 57). Na DIN 2342 (1992, p. 12), consta como sinônimo do termo “Terminografia” o termo “Lexicografia Terminológica”, mas não “Lexicografia de Especialidade”. A expressão “Lexicografia Terminológica” é preferencial e é definida como “apresentação da terminologia com base nos conhecimentos adquiridos na Lexicologia e na Teoria da Terminologia” (cf. Arntz; Picht; Mayer, 2002, p. 186).

“Lexicografia” é, segundo a DIN 2341 (1992, p. 5), “a apresentação ordenada do léxico com base nos conhecimentos adquiridos na Lexicologia e na teoria de apresentação do léxico”. Em seguida, esse conceito é dividido em “Lexicografia Geral” e “Lexicografia Terminológica”. “Lexicologia” é definida na mesma norma DIN como “a ciência do léxico” (Arntz; Picht; Mayer, 2002, p. 186).

O uso dessas definições como delimitação das disciplinas fornece uma ideia de como se trabalha na Terminografia. Os conceitos *Terminografia*, *Lexicografia* e *Lexicologia* são claramente definidos e relacionados entre si.

A contribuição terminográfica está na determinação (normalização) monossêmica e especializada dos diferentes conceitos. As necessidades de uso das expressões ficam em segundo plano, a importância está na busca por exatidão e monossêmia das denominações dos conceitos léxico-especializados (cf. Roelcke, 1999, p. 123).

Do ponto de vista linguístico, critica-se que as definições não correspondem à realidade do uso linguístico ou científico em vários casos. Assim, a fundação científica da Lexicografia através da Lexicologia é uma visão ultrapassada, apesar de ainda constar no *Dicionário da linguística* de Bußmann (1983, p. 299), mas que já foi alterado na segunda edição (Bußmann, 1990, p. 454). Esse tipo de trabalho terminográfico é realizado nas universidades, organizações especializadas e empresas. Ele pode ser na língua do país, ou em idiomas estrangeiros e multilíngue. Na prática, trata-se de criar denominações, definições e sistemas de conceitos que servem como base para as normas (*Cadernos DIN, Regulamentações DIN, Normas ISO*).

O trabalho terminográfico deve conferir a maior confiabilidade possível aos dados terminográficos e deve possibilitar uma organização uniforme e uma apresentação prática desses dados. O uso consistente dos métodos e a uniformidade das normas garantem a qualidade do trabalho terminológico (*cf.*, entre outros, Felber; Budin, 1989, p. 142 e Budin; Bühler, 1999, p. 2097). Além disso, é necessária uma análise prévia das necessidades e dos usuários, assim como a criação de coleções de dados terminográficos e o desenvolvimento, o cuidado, a reorientação e a reorganização contínuos desses dados quando mudanças forem requeridas. Na terminografia, o conhecimento terminológico de uma especialidade e também os elementos das áreas de contato são sistematizados, de modo que surja um sistema de conceitos. O tratamento e a apresentação do conhecimento não ocorrem, em geral, na ordem alfabética, mas sim de acordo com os objetos descritos.

Existem diretrizes para a prática terminográfica que dizem respeito à terminografia tradutória sob a forma de uma análise terminológica textual e também ao tipo de fontes utilizadas e à entrada terminológica como unidade central. Um exemplo de entrada está na Figura 5.

A entrada começa com o registro numérico (à esquerda) da determinação terminológica, de modo a servir como uma chave para encontrar a entrada independentemente da expressão linguística. Segue a entrada terminológica (em negrito) e a definição, na qual os termos já definidos estão em *itálico*.

Em seguida, aparecem termos já definidos (DEF), sinônimos (SIN), outras denominações (OD), equivalentes (neste caso, para inglês e francês) e notas (N).⁵

Figura 5. verb₄

44-21-4 Um **tesauro estruturado de forma complexa** é um *tesauro* no qual são representados vários tipos de *relações entre conceitos*.

DEF: 44-02, 11-01, 41-01

SIN: Tesauro

OD: Tesauro complexo

E: complex structured thesaurus

F: thesaurus à structure complexe

N: 1 Essa é a forma real de um tesauro

2 Se sua estrutura principal for ordenada de maneira sistemática, então ele é chamado de tesauro hierárquico.

[...]

Fonte: Roelcke (1999, p. 120).

⁵ N. do A.: O registro completo com maiores explicações e referências se encontram em Roelcke (1999, p. 120 ss.); para ter uma visão mais completa das categorias terminológicas de dados, consulte ISO 12620 (1999).

3.3. A relação entre Terminografia e Lexicografia (de Especialidade)

Segundo uma antiga concepção, o trabalho com dicionários de especialidade é constituído de duas atividades: o lexicógrafo deve reunir o léxico de especialidade em ordem alfabética e da forma mais completa possível, enquanto o terminólogo deve desenvolver e comparar os campos conceituais (cf. Bucksch, 1973, p. 7 *apud* Bergenholtz, 1995, p. 50). Portanto, todo lexicógrafo de especialidade deveria ser tanto um lexicógrafo quanto um terminólogo.

Atualmente, a determinação da relação entre *Lexicografia de Especialidade* e *Terminografia* depende principalmente do ponto de vista de cada pessoa (cf. Bergenholtz; Kromann; Wiegand, 1999, p. 1890-91; entre outros):

1. O escopo da Terminografia são as línguas de especialidade, já o da Lexicografia são as línguas comuns. Assim, a expressão “Lexicografia de Especialidade” é desnecessária.
2. A Terminografia faz parte da Ciência Terminológica, enquanto a Lexicografia de Especialidade faz parte da Lexicografia. Terminografia e Lexicografia de Especialidade se distinguem pelas tarefas diferenciadas, pela metodologia e pelo ponto de vista teórico.
3. A Terminografia é uma parte, uma manifestação especial da Lexicografia de Especialidade, e esta faz parte da Lexicografia.

De acordo com as concepções 1 e 2, a Lexicografia se ocupa da língua comum e de seu tratamento lexicográfico, já a Terminografia trata dos termos de especialidade. Lexicógrafos trabalham de modo

descritivo e voltado para o léxico, escolhendo, para tal, uma macroestrutura alfabética. Já os terminógrafos trabalham de modo prescritivo e voltado para os conceitos, escolhendo uma macroestrutura sistemática. Os produtos dos terminógrafos são dedicados aos especialistas de uma especialidade e devem ser utilizados para a produção textual. Os produtos dos lexicógrafos se dedicam aos leigos e são melhor empregados na leitura de textos.

Esses argumentos são frequentemente utilizados por representantes da Terminografia, já a Lexicografia de Especialidade argumenta assim: Os produtos da Lexicografia de Especialidade não necessariamente apresentam uma macroestrutura alfabética, pois há muitos exemplos com organização por assunto (*cf.*, por exemplo, Müller, 2001, p. 285 ss., sobre a “Lexicografia de grupos de assuntos” nos séc. XVI e XVII).

Para os usuários, esses princípios de organização têm vantagens e desvantagens. Por um lado, se buscamos informações sobre uma expressão conhecida, então a ordem alfabética é melhor. Por outro lado, a organização por assunto pode auxiliar no entendimento de um determinado assunto, pois os lemas de conteúdo parecido e suas informações se encontram mais próximos.

A Lexicografia de Especialidade trabalha tanto de maneira descritiva quanto prescritiva. Os produtos da Lexicografia de Especialidade se dedicam às vezes aos leigos, outras vezes aos especialistas, e os lexicógrafos de especialidade desenvolvem tanto dicionários de especialidade voltados ao entendimento de um texto quanto aqueles voltados à produção textual, ou mesmo para ambas as funções. Pode-se então dizer: A Terminografia e a Lexicografia de Especialidade têm o mesmo campo de conhecimento dicionarístico e dividem com todos os outros tipos de Lexicografia (por exemplo,

Lexicografia Dialetoal ou Lexicografia Textual) um objetivo: possibilitar e encorajar a prática cultural da utilização de dicionários.

A Terminografia e a Lexicografia de Especialidade se distinguem principalmente por suas preferências de teorias linguísticas, seu posicionamento teórico quanto aos signos, suas concepções sobre o *status* dos conceitos e suas metodologias lexicográficas. Na Lexicografia (de Especialidade), se fala em *lema*, *entrada de dicionário*, *informação dicionarística*, *signos linguísticos com conteúdo e expressão* etc.; na Terminologia / Terminografia, se fala em *unidade de pensamento*, *conceito*, *conteúdo do conceito*, *denominação*, *informação*. O uso desses termos, principalmente do conceito de *conceito*, é visto como problemático por muitos linguistas devido à definição teórica (cf. Wiegand, 1979, p. 105 ss.; Bergenholtz, 1995, p. 56-57; entre outros).

Com base nesses argumentos, pode-se favorecer a concepção 3, que contém uma ordenação hierárquica dos termos em relação a objeto e objetivos. Ainda assim, a hierarquia das disciplinas e a preferência teórica dependem do projeto concreto em que se trabalha e também das instituições em que os projetos se encontram. No decorrer da formação educacional de uma pessoa, seria importante conhecer várias expressões diferentes que querem dizer a mesma coisa em diferentes ramos de ciências.

4. O CAMPO DE AÇÃO DO LEXICÓGRAFO E DO TERMINÓGRAFO

É possível delimitar um campo de ação específico tanto para lexicógrafos quanto para terminógrafos, com objetivos concretos, atores e uma comunicação de especialidade específica para cada campo. Porém, o mesmo não se pode dizer de uma formação ou denominação oficial, com disciplinas específicas e currículo próprio.

A Lexicografia não é um ofício, nem uma teoria, nem uma obra de arte (cf. Wiegand, 1998a, p. 16-17). Na maioria dos países europeus, não há sequer um curso de Lexicografia, nem disciplinas de Lexicografia na graduação ou no mestrado, e nem mesmo professores de Lexicografia. Atividades de ensino na área da Lexicografia podem ser compreendidas nas faculdades nas aulas que a tem como assunto (cf. Wiegand, 1998a, p. 118 ss.). Podemos exercer a Lexicografia em outras profissões, como, por exemplo, jornalista, editor ou escritor, mas também em projetos acadêmicos de dicionários, na Lexicografia editorial e nas áreas de ensino e pesquisa.

O trabalho na produção de dicionários requer a estruturação de bases de dicionário (documentos linguísticos que sirvam de base para o trabalho lexicográfico), o uso de diversos métodos de extração de fontes, a redação de textos lexicográficos (instruções de uso, verbetes etc.), a estruturação de sistemas de referências e registros, o uso de computadores e a revisão de textos dicionarísticos (cf. Wiegand, 1998a, p. 129 e Engelberg; Lemnitzer, 2001, p. 197 ss.).

Os lexicógrafos deveriam ter um bom conhecimento da estrutura de sua língua materna e um bom instinto linguístico como pré-requisitos para o trabalho, ou seja, dominar, por exemplo, *a pronúncia e a estruturação interna da língua, as relações entre as palavras no nível da forma e do conteúdo, as possibilidades complexas de formação de palavras, gramática, vocabulário, conectores, sintaxe e estilística*. Os atores da terminografia deveriam ter informações sobre novos desenvolvimentos nas áreas de *softwares* de extração de termos, de programas de gerenciamento terminológico e de formatos de transferência para bancos de dados terminológicos. Também deveriam ter um conhecimento geral sobre os fundamentos e técnicas da teoria terminológica, assim como um conhecimento concreto específico e especializado.

Na Terminografia, envolvem-se pessoas com formação linguística (Filologia, Linguística e Línguas Estrangeiras), mas também pessoas sem formação linguística. Normalmente o conhecimento específico de Terminografia é aprendido em uma disciplina à parte, de modo que é mais comum haver um perfil profissional relacionado à função do que uma formação propriamente dita como terminólogo/terminógrafo (*cf.* Engel; Picht, 1999, p. 2237-38).

Uma formação para terminólogos pode existir dentro de outros cursos (por exemplo, dentro do curso de tradutores especializados ou de tecnolinguistas), mas a Terminologia também pode ser aprendida em uma pós-graduação, geralmente direcionada a uma função específica, como tradutor especializado, documentalista, normalizador ou operador de banco de dados.

O quadro profissional do terminógrafo e do lexicógrafo de especialidade pode ser visto em relação à crescente necessidade de comunicação de especialidade e ao uso de conhecimento de especialidade pela sociedade. A comunicação de especialidade é reconhecida como um fator essencial de desenvolvimento e produção, de modo que ela promove uma valorização da Terminologia. Porém, para os terminógrafos e lexicógrafos de especialidade, isso significa também que eles precisam estar constantemente aprendendo sobre novidades nas terminologias e nas áreas de bancos de dados de conhecimento, de sistemas de tratamento do conhecimento e de aplicações lexicográficas computadorizadas (*cf.* Engel; Picht, 1999, p. 2239 ss.). Na prática, também é necessário conseguir delimitar cada uma das áreas de especialidade, adquirir e revisar documentos, coletar e classificar denominações, criar sistemas de conceitos e organizar os dados em diferentes meios (CDs, livros, internet) para usuários em potencial (especialistas/tradutores) (*cf.* Arntz; Picht; Mayer, 2002, p. 229 ss.).

Essas tarefas são necessárias na indústria e na política em diferentes projetos, seja com objetivos político-culturais de garantir o bilinguismo, como no Canadá, ou com objetivo econômico de gerar uma compreensão sem ambiguidade no setor petrolífero, como na Noruega, ou com o objetivo de ter uma unidade operacional interna da terminologia de corporações internacionais (para ver outros exemplos, consulte Engel; Picht, 1999, p. 2242-2243); tudo para melhorar o custo-benefício dos processos de tradução e documentação.

5. ETAPAS DA CONFECÇÃO DE DICIONÁRIOS

Durante o processo lexicográfico, ao lado do *planejamento* e da *concepção* de um projeto, é preciso criar uma infraestrutura para o desenvolvimento do conteúdo, determinar a abrangência (seleção de lemas, quantidade de informações lexicográficas) e organizar a divulgação do dicionário ao público (*cf.* Wiegand, 1998a, p. 134 ss.e Engelberg; Lemnitzer, 2001, p. 199 ss.).

É fundamental distinguir entre a revisão e a criação de um dicionário. Mesmo a transformação de um dicionário impresso em eletrônico é um processo de revisão, no qual é preciso diferenciar entre a simples conversão da impressão para um CD/DVD e a gravação das diversas informações do dicionário em um banco de dados para o usuário, incluindo as várias possibilidades de busca.

A criação de um dicionário normalmente ocorre com uma divisão prévia de tarefas. No início do trabalho, cada lexicógrafo dispõe de uma base de dicionário, que é composta por textos eletrônicos e/ou impressos, textos orais, outros dicionários e uma bibliografia linguística e lexicográfica. Os *corpora* textuais formam a base para a seleção dos lemas, pois esta é definida principalmente pela frequência das palavras.

É claro que as palavras mais frequentes não podem faltar em um dicionário geral, mesmo que a probabilidade de que alguém vá consultá-las seja menor do que para palavras mais raras. Outros critérios de seleção de lemas são o pertencimento à língua comum ou a uma língua de especialidade ou um dialeto, a sua vulgaridade (palavras vulgares nem sempre aparecem em dicionários) e também a distribuição diacrônica e diatópica das palavras (cf. Engelberg; Lemnitzer, 2001, p. 214-215). É possível também haver regras para a inclusão de nomes próprios, abreviações e morfemas, mas são necessárias exceções em alguns casos específicos: *diesel* é originalmente um sobrenome, mas hoje é um combustível; *gilette* é uma marca registrada, mas também é uma denominação comum para lâminas de barbear; *L.A.S.E.R.* é uma abreviatura de *Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation*, mas como *laser* é um acrônimo. A dificuldade para seleção de lemas aumenta quando não há textos eletrônicos disponíveis para uma língua de especialidade ou quando ela existe principalmente na comunicação oral.

Por fim, para cada lema selecionado, é preciso criar um verbete. Para isso, existem parâmetros nos quais estão determinadas a quantidade e a sequência das informações lexicográficas. O lexicógrafo pode formular essas informações com base em seus próprios conhecimentos linguísticos, ou deve se informar sobre o lema em questão na base de dicionário. Assim, com certeza não será problema para o lexicógrafo informar o gênero e as declinações de *Haus* (casa, em alemão), porém, descobrir os diferentes significados – no *Deutsches Universalwörterbuch* (Duden, 2001, p. 724) aparecem cinco significados (números arábicos), mais vários subsignificados (letras minúsculas) – e listar usos e expressões típicos requer coleta, classificação e análise intensivas de evidências até que os diversos significados e o uso da palavra *Haus* estejam, dentro do possível, completos. A próxima etapa consiste em criar, a partir das evidências encontradas, um verbete (um texto com informações lexicográficas).

6. AS INFORMAÇÕES LEXICOGRAFICAS

Suponhamos que uma lexicógrafa – que se chama, novamente, Tânia – precisa escrever um verbete para o lema alemão “Araber”. Devido a uma regulamentação da editora, Tânia sabe quais informações lexicográficas pode incluir em verbetes de substantivos. Com base em sua própria competência e em pesquisas na base de dicionário, Tânia decide como os dados necessários devem ser apresentados. É possível apresentar os dados na forma de um *texto completo* (cf. Wiegand, 1998b, p. 44-45), que poderia ser como o texto apresentado na Figura 6:

Figura 6. Apresentação em texto completo

Verbete de *Araber*

A ortografia de *Araber* é |Araber|.

A sílaba tônica de *Araber* é a primeira.

A separação de *Araber* ocorre entre *Ara* e *ber*.

A forma do nominativo singular é *Araber*.

No uso corrente, a sílaba tônica de *Araber* é a segunda.

Araber é composta por três sílabas. O gênero de *Araber* é masculino. *Araber* é um substantivo.

Araber é declinada segundo o paradigma apresentado na Tabela 3.⁶ Por *Araber* entende-se alguém que vive nas Arábias [...].

⁶ A Tabela 3 poderia se parecer como a do Wahrig (1994, p. 17):

	Singular	Plural
Nom.	der Adler	die Adler
Gen.	des Adlers	der Adler
Dat.	dem Adler	den Adlern
Akk.	den Adler	die Adler

O texto completo reflete os processos mentais de criação que Tânia pode usar durante o processo do trabalho lexicográfico de gerar um lema. Através de uma nova revisão textual, surge um novo texto, que denominamos *condensado*, porque a relação entre os caracteres é transformada em conteúdo proposicional por meio de encurtamento, abreviação, elipse, transferência, substituição, imbricação, resumo ou junção (cf. Wiegand, 1998b, p. 16 ss.). Após esse processo de condensação, o texto poderia se parecer com o da Figura 7.

Figura 7. verb₅

‘Ara-ber <umg. [-’-] m. 3> *Aquele que vive na Arábia; grupo étnico presente no sudoeste asiático e do norte ao centro da África.*

Fonte: Wahrig (1994).

Agora o texto tem a aparência típica do gênero textual “verbetes”. A apresentação pode deixar claro o motivo por que muitos verbetes, principalmente os grandes, são difíceis de entender. Usuários sem prática (por exemplo, estudantes até 8ª série) têm sérias dificuldades para extrair as informações desejadas de um verbete com alto nível de condensação.

O fato de que também podem acontecer coisas estranhas para os lexicógrafos pode ser visto no verbete verb₆, mais adiante. A paráfrase definitória e a morfologia são iguais. Verbetes parecidos se encontram nos dicionários Wahrig também nos casos de *Chinesin*, *Ärztin*, *Babysitterin*, *Betrügerin* ou *Beischläferin* (para uma crítica sobre o assunto, consulte Wiegand; Kučera, 1981, p. 171-172).

Figura 8. verb₆

‘Ara-be-rin <umg. [-’-] f. 22> *feminino de Araber*

Fonte: Wahrig (1994).

Deve-se prestar atenção ao fato de que, no verbete curto da Figura 7, somente pôde ser apresentada uma pequena parcela das classes de informações lexicográficas. Ao todo, devem existir mais de 200 classes de informações diferentes, sendo que isso só as torna mais confusas para o usuário, pois as informações de cada classe são apresentadas de várias maneiras (*cf.*, entre outros, Engelberg; Lemnitzer, 2001, p. 149 ss.).

7. A UTILIZAÇÃO DE OBRAS DE REFERÊNCIA

As situações de uso ilustradas anteriormente podem ser retomadas agora sob a perspectiva do trabalho dos lexicógrafos e dos terminógrafos.

Na situação 1, Tânia (a usuária, da Seção 1) utiliza o dicionário linguístico porque quer resolver uma questão linguística. Nesse caso, é insignificante o fato de que o lexema *Investment* pertença à área bancária, pois o lexicógrafo que trabalha em um dicionário geral de língua tem de levar em consideração também uma lista de lemas especializados que são utilizados na língua comum. É por isso que, para o trabalho lexicográfico, é necessário que se tenha um conhecimento aprofundado das especialidades além dos conhecimentos filológicos e linguísticos.

Na situação 2, fica claro que o vocabulário de especialidade que se afasta da língua comum deve ser lematizado apenas em dicionários de especialidade. O lexicógrafo de especialidade deve criar uma lista a partir do vocabulário da Informática e redigir um verbete com o termo *Fragmentierung* de modo que possa suprir também as necessidades de quem não é da área. Assim, os lexicógrafos de especialidade precisam ser especialistas não só em Lexicografia, mas também na área de especialidade sob análise. Outra diferença da situação 2 em relação à 1 é a

falta de informações linguísticas, assim como a presença de uma definição de *Fragmentierung* – em vez de uma explicação do significado. Nesse caso, não se descreve o significado do signo-lema, da palavra, mas sim o que é uma *Fragmentierung*, e que tipo de processo o lema representa.

A situação 3 foi apresentada como um caso de tradução. Porém, o trabalho tradutório e a necessidade de equivalentes mudariam fundamentalmente se Tânia tivesse que traduzir um manual do alemão para outra língua a fim de se poder utilizar um aparelho. No caso do inglês, sob o ponto de vista lexicográfico, existia a polissemia de *printer*, já sob o ponto de vista terminográfico, essa polissemia precisaria ser solucionada. No caso do português, seria preciso considerar que, para *Drucker como pessoa*, existem dois equivalentes. Enquanto para a Lexicografia seria o caso de aceitar ambas as expressões equivalentes e informar o uso ou a frequência, para a Terminografia seria importante definir um dos equivalentes como correto para garantir a monossemita do sistema terminológico. Talvez fosse preciso levar em conta somente verbetes do segundo dicionário português-alemão (Porto Editora, 1999). Isso é válido principalmente quando a tradução ocorre juntamente com uma tradução automática de textos-padrão. Para descobrir os equivalentes em inglês e português, Tânia utiliza somente um dicionário bilíngue para cada par de línguas. O dicionário bilíngue pode ser suficiente para decidir questões de polissemia, mas, em caso de dúvida, seria mais seguro perguntar a um falante nativo.

Na Lexicografia multilíngue, porém, não bastam dicionários gerais de língua, de especialidade (que não existem para todas as especialidades e todos os pares de línguas) e o questionamento de falantes nativos, é preciso também ter contato com especialistas da área para se poder criar traduções confiáveis. Dependendo da lacuna de conhecimento, é preciso buscar informações em diversos dicionários (e, frequentemente, em outras fontes), para se conseguir respostas sa-

tisfatórias. Além disso, o tipo de informação que podemos encontrar em determinada obra de referência depende dos parâmetros do tratamento lexicográfico.

CONCLUSÃO

Neste artigo, foram ilustradas três situações de uso de dicionários. Nelas havia uma lacuna de conhecimento sobre a língua, sobre o significado de um termo e sobre a tradução de uma palavra com significado especializado. As soluções requeriam o uso de diferentes dicionários, de modo que, através dos exemplos, foi apresentado um esquema geral de dicionários (uma classificação em dicionários de língua, mistos e de coisas, e suas versões de especialidade), e, além disso, foram analisadas informações dicionarísticas no contexto de uso. Também foram esquematizadas as disciplinas responsáveis pela confecção de dicionários (Lexicografia, Lexicografia de Especialidade, Terminologia e Terminografia) e foram ilustradas as controvérsias de cada uma sobre as responsabilidades acerca de determinadas áreas. No que diz respeito às situações de uso selecionadas, foi trazida uma visão geral dos métodos de trabalho das diferentes disciplinas (campos de atuação, profissões, usuários, formação).

As observações sobre Lexicografia e Terminografia e a análise dos exemplos tiveram de permanecer incompletas em muitos pontos. Assim, é possível fazer outras análises dos verbetes selecionados, para mostrar melhor a prática lexicográfica e a complexidade das estruturas dos verbetes (desse modo, é possível reconhecer estruturas *internas* do dicionário através da referência (1) em *Investition* no verb₁ e da referência “↑” em ↑*Datenstrukturen* no verb₂). Um entendimento melhor e mais completo só é possível com um estudo mais aprofundado da literatura.⁷

⁷ N. do A.: Informações confiáveis sobre a língua de especialidade da Lexicografia

De qualquer modo, a experiência prática (um estágio em editora, trabalho em projeto dicionarístico ou atuação terminológica ou terminográfica) é útil para a carreira profissional e para uma avaliação de suas exigências. Como ninguém é lexicógrafo, lexicógrafo de especialidade, terminólogo e terminógrafo ao mesmo tempo, e como essas atividades são paralelas tanto na prática quanto na teoria, só podemos recomendar que se mantenha uma abordagem ampla no decorrer da formação, para que depois a pessoa possa se especializar em uma dessas áreas.

DICIONÁRIOS UTILIZADOS

BUßMANN, Hadumod. *Lexikon der Sprachwissenschaft*. Stuttgart: Kröner, 1983.

BUßMANN, Hadumod. *Lexikon der Sprachwissenschaft*. 2. ed. rev. Stuttgart: Kröner, 1990.

DUDEN. *Informatik: ein Sachlexikon für Studium und Praxis*. Mannheim: Dudenverlag, 1988.

DUDEN. *Aussprachewörterbuch: Wörterbuch der deutschen Standardaussprache*. 4. ed. rev. e atual. Mannheim: Dudenverlag, 2000. (Duden, 6).

DUDEN. *Deutsches Universalwörterbuch*. 4. ed. rev. e ampl. Mannheim: Dudenverlag, 2001.

HOFFMANN, Lothar (ed.). *Fachwortschatz Physik: Häufigkeitswörterbuch Russisch, Englisch, Französisch*. 2. ed. Leipzig: Verlag Enzyklopädie, 1973.

LANGENSCHIEDT-REDAKTION (ed.). *Langenscheidts Taschenwörterbuch Portugiesisch: Portugiesisch–Deutsch/Deutsch–Portugiesisch*. Berlin: Langenscheidt, 2001.

MATER, Erich. *Rückläufiges Wörterbuch der deutschen Gegenwartssprache*. Leipzig: Bibliographisches Institut, 1965.

poderão ser consultadas no *Wörterbuch zur Lexikographie und Wörterbuchforschung* (Dicionário sobre a lexicografia e a pesquisa de dicionários).

MICHELS, Ulrich. *dtv-Atlas zur Musik: Tafeln und Texte*. v. 1. München: dtv, 1977.

PORTO EDITORA. *Dicionário de português-alemão*. Porto: Porto Editora, 1999.

TISCH, Klaus D. *Rock-LPs*. Hamburg: Taurus Press, 1987. 5 v.

WAHRIG, Gerhard. *Deutsches Wörterbuch*. Nova ed. por Renate Wahrig-Burfeind. Gütersloh: Bertelsmann, 1994.

REFERÊNCIAS

ARNTZ, Reiner; PICHT, Heribert; MAYER, Felix. *Einführung in die Terminologiearbeit*. 4. ed. rev. Hildesheim; Zürich; New York: Olms, 2002.

BERGENHOLTZ, Henning. Wodurch unterscheidet sich Fachlexikographie von Terminographie? *Lexicographica*, v. 11, p. 50–59, 1995.

BERGENHOLTZ, Henning; KROMANN, Hans-Peder; WIEGAND, Herbert E. Die Berücksichtigung der Fachlexikographie in der neueren Wörterbuch- und Fachsprachenforschung. In: HOFFMANN, Lothar; KALVERKÄMPER, Hartwig; WIEGAND, Herbert E. (ed.). *Fachsprachen*. Berlin; New York: de Gruyter, 1998–1999. p. 1889–1909.

BUCKSCH, Herbert. Das technische Übersetzungsfachwörterbuch. *Mitteilungsblatt für Dolmetscher und Übersetzer*, v. 19, n. 5, p. 6–8, 1973.

BUDIN, Gerhard. Einige Überlegungen zur Darstellung terminologischen Fachwissens. In: SCHAEDEER, Burkhard; BERGENHOLTZ, Henning (ed.). *Fachlexikographie*. Tübingen: Narr, 1994. p. 57–68.

BUDIN, Gerhard; BÜHLER, Hildegund. Grundsätze und Methoden der neueren Terminographie. In: HOFFMANN, Lothar; KALVERKÄMPER, Hartwig; WIEGAND, Herbert E. (ed.). *Fachsprachen*. Berlin; New York: de Gruyter, 1998–1999. p. 2096–2108.

DIN 2342 Teil 1 (Oktober 1992). *Begriffe der Terminologielehre: Grundbegriffe*. Berlin; Köln: Beuth, 1992.

ENGEL, Gert; PICHT, Heribert. Der Terminologe – Beruf oder Funktion? In: HOFFMANN, Lothar; KALVERKÄMPER, Hartwig; WIEGAND, Herbert E. (ed.). *Fachsprachen*. Berlin; New York: de Gruyter, 1998–1999. p. 2237–2245.

ENGELBERG, Stefan; LEMNITZER, Lothar. *Lexikographie und Wörterbuchbenutzung*. Tübingen: Stauffenburg, 2001.

FELBER, Helmut; BUDIN, Gerhard. *Terminologie in Theorie und Praxis*. Tübingen: Narr, 1989.

FELBER, Helmut; SCHAEDEER, Burkhard. Typologie der Fachwörterbücher. In: HOFFMANN, Lothar; KALVERKÄMPER, Hartwig; WIEGAND, Herbert E. (ed.). *Fachsprachen*. Berlin; New York: de Gruyter, 1998–1999. p. 1725–1743.

GÖPFERICH, Susanne; SCHMITT, Peter A. Begriff und adressatengerechte Benennung. In: KRINGS, Hans P. (ed.). *Wissenschaftliche Grundlagen der Technischen Kommunikation*. Tübingen: Narr, 1996. p. 369–402.

HAUSMANN, Franz J.; REICHMANN, Oskar; WIEGAND Herbert E.; ZGUSTA, Ladislav (ed.). *Wörterbücher*. Berlin; New York: de Gruyter, 1989–1991. 3 v.

HOFFMANN, Lothar; KALVERKÄMPER, Hartwig; WIEGAND, Herbert E. (ed.). *Fachsprachen*. Berlin; New York: de Gruyter, 1998–1999.

ISO 12620. *Computer applications in terminology: data categories*. Genf: ISO, 1999.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

MÜLLER, Peter O. *Deutsche Lexikographie des 16. Jahrhunderts*. Tübingen: Niemeyer, 2001.

ROELCKE, Thorsten. *Fachsprachen*. Berlin: Erich Schmidt, 1999.

SCHAEDEER, Burkhard. Untersuchungen zur Kodifikation der Wirtschaftssprache. In: MENTRUP, Wolfgang (ed.). *Konzepte zur Lexikographie*. Tübingen: Niemeyer, 1982. p. 65–92.

SCHIERHOLZ, Stefan J. Die Wissensquelle Wörterbuch. In: ANTOS, Gerd; WICHTER, Sigurd (ed.). *Transferwissenschaft*. Frankfurt am Main: Lang, 2003. p. 175–190.

WIEGAND, Herbert E. Definitionen und Terminologienormung. In: FELBER, Helmut; LANG, Friedrich (ed.). *Terminologie als angewandte Sprachwissenschaft*. München: Saur, 1979. p. 101–148.

WIEGAND, Herbert E. Was eigentlich ist Fachlexikographie? In: MUNSKE, Horst H.; VON POLENZ, Peter; REICHMANN, Oskar; HILDEBRANDT,

Reiner (ed.). *Deutscher Wortschatz*. Berlin; New York: de Gruyter, 1988. p. 729–790.

WIEGAND, Herbert E. *Wörterbuchforschung*. v. 1. Berlin; New York: de Gruyter, 1998a.

WIEGAND, Herbert E. Lexikographische Textverdichtung. In: ZETTERSTEN, Arne; PEDERSEN, Viggo H.; MOGENSEN, Jens E. (ed.). *Symposium on Lexicography VIII*. Tübingen: Niemeyer, 1998b. p. 1–35.

WIEGAND, Herbert E.; KUČERA, Antonín. Brockhaus-Wahrig. *Kopenhagener Beiträge zur Germanistischen Linguistik*, v. 18, p. 94–217, 1981.

WIEGAND, Herbert E. et al. *Wörterbuch zur Lexikographie und Wörterbuchforschung*. v. 1. Berlin; New York: de Gruyter, 2010.

WÜSTER, Eugen. *Internationale Sprachnormung in der Technik*. Berlin: VDI-Verlag, 1931.

ESQUEMAS DE PROGRESIÓN TEMÁTICA EN TEXTOS ESPECIALIZADOS

*Mercedes Suárez de la Torre**

*Luz Estella Quintero Orozco***

INTRODUCCIÓN

La progresión temática, definida como el mecanismo de organización y dosificación de la información que transmiten los textos de manera que el receptor pueda seguir su desarrollo con facilidad (Castellà, 1992, p. 42), además de remitirnos a los conceptos de tema y rema, remite también a conceptos tales como: patrón o esquema de progresión temática (Daneš, 1974). Dichos esquemas, según este autor, son: progresión de tema lineal (PTL), progresión de tema constante (PTC) y progresión de tema por hiperrema (PTH). Conceptos relevantes tanto para traductores, como para mediadores lingüísticos, analistas del discurso, productores de discurso tanto generales, como de especialidad, entre otros.

Este estudio, que aborda aspectos planteados desde la Teoría Comunicativa de la Terminología (TCT) (Cabré, 1999), la traducción

* Universidad Autónoma de Manizales, Grupo de Investigación CITERM, Colombia, mercedessuarez@autonoma.edu.com.

** Universidad Autónoma de Manizales, graduada Programa Maestría en Traducción (UAM), Colombia, lucas2469@yahoo.es.

como situación comunicativa (Hatim; Mason, 1995) y los esquemas de progresión temática (Daneš, 1974), intenta presentar estas tres áreas de manera articulada, a través del análisis contrastivo (entre TO y TM) de los esquemas de progresión temática en un corpus paralelo de textos especializados del subdominio *eutrofización* perteneciente al dominio macro de la *limnología*¹. El corpus consta de ocho resúmenes (originales en español y su correspondiente traducción al inglés) de reportes de investigación denominados en este trabajo *clusters* de conocimiento (Cabré, 2002a).

1. MARCO TEÓRICO

En este apartado desarrollaremos los conceptos teóricos centrales, a saber: la progresión temática y sus esquemas desde una perspectiva discursiva, y la progresión en relación con la traducción. Abordaremos igualmente el concepto de *clusters de conocimiento* que hemos adaptado de la TCT con fines metodológicos, para la delimitación del *corpus* textual objeto de estudio.

1.1. Progresión temática y esquemas de progresión desde una perspectiva discursiva

Desde el punto de vista discursivo, la progresión temática está estrechamente relacionada con conceptos tales como: tema y rema²,

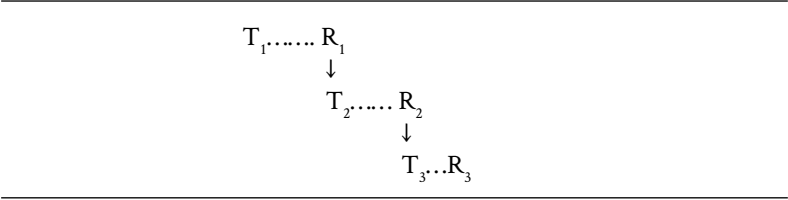
¹ Ciencia que estudia los aspectos físicos, geológicos, químicos y biológicos de las masas de agua continentales o aguas dulces.

² El *tema* constituye el punto de partida y el *rema* es el centro del mensaje; dicho de otro modo, el tema, como punto de partida, es usualmente conocido o deducido con facilidad del contexto o de la situación (información conocida); mientras que el rema, como centro del mensaje, es lo nuevo o desconocido en el momento de la comunicación (información nueva).

información conocida e información nueva y cohesión. Dichos conceptos nos remiten directamente a los lingüistas del Círculo de Praga (Firbas, 1995; Daneš, 1974), quienes propusieron la teoría del dinamismo comunicativo, la perspectiva funcional de la oración y la progresión temática, con el fin de trascender no sólo de la palabra a la frase y de la frase al mensaje, sino también, del mensaje al texto. Daneš (1974), en un estudio realizado sobre la función informativa desde la perspectiva del discurso, planteó los siguientes esquemas de progresión temática:

Progresión de tema lineal (EPL): se presenta cuando el rema, o parte del rema de una oración, se convierten en el tema de la siguiente. Dicho esquema puede representarse de la siguiente manera:

Tabla 1. Representación del esquema de progresión lineal (EPL)



Un ejemplo extraído del *corpus* de análisis que ilustra el esquema anterior es el siguiente:

Tabla 2. Ejemplo de esquema de progresión lineal

11) En esta área el <u>desarrollo de sistemas de engorde a corral</u> se encuentra en constante aumento. 12) <u>Estos sistemas</u> se caracterizan por la cría en confinamiento de animales productores de carne, alimentados con una dieta de alta concentración de excretas, ya que las mismas contienen alto contenido de nutrientes como fósforo y nitrógeno [<i>Cluster 1</i>].

En este ejemplo observamos como el rema de la oración (11) desarrollo de sistemas de engorde a corral se convierte en el tema de la siguiente oración (12) Estos sistemas se caracterizan por la cría [...].

Progresión de tema único o constante (EPC): en este esquema un único elemento constituye el tema de varias oraciones, cada una de las cuales introduce un nuevo rema. El EPC se representa de la siguiente manera:

Tabla 3. Representación del esquema de progresión constante (EPC)

T ₁ ,..... R ₁
↓
T ₁ ,..... R ₂
↓
T ₁ ,.....R ₃

El siguiente ejemplo extraído del *corpus* de análisis ilustra el esquema de progresión constante:

Tabla 4. Ejemplo de esquema de progresión constante

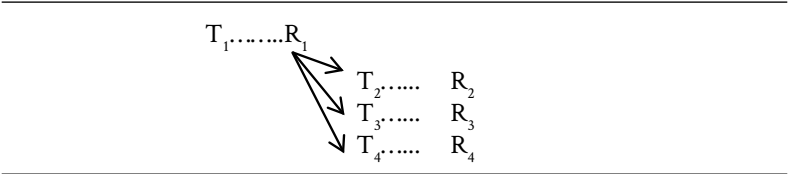
4) <u>El embalse</u> ha experimentado variaciones extremas de volumen entre total sequedad y 95 × 10⁶ m³ con cambios de profundidad entre 2 y 14m durante los últimos cien años. 5) <i>Presenta</i> cambios drásticos de la calidad del agua e incluso de la estructura poblacional y la abundancia de las microalgas en relación con el volumen del agua [<i>Cluster 3</i>].
--

Este ejemplo muestra que el tema de la oración (4), el embalse³, constituye también el tema de la oración (5), en la que embalse aparece implícito, con la presencia del verbo presenta.

³ En este caso se hace referencia al embalse Peñuelas en Chile.

Progresión de tema -hiperrema (EPH): se presenta cuando el rema, o parte del rema de una oración, se convierte en un hiperrema que desarrolla nuevas oraciones, cada una con su tema y rema. Veamos su representación:

Tabla 5. Representación del esquema de progresión de tema-hiperrema (EPH)



El siguiente ejemplo extraído del *corpus* de análisis ilustra el esquema de progresión de tema -*hiperrema*:

Tabla 6. Ejemplo de esquema de progresión de tema -*hiperrema*

1) Los sedimentos superficiales de la laguna Carén (Santiago, Chile) fueron analizados con el objetivo de determinar <u>los metales presentes (Fe, Mn, Cu, Mo, Cr, Zn)</u>. 2) <u>La concentración de metales totales en los sedimentos</u> presentó el siguiente orden decreciente: Fe > Cu > Mn > Mo > H > Cr > Zn. 3) <u>Cu, Mo y Cr</u> presentaron concentraciones mayores que las observadas en otros sistemas acuáticos. 4) <u>Los pares de metales Mn-Zn, Fe-Cu y Cu-Zn</u> mostraron una correlación significativa. 5) <u>Procedimientos de extracción selectiva</u> fueron aplicados a muestras de sedimentos de cinco estaciones para determinar la distribución de los metales. 6) <u>El hierro</u> ocurrió especialmente asociado a la fracción residual y <u>el cobre</u> a la fracción de materia orgánica. 7) <u>También fueron estimados los flujos de nutrientes y metales</u> en la interfaz sedimento-agua para comprender el destino de las especies químicas estudiadas.
--

Tal y como observamos en este ejemplo, del rema de la oración (1) los metales presentes (Fe, Mn, Cu, Mo, Cr, Zn), se derivan los temas de las oraciones posteriores. En la oración (3), el autor presenta

el rema de la oración (1), a manera de tema y lo hace a través de los símbolos; en la oración (6) utiliza los nombres de los metales y así sucesivamente.

A través de estos esquemas se logra el progreso de la información temática y remática en un texto, desde el inicio hasta el final; Además, este tipo de organización permite la comprensión de los diversos componentes del entramado del texto. Halliday y Hasan (1976) proponen dos niveles diferentes de estructura textual: una estructura temática que enfatiza la relación tema y rema, diferente de una estructura informativa que hace énfasis en la información dada y la información nueva. Al parecer, el tema (aquello de lo que se habla) y el rema (todo aquello que se dice del tema) están orientados al productor del discurso; mientras que los conceptos de información conocida y nueva están orientados al receptor (Baker, 1992, p. 144). La decisión de lo que es conocido y lo que es nuevo depende en gran medida de cada discurso y lector; además, la estructura de la información no siempre es la misma, ya que todos los textos son diferentes, producidos en situaciones comunicativas diferentes y para destinatarios diferentes, quienes, además, poseen conocimientos lingüísticos, lexicales y enciclopédicos también diferentes.

1.2. La progresión temática y su relación con la traducción

En cuanto a la progresión temática en los estudios de traducción, los autores Hatim y Mason (1995, 1997) parecen estar muy de acuerdo con los lingüistas del Círculo de Praga y su propuesta de esquemas de progresión temática. Su modelo comunicativo sugiere que la traducción no debe considerarse como un estéril ejercicio lingüístico, sino como un acto de comunicación (Hatim; Mason, 1995, p. 9),

del cual forman parte, tanto los productores del discurso, los mensajes, las situaciones comunicativas, los contextos, como los receptores de dicho discurso. Estos autores presentan la traducción como una transacción comunicativa, esto es, una negociación de significados entre productores y receptores de textos, en la que el traductor como usuario especial de los textos interviene, a través de fronteras lingüísticas y culturales.

Los autores en mención plantean que los procedimientos textuales no son fortuitos, sino motivados. Tales procedimientos hacen referencia a la selección, manejo, ubicación de la información (elementos gramaticales, lexicales, mecanismos de cohesión) por parte del autor y, por tanto, la presentación y organización de dicha información encierra una intención, tiene un grado de ostensión que, en lo posible, debe preservarse en el paso del texto original al texto meta. La organización textual constituye, por consiguiente, el resultado de todo un proceso cognitivo que incluye toma de decisiones en cuanto a la información y la manera como ésta se presenta a sus posibles receptores o destinatarios.

1.3. Los clusters de conocimiento desde la perspectiva de la TCT

El término *cluster de conocimiento*, también denominado por Cabré (2002a), como *zona de conocimiento*, hace referencia, según esta autora, a bloques de información específica – fragmentos de texto – representados en párrafos o segmentos más extensos dentro de un mismo texto. Según Cabré (2002a), el *cluster* constituye un paquete informativo-cognitivo en el interior de un texto especializado, cuyas partes tienen estrecha relación y, como tal, deben abordarse. Para Cabré (2002b), la estructura cognitiva de los textos especializados po-

dría resumirse en una red compleja formada por *nudos de conocimiento* conectados entre sí, de forma lineal y no lineal, por *relaciones* de diferente tipo. La agrupación de estructuras de nudos constituye *zonas de conocimiento* o *clusters de conocimiento*.

2. METODOLOGÍA

Tal y como mencionamos anteriormente, en este trabajo realizamos un análisis contrastivo de los esquemas de progresión temática en un *corpus* paralelo español-inglés (ocho resúmenes) pertenecientes al dominio de Eutrofización, tomados de reportes de investigación.

2.1. Criterios de selección del *corpus*

Para la selección del *corpus* tuvimos en cuenta los siguientes criterios:

- Definición de *cluster de conocimiento*: teniendo en cuenta la definición de *cluster* de conocimiento propuesta por Cabré (2002a) (véase 1.3.), seleccionamos ocho resúmenes. Por lo tanto, en adelante, a los resúmenes los denominaremos *clusters* de conocimiento.
- Temática: todos los *clusters de conocimiento* forman parte de reportes de investigación en Eutrofización como subdominio de la Limnología.
- Paralelismo: tomamos como base la noción de *corpus* paralelo propuesta por Baker (1995) y entendemos como *corpus* de textos paralelos, los textos base u originales (TO) en español y su correspondiente traducción, textos de llegada o textos meta (TM), en inglés.
- Nivel de especialidad: todos los resúmenes han sido escritos por expertos, para otros expertos en el dominio de la Limnología.

Para realizar el análisis, en primer lugar, se identificaron los esquemas de progresión temática presentes en el TO⁴; en segundo lugar, se describieron y analizaron tanto lingüística como discursivamente dichos esquemas en los textos base u originales; por último, a partir del análisis realizado, se hizo un análisis contrastivo con los textos traducidos o textos meta (TM), con el fin de mostrar las consecuencias que tienen dichos cambios, no sólo a nivel textual y discursivo, sino también cognitivo.

3. ANÁLISIS Y RESULTADOS

3.1. Análisis del texto base o texto original (TO)

Se propuso una identificación y delimitación manual de los esquemas de progresión temática en el corpus, debido a la carencia de herramientas que pudieran ser útiles en la extracción automática de los datos. Para llevar a cabo el análisis, se numeraron las oraciones,⁵ tanto en los TO como en los TM.

La identificación de los esquemas en el *corpus* de TO permitió, no solo la cuantificación de cada esquema, sino la descripción de manera detallada, desde una perspectiva lingüística y discursiva. La cuantificación de esquemas en los *clusters* de los TO evidencia que el esquema predominante es el de progresión lineal (12.3%) y el menos recurrente el de progresión constante (3.7%) y, aunque el esquema de tema -hiperrema ocupa una posición intermedia en términos de aparición (4.9%), debemos resaltar el papel que juega en estos *clusters* ya que abarca, no solo dos o tres oraciones como los otros dos patrones,

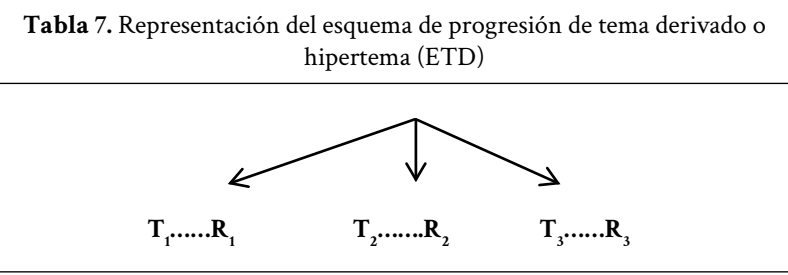
⁴ Véase Marco teórico, apartado 1.1.

⁵ La numeración de las oraciones se hizo de punto a punto.

sino que engloba la totalidad de las oraciones del *cluster*. Cabe resaltar que este patrón permite la riqueza y la variedad informativa y tiene la capacidad de organizar jerárquicamente el texto.

Esta combinación de esquemas la plantea Borreguero (2003, p. 33) cuando señala que “lo normal es la hibridación entre los tres tipos que se combinan de forma que cada texto tenga un esquema de progresión temático-remático característico”. Con esta afirmación estamos parcialmente de acuerdo, ya que hemos encontrado en nuestro *corpus*, específicamente en el *cluster* 5, un texto en el que aparece un solo tipo de patrón. Huelga anotar que en nuestra investigación, además de los esquemas ya mencionados, identificamos en el *corpus* casos de otros dos esquemas propuestos por Daneš (1974):

Progresión de tema derivado o hipertema (ETD): en este caso, del tema de una oración se desprenden los temas de oraciones posteriores. Dicho esquema se representa de la siguiente manera:



El siguiente ejemplo identificado en el *corpus* de TO ilustra este esquema:

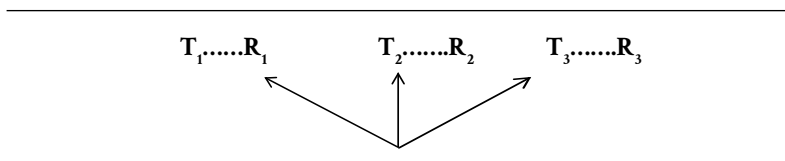
Tabla 8. Ejemplo de esquema de progresión de tema derivado o hipertema

10) La desestratificación artificial fue aplicada en el embalse Pao-Cachinche desde noviembre 2001 hasta el presente. **11)** El aparato aireador está localizado en la región oeste del embalse y consiste en un compresor que bombea burbujas de aire a través de seis tuberías, localizadas a 1-2m sobre el fondo hasta la superficie de la columna de agua. **12)** Su efecto abarca aproximadamente el 30% de esta región del embalse. **13)** Los efectos principales de la desestratificación artificial de la columna de agua fueron: a) ruptura gradual de la estratificación térmica, b) aumento en la transparencia de agua, c) disminución de la concentración epilimnética del oxígeno en relación con los valores previos de sobresaturación, d) oxigenación gradual de la columna de agua, e) disminución de los valores superficiales de pH, y f) disminución de la abundancia de fitoplancton y de la proporción relativa de cianobacterias [Cluster 8].

Observamos en este ejemplo que los temas de las oraciones (11, 12 y 13) se derivan del tema de la oración (10) *La desestratificación artificial*. En términos de Cabré (2002b), podríamos señalar que los nudos de conocimiento: *desestratificación artificial*, *aparato aireador*, *efectos principales de la desestratificación artificial de la columna de agua*, *ruptura gradual de la estratificación térmica*, *aumento en la transparencia de agua*, etc., están conectados por el tipo de relación parte-todo.

Progresión de tema convergente (ETC): en este esquema, el tema que sirve de apoyo es el resultado de dos o más informaciones conocidas por el destinatario. Entre las fuentes consultadas no fue posible encontrar una representación para este tipo de esquema; por tanto, teniendo en cuenta los datos obtenidos del *corpus* de TO, nos atrevemos a proponer la siguiente representación:

Tabla 9. Representación del esquema de progresión de tema convergente (ETC)



Ilustramos este esquema con el siguiente ejemplo:

Tabla 10. Ejemplo de esquema de progresión de tema convergente

4) El embalse ha experimentado variaciones extremas de volumen entre total sequedad y $95 \times 10^6 \text{ m}^3$ con cambios de profundidad entre 2 y 14m durante los últimos cien años. 5) Presenta cambios drásticos de la calidad del agua e incluso de la estructura poblacional y la abundancia de las microalgas en relación con el volumen del agua. 6) Florecimientos de Cianobacterias predominan a bajos niveles del agua y *holorophyceae* predomina a volúmenes altos. 7) Estas características difieren de la descripción típica hecha para sistemas temperados similares de Chile Central donde *Bacillariophyceae* y especialmente *Aulacoseira granulata* (Ehrenberg) Simonsen es la especie dominante difiriendo de los patrones típicos de sucesión descritos para el hemisferio norte [Cluster 3].

En el ejemplo, el tema de la oración (7) *estas características*, remite al lector a una serie de datos previos presentes en las oraciones (4, 5 y 6⁶), a través de un mecanismo de cohesión referencial, en este caso, una referencia catafórica. Tanto la definición, como los casos de esquema convergente hallados en el *corpus* afianzan la relación del concepto de cohesión con la progresión temática.

Encontramos además un caso especial de grupos de oraciones que no presentaron ningún esquema en particular, pero que guardaron entre sí estrecha conexión con el tema central del *cluster*, a través

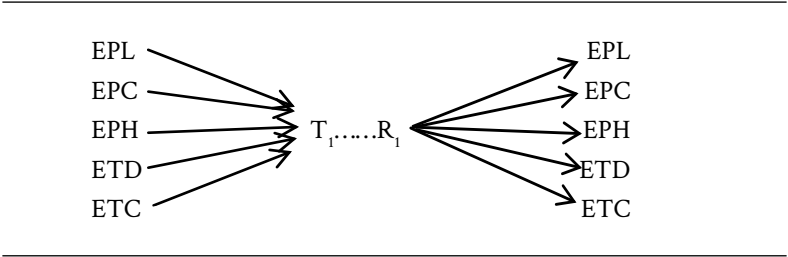
⁶ Véase subrayado en estas oraciones.

de relaciones de diverso tipo (*e.g.* implicación, causa-efecto, entre otras). Estos hallazgos los sustentamos desde Borreguero (2003, p. 33) cuando señala que, en cuanto a información textual y uso de esquemas se refiere:

Son frecuentísimos también los saltos informativos, es decir, cuando no existe ninguna conexión entre el tema y rema de una oración y el tema y rema de la siguiente y son precisamente estos saltos los que permiten que haya un verdadero avance en la información (Borreguero, 2003, p. 33).

En este caso, y ante la carencia de un nombre para este esquema, proponemos la denominación *esquema de progresión escalonada o intercalada* (EPI), en el que la relación entre oraciones se da en términos de continuidad de sentido, y no en términos de continuidad tema -rema. Dicho esquema podría representarse de la siguiente manera:⁷

Tabla 11. Representación del esquema de progresión intercalado (EPI)



A manera de ejemplo, presentamos el siguiente:

⁷ Proponemos tanto la denominación, como la respectiva representación, a partir del análisis realizado en el *corpus* de TO y las sometemos a consideración de la comunidad académica y científica.

Tabla 12. Ejemplo de esquema de progresión intercalado

8) Actualmente la eutrofización no es un problema en la laguna pero se destaca la importancia de los procesos físicos en mantener el estado trófico. 9) Si los factores hidrológicos fueran controlados mediante obras como represamiento de afluentes o alteración del régimen de apertura y cierre de la barra entonces la eutrofización pasaría a ser un problema central debido a las características altamente sensibles de este ambiente [Cluster 7].

Tal y como observamos en el ejemplo, las oraciones (8 y 9) comparten el tema de la *eutrofización*. No obstante, entre estas dos oraciones no se registra un patrón específico. Este esquema podría ilustrarse de diversas maneras, si se considera que el esquema propuesto corresponde a una oración, o grupo de oraciones, que se intercalan entre otros esquemas diferentes que podrían ser cualquiera de los ya mencionados.

3.2. Análisis contrastivo

Con respecto al tratamiento de los esquemas de progresión temática del español al inglés encontramos casos en los que:

- Se conserva el esquema y no se altera la función comunicativa;
- Se conserva el esquema pero se altera la función comunicativa;
- No se conserva el esquema y no se altera la función comunicativa, y
- No se conserva el esquema pero se altera la función comunicativa.

Para llevar a cabo el análisis contrastivo tuvimos en cuenta la función comunicativa, entendida como la intención o intenciones que expresa el autor del TO (Lvóvskaya, 1997).

3.2.1. Conservación del esquema sin alterar la función comunicativa

Figura 1. Ejemplo de conservación del esquema sin alterar la función comunicativa

1) Entre los meses de marzo y noviembre del 2002 se llevaron a cabo <u>muestreos de campo mensuales en tres puntos de un canal sembrado con <i>Eichhornia crassipes</i> (Jacinto de agua)</u>. 2) <u>El estudio</u> se realizó en Industrias IMUSA S.A., empresa ubicada en Rionegro Antioquia. 3) <u>Se evaluó</u> la eficiencia del sistema de tratamiento de aguas residuales con <i>Eichhornia crassipes</i>, utilizando los macroinvertebrados acuáticos como bioindicadores de calidad del agua y el índice BMWP/Col como medida de la eficiencia del sistema. 4) <u>También se evaluaron</u> parámetros fisicoquímicos como el pH, la temperatura, el oxígeno disuelto y la conductividad.	1) From March to November 2002, <u>monthly field samples in three points in a channel covered with <i>Eichhornia crassipes</i> (water hyacinth) were carried out</u>. 2) <u>The study</u> was undertaken in Industrias IMUSA, SA a aluminum factory located in Rionegro, Antioquia. 3) <u>The efficiency of the waste water treatment system with with <i>E. crassipes</i> was assessed</u>, using aquatic macroinvertebrates as bioindicators of water quality. 4) The BMWP Col index <u>was also used</u> as a measure of assessment of the system.
--	--

El EPL se mantiene entre las oraciones (1 y 2) en ambas lenguas. Tanto en TO como en TM, este *cluster* presenta el mismo elemento inicial que constituye el tema: *entre los meses de marzo y noviembre del 2002*, denominado por Halliday *fronted theme* por ser un elemento predicativo de tiempo. El ETD que sucede entre las oraciones (2, 3, 4, 5, 6) no se ve alterado, a pesar de que los elementos de los remas se invierten debido a las exigencias de las normas de la lengua y cultura de llegada. De esta manera, el hipertema *estudio* en ambos textos, desarrolla los mismos temas y remas.

3.2.2. Conservación del esquema, alteración de la función comunicativa

Figura 2. Ejemplo de conservación del esquema, con alteración de la función comunicativa

1) Los sedimentos superficiales de la laguna Carén (Santiago, Chile) fueron analizados con el objetivo de determinar los metales presentes (Fe, Mn, Cu, Mo, Cr, Zn). 2) <u>La concentración de metales totales</u> en los sedimentos presentó el siguiente orden decreciente: Fe > Cu > Mn > Mo > H⁺ > Cr > Zn. 3) Cu, Mo y Cr presentaron concentraciones <u>mayores que las observadas en otros sistemas acuáticos</u>. 6) <u>El hierro ocurrió especialmente asociado a la fracción residual y el cobre a la fracción de materia orgánica</u>. 7) También fueron estimados los flujos de nutrientes y metales en la interfaz sedimento-agua para comprender el destino de las especies químicas estudiadas.	1) The superficial sediments of Laguna Carén, <u>a shallow lake</u> (Santiago, Chile) have been analyzed in order to determine metals contents (Fe, Mn, Cu, Mo, Cr, Zn). 2) <u>The total concentration</u> in sediments follows decrease order: Fe > Cu > Mn > Mo > Cr > Zn. 3) Cu, Mo y Cr are level concentration <u>higher than other aquatic systems</u>. 6) <u>Iron occurs especially in the residual fraction and copper is associated to organic matter fraction</u>. 7) <u>Finally</u>, nutrients and metals fluxes in the sediment-water interface were estimated for understand the fate of chemical species studied.
--	---

En este ejemplo se conserva el EPH y, en gran parte, también se mantiene la función comunicativa del TO; no obstante, se presentan las siguientes diferencias en el TM que llevan a una pérdida y cambio de información: la oración (1) contiene información que no tiene el TO, *a shallow lake*, la cual se presenta como una caracterización de la laguna. La oración (6) deja ver un cambio en el orden de algunos de sus elementos. La oración (2) presenta la elisión de un elemento del TO *los metales*, que al desaparecer lleva al traductor a cualificar otro elemento. La oración (3) presenta un referente por comparación incompleto *Cu, Mo y Cr are level concentration higher than other aquatic ecosystems*. Al eliminar del TO *las observadas* se crea una ambigüedad;

pues según la traducción, la comparación se da entre las concentraciones de los metales y los ecosistemas acuáticos y no entre las concentraciones de los metales y las de otros sistemas acuáticos. La oración (7) incluye una conjunción *finally* ausente en el TO, la cual muestra una relación de tipo conclusivo o secuencial que da una idea de orden también ausente en el TO.

Cabe anotar que este tipo de cambios no sólo afectan la cohesión textual y obstaculizan la progresión temática, sino que también interfieren en el proceso de negociación que se establece entre los emisores y destinatarios (Suárez, 2004).

3.2.3. No conservación del esquema sin alteración de la función comunicativa

Figura 3. Ejemplo de no conservación del esquema sin alteración de la función comunicativa

1) <u>La cuenca del Río Salado</u> es uno de los ejes hídricos más importantes de la zona, con numerosos tributarios y humedales asociados, además de una importante planicie de inundación. 2) <u>En esta área</u> las actividades agropecuarias sustentan la economía de la región.	1) <u>The lower Salado River Drainage Basin</u> is one of the principal basins in the region with a large number of affluents, wetlands and an extensive flood plain. 2) <u>Agriculture and cattle breeding</u> are the most important economic activities <u>in this region</u>.
--	--

Las oraciones (1 y 2) del TO evidencian el EPC, el cual desaparece en el TM. El tema de la oración (1) *the lower Salado River Drainage Basin* también lo es de la oración (2), a través de un mecanismo de cohesión *en esta área*; sin embargo, *in this region* no ocupa en el TM la posición temática sino la remática; lo anterior, aunque ocasiona un

cambio de esquema de progresión, no afecta la función comunicativa o intencionalidad del TO.

3.2.4. No conservación del esquema, alteración de la función comunicativa

Figura 4. Ejemplo de no conservación del esquema, con alteración de la función comunicativa

10) En la provincia de Buenos Aires se evidencia una alta productividad en la actividad de cría de ganado bovino de carne principalmente en el área de la <u>Cuenca Baja del Río Salado</u>. 11) <u>En esta área el desarrollo de sistemas de engorde</u> a corral se encuentra en constante aumento.	10) <u>In Buenos Aires Province</u>, a high productivity in the production of meat producing bovine cattle is evident. 11) <u>In this area, the number of establishments</u> that employ intensive breeding systems is constantly increasing.
--	--

Entre las oraciones (10 y 11) de este *cluster* de conocimiento se evidencia un cambio de EPL en el TO a EPC en el TM. Este cambio se produce por la omisión en el TM de una parte del rema del TO: *principalmente en el área de la Cuenca Baja del Río Salado*, la cual presenta una relación de inclusión con la Provincia de Buenos Aires. El EPL se forma entre *la Cuenca Baja del Río Salado* y *en esta área*, el EPC se forma entre *Buenos Aires Province* y *in this area*. Por otro lado, la oración (11) del T.M transmite una información que se diferencia de la suministrada en el TO, debido a que incluye un elemento inexistente *establishments* que no coincide con el TO. Por lo tanto, en este ejemplo se presenta un cambio de esquema que altera la función comunicativa.

Este tipo de cambios dejan la responsabilidad al destinatario para que infieran la relación entre temas y remas o información cono-

cida e información nueva y, por tanto, obligan al destinatario a tener un conocimiento más profundo acerca del tema.

CONCLUSIONES

La progresión temática constituye un tema de gran relevancia, no solo como herramienta para el análisis textual, sino como herramienta metodológica para la producción discursiva, tanto académica como científica. En este sentido, las investigaciones y análisis de la progresión temática se convierten en una herramienta metodológica de gran utilidad para el traductor en su papel de lector asiduo, analista del discurso, traductor y escritor de textos tanto generales como especializados.

La traducción de textos especializados debe estar cimentada, no solo en la fiabilidad de las bases de datos, de las fuentes terminológicas, del bilingüismo del traductor y del conocimiento del experto, sino también en su capacidad de interpretación e inferencia; en la manera como perciba la estructura de la información, la conexión de secuencias gramaticales, léxicas, de los nudos cognitivos que conforman los *clusters* de conocimiento, la ilación de las ideas y el dinamismo de la información en el discurso especializado.

Desde la terminología se hace referencia al análisis de textos especializados como una condición *sine qua non* para el desarrollo de la competencia cognitiva del traductor. Por otro lado, se analiza la correspondencia entre la estructura informativa o cognitiva del texto y su estructura gramatical, centrándose en el léxico, sin olvidar otros elementos gramaticales que también vehiculan el esqueleto de conocimiento del texto, hecho que sin temor podemos relacionar con la progresión temática y la definición de *clusters* de conocimiento de Cabré (2002a).

Es aconsejable que el traductor de textos especializados, y de cualquier tipo de textos, tenga siempre presente el sentido global del discurso, de tal manera que los patrones de progresión temática en el paso de una lengua a otra, de un texto a otro y de una cultura a otra, den cuenta de la intención del autor del texto original.

REFERENCIAS

BAKER, Mona. *In other words: a coursebook on translation*. London: Routledge, 1992.

BAKER, Mona. Corpora in translation studies: an overview and some suggestions for future research. *Target*, Amsterdam, v. 7, n. 2, p. 223–243, 1995.

BORREGUERO, Margarita. Cómo se organiza la información textual: reflexiones sobre la didáctica de la escritura. *Cuadernos de Filología Italiana*, Madrid, v. 10, n. 1, p. 27–48, 2003.

CABRÉ, María Teresa. *La terminología: representación y comunicación: una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada; Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CABRÉ, María Teresa. Textos especializados y unidades de conocimiento: metodología y tipologización. In: GARCÍA, Joaquín *et al.* (orgs.). *Texto, terminología y traducción*. Salamanca: Ediciones Almar, 2002a. p. 15–36.

CABRÉ, María Teresa. Análisis textual y terminología: factores de activación de la competencia cognitiva en la traducción. In: ALCINA, Manuel (org.). *La traducción científico-técnica y la terminología en la sociedad de la información*. Castellón: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2002b. p. 87–105.

CASTELLÀ, Josep. *De la frase al text: teories de l'ús lingüístic*. Barcelona: Empúries, 1992.

DANEŠ, František. Functional sentence perspective and the organization of the text. In: DANEŠ, František (ed.). *Papers on functional sentence perspective*. The Hague; Paris: Mouton, 1974. p. 106–128.

FIRBAS, Jan. On the thematic and rhematic layers of a text. In: WARVIK, Brita (ed.). *Organization in discourse: proceedings from the Turku Conference*. Turku: Anglicana Turkuensia, 1995. p. 59–72.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HATIM, Basil; MASON, Ian. *Teoría de la traducción: una aproximación al discurso*. Barcelona: Ariel, 1995.

HATIM, Basil; MASON, Ian. Contrastive linguistic decisions: the need for textual competence. In: HATIM, Basil; MASON, Ian. *The translator as communicator*. London: Routledge, 1997. p. 1–11.

LVÓVSKAYA, Zinaida. *Problemas actuales de la traducción*. Granada: Método Ediciones, 1997.

SUÁREZ, María Mercedes. *Análisis contrastivo de la variación denominativa en textos especializados: del TO al TM*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2004.

A TERMINOLOGIA ACADÊMICA NOS TEXTOS CIENTÍFICOS EM LÍNGUA INGLESA: UMA ABORDAGEM BASEADA EM *CORPUS*

*Eduardo Batista da Silva**

*Maurizio Babin*****

INTRODUÇÃO

Haja vista o crescimento da produção técnico-científica brasileira e sua consequente divulgação internacional, os trabalhos acadêmicos passam a ser também escritos e enviados para publicação em revistas e periódicos em língua inglesa. Em outras palavras, além das exigências institucionais para que trabalhos sejam publicados em língua portuguesa, existe um forte estímulo no sentido de tornar a pesquisa brasileira conhecida em outros países. Nesse sentido a expressão *publish or perish*, indiretamente, tem impacto nos trabalhos escritos em língua inglesa por brasileiros, uma vez que os artigos devem demonstrar habilidade linguística na escrita acadêmica. Dentre as habilidades, encontra-se a adequação no que tange ao uso

* Universidade Estadual de Goiás/UnU Quirinópolis. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UNESP/Ibilce, São José do Rio Preto – SP, eduardo.silva@ueg.br.

** Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, maurizio@ibilce.unesp.br.

da terminologia acadêmica comumente encontrada em determinada área do conhecimento.

A terminologia acadêmica, ou vocabulário acadêmico, caracteriza-se por ocorrer em domínios de especialidade variados. No que diz respeito à língua inglesa, há uma lista de palavras elaborada por Coxhead (2000) que caracteriza o texto acadêmico, também conhecida como *Academic Word List* (*Lista de palavras acadêmicas*), *AWL*. Dessa forma, a utilização da terminologia acadêmica nos textos técnico-científicos em língua inglesa configura-se como um suporte na produção e divulgação de conhecimento nas mais diversas áreas de especialidade. Vale ressaltar que a *AWL* já consta no repertório do *Oxford Advanced Learner's Dictionary*, inclusive na versão *online*.

Levando em consideração o exposto acima, o objetivo da pesquisa é identificar as diferenças de utilização dessa terminologia acadêmica em redações escritas em língua inglesa por brasileiros e por nativos na área da Microbiologia.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica dessa pesquisa contou com estudos que abordam a Terminologia – Barbosa (2009), Barros (2006), Cabré (2007) –, a Linguística de *Corpus* – Biber, Conrad e Reppen (1998), Sinclair (2004), Berber Sardinha (2004) – e a Estatística Lexical – Muller (1977) e Oakes (1998).

Tal como Pavel e Nolet (2002, p. xvii), entendemos a terminologia como um conjunto de palavras técnicas pertencentes a uma ciência, uma arte, um autor ou um grupo social, como, por exemplo, a terminologia da medicina ou a terminologia usada pelos especialistas em computação.

Definimos a terminologia acadêmica como sendo um conjunto de substantivos, verbos, adjetivos e advérbios típicos da comunicação acadêmica. Destarte, a terminologia acadêmica não é aquela entendida como “pertencente” a um domínio de especialidade específico, estanque. Pelo contrário, a terminologia acadêmica é aquela que está presente em diversos domínios e não acaba sendo identificada *a priori* como tal. Quando se pensa, por exemplo, no termo “radiação solar”, é comum o relacionarmos ao domínio da astronomia. Trata-se de um termo/vocábulo composto que, inicialmente, não seria incluído como sendo um termo, digamos, da linguística aplicada. O termo “método”, por sua vez, poderia ser usado nas mais variadas áreas do conhecimento, devido ao seu caráter geral. É desse tipo de terminologia que trataremos nesse trabalho. Outrossim, segundo Barbosa (2009, p. 39), “podemos detectar termos/vocábulos que se situam na interface entre o discurso científico e o discurso banal, como, por exemplo, o termo/vocábulo câncer”. A autora indica que esse tipo de termo garante a comunicação entre especialistas de uma área, entre leigos, entre os primeiros e os segundos. “Por conseguinte, entre o mais alto grau de cientificidade e o mais alto grau de banalização, existe sempre um subconjunto que tem dupla natureza, a de termo e a de vocábulo” (Barbosa, 2009, p. 39).

Conforme Barros (2006, p. 24), “a terminologia pode colaborar na elaboração de estratégias e de instrumentos de aprendizado do vocabulário especializado, contribuindo para a melhoria do ensino e para o sucesso escolar”. Até certo ponto, ao servir como insumo na elaboração de material de divulgação acadêmica e técnico-científica, a terminologia acadêmica proporciona traços específicos ao texto científico, fazendo com que seja mais parecido com outros textos do mesmo gênero.

Com relação à terminologia acadêmica, em nosso trabalho utilizaremos a *AWL*, que foi originalmente desenvolvida por Coxhead (2000). A *AWL* é composta de 570 famílias de palavras e contempla as palavras mais comuns dos textos técnico-científicos.

Nation (2003, p. 61) explica que *AWL* foi elaborada a partir de um *corpus* com 3.600.000 palavras, contendo textos acadêmicos de quatro seções principais: Artes, Comércio, Ciência e Direito. Cada seção foi subdividida em sete subseções. Para constarem na *AWL*, as famílias de palavras deveriam ocorrer nas quatro seções principais e, em pelo menos, 15 das 28 subseções. Chegou-se a um número final de 10 listas de palavras acadêmicas. Para o falante de língua portuguesa, diversas palavras da *AWL* não apresentam dificuldade de compreensão porque são cognatas, de origem latina, fato esse que auxilia no estudo da terminologia acadêmica. As palavras da *AWL* ocorrem em todos os tipos de textos, mas são muito mais comuns em textos acadêmicos. Elas englobam cerca de 1,9% das palavras correntes na conversação, cerca de 1,9 na ficção, e mais ou menos 4% nos jornais (Nation, 2003, p. 66).

A *AWL* abrange de 8,5% a 10% das palavras que ocorrem em textos acadêmicos. As palavras nessa lista constituem, portanto, um objetivo essencial na aprendizagem dos alunos que pretendem dedicar-se à área acadêmica usando o inglês como meio de comunicação e que já conhecem as 2.000 palavras mais frequentes (Nation, 2003).

2. METODOLOGIA

A primeira etapa de nossa pesquisa foi a constituição de dois *corpora* de trabalho, sendo o primeiro formado por 779 artigos acadêmicos escritos em língua inglesa na revista *Brazilian Journal of*

Microbiology, disponíveis na base Scielo, apresentando 1.657.217 *tokens* e 37.341 *types*. Apesar de, na maioria das vezes, os artigos terem sido escritos por brasileiros, alguns foram revisados e/ou escritos com o auxílio de falantes nativos de inglês.

O segundo *corpus*, composto de textos especializados em língua inglesa, originalmente escritos por falantes nativos, no domínio da Microbiologia, contém 2.027.791 *tokens* e 59.267 *types*. O processo de constituição desse *corpus* incluiu a seleção de livros, artigos, tutoriais, palestras, *websites*, manuais, apresentações em formato PowerPoint e textos introdutórios relacionados à Microbiologia.

No tocante ao auxílio de *software*, a ferramenta linguístico-estatística *WordSmith Tools*, versão 5, foi utilizada para processar o conteúdo textual dos dois *corpora*. O recurso *WordList* auxiliou na busca pela terminologia acadêmica selecionada para o estudo. Todo o conteúdo textual estava em língua inglesa e foi digitalizado para que pudesse ser posteriormente analisado pelo programa computacional *WordSmith Tools*. Para facilitar a manipulação dos dados pelo *software*, todos os textos tiveram que ser convertidos para o formato “texto simples”, com a extensão “txt”. Nessa conversão, as fórmulas, as tabelas, as figuras e os gráficos não puderam ser aproveitados. As legendas, no entanto, foram aproveitadas e constam no *corpus*.

Para comparar os dois *corpora*, foram selecionadas 60 palavras, todas constantes da primeira sublista da AWL:

analyse, approach, area, assess, assume, authority, available, benefit, concept, consist, constitute, context, contract, create, data, define, derive, distribute, economy, environment, establish, estimate, evident, export, factor, finance, formula, function, identify, income, indicate, individual, interpret, involve, issue, labour, legal, legislate, major, method, occur, percent, period,

policy, principle, proceed, process, require, research, respond, role, section, sector, significant, similar, source, specific, structure, theory e vary.

Cabe ressaltar que as frequências das palavras contidas na AWL se referem às formas lematizadas. Para que fosse possível comparar os resultados obtidos por meio do *WordSmith Tools*, tivemos que lematizar as listas de palavras extraídas por meio desse *software*. Assim, todas as ocorrências das diferentes formas de um verbo, foram contabilizadas na frequência do lema, nesse caso, do infinitivo do verbo. Por exemplo, *involves, involved e involving* foram incluídos em *involve*. O mesmo procedimento foi adotado pelas demais partes variáveis, como os substantivos: as ocorrências de *method* e de *methods*, singular e plural, foram incluídas no lema *method*. Cabe explicitar que sob o lema *analyse* também foram agrupadas as formas derivadas de *analyze*, a variante ortográfica mais comum nos Estados Unidos.

Da mesma forma que Cantos Gómez (2002), tentamos ilustrar como os métodos quantitativos podem contribuir na pesquisa e análise linguística. Em nosso estudo, as ocorrências das palavras nos dois *corpora* de estudo foram analisadas pelo teste *log-likelihood*, também conhecido como razão de log-verossimilhança (ou G^2). Esse teste permite verificar se os valores de frequência observados numa determinada amostra correspondem ao valor teoricamente esperado em outra amostra, partindo do princípio de que as frequências deveriam ser as mesmas. O teste *log-likelihood* pode ser usado para comparar, por exemplo, as ocorrências de determinados itens lexicais pertencentes a *corpora* de dimensões distintas. Em função dos procedimentos estatísticos adotados pelo teste, os resultados obtidos são facilmente comparáveis.

Nos próximos parágrafos, mostraremos de maneira concisa os dados e as equações necessárias para o cálculo do G^2 . Antes de proce-

der ao cálculo, é necessário construir uma tabela de contingência para cada palavra, tabela que é usada para registrar os dados iniciais:

Tabela 1. Tabela de contingência para o cálculo *log-likelihood*

	<i>Corpus de análise (corpus 1)</i>	<i>Corpus de referência (corpus 2)</i>	Total
Frequência de uma mesma palavra	a	b	a + b
Frequência das demais palavras	c-a	d-b	c + d-a-b
Total	c	d	c + d

Na Tabela 1, “a” é o número de vezes que uma palavra ocorre no *corpus* de análise, o *corpus* brasileiro (*corpus 1*) e “b” e o número de vezes que a mesma palavra ocorre no *corpus* de referência, o *corpus* com material escrito por nativos (*corpus 2*); “c” representa o número total de palavras (*tokens*) do *corpus 1* e “d” o número total de palavras do *corpus 2*. Na terceira coluna são calculados vários totais:

a + b = soma das frequências da palavra no *corpus 1* e no *corpus 2*

(c-a) + (d-b) = c + d-a-b = soma dos demais *tokens* do *corpus 1* e do *corpus 2*

c + d = soma do número de *tokens* do *corpus 1* + *corpus 2*.

Para o cálculo do G², é necessário obter antes os valores esperados para as frequências da palavra no *corpus 1* e no *corpus 2*, chamados respectivamente “E1” e “E2”. Para o cálculo de “E1” é usada a equação (1) e para o cálculo de “E2” é usada a equação (2):

$$E1 = c*(a + b)/(c + d) \quad (1)$$

$$E2 = d*(a + b)/(c + d) \quad (2)$$

Uma vez obtidos os valores de “E1” e “E2” pelas duas equações, é possível calcular o valor de G^2 por meio da equação (3) que usa o logaritmo natural (ln):

$$G^2 = 2*((a*\ln(a/E1)) + (b*\ln(b/E2))) \quad (3)$$

Quanto maior a discrepância, maior o valor *log-likelihood*. Em nosso caso, maior a diferença entre a frequência da terminologia acadêmica nos textos escritos por brasileiros quando comparados aos textos escritos por nativos da língua inglesa, maior será o valor (positivo ou negativo) obtido pelo teste. Consequentemente, para interpretar corretamente esse teste, é necessário estabelecer valores acima ou abaixo dos quais os resultados obtidos podem ser relevantes. Escolhemos considerar como relevantes valores iguais ou superiores a |3,84|, para um nível de significância de $p \leq 0,05$.

3. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Em nosso trabalho utilizamos todas as 60 palavras extraídas da primeira sublista de Coxhead (2000). Cabe destacar que dentre essas palavras encontram-se verbos, substantivos, adjetivos e advérbios. Concordamos com Barros (2006) no sentido de que os termos devem ser analisados em seu ambiente natural, ou seja, os textos, e de que estes consistem em um conjunto dinâmico de elementos linguísticos, pragmáticos, discursivos e comunicativos.

Uma vez que a lista de Coxhead (2000) falha em descrever a categoria gramatical da terminologia acadêmica, não é possível afirmar,

por exemplo, se *estimate* ocorre mais frequentemente como substantivo ou como verbo, nos textos acadêmicos de forma geral. A observação das linhas de concordâncias do *corpus* brasileiro revela que as duas possibilidades ocorrem. Como substantivo (*estimativa*): *estimates of TC and FC were based on the MPN table, as described by Garthright*; e como verbo (*estimar*): *this method can be both useful and appropriate to estimate intraspecific diversity*. Vale ressaltar que a ocorrência do verbo, nesse caso, é bastante superior à ocorrência de substantivo.

A fim de agilizar os cálculos estatísticos relativos ao do teste *log-likelihood*, é possível utilizar uma planilha do aplicativo MS Excel previamente configurada, desenvolvida no *University Centre for Computer Corpus Research on Language*, ligado à Universidade de Lancaster, disponível gratuitamente para *download* no seguinte endereço eletrônico: <<http://ucrel.lancs.ac.uk/llwizard.html>>. Utilizamos essa planilha para comparar nossos *corpora* e os resultados parciais são mostrados na Tabela 2:

Tabela 2. Planilha para o cálculo *log-likelihood*

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Log Likelihood Calculator								
2	http://ucrel.lancs.ac.uk/llwizard.html								
3									
4	Step 1. Insert the actual frequencies in columns B and C alongside Word1 to Word6								
5	Step 2. Insert the corpus sizes in column B and C row TOTAL								
6	Step 3. Read off the resulting LL values in column F								
7									
8		observed frequencies		expected frequencies					
9		corpus1	corpus2	corpus1	corpus2	log likelihood			
10	Word1	1281	119	629.61	770.39	1375.26			
11	Word2	163	335	223.96	274.04	31.00			
12	Word3	838	963	809.94	991.06	1.76			
13	Word4	245	123	165.50	202.50	69.58			
14	Word5	66	196	117.83	144.17	43.88			
15	Word6	21	91	50.37	61.63	34.18			
16	TOTAL	1657217	2027791						
17									
18	N.B. Don't edit columns D, E and F. They implement the formulae for Expected frequencies and LL itself.								

A planilha suporta a pesquisa de no mínimo 1 palavra e de no máximo 6 palavras. Nas colunas B e C, devem ser inseridas as frequências observadas, ou seja, as ocorrências reais tanto do *corpus* 1 quanto do *corpus* 2. As colunas D e E serão automaticamente preenchidas após a inclusão dos dados da linha 16, referentes ao tamanho total dos *corpora*.

Os valores esperados das frequências (*expected frequencies*) são aqueles que deveriam ser registrados caso as ocorrências fossem proporcionalmente iguais. Na coluna F, são reportados os valores obtidos por meio do cálculo *log-likelihood*.

Atribuímos valores negativos aos valores da coluna F sempre que a frequência da palavra indicada na coluna B apresentava-se maior que na coluna C. Em nosso trabalho, valores negativos indicam menor utilização da palavra no *corpus* de artigos escritos em língua inglesa por brasileiros, ao passo que valores positivos representam uma utilização acima do normal.

Os valores obtidos pelo cálculo *log-likelihood* que se encontram no intervalo compreendido entre 0 e $\pm 3,84$ não apresentam diferenças de uso significativas. A terminologia, nesse caso, está sendo utilizada de acordo com os parâmetros adequados comumente encontrados em textos acadêmicos originalmente escritos em língua inglesa. Das sessenta palavras escolhidas, dez apresentam valores de uso normais, como podemos ver na Tabela 3:

Tabela 3. As 10 palavras acadêmicas com frequência normal no *corpus* brasileiro

finance	0,27	area	1,76
labour	0,42	income	2,02
interpret	0,57	evident	2,25
context	0,79	economy	2,52
formula	1,04	period	2,78

Palavras como *finance* e *labour* tiveram um uso muito parecido nos dois *corpora* como podemos ver pelos valores muito baixos obtidos.

Na sequência, na Tabela 4, listamos agora as trinta e seis palavras acadêmicas que obtiveram valores negativos:

Tabela 4. As 36 palavras acadêmicas com frequência insatisfatória no *corpus* brasileiro

research	-487,18	concept	-53,29
policy	-442,45	assume	-43,88
theory	-362,72	respond	-41,6
function	-342,7	legal	-40,77
occur	-279,45	benefit	-35,97
principle	-267,12	authority	-34,18
individual	-242,05	available	-31,12
contract	-187,46	approach	-31
structure	-183,56	establish	-29,95
percent	-177,84	process	-24,56
section	-168,49	export	-17,55
create	-154,25	specific	-12,42
issue	-146,51	vary	-10,51
require	-129,35	role	-9,42
proceed	-80,98	factor	-7,25
involve	-74,58	legislate	-5,97
assess	-69,58	derive	-5,96
major	-56,05	environment	-5,38

Com efeito, a observação da Tabela 4 permite constatar que *research* foi a palavra acadêmica que se destacou negativamente. O *corpus* de Microbiologia (*corpus* 2), ao servir de referência de comparação, revela que houve uma grande disparidade em relação ao emprego de *research*. Um número negativo tão expressivo (-487,18)

revela que a palavra acadêmica em questão não faz parte do leque vocabular brasileiro. Grande parte dessas palavras possui origem latina e não deveria deixar de ser inserida nos artigos.

Na Tabela 5, apresentamos agora as 14 palavras que tiveram um uso excessivo:

Tabela 5. As 14 palavras acadêmicas com frequência excessiva no *corpus* brasileiro

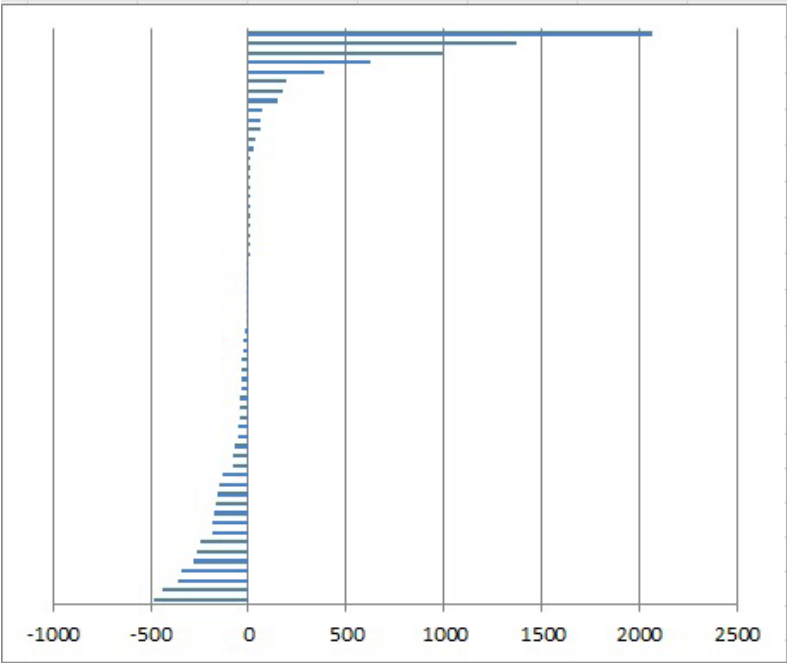
distribute	10,12	identify	172,12
constitute	24,24	source	197,78
estimate	36,66	indicate	383,18
consist	61,12	significant	627,99
define	65,61	data	993,27
assess	69,58	analyse	1375,26
similar	151,14	method	2069,25

Chama a atenção o uso acentuado de *method* (2069,25). Aqui, além de ser utilizada exageradamente, a palavra sugere que pode haver problemas de estilo nos textos. É provável que haja muita repetição de *method* por desconhecimento de outros itens lexicais equivalentes – *way, technique, manner, approach, means, procedure*, etc. A palavra *approach*, por exemplo, foi subutilizada, como visto na Tabela 4.

Da mesma forma, o adjetivo *significant*, um cognato, é empregado demasiadamente porque opções como *meaningful, crucial, vital* e até mesmo *important* podem ser desconhecidas. Até certo ponto, os artigos escritos por brasileiros acabam se construindo por palavras não comumente tão usadas no domínio da Microbiologia. Revestem-se, por assim dizer, de uma aparência distinta dos artigos escritos em língua inglesa no exterior.

O gráfico a seguir apresenta de maneira sintética os resultados obtidos por meio do teste G^2 :

Figura 1. Resultados (G^2) obtidos pelas 60 palavras da primeira sublista



No lado esquerdo do gráfico, são colocadas as palavras que foram utilizadas em proporção inferior àquela que deveriam, e no lado direito as palavras que foram demasiadamente utilizadas. O gráfico mostra com certa clareza que algumas palavras, como apontamos em nossa análise, tiveram uma superutilização por parte dos autores de textos científicos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação dos textos escritos por brasileiros com os textos escritos por nativos mostrou diferenças substanciais no uso da terminologia acadêmica, mais precisamente das palavras da *AWL* constantes na primeira sublista de Coxhead (2000). Eliminar ou reduzir ao mínimo essas diferenças permitiria que os textos científicos produzidos por brasileiros ganhassem uma aceitação melhor perante a comunidade científica internacional. Além do mérito científico, as revistas internacionais publicadas em língua inglesa avaliam também a forma do texto. Faz-se, portanto, necessário um estudo sistemático dessa terminologia para que possa ser avaliada de maneira eficaz, e consequentemente, melhorada a produção de textos científicos por brasileiros.

No que diz respeito às principais diferenças observadas na produção textual brasileira, das 60 palavras analisadas, 23% apresentaram uso excessivo, 17% foram empregadas normalmente e 60% deixaram de ser utilizadas com a frequência esperada em um texto da área de Microbiologia. É justamente nesse quesito que a diferença entre o texto do nativo e do brasileiro mostra-se mais pronunciada.

Um caminho indicado por nosso trabalho é de utilizar como recurso para o aprendizado dessa terminologia a *AWL*, que fornece uma referência linguística pedagógica valiosa para que outros estudos se aprofundem no caráter dos textos acadêmicos. Os resultados por ora apresentados podem servir para que professores de língua inglesa possam direcionar estratégias de ensino específicas. Da mesma forma, pesquisadores das mais variadas áreas podem avaliar a problemática discutida aqui e repensar sua atividade-fim, a redação acadêmica em língua inglesa.

Essa pesquisa também indica possibilidades a outras investigações que tenham como ponto de partida a terminologia acadêmica presente nos discursos técnico-científicos, como o estudo das estruturas léxico-gramaticais comuns e funcionais. Desse modo, os redatores de artigos científicos serão capazes de produzir textos em língua inglesa com mais propriedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Aparecida. Terminologia aplicada: percursos interdisciplinares. *Polifonia*, Cuiabá, n. 17, p. 29–44, 2009.

BARROS, Lídia Almeida. Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da terminologia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 22–26, abr./jun. 2006.

BERBER SARDINHA, Tony. *Linguística de corpus*. Barueri: Manole, 2004.

BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; REPPEN, Randi. *Corpus linguistics: investigating language structure and use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CABRÉ, Maria Teresa. Constituir um corpus de especialidad: condiciones y posibilidades. In: BALLARD, Michel; PINEIRA-TRESMONTANT, Carmen (ed.). *Les corpus en linguistique et en traductologie*. Arras: Artois Presses Université, 2007. p. 89–106. Disponível em: <https://www.upf.edu/pdi/dtf/teresa.cabre/docums/ca07arra.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2012.

CANTOS GÓMEZ, Pascual. Do we need statistics when we have linguistics? *DELTA*, v. 18, n. 2, p. 233–271, 2002.

COXHEAD, Averil. A new academic word list. *TESOL Quarterly*, v. 34, n. 2, p. 213–238, 2000.

MULLER, Charles. *Principes et méthodes de statistique lexicale*. Paris: Hachette, 1977.

NATION, Paul. *Como estruturar o aprendizado de vocabulário*. Tradução de Cristiane Arruda. São Paulo: Special Book Services, 2003.

OAKES, Michael P. *Statistics for corpus linguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1998.

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. *Manual de terminologia*. Tradução de Enilde Faulstich. Québec: Travaux Publics et Services gouvernementaux, 2002.

SINCLAIR, John. *Corpus and text: basic principles*. In: WYNNE, Martin (ed.). *Developing linguistic corpora: a guide to good practice*. Oxford, 2004. Disponível em: <http://ota.ox.ac.uk/documents/creating/dlc/chapter1.htm>. Acesso em: 7 fev. 2012.

DIFERENÇAS ENTRE “TERMO PROFUNDO” E “TERMO DE SUPERFÍCIE” E MECANISMOS DA VARIAÇÃO NAS LINGUAGENS DE ESPECIALIDADE

*Enilde Faulstich**

INTRODUÇÃO

Neste estudo, pretendemos demonstrar que uma das formas de interpretar a variação lexical nas terminologias científicas e técnicas,¹ primordialmente em termos complexos, depende de como um *termo profundo* passa a *termo de superfície*, no discurso em que aparece, uma vez que um termo pertence a uma determinada área do conhecimento. Para isso, discutiremos que a principal variável que atua no escopo do termo complexo – aqui denominado unidade

* Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Letras (IL), Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP), enilde@unb.br.

¹ As pesquisas sobre variação em terminologia fazem parte de nossos estudos desde 1995, quando escrevemos e publicamos *Base metodológica para pesquisa em socioterminologia*, e, 1996, ocasião em que apresentamos a conferência “Variantes terminológicas: princípios linguísticos de análise e método de recolha”, no evento “Réflexion méthodologiques sur le travail en terminologie et en terminotique dans les langues latines”, no Laboratoire d’Ingénierie Linguistique et de Linguistique Appliquée da Université de Nice – Sophia Antipolis, França, no âmbito da Rede Panlatina de Terminologia (Realiter). Desde então esses estudos prosseguem em diversas conferências e publicações.

terminológica complexa (UTC) – é a redundância, alvo da elisão, da zeugma ou da categoria vazia. Uma UTC é uma construção lexical que se dá num contínuo conceitual que vai do +geral ao +específico. No lugar de um formativo +geral, está alocada uma base lexical de caráter genérico que opera um significado abrangente e da língua comum, ou mais próximo desta. A base sustenta um predicado, organizado por argumentos que atribuem a essa base o caráter particularizante de ‘especialidade’ e forma a unidade terminológica complexa.² Em continuidade, apresentaremos os conceitos de *termo profundo* e de *termo de superfície*, diferenciando um de outro, e, mais adiante, discutiremos se essa diferença atua na estrutura do termo como um mecanismo de variação. As bases para essas reflexões estão nos resultados de análise de termos que obtivemos nos estudos anteriores (cf. Faulstich, 1995; 1996 e estudos posteriores). Antes de detalhar os mecanismos da variação, faremos breves reflexões sobre a condição de um termo pertencer ou não a alguma área do conhecimento especializado.

Assim, de modo abrangente, consideramos que o conceito de pertencer está diretamente relacionado ao de *pertencimento*, e este, por sua vez, está ligado ao de nacionalismo. Em breves palavras, isso quer dizer que quem não tinha lugar de “pertencimento” deveria criar um. E as nações, com suas línguas, revelaram que esse novo local de poder era um lugar de pertencimento.

Por analogia, entendemos que o conceito de pertencimento de um termo a uma área do conhecimento está sob a condição de o termo expressar na forma e no conteúdo o significado que detém para pertencer àquela área específica. Esse discurso de especialidade, que inclui o contexto e o cotexto, é o lugar de posse do termo. É o lugar de pertencimento.

² Ver Faulstich (2003, p. 14).

Na textualidade, um termo quanto mais cresce à direita mais vulnerável se torna para sofrer derivações e, por consequência, para apresentar anáfora.

Assim, numa UTC da área da engenharia elétrica – **(1) alimentação de energia elétrica da carga elétrica por um transformador independente** – a variável que provoca a derivação expressiva é a *redundância*.

1. A REDUNDÂNCIA COMO VARIÁVEL

A expressão redundante repete um conceito já emitido, por meio de palavras diferentes, o que nos dá a impressão de estar diante de nova informação, acrescentada à direita de um formativo³ do termo. Porém, a redundância, quando permanece na estrutura, ao invés de precisar o conceito e a definição de um termo, pode torná-lo obscuro pela demasia de informação.

O processo recorrente é, no caso, a anáfora, que repete a referência já existente em algum lugar do termo e retoma “um tópico discursivo, trazendo de novo à consciência os participantes do discurso mencionados anteriormente, ou presentes no contexto”, conforme Castilho (2010, p. 126). E, como sobram informações na estrutura linear do termo complexo, a língua se reestrutura e provoca o surgimento de termo(s) paralelo(s) com a mesma função semântica, resultante de variáveis, que atuam dentro de determinada classe de termos. Isso resulta do apagamento da informação repetida, por meio de diversos recursos, como veremos a seguir.

³ Consideramos formativo qualquer elemento que faça parte do termo, seja gramatical (por exemplo preposição, artigo), seja lexical (uma classe plena), desde que entre na formação das unidades terminológicas (cf. Faulstich, 2003, p. 11-31).

1.1. A elisão

Um dos recursos de apagamento é a elisão que, quando atua num adjunto, possibilita que, por elipse, o entendimento do termo se mantenha. A elipse tem papel modificador de regras estruturais na linearidade sintagmática do termo de superfície, porque elimina a redundância, mas mantém a unidade terminológica complexa (UTC) lexicalizada, como em:

(2) alimentação (0)(0)(0) da carga elétrica por um transformador independente.

Na comparação com o dado (1), percebemos que em (2) a elipse da expressão **de energia elétrica**, marcada por três vazios, está sustentada pelo conceito subsequente, presente no contexto, contido no argumento **da carga elétrica**, e em

(3) alimentação (0)(0)(0) da carga (0) por um transformador independente, os apagamentos por elipse geram o termo de superfície seguinte:

(4) alimentação da carga por um transformador independente, em que o conceito se mantém na composição sintagmática do termo. Assim, estruturas do termo profundo são desativadas em favor da acomodação lexical de um termo de superfície e criam um termo variante, no mesmo escopo.

1.2. A zeugma

A zeugma, uma forma de elipse, provoca o apagamento da expressão lexical e deixa uma estrutura vazia porque o termo ausente já se encontra presente na estrutura anterior. Cunha e Cintra (1985, p. 606) incluem a zeugma na subclasse de elipse e declaram que “[zeug-

ma] termo que, participante de dois ou mais enunciados, aparece expresso apenas em um deles, ou pode estar subjacente e, por isso, subentendido”. Então, no par

(5) (a) alimentação de energia elétrica da carga [elétrica] por um transformador independente

(b) alimentação de energia elétrica da carga (0) por um transformador independente

há um vazio, na posição de um argumento,⁴ que é omitido na superfície e recuperado pela zeugma, uma vez que o subentendido, por ser transparente, é recuperado no contexto especializado.

1.3. A categoria vazia

A noção de categoria vazia está diretamente ligada à do im-perceptível linguístico, razão pela qual, em muitos estudos do passado, essa categoria era interpretada como subentendido ou ausência a suprir. A concepção tem sido motivo de investigação, no sentido de saber até que ponto esse vazio é uma lacuna – a intuição de uma ausência, ou uma propriedade intrínseca da estrutura sintática. Para Zribi-Hertz (1985), no artigo *Trou structural, catégorie vide, ellipse structurale, pronom nul: quatre concepts à préciser*, o conceito de categoria vazia se articula com o de elipse: “une catégorie vide correspondant, par définition a une ‘trou’ (anglais: *gap*) au sein d’une configuration,

⁴ Estou seguindo Moura Neves (2000) quando diz que “o **nome** [...] pode constituir o núcleo de um **predicado**, selecionando **argumentos**. É o que ocorre com os **nomes valenciais**, que definem, do mesmo modo que o **verbo**, **estrutura argumental** e **regência**” (p. 90). Mais adiante, a autora complementa: “Para a realização da **estrutura argumental** dos **nomes** é sempre necessária a presença de uma **preposição**. Isso significa que todo **complemento de nome** (**complemento nominal**) é preposicionado, mas, quando a preposição é **de**, há outras formas correspondentes de expressão, como, por exemplo, o **possessivo** ou o **adjetivo**” (p. 96).

et une ellipse, à un ‘manque’ (grec: *elleipsis*), il semble bien s’agir de notions du même ordre” (p. 56). Por ser um fenômeno de natureza sintática, a categoria vazia estabelece propriamente uma relação entre a linguagem e o vazio, também chamada de “anáfora-zero no lugar argumental”, como refere Castilho (2000, p. 666), quando diz que o português, ao ser cotejado com o francês e com o inglês, é uma língua que dispensa o preenchimento de argumento, enquanto as outras não.

Com base nos seguintes dados

(6) (a) bens de consumo duráveis

(b) bens de consumo (0)⁵

e

(c) bens (0)(0) duráveis,

postulamos que o vazio nas UTCs (6b) e (6c) marca a falta de uma categoria no nível da sintaxe, no caso, a categoria de adjunto; mas é em (6c) que, no nível da sintaxe e da semântica, o vazio da referência [de + consumo] é categoria vazia, porque o significado está ancorado em ‘bens’⁶. Para ampliar a ilustração, acrescentamos que a oposição entre ‘durável – não-durável’, por exemplo, não garante relação de condição dessas expressões a ‘consumo’. No entanto, a relação de condição estabelecida por ‘bens’ a ‘duráveis’ guarda o conceito ‘de consumo’. Assim sendo, o postulado da categoria vazia fica reconhecido

⁵ No Houaiss (2001): “**bens de consumo** Rubrica: economia. Os que atendem diretamente à demanda a médio ou longo prazo (p.ex., um automóvel, um eletrodoméstico); **b. duráveis** Rubrica: economia. Os que permanecem úteis por muito tempo, abrangendo, portanto, os bens de consumo e os de capital”.

⁶ Em *Glossário de termos neológicos da economia* (Alves, 1998, p. 43): “**bens de consumo duráveis**, Var. **bens duráveis**. Bens de consumo cujo tempo de vida útil é relativamente longo; **bens de consumo**. Bens que satisfazem diretamente as necessidades do consumidor.”

se considerarmos que em (6c) há lacuna sintática e que essa lacuna é entendida como uma estrutura em que de dois elementos relacionados um é categoria vazia que entra em relação de condição, porque na mesma posição estrutural, por definição um exclui o outro⁷, como em ‘bens (00 = adjunto) duráveis (adjunto)’. Podemos observar, ainda, que o item lexical ‘bem’, no singular, pode evocar ou não argumentos, mas ‘bens’, no plural, normalmente pede argumento. Quando no plural e seguido de adjetivo, ‘bens’ faz concordância obrigatória, pois o adjetivo é um argumento primordial na conceituação da base e na inserção do termo em uma área do conhecimento.⁸

Até aqui, expusemos as ideias básicas, que preparam o caminho para compreendermos a relação entre termos e mecanismos de variação terminológica lexical. Em continuidade, vamos demonstrar alguns princípios dessa variação.

2. TERMO PROFUNDO E TERMO DE SUPERFÍCIE

Atribuímos ao dado (7) o papel de *termo profundo* e aos dados (8), (9), (10) e (11) o de *termos de superfície*. A interpretação da variação entre esses termos se dá por derivação lexicática de termos, como a seguir:

(7) alimentação de energia elétrica da carga elétrica por um transformador independente – termo profundo;

(8) alimentação (0)(0)(0) da carga elétrica por um transformador independente – termo de superfície;

⁷ Cf. Faulstich (2010, p. 455).

⁸ No *Novo dicionário Aurélio* (Ferreira, 2004), eletrônico, há entrada específica para *bens*, marcado como substantivo masculino plural, em que todas as expressões listadas com essa base aparecem seguidas de argumento e estão marcadas por *Jur.* (Jurídico).

(9) alimentação (0)(0)(0) da carga (0) por um transformador independente – termo de superfície;

(10) alimentação (0)(0) elétrica (0)(0) elétrica por um transformador independente – termo de superfície (não-realizável no discurso);

(11) alimentação (0)(0)(0) (0)(0) elétrica por um transformador independente – termo de superfície.

Em decorrência da derivação, as novas predicções na superfície, no nível discursivo, advêm dos apagamentos suficientes na proposição terminológica inicial, como resultado da desnecessidade de realização fonética das expressões que, por isso, foram apagadas. Porém, como a realização conceitual deve permanecer, as operações cotextuais só cessam quando o termo elipsado possibilita que, na superfície, o conceito da origem, do termo profundo, esteja mantido.

A interpretação possível para (7) é: ou a ‘alimentação da carga elétrica’ é feita por um ‘transformador independente’ – o que nos dá a impressão de ser ‘alimentação contínua’ e, daí, resultar o termo de superfície *alimentação da carga elétrica por um transformador independente*, ou a ‘carga elétrica’ existirá se for alimentada por um ‘transformador independente’, daí o surgimento de um *não termo* de superfície *carga elétrica de alimentação por um transformador independente*, em que não há permanência de ‘alimentação’ já que esta se dá eventualmente, quando o ‘transformador independente’ fornecer alimentação.

O que demonstramos com este modelo funcional é que a equivalência entre a estrutura de um termo de superfície e a estrutura de um termo profundo depende de como um termo de superfície se rearranja no uso real, mediante a interpretação que o falante faz dos itens lexicais e gramaticais ocultos.

2.1. Termo profundo

Neste estudo, denominamos termo profundo⁹ os termos complexos inteiros, isto é, os termos com redundância antes de sofrerem apagamento estrutural. Também, é termo profundo um termo inteiro sem expressão redundante, mesmo sem possibilidade de passar por apagamentos de formativos. Observamos, ainda, que um termo profundo pode ser expresso de maneira explícita, na forma de termo de superfície, sem que a estrutura passe por rearranjo real da fonética no léxico. Nesse caso, os termos de superfície e profundo são os mesmos, como ‘operadora de telefonia fixa’, da área de telecomunicações.

Um *termo profundo* é, portanto, a representação de um termo complexo, ou unidade terminológica complexa, UTC, que mantém todas as entidades léxicas por solidariedade gramatical e referencial. A solidariedade entre os itens lexicais, no entanto, pode ser modificada por regras morfossintáticas e por mecanismos recursivos para derivar um termo da mesma natureza semântica, a que denominamos de termo de superfície. Na ordem linear de um termo profundo, os apagamentos físicos não podem modificar o conceito, pois, na teoria da variação que desenvolvemos (Faulstich, 1998/1999, p. 12), a Terminologia se assenta num constructo de que, sendo os termos fato de língua, acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática. Se, no termo profundo de uma UTC, a variação produzir mudança de conceito, nesse caso, o termo será ‘novo’ e não um termo ‘variante’, portanto a variação pode indicar uma mudança em curso.

⁹ Designação e conceito de minha autoria.

2.2. Termo de superfície

Aos termos que sofrem variação atribuímos a denominação de *termo de superfície*. Então, um *termo de superfície* é a representação linear de um termo composto, ou UTC, tal como efetivamente se apresenta no discurso, após as derivações. As regras morfossintáticas, que atuam na linearidade sintagmática do termo profundo, apagam estruturas que não afetam o conceito. Se os apagamentos modificarem o conceito, o termo é novo, porque passa a ter autonomia referencial no discurso em que aparece. Na interpretação dos apagamentos, o zero (0) simboliza uma ‘casa vazia’.

Um termo de superfície – um termo variante é, na essência, uma construção figurada porque passou por operações de reordenamento pela elipse, pela zeugma ou pela categoria vazia, como veremos a seguir.

3. A VARIAÇÃO LEXICAL NA LINEARIDADE DE UMA UTC E OS PROCESSOS DE VARIAÇÃO

3.1. Casa vazia é igual ao zero

Já foi dito, no decorrer deste estudo, que uma casa vazia é igual ao zero, na extensão de uma UTC, em vista dos apagamentos por que passam as expressões redundantes.

A discussão agora é: na linearidade de uma UTC, uma casa vazia é **elipse** ou **categoria vazia**? Para tentar elucidar as dúvidas, procuramos responder por meio de três postulados:

- i) para discutir a atuação da elipse, apresentamos o postulado I, relativamente à UTC da engenharia elétrica;
- ii) para discutir a categoria vazia, apresentamos o postulado II, com análise de UTC da área de geometria;
- iii) para discutir categoria vazia + elipse, apresentamos o postulado III, e retomamos a análise da UTC da área de geometria.

3.2. Os postulados

Postulado I: **para haver *elipse*:**

- a) o vazio deve ser reconhecido como uma *falta* lexical, ou anáfora-zero;
- b) o vazio por zeugma deve elipsar alguma expressão, mas a expressão que sofreu elipse precisa ter deixado num lugar anterior um formativo-espelho.

Vejamos os dados:

- 1) UTC não elipsada: “alimentação de energia elétrica da carga elétrica por um transformador independente” – termo profundo; termo complexo inteiro; termo complexo sem apagamento;
- 2) UTC com elipse: “alimentação da carga de elétrica por um transformador independente” e “alimentação elétrica por um transformador independente” – termos de superfície; termos com estruturas apagadas;
- 3) UTC com zeugma: ‘alimentação de energia elétrica da carga por um transformador independente’ – termo de su-

perfície; termo com estrutura apagada, mas recuperável no formativo-espelho que se encontra na UTC.

Postulado II: **para haver categoria vazia:**

- a) o vazio deve ser reconhecido como uma *lacuna* sintática;
- b) a lacuna sintática deve resultar da supressão de uma estrutura em que de dois elementos relacionados um entra em relação de condição, na mesma posição estrutural, em que um exclui o outro.

Como nos dados:

- 1) UTC com categoria preenchida: ‘programa fractal com efeito de zoom’ – termo profundo; termo completo inteiro; termo complexo sem apagamento;
- 2) UTC com categoria vazia: ‘programa com efeito de zoom’ – termo de superfície; termo com estrutura apagada.

Postulado III: **para haver categoria vazia + *ellipse*:** o vazio deve ser reconhecido como uma lacuna sintática e, no mesmo termo, outro vazio deve ser reconhecido como falta lexical, própria de *ellipse*.

Nos dados seguintes, algumas casas vazias correspondem à categoria vazia, e outras resultam de *ellipse*:

- 1) UTC com categoria preenchida + *ellipse*: ‘programa fractal com efeito zoom’ – termo de superfície;
- 2) UTC com categoria preenchida + *ellipses*: ‘programa fractal’ – termo de superfície;

3) UTC com categoria vazia + elipse: ‘programa com efeito zoom’; ‘programa com zoom’; ‘programa de zoom’; ‘programa zoom’ – termos de superfície.

Em síntese, os postulados I, II e III demonstram como se dá a variação lexical na linearidade de uma unidade terminológica complexa (UTC). A estruturação de uma UTC motiva os rearranjos por que passa a interpretação semântica do termo, em vista da intencionalidade da expressão oral. Por isso, um termo profundo pode servir de ponto de partida para a derivação de diversos termos de superfície, que nem por isso deixam de conservar a compreensão do significado referencial numa forma mais reduzida. O que observamos nos dados analisados é que, se os vazios na UTC (na superfície) não geram incompatibilidades com a ideia da base (no profundo) da estrutura lexicalizada, é porque a variação como mecanismo de língua também é um mecanismo atuante em linguagens de especialidade. O resultado são variantes lexicais que surgem na língua, desempenham papel na semântica das terminologias científicas e técnicas e fomentam as relações lexicais de sinonímia terminológica.

Outro aspecto relevante a ser observado é que os apagamentos de algumas expressões na UTC não possibilitam comutações entre a expressão que se apaga e outra que seja de interesse ali inserir, justamente porque o apagamento se dá por anáfora, na forma física do termo (fonética), e não na forma conceitual (semântica), que é abstrata e interpretativa.

Halle e Mohanan (1983, *apud* Hernandorena, 2001, p. 68) consideram que, quando “as regras se aplicam somente a palavras”, a atuação se dá “no componente lexical”, mas, quando “as regras se aplicam tanto a palavras como a sequências maiores”, a atuação de regras se dá no “componente pós-lexical”. Em Terminologia, as sequências maiores

recebem diversos nomes e são, também, termos-fraseologias. Como as UTCs se aproximam das fraseologias, apresentam dimensão sintática e passam, por isso, pelos rigores de regras que vão além do lexical. As regras, comandadas pela estrutura gramatical do termo/frase, são pós-lexicais, porque a extensibilidade do termo oferece essa condição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No conjunto, o estudo mostrou i) que a elipse, porque pertence à gramática do discurso, alterna livremente com outra entidade subentendida na extensão de uma UTC, já que é recuperável no léxico e ii) que a categoria vazia, que pertence à gramática da frase, é condicionada e, por isso, não alterna livremente, já que, por definição, exclui uma entidade similar na mesma posição estrutural.

A análise dos dados, apresentada num artigo anterior (Faulstich, 2010), serviu de ponto de partida para essa nova investigação acerca da variação em terminologia, que está em curso e que nos possibilita expor resultados parciais aqui. Em breves palavras, concluímos que a variação lexical resulta de um o vazio (0) por elipse ou zeugma ou por categoria vazia. Postulamos, com base nas reflexões, que esse é o ponto de partida para o surgimento da *variante terminológica lexical*¹⁰, porque *o termo sofre apagamento, mas o conceito desse termo não se altera e gera dicionário* com registro obrigatório de variantes lexicais. Vale lembrar que o termo profundo, ponto de partida das derivações, não tem entrada no dicionário porque tem o papel de formular o conceito que serve de motivação para que o termo receba definição. Entre o termo profundo e o termo de superfície, há a experiência linguística do falante, que ‘corta o que sobra’ ou que parece sobrar.

¹⁰ Ver Faulstich (1995).

Assim sendo, para incluir nova(s) palavra(s)-entrada(s) num dicionário, o terminógrafo precisa saber controlar todas as possibilidades de entrada, por remissão. Para isso apresentamos algumas propostas ilustrativas. Nas ilustrações que seguem, as abreviações n.f. ou n.m. correspondem à categoria e ao gênero; [def.] significa ‘definição’ e V. indica ‘veja’. Como não é nosso objetivo apresentar as definições neste trabalho, o campo [def.] indicará somente o lugar em que a definição deverá ser registrada num trabalho efetivo. A definição aparecerá somente uma vez, na entrada ‘preferida’, uma vez que as outras entradas são variantes e deterão o mesmo significado. Nos modelos propostos, a ‘ilustração 1, 2, 3 etc.’ serve para mostrar que cada ‘ilustração’ corresponde à entrada de uma variante da UTC, remissiva, que deve ser alocada no dicionário ou glossário, seguindo a ordem alfabética. Para melhor visualizar o modelo, indicamos o lugar do registro de cada remissiva com ‘nova entrada’, que, imediatamente, aparece em negrito.

Variantes terminológicas lexicais e ilustrações de como um termo remissivo envia para outro ponto a fim de compor entradas de dicionário:

[Ilustração 1]:

alimentação da carga elétrica por um transformador independente, n. f. [def.] V. alimentação da carga por um transformador independente; alimentação elétrica por um transformador independente.

nova entrada: **alimentação da carga por um transformador independente**, n.f. V. alimentação da carga elétrica por um transformador independente; alimentação elétrica por um transformador independente.

nova entrada: **alimentação elétrica por um transformador independente**, n.f. V. alimentação da carga elétrica por um transformador independente; alimentação da carga por um transformador independente.

[Ilustração 2]:

programa fractal com efeito de zoom, n.f. [def.] V. programa com efeito de zoom; programa com efeito zoom; programa fractal; programa com zoom; programa de zoom; programa zoom.

nova entrada: **programa com efeito de zoom**, n.f. V. programa fractal com efeito de zoom; programa com efeito zoom; programa fractal; programa com zoom; programa de zoom; programa zoom.

nova entrada: **programa com efeito zoom**, n.f. V. programa fractal com efeito de zoom; programa com efeito de zoom; programa fractal; programa com zoom; programa de zoom; programa zoom.

nova entrada: **programa fractal**, n.f. V. programa fractal com efeito de zoom; programa com efeito de zoom; programa com efeito zoom; programa com zoom; programa de zoom; programa zoom.

nova entrada: **programa com zoom**, n.f. V. programa fractal com efeito de zoom; programa com efeito de zoom; programa com efeito zoom; programa fractal; programa de zoom; programa zoom.

nova entrada: **programa de zoom**, n.f. V. programa fractal com efeito de zoom; programa com efeito de zoom; programa com efeito zoom; programa fractal; programa com zoom; programa zoom.

nova entrada: **programa zoom**, n.f. V. programa fractal com efeito de zoom; programa com efeito de zoom; programa com efeito zoom; programa fractal; programa com zoom; programa de zoom.

Finalmente, observamos que a redundância é, de fato, um mecanismo de variação na gramática da Terminologia porque atua como uma das variáveis na formulação de formas variantes e, em assim sendo, atua na estrutura de uma UTC. Nessas circunstâncias, três fatos linguísticos, pelo menos, podem ser distinguidos acerca da redundância:

- a) se presente, permite que, na estrutura da UTC, haja muito “poder de conteúdo”;
- b) se presente, provoca derivações contextuais e cotextuais, e, por isso, gera novos termos – UTCs variantes – que entram no uso do discurso de especialidade e, consequentemente, nos dicionários e glossários de especialidade;
- c) se presente, permite que a forma da expressão varie e transponha o termo profundo para a categoria de termo de superfície.

A redundância é, por sua vez, uma invariante do conteúdo lexical.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ieda (coord.). *Glossário de termos neológicos da economia*. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 1998.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz Felipe. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DAMIANI, Fernanda. *Metáfora e formativos terminológicos: uma aplicação na linguagem de especialidade da engenharia elétrica*. 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculos, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- FAULSTICH, Enilde. *Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação*. Brasília: LIP/LEXTERM/UnB, 1995.

FAULSTICH, Enilde. Variantes terminológicas: princípios linguísticos de análise e método de recolha. In: FAULSTICH, Enilde. *Actes: réflexions méthodologiques sur le travail en terminologie et en terminotique dans les langues latines*. Nice: Université de Nice Sophia Antipolis; Realiter, 1996. p. 15–20.

FAULSTICH, Enilde. Principes formels et fonctionnels de la variation en terminologie. *Terminology*, Philadelphia, v. 5, n. 1, p. 93–106, 1998–1999.

FAULSTICH, Enilde. Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas. In: FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina Pereira de (org.). *Linguística aplicada à terminologia e à lexicografia*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 11–31.

FAULSTICH, Enilde. Na extensão de uma UTC: elipse ou categoria vazia? In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. 4. Campo Grande: Editora UFMS, 2010. p. 449–461.

FAULSTICH, Enilde. O lugar da variação linguística em terminologia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO LÉXICO, 1., 2011, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: UFBA, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004. Versão 5.0.

HERNANDORENA, Carmen Lúcia Matzenauer. Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, Leda (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 3. ed. rev. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 11–89.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mário de Salles. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LAINÉ, Claude. *Combinatory vocabulary of CAD-CAM in mechanical engineering*. Canada: Canadian Government Publishing, 1993.

MOURA NEVES, Maria Helena. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

PAVAM, Rosane. A invenção da pátria. *Carta Capital*, São Paulo, ano 14, n. 494, p. 54, 2008.

ZRIBI-HERTZ, Anne. Trou structural, catégorie vide, ellipse structurelle, pronom nul: quatre concepts à préciser. *Modèles linguistiques*, Lille, v. 7, n. 1, p. 57–71, 1985.

TERMINOLOGIA DE CONTRATOS DE TRABALHO: PERFIL LINGÜÍSTICO E PROCESSOS DE CRIAÇÃO TERMINOGÊNICA

*Lidia Almeida Barros**

*Juliane de Araújo Gonzaga***

INTRODUÇÃO

Um contrato de trabalho é um “acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego; é o ato jurídico que cria a relação de emprego, gerando, desde o momento de sua celebração, direitos e obrigações para ambas as partes” (Almeida, 2009). É estabelecido entre empregado e empregador.

No Brasil, a regulamentação de direitos e deveres trabalhistas teve seu período transformador na presidência de Getúlio Vargas, com o surgimento da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. O trabalhador brasileiro passou a ter direitos e benefícios como férias, décimo terceiro salário, fundo de garantia, aposentadoria, entre outros, instituídos por lei e exercidos por meio do contrato de trabalho (Fausto, 2008).

* UNESP-IBILCE, Departamento de Letras Modernas, São José do Rio Preto, lidiabarros07@gmail.com.

** Tradutora formada pela UNESP-IBILCE de São José do Rio Preto, juaraujogonzaga@hotmail.com.

Alguns autores defendem a ideia de que seria mais apropriada a substituição do termo *trabalho* pelo termo *emprego*, visto que o Direito do Trabalho não se ocupa da noção de *trabalhador* de modo geral, mas, sim, de um tipo especial dele, o empregado.

Os contratos de trabalho são documentos de importância fundamental para a sociedade brasileira e, sobretudo, para os trabalhadores, visto que neles se estabelecem as regras da colaboração entre patrões e empregados. Estudar a terminologia desse tipo de documento é, por conseguinte, de relevância para a boa comunicação entre as partes unidas pelos contratos, entre essas e suas associações sindicais e entre essas e os órgãos governamentais responsáveis pela legislação e fiscalização dos direitos de patrões e empregados.

Nesse sentido, procedemos a uma pesquisa sobre o conjunto terminológico pertinente a contratos de trabalho, objetivando traçar o perfil da terminologia nele encontrada, identificando os termos de uso marcadamente ou exclusivo desse campo, os domínios de origem desses termos, a organização léxico-semântica¹ do conjunto terminológico estudado e aspectos relativos ao processo de criação terminológica no domínio dos contratos de trabalho.

¹ Ao abordarmos aspectos relativos aos *termos simples*, *complexos* ou *compostos*, teríamos tendência a empregar a expressão *estrutura morfossintática e léxico-semântica dos termos*. No VIII EnGTLex (Encontro Intermediário do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL), que se realizou em Belo Horizonte em outubro de 2011, fomos, no entanto, alertados por uma colega de que esse metatermo pode gerar confusão notadamente entre os morfologistas, que entendem como *estrutura morfossintática* a organização interna de uma unidade lexical com base em radicais e afixos gregos, latinos e outros. Consideramos sua observação pertinente e, no âmbito deste trabalho, reformulamos nossa metalinguagem e adotamos a expressão *organização léxico-semântica dos termos* para nos referirmos aos *termos simples*, *complexos* ou *compostos* nas acepções que apresentamos neste artigo. Esperamos, com isso, evitar compreensão diferente da que desejamos e ficamos abertos a sugestões e a críticas construtivas da comunidade científica do Léxico para o aprimoramento da metalinguagem, ou melhor, da terminologia por nós empregada para o estudo das unidades terminológicas encontradas em nossas pesquisas.

1. METODOLOGIA

Em um primeiro momento, estudamos a origem do contrato de trabalho no Brasil, procurando compreender aspectos relevantes ao contexto histórico e às relações sociais que foram importantes para o estabelecimento dessa modalidade de documento. Para tanto, nossa pesquisa contou com uma bibliografia especializada, destacando-se entre elas a *História do trabalho*, de Carlos Roberto de Oliveira (1991) e a *História do Brasil*, de Boris Fausto (2008). Nossa pesquisa também buscou as principais modalidades de contrato de trabalho no Brasil e investigou aspectos específicos no que diz respeito aos direitos relativos à relação empregado-empregador nos últimos 30 anos. Para tanto, recorremos à seguinte bibliografia: *Curso básico de administração pessoal*, José Serson (1978); *Constituição Federal* (1988); *Manual de prática trabalhista*, de Antônio Oliveira (1992); *Manual dos direitos do trabalhador*, José Serra (1996); CLT – *Consolidação das Leis do Trabalho* (2006); *Contrato de trabalho*, de Manoel M. de Almeida (2009). Obtivemos ainda informações complementares através de consultas aos sites da Caixa Econômica Federal (<http://www.caixa.gov.br/>) e do Ministério da Previdência Social (<http://www.mapas.gov.br/>).

Uma vez munidos de informações sobre o domínio, criamos um *corpus* de contratos de trabalho de diversas modalidades (de acordo com as indicadas pela bibliografia da área). Para tanto, recorremos à rede Mundial (internet), visto que essa veicula inúmeros modelos ou contratos já estabelecidos entre patrões e empregados. Por *corpus textual* entendemos, em Terminologia, um “conjunto de textos selecionados que servem de base a uma análise terminológica” (Pavel; Nolet, 2003).

Os textos obtidos via internet, já digitalizados, puderam ser inseridos em uma base de dados textuais, que criamos com o auxílio do programa *Hyperbase 5.2*.

Por meio de algumas ferramentas desse programa (*Lista de palavras e Concordância*), foi possível levantar os candidatos a termos de base substantival. Empregamos a ferramenta *Concordance* a fim de criar uma lista de concordâncias (termo analisado + cotexto) de todos os substantivos existentes no *corpus*.

Montamos um quadro com os candidatos a termos e verificamos sua pertinência ao domínio dos contratos de trabalho e seu estatuto de termo por meio da consulta a dicionários e à legislação que regulamenta esse tipo de documento. Para tanto, consultamos dicionários de Direito, de Economia, de Contabilidade, de Administração, de Finanças e Negócios. A presença de cada candidato a termo como entrada de um verbete desses dicionários era assinalada com um X na coluna relativa ao dicionário em questão, como podemos ver no quadro a seguir:

Quadro 1. Lista de candidatos a termos e sua presença em dicionários e na legislação especializada

Termo	Dicionário jurídico (Diniz, 2005)	Economia (Sandroni, 2001)	Contabilidade (Lopes de Sá, 2009)	Dicionário de administração e finanças (Sandroni, 2008)	Dicionário de negócios (Lacombe, 2009)	CLT (2006)
contrato individual de trabalho	X					X
contrato misto	X					
convenção	X				X	X
convenção coletiva de trabalho	X				X	X
conveniência pública	X		X			X
cooperativa de consumo	X	X		X	X	X
correção monetária		X	X	X	X	X

A confirmação do termo como entrada de um verbete de um ou mais dicionários ou sua presença na legislação da área designando o mesmo conceito atualizado no *corpus* tornava-o parte da nomenclatura a ser estudada por nossa pesquisa.

Uma vez identificado o conjunto de termos do domínio dos contratos de trabalho, elaboramos uma lista desses termos acompanhados de suas definições e dos contextos de uso que foram encontrados no *corpus*, constituindo, assim, um glossário dos termos de contratos de trabalho brasileiros.

Após a conclusão dessas etapas da pesquisa, procedemos a uma reflexão sobre o perfil linguístico do conjunto terminológico levantado, mais especificamente no que concerne aos domínios de origem, à organização léxico-semântica e aos processos de criação dos termos estudados.

2. DOMÍNIOS DE ORIGEM DOS TERMOS

Procedemos a cálculos estatísticos sobre os domínios de origem das unidades terminológicas analisadas e chegamos aos seguintes resultados: a esmagadora maioria dos termos dos contratos de trabalho vem do domínio do Direito (96,8%), seguido dos domínios dos Negócios (48,6%), Economia (14,9%), Contabilidade (12,3%) e Administração e Finanças (8%). Cumpre explicar que vários termos foram encontrados em dicionários de áreas diferentes, mas complementares. Por isso os dados estatísticos aqui apresentados ultrapassam os 100%.

A predominância quase que absoluta do domínio do Direito se explica pelo fato de que os contratos são documentos previstos e regulamentados por lei. No caso particular dos contratos de trabalho, esses são objeto de detalhamento por parte de leis maiores, tais

como a Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho. O contrato de trabalho se apoia nas leis trabalhistas e são observados de perto por tribunais especializados. Na verdade, essa modalidade de contrato não serve apenas – como no caso de muitos outros contratos – para trazer garantias para as partes diretamente envolvidas: eles participam de uma necessidade de manutenção da ordem pública e dos direitos humanos. De fato, não se trata de um documento qualquer, mas daquele que tem suas raízes em movimentos históricos dos trabalhadores que levaram a revoluções e a modificações consideráveis nas relações sociais da maior parte dos países do mundo.

Assim, as questões econômicas, administrativas, financeiras e de contabilidade são menores, embora importantes, num contrato de trabalho. Nesse tipo de contrato só se faz referência a dados próprios desses domínios nas cláusulas sobre pagamentos e multas, ao passo que o domínio jurídico exerce influência na constituição do contrato todo.

3. ORGANIZAÇÃO LÉXICO-SEMÂNTICA DOS TERMOS

No âmbito deste trabalho, entendemos por *organização léxico-semântica dos termos* a distribuição da carga semântica de uma unidade terminológica em um ou mais lexemas, unidos ou não por hífen. Nesse sentido, classificamos essas unidades em *termos simples*, quando constituídos por um único lexema; *termos complexos*, quando constituídos de uma sequência lexemática; e *termos compostos*, quando constituídos de mais de um lexema ligados por hífen.

Variando de acordo com a postura teórica, as unidades terminológicas formadas por um único lexema podem ser chamadas de *termos lexemáticos*; os termos complexos são ainda chamados de *ter-*

mos-palavras, termos sintagmáticos, termos-sintagmas, sintagmas terminológicos ou outros.

No discurso científico e especializado, a produtividade terminológica exprime-se, em grande parte, pela criação de termos sintagmáticos. O processo de criação de termos com base em oposições distintivas entre unidades terminológicas que têm como lexema-base um termo mais genérico é chamado de *composição sintagmática* e é, de acordo com a Terminologia, o processo terminogênico mais comum nas línguas de especialidade.

Assim, quanto mais específico o conceito, maior o sintagma terminológico que o designa. Em Medicina e em outras áreas, esse processo é muito produtivo. Como exemplo, podemos citar os termos do seguinte campo conceptual do domínio da Dermatologia:

púrpura

púrpura trombocitopênica

púrpura trombocitopênica idiopática

púrpura trombocitopênica idiopática aguda

púrpura trombocitopênica idiopática crônica

Nossas pesquisas sobre a terminologia dos contratos de trabalho mostram, porém, que esse processo de criação terminológica não predomina no domínio estudado. De fato, nossa investigação revelou os seguintes dados estatísticos no que concerne à organização léxico-semântica dos termos dos contratos de trabalho: a maior parte do conjunto terminológico de contratos de trabalho se enquadra na categoria de *termos simples* (60%), seguida da de *termos complexos* (37%) e, por último, os *termos compostos* (3%). Esses dados revelam que a maior parte dos conceitos que marcam o discurso dos contratos de trabalho

são designados por um único lexema, o que seria expressão de autonomia formal (e semântica) terminológica no processo de designação conceptual.

Esse fenômeno também é observado quando se analisam os termos complexos em relação aos termos simples. De fato, verificamos que os termos complexos do domínio dos contratos de trabalho não são criados, em sua grande maioria, tendo por base termos simples próprios do domínio dos contratos de trabalho que possam ser considerados como termos-chave de campos conceptuais. Por estes entendemos “conjunto de conceitos ligados entre si e que podem ser agrupados em torno de um conceito-chave” (Boutin-Quesnel, 1985, p. 19). O termo-chave designa um conceito-chave em torno do qual se organiza um campo conceptual.

Assim, esse processo terminogênico não é o mais produtivo no domínio dos contratos de trabalho. A mesma afirmação pode ser feita no que concerne aos termos compostos (ligados por hífen). Para exemplificarmos nossa afirmação, vejamos alguns termos:

- **termos simples:** *acordo; adiantamento; cominação; convenção; desídia; dissídio; férias; foro; indenização; notificação; remuneração; rescisão; salário; vara; outros;*
- **termos complexos:** *acidente de trabalho; aviso prévio; carteira de trabalho; obrigações trabalhistas; outros;*
- **termos compostos:** *decreto-lei; dia-útil; mão-de-obra; vale-transporte; outros.*

O processo de criação terminológica dos termos que mencionamos se caracteriza pela utilização de termos genéricos variados para a formação de novas unidades terminológicas, sendo que o lexema-base não é, na maioria das vezes, um termo simples que designa um

conceito-chave em torno do qual se constitui um campo conceptual do domínio.

Isso não significa, no entanto, que esse processo de criação terminológica não ocorra no domínio dos contratos de trabalho. De fato, os conjuntos terminológicos mencionados a seguir são exemplos desse tipo de processo terminogênico no domínio estudado:

Contrato

Contrato coletivo de trabalho

Contrato coletivo em contrário

Contrato de aprendizagem

Contrato de experiência

Contrato de pequena empreitada

Contrato de trabalho

Contrato de trabalho agrícola

Contrato de trabalho por prazo determinado

Contrato de trabalho por prazo indeterminado

Contrato de trabalho temporário

Contrato individual de trabalho

Contrato por obra certa

Contrato verbal

Adicional

Adicional de insalubridade

Adicional de periculosidade

Adicional de férias

Adicional noturno

Esses são alguns exemplos encontrados em nossa pesquisa, porém são poucos os termos criados pelo processo sintagmático *termo-chave (simples) de um campo conceptual + determinantes = termos complexos ou compostos do domínio dos contratos de trabalho*. Verifica-se, assim, no domínio dos contratos de trabalho, uma variedade formal na constituição dos termos desse domínio. Isto é, os termos complexos e compostos, em sua maioria, não mantêm relação formal direta com os termos simples próprios do domínio.

4. FORMAS BRAQUIGRÁFICAS

O processo de economia linguística, que tem por objetivo tornar mais rápida a comunicação, faz com que, em muitas áreas de especialidade, utilizem-se unidades braquigráficas (*braqui*, do grego, *breve, conciso, curto*), isto é, termos em forma abreviada. As principais formas abreviadas são as siglas e os acrônimos.

Por *sigla* entendemos uma “abreviação utilizando as letras iniciais de uma palavra complexa” (Pavel; Nolet, 2003). A sigla é soletrada, ou seja, pronuncia-se letra por letra. O acrônimo, por sua vez, é uma “sigla pronunciada como uma palavra” (Pavel; Nolet, 2003). Pode ser formado somente pelas letras iniciais das unidades linguísticas que compõem o sintagma lexical ou também por outras letras ou mesmo lexemas inteiros. A seleção ou a supressão das letras do sintagma lexicogênico normalmente são determinadas pela pronunciabilidade, pela ausência de conotações ou de homônimos (Barros, 2007).

Nossa pesquisa identificou, no domínio dos contratos de trabalho, a presença de algumas unidades terminológicas sob forma de

siglas e apenas um acrônimo. Na sequência mencionamos alguns exemplos, sobre os quais faremos algumas observações.

Quatro siglas apresentaram alta frequência na terminologia estudada, a saber: CLT, CNPJ, CPF e CTPS. O acrônimo CIC também se demonstrou importante. É interessante observar que algumas dessas siglas e o acrônimo são, muitas vezes, mais conhecidos do que suas respectivas formas expandidas. De fato, *CNPJ* e *CPF* são mais compreensíveis à população do que, respectivamente, *Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas* e *Cadastro de Pessoas Físicas*. *CLT* e *Consolidação das Leis do Trabalho* são, por outro lado, igualmente conhecidas por aqueles que lidam com contratos de trabalho ou pela população em geral. Já no caso da sigla CTPS e de sua forma expandida *Carteira de Trabalho e Previdência Social*, ambas são menos conhecidas do que *carteira de trabalho*, formada por elipse lexical de “e Previdência Social” do sintagma terminogênico *Carteira de Trabalho e Previdência Social*.

Duas formas reduzidas apresentam proximidade semântica e de uso nos contratos de trabalho e na legislação afim, por isso são, muitas vezes, intercambiadas em discurso oral: *CIC* e *CPF*. A primeira corresponde à forma reduzida do termo *Cartão de Identificação do Contribuinte*. Em algumas situações é utilizado no lugar de *CPF*, que é a forma reduzida de *Cadastro de Pessoas Físicas*. No uso em língua geral, no cotidiano das pessoas, é possível observar o emprego desses termos, por parte de falantes mais velhos, como tendo a mesma significação, visto que, há cerca de 20 anos atrás, a solicitação do número do CPF se fazia, em geral, pela exigência de apresentação do *CIC*. Apesar da intercambialidade no discurso oral, nos contratos de trabalho isso não acontece.

De acordo com o *Dicionário jurídico* de Maria Helena Diniz (2005, p. 609), *CIC* significa: “documento comprobatório de inscri-

ção no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)”. Ainda conforme o mesmo dicionário, *CPF* corresponde a: “Cadastro de Pessoa Física, do Ministério da Fazenda. Inscrição de pessoa física para fins de tributação, cuja comprovação se faz pela expedição do Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC)” (Diniz, 2005, p. 540).

Desse modo, podemos concluir que *CIC* e *CPF* não significam a mesma coisa, mas designam conceitos correlatos, apresentando proximidade semântica, visto que o *CIC* é o documento que comprova a inscrição do cidadão no *Cadastro de Pessoas Físicas* e *CPF* é entendido como o número da inscrição da pessoa nesse Cadastro.

5. TIPOS DE TERMOS RECORRENTES EM CONTRATOS DE TRABALHO

No decorrer de nossa pesquisa, observamos que a terminologia dos contratos de trabalho provém de domínios diferentes, tendo maior relevância o domínio do Direito, uma vez que o contrato de trabalho é o instrumento jurídico que instaura o vínculo empregatício (art. 442 da CLT). Porém, em meio a uma gama de termos próprios do Direito e de outras áreas, verificamos a existência de alguns termos que são mais propriamente ligados ao domínio dos contratos de trabalho, a saber: *acidente do trabalho*, *aviso prévio*, *carteira de trabalho*, *convenção coletiva de trabalho*, *demissão por justa causa*, *demissão sem justa causa*, *férias remuneradas*, *folha de pagamento*, *hora extra*, *horário de trabalho*, *jornada de trabalho*, *local de trabalho*, *obrigação trabalhista*, *piso salarial*, *repouso semanal remunerado*, *salário base*, *salário mínimo*, *tempo de serviço*, *trabalho noturno*, *vínculo trabalhista* e outros.

Verificamos, ainda, que um subconjunto da terminologia encontrada na pesquisa é típico dos contratos em geral e de documentos

legais. Exemplos: *artigo, assinatura, contratante, contratado, dissolução, foro, parágrafo, reclamante, reclamado, rescisão, testemunha* e outros. Esses termos são frequentemente encontrados em diversos tipos de contratos e dizem respeito, em boa parte, à própria organização textual desse tipo de documento, que também é um instrumento jurídico. Portanto, boa parte de seus termos designam conceitos ligados ao domínio do Direito e a disposição espacial desses termos no texto segue a estrutura formal dos contratos em geral.

Um subconjunto terminológico encontrado de modo marcante nos contratos de trabalho refere-se a leis que regulamentam o domínio, a organismos cartoriais, a órgãos públicos e à organização territorial brasileira. Como exemplos, podemos citar: *CLT, Código Civil, Decreto-Lei, Cartório de Registro de Títulos e Documentos, Junta de Conciliação e Julgamento, Comarca, Vara* e outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado de nossa pesquisa, identificamos termos fundamentais ao domínio dos contratos de trabalho, tais como os tipos de contratos: *contrato por prazo indeterminado, contrato por prazo determinado, contrato por prazo determinado com redução de encargos, contrato de experiência, contrato por obra certa, contrato de trabalho temporário* e outros; e termos que designam documentos, direitos e deveres dos empregados e empregadores: *carteira de trabalho, salário, salário mínimo, 13º salário, folha de pagamento, jornada de trabalho, hora extra, trabalho noturno, faltas, férias coletivas, demissão sem justa causa, demissão por justa causa* e outros.

Do ponto de vista da organização léxico-semântica, observamos a predominância de termos simples, seguidos de termos com-

plexos. Os termos compostos não possuem presença marcante no domínio. De fato, verificamos que a maior parte do conjunto terminológico de contratos de trabalho se enquadra na categoria de termos simples (60%), seguida da de termos complexos (37%) e, por último, termos compostos (3%). Cumpre ressaltar que a grande maioria dos termos simples encontrados em nosso estudo não serve à formação de termos complexos. Assim, o conjunto de unidades terminológicas é variado em sua forma e configuração semântica.

Dentre os termos complexos encontram-se alguns que possuem quase-sinônimos sob a forma de siglas, tais como *Consolidação das Leis do Trabalho-CLT*, *Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ*, *Cadastro de Pessoas Físicas-CPF*, *Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS*, *Cartão de Identificação do Contribuinte-CIC*. Há que se explicar que CIC e CPF não designam o mesmo conceito, mas encontram-se conceptualmente próximos, mantendo uma relação conceptual horizontal, pois o CIC funciona como comprovante da inscrição no CPF.

No que concerne ao domínio de origem dos termos utilizados nos contratos de trabalho, eles provêm predominantemente do Direito, mas também dos domínios da Economia, Contabilidade e Administração. Essa modalidade de contrato tem no domínio do Direito sua maior relevância, uma vez que é um documento legal, previsto na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho. Quanto aos demais domínios, seu grau de relevância para o contrato de trabalho é menor, pois, em sua estrutura, esse tipo de contrato só faz referência a esses domínios nas cláusulas sobre pagamentos e multas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manoel Martins de. *Contrato de trabalho*. Disponível em: <http://www.mnp.org.br/adm/arquivos/b6a1d66d7af136645ff2de512245533a.doc>. Acesso em: 23 nov. 2009.

BARROS, Lídia Almeida. *Conhecimentos de terminologia geral para a prática tradutória*. São José do Rio Preto: Nova Graf, 2007.

BOUTIN-QUESNEL, Robert *et al.* *Vocabulaire systématique de la terminologie*. Québec: Publications du Québec, 1985. (Cahiers de l'Office de la langue française).

BRASIL. *Consolidação das leis do trabalho*. Brasília: Senado Federal, 2006. 1 CD-ROM.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 6 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. *Portal institucional*. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/>. Acesso em: 23 nov. 2009.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Site institucional*. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/>. Acesso em: 23 nov. 2009.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. v. 4. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

LACOMBE, Francisco. *Dicionário de negócios*. São Paulo: Saraiva, 2009.

LOPES DE SÁ, Ana Maria. *Dicionário de contabilidade*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Antônio de. *Manual de prática trabalhista*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *História do trabalho*. São Paulo: Ática, 1991.

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. *Manual de terminologia*. Tradução de Enilde Faulstich. Hull: Ministério de Obras Públicas e Serviços Governamentais do Canadá, 2003. Disponível em: <http://www.btb.gc.ca/publications/documents/termino-por.pdf>. Acesso em: 1 set. 2002.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de administração e finanças*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. 6. ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

SERRA, José. *Manual dos direitos do trabalhador*. São Paulo: Ypiranga, 1996.

SERSON, José. *Curso básico de administração pessoal*. São Paulo: LTr, 1978.

A VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA EM CORPORA COMPARÁVEIS NA TERMINOLOGIA DA NANOCIÊNCIA/ NANOTECNOLOGIA

*Manoel Messias Alves da Silva**

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna e globalizada atual tem proporcionado maior familiarização com os diferentes discursos de cada grupo humano e suas distintas esferas de conhecimentos, tanto no âmbito intralinguístico, com as necessidades de denominação de processos e produtos para a população em geral, quanto em âmbito interlinguístico, com o contato de línguas entre os especialistas das mais diversas áreas do conhecimento humano acumulado.

Surgem novos conceitos, os quais provocam a ativação de novos valores especializados de unidades lexicais já existentes ou o aparecimento de novas unidades. Em decorrência dessa exigência social, a Terminologia, enquanto ciência que estuda os valores especializados que unidades lexicais adquirem em contextos de uso, vem se consolidando.

* Universidade Estadual de Maringá (UEM); Departamento de Letras (DLE); Maringá – Paraná, manoelma@onda.com.br.

A Terminologia pode ter um caráter prescritivo ou descritivo. No primeiro caso, a Terminologia atende a uma exigência de padronização que visa à comunicação sem ambiguidades. No segundo caso, esta ciência do léxico descreve e analisa o uso que os especialistas de uma dada área do saber fazem da língua. A partir disso, selecionam-se unidades lexicais que adquirem valor de Unidades de Conhecimento Especializado (UCEs) em contextos reais de uso.

Esta questão tem favorecido enormemente o aparecimento da variação intralinguística o que, dependendo da linguagem de especialidade e da área trabalhada em produtos terminográficos, pode contribuir para um distanciamento entre os diversos especialistas da área, ao invés de contribuir para a sua integração.

O que se observou, em relação ao desenvolvimento do Projeto de Estágio Pós-Doutoral *Dicionário terminológico da nanociência e da nanotecnologia: integração do português brasileiro com o português europeu*, é que no Brasil a preocupação com o uso de uma terminologia nacional é mais praticada que em Portugal, uma vez que neste país a influência do uso do inglês se faz sentir em muitas áreas especializadas.

Foi proposta, assim, naquele projeto, a elaboração de um *corpus* de textos especializados, a fim de coletar e descrever os usos especializados de unidades lexicais do Português Europeu (PE) em relação à nanociência/nanotecnologia (N&N), que se integrou, posteriormente, ao que já havia sido possível delinear em relação a esta terminologia em Português Brasileiro (PB). Tratou-se, portanto, de uma pesquisa de cunho descritivo sem pretensões prescritivas de terminologias, buscando uma integração entre as duas variantes com vistas a uma possível e desejada harmonização.

Para que fosse possível essa descrição, fez-se necessária a organização do *corpus* composto por textos especializados referentes à área que

foi descrita. Estes textos, inseridos em programas computacionais, foram utilizados para dar um tratamento semiautomático ao corpus, buscando averiguar a frequência, observar os concordanciadores e extrair os contextos reais em uso, integrando-se, portanto, à Rede de Neologia e de Terminologia em Língua Portuguesa (em situação de contato de línguas), projeto liderado pelo Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL), que mereceu apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) do governo português, e, com este projeto, ora encerrado, da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do governo brasileiro¹.

O *corpus* textual informatizado presente no CLUNL hoje, e na qual esse que foi elaborado em relação à N&N em PB e PE se incorporou, apresenta as seguintes características: *corpus* monolíngue, bilíngue ou plurilíngue, *corpus* paralelo, *corpus* tematicamente paralelo e *corpus* comparável, no qual a proposta de estágio pós-doutoral encontrou guarida.

Estes *corpora* comparáveis de variantes da língua portuguesa de Portugal, do Brasil, de Angola, de Moçambique, da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde têm como objetivo a observação da neologia da língua corrente e da neologia científica e técnica (Lino *et al.*, 2007, p. 3).

Dessa forma, com a montagem desse *corpus* especializado, foi possível fazer uma análise das polissemias, sinônimos, homônimos e relações entre unidades lexicais, como a hiperonímia, hiponímia e co-hiponímia, além das coletas de concordâncias e de contextos, com o objetivo de demonstrar as variantes existentes e propor harmonizações terminológicas, sempre de acordo com especialistas da área,

¹ Nossos agradecimentos à Capes pelo apoio financeiro.

para que as propostas possam vir a ser acatadas pelos países de língua portuguesa, favorecendo assim o intercâmbio científico-tecnológico.

1. A ÁREA OBJETO DE ESTUDO

Nessa constante transformação científico-tecnológica aludida, entre tantas outras, pela qual passa o mundo moderno, a área da N&N desponta como uma revolução. Essas duas subáreas da Engenharia de Materiais são responsáveis por pesquisas e elaboração de produtos de tamanhos reduzidos, bastante eficientes e necessários para um mundo cada vez menor e mais dependente de tecnologia.

Antes de tudo, porém, é preciso caracterizar esta área do conhecimento. Há hoje mais nanociência do que nanotecnologia, aplicação prática dos princípios descobertos. O marco zero da área foi a palestra *Há mais espaços lá embaixo*, proferida em 1959 pelo físico americano Richard Feynman, no encontro anual da American Physical Society – Sociedade Americana de Física –, em Pasadena, Califórnia. Feynman previu que era possível condensar, na cabeça de um alfinete, as páginas dos 24 volumes da *Enciclopédia britânica*. O que ele quis dizer é que seria possível fabricar materiais em escala atômica e molecular, ou seja, arranjar os átomos e moléculas no último nível da miniaturização.

Esse nanicomundo promete revolucionar uma infinidade de setores: da indústria automobilística à indústria bélica; da informática à medicina.

Uma das grandes apostas dos cientistas é a exploração dos nanotubos de carbono. São estruturas tubulares de 1 nanômetro de diâmetro, cujas paredes são formadas por átomos de carbono ligados entre si em arranjos hexagonais. Entre suas possíveis aplicações, está a produção de tecidos cinco vezes mais leves e vinte vezes mais re-

sistentes do que o aço, capazes de suportar altíssimas temperaturas. Poderão ser utilizados na fabricação de componentes de aviões, foguetes, coletes à prova de balas e nanotransistores, que substituirão os atuais transistores que compõem os *chips* de computadores, feitos de silício. Permitirão ainda um aumento fantástico da capacidade de memória dos computadores.

Por meio desses poucos exemplos, pode-se perceber que há uma revolução tecnológica à vista. Dois mil e quinhentos anos depois de os gregos terem levantado a hipótese de que todas as coisas são feitas de partículas fundamentais, indivisíveis, denominados átomos, o homem começa agora a fazer coisas com estas partículas. É a nanotecnologia, que muitos pensam que é ficção ou algo para um futuro distante. É puro engano. A humanidade já desfruta de seus resultados. O Brasil, como raras vezes aconteceu em sua história, poderá embarcar nesse bonde com os países desenvolvidos.

Com base nessa constatação inicial da existência da área, foi proposta em 2005 a elaboração de um dicionário terminológico que pudesse apresentar a terminologia descritiva dessa área do conhecimento humano. A equipe começou pequena, mas posteriormente outros pesquisadores se uniram e a perspectiva variacionista também se incorporou aos trabalhos. Para tanto, já no início algumas certezas podiam ser demonstradas, ou seja, a N&N é uma subárea da Engenharia de Materiais em escala de átomos e moléculas. Esta é a mais básica das engenharias, pois lida com os tijolos fundamentais da matéria. Assim, ela tem impactos em toda a gama de indústrias, não apenas nas chamadas indústrias de base tecnológica. Dessa forma, ela está presente em praticamente todos os processos de fabricação de uma economia moderna e isso provoca, evidentemente, o surgimento de UCEs por meio das quais a grande área das engenharias possa expressar e divulgar seu saber científico-tecnológico, sua terminologia.

Tem-se, portanto, neste texto, o objetivo de descrever e analisar alguns exemplos de variação terminológica no uso especializado do PB na área da N&N em contraste com o PE. Em relação a esta variação terminológica contrastiva-comparativa, vale citar Kocourek (1991, p. 212):

O denominador comum de dois termos equivalentes é o sentido do termo de partida reconstituído pelo termo de chegada. A forma respectiva dos dois termos equivalentes podem ser formalmente aparentes ou não. O par de equivalentes lembra, então, em certa medida, o par sinonímico. Se os termos equivalentes têm a mesma origem, os equivalentes são ao mesmo tempo homólogos (nomes congêneres ou cognatos).

Claro está que se devem levar estas considerações para o âmbito da análise intralinguística, objeto deste trabalho. Neste sentido, a sinonímia passa a ser apenas um dos prováveis tipos de variação intralinguística, mesmo sendo subdividida em diatópica, diastrática ou mesmo decalque. Em seguida, vale apresentar e analisar alguns contextos no qual o fenômeno ocorre em comparação também com o PE.

2. AS VARIANTES TERMINOLÓGICAS: PRINCÍPIOS E ANÁLISE

2.1. Princípios

[...] todo lenguaje de especialidad, en la medida en que es un subconjunto del general, participa de sus mismas características; se trata, pues, de un código unitario que permite variaciones (Cabré, 1993, p. 157).

A afirmação de Cabré de que a linguagem de especialidade permite variações corrobora essa discussão neste trabalho. De fato, as línguas de especialidade fazem parte da língua geral e por isso sofrem todas as influências e transformações naturais a qualquer idioma, mesmo em se tratando de *corpus* comparável como no caso desse trabalho em PB e PE.

Quando um determinado fenômeno linguístico (fonológico, morfológico, sintático, léxico ou gráfico) determina a variação de UCEs, ocorre o que Faulstich (2001, p. 28) denominou por variantes terminológicas linguísticas. À luz dessa proposta teórica, serão analisados alguns exemplos existentes na N&N. A área de conhecimento analisada é uma subárea da Engenharia de Materiais e serão comparadas algumas variantes retiradas do *corpus* de análise, formado por obras especializadas em PB e PE. Dentre estas obras, há que se esclarecer que o *corpus* inicial foi bastante ampliado com o acréscimo de 4 artigos científicos, 37 dissertações, 3 documentos, 4 livros e 17 teses disponibilizadas em bancos de teses e dissertações na internet, totalizando 8.195 páginas e 1.830.393 palavras-ocorrências. Além disso, vale esclarecer que são textos escritos em PB. No entanto, a pesquisa foi ampliada com contribuições do PE para a observação das variantes contrastantes. Trata-se de um montante de 14 artigos científicos, 27 dissertações, 2 documentos, 1 livro, 8 resumos e 9 teses, totalizando 5.133 páginas e 1.207.759 palavras-ocorrências.

Estas teses e dissertações estão disponibilizadas na internet mais outras tantas que foram recolhidas diretamente nas bibliotecas da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, além da Universidade do Porto, Universidade de Coimbra e Universidade do Minho, em Braga. Além disso, foi possível recolher material em PE no Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia (INL), uma parceria entre os governos de Portugal

e Espanha, e na Sociedade Portuguesa de Materiais (SPM), que vem investindo também na produção de material bibliográfico em PE relacionado à N&N. Em termos numéricos, tratou-se da manipulação de um *corpus* composto por 3.038.152 palavras-ocorrências em PB e PE.

2.2. Análise

2.2.1. Variante terminológica concorrente

2.2.1.1. Variante terminológica linguística

2.2.1.1.1. Variante terminológica fonológica

As variantes terminológicas linguísticas “são aquelas cujo fenómeno propriamente linguístico determina o processo de variação” (Faulstich, 2001, p. 68-70). Entre as possibilidades desse tipo de variação, a fonológica é uma das menos frequentes na comparação PB-PE. Têm-se, nesse caso, alterações na estrutura da UCE, que pode aparecer de forma decalcada na fala. É comum a ocorrência de UCEs cuja variação decorre do uso de vogal aberta ou fechada, como em *nanômetro*, *nanometro* (PB) / *nanómetro* (PE), ou mesmo pela ausência ou presença do *c*, como em *litografia por feixe de elétrons* (PB)/*litografia por feixes de electrões* (PE); *litografia eletrônica* (PB)/*litografia electrónica* (PE), que o Novo Acordo Ortográfico entre os países de língua portuguesa já resolveu, mas que ainda não se encontra totalmente em uso na Europa.

Os exemplos a seguir demonstram que esta variação poderia ser harmonizada ao menos na modalidade escrita de uso da língua, haja vista que este aspecto fonético dificilmente poderia ser aceito pelos falantes na modalidade falada de uso da língua, já que se trata de uma característica muito enraizada entre os falantes de PB e PE.

<Nanômetro> é uma unidade minúscula de medida (0,000001 milímetro), usada na análise de átomos e moléculas. // Um <nanômetro> está para um metro como um grão de areia está para 1,1 mil quilômetros, mais ou menos a distância rodoviária entre São Paulo e Brasília. Uma molécula composta por três a cinco átomos mede um <nanômetro>. // A existência de elementos de máquinas capazes de executar movimentos com precisão de <nanômetros> ou menos, o que se tornou viável graças aos muitos aperfeiçoamentos dos materiais piezoelétricos (descobertos em 1880 por Pierre e Paul-Jacques Curie) e que hoje permitem a execução de deslocamentos com uma precisão de centésimos de <nanômetros>, bem como pelo uso e aperfeiçoamento de técnicas de feixes de elétrons e de íons (Ming, 2004, p. B2 // Galembeck *et al.*, 2003, p. 23).

Com o aumento do poder de resolução das técnicas espectroscópicas, Goudsmit e Uhlenbeck constataram a existência de uma estrutura fina no espectro do hidrogênio, isto é, algumas riscas que inicialmente se supunham ser simples eram na verdade duplas, com separações entre elas inferiores a poucas décimas do <nanômetro> (Lobo, 2009, p. 130).

Do ponto de vista puramente linguístico, é um caso de variação interna provocada apenas por fenômeno fonético, ou seja, no interior do sistema linguístico do PB concorrem duas formas para o mesmo contexto. Já no PE, o uso é a UCE em sua forma aberta, característico do falar europeu. Essa variação interna poderá resultar no desaparecimento de uma das UCEs em questão, provavelmente a segunda, pois parece que houve um erro de digitação no PB.

Fatos como esses corroboram a afirmação já feita de que no interior das variantes de registro (geográfica, de discurso e temporal),

perpassa a variante terminológica linguística, seja ela de ordem fonológica, morfológica, sintática ou gráfica.

2.2.1.1.2. Variante terminológica morfológica

A variante terminológica morfológica ocorre quando há uma mudança na estrutura interna da ordenação morfológica na constituição da UCE sem acarretar qualquer alteração no seu conceito. É o caso de *engenharia de tecidos* (PB)/*engenharia tecidual* (PE); *biologia computacional* (PB)/*biocomputação* (PE); *eletrônica molecular* (PB)/*electrónica de molécula* (PE). Pode ocorrer também o apagamento de um dos elementos de predicação que reduz a extensão da UCE, mas não simplifica o significado, nem perturba a compreensão, porque a base preserva o conceito inerente à UCE naquele contexto, como em *efeito túnel* (PB)/*efeito de túnel* (PE).

Nascia assim a <eletrônica molecular>, que poder-se-ia definir como a ciência aplicada que utiliza moléculas, estruturas supramoleculares e materiais metálicos ou semicondutores em escala nanométrica para desempenhar funções eletrônicas (Furtado, 2007, p. 78).

Os objectivos básicos da ciência e tecnologia dos nanomateriais são: a síntese de nanopartículas e nanoestruturas com as propriedades desejadas; a exploração de nanodispositivos; a criação de uma nova classe de materiais de elevado desempenho; interligar a nanociência com a <electrónica de molécula> e a biologia; e melhorar as técnicas já existentes e criar novas técnicas para a investigação das nanoestruturas (Neves, 2008, p. 29).

Percebe-se, pelo exemplo dado, que o conceito permanece o mesmo, apesar de haver uma diferenciação morfológica e fonológica importante entre as duas variantes.

2.2.1.1.3. Variante terminológica gráfica

A variante terminológica gráfica ocorre quando uma determinada UCE se apresenta sob forma gráfica diferente, de acordo com as convenções da língua. “Este tipo de variação decorre da forma escrita do termo” (Faulstich, 2001, p. 28). Foram identificados alguns exemplos desse tipo de variante, embora se considere importante mencionar que, se a reforma protagonizada pelo acordo ortográfico já estivesse implementada, ela talvez não existisse, contribuindo para a harmonização dessa terminologia. É o que se pode verificar em *eletroluminescente* (PB)/*electroluminescente* (PE) ou em *objeto nanométrico* (PB)/*objecto nanométrico* (PE).

A solução do <polímero eletroluminescente> deve ser filtrada antes que venha a ser depositada (Gimael, 2008, p. 37).

Por outro lado, foi recentemente reconhecido que a interacção entre cargas e excitações [193, 194] tem um papel preponderante no funcionamento do diodo polimérico emissor de luz podendo levar não só à extinção dos excitações, e como tal reduzir o <efeito electroluminescente>, como também alterar a mobilidade das cargas dentro do semicondutor polimérico (Barbosa, 2009, p. 141).

2.2.1.1.4. Variante terminológica sintática

A variante terminológica sintática ocorre quando há alternância entre duas construções sintagmáticas que têm a função de predicar uma unidade terminológica complexa, como em *anel armazenador/anel de armazenamento* (PB), *escala nanométrica/escala de nanômetro* (PB), em que tanto a forma expandida (SP) quanto a forma reduzida (ADJ) têm função de predicar a base (*anel* e *escala*, respectivamente).

Em PE, não foi constatada na manipulação do *corpus* a UCE escala de nanómetro, mas há coincidência com *escala nanométrica*, como se pode observar no contexto abaixo. Esta opção já consolidada em Portugal deve-se talvez à influência do inglês, que grafa *nanometre scale*.

O projeto inicial (que será chamado de Projeto 1), preparado em 1985, consistia em um <anel de armazenamento> de elétrons de alto brilho de 2-3 GeV, com energia total de injeção (Brum; Meneghini, 2002, p. 5-6).

A construção do <anel armazenador> requeria um alto nível de conhecimento técnico. Uma tarefa mais acessível foi a construção do Linac, que servirá como etapa de formação e treinamento para a equipe, preparando-a para a construção de todo o laboratório (Brum; Meneghini, 2002, p. 6).

No caso da N&N, por exemplo, o prefixo-radical *nano*, a partir da composição com outros elementos da língua, comum ou de uma outra área de conhecimento específico, passa a nomear um determinado conceito próprio desse domínio do conhecimento, como em: *nanoagricultura* (N+N); *nanocético* (N+ADJ); *nanocódigo de barras* (N+N+SP), que em PE foi identificado como *código de nanobarras* (N+SP) e uma outra variante com ampliação à direita, *código de nanobarras à nanoescala* (N+SP+SP). Esta mudança de uso no prefixo, passando do determinado para o determinante, é instigante, ainda mais quando se observa o contexto em que ocorre. Em inglês, há três variantes: *nanobarcode*, *nanoscale barcode* e *nanobar code*.

Os <nanocéticos> notarão, entretanto, que os nanomateriais desenhados para substituir a borracha natural poderiam trazer novos problemas no descarte e novos contaminantes ao meio ambiente (Grupo ETC, 2005, p. 99).

Um <nanocódigo de barras> é um dispositivo alternativo de etiquetagem ou monitoramento que funciona mais como o código UPC, mas em escala nanométrica (Grupo ETC, 2005, p. 139).

6. Microscopias de sonda de varrimento (SPM/AFM). Microscopia de efeito de túnel (STM). Microscopia de forças magnéticas e eléctricas (MFM e EFM). Espectroscopia de forças. Técnicas de caracterização mecânica de superfícies à <escala nanométrica> (PROGRAMA DE DISCIPLINA DO CURSO DE DOUTORADO EM ENGENHARIA DE MATERIAIS DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO DE LISBOA, PORTUGAL).

Pode-se observar que as UCEs *anel armazenador/anel de armazenamento e escala nanométrica/escala de nanômetro* concorrem nos mesmos contextos de uso, comprovando as possibilidades de formações sintagmáticas e variações terminológicas. Alternâncias como essas entre SP e ADJ são comuns na terminologia estudada em PB e PE.

Essas UCEs concorrem nos mesmos contextos, ou seja, em textos publicados em *corpus* provenientes de revistas e jornais e em *corpus* mais especializado, como as obras e teses. Tais UCEs são usadas como se para evitar a repetição de uma ou de outra forma, como elementos de coesão textual. Em relação ao PE, vale a pena notar a influência do inglês, sendo a proposta muito próxima a um decalque.

2.2.1.1.5. Variante terminológica lexical

A variante terminológica lexical ocorre quando alguma palavra da estrutura lexical de uma UCE complexa sofre apagamento ou mudança de posição, mas seu conceito não é modificado. O apagamento de um dos elementos de predicação reduz a extensão da UCE, mas não simplifica o significado, nem perturba a compreensão, porque a base

preserva o conceito inerente à UCE naquele contexto, como em *nanoadgregado* (PB)/*agregado nanométrico* (PE); *nanobiociência* (PB)/*bionanociência* (PE); *nanopartícula de ouro* (PB)/*partícula nanométrica de ouro* (PE); *sistema nanoeletromecânico* (PB)/*nanossistema electromecânico* (PE).

Nem tudo funciona. Há leis. Duas ilustrações concretas vêm do campo dos <sistemas nanoeletromecânicos (NEMS)>, área em que atuo. Parte de minha pesquisa é dirigida ao uso de pequenos dispositivos mecânicos para avaliar aplicações. As estruturas em nanoescala parecem oferecer um potencial revolucionário: quanto menor um dispositivo, mais suas propriedades físicas são sujeitas à alteração. // Quando encolhemos os MEMS para os <NEMS>, a física do dispositivo torna-se cada vez mais dominada pelas superfícies (Scientific American, n. 22, p. 10 e 12).

Entre as vantagens que os <nanossistemas electromecânicos> podem oferecer destacam-se: a protecção do fármaco no sistema terapêutico contra possíveis instabilidades no organismo, promovendo manutenção de níveis plasmáticos numa concentração constante; o aumento da eficácia terapêutica; a libertação progressiva e controlada do fármaco mediante a resposta a estímulos do meio em que se encontram (sensíveis à variação de pH ou de temperatura); a diminuição da toxicidade pela redução de picos plasmáticos de concentração máxima; a diminuição da instabilidade e decomposição de fármacos sensíveis; a possibilidade de direccionamento a alvos específicos (local, especificidade); a possibilidade de incorporação tanto de substâncias hidrofílicas como lipofílicas nos dispositivos; a diminuição da dose terapêutica e do número de administrações e aumento da adesão do doente à terapêutica, evitando abandonos do processo terapêutico (Marques, 2009, p. 22).

2.2.1.2. Variante terminológica de registro

2.2.1.2.1. Variante terminológica geográfica

A variante terminológica de registro é o segundo tipo de variante terminológica concorrente, ao lado da variante dita linguística. Ela pode ser caracterizada como aquela variação que decorre da ambientação da ocorrência, isto nos planos horizontal, vertical e temporal.

A primeira a ser apresentada é a variante terminológica geográfica. Ela se dá no plano horizontal de diferentes regiões em que se fala a mesma língua e pode ocorrer ou da polarização das diferentes comunidades linguísticas geograficamente limitadas por fatores políticos, econômicos ou culturais, ou mesmo pelas influências que cada comunidade sofreu durante sua formação. Na terminologia em estudo, os exemplos são poucos porque ela surge da língua inglesa e, na verdade, são UCEs formadas a partir de propostas de tradução interlinguística.

2.2.1.2.2. Variante terminológica de discurso

Esse tipo de variação vai se dar na sintonia comunicativa que se estabelece entre o elaborador e o usuário dos textos técnicos e científicos. Pode ocorrer que o primeiro faça uma proposta mais elaborada que o seu usuário espera e, a partir da vulgarização da terminologia, ocorra uma adaptação. É o que se pode perceber em *motor molecular* (PB)/*motor à escala molecular* (PE); *mutação* (PB)/*poder de mutação, mutagénico* (PE).

2.2.1.2.3. Variante terminológica temporal

Ela se configura como preferida no processo de variação e mudança, em que duas formas (X e Y) concorrem durante um tempo, até que uma forma se fixe como a preferida. Pode-se mencionar para

exemplificar a UCE *nanomundo* (PB) em oposição a *mundo nanométrico* (PE) ou ainda *ouro coloidal* (PB)/*coloide de ouro* (PE). A concorrência está colocada, mas ainda não é possível determinar com certeza qual da forma proposta vai se consolidar, embora o especialista brasileiro tenha afirmado que a proposta brasileira tenha mais chances devido ao uso do prefixo. Abaixo, contextos em que aparecem no *corpus* PB e PE.

Perspectivas e aportes desse nível fizeram com que o <nanomundo> deixasse de ser apenas uma tecnologia emergente, apesar de haver alguns braços, como a nanobiologia, com resultados ainda incipientes (Veja, 2006, p. 18).

Capítulo 3 Granularidade do <mundo nanométrico> (Lobo, 2009, p. 35).

2.2.2. Variante terminológica coocorrente

Esse tipo de variante terminológica é muito produtiva na terminologia pesquisada. Isso se deve porque ela ocorre quando um mesmo referente recebe duas ou mais denominações e desencadeia a sinonímia terminológica. Exemplos são muito abundantes e a própria sinonímia pode ser tratada de modo exaustivo para o estudo de uma determinada terminologia. Não é o objetivo aqui, mas salta aos olhos UCEs como *microscópio de varredura de sonda* (PB)/*microscópio de sonda de varrimento* (PE); *microscópio de varredura por sonda* (PB)/*microscópio de varrimento de sensor* (PE); *microscópio óptico de varredura de campo próximo* (PB)/*microscópio óptico de campo próximo* (PE).

Avanços significativos em nanotecnologia não foram notados até o início da década de 1980, devido à ausência de novos instrumentos que permitissem a nanomanipulação, como por exemplo, os micros-

cópios de varredura por sonda (SPM), de varredura por tunelamento (STM), de <campo próximo (NFM)> e de força atômica (AFM). Esses instrumentos vêm promovendo os “olhos” e os “dedos” necessários para medir e manipular materiais em escala nanométrica (Duran, 2006, p. 16).

Arranjo de nanopartículas de Au: 100 x 100 x 40 nm, separadas de 100 nm e depositadas num substrato de óxido de índio e estanho (ITO) que é transparente. A esfera na extremidade da guia de onda é excitada usando a abertura óptica da sonda de um <microscópio óptico de campo próximo (SNOM)>, e a onda é detectada usando nanoesferas fluorescentes (Lobo, 2009, p. 105).

2.2.3. Variante terminológica competitiva

A variante competitiva é aquela que relaciona significados entre itens lexicais de línguas diferentes, quer dizer, itens lexicais de uma língua B preenchem lacunas de uma língua A. As variantes competitivas sofrem, em seu desempenho, intersecções, devido à própria natureza estrangeira da expressão. Esse fenômeno se dá quando a estrutura da língua da UCE estrangeira é perturbada por estruturas da língua vernacular. A mistura de formantes ativa a variação. Outra forma de ocorrer a variação é quando uma UCE da língua vernacula comuta com uma UCE de língua estrangeira e vice-versa. Neste caso, as regras de variação são de ordem morfossemântica ou de ordem semântico-pragmática. É o que ocorre, por exemplo, em *biochip/microarranjo*, *buckyballs/fulerenos*, em PB. Em PE, há uma série de variantes para esta UCE: *fulereno de C60*, *futeboleno*, *molécula C60* e *molécula de carbono C60*. De certa forma, acompanha ainda e é influenciado pelas UCEs originais em inglês, em que se observa: *buckminster*

fullerene, bucky ball, buckyball, C60 fullerene, C60 molecule, fullerene-60 e buckminster fullerine. Uma outra UCE interessante de ser observada é *computação impregnante/pervasive computing*.

Um estudo publicado pela Dra. Eva Oberdorster, em julho de 2004, encontrou que percas boca-grande (um tipo de peixe), quando expostas a pequenas quantidades de <fulerenos> (também conhecidos como <buckyballs>, que, em síntese, são esferas nanométricas perfeitas, compostas por sessenta átomos de carbono dispostos como os pentágonos e hexágonos de uma bola de futebol (Grupo ETC, 2005, p. 50).

Assim, e para tentar contrariar a controvérsia associada à utilização de solventes orgânicos, vários autores têm utilizado diversas metodologias como a sonicação, a agitação mecânica durante períodos longos ou a filtração, para preparar as suspensões aquosas de NMs (e.g. TiO₂ e <fulereno C60>) a serem utilizadas em testes ecotoxicológicos (Lovern; Klaper, 2006; Oberdörster *et al.* 2006; Nogueira, 2009, p. 11).

As variantes competitivas são os empréstimos linguísticos. Eles são variantes que se originam de língua estrangeira e que provocam na língua receptora o surgimento de outra forma, devido ao ambiente linguístico estranho à sua permanência natural. Nos casos citados, a alteração da forma de origem pode dar-se por modificações nos formantes da UCE, por decalque da forma, por conveniência com uma forma vernacular, mas em todas as situações o conceito se mantém.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar algumas UCEs da área da N&N no PB e PE, procurou-se, primeiramente, aplicar a teoria de variantes terminológicas proposta por Faulstich (2001).

A proposta da autora deu subsídios para classificar alguns exemplos de variantes na área estudada, comparando dois tipos de *corpus* no qual a língua portuguesa é o idioma oficial. Por esta razão, foi necessária uma adaptação de um fragmento da teoria ao objeto de estudo da pesquisa. Essa adaptação se fez necessária porque se acredita que a variação presente na N&N é motivada, principalmente, pela variação competitiva.

Entre as possibilidades de variação descritas e analisadas neste trabalho, foi possível perceber uma maior frequência nas variantes competitivas e morfológicas. Foi identificada a alternância de sufixos em inúmeras UCEs das quais foram analisadas algumas. Embora os exemplos tenham se restringido à variação sufixal, foram identificados também alguns casos de alternância no prefixo.

A comprovação da existência de variantes nas UCEs da N&N é importante para corroborar a relevância de pesquisas que analisem contextos tão específicos (semelhantes e, ao mesmo tempo, distintos), como o contexto brasileiro, agora expandido para o contexto europeu, representado por Portugal. Esses países possuem sistemas políticos e econômicos díspares, por isso precisam refletir sobre formas de interação e troca de experiências inclusive e, talvez principalmente, na área estudada.

Reconhecer e aceitar as variações linguístico-terminológicas e poder sistematizá-las, na medida do possível, contribuirá para uma maior interação e cooperação entre as nações de fala portuguesa, sem a necessidade de cada uma abrir mão de sua variante linguística, que funciona como espelho no qual se reflete a visão de mundo de cada povo.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Hélder Maximino Couto. *Estudo dos factores que influenciam a eficiência de dispositivos electrónicos orgânicos por simulação computacional*. 2009. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade do Minho, Braga, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/9937>. Acesso em: 12 fev. 2011.
- BRUM, José Antônio; MENEGHINI, Rogério. O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 48–56, out. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>. Acesso em: 8 jun. 2006.
- CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida; Empúries, 1993.
- DURAN, Nelson; MATTOSO, Luiz Henrique Caparelli; MORAIS, Paulo Cezar de. *Nanotecnologia: introdução, preparação e caracterização de nanomateriais e exemplos de aplicação*. São Paulo: Artliber, 2006.
- EDIÇÃO VEJA ESPECIAL. *Tecnologia: nanotecnologia, neurotecnologia, robótica*. São Paulo: Editora Abril, ano 39, n. 71, jul. 2006.
- FAULSTICH, Enilde. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. *TradTerm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia*, São Paulo, n. 7, 2001.
- FURTADO, Luis Fernando de Oliveira. *Desenvolvimento de dispositivos moleculares fotovoltaicos*. 2007. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Química, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GALEMBECK, F. et al. *Desenvolvimento da nanociência e da nanotecnologia*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2003. Disponível em: <http://www.mct.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2005.
- GIMAIEL, Helena Liberatori. *Estudo das camadas transportadoras de elétrons em dispositivos poliméricos emissores de luz*. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica – Microeletrônica) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GRUPO ETC. *Os riscos da tecnologia do futuro*. São Paulo: L&PM, 2005.
- KOCOUREK, Rostislav. *La langue française de la technique et de la science*. 2. ed. Wiesbaden: Oscar Brandstetter Verlag GmbH & Co. KG, 1991.

LINO, Maria Teresa et al. Rede de neologia e de terminologia em língua portuguesa (em situação de contacto de línguas). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2., 2007, Praia. *Actas...* Praia: Universidade de Cabo Verde, 2007. p. 35–42.

LOBO, Rui Felipe Marmont. *Nanotecnologia e nanofísica: conceitos de nanociência moderna*. Lisboa: Escolar Editora, 2009.

MARQUES, Inês Redondeiro. *Novos sistemas terapêuticos nanotecnológicos*. 2009. 61 f. Monografia (Graduação em Ciências Farmacêuticas) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10284/1106>. Acesso em: 22 abr. 2010.

MING, Celso. Nanicolândia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. B2, 30 maio 2004. Caderno de Economia.

NEVES, Márcia Carvalho. *Síntese e caracterização de nanoestruturas compósitas*. 2008. 247 f. Tese (Doutorado em Química) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2008. Disponível em: <http://biblioteca.sinbad.ua.pt/teses/2008001139>. Acesso em: 2 maio 2010.

NOGUEIRA, Verónica Inês Jesus Oliveira. *Impacto de nanomateriais orgânicos e inorgânicos na estrutura da comunidade microbiana do solo*. 2009. 45 f. Dissertação (Mestrado em Toxicologia e Ecotoxicologia) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2009.

SCIENTIFIC AMERICAN. *Nanotecnologia: como o domínio das moléculas está reformulando o mundo*. Edição especial. Rio de Janeiro: Ediouro; Segmento-Duetto Editorial, 2008. (Especial 22).

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. Faculdade de Ciências e Tecnologia. *Engenharia microelectrónica e nanotecnologias*. Lisboa, 2008. Curso de pós-graduação (2º ciclo – Mestrado).

TERMINOLOGIA, CRIANÇAS E PROFESSORES: AS CIÊNCIAS NATURAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I*

*Mariângela de Araújo***

INTRODUÇÃO



O presente artigo vem tratar de algumas questões ainda não muito abordadas na área da Terminologia: a aquisição de conceitos especializados por crianças, a presença de terminologia sofisticada em livros didáticos de ensino fundamental I e a formação dos professores que devem introduzir as crianças no complexo mundo das ciências.

Apesar de não se pretender um aprofundamento no tratamento dessas questões, este artigo buscará lançar atenção a esses temas que, embora essenciais para a formação de futuros especialistas, não têm ainda expressão dentro dos estudos terminológicos, dada a escassez de trabalhos sobre o tema.

Deve-se salientar, entretanto, que tal fato pode dever-se não ao desinteresse dos pesquisadores, mas, sobretudo, por a Terminologia

* Este texto foi atualizado com pequenos ajustes advindos de revisão bibliográfica e textual.

** Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, São Paulo, araujomar@usp.br.

ter voltado sua atenção a conceitos sólidos ou àqueles que estão emergindo, usados, todavia, por especialistas, considerados aqueles que conhecem plenamente o conceito.

No entanto, há um momento em que se deve lembrar que todos aqueles que se especializam em uma área do conhecimento sabem que se passa por um longo processo de formação para o domínio e o pleno conhecimento de um conjunto de conceitos. Assim, especialistas no estudo das línguas e da linguagem, por exemplo, passam a vida escolar trabalhando com conceitos como *palavra, sílaba, texto, substantivo, adjetivo, verbo* e outros, para chegarem a conhecer plenamente esses conceitos, podendo, a partir daí, contestar definições, observar polissemias existentes nos termos, aprofundar temas ainda não estudados e etc.

Alguns autores já apresentaram a preocupação com a terminologia no ensino – no Brasil, por exemplo, pode-se citar Laface (1996a, 1996b e 1997) e Camilotti (2010), que vêm se dedicando à relação entre a terminologia e seu registro em dicionários escolares brasileiros. Recentemente, também se pode mencionar o projeto desenvolvido por Estopà (2011), com crianças de seis e sete anos, que não se relaciona exatamente com ensino, mas, sobretudo, com as concepções de crianças sobre conceitos científicos.

Dessa forma, conclui-se que não é apenas no Ensino Superior que se aprendem e se adquirem conceitos especializados; muito antes disso os conceitos começam a ser apresentados a crianças por meio dos termos existentes em livros e nos discursos dos professores. Nesse sentido, o estudo que ora se apresenta acaba por corroborar um dos princípios da Teoria Comunicativa da Terminologia, em que se propõe o seguinte:

Así, en contraste con las ideas de base de la TGT, nuestra propuesta parte del supuesto que los tér-

minos no son unidades aisladas que constituyen un sistema propio, sino unidades que se incorporan en el léxico de un hablante en cuanto adquiere el rol de especialista por el aprendizaje de conocimientos especializados.

[...]

Esta posición nos conduce a defender que la terminología puede formar parte de los signos del lenguaje natural e integrarse en el conocimiento del hablante, que es al mismo tiempo hablante de una lengua y profesional de una materia, sin necesidad de recurrir a la propuesta de una doble competencia explicada por sistemas autónomos, que no nos parece plausible a la vista de los datos de la realidad (Cabré, 1999, p. 118-119).

Daí a importância de se estudar a terminologia veiculada nos livros didáticos, que, conseqüentemente, é abordada pelos professores em sala de aula. Também é importante estudar de que forma os conceitos são introduzidos e a qualidade das definições, para que esses novos conceitos não sejam assimilados pelos alunos de modo equivocado, uma vez que isso poderá ser um obstáculo no aprofundamento de seus estudos. Sobre isso Langhi e Nardi (2005), pesquisadores do ensino de Astronomia no Brasil, fazendo um apanhado de autores (Tignanelli, 1998) e Driver (1989) e documentos (PCN) que pautam o assunto, resumem:

Conforme os PCN (BRASIL, 1997), “os estudantes possuem um repertório de representações, conhecimentos intuitivos, adquiridos pela vivência, pela cultura e senso comum, acerca dos conceitos que serão ensinados na escola”. Para Tignanelli (1998), a criança procura “as suas próprias explicações, geralmente sustentadas pela sua fantasia, seja mítica

ou mística. Se não lhe forem apresentadas outras opções, esse pensamento mágico da criança persistirá durante toda a sua vida”. Muitas vezes, as concepções trazidas para a sala de aulas pelos alunos podem diferir tanto das idéias a serem ensinadas que chegam a influir no processo de sua aprendizagem, ou oferecerem resistência a mudanças [...] (Langhi; Nardi, 2005, p. 78).

Diante desses fatos, buscar-se-á demonstrar, primeiramente, a complexidade da terminologia presente em livros didáticos e, posteriormente, apresentar um projeto de trabalho terminológico-terminográfico, que tem como objetivo a elaboração de um dicionário terminológico voltado a professores do ensino fundamental I.

1. AS CRIANÇAS E A TERMINOLOGIA: OS TERMOS DAS CIÊNCIAS NATURAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o ensino das Ciências Naturais deve ser contemplado desde os primeiros anos do ensino fundamental. Assim, o documento afirma o seguinte:

Numa sociedade em que se convive com a supervalorização do conhecimento científico e com a crescente intervenção da tecnologia no dia-a-dia, não é possível pensar na formação de um cidadão crítico à margem do saber científico.

Mostrar a Ciência como um conhecimento que colabora para a compreensão do mundo e suas transformações, para reconhecer o homem como parte do universo e como indivíduo, é a meta que se propõe para o ensino da área na escola fundamental.

A apropriação de seus conceitos e procedimentos pode contribuir para o questionamento do que se vê e ouve, para a ampliação das explicações acerca dos fenômenos da natureza, para a compreensão e valoração dos modos de intervir na natureza e de utilizar seus recursos, para a compreensão dos recursos tecnológicos que realizam essas mediações, para a reflexão sobre questões éticas implícitas nas relações entre Ciência, Sociedade e Tecnologia (Brasil, 1997, p. 21).

Ainda de acordo com esse documento, os conteúdos tratados podem ser agrupados em blocos temáticos:

São quatro os blocos temáticos propostos para o ensino fundamental: Ambiente; Ser humano e saúde; Recursos tecnológicos; e Terra e Universo.

Os três primeiros blocos se desenvolvem ao longo de todo o ensino fundamental, apresentando alcances diferentes nos diferentes ciclos (Brasil, 1997, p. 34).

Dessa forma, nota-se que as crianças, desde o início de sua escolaridade, passam a ter contato com conceitos científicos, que devem ser aprofundados com o decorrer de seu desenvolvimento. Por meio da observação de livros didáticos do segundo ao quinto ano, observa-se que tais conteúdos realmente são tratados, com a inclusão ainda do quarto bloco, que, segundo os PCN deveria ser iniciado no terceiro bloco (cf. PCN, 1997, p. 34), ou seja, a partir do atual sexto ano. A seguir demonstrar-se-ão alguns contextos com exemplos dos termos presentes em livros didáticos de ensino fundamental I:

Você já parou para pensar como as <ondas sonoras> são produzidas nos <sons> que ouvimos?

As <ondas sonoras> entram pela <orelha externa>, passam pelo <meato acústico externo> e chegam à <membrana timpânica> (Porta Aberta – Ciências, 2º ano, p. 17)

As <algas> são <organismos> que fazem <fotosíntese> e liberam <gás oxigênio> no <ar>. O que é chamado de <algas> abrange uma grande diversidade de <organismos fotossintetizantes>, desde <organismos unicelulares>, como as <cianobactérias>, os componentes do <fitoplancton> (<dinoflagelados> e <diatomáceas>), até as <algas macroscópicas> que encontramos na <praia> (Buriti – Ciências, 2º ano, p. 24).

Você já sabe que moramos no <planeta> Terra e que ele e mais sete outros <planetas> fazem parte do <Sistema Solar>, girando em torno do Sol (Porta Aberta – Ciências, 3º ano, p. 9).

Até aproximadamente a altitude de 80 km, os <gases> que juntos perfazem o 1% de outros <gases> da <atmosfera> são: <argônio>, <gás carbônico>, <neônio>, <hélio>, <metano>, <criptônio>, <óxido nitroso>, <hidrogênio>, <ozônio> e <xenônio>. Essa sequência representa do mais ao menos abundante. Os <gases> <argônio>, <neônio>, <hélio>, <criptônio> e <xenônio> são chamados de <gases nobres> (Buriti – Ciências, 3º ano, p. 98).

O <Aedes aegypti> não é o único <mosquito transmissor> da <dengue>. Nos países asiáticos e no México existe o <Aedes albopictus>, um <mosquito transmissor> da <febre amarela> como da <dengue> também (Porta Aberta – Ciências, 5º ano, p. 29).

Por meio dos contextos apresentados, verifica-se que, ao lado de termos comuns, que estão presentes na vida das crianças – mas também altamente complexos –, tais como *ar*, *dengue*, *planeta*, *som*,

encontram-se termos muito sofisticados e que, provavelmente, não fazem parte do cotidiano das crianças, tais como *cianobactéria*, *criptônio*, *diatomácea*, *dinoflagelado*, *meato acústico externo* e *organismo fotossintetizante*.

Os termos apresentados comprovam a existência de uma terminologia extremamente complexa em livros didáticos de Ensino Fundamental I, ou seja, voltados para crianças de 7 a 10 anos. Por isso, justificam um trabalho que alie Ensino e Terminologia, uma vez que mostram que as crianças e os professores têm de esforçar-se no sentido de aprenderem/ ensinarem conceitos altamente complexos veiculados por meio dos termos exemplificados.

Apesar de não ser o objetivo deste artigo, é necessário chamar a atenção para o fato de que os contextos, em geral, não são definitórios e os termos aparecem nesses contextos de maneira muito natural, como se as crianças dominassem já essa terminologia. Essa, então, parece mais uma evidência da necessidade de um trabalho terminológico nesse nível de ensino.

2. O PROJETO DE ELABORAÇÃO DO DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO DAS CIÊNCIAS NATURAIS PARA PROFESSORES

Buscou-se até o momento apresentar a necessidade de um trabalho que tenha como foco a terminologia das Ciências Naturais utilizada no ensino fundamental I. Entretanto, nas pesquisas desenvolvidas, verificou-se que haveria dois públicos-alvo para o produto terminográfico: alunos ou professores.

A partir de um levantamento da situação dos professores que lecionam nesse nível de ensino, acabou-se por elegê-los como

público-alvo. Eis alguns fatores levados em consideração no momento da escolha:

a) Os professores que devem iniciar os seus alunos em Ciências Naturais, no Brasil, podem ter apenas o ensino médio, não necessitando de Curso Superior.

b) Esse pré-requisito é cumprido, como se comprova em uma tabela divulgada pelo MEC, no Plano Nacional de Educação (2001). Nessa tabela, relativa à formação dos professores em 1996, verifica-se que, apesar de haver, pela LDB, a exigência mínima do ensino médio para os professores do ensino fundamental I, aproximadamente noventa e cinco mil (95.000) deles não apresentavam essa formação mínima. Além disso, pode-se observar também que, de um total de aproximadamente setecentos e noventa e nove mil (799.000) professores, apenas cento e setenta e dois mil setecentos e quinze (172.715) tinham formação em nível superior, ou seja, pouco mais de vinte por cento deles.

c) Apesar de algumas políticas públicas, iniciadas em 2001, tentarem reverter esse quadro, a Portaria 10, de 6 de agosto de 2009, do Conselho Nacional de Educação (CNE), intitulada Indicações para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação 2011-2020, indica, como uma das prioridades na formação dos profissionais, estabelecer um prazo para extinguir o curso normal de nível médio no País, para que ele deixe de ser considerado como formação inicial do professor e, consequentemente, como patamar básico de remuneração. Isso significa que, apesar de não haver um diagnóstico como o de 1996, há indícios de que as metas trazidas no Plano de 2001 não foram totalmente cumpridas.

d) Outro dado problematiza o ensino das Ciências Naturais nas séries iniciais do Ensino Fundamental brasileiro: não há, no âmbito do documento oficial que regulamenta o oferecimento de cursos superiores

para a formação de professores do Ensino Fundamental nas séries iniciais, um apontamento sobre a carga horária mínima destinada aos conteúdos referentes às Ciências Naturais (cf. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002). Assim, ocorre que, na prática, ao se observarem as estruturas curriculares desses cursos, nota-se primordialmente a ênfase nos conteúdos referentes à Língua Portuguesa e à Matemática. Isso significa que mesmo os professores formados em nível superior têm pouco contato com os conteúdos que lhe serão exigidos em sua prática pedagógica.

Assim sendo, trabalhos acadêmicos que versam sobre o ensino de Ciências nas séries iniciais e é necessário evidenciar que as dificuldades conceituais são inclusive mencionadas nos discursos de professores que trabalham com esse nível de ensino. Observem-se, por exemplo, as palavras de Langhi e Nardi (2005), sobre os discursos dos professores:

Isto remete às dificuldades de A ao abordar o assunto específico da Astronomia, como fica exemplificado no uso de expressões tais como: “fico meio apurada” (450), “hora do sufoco” (470), “conteúdo difícil” (176), “é uma coisa tão distante do mundo deles” (178), “só [...] um texto e uma figura de livro didático é difícil de entender” (181), “é bem complicado” (399), “algumas coisas sinto dificuldades, outras não” (455), “é difícil você responder, eu não sei, é difícil” (482), “mas eu não sei te dizer números exatos, quer dizer, eu tenho uma noção do que seja, mas eu não sei” (242) e “eles até te questionam: ‘mas qual que é o planeta mais próximo do Sol?’ pra dizer a verdade, nem sei. [risos] Eu não sei” (168). Com enunciados bem semelhantes a estes, os demais sujeitos da amostra deram margem às mesmas interpretações de seus discursos.

O docente não preparado para o ensino da Astronomia durante sua formação promove o seu trabalho educacional com as crianças sobre um suporte instável, onde essa base pode vir das mais variadas fontes, desde a mídia até livros didáticos com erros conceituais, proporcionando uma propagação destas concepções alternativas. Caso um histórico das concepções espontâneas em Astronomia de alguns professores pudesse ser traçado, talvez fosse possível encontrar concepções sobre fenômenos astronômicos neles que tiveram origem em sua própria infância e, persistindo durante anos, atravessaram intactas os momentos em que deveriam ser desestabilizadas e modificadas, mas por inexistência de tais momentos, as concepções acompanharam a inteira formação do docente e agora em sala de aula, seus alunos por sua vez as apreendem, denotando uma dominância de paradigmas (Langhi; Nardi, 2005, p. 83-84).

Assim, definido o público-alvo, foi delineado o *corpus* de estudo. Este é composto por livros didáticos selecionados pelo Ministério de Educação do Brasil (MEC) no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2010, restringindo-o, entretanto, às cinco coleções que tiveram melhor avaliação no quesito “conhecimentos e conteúdos”, pois se acredita que estes tragam os conteúdos essenciais e que apresentem poucos equívocos conceituais. São elas: *A escola é nossa* (Editora Scipione); *Caracol – Ciências* (Editora Scipione); *Porta aberta – Ciências* – Edição Renovada (Editora FTD); e *Projeto Pitangua – Ciências* (Editora Moderna). A esse *corpus* também foi acrescida a coleção *Buriti – Ciências*, uma vez que não havia mais disponíveis os manuais para os professores na Editora. Todavia, também os termos da coleção *Pitangua* estão sendo recolhidos, mas nos livros destinados aos alunos.

Neste momento da pesquisa, os termos coletados estão sendo inseridos em uma base de dados. A seguir, apresenta-se um exemplo de ficha terminológica preenchida.

Figura 1. Exemplo de ficha terminológica preenchida que constitui a base de dados

Microsoft Access - [Cópia de Didáticos : Formulário]

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Registros Ferramentas Janela Ajuda

Tahoma 8

DIDÁTICOS **BASE DE DATOS TERMINOLÓGICOS DAS CIÊNCIAS NATURAIS - BDTN**

Termo.....: unidade do ar ORDEM: 365

Informações Gramaticais: ☒ sf ☐ sm ☐ adv ☐ adj ☐ v

Sigla(s) ou Acrônimo(s).....:

Sinônimos.....:

Definição.....:

Termos relacionados.....:

Informações sobre a formação do termo:

Processo de formação.....: composição sintagmática

Informações adicionais.....:

Área.....:

Autor da Ficha.....: Renato

Data de inserção de ficha na base....: 20/09/2010

ORDEN_LETRAS1 365

Contexto(s) Chamamos de <unidade do ar> a quantidade de vapor de água presente no ar.

A etapa seguinte, na realização da pesquisa, consistirá na elaboração das definições, que têm como princípios a fidelidade aos conceitos a serem definidos e a adaptabilidade às necessidades do professor. Dito de outro modo, as definições têm de ser corretas, mas, ao mesmo tempo, conterem apenas as características do conceito relevantes para o professor, evitando sobrecarga de informações que não serão relevantes ao seu trabalho pedagógico.

Cabe ainda ressaltar que a última etapa será a consulta aos especialistas, que deverão validar as definições e as relações de significado

estabelecidas entre os termos (por exemplo, as relações de sinonímia) e indicar a relevância dos termos selecionados. Esse Projeto tem sido apresentado em encontros científicos de Ensino de Ciências e vem sendo bem recebido. Nesses encontros também se tem procurado especialistas que possam contribuir com o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar um projeto de estudo da terminologia das Ciências Naturais, mais especificamente, aquela que é estudada por crianças de sete a dez anos, no Ensino Fundamental I. Esse projeto visa também à elaboração de um dicionário terminológico destinado a professores desse nível de ensino.

Com este trabalho também se buscou evidenciar a necessidade e a escassez de trabalhos terminológicos que investiguem o processo de aquisição de conceitos especializados, que se inicia muito antes do ensino superior.

Tendo em vista o que foi demonstrado, ressalta-se a necessidade de uma maior interação entre a Terminologia e o Ensino, uma vez que um cientista se forma por meio de uma longa caminhada escolar e deve estar sempre em formação, conjugando a criação da terminologia – que emerge do conhecimento novo que se cria –, ao lado da utilização do já conhecido, ou seja, daquilo que deve saber sobre o que outros anteriormente descobriram e criaram.

Assim, os pesquisadores em Terminologia devem ter uma dupla preocupação e atuar tanto no auxílio da comunicação que se desenvolve entre especialistas como naquela que ocorre entre professores – de todos os níveis – e os alunos ou aprendizes de dada especialidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Brasília, DF, 2001.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada; Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CAMILOTTI, Fabrina C. Passiomai. O dicionário escolar e o estudo de Ciências: uma perspectiva de interação. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL LINGUAGEM E INTERAÇÃO*, 2010. *Anais..* São Leopoldo: Casa Leiria, 2010.

ESTOPÀ BAGOT, Rosa. Jugant a definir la ciència: un diccionari de mots de ciència fet per i per a nens i nenes. *Terminàlia*, Barcelona, n. 4, 2011.

LAFACE, Antonieta. A definição e a redefinição de termos do conjunto vocabular de áreas de conhecimento: por uma pedagogia do léxico. *In: ENCONTRO DA ANPOLL*, 1996, Caxambu. *Anais...* v. 2. Caxambu, 1996a.

LAFACE, Antonieta. Aquisição e domínio do vocabulário: abordagens para o ensino. *In: GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO*, 1996, Taubaté. *Anais...* Taubaté, 1996b.

LAFACE, Antonieta. A definição e a redefinição de termos: para uma pedagogia do léxico. *Confluência*, Assis, v. 5, 1997.

LANGHI, Rodolfo; NARDI, Roberto. Dificuldades interpretadas nos discursos de professores dos anos iniciais do ensino fundamental em relação ao ensino da Astronomia. *Revista Latino-Americana de Educação em Astronomia (RELEA)*, n. 2, 2005.

Corpus

PESSÔA, Karina Alessandra; FAVALLI, Leonel. *A escola é nossa: ciências*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2007. 4 v.

MESQUITA, Suzana; MARSICO, Maria Teresa; CABRAL, Cristina. *Coleção Caracol: ciências*. São Paulo: Scipione, 2007. 4 v.

GIL, Ângela; FANIZZI, Sueli. *Porta aberta: ciências*. São Paulo: FTD, 2007. 5 v.

PROJETO BURITI. *Ciências*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2010. 4 v.

PROJETO PITANGUÁ. *Ciências*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2008. 4 v.

FRASEOLOGIA E LINGUAGENS: A FRASEOLOGIA NA LITERATURA E NO DISCURSO PUBLICITÁRIO

*Maria Aparecida Barbosa**

A contemporaneidade, assim como fazia o romantismo, elege o retorno à natureza como um de seus axiomas, mas agora tendo a questão ecológica primazia no discurso atual de suas representações simbólicas, icônicas e na sua produção social de sentido reflexão e reparação do capital. O perfil desse enfoque emerge na mídia e se destaca na indústria do entretenimento, no turismo e na publicidade, produzindo aí signos simbólicos e hiperbólicos na arquitetura e no paisagismo urbano, sobretudo em suas representações ícono-publicitárias (Ferreira, 2011, p. 42).

Assim como os paisagismos francês e inglês nos remetem a ideias em que a espacialidade neles inscritas nos diz muito das condições sociais, também as representações de áreas verdes dos anúncios de empreendimentos imobiliários nos permitem vislumbrar a criação de espaços exclusivos para as classes privilegiadas das novas metrópoles globais (Ferreira, 2011, p. 39).

INTRODUÇÃO

Este trabalho examina diferentes tipos de unidades fraseológicas, com vistas à proposição de uma *tipologia* de fraseologias, seus

* Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Linguística, São Paulo-SP, *in memoriam*.

diversos *graus de lexicalização, seu papel* no conjunto de elementos de um *sistema linguístico e correspondente sistema sociocultural*. Procedeu-se à análise das relações semântico-conceptuais e semântico-sintáticas dessas unidades numa perspectiva mono e multilíngue, mono e multicultural. Ressalta-se o papel social e cultural dessas unidades linguísticas, geradora e reflexos de recortes culturais. Com efeito, a formação de frasemas é resposta às necessidades criadas por uma nova situação social. Do ponto de vista sociológico, assim como do da semântica cognitiva, cada nova proposição do frasema merece atenção especial, pois implica não apenas a composição de percepção de um novo fato antropocultural e de uma nova unidade linguística, constituindo, sobretudo, o resultado de uma estrutura mais complexa, de formulação e de seleção das proposições feitas no contexto do grupo social interessado. São examinados frasemas no nível de *sistema* e no *nível de discurso*, *destacando-se as remotivações, relexicalizações, ressemantizações, anulação de lexicalizações*, que sofrem nessa última instância. Serão examinados, ainda *slogans* de *discursos publicitários*, como determinantes dos paradigmas de uma época, de um lugar de uma camada social, de um estilo de discurso.

Verifica-se, por exemplo, que a publicidade do setor imobiliário, ao longo desses anos, vai, pouco a pouco, incorporando a paisagem, o verde no seu universo. A iconografia resultante da supervalorização do verde é característica do nosso tempo. A eminência de um desequilíbrio nas forças da natureza, as questões decorrentes de uma política hídrica, o progressivo esgotamento das reservas naturais e a completa transformação do cenário terrestre tem propiciado representações que conferem o estatuto de edênicos e privilegiados aos locais onde exista o mais leve resquício na paisagem de qualquer elemento verde. Serão examinados os *slogans*, paradigmas dessas mudanças.

1. A FRASEOLOGIA EM DIFERENTES PATAMARES DO PERCURSO GERATIVO

Das grandezas-sígnicas resultantes dos processos de conceitualização, semiotização e lexemização, destacam-se, aqui, apenas as grandezas denominadas fraseologias.

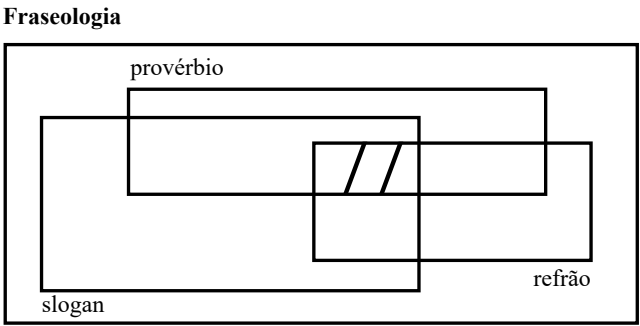
1.1. Configuração conceitual da fraseologia

A fraseologia é um dos ramos das ciências da palavra que tem por objeto de estudo as ‘unidades lexicais’, constituídas de dois ou mais vocábulos ou de sintagmas e de frases, com *grau variável de lexicalização*, ou seja, com *diferentes tipos e graus diversos de integração semântica e sintática de seus constituintes*. Fraseologia significa, ainda, o conjunto de frasemas de um universo de discurso. O tema *fraseologia* refere-se, pois, a dois conceitos diferentes, embora complementares.

Fraseologia é um hiperônimo, se se considera o termo como definidor de uma classe de equivalência sintática e semântica; classe de elementos que não são idênticos, mas que podem ser agrupados segundo algum critério. Qualquer classe de equivalência assim se define. Do ponto de vista do seu significado, é um arquissemema/arquilexema, isto é, define uma classe em que todos os elementos conjunto têm um núcleo semântico e estrutural comum. No caso de fraseologias, os diferentes elementos da classe são: provérbios, colocações, ditos populares, refrãos, dentre outros. Cada um deles tem estruturas semânticas, sintáticas e pragmáticas específicas, agrupam-se, entretanto, sustentados por elementos estruturais comuns – apresentam, todos, *integração, mais ou menos acentuada*, entre as suas partes. Fraseologia é, pois, um termo que determina uma classe de equivalência, que, por

definição, é um conjunto de elementos que não são idênticos, mas que podem ser agrupados seguindo algum critério. O critério aqui é o grau de integração.

Figura 1. Tipos de fraseologias



Quanto aos traços específicos e identificadores de cada grupo, não obstante as numerosas pesquisas, acredita-se não se ter, ainda, um resultado satisfatório.

1.2. Tipos e graus de lexicalização

No que concerne aos diferentes *tipos* e *graus de lexicalização*, saliente-se que existem três tipos de integração (Pottier, 1978): a *adjetivação*, que é uma integração de primeiro grau, já que não implica um comprometimento necessário entre os constituintes, como por exemplo, “a *mesa redonda* é mais prática que a mesa retangular”; a *síntese vocabular*, do tipo *doador*, é uma integração de segundo grau; os *frasemas* constituem uma síntese de terceiro grau; *quem tudo quer, tudo perde*.

1.2.1. Unidades fraseológicas em nível de sistema, de normas, de texto-ocorrência

As unidades fraseológicas assumem características bastante diversas, se analisados nesses diferentes níveis de atualização. Com efeito, o espectro semântico do frasema, *em nível de sistema* (Coseriu, 1980) aponta para uma unidade léxica consensual, diatópica, distrática, diafásica e, até mesmo, diacrônica. Em *nível de normas*, assume o estatuto de uma possível marca de um universo de discurso, com características, sobretudo, sinfásicas. A análise dos frasemas mais frequentes no discurso jurídico, no discurso publicitário, por exemplo, mostra traços bem diferentes dessas unidades, em cada um deles, e permite tirar conclusões relevantes. Em *nível de discurso-ocorrência* há que se examinar cada caso.

As relações semântico-conceptuais dos frasemas, numa perspectiva mono e multilíngue, mono e multicultural mostram o papel social e cultural dessas unidades linguísticas, geradoras e reflexos de recortes culturais, cujo resultado é uma forma de conteúdo exclusiva e própria de um grupo. Formar, no sentido hjelmsleviano, é atribuir/suprimir valores e funções, é colocar o centro de gravidade em pontos diferentes. Esse último aspecto concerne principalmente ao recorte observacional da Lógica e da Pragmática. Os títulos de filmes utilizam frequentemente esse processo, num enfoque mono/plurilíngue:

“90 dias em Pequim / há quase 3 meses longe de casa”.

“A ponte sobre o rio Kwai / tudo por causa daquela pinguela”.

Em *nível de discurso ocorrência* os frasemas podem ser atualizados de diferentes formas:

1.2.1.1. Podem ser atualizados tal como existem no sistema

Confirmam:

“Quem tem boca vai a Roma”.

“Quem tem boca vai ao dentista”.

1.2.1.2. Podem ser atualizados com alterações, cuja sistematização apresentaremos a seguir

Os frasetas vistos mais especificamente em textos de Guimarães Rosa assumem características muito específicas e podem ser sistematizados da seguinte maneira:

a) Processos de *relexemização*

“Deu patas à fantasia”.

“Dera ali o ar de sua desgraça”.

b) Processos de *deslexicalização* (processo primário) e posterior *relexicalização* (processo secundário)

“O Feio está ficando coisa”.

“Esta é aquela flor que não permite bater em nenhuma mulher”.

c) Processo de *instauração inédita* de lexicalizações

“Para os pobres os lugares são mais longe”.

“O medo é a extrema ignorância em momento muito agudo”.

d) Processos de *ressemantização*

“O furo do ano sem dor” (discurso publicitário).

e) Processos de *reconceptualização* (o ponto de vista ou a lógica específica de cada cultura):

Português: “Um é pouco, dois é bom, três é demais”.

Francês: “Un médecin soigne, deux estropient, trois tuent”.

1.2.2. A Fraseologia no discurso publicitário

A deliberação do discurso de louvação da natureza, no imaginário e na representação contemporânea, leva a investigar mais especificamente o que é proveniente na construção dessa iconografia e suas diversificadas média. Por que o mercado imobiliário necessariamente coloca algo “verde” em seus espaços? Qual a relação desse proceder com os objetivos mercadológicos? Qual a eficácia dessa representação? Ao que ela está se opondo, à “selva de pedra”? Ao campo? À floresta selvagem indomada? A contemporaneidade elege o retorno à natureza como um de seus axiomas.

Marc Augé (*apud* Ferreira, 2011), analisando os anúncios do mercado imobiliário francês no segmento das casas de campo, das mansões de *séculos passados* e dos imóveis diferenciados do *século das luzes*, sugere uma analogia entre o sistema do modo proposto por Barthes e um hipotético sistema da moda residencial, ao afirmar que, entre o “prêt-à-porter” na moda e os modelos padrão das habitações, em grande parte pré-fabricadas, há um “prêt-à-habiter”.

Já se nota, nessas citações, que a lexicalização é uma questão de grau: *séculos passados* é muito menos lexicalizada do que *século das luzes*; *prêt-à-porter* é muito mais lexicalizada que *prêt-à-habiter*. Ressalte-se,

ainda, que a lexicalização em *slogans*, clichês, etc. tem de estar sempre vista à luz de uma sincronia, de uma sintopia, de uma sinstratia, de uma sinfasia, e que não podemos generalizar essa questão, ao contrário, ela deve ser vista em nível de sistema, de normas, de discurso ocorrência.

Assim, aos *slogans* “São Paulo não pode parar” e “A cidade que mais cresce no mundo”, geradas e entendidas nos anos 40 e 50 do século XX, contrapõe-se “São Paulo precisa parar de crescer”, cunhado pelo prefeito José Carlos do Figueiredo Ferraz (1971/1973). À “cidade desumana”, contrapõe-se uma tentativa de humanizar a cidade, expressa no logotipo da administração de José Vicente Faria Lima (1965/1969), o que já denotava uma proposta de construção de natureza no alvorecer do ideário preservacionista do meio ambiente e na busca de uma melhor qualidade de vida.

São *slogans* entendidos por uma geração, que os decodifica no contexto social, político, cultural de uma época. É assim que emerge o significado de *contrato social* x *contrato natural*. *Paraíso perdido*, *natureza indomada*, *selvageria da floresta*, *jardim suspenso da Babilônia*, *Revolução Industrial*, *grau da civilização*, *reservas naturais*, *natureza naturante* x *natureza naturada*, *obra de arte* são termos muito mais lexicalizados que *natureza ressacralizada*, *a modernidade dessacralizou o mundo*, *processo de reatualização*, *contrato natural*, *metacidade enclavada*, *mercado imobiliário paulistano*. No primeiro grupo temos adjetivação de terceiro grau e, no segundo, de primeiro e de segundo graus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho examinou questões relativas à configuração conceitual e estrutural de fraseologias. Examinou, ainda, diferentes tipos de unidades fraseológicas, com vistas à proposição de uma *tipologia de*

fraseologias, suas estruturas morfo-semântico-sintáticas, seus *diversos graus de lexicalização*, seu papel no conjunto de elementos de um *sistema linguístico* e correspondente *sistemas sociocultural*. Procedeu-se à análise das relações semântico-conceptuais, léxico-semântico-sintáticas dessas unidades, numa perspectiva *mono* e *multilíngue*, *mono* e *multicultural*. Ressaltou-se o papel social e cultural dessas unidades linguísticas, geradoras e reflexos de recortes culturais. Com efeito, a formação dos *frasesmas* é resposta às necessidades criadas por uma nova situação social. Do ponto de vista sociológico, assim como do da semântica cognitiva, cada nova proposição de um *frasema* merece atenção especial, pois não implica apenas a composição de percepção de um novo fato antropológico e de uma nova unidade linguística, constitui, sobretudo, o resultado de uma estrutura mais complexa, de formulação e de seleção das proposições, feitas no contexto do grupo social interessado. Enfim, examinaram-se as unidades fraseológicas no nível de *sistema* e no nível de *discurso-ocorrência*, destacando-se as remotivações, relexicalizações, ressemantizações e reconceptualizações que sofrem nessa última instância.

Além da sistematização proposta, a pesquisa permitiu levantar dados significativos, não apenas com o objetivo de uma caracterização possível de universos de discurso, mas também, para observar certos traços relativos às identidades culturais, assim como os que revelam influências interculturais. O suporte teórico para essa abordagem está justamente centrado nos processos de reconceptualização.

REFERÊNCIAS

- COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- FERREIRA, Carlos Eduardo Paranhos. *Relatório para exame de qualificação*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

POTTIER, Bernard. *Linguística geral: teoria e descrição*. Rio de Janeiro: Presença; UFRJ, 1978.

Bibliografia consultada

BARBOSA, Maria Aparecida. A construção do conceito nos discursos técnico-científico, nos discursos literários e nos discursos sociais não literários. *Revista Brasileira de Linguística*, São Paulo, v. 11, p. 31–60, 2001.

BÉJOINT, Henri; THOIRON, Philippe. Macrostructure et microstructure dans un dictionnaire de collocations en langue de spécialité. *Terminologie et Traduction*, Bruxelas, v. 1, p. 2–3, 1992.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida; Empúries, 1993.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semiótica do discurso científico: da modalidade*. Tradução de Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: DIFEL; SBPL, 1976.

LORENTE, Mercè; BEVILAQUA, Cleci Regina; ESTOPÀ, Rosa. El análisis de la fraseología especializada mediante elementos da linguística actual. In: CORREA, Margarita (org.). *Atas do VI Simpósio da Rede Ibero-americana de Terminologia*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

PAIS, Cidmar Teodoro. Aspectos de uma tipologia dos universos de discurso. *Revista Brasileira de Linguística*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 43–65, 1984.

PAIS, Cidmar Teodoro. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. 1993. 761 f. Tese (Doctorat d'État ès Lettres et Sciences Humaines) – Université de Paris-Sorbonne IV, Paris, 1993. Reprodução: Atelier National de Reproduction de Thèses, Lille.

SILVA, José Pereira da. *Ensaio de fraseologia*. Rio de Janeiro: CEFEPIL; Dialogarts, 1999.

DAS CIÊNCIAS DO LÉXICO AO LÉXICO NAS CIÊNCIAS: UMA PROPOSTA DE DICIONÁRIO PORTUGUÊS-ESPAANHOL DE ECONOMIA MONETÁRIA

*Odair Luiz Nadin**

INTRODUÇÃO



objetivo do presente texto é apresentar o processo teórico-metodológico de uma pesquisa em Terminologia Bilíngue.¹

A partir dos pressupostos teóricos da Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999), articulando-os com alguns princípios da Lexicografia Bilíngue, descrevemos e analisamos o uso especializado do português do Brasil e das variedades peninsular e argentina da língua espanhola no contexto econômico-financeiro, a fim de desenvolver um protótipo de dicionário bilíngue que considere a presença da variação linguística em um discurso especializado.

Consideramos pertinente uma discussão sobre Terminologia do ponto de vista bilíngue em virtude, sobretudo, das necessidades

* Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Faculdade de Ciências e Letras. Departamento de Letras Modernas. Araraquara. Brasil, odairnadin@fclar.unesp.br.

¹ Este texto é uma síntese de nossa tese de doutoramento (Silva, 2008) desenvolvida na UNESP/Araraquara, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Tereza Camargo Biderman e coorientação da Profa. Dra. María Teresa Cabré (PDEE/CAPES) e da Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa.

modernas de comunicação entre diferentes povos e culturas em distintos domínios do conhecimento humano. Assim, as questões apresentadas neste texto poderão suscitar novas discussões e motivar novas pesquisas em Terminologia Bilíngue.

Este artigo está dividido em três partes, a saber: (i) na primeira, apresentamos breve reflexão sobre as Ciências do Léxico que serviram de base teórica para a pesquisa; (ii) a segunda parte está dedicada ao processo metodológico propriamente dito, descrevemos desde os critérios de constituição dos *corpora* até a seleção das unidades terminológicas a serem consideradas no desenho da macroestrutura do dicionário e; (iii) na terceira parte do texto apresentamos a estrutura do dicionário proposto.

1. LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA: QUESTÕES DE VARIAÇÃO E EQUIVALÊNCIA

Esta pesquisa situa-se no âmbito da Terminologia. Entretanto, por partimos do pressuposto de que “os termos não pertencem a nenhum âmbito em particular; mas são usados em um dado âmbito com valor singularmente específico” (Cabré, 1999, p. 133), consideramos que tanto a Lexicologia quanto a Lexicografia podem dar relevantes contribuições à pesquisa.

A partir da Lexicologia, compreendemos que os termos são unidades léxicas pertencentes às línguas naturais e, por essa razão, possuem as características de qualquer unidade léxica. Entre essas características comuns a todas as palavras, detemo-nos às questões de variação motivadas, por exemplo, por polissemia, pelos empréstimos linguísticos e pelo uso de siglas.

A problemática da variação em terminologia é um dos temas mais relevantes da descrição e da análise do uso especializado de uma língua na atualidade. Não podemos conceber a ideia de descrever e analisar o uso especializado de uma dada língua sem considerar as possibilidades de ocorrência de variação terminológica. Áreas como a Economia, por exemplo, abertas às transformações pelas quais passa qualquer comunidade, apresentam, com frequência, alterações no conjunto de unidades léxicas que transmitem seus conhecimentos especializados.

Essa variação pode ser provocada por diferentes fatores como (i) usos de diferentes afixos (sobretudo sufixos) para bases iguais; (ii) oscilações na estrutura sintática da unidade terminológica, ou seja, a coocorrência de UTs formadas por sintagma preposicionado ou nome mais adjetivo; (iii) uso de siglas ou acrônimos que coocorrem com as formas plenas da UT; (iv) usos de metáforas e (v) empréstimos linguísticos.

A Lexicografia, nesse caso a bilíngue, proporcionou-nos os subsídios teórico-metodológicos necessários para o desenho da macro e da microestrutura do dicionário. Entre os aspectos que se devem considerar ao propor um dicionário bilíngue destacam-se: **a função do dicionário e o usuário propriamente dito**. As decisões a respeito da forma de organização do dicionário se determinam pela função (ou funções) para a qual o dicionário é pensado e em virtude do perfil do usuário que se preestabelece para a obra.

Lorente (2001, p. 85), referindo-se aos dicionários terminológicos, observa que pode haver elementos metodológicos comuns, mas a maioria das decisões que o terminógrafo toma deve ser adequada aos objetivos e às necessidades do perfil de usuário predeterminado.

Partimos, portanto, da premissa de que para a elaboração de um dicionário bilíngue faz-se necessário observar três fatores: (i) **a dicotomia dicionário ativo/dicionário passivo**, ou seja, a função

(ou as funções) para a qual o dicionário será elaborado; (ii) **o usuário propriamente dito** e (iii) **as necessidades desse possível usuário**.

Esses fatores (usuário, necessidades e funções) foram tratados pela primeira vez de forma sistemática pelo linguista russo L. V. Ščerba nos anos 30. Segundo Werner (1997, p. 113), “a proposta de Ščerba trouxe algumas inovações aos estudos lexicográficos que provocaram, ao menos teoricamente, uma mudança de paradigma nas reflexões acerca da Lexicografia Bilíngue”. Essas inovações influenciam (e influenciaram) também a elaboração de dicionários especializados.

Haensch e Omeñaca (2004) observam que para a elaboração de um dicionário bilíngue existe toda uma gama de decisões lexicográficas, em diversos campos, que dependem, por uma parte, da função do dicionário como *dicionário ativo* (produção de textos em língua estrangeira) ou como *dicionário passivo* (recepção de textos em língua estrangeira) e, por outro lado, da língua materna do usuário que consulta o dicionário.

O princípio *ativo/passivo* se fundamenta, segundo os autores, na combinação dos seguintes fatores:

1. Um dicionário bilíngue ($A \rightarrow B$) pode ser consultado pelos seguintes tipos de usuários:

- 1.1. usuário com A como língua materna.

- 1.2. usuário com B como língua materna.

- 2. Um dicionário bilíngue ($A \rightarrow B$) pode ser elaborado para as seguintes situações:**

- 2.1. recepção da língua estrangeira por usuário com B como língua materna (dicionário passivo).

- 2.2. produção na língua estrangeira por usuário com A como língua materna (dicionário ativo) (Haensch; Omeñaca, 2004, p. 243).

O possível usuário do dicionário e o objetivo com o qual o consulta se converteram, assim, em aspectos fundamentais a serem considerados na elaboração de um dicionário. Werner (1997, p. 128) afirma que

[...] o ponto central de uma teoria de dicionário bilíngue é a reflexão sobre as necessidades dos destinatários. De acordo com quem seja o destinatário e quais necessidades possui, o conceito metodológico do dicionário, seu conteúdo, sua metalinguagem e suas estruturas textuais serão diferentes.

Outro elemento fundamental na Lexicografia Bilíngue é a questão da equivalência. Kromann (1990, p. 21) propõe classificar os equivalentes em três grupos: (i) equivalentes absolutos; (ii) equivalentes parciais e (iii) equivalentes nulos.

Os *equivalentes absolutos*, segundo o autor, ocorrem com mais frequência na linguagem técnica e científica. Entretanto, a partir da análise dos *corpora* que serviram a essa pesquisa, constatamos que também em um domínio especializado a ocorrência de equivalência absoluta não é frequente. No nosso entendimento, somente em terminologias extremamente padronizadas, como as da “Anatomia Humana” ou a dos “elementos químicos”, entre outras poucas, é que se pode falar em equivalentes absolutos.

O segundo tipo de equivalente apresentado pelo autor trata-se dos *equivalentes parciais*. Estes, a partir do *corpus* analisado, são os mais comuns, pois tudo depende de como cada sociedade e, às vezes, cada indivíduo percebe a realidade. *Mercado*, por exemplo, pode se referir a uma mesma realidade em diferentes sociedades, mas não é sempre assim. Quanto mais se adentra às especificidades de cada sociedade, mais distanciamento poderá resultar entre os diferentes significados.

Nesse sentido, *mercado* no contexto do português brasileiro possui significados iguais a *mercado* no contexto espanhol dentro de um dado limite. Ao especificar *mercado de ações*, por exemplo, há organizações distintas entre os dois países (Espanha e Brasil) que podem resultar em matizes distintos de significado.

O terceiro tipo de equivalente proposto por Kromann (1990, p. 21) são equivalentes nulos. Preferimos denominar esse tipo como *ausência de equivalência*. Segundo o autor, a *ausência de equivalência* é mais comum em domínios específicos como a religião, a cultura, a política e, acrescentamos aqui, a economia. No caso do domínio econômico-financeiro existem ações, produtos e serviços que são próprios do sistema econômico e bancário de cada país e que, portanto, não possuem nenhuma unidade léxica em relação de equivalência.

2. TERMINOLOGIA

Quanto à Terminologia, as teorias de cunho variacionista e comunicativo² das quais destacamos a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) propuseram inúmeras inovações teórico-metodológicas para a descrição e a análise do uso especializado de uma dada língua. Essas novas propostas teóricas proporcionaram, também, transformações na metodologia de elaboração de dicionários especializados. Cabré (1999, p. 137) ressalta que:

A ideia central da metodologia da TCT é a de *adequação*. Essa teoria propõe uma metodologia ampla que reflete os pressupostos gerais da metodologia de todo trabalho terminológico e os fundamentos

² Referimo-nos, especificamente, à Socioterminologia e à Teoria Sociocognitiva da Terminologia. Ressaltamos que limitar-nos-emos, neste texto, à Teoria Comunicativa da Terminologia (Cabré, 1999). Para as outras duas teorias, sugerimos consultar Gaudin (2003) e Temmerman (2000).

obrigatórios da TCT. Esta metodologia serve de marco restritivo para a atividade prática. Com exceção dos princípios mínimos que lhe servem de marco, cada trabalho em concreto adota uma estratégia em função de sua temática, contexto, elementos implicados e recursos disponíveis. Nessa teoria, pois, em vez de se impor a metodologia, esta se adapta à circunstância sem contradizer os princípios: ***a adequação metodológica está acima da unificação extrema***. Assim, um trabalho pode adotar uma perspectiva onomasiológica ou semasiológica; pode partir de textos ou de bancos de dados; pode processar automaticamente textos em suporte digitalizado e aplicar detectores automáticos que exigem um minucioso trabalho de supervisão; podem propor a normalização dos termos de uma matéria ou simplesmente recopilar os usos efetivos que os especialistas implicados fazem deles. Em todos os casos se respeitarão os princípios mínimos, mas cada um adequará a metodologia às suas circunstâncias (grifos nossos).

A esse aspecto da teoria, a autora dá o nome de *Princípio de adequação*. Assim, o *Princípio de adequação* é, portanto, a *chave* do trabalho terminológico. Segundo o tema que se pesquise e os usuários que se pretenda atender, o trabalho se organiza de forma distinta. Lorente (2001, p. 99) desenvolve algumas reflexões sobre este *Princípio* e esclarece “que o fato de que a aproximação da TCT à terminologia seja linguística, as aplicações terminográficas que se defendem nessa teoria apresentam algumas variáveis”.

Em suma, as novas propostas teórico-metodológicas para o trabalho terminográfico, orientado pelos princípios da TCT, são, segundo Lorente (2001, p. 112), os seguintes:

- A terminografia atual aparece como um setor de aplicação aberto que inclui desde os clássicos modelos de vocabulários especializados de orientação prescritiva até as manifestações que foram consideradas fora da terminografia estrita, como os dicionários técnicos e os enciclopédicos.

- A diversidade de produtos terminográficos é condicionada pelas necessidades dos usuários e pelas finalidades para as quais os dicionários estão desenhados.

- A terminografia pode apresentar, como a lexicografia, uma diversidade de funções: descritiva, prescritiva, corretiva ou didática.

As afirmações da autora corroboram e justificam nossa proposta de um dicionário terminológico bilíngue adequado aos princípios da TCT. Além disso, a partir de suas considerações, podemos fazer a articulação entre a TCT e a proposta de lexicografia bilíngue de Ščerba, cujo principal aspecto é a consideração dos possíveis usuários e de suas necessidades na elaboração de um dicionário bilíngue e a função que o dicionário se propõe a desempenhar.

3. METODOLOGIA: O PERFIL DO USUÁRIO, A CONSTITUIÇÃO DOS CORPORA E O DESENHO DA MACROESTRUTURA

Para o desenvolvimento da pesquisa, observamos as etapas sugeridas em Cabré (1999). A autora orienta que antes de se iniciar um trabalho terminológico cumpram-se algumas etapas, tais como: a determinação e delimitação do tema, a perspectiva teórica, o tipo de

produto que se pretende produzir, os destinatários, os objetivos, entre outros. No quadro abaixo, sintetizamos e adaptamos à nossa pesquisa a proposta da autora:

Quadro 1. Etapas para o trabalho terminológico

Tema	Terminologia da Economia Monetária
Tipo de trabalho	Bílingue – descritivo
Aspectos teórico-metodológicos	• A Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT • A Lexicografia Bílingue.
Destinatários	• Alunos de Graduação ou Pós-Graduação em Economia e áreas afins. • Especialistas em Economia (docentes, economistas, etc.). • Profissionais envolvidos em transações comerciais entre Brasil, Espanha e Argentina. • Mediadores linguísticos no âmbito econômico-financeiro.
Objetivos	• Descrever unidades léxicas de valor especializado no âmbito da Economia Monetária em seus contextos reais de uso e defini-las. • Discutir o problema da variação terminológica e da ausência de equivalência na elaboração de um dicionário terminológico bílingue. • Elaborar uma proposta de dicionário terminológico bílingue português-espanhol/espanhol-português da economia monetária.
Finalidade	• Facilitar a compreensão mútua entre os falantes de português e de espanhol no domínio econômico-financeiro. • Facilitar a produção e compreensão de textos da economia monetária em língua portuguesa e em língua espanhola. • Propor um instrumento de pesquisa que sirva aos aprendizes, tradutores, revisores, etc., no âmbito da economia monetária.

Fonte: Adaptado de Cabré (1999, p. 144).

Nosso objeto de estudo é, portanto, as unidades léxicas da língua portuguesa (variedade brasileira) e da língua espanhola (variedades peninsular e argentina) que se realizam como unidades terminológicas (UTs) no âmbito da economia monetária. Essas unidades léxicas de valor especializado são analisadas a partir de uma perspectiva descritiva, sem pretensões de discutir questões prescritivas e/ou normalizadora.

3.1. Perfil do possível usuário do dicionário

O usuário prototípico do dicionário terminológico que propomos são diferentes profissionais e/ou aprendizes envolvidos na área da economia monetária e áreas correlatas. Por questões metodológicas, organizamos esses possíveis usuários em três grupos: (i) docentes ou aprendizes da matéria: professores ou estudantes de graduação ou pós-graduação em Economia ou áreas afins; (ii) especialistas em Economia e/ou demais profissionais que atuam em relações comerciais, econômicas e/ou bancárias entre Brasil, Espanha e Argentina e; (iii) profissionais de outras áreas (brasileiros, espanhóis e argentinos) em interação com falantes de português ou espanhol ou com textos escritos nessas línguas no âmbito da economia monetária (tradutores, revisores, profissionais de comércio exterior, secretários executivos etc.).

Esses prováveis usuários possuem como língua materna a língua portuguesa (variedade brasileira) ou a língua espanhola (variedades peninsular e argentina) e desenvolvem atividades que, de alguma forma, os colocam em interação com a área da economia monetária. Nessa interação, as línguas portuguesa ou espanhola, como língua materna ou estrangeira, cumprem relevante função. Embora ditos profissionais se aproximem à língua estrangeira a partir de perspectivas diferentes, possuem a necessidade comum de entender dados vei-

culados nessa língua para compreender, produzir ou traduzir textos em um contexto especializado.

3.2. A constituição dos *corpora*: fontes dos textos e seleção dos candidatos a termos

Os *corpora* textuais que serviram à extração das UTs e à elaboração do dicionário-piloto foram constituídos de textos escritos selecionados de *sites* oficiais de bancos públicos e privados, de instituições financeiras, de revistas, jornais e livros referentes ao domínio econômico-financeiro. Foram constituídos dois *corpora*: um do português do Brasil (PB) e um de língua espanhola, no qual contemplamos as variedades argentina e peninsular.

O *corpus* do Português Brasileiro foi organizado pela Profa. Dra. Maria Tereza Camargo Biderman (Biderman, 2003). As fontes que serviram à extração dos textos foram classificadas em seis blocos: (i) Associações Financeiras; (ii) Bancos e Bolsas de Valores; (iii) Jornalismo (fonte internet); (iv) Livros; (v) Revistas especializadas e (vi) *Sites* de economia. O *corpus* de língua espanhola foi organizado seguindo os mesmos critérios utilizados na constituição do *corpus* do PB. Organizamos um *corpus* de textos escritos, de diferentes gêneros e veículos de divulgação, também em seis blocos, conforme citado acima. Desse modo, selecionamos as unidades léxicas de valor especializado que descrevemos e analisamos e que compõem a nomenclatura do dicionário-piloto.

Elaboramos, a partir dos *corpora*, listas de unidades léxicas e selecionamos mil candidatos a termos em língua portuguesa. De posse dessa lista inicial, iniciamos o processo de confirmação do *status* de unidade terminológica e a busca pelos equivalentes em língua espanhola.

4. O PROTÓTIPO DO DICIONÁRIO

O dicionário terminológico bilíngue que propomos possui as seguintes características:

- parte de uma descrição *in vivo* (Cabré, 1999) das unidades léxicas de valor especializado em ambas as línguas que compõem as nomenclaturas;
- é elaborado a partir de um perfil devidamente delineado de possíveis usuários e de suas necessidades;
- propõe-se: (i) servir às funções de produção e de compreensão de textos em espanhol ou em português no âmbito da economia monetária e (ii) a atender às necessidades de falantes de espanhol e falantes de português em interação nessa área do conhecimento;
- apresenta informações sobre as principais instituições que compõem os sistemas financeiros dos três países em questão, o que facilita o trabalho dos profissionais da área bem como dos aprendizes.

4.1. A macroestrutura

A macroestrutura do dicionário português-espanhol e a do dicionário espanhol-português são compostas de duas partes, a saber:

- **Nomenclatura:** a *nomenclatura* é composta pelo termo-entrada em português ou em espanhol, dependendo da direção do dicionário, organizados em ordem alfabética.
- **Apêndice:** cada macroestrutura possui, também, um apêndice. Nesse apêndice julgamos pertinente dar ao usuário

falante de português algumas informações básicas sobre as principais instituições que compõem os sistemas financeiros da Espanha e da Argentina e ao usuário falante de espanhol algumas informações sobre as instituições que compõem o sistema financeiro do Brasil.

Essa parte do dicionário poderá ser um relevante material de pesquisa, sobretudo a estudantes de economia ou áreas relacionadas. Esses possíveis usuários, dada sua condição de aprendizes de uma matéria, necessitam saber como os *elementos* dessa matéria se organizam na sociedade, nesse caso, como estão organizados os sistemas financeiros de cada comunidade abordada.

4.2. A microestrutura

A microestrutura que propomos para o dicionário está organizada da seguinte forma:

(1) termo-entrada: a UT que figura como entrada (em português ou em espanhol dependendo do dicionário) é apresentada em sua forma de lema, isto é, masculino ou feminino singular;

(2) informação gramatical: essa informação se refere ao termo entrada e ao termo em relação de equivalência. Dita informação cumpre, sobretudo, a função de auxiliar o usuário na produção (ou tradução) de textos em língua estrangeira. Isso se justifica porque em alguns casos existem diferenças, sobretudo com relação ao gênero, entre as duas línguas;

(3) termo em relação de equivalência: julgamos pertinente apresentar a UT em relação de equivalência também nas entradas que se remetem a outras entradas com a defini-

ção. Tal procedimento poderá auxiliar o usuário no caso de necessitar apenas do termo equivalente por já conhecer seu significado em sua língua materna;

(4) definição:³ no dicionário na direção português-espanhol, a definição é escrita em espanhol e no dicionário na direção espanhol-português a definição é apresentada em português. A opção por apresentar a definição terminológica na língua materna do usuário se justifica por defendermos que um dicionário bilíngue tem como principal objetivo facilitar ao usuário acesso à informação que esteja em língua estrangeira, portanto, o dicionário proposto desempenha primordialmente função passiva.

Se o termo-entrada for polissêmico, as diferentes acepções são marcadas por números crescentes em vermelho: **1.[...]. 2.[...]. 3.[...].**

alavancagem s.f. apalancamiento s.m.

1. Uso de activos o recursos ajenos [...].
2. Adquisición de títulos o valores mobiliarios con recursos ajenos.
3. Operación de compraventa de activos, títulos y valores mobiliarios para liquidarse en el futuro.

No dicionário espanhol-português, se o termo-entrada se referir a significados diferentes entre a Espanha e a Argentina, encontra-se junto a ele o símbolo matemático ($\neq$) indicando que há diferença de significado do termo apresentado entre os dois países. Nesse caso, cada acepção é indicada por uma flecha ($\rightarrow$). Desse modo, não há entradas homônimas, mas sim verbetes polissêmicos.

³ Esclarecemos que devido ao fato de parte da pesquisa ter sido realizada na Espanha, a definição no dicionário português-espanhol é redigida na variedade peninsular da língua.

≠ **agregado monetario s.m.** **agregado monetário s.m.**

Conjunto formado pela soma da moeda em circulação e o saldo de determinados passivos [...].

→ No Eurosistema, o termo agregado monetário é composto [...].

→ Na Argentina, o agregado monetário é também denominado ALP1 e é formado [...].

Tanto no dicionário português-espanhol quanto no dicionário espanhol-português, quando houver relação parcial de equivalência entre as duas línguas, figura ao lado do termo-entrada o símbolo matemático de valor aproximado ($\cong$) e, em forma de *Nota*, os esclarecimentos quando necessários.

$\cong$ **mercado financeiro s.m.** **mercado financiero s.m.**

Conjunto de mercados de una Economía responsable por [...].

Nota: El mercado financiero en Brasil se constituye por cuatro grande mercados: mercado monetario; mercado de crédito; mercado de cambio y mercado de capitales que se subdividen en otros mercados.

(5) contexto: os contextos, extraídos dos *corpora*, servem para que o usuário possa observar o termo em uso e esclarecer, assim, possíveis dúvidas ao produzir ou traduzir um texto;

(6) formas variantes: essas UTs podem auxiliar o usuário na produção de texto em língua estrangeira, pois terão outras possibilidades de uso, evitando, entre outras coisas, as repetições que podem dificultar a compreensão do texto. Referimo-nos, nesse caso, às variações internas a cada norma linguística. Evidentemente que, dadas as diferenças entre as variedades peninsular e argentina da língua espanhola, não seria conveniente por questões de uniformidade textual, usar, por exemplo, *titulización* e *securitización* em um mesmo texto;

(7) **termos relacionados:** essas unidades correspondem aos termos relacionados semanticamente com o lema como, por exemplo, hiperônimos e hipônimos;

(8) **nota:** nesse espaço se proporciona ao usuário outras informações que possam elucidar possíveis dúvidas como questões relativas às UTs usadas na variedade argentina frente ao espanhol peninsular. Além disso, apresenta-se também nesse espaço informações de cunho enciclopédico que podem contribuir a uma melhor compreensão da UT em questão.

4.3. A rede de remissivas

A remissiva é uma técnica lexicográfica que permite ao usuário localizar a informação que busca e, além disso, economiza espaço no dicionário. Em nossa proposta de dicionário as remissivas funcionam basicamente de três formas:

(i) **de um verbete a outro:** o usuário encontrará remissivas entre os termos que possuam relações conceituais, como por exemplo, no verbete referente a *contrato a futuro* se remete aos termos *contrato a termo*, *mercado a termo* e *mercado futuro*.

contrato a futuro s.m. contrato de futuro s.m.

ver: contrato a termo, mercado a termo, mercado futuro.
--

(ii) **de uma unidade variante a um verbete:** no dicionário português-espanhol, a UT que aparece com mais frequência no *corpus* é a que constituirá o termo-entrada com a definição. As UTs em relação de sinonímia ou demais formas variantes constituirão uma entrada com o equivalente na língua estrangeira e com remissiva ao “termo principal”.

activo permanente *s.m.* **activo fijo** *s.m.*

ver: ativo fixo

No dicionário na direção espanhol-português, a entrada com a definição será sempre o termo pertencente à variedade peninsular da língua espanhola. Assim, sempre que houver diferença denominativa entre as duas variedades do espanhol, o termo na variedade argentina constituirá uma entrada com o equivalente em português e remissiva ao termo da variedade peninsular.

Securitización *s.f.* **securitização** *s.f.*

ver: titulización

(iii) do índice remissivo com as siglas à sua forma plena:

o índice remissivo com as siglas e acrônimos consiste em uma lista dessas unidades seguida de suas respectivas formas plenas e da página do dicionário onde o usuário poderá encontrar o verbete. Assim, todas as UTs que se realizem também em forma de siglas ou acrônimos cuja forma plena consista em uma entrada no dicionário ou no apêndice, estarão listadas em ordem alfabética em um único índice remissivo independente da língua.

Índice remissivo

1. BCRA: Banco Central de la República Argentina – p. x
2. BACEN: Banco Central do Brasil – p. x

4.4. O tratamento de variação e de *lacunas* terminológicas na macro e na microestrutura

Para o tratamento da variação terminológica, seja denominativa ou conceitual, propomos considerar dois aspectos: (i) o fato de que em um dicionário em formato papel o espaço é reduzido e, portanto, não seria possível elaborar um verbete para cada UT variante e; (ii) no caso de línguas como o espanhol, por exemplo, a intensidade da variação, sobretudo por razões geográficas, é bastante relevante que não seria conveniente propor entradas homônimas. No dicionário português-espanhol, como trabalhamos apenas com a variedade brasileira do português, não há maiores problemas. O termo mais frequente é o que constitui o verbete completo. Os demais são remetidos a esse.

No dicionário espanhol-português, as soluções encontradas para resolver esse problema foram, com relação à macroestrutura, apresentar o verbete completo a partir do lema da variedade peninsular do espanhol. As entradas com as UTs na variedade argentina, bem como variantes dessas duas variedades da língua, são apresentadas acompanhadas do equivalente em português e as respectivas informações gramaticais mas sem a definição. Caso o usuário necessite mais informações, fará uso da remissiva para a variedade peninsular.

Assim, na entrada com o lema *securitización*, por exemplo, o consulente será orientado a buscar a entrada *titulización*. Nesta, encontrará todas as informações pertinentes. Entretanto, figura junto ao lema ***securitización*** sua informação gramatical e o equivalente em português com sua respectiva informação gramatical.

securitización s.f.	securitização s.f.
ver: titulización	

Quanto às *lacunas* terminológicas, uma das possibilidades seria propor uma unidade terminológica na língua de chegada que pudesse ser usada como equivalente da UT da língua de partida. Entretanto, esta seria uma possibilidade mais vinculada a trabalhos de cunho prescritivo, o que não é o caso. Propomos, então, colocar como equivalente um termo mais genérico da língua de chegada e proporcionar ao usuário um esclarecimento em forma de nota. Um usuário falante de espanhol que esteja diante de um termo como *cheque pré-datado*, por exemplo, poderá facilmente compreender as explicações encontradas nesse verbete e saberá, dada a presença do equivalente em sua língua – *cheque* – que se trata de um tipo desse documento.

Dicionário português-espanhol

cheque pré-datado s.m. cheque s.m.

Medio de pago con fecha posterior a la fecha de la compra. [...].

Nota: El uso del cheque como “crédito” no está autorizado por la Política Monetaria brasileña. Aunque no sea un tipo reconocido de crédito, en la práctica se utiliza con mucha frecuencia en Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo primordial neste trabalho foi o de descrever e analisar o uso especializado das línguas portuguesa e espanhola no âmbito da economia monetária a fim de elaborar um protótipo de dicionário terminológico bilíngue. Dito dicionário propõe-se contemplar as variedades linguísticas peninsular e argentina da língua espanhola bem como o português brasileiro.

A partir da descrição e da análise dos contextos no português e no espanhol, organizamos, portanto, uma proposta de dicionário ter-

minológico bilíngue direcionado tanto ao falante de português quanto ao falante de espanhol. O modelo de dicionário proposto parte de um fator fundamental: o perfil do usuário em potencial da obra e das necessidades de consulta desse possível usuário.

Assim, foi possível cumprir um objetivo teórico e um prático. O objetivo teórico consistiu nas reflexões e propostas que desenvolvemos bem como na descrição da problemática da variação em Terminologia que poderá, em algum momento, dar margem a novos questionamentos e reflexões, originando novas pesquisas. O objetivo prático está relacionado à proposta de dicionário que, por sua vez, também poderá vir a ser um instrumento de reflexão sobre Terminologia e Terminografia Bilíngue no Brasil.

REFERÊNCIAS

CABRÉ, María Teresa. *La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada; Universitat Pompeu Fabra; Documenta Universitaria, 1999.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Corpus de textos bancários e financeiros*. Araraquara, SP: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2003. Não publicado.

GAUDIN, François. *Socioterminologie: une approche sociolinguistique de la terminologie*. Bruxelles: De Boeck & Larcier, 2003.

HAENSCH, Günther; OMEÑACA, Carlos. *Los diccionarios del español en el siglo XX: problemas actuales de la lexicografía, los distintos tipos de diccionarios, una guía para el usuario, bibliografía de publicaciones sobre lexicografía*. 2. ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004.

KROMANN, Hans-Peder. Selection and presentation of translational equivalents in monofunctional and bifunctional dictionaries. *Cahiers de Lexicologie: Revue Internationale de Lexicologie et de Lexicographie*, Copenhagen, v. 56, p. 17–24, 1990.

LORENTE, Mercè. Teoría e innovación en terminografía: la definición terminográfica. In: CABRÉ, María Teresa; FELIU, Judit. *La terminología científico-técnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y semántica*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada; Universitat Pompeu Fabra; Documenta Universitaria, 2001.

SILVA, Odair Luiz da. *Das ciências do léxico ao léxico nas ciências: uma proposta de dicionário português-espanhol de economia monetária*. 2008. 334 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

TEMMERMAN, Rita. *Towards new ways of terminology description: the sociocognitive approach*. Philadelphia: John Benjamins, 2000.

WERNER, Reinold. Algunos elementos de una teoría del diccionario bilingüe. In: CABRÉ, María Teresa; LORENTE, Mercè (org.). *Lèxic, corpus i diccionari: cicle de conferències 1995–1996*. Barcelona: Institut de Lingüística Aplicada; Universitat Pompeu Fabra; Documenta Universitaria, 1997. p. 113–131.

SOBRE A PRESENÇA DE ELEMENTOS ERUDITOS NA FORMAÇÃO DE TERMOS: ENTRE A DERIVAÇÃO E A COMPOSIÇÃO*

*Sabrina Pereira de Abreu***

INTRODUÇÃO

Em Abreu (2010a), apresentamos um conjunto de dados colhidos de diferentes pesquisas realizadas com vocabulários especializados que pareciam corroborar a ideia de que o quadro geral de formação de termos pode ser dividido em dois grandes grupos: a) processos gerais (derivação e composição); e b) processos motivados por variação terminológica (elipse e abreviação). Neste quadro, o processo conhecido como ‘composição sintagmática’ figura tanto no eixo que abarca os processos gerais quanto no que compreende os motivados pela variação terminológica. Em ambos os eixos, entende-se que os termos formados por composição sintagmática se originam de outros existentes. A diferença entre eles é que a composição sintagmática

* Esta versão do capítulo sofreu pequenas alterações em relação à publicada em formato impresso em 2012. Notadamente, corrigiu-se, em todas as suas ocorrências, a citação de Sandmann (1992, p. 36): onde constava [determinado-determinante] passou a constar [determinante-determinado]. Agradeço a Rebecka da Silva Aguiar pela leitura cuidadosa.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Instituto de Letras. Porto Alegre. Brasil, spciclone@gmail.com.

típica dos processos gerais, definida por Alves (2001) como “Dois ou mais elementos que integram uma unidade complexa e correspondem a um único conceito” (Alves, 2001, p. 28), manifesta-se de duas formas: (i) composição sintagmática vernacular, quando a composição envolve apenas elementos de bases portuguesas (cf. *bactéria de vida livre fixadora de nitrogênio*, citada por Faulstich, 2003, p. 20); e (ii) composição sintagmática híbrida, quando são “[...] constituídas por unidades lexicais vernáculas e estrangeiras” (Krieger, 1996, p. 133), tal como *propagação clonal in vitro* (citada por Café, 2003, p. 78); já na composição sintagmática motivada pela variação, a formação morfológica resulta de algum tipo de mecanismo de redução (acronímia e acrosemia) ou de apagamento, como ocorre com o termo *sabor de avelã tostada*, que pode se realizar como [Ø avelã tostada] em textos especializados da Análise Sensorial Enológica (Siqueira, 2004, p. 110).

Embora o quadro geral apresentado por Abreu (2010a)¹ possibilite reconhecer os diferentes tipos de processos de formação terminológica, ele ainda necessita de ajustes, por duas razões: (i) a divisão dos processos morfológicos de formação de termos em dois grandes eixos de igual valor hierárquico não nos parece hoje adequada, pois os termos variantes que sofrem algum dos tipos de redução são originários de termos expandidos e (ii) a menção ao subgrupo ‘composição sintagmática’ em ambos os eixos (no primeiro, compreendendo a composição vernacular e a composição híbrida; e, no segundo, abrangendo os termos reduzidos) ocasiona interferência na compreensão

¹ Como registramos em Abreu (2010a), a proposição desse quadro dos processos típicos de formação de termos partiu da observação de resultados de pesquisas divulgados em artigos científicos, dissertações de mestrado e de teses de doutorado, os quais registram a constituição morfológica de diferentes terminologias. Porém, essas pesquisas não apresentam de maneira exaustiva os processos de formação dos termos (Abreu, 2010a, p. 622).

das propriedades que separam os tipos de unidades terminológicas que representam cada um dos casos de composição sintagmática.

No presente estudo, em continuidade às reflexões que vimos realizando acerca do universo formativo de termos (Abreu, 2010a, 2010b), a fim de observar mais de perto as diferenças que se estabelecem entre os dois tipos de composição sintagmática do primeiro eixo, procuramos analisar a presença de elementos eruditos em termos provindos de três vocabulários especializados: Análise Sensorial Enológica, Biologia Molecular e Hemodinâmica, os quais fazem parte de terminologias tratadas e armazenadas no *Banco de Dados da Língua Geral* (BDLG), em desenvolvimento no Instituto de Letras da UFRGS.

Nossos principais objetivos são: (i) examinar o comportamento de elementos eruditos na formação de termos simples e de termos complexos e (ii) apresentar um refinamento do quadro geral dos processos de formação lexical envolvidos na constituição de termos. Por conseguinte, buscamos avançar na descrição dos processos morfológicos e morfossintáticos que compõem o quadro geral de formação terminológica apresentado em Abreu (2010a).

Tendo esses objetivos em mente, organizamos este trabalho da seguinte maneira: a seção 1 apresenta diferentes perspectivas de classificação de unidades terminológicas; a seção 2 traz uma breve discussão acerca da presença de elementos eruditos na constituição de termos, com especial ênfase à zona de intermeio que se estabelece entre a composição e a derivação; a seção 3 detalha os critérios adotados para a seleção e para a organização dos dados; a seção 4 comporta a análise e uma breve discussão acerca do comportamento de formativos eruditos em termos dos vocabulários supramencionados; por fim, as considerações finais.

1. PERSPECTIVAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS TERMOS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Diferentemente das palavras da língua comum, os termos são classificados em função de sua extensão: aqueles que constituem extensionalmente uma única unidade, denominados termos simples,² são descritos como sendo formados por derivação (prefixação e sufixação) e por composição (justaposição e composição sintagmática, vernacular e híbrida). Esse entendimento está claramente expresso em L'Homme (2004), que divide os termos em dois grandes tipos:

[...] *terme simple* servira à désigner les unités lexicales composées d'une seule entité graphique. Ce premier groupe comprend les termes formés d'une base (ex. ROBINET, CLÉ, MARCHÉ) ainsi que les *dérivés*, c'est-à-dire les termes comprenant un radical et un ou plusieurs *morphèmes dérivationnels* (ex. MARCHANDIS-AGE, ANTI-CHAR, NAVIG-ATION, MICRO-ORDINATEUR). *Terme complexe* sera utilisé pour désigner les termes constitués de plusieurs entités graphiques séparées par des blancs ou par des diacritiques comme le trait d'union ou l'apostrophe (ex.: SYSTÈME-EXPERT, POISSON-CLOWN, MÉMOIRE NON RÉMANENTE, SERRE-JOINT) (L'Homme, 2004, p. 59, grifos da autora).

Do ponto de vista de L'Homme, os termos simples são constituídos de apenas uma base livre e se manifestam através dos proces-

² Na língua comum, as palavras simples ditas primitivas são aquelas que, não podendo ser decompostas em outros morfemas (p. ex., *sol*), servem de base para a construção das palavras complexas, também chamadas de derivadas. Tem sido comum o equívoco de se comparar 'palavras simples' com 'termos simples'. A expressão 'termo simples' designa não só os termos primevos, mas também os termos formados por derivação, e até alguns formados por composição.

so de derivação e composição, desde que salvaguardada a unicidade extensional da forma (*une seule entité graphique*). Nos termos simples formados por derivação, importa reconhecer presença de uma raiz, de um radical (raiz+vogal temática) e de afixos, que podem estar antepostos ou pospostos à base, ou ocuparem ambas as posições. Além disso, pode-se deduzir da distinção apresentada por L’Homme que também figuram entre os termos simples aqueles formados por composição erudita, isto é, os compostos por um ou mais radicais (do grego e/ou do latim), por elementos de composição (do grego e/ou do latim) e por afixos (do grego e/ou do latim), pois esse tipo de termo constitui extensionalmente uma única “entidade gráfica”, isto é, seus componentes não são separados por *trait d’union* ou *l’apostrophe*.

Ainda com relação à constituição estrutural de um termo simples, L’Homme afirma que ele pode ser reconhecido através de seu sentido composicional. A autora explica que o sufixo de origem grega *-ite*, por exemplo, geralmente se adjunge a um termo-base que denota ‘partes do corpo, acrescentando-lhe o significado de ‘inflamação’: em textos da área da Medicina encontramos grande quantidade de termos simples derivados com esse prefixo (p. ex., *apendicite*, *bursite*, *tendinite* etc.). Os significados dos termos simples derivados, segundo a autora, podem ser identificados através da presença de um radical: *alerg(o)*, p. ex., forma diversos termos simples derivados que pertencem ao vocabulário da Imunologia, tais como: *alergênio*, *alérgeno*, *alergia*, *alérgico*, *alergista*, *alergização*, *alergizador*, *alergizante* etc. (L’Homme, 2004, p. 107-108).

Para L’Homme, os termos complexos, “separados com espaços ou com hífen”, podem se apresentar, coordenados ou justapostos, através de diferentes extensões sintagmáticas (L’Homme, 2004, p. 77). Já para Alves (1990), este tipo de formação ocorre quando “membros integrantes de um segmento frasal se encontram numa íntima relação sintática, tanto morfológica quanto semanticamente,

de forma a constituírem uma única unidade léxica” (Alves, 1990, p. 50). Igualmente, Alves afirma que este tipo de termo é frequente nos vocabulários especializados, pois parece haver certa indecisão em relação ao termo mais adequado para designar um conceito; nessa perspectiva, os compostos sintagmáticos podem vir a ser substituídos por uma base única ou podem cristalizar-se, inserindo-se no léxico da língua (Alves, 1990, p. 54)³.

Em um interessante estudo acerca das estruturas morfossintáticas e léxico-semânticas de termos da Dermatologia, Barros (2007, p. 397–398) distingue termos complexos de termos compostos. A autora reconhece que termos como *fundo de reposição do ativo* são complexos, pois constituem uma sequência lexemática, ou termos sintagmáticos; porém, unidades terminológicas como *angio-histiocitoma*, separadas por hífen, são classificadas pela autora como compostas. Observe, no Quadro 1, a seguir, a classificação adotada por Barros (2007):

Quadro 1. Tipos de termos segundo Barros (2007)

Termo	Característica	Exemplificação	Formação
Simples	Unidade constituída por um único lexema, independente do processo de formação deste. (p. 399)	<i>xantogranuloma</i> (p. 399)	xant(o)- <gr. <i>Ksanthós</i> , ê, ón ‘amarelo, amarelado’ + granul- < lat. <i>Granulum</i> , i ‘grão pequeno’ + -oma = ‘tumor’ (p. 399)

³ Em texto posterior, Alves (1999) informa que esse tipo de termo, resultante da lexicalização de segmentos frásicos, constitui uma sequência de caráter onomasiológico da disciplina terminológica, em que o conceito geralmente precede a criação do termo correspondente (Alves, 1999, p. 72).

Termo	Característica	Exemplificação	Formação
Complexo	Unidade formada por composição sintagmática, ou seja, por um grupo de lexemas e morfemas gramaticais (palavras nocionais e gramaticais) não ligadas por hífen, também independente do processo de formação dos termos. (p. 399)	<i>xantogranuloma</i> <i>necrobiótico</i> (p. 399)	xant(o) - <gr. <i>Ksanthós</i> , è, ón ‘amarelo, amarelado’ + granul - < lat. <i>Granulum</i> , i ‘grão pequeno’ + -oma = ‘tumor’ + necrobiótico (f. hist. 1877) = necr(o) -< [do gr. <i>Nekrós</i> , ou.] El. Comp. = ‘morte’; ‘cadáver’; ‘os mortos’; ‘extinto’: + bio - do Gr. <i>Bíos</i> , ‘vida’ + -ótico <[do Gr. – <i>oitikós</i> .] Suf. Nome. Formador de voc. erudito... (p. 399)
Composto	Unidade formada por dois ou mais lexemas que se encontram em situação de não-autonomia representada graficamente pela utilização do hífen. (p. 399)	<i>halo-nevo</i> (p. 398)	

Barros (2007)⁴ esclarece que não inclui entre os termos compostos aqueles formados por aglutinação nem os formados por justaposição sem hífen porque considera que tanto os termos simples quanto os lexemas que compõem os termos complexos podem ser formados por composição. Nas palavras da autora, “[...] é temerário distinguir de modo categórico termos simples, complexos e compos-

⁴ Cumpre registrar que o objetivo da pesquisa de Barros (2007) não é morfológico, isto é, a autora não objetiva apresentar como os termos se constituem morfológica ou morfosintaticamente; antes, a ênfase de seus estudos é descrever os processos terminogênicos mais relevantes para determinada terminologia.

tos quando se trata dos tradicionais processos de aglutinação ou justaposição sem hífen” (Barros, 2007, p. 400). Nesse aspecto, vale lembrar que as regras que regulamentavam o uso do hífen foram modificadas no *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. Isto significa que, no sistema adotado por Barros, o termo *marcapasso*, do vocabulário da Hemodinâmica, seria classificado como simples; entretanto, de acordo com o Novo Acordo, *marca-passo* deve ser registrado com hífen. Esta determinação *ad hoc* fará, por si só, com que *marca-passo* se torne um termo composto, nos termos de Barros (2007).

Diferenciar entre termos simples (se devem ou não ser circunscritos ao fato de se manifestarem apenas através de uma entidade gráfica ou de um único lexema), termos complexos (se devem ou não ser circunscritos ao fato de se manifestarem através de duas ou mais entidades gráficas separadas por espaços e não ligadas por hifens) e termos compostos (delimitados por serem formados por dois ou mais lexemas separados por hifens, conforme Barros (2007)) não é uma questão trivial. Como evidenciam os dois tipos de classificação apresentados acima, critérios como ‘extensionalidade’ e ‘presença ou não de diacríticos como hifens’ parecem não ser suficientes para a tipificação das unidades terminológicas.

O presente estudo não pretende entrar em confronto com as taxonomias adotadas por L’Homme (2004) e por Barros (2007), as quais parecem indicar que o reconhecimento do tipo de contribuição semântica que elementos eruditos podem acarretar tanto na formação de termos simples quanto na dos complexos fundamenta as diferenças entre os dois sistemas de classificação. Assim sendo, a questão de fundo que faculta a existência de mais de um sistema classificatório para os tipos possíveis de termos não parece estar ligada ao fato de que os termos podem se constituir por uma única entidade gráfica ou por mais de uma entidade gráfica separada por espaço, contendo ou

não hifens. Ou seja, o problema não diz respeito à extensionalidade da forma que um termo pode assumir, mas ao tipo de contribuição semântica que morfemas, elementos eruditos e lexemas legam à formação terminológica.

Na próxima seção, mostraremos os problemas que a presença de formativos eruditos na constituição de unidades terminológicas acarreta para que limites claros entre derivação prefixal e composição erudita possam ser demarcados.

2. FORMATIVOS ERUDITOS: ENTRE A DERIVAÇÃO E A COMPOSIÇÃO

Não raro, observa-se na literatura especializada certa tendência à descrição da constituição estrutural dos termos baseada em estreita analogia com os processos de formação de palavras. Em particular, a questão que versa sobre a presença de elementos eruditos na constituição de termos é a mesma referida por vários especialistas acerca da formação de palavras, ou seja, a antiga dificuldade que se tem de reconhecer a autonomia semântica de certos elementos na estruturação da palavra (v. Correia; Lemos, 2005, p. 31-32).

Em linhas gerais, os autores dizem que certos formativos eruditos – geralmente prefixos greco-latinos ou elementos de composição neoclássica –, apesar de não figurarem autonomamente na cadeia sintagmática, apresentam autonomia semântica, mas não funcionam como uma forma livre. Desta forma, não se sabe se esses formativos participam da derivação prefixal ou de processos composicionais.

Abaixo, observam-se algumas propriedades que Villalva (1996) e Correia e Lemos (2005) apontam para diferenciar processos derivacionais de composicionais.

Quadro 2. Propriedades da derivação e da composição segundo Villalva (1996) e Correia e Lemos (2005)

Autor	Derivação	Composição
Villalva ⁵ (1996)	- constitui unidade que contém afixos - há dois tipos de afixos: derivacionais e modificadores - os afixos derivacionais determinam a categoria sintática da nova palavra (palavra derivada) - os afixos modificadores preservam a categoria sintática da forma de base (palavra formada por modificação morfológica) - fazem uso de sufixos tanto a derivação quanto a modificação - ocorre prefixação quase exclusivamente no domínio da modificação	- consiste na concatenação de dois ou mais lexemas - há dois tipos de composição: morfológica e morfo-sintática - constitui composição morfológica os casos em que o primeiro constituinte é um radical, ao qual se segue uma vogal de ligação (<i>herb-+i+voro</i>) - constitui composição morfossintática os casos em que o primeiro constituinte é uma palavra flexionada (bomba-relógio – <i>bombas-relógio</i>)
Correia; Lemos (2005)	- há apenas uma unidade de significado lexical, a base de derivação à qual se junta um afixo, ou dois - é mais regular (o número de afixos derivacionais de uma língua é um conjunto limitado) - é regida por regras que permitem: determinar a categoria da base e a do derivado - há afixos que pertencem a classes delimitadas de unidades	- há pelo menos duas unidades de significado lexical, autônomas ou não-autônomas, previamente existentes na língua, que se unem para formar uma nova unidade lexical - dividem-se em dois tipos: a composição morfológica (resulta da construção de palavras com unidades não-autônomas, geralmente raízes gregas e latinas) e a lexicalização de sintagmas (resulta da lexicalização de determinados sintagmas da língua (<i>casa de banho</i>))

⁵ A autora denomina este tipo de processo de “palavras formadas por afixação” (Villalva, 1996, p. 76).

Como se observa no Quadro 2, as autoras situam entre os processos composicionais os compostos morfológicos, ou neoclássicos, e os compostos vernaculares, ou morfossintáticos, os quais resultam da junção, por justaposição, de lexemas da língua.

No universo terminológico, a questão evidenciada pela presença de elementos eruditos na constituição de termos é que ocorrências como *ultramicroscópio* (*ultra-* + *microscópio*) e *ultramicroscopia* (*ultra-* + *microscopia*) são descritas tanto como sendo resultante de derivação prefixal, em função de conterem prefixos latinos ou preposições latinas antepostas, quanto como de composição, se se entender que alguns prefixos eruditos funcionam com autonomia⁶ de significado, como já acontece com termos formados com o prefixo grego *micro-*, entre outros. Na perspectiva de Sandmann (1992, p. 36),

[...] compostos formados pelo modelo clássico ou estrangeiro, compostos que chamamos de neoclássicos, têm estrutura igual à das prefixações, isto é, DT-DM [determinante-determinado] (*videolocaladora*, *radiorepórter*, *motogincana*), e são justamente esses que dificultam a distinção entre composição e prefixação.

No presente estudo, adotaremos o ponto de vista de Sandmann⁷ para diferenciar entre elementos eruditos típicos de termos prefixados e aqueles eruditos afeitos à composição dita erudita. Por essa razão,

⁶ Essa situação de reconhecer ou não que os prefixos eruditos são unidades autônomas está vinculada à perspectiva da qual se observa essas unidades morfológicas: da sincrônica ou da diacrônica. O reconhecimento da etimologia de uma palavra se perde na “poeira” dos tempos; por isso, é muitas vezes complicado para um falante reconhecer o processo envolvido na formação de uma palavra, bem como a origem dos elementos que a compõem. Com os termos, a situação não é diferente. Em estudo futuro, pretendo tratar especificamente desse assunto.

⁷ Para mais detalhes acerca desses critérios, sugerimos a leitura de Sandmann (1992, p. 32-50).

os critérios apontados pelo autor para que possamos levar a cabo a análise desses processos estão sumariados no quadro que segue.

Quadro 3. Prefixação e composição erudita conforme Sandmann (1992)

PREFIXAÇÃO = + produtivos, + recorrentes + produção em série	COMPOSIÇÃO ERUDITA = menos recorrentes + produção restrita
ESTRUTURA = determinante antecede o determinado (<i>hiper + mercado</i>)	ESTRUTURA = determinante antecede o determinado (<i>video + locadora</i>)
SENTIDO = expressam ideias gerais (<i>grande/pequeno</i> ou <i>macro-/micro-, maxi-/mini-</i>) e relativizáveis (<i>grande e pequeno em relação a</i>)	SENTIDO = expressam ideias mais específicas e não relativizáveis (<i>videolocadora = ‘estabelecimento comercial que aluga fitas em videocassete’</i>)
TIPO = (elemento preso)	TIPO = (elemento preso)
EXEMPLOS = <i>pós-, re-, sem-, super-, pseudo-, anti-, maxi-, mini-, micro-, per-, mega-, macro-</i> etc.	EXEMPLOS = <i>video-, radio-, moto-</i> etc.

Feitas essas observações acerca da distinção entre os processos mais frequentes de formação lexical com elementos eruditos, passaremos a apresentar os critérios para a seleção e organização dos dados.

3. SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Considerando que este trabalho se insere nas pesquisas desenvolvidas no projeto *Implementação do Banco de Dados da Língua Geral (IBDLG)*⁸, a análise foi realizada com termos simples e complexos de

⁸ *Implementação do Banco de Dados da Língua Geral* – projeto desenvolvido no Instituto de Letras da UFRGS, sob minha coordenação. Agradeço às bolsistas Sara Carra (PROBIC/FAPERGS/UFRGS) e Caroline de Castro Pires (PIBIC/CNPq/UFRGS) pela ajuda no levantamento dos dados.

três vocabulários especializados: o da Análise Sensorial Enológica (ASE), o da Biologia Molecular (BM) e o da Hemodinâmica (HEMO).

O total de termos armazenados no *BDLG* para esses três domínios é de 1.034 termos, distribuídos da seguinte maneira: 678 termos pertencentes ao vocabulário da ASE; 156 ao da BM; e 200 ao da HEMO.

Primeiramente, os termos foram organizados mediante a separação em processos de formação de termos simples (formação estrangeira com ou sem adaptação morfofonêmica; formação erudita; derivação por prefixação; derivação por sufixação; derivação por prefixo-sufixação e derivação parassintética) e de termos complexos (composição vernacular, composição erudita, composição sintagmática e composição híbrida). Após, passamos a analisar mais detidamente os casos de prefixação e de composição erudita, consultando, quando necessário, o *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, edição 2011.

Para a constituição final do *corpus*, foram adotados os seguintes critérios:

- a) exclusão de todos os termos formados com mais de um lexema (p. ex., *ácido desoxirribonucleico*, *cateterismo terapêutico* e *angioplastia transluminal percutânea primária*);
- b) exclusão de termos que, mesmo fazendo parte dos vocabulários examinados, pertencem a outro domínio (p. ex., *acetato*, *acidez* e *ácido*, provenientes do domínio da Química);
- c) exclusão de termos formados por dois elementos eruditos mais uma terminação, como *dipeptídeo*, que, segundo o *Houaiss* (2011), é formado com *di-* (elemento de composição grega) + *pept(o)-* (antepositivo da forma grega *péptō*) + *-ídeo* (terminação composta do sufixo *-eo*);

d) exclusão de termos formalmente motivados pela variação, por redução ou por elipse (p. ex., *N-terminal*, *DNA complementar*, *DNA* e *ADN*);

e) exclusão de termos formados por epônimos (p. ex., *golgiossomo*, que tem como base o nome do cientista que identificou a organela citoplasmática conhecida como Complexo de Golgi; ou *eco-Doppler*, que designa tipo de exame que associa a técnica desenvolvida por Doppler);

f) exclusão de termos decalcados (p. ex., *bioengenharia*, que surgiu por influência do inglês *bioengineering*; e *diástole*, influência do francês *diástole*); e

g) exclusão de termos formados por recomposição (p. ex., *bioinformática*, ‘informática aplicada à análise e modelização de dados obtidos em pesquisas biológicas’, formado com *bio-*, forma reduzida de *biologia*, recomposta com *informática*).

Ademais, independente de se manifestarem através de uma unidade gráfica ou de estarem separados por hifens, foram considerados termos ‘simples’, derivados por prefixação, por exemplo, casos como *revascularização* (da HEMO) e *microvilosidade* (da BM), pois em ambos os casos os determinantes (*re-* e *micro-*, respectivamente) estão antepostos aos determinados (*vascularização* e *vilosidade*), e os determinantes veiculam sentidos mais gerais (‘repetição de *x*’ e ‘pequena em relação a *x*’). Além disso, foram considerados termos ‘complexos’, formados por composição erudita, independente de se manifestarem através de duas ou mais entidades gráficas separadas por espaços em branco e ligadas ou não por hifens, casos como *enologia* (da ASE) e *genótipo* (da BM), pois veiculam sentidos mais pontuais (‘especialização científica’ e ‘espécie de’).

A partir da aplicação desses critérios, do conjunto de 678 termos pertencentes ao vocabulário da ASE, restaram para análise apenas 4 termos (1 simples e 3 complexos); dos 156 termos do vocabulário da BM, foram selecionados 24 termos (5 simples e 19 complexos); e dos 200 termos do vocabulário da HEMO, foram selecionados 18 (4 simples e 14 complexos). No total, analisamos 46 termos (10 simples e 36 complexos), como exibiremos a seguir.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para separar os casos de prefixação dos de composição erudita, nossa análise pautou-se na observação dos três aspectos estabelecidos por Sandmann (1992): (i) a estrutura do termo (se o determinante antecede o determinado), que abarca tanto a prefixação quanto a composição erudita; (ii) o sentido dos elementos constitutivos (se veiculam ideias gerais (p. ex., *grande/ pequeno* ou *alto/ baixo*-, *frio/ quente*-) e relativizáveis (p. ex., *em oposição a x*, *frio/ quente em relação a x*) ou se veiculam ideias específicas e não relativizáveis; e (iii) o tipo de ligação que se estabelece entre os elementos eruditos (se são formas presas ou livres).

A análise dos termos da ASE revelou somente uma ocorrência de termo simples prefixado com elemento erudito, conforme se vê no Quadro 4.

Quadro 4. Prefixação com formative erudite – ASE

Análise Sensorial Enológica – Termos Simples				
PREFIXAÇÃO COM FORMATIVO ERUDITO				
TERMO	DEFINIÇÃO	ESTRUTURA	SENTIDO	TIPO DE FORMA
retrogosto	Sensações desagradáveis percebidas ao final da degustação.	<i>retro</i> -+gosto	<i>retro</i> → rejeição, repulsa	presa

No caso de *retrogosto*, fica evidente que o determinante antecede o determinado; veiculando o sentido de “aquilo que ocasiona repulsa, que é desagradável”. Trata-se, portanto, de uma ideia relativizável. O elemento erudito *retro*- não apresenta autonomia, sendo uma forma presa.

Em relação aos termos complexos, foram identificados apenas três casos de composição erudita, como especificados a seguir.

Quadro 5. Composição erudita – ASE

Análise Sensorial Enológica – Termos Complexos				
COMPOSIÇÃO ERUDITA				
TERMO	DEFINIÇÃO	ESTRUTURA	SENTIDO	TIPO DE FORMA
enófilo	Aquele que gosta de vinho.	<i>en(i/o)</i> -+ <i>-filo</i>	<i>en(i/o)</i> →vinho <i>-filo</i> →aquele que ama	presa+presa
enologia	Ciência que trata do vinho, da técnica de produzi-lo e de sua conservação.	<i>en(i/o)</i> -+ <i>-logia</i>	<i>en(i/o)</i> - →vinho <i>-logia</i> → indicativo de ciência	presa+presa

Análise Sensorial Enológica – Termos Complexos				
COMPOSIÇÃO ERUDITA				
TERMO	DEFINIÇÃO	ESTRUTURA	SENTIDO	TIPO DE FORMA
enólogo	Indivíduo que tem conhecimentos de enologia; formado em faculdade de enologia.	<i>en(i/o)-+-logo</i>	<i>en(i/o)-</i> → vinho <i>-logo</i> → aquele estuda, conhece, é especialista em x	presa+presa

A estrutura desses três termos é do tipo determinante-determinado; ambos os elementos de cada termo denotam ideias específicas: no primeiro caso, designa o experienciador; no segundo, o próprio corpo de conhecimento objeto central do conceito que o termo veicula; e, no terceiro, aquele que detém o conhecimento⁹. Nestas ocorrências, os elementos de composição são formas não-autônomas.

⁹ Parece consenso para muitos estudiosos que termos eruditos, por apresentarem a estrutura determinante + determinado, expressam primeiro a ‘ideia geral’ e, a seguir, a ‘ideia específica’, como no caso de *agrimensor* que significa ‘*que ou quem está legalmente habilitado para medir, dividir e/ou demarcar terras ou propriedades rurais*’. Nesse caso, o formativo que veicularia a ‘ideia geral’ seria *agri-* (*terras ou propriedades rurais*), e *-ensor* (*que ou quem está habilitado a*) veicularia o sentido específico. No entanto, quando pensamos no termo em relação à área do conhecimento em que se insere e ao conceito que veicula, o reconhecimento entre a ‘ideia geral’ e a ‘ideia específica’ não parece ser tão rígido assim. Em *enófilo*, por exemplo, ambos os formativos denotam ideias específicas do ponto de vista do especialista em Enologia que conhece o conceito de *enófilo* (*que ou quem se dedica ao comércio ou aos assuntos vinícolas*). Assim, mesmo que para muitos estudiosos *eno-*(geral) seja o determinante e *filo-* seja o determinado (específico), neste trabalho entendemos que ambos os formativos carregam sentidos específicos que contribuem para a formação do conceito do termo. Em nossa análise, entendemos que os formativos eruditos que participam da formação de termos eruditos podem veicular ideias gerais e relativizáveis e ideias específicas e não relativizáveis para formar um conceito.

No vocabulário da BM, foram identificadas cinco ocorrências de termos simples formados através da prefixação, conforme discriminado a seguir.

Quadro 6. Prefixação com formativo erudito – BM

Biologia molecular - termos simples				
Prefixação com formativo erudito				
TERMO	DEFINIÇÃO	ESTRUTURA	SENTIDO	TIPO DE FORMA
antígeno	Partícula ou molécula capaz de deflagrar a produção de anticorpo específico.	<i>ant (i)- + -geno</i>	<i>ant(i)-</i> → em oposição a <i>-geno</i> → nascimento, origem, descendência	presa + presa
desnaturação	Separação das duas cadeias de nucleotídeos componentes da molécula de ADN.	des- + -naturação	<i>des-</i> → separação, afastamento	presa + livre
microvilosidade	Pequena saliência vascular, situada na superfície de uma mucosa.	micro- + vilosidade	<i>micro-</i> → pequeno em relação a x	presa + livre
transgenia	Diz-se de ou organismo que contém um ou mais genes transferidos artificialmente de outra espécie.	trans- + -genia	<i>trans-</i> → mudança, transformação de x em y <i>-genia</i> → origem, descendência, raça	presa + presa
trissomia	Condição de um núcleo, célula ou organismo no qual um dos pares de cromossomos homólogos apresenta um cromossomo a mais.	tri- + -somia	<i>tri-</i> → de três partes <i>-somia</i> → corpo	presa + presa

A estrutura desses termos apresenta o padrão determinante-determinado. Dois deles veiculam ideias gerais (*des-* e *tri-*), e os restantes, ideias gerais e relativizáveis ('em oposição a x', 'pequeno em relação a x' e 'transformação de x em y'). Em termos do tipo de formas, observa-se que as formas livres aparecem pospostas ao determinante.

Os termos complexos foram mais representativos nesse vocabulário, somando 18 ocorrências.

Quadro 7. Composição erudita – BM

Biologia molecular - termos complexos				
Composição erudita				
TERMO	DEFINIÇÃO	ESTRUTURA	SENTIDO	TIPO DE FORMA
autossomo	Cromossomo que não participa da determinação do sexo.	<i>aut(o)-</i> + <i>-somo</i>	<i>aut(o)-</i> → do próprio <i>-somo</i> → corpo	presa + presa
autotrófico	Aquele que é capaz de produzir seu próprio alimento, a partir de compostos inorgânicos e com utilização de uma fonte de energia.	<i>aut(o)-</i> + <i>-trófico</i>	<i>aut(o)-</i> → do próprio <i>-trófico</i> → que nutre, alimenta	presa + presa
cariótipo	Conjunto de cromossomos, cujo número e morfologia são característicos de uma espécie ou de seus gametas.	<i>cario-</i> + <i>-tipo</i>	<i>cario-</i> → núcleo <i>-tipo</i> → com caráter próprio	presa + presa
centrômero	Construção do cromossomo que mantém unidas as duas cromátides durante o processo de divisão celular.	<i>centr(i/o)-</i> + <i>-mero</i>	<i>centr(i/o)-</i> → ponto central <i>-mero</i> → parte	presa + presa

Biologia molecular - termos complexos				
Composição erudita				
TERMO	DEFINIÇÃO	ESTRUTURA	SENTIDO	TIPO DE FORMA
citogenética	Campo da genética voltado para os aspectos citológicos, em especial para os estudos microscópicos dos cromossomos.	<i>cit(o)- + -genético</i>	<i>cit(o)-</i> → cavidade, célula	presa + livre
cloroplasto	Núcleo de onde nasce ou se desenvolve organela que encerra clorofila em uma estrutura interna complexa.	<i>clor(o)- + -plasto</i>	<i>clor(o)-</i> → verde <i>-plasto</i> → núcleo de onde nasce ou se desenvolve algo	presa + presa
desoxirribose	Pentose de fórmula derivada da ribose por meio da redução da hidroxila no segundo átomo da cadeia de carbono.	<i>desoxi- + ribose</i>	<i>desoxi-</i> → indica ou a substituição de um grupo OH por um átomo de H	presa + livre
eucromatina	Porção dos cromossomos que se cora fracamente e permanece descondensada e geneticamente ativa, exceto durante a divisão celular.	<i>eu- + cromatina</i>	<i>eu-</i> → bem	presa + livre
genótipo	Composição genética de um indivíduo, mais frequentemente usada a respeito de um gene ou grupo de genes	<i>gen(e)- + -tipo</i>	<i>gen(e)-</i> → origem, descendência, raça <i>-tipo</i> → com caráter próprio	livre + presa

Biologia molecular - termos complexos				
Composição erudita				
TERMO	DEFINIÇÃO	ESTRUTURA	SENTIDO	TIPO DE FORMA
heterocromossomo	Superfície de um corpo, especialmente do corpo humano, donde pele, cor da pele; cor natural de algo.	<i>heter(o)- + -cromossomo</i>	<i>heter(o)-</i> → indivíduo de outra espécie'	presa + livre
heteroproteína	Proteína complexa formada por aminoácidos e um grupamento protéico.	<i>heter(o)- + proteína</i>	<i>heter(o)-</i> → indivíduo de outra espécie	presa + livre
holoproteína	Proteína que resulta da combinação de aminoácidos.	<i>hol(o)-+ proteína</i>	<i>hol(o)-</i> → total, completo, inteiro	presa + livre
linfócito	Leucócito mononuclear, formado no tecido linfóide, de núcleo redondo ou ligeiramente denteado.	<i>linf(o)- + -cito</i>	<i>linf(o)-</i> → perturbar o juízo, enlouquecer <i>-cito</i> → cavidade, célula	presa + presa
nucleossomo	Unidade estrutural dos cromossomos, de forma globular e composta por um octâmero de histonas envolvido por molécula de ADN.	<i>nucle(i/o)- + -somo</i>	<i>nucle(i/o)-</i> que é essencial de uma coisa <i>-somo</i> → corpo	livre + presa
nucleotídeo	Cada uma das cinco unidades formadoras dos ácidos nucleicos, compostas por base nitrogenada, ácido fosfórico e pentose.	<i>nucle(i/o)- + -t- + -id(e/i) o</i>	<i>nucle(i/o)-</i> → que é essencial de uma coisa <i>-id(e/i) o</i> → forma	livre + presa

Biologia molecular - termos complexos				
Composição erudita				
TERMO	DEFINIÇÃO	ESTRUTURA	SENTIDO	TIPO DE FORMA
polirribossomo	Complexo formado por uma cadeia de ARN mensageiro, ligada a numerosos ribossomos.	<i>poli- + ribossomo</i>	<i>poli- → numeroso, multi-</i>	presa + livre
polinucleotídeo	Molécula formada por três ou mais nucleotídeos ligados covalentemente entre si.	<i>poli- + -nucle(i/o)- + -t+ -ideo</i>	<i>poli- → numeroso , multi- -nucle(i/o) → que é essencial de uma coisa -íd(e/i) o → forma</i>	presa + livre + presa
poliploidia	Que ou o que possui mais de dois conjuntos completos de cromossomos.	<i>poli- + -ploide</i>	<i>poli- → numeroso, multi- -ploide → indica a presença em um núcleo celular de um organismo de vários conjuntos cromossômicos, de número e características especificados</i>	presa + presa
procarioto	Que ou o que é desprovido de núcleo celular definido por membrana.	<i>pró- + cari + -oto</i>	<i>pró- → em lugar de -cari- +-núcleo -oto → natural de, que habita</i>	presa + presa + presa

Em todos os casos, o determinante antecede o determinado, e os sentidos dos elementos eruditos, em sua maioria, veiculam ideias

específicas e não relativizáveis. Geralmente, quando o termo é constituído de dois elementos, como, p. ex., *nucleoídeo*, os sentidos são certamente não relativizáveis. Isso também acontece quando a combinação desses elementos é constituída de três formas presas, como no caso de *procarioto*, em que as ideias veiculadas pelos três elementos parecem manter a relação determinante-determinado. Além disso, quando o termo é constituído de duas formas presas e uma livre, como é o caso de *polinucleoídeo*, a relação determinante-determinado se estabelece apenas entre dois elementos eruditos (*nucle (i/o) +ídeo*) e o elemento que se antepõe a esse núcleo conceitual, no caso *poli-*, comporta-se semanticamente como os prefixos, veiculando uma ideia mais geral e relativizável.

Por fim, no vocabulário da HEMO, foram identificadas quatro ocorrências de termos simples formados através da prefixação com elemento erudito, como se observa no Quadro 8.

Quadro 8. Prefixação com formativo erudito – HEMO

Hemodinâmica – termos simples				
Prefixação com formativo erudito				
TERMO	DEFINIÇÃO	ESTRUTURA	SENTIDO	TIPO DE FORMA
crioablação	Método cirúrgico que utiliza gases em baixas temperaturas para destruir lesões.	<i>crio+ablação</i>	<i>crio-</i> → frio	presa + livre
pré-dilatação	Aumento do diâmetro de um órgão oco, de um orifício ou de um canal, podendo ser fisiológico, patológico ou artificial.	<i>pré+dilatação</i>	<i>pré-</i> → anterioridade em relação a x	presa + livre
reestenose	Estreitamento patológico de um conduto, canal ou orifício.	<i>re+estenose</i>	<i>re-</i> → retrocesso, retorno	presa + livre

Hemodinâmica – termos simples				
Prefixação com formativo erudito				
TERMO	DEFINIÇÃO	ESTRUTURA	SENTIDO	TIPO DE FORMA
ultrassonografia	Técnica que permite visualizar certos órgãos internos ou um feto, graças ao emprego do ultrassom; ecografia, ultrassom.	<i>ultra- + sonografia</i>	<i>ultra- → adiante de, mais longe</i>	presa + presa

A estrutura desses 18 termos é também do tipo determinante-determinado, mas aqui novamente os elementos de cada termo denotam ideias específicas e contribuem fortemente para caracterizar o tipo de especialidade médica em questão, como se constata na recorrência a certos formativos nas ocorrências listadas acima: *angio-*, que significa ‘vaso circulatório sanguíneo’, aparece na constituição de termos (*angiocardiografia*, *angiografia* e *angioplastia*). Os elementos eruditos presentes nesses termos, também em sua maioria, são formas não autônomas.

Os dados aqui examinados parecem corroborar a ideia de que os formativos eruditos, apesar de não figurarem de forma autônoma na cadeia sintagmática e apresentarem a estrutura [determinante-determinado] tanto nos processos de prefixação quanto nos de composição erudita, parecem ser semanticamente autônomos.

Em relação aos termos complexos, foram identificados 14 casos de composição erudita neste vocabulário, conforme especificados no quadro a seguir.

Quadro 9. Composição erudita – HEMO

Hemodinâmica – termos complexos				
Composição erudita				
TERMO	DEFINIÇÃO	ESTRUTURA	SENTIDO	TIPO DE FORMA
angiocardiografia	Exame radiológico do coração e dos seus vasos sanguíneos após a injeção de uma substância opaca aos raios X.	<i>angi(o)- + -cardio- + -grafia</i>	<i>angi(o)-</i> → vaso circulatório sanguíneo <i>-cardio-</i> → coração <i>-grafia</i> → descrição	presa + presa + presa
angiografia	Exame radiológico que permite visualizar a luz de um vaso sanguíneo e suas ramificações.	<i>angi(o)- + -grafia</i>	<i>angi(o)-</i> → vaso circulatório sanguíneo <i>-grafia</i> → descrição	presa + presa
angioplastia	Intervenção cirúrgica destinada a reparar um vaso deformado, estreitado ou dilatado.	<i>angi(o)- + -plastia</i>	<i>angi(o)-</i> → vaso circulatório sanguíneo <i>-plastia</i> → modelador	presa + presa
arteriografia	Exame radiológico baseado na injeção de contraste radiopaco que possibilita a visualização direta de uma artéria e seus ramos, bem como o estudo das eventuais anomalias da área que ele irriga.	<i>arteri(o)- + -grafia</i>	<i>arteri(o)-</i> → guardar <i>-grafia</i> → descrição	presa + presa
arteriotomia	Qualquer incisão cirúrgica feita em uma artéria.	<i>arteri(o)- + -tomia</i>	<i>arteri(o)-</i> → guardar <i>-tomia</i> → corte	presa + presa

Hemodinâmica – termos complexos				
Composição erudita				
TERMO	DEFINIÇÃO	ESTRUTURA	SENTIDO	TIPO DE FORMA
cineangiocardiografia	Exame radiológico que consiste na injeção de contraste na artéria femoral ou umeral e na filmagem da dispersão de tal substância através das cavidades cardíacas e dos grandes vasos.	<i>cine- + angi(o)- + cardi(o)- + -grafia</i>	<i>cine- → mover</i> <i>-angi(o)- → vaso</i> <i>-cardio- → coração</i> <i>-grafia → descrição</i>	presa + presa + presa + presa
cineangiografia	Exame radiológico que consiste na injeção de contraste e na filmagem da dispersão de tal substância pelos vasos sanguíneos.	<i>cine- + angiografia</i>	<i>cine- → mover</i> <i>-angi(o)- → vaso</i> <i>-grafia → descrição</i>	presa + presa + presa
coronariografia	Exame radiológico que consiste na injeção de contraste na artéria umeral e na filmagem posterior da dispersão de tal substância através das artérias coronárias.	<i>coronári + -o- + -grafia</i>	<i>-grafia → descrição</i>	presa + presa
coronariopatia	Doença das artérias coronárias.	<i>coronári + -o- + -patia</i>	<i>-patia → relativo à doença</i>	presa + presa
flebografia	Exame radiológico das veias com injeção de contraste.	<i>fleb(o)- + -grafia</i>	<i>fleb(o)- → veia, artéria</i> <i>-grafia → descrição</i>	presa + presa

Hemodinâmica – termos complexos				
Composição erudita				
TERMO	DEFINIÇÃO	ESTRUTURA	SENTIDO	TIPO DE FORMA
hemodinâmica	Ramo da fisiologia que estuda as leis reguladoras da circulação do sangue nos vasos.	<i>hem(o)- + -dinâmica</i>	<i>hem(o)- → sangue</i>	presa + livre
oximetria	Aferição do grau de saturação de oxigênio no sangue.	<i>ox(i/o)- + -metria</i>	<i>ox(i/o)- → oxigênio -metria → medida</i>	presa + livre
oxímetro	Instrumento que determina fotoeletricamente a saturação de oxigênio.	<i>ox(i/o)- + -metro</i>	<i>ox(i/o)- → oxigênio -metro → -unidade de medida</i>	presa + livre
valvuloplastia	Reparação, por meio de cirurgia plástica, de uma válvula cardíaca.	<i>valvul(o)- + -plastia</i>	<i>plastia- → modelador</i>	livre + presa

A estrutura desses 18 termos é também do tipo determinante-determinado, mas aqui novamente os elementos de cada termo denotam ideias específicas e contribuem fortemente para caracterizar o tipo de especialidade médica em questão, como se constata na recorrência a certos formativos nas ocorrências listadas acima: *angio-*, que significa ‘vaso circulatório sanguíneo’, aparece na constituição de termos (*angiocardiografia*, *angiografia* e *angioplastia*). Os elementos eruditos presentes nesses termos, também em sua maioria, são formas não autônomas.

Os dados aqui examinados parecem corroborar a ideia de que os formativos eruditos, apesar de não figurarem de forma autônoma na cadeia sintagmática e apresentarem a estrutura [determinante-determinado] tanto nos processos de prefixação quanto nos de composição erudita, parecem ser semanticamente autônomos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na continuação dos estudos que vimos desenvolvendo acerca da organização dos processos de formação terminológica, no presente estudo nos propusemos a analisar a presença de elementos eruditos em termos provindos de três vocabulários especializados: ASE, BM e HEMO, tendo em vista dois objetivos: (i) examinar a presença de formativos eruditos na constituição de termos simples e de termos complexos; e (ii) apresentar um refinamento do quadro geral dos processos de formação lexical envolvidos na constituição de termos.

Com relação ao primeiro objetivo, nossa análise mostrou que o reconhecimento da constituição formal dos termos não é suficiente para que se possa dividi-los em três categorias (simples, complexos e compostos), pois, no universo de formação terminológica, o processo composicional pode abrigar unidades terminológicas extensionalmente distintas (apenas uma única entidade gráfica – *cineangiocardio-grafia* (*cine-* + *angi(o)-* + *cardi(o)-* + -grafia); e b) mais de uma entidade gráfica separada por hífen (*pré-dilatação*), pois, como vimos, o fator que determina o tipo de unidade terminológica (simples ou complexa) parece ser a contribuição semântica que o elemento erudito lega à unidade terminológica como um todo. Assim, com base nos dados apresentados, podemos afirmar que os termos extensionalmente chamados ‘simples’ podem resultar do encontro de elementos eruditos que se combinam para formar a unidade terminológica.

No que atine ao segundo objetivo, entendemos que o presente estudo, apesar de não apresentar uma nova versão para o quadro geral dos processos de formação típicos do universo terminológico, avançou na descrição dos processos morfológicos que compõem o quadro geral de formação terminológica apresentado em Abreu (2010a), pois

mostrou que os grandes eixos desse quadro não podem se limitar a representar as unidades terminológicas por sua forma aparente (extensional, gráfica, ou separa por diacrítico), mas deve espelhar o tipo de contribuição semântica que o morfema, o elemento de formação ou o lexema veiculam quando constituem unidades lexicais dos domínios técnicos e científicos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sabrina Pereira de. Processos de formação de termos: um breve exercício analítico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. v. 4. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2010a. p. 605–624.

ABREU, Sabrina Pereira de. Aspectos gramaticais na formação de termos reduzidos. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. v. 5. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2010b. p. 381–399.

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.

ALVES, Ieda Maria. A delimitação da unidade lexical nas línguas de especialidade. In: BASÍLIO, Margarida (org.). *Palavra*. v. 1. Rio de Janeiro: Grypho, 1999. p. 69–80.

ALVES, Ieda Maria. Neologia e tecnoleitos. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001. p. 25–31.

BARROS, Lídia Almeida. Estruturas morfossintáticas e léxico-semânticas dos termos da dermatologia. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. v. 3. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2007. p. 397–407.

CAFÉ, Lígia. Terminologia: aplicação do (re)modelo de Simon Dik. In: FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina Pereira de (orgs.). *Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003. p. 59–82.

CORREIA, Margarita; LEMOS, Lúcia San Payo de. *Inovação lexical em português*. Lisboa: APP; Colibri, 2005. (Cadernos de Língua Portuguesa, 4).

FAULSTICH, Enilde. Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas. In: FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina Pereira de (orgs.). *Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003. p. 11–32.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KRIEGER, Maria da Graça. A terminologia informática no português brasileiro: da adaptação à transgressão. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, p. 136–140, 1996.

L'HOMME, Marie-Claude. *La terminologie: principes et techniques*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2004.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. Campinas: Pontes, 1991.

SANDMANN, Antônio José. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor; Ícone, 1988.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

SIQUEIRA, Elizandra. *O constructo de Faulstich (2003): um estudo dos formativos no léxico da análise sensorial enológica*. 2004. 172 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VILLALVA, Alina. Respostas da morfologia a perguntas dos terminólogos. In: MATEUS, Maria Helena; CORREIA, Margarita (orgs.). *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996. p. 74–94.

‡

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Montserrat.
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>

Frevo. [Forma matatética de *fervo*, deverbai regressivo de *ferver*.] S. m. Música, genuinamente pernambucana, essencialmente rítmica, de rua e salão, executada em conjunto, de coreografia individual cuja música é sem letra, de andamento rápido, sincopado e compasso binário, dividido em duas partes: a primeira com a introdução, na qual o compositor procura salientar o máximo a faixa melódica das colcheias, semicolcheias, síncores e dos deslocamentos dos tempos fracos e fortes; a segunda que apresenta menos movimentação e até certos compassos de aparente descanso.

Frevo abafo. S.m. Ritmo em que predominam os instrumentos metálicos, sobretudo pistões e trombones; frevo-de-encontro. [Pl.: frevos-abafo e frevos-abafo]

Frevo baiano. S.m. Sofisticação do genuíno frevo pernambucano com a troca dos metais das fanfarras pelas guitarras estridentes dos trios elétricos.

Frevo-de-rua. S.m. Frevo puramente instrumental, composto de uma introdução e a frase musical chamada resposta, que antecede a segunda parte, que nem sempre é uma repetição da primeira. Embora tenha se tornado música de salão, foi feito inicialmente para ser executado a céu aberto. [Pl.: frevos-de-rua].

Frevo-de-salão. S.m. Misto do frevo-abafo, frevo-coqueiro e frevo-ventania executado nos salões, explora pouco os metais da orquestra co predominância das palhetas. [Pl.: frevos-de-salão].

Frevo-rasgado. S.m. Ritmo prolongado, que tem origem na fanfarra, utilizado para dirigir as manobras de frevo: “Se Duarte Coelho soubesse/Do carnaval de Olinda/Pedia ao Criador/para voltar ao Alto da Sé/E dançar um frevo-rasgado/Na cidade que ele fundou” (João Santiago). [Pl.: frevos-rasgados e frevos-rasgado].

Frevo-ventania. S.m. Caracterizado pela introdução, em sua pauta, de semicolcheias, que lhe dão um compasso rápido. [Pl.: frevos-ventanias e frevos-ventania].

Aparecida Negri Isquermo

Professor de Magistério Superior Emérito – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2023).

Pesquisadora Sênior com atuação no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – PPGE – da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Coordenadora do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul – e do Projeto DTMS – Dicionário de Topônimos de Mato Grosso do Sul.

Membro do Comitê Nacional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil como Diretora Científica – Regional Mato Grosso do Sul.

Bolsista de Produtividade de Pesquisa/CNPq, Nível B

Vice-coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, ANPOLL, nos biênios 1998-2000 e 2004-2006.

Coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, ANPOLL, no biênio 2006-2008.

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Professora Titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

Coordenadora do Grupo de Pesquisa GruMEL – Grupo Mineiro de Estudos do Léxico – FALE/UFMG/CNPq.

Coordenadora do Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais FALE/UFMG – e do Projeto Léxicos Regionais.

Vice-coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, ANPOLL, no biênio 2010-2012.

Coordenadora do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, ANPOLL, no biênio 2012-2014.

Esta segunda edição do volume VI da coleção *As Ciências do Léxico* demonstra a aceitação da obra pela comunidade acadêmica que se dedica a pesquisas acerca do componente lexical da língua em instituições de Ensino Superior brasileiras e estrangeiras. O volume reúne 30 capítulos, seis de autoria de pesquisadores pertencentes a seis universidades estrangeiras e 24 de membros do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL que atuam em Programas de Pós-graduação nas áreas de Linguística e de Língua Portuguesa, vinculados a universidades localizadas nas cinco grandes regiões brasileiras.

Assim como os demais volumes da coleção *As Ciências do Léxico*, este reúne trabalhos que abordam temáticas relativas às diferentes vertentes dos estudos sobre o léxico no âmbito da Lexicologia, da Neologia, da Fraseologia, da Onomástica, da Lexicografia, da Terminologia, da Terminografia...

Tendo em vista o leque de abordagens do léxico evidenciado nos artigos, este volume se destina a pesquisadores, a alunos de pós-graduação, a docentes de diferentes níveis de ensino, incluindo os da Educação Básica, interessados em estudos sobre o léxico nas suas múltiplas faces, visto a partir de diferentes olhares teóricos e de distintas abordagens metodológicas.

trombones; frevo-de-encontro. [Pl.: frevos-abafos e frevos-abafos]

Frevo baiano. S.m. Sofisticação do genuíno frevo pernambucano com a troca dos metais das fanfarras pelas guitarras estridentes dos trios elétricos.

Frevo-de-rua. S.m. Frevo puramente instrumental, composto de uma introdução e a frase musical chamada resposta, que antecede a segunda parte, que nem sempre é uma repetição da primeira. Embora tenha se tornado música de salão, foi feito inicialmente para ser executado a céu aberto. [Pl.: frevos-de-rua].

Frevo-de-salão. S.m. Misto do frevo-abafos, frevo-coqueiro e frevo-ventania executado nos salões, explora pouco os metais da orquestra com predominância das palhetas. [Pl.: frevos-de-salão].

Frevo-rasgado. S.m. Ritmo prolongado, que tem origem na fanfarra, utilizado para dirigir as manobras de frevo: “Se Duarte Coelho soubesse/ Do carnaval de Olinda/ Pedia ao Criador/ para voltar ao Alto da Sé/ E dançar um frevo-rasgado/ Na cidade que ele fundou” (João Santiago). [Pl.: frevos-rasgados e frevos-rasgado].

